

Organização Aluizio Palmar

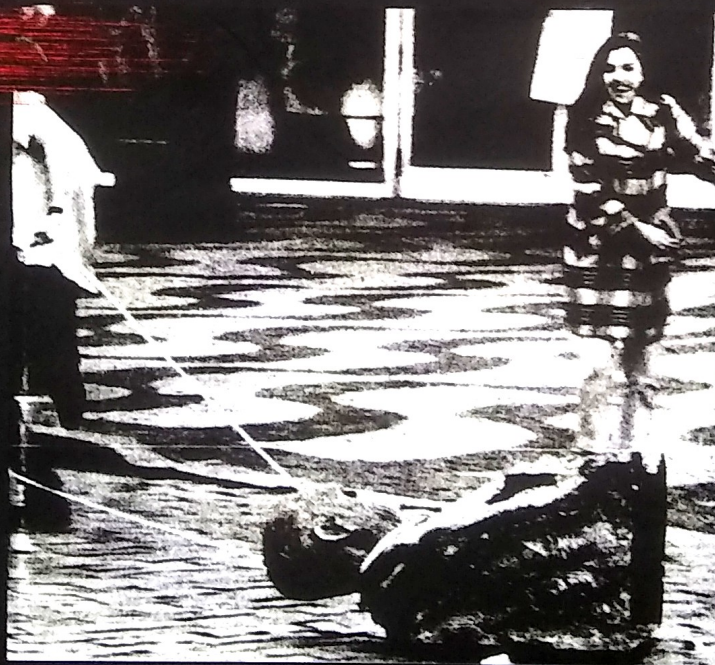
VOZES DA RESISTÊNCIA

Memórias da luta contra a
ditadura militar no Paraná



BANQUINHO

Aluizio Ferreira Palmar . Antonio João Manfio . Antônio Vanderli
Moreira . Bernadete Simon Zanetti . Bianca Adriana Angeli .
Carlos Marés . Carolina Bertol . Celso Paciornik . Clair da Flora
Martins . Claudio Ribeiro . Dimas Floriani . Divo Guisoni . Elisabeth
Franco Fortes . Emiliano José . Flávia Jacob . Gerson Zafalon Martins .
Hamilton Faria . Ivete Maria Caribé da Rocha . Izabel Fávero . Jair
Valério Paraná Júnior . João Bonifácio Cabral Jr. . João Urban . José
Antonio Trindade . José dos Santos de Abreu . José Ferreira Lopes .
José Maria Correia . Judite Maria Barbosa Trindade . Julio Paupitz .
Laércio Souto Maior . Lafaiete Neves . Lauro Consentino Filho .
Leo Kessel (*in memoriam*) . Ligia Cardieri . Lore Fortes . Luiz Carlos
Merege . Luiz Manfredini . Magdalena Fernandes da Silva . Manoel
de Andrade . Marcelo Gonçalves Marcellino . Marcelo Jugend .
Maria Alice Pedotti . Maria Aparecida Arruda . Marlene Angeli .
Narciso Pires . Nelson Serathiuk . Noemi Osna Carriconde . Palmira
Amâncio da Silva . Paulo Sá Brito . Paulo Gustavo de Barros Carvalho .
Romeu Gomes de Miranda . Rosane Vianna . Sirlei Fernandes .
Sueli Ataíde . Suelly Muniz . Teotônio Souto Maior . Valdir Izidoro
Silveira . Vitória Líbia Barreto de Faria . Vitório Sorotiuk .
Walmor Marcelino (*in memoriam*) . Zeferino Perin



www.vozesdaresistenciaparana.com.br

ISBN: 978-65-86535-13-6

CD



9 786586 535136

VOZES DA RESISTÊNCIA

Memórias da luta contra a
ditadura militar no Paraná

Vozes da Resistência - memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná
© Aluizio Palmar, 2024

1ª edição
Banquinho Publicações

Organização
Aluizio Palmar

Edição
Aluizio Palmar e Téo Souto Maior

Revisão
Lea Okseanberg e Noemi Osna Carriconde

Capa, projeto gráfico e diagramação
Banquinho Publicações

Fotos
As imagens que ilustram a capa e a quarta capa são de Edison Jansen (uso autorizado pela família). As fotos internas da capa e quarta capa são de João Urban.

www.vozesdaresistenciaparana.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vozes da resistência - memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná / [organização Aluizio Palmar]. -- 1. ed. -- Curitiba, PR : Banquinho Publicações, 2024.

Vários autores.
Bibliografia
ISBN 978-65-86535-13-6

1. Brasil - Ditaduras 2. Ditadura militar
3. Ditadura - Brasil - História - 1964-1985
4. Histórias de vidas 5. Memórias 6. Paraná (Estado) - História 7. Tortura - Brasil
8. Tortura - Narrativas pessoais I. Palmar, Aluizio.

24-205422

CDD-320.98108

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ditadura militar : Memórias : História política 320.98108

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Prefácio [9]

Silvia Calciolari

Testamento [13]

Celso Mauro Paciornik

O Foco Guerrilheiro do MR8 no Oeste do Paraná [19]

Aluizio Palmar

A práxis do martírio político: uma estratégia de resistência à ditadura [27]

Antonio João Manfio

A luta partidária contra a ditadura em Foz [38]

Antônio Vanderli Moreira

Militância e prisões – um pouco de minha história [43]

Bernadete Simon Zanetti

O Intruso [55]

Carlos Marés

Lembranças de um pai [63]

Carolina Bertol

60 anos de luta em defesa de uma sociedade justa e democrática [70]

Clair da Flora Martins

Em 1964 e agora [74]

Claudio Ribeiro

Atos de memória: 60 anos depois de 1964 e após! [82]

Dimas Floriani

Impactos da ditadura na vida dos perseguidos [91]

Divo Guisoni

Memórias de uma estudante [97]

Elisabeth Franco Fortes

Zanetti, o guardião do óleo da lamparina [101]

Emiliano José

60 anos do golpe de 64 – histórias de resistência à ditadura [106]

Gerson Zafalon Martins

Poemas [115]

Hamilton Faria

A juventude na ditadura [123]

Ivete Maria Caribé da Rocha

Militância no Oeste do Paraná – Nova Aurora [132]

Izabel Fávero

Minha luta pela liberdade, do Paraná até Genebra [138]

Jair Valério Paraná Júnior

Geração 68 não fugiu da luta [142]

João Bonifácio Cabral Jr.

A Exata e os agentes da Dops [149]

João Urban

A trajetória de resistência de José Angeli Sobrinho [174]

Marlene Geraci da Silveira Angeli e Bianca Adriana Angeli

A ditadura de 1964 – um ponto de visão [180]

José Antonio Trindade

A liderança da Comissão de Justiça e Paz do Paraná na Resistência Democrática em 1978 [187]

José dos Santos de Abreu

Da resistência à clandestinidade: a trajetória de um combatente da liberdade [194]

José Ferreira Lopes

Volver aos 64 [197]

José Maria Correia

1964: o pior estava por acontecer [202]

Judite Maria Barbosa Trindade

Na construção de um caminho novo - 1968 e o turbilhão de emoções [207]

Julio Paupitz

Epístola da prisão número 1 [213]

Laércio Souto Maior

1971 - Quando enganamos a repressão da ditadura militar na UFPR [215]

Lafaiete Neves

Sonhos e lutas em um tempo sombrio [217]

Lauro Consentino Filho

Breve relato sobre os acontecimentos de março de 1978, narrados no documentário "Os Onze de Curitiba", do cineasta Valêncio Xavier [224]

Léo Kessel

Semana Santa, 1978 [234]

Ligia Cardieri

Trajetória de duas sociólogas da turma de 1968 do Curso de Ciências Sociais da UFPR [238]

Lore Fortes e Maria Alice Pedotti

O sonho permanente [248]

Luiz Carlos Merege

Nós, de estilingue, atrás das barricadas [254]

Luiz Manfredini

A militância na resistência à ditadura militar no Paraná: memórias de uma militante oriunda do interior do Brasil [258]

Magdalena Fernandes da Silva

O delegado e o marinheiro [270]

Manoel de Andrade

Walmor Marcellino: duelista e enxadrista da poesia e da política concreta (1930-2009) [279]

Marcelo Gonçalves Marcellino

Pelo Futuro – Antes, Agora e Sempre [284]

Marcelo Jugend

1968 – O ano que mudou de forma definitiva meus caminhos [291]

Maria Alice Pedotti

A luta dos professores contra a ditadura [300]

Maria Aparecida Arruda

Fomos resistência e seremos sempre resistência [307]

Narciso Pires

Trajetória de Mamborê-Paraná à Lausanne-Suíça [319]

Nelson Serathiuk

Fiapos de memória [329]

Noemi Osna Carriconde

Minha História [336]

Palmira Amâncio da Silva

O espírito de 68 ainda está em mim [343]

Paulo Sá Brito

O golpe de 64: lembranças de um militante [348]

Paulo Gustavo de Barros Carvalho

1964 – Uma bota na porta [352]

Romeu Gomes de Miranda

Lutando contra a queda do céu: militância [356]

Rosane de Lourdes Silva Vianna

Ditadura interrompe sonhos, mas não a vida [364]

Sirlei Fernandes

Entrevista com Stênio Jacob, realizada por sua filha [368]

Flávia Jacob

1964, o início e o começo da caminhada [382]

Sueli Ataíde

O despertar, as trevas e a esperança [387]

Suely Muniz

Os horrores da Clínica Marumbi [396]

Teotônio Souto Maior

Memória da luta contra a ditadura no Paraná – relato de um resistente [408]

Valdir Izidoro Silveira

A louca do túnel de março [413]

Vitória Líbia Barreto de Faria

A ditadura militar e o movimento estudantil de 1964 [420]

Vitório Sorotiuk

Relato sobre as prisões em Curitiba [428]

Walmor Marcellino

Geração das Utopias: O ideário da transformação social [434]

Zeferino Perin

Jornal "Nosso Tempo", o nanico que se fez gigante [446]

Aluizio Palmar

Juvêncio Mazzarollo, o último preso político da ditadura militar [451]

Lafaiete Neves

Edésio Passos e a organização sindical no Paraná [454]

Claudio Ribeiro

Versos nas paredes dos colégios [457]

Luiz Manfredini

João Paulo [460]

Noemi Osna Carriconde

Depois da queda do céu: devires [462]

Rosane de Lourdes Silva Vianna

A ditadura militar de 1964 [468]

Vitório Sorotiuk

Prefácio

Por Silvia Calciolari*

Quando recebi o honroso convite para escrever este prefácio, o primeiro pensamento que me ocorreu foi a lembrança de uma metáfora proposta por Santo Agostinho que citei em minha dissertação de Mestrado. Nas *Confissões*, o filósofo fala do “palácio da memória, onde estão presentes o céu, a terra e o mar... é lá que me encontro a mim mesmo e recordo das ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las” (PEN-SADORES, 1987, p. 177).

Confesso que, mais uma vez, fiquei emocionada em ver a mobilização de quem viveu e militou na resistência à ditadura cívico-militar de 1964 no Paraná, e até vislumbrei a imagem de cada mulher e homem no trabalho de rever suas lembranças e visitar o seu palácio particular.

Saiba que não é tarefa fácil abrir as portas e janelas da memória, esse santuário repleto de vivências e lembranças. Algumas são amargas, doloridas, outras ressentidas. Há ainda aquelas feitas de alegria, poesia e muita esperança. Mas todas, sem exceção, nunca serão esquecidas.

Não se pode subestimar o valor e o poder da memória como estratégia de resistência. É disso que se trata quando Pierre Nora, historiador francês, escreve que “a memória é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. E na mistura, a memória dita e a história escreve” (NORA, 1993, p. 09).

Com os relatos contidos neste precioso *Vozes da resistência - Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná - 60 anos*, é possível comprovar a violência e os crimes praticados por agentes do Estado paranaense nos prédios públicos e seus desdobramentos em cada vida. Esta memória se soma a outras tantas que há décadas foram capazes de mudar de forma incontornável a

História Política do Brasil. Apesar da tentativa de calar as vozes contrárias ao arbítrio, através da versão oficial caluniosa da ditadura, foi a memória viva, afetiva e mágica dos militantes que emergiu com sua força e coerência para impor a verdade dos fatos.

Faço questão de enaltecer o feito hercúleo da consolidação da memória coletiva dos grupos que fizeram a resistência democrática porque foi a legítima versão dos militantes que chegou até mim em meados dos anos 80. Nasci em 1964 e até chegar à capital para fazer faculdade de Jornalismo em 83, nem sabia da existência da ditadura, da prática de torturas, mortes e desaparecimentos.

Eu era jovem, mais uma VIP (gíria local que significa *Vindo do Interior do Paraná*) que começou a ler livros, assistir a filmes e conhecer a fúria da repressão em nosso país. E para a minha surpresa, descobri que a ação da repressão atingiu paranaenses, muitos jovens estudantes como eu à época, com todos os requintes de ódio contidos nos manuais das ditaduras sanguinárias.

Foi ali que começou meu interesse pelas histórias de vida de pessoas que viveram – e sobreviveram – àqueles tempos sombrios, um misto de admiração e respeito e que me trouxe até aqui. Já ouvi e registrei mais de uma centena de depoimentos, muitos dos quais fazem parte deste livro que, pra mim, são sempre impactantes por sua coragem e determinação. E vale destacar, sobretudo, também por sua coerência de vida e ação política na defesa dos Direitos Humanos e luta pela Democracia.

Aqui iremos encontrar as memórias do passado, do presente e, com certeza absoluta, do futuro esperançoso de um país onde a Democracia prevalecerá como valor fundamental e fundante de uma sociedade onde o direito à Memória, Verdade e Justiça seja inegociável.

Que estes relatos cheguem ao maior número de pessoas, especialmente às que ainda titubeiam diante do discurso fácil e atraente que prega o desrespeito às instituições e ao aniquilamento do estado democrático de direito. Aqui vivem os resistentes a qualquer tentativa de golpe, anistia ou manipulação da

verdade que empregam todas as forças na conservação deste ‘palácio’ que ora nos permitem acesso.

Pela memória dos que ficaram no caminho e por todos aqueles que ainda persistem na luta com resiliência, sejamos generosos ao pisar neste espaço sagrado que, mui generosamente, nos foi franqueada a entrada.

Afinal, não há vida possível sem memória e distante da Democracia.

***Silvia Calciolari** é jornalista, bacharel em Filosofia e Mestre em Sociologia das Organizações pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é autora do livro *Ex-presos políticos e a memória social da ditadura no Paraná (1964-1978)*, lançado em 2006, e coautora do livro *Depoimentos para a História – A resistência à ditadura militar no Paraná*, de 2014, junto à Comissão de Anistia e ao Projeto Memórias Reveladas.

Testamento

Celso Mauro Paciornik*

Amigos,
tardastes eu
apodreço.
A hora soou
na hora que
as horas soam
e amanhã, se
não chover a
gloriosa aurora
encherá de promessas e anseios
os madrugadores
vós, meus
órfãos,
meus
herdeiros.

Havendo inesperada e inoportunamente
espichado as canelas, batido as botas,
abotoado o paletó, batido a alcatra
na terra ingrata, entregado a alma ao
Criador (ou ao Demo), dado o último
suspiro, desocupado o beco,
embarcado desta para a melhor, dado
adeus ao mundo, expirado, me
estuporado, fenecido, ido para o beleléu

ou para as cucuias, pifado e pronto para vestir o pijama
de madeira eu defuntíssimo cadáver mais que passado
e mortinho da silva
cumpro o doloroso dever de
vos comunicar meu passamento
e aproveito o súbito e
insólito do episódio para vos
anunciar
o meu legado.

Deixo o mundo sem
esperanças: levo-as
todas
que me hão de servir na
eternidade que com a
vida foi-se-me a nobreza
e o fazer-me generoso às minhas custas.

Andei pensando
em vós no meu
velório.
E não é que estáveis certos?
Eu era MESMO um
grande cara: jamais
disse na cara
de alguém o que
pensava (e
quanto isso
coalhava!)

Olha só quem
ali está até
meio tristonho:
um espelho
gasto
(que pálida que estás mi
gentilalma!) Espelho,
meu espelho,
qual era mesmo o grito que
eu escolhera para esta minha
hora e minha vez?
Será o nome em
desespero de
mulher que eu
amo
ou amei?
Será o grito
pela mãe
Que
já não vai
poder me
acalentar?
Será Deus ou o Diabo
o invocado nesta hora
de tão meias
verdades?

Vamos, deixai falar
o morto que já-já
ele se cansa.

Em breve, muito em
breve passado o susto
aziago e amargo
de um torrão de terra reverberando
no abismo retornareis às próprias
grutas radiosas
para gravar no escuro
novos signos que a
posteridade há de
indecifrar perplexa.

O mais que defunto já branqueia.

Olha só quem mais compareceu...

Por que vieste hoje
se sabias que eu te
amava e era ontem
que de ti mais
carecia?
Tampis! O azar foi nosso.
Deixo-te, no adeus, o
travo amargo da minha
(ou foi a nossa?)
covardia.

Ouçó um soluço?

O desvivido era legal, mas meio grosso!
Escorria-lhe pelos cantos
da boca

engordurada, a
seiva incontrolável
das lingüiças dos
botecos,
e o mau vernáculo.
Mas diga-se, não
expectorava em
público, e era incapaz
de uma perfídia voluntária.

Chorais?
Que bom! Que pena!

Ficai com meu
humor, com o
meu baço
esplendor com a
vossa sina.

***Celso Mauro Paciornik** nasceu em Jacarezinho, Paraná, em 1946. Passou a infância e parte da juventude em Curitiba. Foi aluno do ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São Bernardo do Campo. Mudou para Arquitetura da UFPR, em Curitiba. Militante de esquerda, vinculado à Organização Revolucionária Marxista Política Operária – OCML – PO, conheceu as masmorras da ditadura. Foi tradutor, intérprete, escritor, músico, ator. Faleceu em 2018.

O Foco Guerrilheiro do MR8 no Oeste do Paraná

Aluízio Palmar*

Em 1967, eu saí do Rio de Janeiro e vim para o Paraná, com a tarefa de criar condições logísticas para futura instalação do “Foco Guerrilheiro”. Eu já tinha vindo outras vezes para conhecer a realidade e estabelecer alguns contatos.

Para nós, da **Dissidência Comunista do Estado do Rio**, mais tarde MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro – a região oeste do Paraná, devido aos conflitos no campo e sua extensa cobertura vegetal, preenchia os critérios para o combate à ditadura militar no campo.

Então, após o MR8 definir a “área estratégica”, aportei em Curitiba para falar com Fábio Campana, por indicação do pessoal da Dissidência Comunista de São Paulo. Meu primeiro contato foi com Berto Curvo, que me apresentou à Teresa Urban.

Teresa me informou que o Fábio Campana estava em Foz do Iguaçu e, em março de 1967, desembarquei na rodoviária de Foz, carregando uma imensa mala de couro, com livros de Régis Debray, Caio Prado Junior e Che Guevara, mapas da região, um revólver 38 e um rifle de ferrolho. Fábio me hospedou num quartinho nos fundos da Padaria Progresso, de Rodolfo Mongelos. Mongelos fazia parte de uma dissidência de esquerda do Partido Colorado, do Paraguai, e conspirava dia e noite contra a ditadura do general Alfredo Stroessner.

Passados alguns dias e com a chegada de Nielse Fernandes, vindo do Rio, e a incorporação na Organização de Bernardino Jorge Velho, quadro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na região oeste, começamos os trabalhos de levantamento da área. Foram quase seis meses de andanças pelas estradas do

oeste, registrando os rios, riachos, pontes, pontilhões, delegacias de polícia, guarnições militares e áreas de conflitos sociais.

Eu, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense; Nielse Fernandes, operário da construção naval de Niterói, e Bernardino Jorge Velho, ex-sargento do então 1º Batalhão de Fronteiras e quadro rural do PCB.

A admirável facilidade com que o “Bigode Branco” - assim Bernardino era conhecido, tinha para se comunicar com as pessoas me impressionou desde o nosso primeiro encontro. Graças a ele, montamos uma extraordinária rede de apoio, constituída por pequenos proprietários rurais, posseiros, meeiros e peões. Só os mais íntimos o conheciam pelo nome de batismo. Por onde a gente andava todos o chamavam de “Bigode Branco”. Aliás, aquele bigode ralo, metade branco e metade preto era sua marca característica.

As inúmeras adesões que a gente foi conseguindo eram um reflexo da sede de justiça dos pequenos proprietários e posseiros, muitos deles com participação nos “Grupos de Onze Companheiros”, criados em 1962, por Leonel Brizola. Na região, a ditadura militar estava presente por meio do conluio entre as colonizadoras, o Exército e as polícias Civil e Militar. A violência era constante. Ainda repercutiam as prisões dos simpatizantes de Brizola e dos sindicalistas, como é o caso de Estanislau Kokojinsk, que foi preso alguns dias após o golpe militar. Estanislau era presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavouara, com sede em Cascavel. Ele foi torturado e permaneceu preso dois anos, nos presídios do Ahú e de Piraquara, sem prisão preventiva ou ao menos ter respondido inquérito. Sua prisão é um claro exemplo de como aconteceu a repressão na região logo após o golpe militar de 1964.

Durante os nossos levantamentos da região, encontramos muitas situações de injustiça, com graves violações dos direitos humanos. Certa ocasião fomos conhecer a realidade da fazenda Rami, em Matelândia, e ficamos chocados com a exploração a que eram submetidos os empregados pelo dono da propriedade. Muitos deles tinham os dedos decepados pelas máquinas, conhe-

cidas como “periquitos”, nas quais eram desfiadas as hastes do rami, uma planta cuja fibra é utilizada na fabricação de tecidos, cordas e barbantes.

A jornada de trabalho era estabelecida em regime de 12 horas por dia e o pagamento feito por meio de vale-barracão. Os trabalhadores estavam sempre endividados com o dono da fazenda, que também era o dono do armazém, onde os produtos custavam duas ou três vezes mais caros do que na cidade.

Na noite em que passamos no dormitório dos trabalhadores da Fazenda Rami, falamos de liberdade, socialismo e revolução. Quando fomos embora, antes do dia amanhecer, muitos daqueles peões queriam ingressar na luta. Desconversamos e saímos de fininho. Ainda não era o momento para aquele tipo de adesão. Nosso envolvimento direto com os conflitos sociais iria ser no decorrer da guerrilha, e não antes.

Mas acontece que as injustiças cometidas na região eram tantas que a gente acabou se envolvendo em alguns casos, como aconteceu em Santa Helena, região com alto grau de tensão. Nos enfrentamentos entre posseiros e jagunços, acobertados pela polícia e o Destacamento do Batalhão de Fronteiras, ranchos e plantações eram destruídos. De acordo com documentos que, após 50 anos, eu localizei no Arquivo Nacional, nesse conflito dezenas de agricultores foram assassinados.

Apesar da gente evitar se envolver diretamente nos conflitos, em alguns casos, tivemos de pôr a cara. Impossível ficar inerte diante de tantas injustiças, como nos enfrentamentos ocorridos na região de Santa Helena, ou nos atropelos cometidos pela Companhia Colonizadora Pinho Terra.

A solidariedade das famílias camponesas nos estimulava naquelas nossas caminhadas solitárias. Cito, como exemplo, a dona Astra Fruet e seu Artur, de Vera Cruz do Oeste, em cujo paiol passamos muitas noites. Era um luxo deitar naquela montanha de arroz ainda sem descascar. Luxo porque, na maioria das vezes, dormíamos no meio das roças, como em certa ocasião, quando fomos entrar em contato com companheiros de Pato Bragado. Na volta para Foz do Iguaçu, um pouco antes de Itacorá, começou a chover às pampas. Paramos no

meio de uma plantação de hortelã e deitamos entre as toras de madeira espalhadas pela área, recentemente desmatada. Naquela noite, dentro de nossos sacos de dormir, com o fecho écler puxado até o queixo, pegamos no sono embalados pelo *chuá-chuá* da chuva e pelo suave aroma de hortelã. Nós éramos jovens e tínhamos estrelas nos olhos.

No início de 1968, adquirimos dois sítios para servir de base para nossas ações revolucionárias. Um, entre Cascavel e Toledo, e outro, em Matelândia.

1968 foi um ano fantástico, parecia que a revolução batia em nossas portas. Na França, a juventude assaltando os céus, nos Estados Unidos a luta por direitos civis radicalizava, no Vietnã, o invasor yankee levava uma bela surra, no Rio de Janeiro e São Paulo recrudescia a luta de massas contra a ditadura militar.

Nesse contexto de euforia e de “vem vamos embora, que esperar não é saber”, outros companheiros do Rio e Curitiba vieram para a região oeste do Paraná. De Curitiba, chegaram o Lauro Consentino Filho, o João Manoel Fernandes e o Cândido Gaia, conhecido por Zapatinha. Lauro estabeleceu seu consultório de dentista em Medianeira, enquanto João Manoel e Zapatinha se incorporaram à “coluna guerrilheira”, em construção.

Passamos o ano de 1968 percorrendo a região, mapeando tudo. Enquanto um grupo fazia o levantamento, outro grupo passou, cerca de oito meses, fazendo treinamento guerrilheiro dentro do Parque Nacional do Iguaçu, abrindo picadas e escondendo armas e comida.

Em 1969, a maioria da militância, que estava concentrada no Rio de Janeiro, puxou uma discussão, com o objetivo de reavaliar a linha política da organização.

Foi proposto um recuo, e a organização, que já havia adotado o nome de MR8, decidiu fazer uma assembléia para decidir se a opção tática seria pura e simplesmente pelo foco guerrilheiro no campo ou fazer a luta contra a ditadura aliando guerrilha no campo com guerrilha urbana e trabalhos de massas.

Para discutir essa proposta de mudança na linha da Organização, nós evacuamos a área para fazer o debate em Curitiba e no Rio.

Foi durante a evacuação da área que ocorreu minha prisão, em 4 de abril de 1969. Após alguns contatos nas bases camponesas, o jipe conduzido por Mauro Fernandes, bateu em outro carro nas proximidades da rodoviária de Cascavel.

Enquanto Mauro saiu pra buscar um chapeador, eu fiquei na calçada cuidando do jipe, que estava abarrotado de livros e dos levantamentos que fizemos na região.

Ainda falei pra ele, “Silas (esse era o nome de guerra do Mauro), jogo rápido, dá o dinheiro pro cara e vamos cair fora”. Mas o dono do outro carro não queria pegar dinheiro sem o orçamento e tirou a chave da ignição do jipe.

Eu, postado na calçada, cercado por curiosos, fiquei sem ação, em dúvida sobre o que fazer. Saio correndo? Ir embora, pegar um ônibus pra qualquer lugar ou ficar cuidando do jipe cheio de materiais da Organização?

E, também, não podia deixar o Silas na mão. Com certeza, ele iria voltar. Foi durante esse vai e vem de muitas dúvidas, que então um fiscal da Colonizadora Pinho e Terra gritou para os policiais que estavam nas proximidades, que eu era comunista e fazia agitação no campo. Atendendo aos gritos do jagunço, os agentes da polícia me agarraram e começaram a me arrastar em direção à Delegacia.

Ao ver a movimentação, o Silas, que voltava, deu no pé e só parou em Curitiba, onde entrou em contato com os membros da Organização que estavam reunidos no “aparelho” da Avenida Brigadeiro Franco.

Após alguns dias de torturas, em Cascavel, Foz do Iguaçu e Curitiba, fui levado para o Presídio do Ahú, onde fiquei num cubículo, que os presos chamavam de “fundão”.

Na ocasião, havia presos políticos no Ahú. Eram os estudantes que caíram na Chácara do Alemão, onde realizavam um pré-Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes. Na galeria de presos políticos, estavam também sindicalistas e membros dos “Grupos dos Onze”.

Quando os estudantes souberam que eu estava no “Fundão”, fizeram um movimento e eu fui transferido para a cela onde eles se encontravam.

Foram dias de acolhimento e recuperação só interrompidos quando agentes da ditadura entraram no presídio e me levaram novamente para o pior dos mundos.

Eu ainda estava lambendo as feridas, quando entrei de novo na roda-viva das torturas. Foram dias de vai e vem para a delegacia de Ordem Política e Social e para o quartel da Polícia do Exército que, na época, estava instalado na Praça Rui Barbosa. Novamente fui pendurado no pau-de-arara e recebi choques elétricos, além de ficar de pé, pisando em latinhas de massa de tomate. Nessa mesma noite, a Jane Argolho também ficou de pé nas latinhas. Janetinha até hoje treme e chora quando fala das torturas na Dops de Curitiba. Esses dias e noites de suplício são relatados por Políbio Braga, que estava preso com a gente, em seu livro “Ahú, diários de uma prisão política”, Editora Movimento XXI.

Nessas sessões de tortura, agentes da Dops torturavam, e oficiais do Exército e da Marinha interrogavam. Acho que a presença dos oficiais do Exército era porque eu respondia Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado pela 5ª Região Militar. Os oficiais da Marinha vieram do Rio de Janeiro me interrogar devido ao inquérito do MR8, que foi aberto no 1º Distrito Naval. A repressão buscava o que eles chamavam de “dentista guerrilheiro de Medianeira”. Mais tarde, soubemos que um dos companheiros presos no Rio de Janeiro falou de um dentista de Medianeira, que era base do MR8.

Após horas de torturas, reconheci o Lauro Consentino Filho como o dentista que me atendeu em Medianeira. Realmente, o Lauro extraiu uns dentes e fez a prótese que eu estava usando quando caí preso. Enquanto isso, em outro lugar e no mesmo momento, Lauro Consentino era interrogado, e contava a mesma história. Ele foi solto por falta de provas.

Lauro era da diretoria do Diretório Central de Estudantes (DCE), quando o conheci nas minhas primeiras viagens a Curitiba. No início de 1968, ele entrou no MR8 e se estabeleceu em Medianeira. Em um quartinho de sua casa, Lauro guardava materiais da Organização, tais como botas, mochilas, livros e armamentos. Nada disso caiu nas mãos da repressão, pois, assim que soube de minha prisão, em abril, Lauro retirou todo o material do quartinho e jogou no

Rio Ocoy. Consentino conta esse episódio em seu livro *“Ocoy, o rio que levou boiando capacetes militares e os sonhos”*.

Alguns dias após essa situação, de novo fui retirado do Presídio do Ahú. Dessa vez, os militares me levaram direto para Foz do Iguaçu. Durante a viagem o silêncio era absoluto. Acho que não dizer o motivo da viagem era pra me desestruturar. Em Foz do Iguaçu, fui levado para a cela do 34º BFront, onde eu havia ficado preso em abril. Passei uma noite tensa, com barulhos de chave e grades abrindo e fechando. Antes, o chefe do S2 – Serviço de Inteligência do BFront – Capitão Marion Gralha, me espancou com socos na altura do estômago e pontapés. Era sua vingança por não ter conseguido extrair informações no decorrer do IPM do qual ele foi o encarregado. No dia seguinte, saímos pela madrugada e na altura de Céu Azul, as viaturas do Exército pararam no acostamento da BR 277, e fui levado algemado, para dentro do Parque Nacional do Iguaçu, onde os militares me submeteram a espancamentos e simulações de fuzilamento. Dessa vez queriam saber onde estava escondida uma metralhadora. Saímos do mato no final da tarde, eu mancando e os militares sem fôlego. Um dos oficiais se aproximou de mim, afrouxou as algemas e sussurrou: “Estou cumprindo ordens”, dando a entender que estava desgostoso com a missão. Após mais uma noite tensa no Batalhão, no dia seguinte voltamos para Curitiba.

Alguns meses depois, começaram as audiências na Auditoria da 5ª Região Militar e, em setembro, minha filha Florita nasceu. Em outubro, fiquei sabendo do nascimento pela Irmã Araújo, que me contou detalhes do parto. Tenho uma dívida eterna com a Irmã Araújo que, em diversas vezes, levou escondidas minhas cartas para Eunice. Igualmente, minha gratidão aos companheiros e companheiras que estavam no Ahú. Eu saí do pior dos mundos e fui recebido com carinho, acalentado e curado pela solidariedade.

No ano seguinte, fui transferido para o Rio de Janeiro, onde passei por novas torturas no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), na Ilha das Cobras e na Base Naval da Ilha das Flores.

Veio o julgamento, condenação, transferência para o Presídio da Ilha Grande e troca pelo Embaixador da Suíça, em dezembro de 1970. No dia 14 de janeiro de 1971, eu e mais 69 presos políticos, embarcamos no Voo da Liberdade a caminho do exílio.

***Aluizio Ferreira Palmar**, 81 anos, ex-preso político, militou no PCB, foi um dos criadores do MR8 do Estado do Rio de Janeiro. Após sair da prisão, trocado pelo Embaixador da Suíça, ingressou na VPR. Atualmente, é jornalista, fundador do CDHMP de Foz do Iguaçu, membro do Comitê Memória, Verdade e Justiça do Paraná e Medalha Chico Mendes de Resistência.

A práxis do martírio político: uma estratégia de resistência à ditadura

Antonio João Manfio*

Recentemente, repórter gaiato fez capciosa pergunta ao Papa Francisco: “O senhor é comunista”? Ao que o papa respondeu: “Sim, sou comunista, sou fiel aos ensinamentos de Jesus de Nazaré e ao modo de viver das proto-comunidades cristãs. Leia o final do capítulo segundo do livro Atos dos Apóstolos. Lá está registrado: *todos os que criam estavam juntos e unidos e repartiam uns com os outros o que tinham. Vendiam suas propriedades e outras coisas e repartiam o dinheiro com todos, de acordo com as necessidades de cada um*”. A pergunta foi disparada após o Papa Francisco condenar, com veemência, o capitalismo, na Encíclica Fratelli Tutti.

Engels reconheceu autênticos elementos precursores do comunismo marxista na vida dos primeiros cristãos. Marx avaliou mais criticamente a função do sagrado dentro da história profana e afirmou que “a religião é o ópio do povo”. Necessário se faz diferenciar religião de Igreja. A primeira diz respeito à determinada cosmovisão do sagrado. A segunda registra como o sagrado é inviscerado em determinada organização social, a Igreja. O contraditório ocorrente no cristianismo, de ter sido apresentado como libertador, e a prática da hierarquia católica, de ter se deixado capturar pelo poder, acompanhou a Igreja ao longo de vinte séculos.

O *éthos* da fé dos longevos cristãos temperou nova vontade naquelas pobres comunidades. Elas revelavam que não necessitavam mais das propriedades para viver a vida boa prometida pelo líder que fora crucificado, Jesus de Nazaré. E des-sacralizavam o poder do imperador. O Deus dos primeiros cristãos era cultuado e invocado como libertador.

Furioso, o imperador mandava decapitar, esquartejar, torturar até a morte os seguidores da seita que se insurgiam contra a dupla opressão: o imperador e a propriedade privada. O martírio não assustava. Ao contrário, partilhava novos adeptos. E assim foi até início do século III, quando o Imperador Constantino se deu conta da ineficácia de matar cristãos para salvar o poder. Concedeu-lhes liberdade de culto. Em 380, Teodósio oficializou a Igreja como religião de Estado. De perseguida, a Igreja foi se tornando perseguidora, tão cruel quanto os imperadores do primeiro século. Hereges, acusados de bruxaria, eram queimados vivos, sem dó nem piedade, como fez o exército de Josué no cerco e destruição de Jericó há quatro mil anos. E assim foi até o Renascimento, quando Martinho Lutero, ao provocar inesperado cisma dentro da Igreja, promoveu também avassalador abalo sísmico na estrutura do poder feudal. A Guerra dos Trinta Anos rachou a Igreja pelo meio e empurrou para o museu da história o velho feudalismo, descrito por Marx, como secular modo de produção. Libertos da tutela papal os novos protestantes originaram novo *éthos* ideológico, descrito por Max Weber como “ética protestante”. No bojo desta nova cosmovisão nasceu o capitalismo que entronizou o individualismo como fundamento da sociedade burguesa.

E a Igreja foi surfando nas novas contradições, sempre agarrada aos dogmas impostos aos seus seguidores como lenitivo dos rigores da exclusão social causados pelo capitalismo emergente. Mas se o feudalismo sucumbira, a Igreja continuou feudal, enraizada nas imensas propriedades, que faziam do clero uma classe social. Na Revolução Francesa, o clero esteve lado a lado com os nobres. Expropriada de seus latifúndios e catedrais, a Igreja viu minguar seu poder e influência. E não perdeu a balda atávica herdada de Teodósio: ficar ao lado dos que detêm o poder. A pérfida exploração capitalista sobre a classe operária era aliviada com teologia onírica que pregava o benefício do sofrimento como moeda valiosa de comprar a bem aventurança celestial. Na revolução Soviética, a Igreja realizou o derradeiro *round* de legitimar a exploração de classe. Mas junto com Nicolau II foram fuzilados clérigos palacianos. Mas

nem todo clero russo era czarista. Parte significativa lutou com os soviets e se dedicou à causa da revolução operária.

A hierarquia católica ocidental demonizou o comunismo como inimigo da religião. Aburguesada, a Igreja resistia ter de suportar novo martírio coletivo e refugiar-se nas catacumbas. Preferiu ser braço auxiliar de tantos golpes de Estado e de ditaduras ocorridas pelo mundo afora, mormente na América Latina. A dialética marxista fala em contradições e luta de classe como motor da história. A Igreja sempre esteve envolvida nestas contradições sociais, mesmo que se considerasse estar acima do processo histórico.

Surpreendentemente, de dentro de uma Igreja mofada, como dizia o Papa João XXIII, ao convocar o Concílio Vaticano II, em 1961, uma expressiva ala de católicos aderiu às lutas operárias e camponesas, com o mesmo ímpeto desafiador dos primeiros cristãos. Uma nova e revolucionária teologia - a Teologia da Libertação- deu suporte à práxis política de milhares de militantes cristãos. Prolegômenos da nova teologia se faziam presentes, desde 1891, na Encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII. Até o final do século dezenove, a Igreja focava salvar almas pecadoras encarceradas nas pessoas. Enquanto isso, Marx havia alertado que o capitalismo haveria de matar a alma da sociedade e transformaria as gentes em mercadorias. Na década de sessenta, a Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII, potencializou tanto a reflexão teológica, quanto as práticas políticas que a Juventude Universitária Católica levava a efeito com alegria e entusiasmo, na certeza de que o engajamento político contra todo tipo de opressão seria a nova forma de realizar os conteúdos da fé que priorizavam a supremacia da igualdade e da justiça contra a exploração colonialista que se sustentava pelo braço armado das cruéis ditaduras.

O noviciado, para milhares de jovens que decidiam lutar para transformar a abjeta realidade da exploração colonialista, foi o Movimento de Educação de Base fundamentado teoricamente na pedagogia libertadora de Paulo Freire, que ensinava a ler o mundo, antes de ler a cartilha. Também

despertava consciência crítica o manejo prático do método teológico Ver, Julgar e Agir, com o qual se fazia análise de conjuntura e embasava a práxis da Ação Católica.

Segundo testemunho de Luis Guerra, monitor do primeiro curso de alfabetização realizado em Angicos, RN, em fevereiro de 1963, a decisão do golpe de 1964 foi tomada no encerramento do curso. Jango foi parainfar 300 agricultores que haviam aprendido a ler e escrever em 40 horas. O marechal Castelo Branco, então comandante da Quarta Região Militar, cumprindo protocolo, acompanhou o presidente. Vendo o poder de mudança da pedagogia do oprimido sistematizada por Paulo Freire, sussurrou no ouvido do Jango: “Vocês estão atiçando as cascavéis”. As cascavéis eram os trezentos agricultores presentes ao ato e os vinte milhões de analfabetos que seriam alfabetizados nos milhares de Círculos de Cultura orientados por Paulo Freire, onde milhares de jovens voluntários atuariam como monitores.

A classe dominante serviu-se do exército nacional para liquidar as “cascavéis atiçadas”. Já no dia 2/4/1964 mostrou como seria seu *modus operandi*, ao arrastar pelas ruas de Recife o deputado federal Gregório Bezerra como se ele fosse um cão levado para ser comida pelos corvos. Enquanto os jovens do Movimento de Educação de Base – MEB – apostavam na libertação dos oprimidos através de massiva ação de educação como prática da liberdade, a ditadura fez valer a morte como regra na nova relação de classe. Paulo Freire tinha provado ser possível fazer da educação popular ferramenta de construção de nova soberania nacional, coisa que assustava os generais.

A ditadura se impôs, mas não conseguiu evitar novo despertar da consciência crítica nas massas de oprimidos que enfrentavam o poder dos coronéis, teratenientes, lacaios do imperialismo e dos generais que impunham despótico controle, pelas armas, sobre os que desafiavam o status quo. Uma nova Encíclica papal – *Populorum Progressio*, editada em 1966, empoderou ainda mais a juventude católica que se juntava aos militantes preparados no bojo da luta dos partidos de esquerda. A tese central da Encíclica definia o progresso dos povos

como requisito da paz que se tornaria realidade histórica com a democratização das riquezas das nações.

Em Curitiba, o advogado trabalhista, Edésio Passos, com frequência, comparecia com militantes no Instituto Salette para estudar a Encíclica. Os encontros foram revelando que os cristãos sem os marxistas continuariam mofando nos conventos ou sacristias, e os marxistas, sem os cristãos, continuariam engessados pelos dogmas ideológicos que professavam. Aos cristãos faltava teoria da revolução. Aos marxistas, a prática revolucionária. A militância católica foi se compondo com a Ação Popular, que se inspirava na Linha de Massas adotada por Mao Tsé Tung na guerra revolucionária chinesa. Mas, apesar das diferenças, cristãos e marxistas se juntavam e empunhavam as mesmas armas de combate. Edésio Passos aproximou ambos os campos. Celso Furtado, referindo-se a esta confluência de matrizes ideológicas, afirmava que, no começo da década de sessenta, duas fontes de fé revolucionária mobilizavam a juventude: a fé cristã, comprometida com a justiça e igualdade, e a ideologia comunista, que propunha o fim da propriedade privada dos meios de produção e a instauração de governo controlado pelos trabalhadores.

O golpe de 1964 foi legitimado pela marcha das rezadeiras que pediam intervenção militar para conter o avanço do comunismo. Este era o cânone da Igreja afeita ao conluio com o poder. Outra parte da Igreja rezava a cartilha dos primeiros cristãos, a cartilha recomendada pelo Papa Francisco. Nos imundos porões que a ditadura instalou para sequestrar militantes cristãos e marxistas, acumulavam-se mártires da resistência. Uns acreditavam testemunhar a fé bíblica, outros, convictos de que novo humanismo nasceria da doutrina da igualdade exposta no Manifesto Comunista.

No continente latino-americano, a Revolução Cubana era saudada como estopim do processo revolucionário continental que haveria de extirpar as bases de sustentação da exploração. A aura dos líderes máximos – Fidel Castro e Che Guevara – transversalizava a alma da juventude que perdia o medo da repressão e aumentava a disposição de lutar, mesmo que isto lhe custasse a vida.

Cristãos e comunistas, comprometidos com a revolução, celebravam a memória destes mártires que, a despeito das diferenças filosóficas, se irmanavam ao rezar, na prática, o catecismo e do humanismo fundado na justiça e igualdade social. Ser teísta ou ser ateu não causava mais controvérsia. Passara o tempo em que tanto o marxismo do velho Partidão como o dogmatismo da hierarquia católica se emparedavam. O diálogo entre intelectuais de ambos os cortes ideológicos vinha sendo feito, desde a década de cinquenta, por teólogos italianos e comunistas do PCI. O livro *Diálogo Posto à Prova*, de Mário Gozzini, registra este inédito feito entre intelectuais cristãos e marxistas. Ambos afirmavam visão esperançosa da história e propunham a emergência de novo homem. Marx acreditava que este novo homem seria o homem comunista, que, liberto da opressão econômica, poderia dedicar-se a outras causas além de trabalhar o tempo todo para sobreviver. Os cristãos acreditavam que o novo homem, o homem regenerado, resultaria da prática da justiça social, embora, ainda viesada pela caridade paroquial. Uma síntese superior surgia com o teólogo, filósofo e cientista, padre Teilhard de Chardin, lido e referido pelos remanescentes da JUC – Juventude Universitária Católica, como apoio teórico para fundamentar a luta política.

Segundo ele, poder-se-iam cancelar as dissonâncias entre fé e razão, entre ser cristão e militante da causa dos oprimidos.

Movidos por esta poderosa mística, milhares de agentes de pastoral se engajaram na luta contra a ditadura. Muitos são lembrados como mártires. Pode-se citar Dom Oscar Romero, abatido por tiro de fuzil pelos capangas de Somoza enquanto celebrava a missa. Frei Tito de Alencar, que suportou brutais ignomínias do demoníaco Sérgio Fleury Paranhos que prometeu virá-lo pelo avesso. Padre Camilo Torres foi assassinado, no dia 15/2/1966, enquanto combatia como guerrilheiro do Exército de Libertação Nacional, na Colômbia. Mais tarde, Irmã Dorothy foi assassinada pelos pistoleiros dos grileiros de terra pública. Padre Lage, ao ajudar Julião a organizar as Ligas Camponesas, tornou-se referência evangélica para seminaristas e padres se envolverem no processo revolucionário.

A lista é longa. O livro *O Cristo do Povo*, escrito por Márcio Moreira Alves, oferece longa nominata de heróis e mártires que se imolaram na resistência à ditadura. Segundo ele, os generais temiam mais as legiões de cristãos agrupados na Ação Popular do que o velho Partidão. Derrubada a ditadura, procedeu-se à exumação dos cadáveres, ainda incompleta como recorda um mártir vivo, o Aluízio Palmar.

Cardeal Arns liderou movimento de publicização do que escondiam os cemitérios e as valas comuns clandestinas. O livro *Brasil Nunca Mais* tornou-se tribuna de acusação de tantos criminosos e de crimes cometidos pela maledeta ditadura, como costuma chamá-la Leonardo Boff.

As atrocidades cometidas pelos órgãos repressores no Paraná estão profetizadas neste livro. Mas uma lembrança continua horrorizando minha memória. Ao chegar no Presídio do Ahú, Olien Piripiri, como era chamado, estava com o corpo salpicado de feridas produzidas pela brasa do charuto do torturador. Os autores deste livro de resgate da memória da luta de uma geração ensandecida, a geração das utopias, a Geração 68, são testemunhas e sujeitos de inomináveis crueldades cometidas, sem divulgação da imprensa censurada e sem manifestação da hierarquia católica emudecida. Aqui escrevem não por terem ouvido falar. Falam de sua luta e das crueldades que sofreram por lutarem. Muitos estão na cova profunda e não podem mais falar. Nós devemos falar, pois se ficarmos calados, quem conhecerá o que fizemos e o que fizeram com nossos corpos os torturadores?

Pessoalmente, experimentei a maldição de constar na lista do Esquadrão da Morte, e de estar marcado para morrer. Oficial da Marinha informou o advogado Lamartine Correa de Oliveira, que, se fosse encontrado, seria fuzilado. Pesava contra mim a acusação de ter sido o agressor do capitão Sérgio Mastek Ramos, que comandou a tropa de repressão na manifestação de 19/10/968. O capitão foi golpeado por militante que empunhava cano de ferro. O golpe na cabeça produziu ferimento profundo, poderia ter sido fatal. Mas o comandante sobreviveu e foi reformado. Seu pai pediu a cabeça do agressor e encaminhou minha ficha para o Esquadrão da Morte.

Mesmo tendo cumprido dois anos de condenação, ter retornado à Universidade Católica para concluir o curso de Filosofia, e de não ter sido provada a autoria da agressão, na noite da formatura, 11/12/1971, dez agentes da Polícia Federal estiveram, de madrugada, no coletivo onde me escondia, imaginando encontrar um aparelho pronto para a guerrilha. Ocorre que o último ônibus adiantou a partida e eu fiquei sozinho na Praça Tiradentes. Socorrido por colega a caminho de casa, já tarde do dia seguinte soube do ocorrido. Depois de amargar dois meses de clandestinidade na fronteira sul, decidi retornar para Curitiba, sabendo que seria eliminado, caso fosse preso. Embarquei em Caxias do Sul num velho ônibus da Penha. Exausto e com fome, logo adormeci. Acordei de madrugada. Havia cerco do exército na BR 116, em Lages. Enquanto soldados, portando metralhadoras, cercavam o ônibus, três entraram e começaram a conferir documentação. Um apontava a baioneta para os passageiros, outro conferia papéis e, atrás destes, outro apontava metralhadora. Alguém que estivesse dormindo era acordado pela ponta da baioneta. Sentado no último assento dei-me conta de que chegara minha vez. Sem nenhum documento e sem dinheiro, comecei a me angustiar. Ser fuzilado e virar comida dos corvos era estar no umbral do inferno, como descrito na Divina Comédia de Dante Alighieri. Em segundos passou derradeiro filme de minha vida e nele eu era protagonista acostumado aos entreveros da vida, desde criança, na roça. Armei minha defesa, mesmo que morresse. Fingiria que dormia. Ao sentir a cutucada da baioneta, pularia como gato sobre o soldado. Morreria peleando e a posteridade me lembraria como mártir. Os soldados se aproximavam. Lembrei que, no cemitério de Mossoró, a tumba mais visitada é a do cangaceiro Jarraraca. Decidi encarar a tragédia com garbo. Morrer espetado numa baioneta era mais heroico do que ser fuzilado pelo Esquadrão da Morte. Recorri a Jesus de Nazaré e indaguei se me abandonaria naquela situação de morte, sendo que, ao longa da vida, fui seu companheiro. Respirei consolo onírico. Senti a alma sair de dentro do corpo e se instalar, como muralha, entre mim e os soldados. Mergulhava num abismo luminoso quando o soldado da baioneta esticou o

braço para me cutucar. O soldado que conferia a documentação segurou a arma do colega dizendo “neste não vamos mexer”. Viraram as costas e caminharam para deixar o ônibus. Ouvi o barulho da ignição do motor e a porta fechando. Puxei a barra da cortininha e vi os soldados se afastarem, enquanto gargalhavam.

Aqui me reencontro com os temas complexos do diálogo entre cristãos e ateus: o fim seria o fim, ou poderíamos acreditar em outro recomeço? Na minha luta encontrei a resposta prática para o enigma. Acreditar que o universo é dirigido por outra força que nós ainda não conhecemos cientificamente não atrapalha a luta para construir sociedade melhor. Deus poderá ser descartado como fabulação dos sofredores. Para mim, no entanto, Jesus de Nazaré potencializou o compromisso histórico. Como acontecia com outros, a repressão não me intimidava, o martírio constava como consequência de uma escolha, sem retorno.

Os delegados da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) me dedicavam especial ódio por acreditarem que seria comunista treinado em Cuba e infiltrado na Igreja. No Instituto Salette, onde eu realizava os estudos para ser ordenado padre, funcionava bunker de apoio à luta que se processava nas ruas. Com o apoio do diretor, padre Santo Rossetto, Edésio Passos montou oficina de produção de material de divulgação. Numa feita trabalhamos durante a noite toda para mimeografar cinco mil manifestos. No dia seguinte, Santo Rossetto viu o jipe do exército adentrar o pátio do Instituto. Correu e orientou que desse sumiço naquele material. Rápido, enfiei num saco de aniagem, aquele usado pelo IBC, pastas de estênceis virgens e perfurados, botijas de tinta, papelada acumulada, pacotes de manifestos prontos, acrescentei, ao pacote, dois tijolos, amarrei a boca do saco, arrastei até a pocilga e afundei na estrumeira no fundo do pomar. O policial quis deambular pelo interior do Instituto e chegou até o chiqueiro desativado. Mudo, ficou olhando o borbulhar daquelas bolhas amareladas e fedorentas. Ao despedir-se do diretor, o espião aconselhou precaver-se dos comunistas que se infiltravam,

segundo ele, nos conventos e seminários disfarçados de cristãos, mas são contra a religião, dizia.

Ao longo da vida, tenho encontrado pessoas frustradas que dizem que gostariam de poder ser reconhecidas como Geração 68. Viveram vida medíocre, burguesa. Passaram pela história, mas não fizeram história. Muitos outros se confrontaram com o dilema de contemplar o mundo ou de transformá-lo como dizia Marx na tese onze sobre Feuerbach. No isolamento carcerário pudemos constatar como pessoas que não eram militantes comunistas, mas motivadas pelo chamado da solidariedade familiar, agiam no limite do testemunho em favor da luta por um mundo melhor. Quero chamá-las de “Mulheres do Ahú”, lembrando as Mulheres de Atenas e as mães da Praça de Maio. Se no início, seu engajamento decorria da conjuntura familiar, aos poucos foi evoluindo para a fronteira da luta contra a ditadura. Mães, noivas, esposas, irmãs e amigas formaram coletivo de apoio substancial para mitigar os horrores do cárcere. Quero destacar Fany Paciornick, a quem chamávamos de “super mãe”; Irmã Araújo e suas colegas “Lidiona” e “Lidinha”, como foram carinhosamente apelidadas; Rosa e Nancy; Ruth Zafalon Martins e Célia Toledo; Lea Villar, Carminha e Beatriz. E muitas fizeram história conosco. Devo lembrar que as três irmãs religiosas haviam deixado o conforto da “Casa Grande” nas Mercês para morar num mucambo da periferia. Assim elas acreditavam testemunhar, de modo radical, sua vocação religiosa.

Quero destacar também dois militantes: Cônego Haroldo, já velhote, sabia conciliar o trabalho paroquial na Igreja Santa Terezinha, a igreja dos casamentos burgueses, com sua inserção nas periferias. Dizia ele que os momentos mais felizes eram passados conosco. Pedro Golin conciliava o estudo na PUC com o trabalho de sobrevivência, a militância política na Ação Popular com a dedicação ao esporte universitário, onde se sobressaía como aguerrido ponteiro esquerdo e uma tarde semanal convivendo conosco. Lutamos todos, mesmo que tenhamos fracassado, como diz o mestre Darci Ribeiro. Mas, com ele, podemos dizer: os fracassos são nossas vitórias. Seria, hoje, insuportável estar-

mos no lugar de quem nos venceu. Enquanto houver exploração do homem pelo homem, a utopia comunista continuará seduzindo aqueles que acreditam no inédito viável da sociedade sem classe que explora e sem classe que padece. Ideal que o Papa diz abraçar.

***Antonio João Manfio** era seminarista saletino em 1968, militante da Ação Popular, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, PUCPR. Delegado ao Trigésimo Congresso da Unep, foi preso em Ibiúna, na Chácara do Alemão e na Praça Tiradentes numa manifestação estudantil. Julgado e condenado, cumpriu dois anos de masmorra entre o Presídio Tiradentes, em São Paulo, e a Prisão do Ahú, em Curitiba. Atualmente, octogenário, é professor aposentado.

A luta partidária contra a ditadura em Foz

Antônio Vanderli Moreira*

A inserção num processo histórico não ocorre por passe de mágica; por isso, entendo oportunas algumas colocações introdutórias. Em 1964 iniciei os cursos de Filosofia e Pedagogia. Um ano depois já estava na luta estudantil contra a ditadura. No inverno de 1966 participei do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Belo Horizonte. Nas “eleições” de 1966 fizemos a campanha do “anule o voto”, com panfletagens, pichações por toda Porto Alegre. Minha ideia era: quem tomou o poder pela força deve ser apeado do poder pela força. Não acreditava em oposição partidária consentida. Durante as lutas contra a ditadura iniciou-se uma aproximação com a Ação Popular (AP). Em janeiro de 1968 estive preso por cinco dias na cela (quarto escuro) da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), no Palácio da Polícia, na Avenida Ipiranga, em Porto Alegre. Foram três depoimentos em dias distintos até que resolveram me soltar. A prisão foi clandestina (como de praxe); no processo que correu na Auditoria Militar constou que eu me apresentava para depor; mas estava preso no quarto escuro (eu só via sinal de luz por três canos no alto, certamente para entrada de ar). Aí queimou minha aproximação com a AP.

Em julho de 1972 já estava em Foz do Iguaçu. Em novembro houve eleição para a Câmara Municipal; estando a cidade em área de segurança nacional, o prefeito era um coronel nomeado. Candidatos só da Arena; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não tinha sequer diretório municipal. Elegeram-se nove vereadores, por óbvio, todos arenistas.

Em 1974, a eleição foi para deputados estaduais, federais e senadores. Eu continuava com a ideia de que eleição era só para enganar a torcida e não participava da campanha. O horário político eleitoral era só na Rádio Cultura, ao

vivo; não havia outra rádio local e muito menos televisão. Era uma apresentação após o meio-dia e outra à noite, revezando-se os dois partidos. Nos horários do MDB, tocava música porque ninguém se apresentava para fazer propaganda. A Arena tinha um candidato local a deputado estadual. Um amigo meu pedia votos para Fidelcino Tolentino e Paulo Marques, de Cascavel. Em 27 de outubro ele pediu para eu fazer uma saudação pelo dia do funcionário público, dia 28. Depois de relutar, assenti e fui até a rádio. Prestei homenagem ao servidor público, lembrei as conquistas trabalhistas sociais da Era Vargas. No dia seguinte, o candidato da Arena, entre outros impropérios, ofendeu a memória de Getúlio Vargas. Me queimei na parada. Getúlio Vargas, Leonel Brizola, com as imperfeições inerentes a qualquer ser humano, foram exemplos de verdadeiro nacionalismo, de defesa intransigente dos menos favorecidos. Agarrei-me ao microfone até a antevéspera da eleição em 15 de novembro. Fazia esclarecimentos ao eleitor, alertas pelo voto consciente. As mensagens diárias começavam assim: “Sofridos irmãos que suportais um regime de força, um chamado estado de exceção, um 1º de abril que já dura dez anos e até hoje não se normalizou, boa noite”. E terminava assim: “Vote na legenda libertária do Movimento Democrático Brasileiro. E o povo voltará a ser poder.” Conclusão: o candidato da Arena, correndo sozinho, não se elegeu.

Uns corajosos opositores do regime ditatorial se entusiasmararam e propuseram a recriação do diretório municipal do MDB. Encabecei uma Comissão Provisória nomeada pelo Diretório Estadual e convoquei convenção.

Em julho de 1975, no galpão da igreja matriz, realizou-se a convenção municipal do partido, tendo eu ficado como presidente da comissão executiva. Precisava pensar de imediato na eleição municipal de 1976 porque os nove vereadores da Câmara Municipal eram da Arena. Apoio da classe dominante, apoio financeiro, nem pensar. Qualquer um que se declarasse de oposição sofria perseguições, a começar pelas do coronel prefeito. Então comecei a organizar os filiados em células. Em cada bairro da cidade, em cada distrito do município eu criava um subdiretório, com um grupo local encarregado da

politização no lugar. Assim enfrentamos a eleição de 1976 sem recursos, só na base do trabalho de porta em porta, comícios em todos os cantos do município. Não havia recursos para a campanha; mandei imprimir um cartaz com os nomes dos candidatos, o qual era colado em todos os cantos da cidade. O serviço de som era através de duas cornetas num fusquinha velho que arrematei num leilão. Desse jeito enfrentamos a ditadura. Mesmo com a pressão do coronel prefeito, com os votos a cabresto trazidos do Paraguai pelos candidatos da Arena, com os votos a cabresto dos que estavam construindo a barragem de Itaipu, com a manipulação na apuração de voto impresso, elegemos quatro vereadores.

No início de 1977 houve eleição para a Presidência da Câmara Municipal. Um vereador da Arena não rezava na cartilha do coronel prefeito. Combinamos (os vereadores, não eu) de votar nele. Mas tínhamos inimigo na trincheira. Deu quatro a quatro e um voto em branco. Reunimos a bancada e combinamos uma mandraquice; deu certo; elegemos o nosso candidato.

Sobreveio o “pacote de abril” de 1977. Voltei à velha ideia; renunciei à Presidência da comissão executiva e continuei só como membro do diretório municipal. Éramos um grupo unido e guerreiro. Mas nem tudo é perfeito; havia no meio informantes do S2 do Exército. Tivemos inclusive que expulsar do partido uma vereadora (obviamente após o devido processo legal). Até o sargento Alberi aproximou-se de nós (com segundas intenções, lógico).

O Movimento Democrático Brasileiro foi um instrumento que contribuiu para o retorno pacífico do Brasil à “normalidade” democrática (“normalidade” porque a verdadeira democracia não se resume à liberdade de reclamar). Infelizmente hoje, pelo menos em nível nacional, o MDB deixa muito a desejar, dominado por oportunistas inescrupulosos.

No fim do dia 6 de setembro de 1979 recebemos Brizola no aeroporto, em sua volta do exílio por Foz do Iguaçu.

Em 20 de dezembro de 1979 foram extintos o MDB e a Arena.

Houve convite para a gente se filiar ao novo partido de oposição que es-

tava sendo criado, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Eu pensava que para acabar mais rápido com a ditadura o certo seria a sigla histórica do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com a liderança de Brizola. Então entramos de corpo e alma na organização do PTB em Foz do Iguaçu e região.

Certo dia de fevereiro de 1980, estava em “charla” fraterna com Aluizio Palmar, no escritório em frente ao antigo Fórum. Aluizio comentou sobre os programas radiofônicos que Brizola fazia, às sextas-feiras à noite, pela Rádio Farroupilha de Porto Alegre. Estalou nas idéias que um antigo colega da Faculdade de Direito, Carlos Augusto de Souza, era deputado estadual lá nos pampas. Telefonei para a Assembleia Legislativa, falei com Carlos Augusto e propus que Brizola apresentasse o programa de Foz do Iguaçu. E no dia 22 de fevereiro de 1980, uma sexta-feira à noite, Brizola apresentou seu programa pela Rádio Farroupilha, do Oeste Paraná Clube, em Foz do Iguaçu. Nos dias 22 e 23 fizemos o Encontro do PTB – oeste e sudoeste do Paraná. E fizemos a abertura, assinada por Brizola, do livro da Comissão Provisória do PTB de Foz do Iguaçu, integrada entre outros guerreiros por Juvêncio Mazzarollo e Aluizio Palmar.

Ocorre que outra pessoa pensou igual a nós, que o PTB com Brizola apresaria o fim da ditadura. Foi o general Golbery do Couto e Silva. E juntamente com Ivete Vargas engendrou o fim do PTB por decisão judicial de 12 de maio de 1980. Em 14 de maio enviamos telegrama ao Brizola sugerindo a fundação do Partido dos Trabalhadores Brasileiros Autênticos. Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista. Organizamos o diretório municipal de Foz do Iguaçu. Por ocasião das eleições de 1989, fizemos campanha aguerrida em Foz do Iguaçu e região pela candidatura de Leonel Brizola a presidente da República. Organizamos o Movimento Nacional Leonel Brizola – Foz. O comitê estadual da campanha, “liderado” por Rafael Greca, não tinha material de propaganda nem para Curitiba; era um faz de conta. Tivemos que nos socorrer da gráfica da Livraria do Globo, de Porto Alegre. Nós comprávamos o papel e eles

imprimiam de graça o material de propaganda. No Paraná, o Brizola só saiu vitorioso no oeste e sudoeste. Mas as elites optaram por outro candidato e deu no que deu.

Quando vimos, o PDT estava infiltrado e dominado por ex-arenistas, filhos da ditadura, como Jaime Lerner, Belinatti e outros. Então deixamos o partido em 1993.

Durante todo esse tempo estávamos sempre à frente das lutas sociais. Foi assim desde a década de setenta, já na luta contra a escancarada corrupção nas obras de remodelação da cidade, já no caso dos colonos de Santo Alberto, São José do Iguaçu expulsos arbitrariamente de suas terras pela ditadura; no caso da Favela da Pluma; no caso dos agricultores desapropriados para a formação do lago de Itaipu; no auxílio ao Conselho Indigenista Missionário, a luta politizadora através do jornal Nosso Tempo, liderado por Aluizio Palmar e Juvêncio Mazzarollo.

E assim era nossa luta, pensando (e já parafraseando o grande timoneiro): “Nós queremos transformar o Brasil politicamente oprimido e economicamente explorado num Brasil politicamente livre e economicamente próspero e mais: nós queremos transformar o Brasil ignorante e atrasado, sob a dominação da antiga cultura, num Brasil esclarecido e avançado, onde dominará a nova cultura. Edificar uma nova cultura é nosso grande objetivo.”

Infelizmente, pouco avançamos na busca de um país esclarecido e avançado. Mas a esperança é a última que morre. A luta continua.

***Antônio Vanderli Moreira** é advogado, nascido em Caçapava do Sul, RS em 19/07/1943, residente em Porto Alegre de 1948 a 1972; formado em Pedagogia, Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Militou no movimento estudantil de Porto Alegre e em 1972, mudou-se para Foz do Iguaçu, onde atuou em defesa dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito.

Militância e prisões – um pouco de minha história

Bernadete Simon Zanetti*

Aos Nossos Filhos

(música eternizada na voz de Elis Regina)

Perdoem a cara amarrada

Perdoem a falta de um abraço

Perdoem a falta de um espaço

Os dias eram assim

Perdoem por tantos perigos

Perdoem a falta de abrigo

Perdoem a falta de amigos

Os dias eram assim...

Criada numa família católica praticante, estive ligada às atividades da Igreja até a adolescência. Em 1964, ano do golpe civil militar, eu tinha 14 anos e, como meus pais, era conservadora e anticomunista. Convidada por meu irmão José Carlos Zanetti para participar do Movimento Familiar Cristão, ingressei no grupo junto com uma garotada da minha idade, 15/16 anos. Foi a partir desse grupo, em sua maioria de formação católica tradicional, que comecei minha mutação política. Aos poucos, passamos a entender a necessidade da ação política como parte do compromisso evangélico. A convivência com religiosos progressistas e movimentos de jovens como a Juventude Estudantil Católica e a Juventude Universitária Católica, representantes de uma nova dinâmica

cristã, transformadora, nos impulsionou a lutar por um país melhor. Daí foi um passo para a nossa aproximação com a AP (Ação Popular), organização de esquerda, criada nos anos 60, após romper com a Ação Católica.

Em 1968, já militando na Ação Popular, entrei no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Paraná. Justamente no ano em que o movimento estudantil brasileiro estava no auge.

No Paraná, o movimento estudantil era ativo e, como boa parte dos estudantes, participei em 68 de lutas por ensino, liberdade e justiça. O reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, ex-ministro de Castelo Branco, era o símbolo da política educacional do governo militar. Dentre as mobilizações de resistência à ditadura, ganham destaque as que se colocaram contra a introdução do ensino pago na Universidade Federal do Paraná. Com coragem, determinação e estratégia, os estudantes impediram a implantação do ensino pago. Importante conquista do movimento estudantil paranaense, bem narrada por José Carlos Zanetti no artigo “O Movimento Estudantil no Paraná – 68, o ano que foi uma vida”, do qual reproduzo um trecho a seguir:

(...) “Por obra de um flagrante fotográfico, a luta dos estudantes na Escola Politécnica ganhou repercussão internacional. Foram algumas centenas contra uma polícia armada com ganas de descarregar sua ira diante da ousadia de impedir a inauguração de um curso de engenharia pago numa universidade pública. A área, afastada do centro da cidade, era um imenso descampado no meio do campus ainda rarefeito, ideal para o exercício da cavalaria. Ainda assim os estudantes atiçavam os embrutecidos correndo em ziguezague, jogando rolhas de cortiça para tentar derrubar os cavalos, escapando pelos quintais de moradores assustados. A foto famosa, que correu mundo e ganhou Prêmio Esso, foi Zequinha, estudante de Medicina, enfrentando o cavaleiro de espada na mão, com uma atiradeira (estilingue ou seta, conforme o apelido criado pelo guris). Alguns foram machucados, outros detidos.

Dois dias depois, a resposta foi surpreendente, pelo número de estudantes – uns três mil – e pela surpresa, pode-se dizer, também militar, no campo de operação. O embate, dessa vez, foi dissimulado. Estrategistas, poucas lideranças e grupos de apoio se revezaram pela madrugada tratando dos detalhes. Pelas escolas, salas, cantinas e diretórios circulou o convite para a concentração, bem cedo, na Praça Santos Andrade, de onde saíam os ônibus para a Politécnica. Certamente a polícia estava lá acantonada. Mas tomou-se outra direção, a apenas dois quarteirões, onde fica a Reitoria da Universidade Federal do Paraná - símbolo político do arbítrio do ensino superior.

A ocupação foi cinematográfica e impressionante pela velocidade e entrosamento das iniciativas. Como formigueiro politizado, os estudantes tomaram de empréstimo dos trabalhadores de um prédio em construção, pés de cabra e outras ferramentas para retirar os paralelepípedos e rapidamente ergueram-se barricadas. Carros oficiais que por ali passavam eram imobilizados e um outdoor veio abaixo, com a mesma finalidade – barreiras de proteção. Os comandos eram feitos através de rádios, às 8 horas da manhã a Reitoria estava tomada e protegida. Enquanto a polícia chegava com infantaria e cavalaria, mais estudantes se aglomeravam num círculo externo. O momento mais dramático foi a derrubada do busto do reitor, narciso arrastado por jovens imberbes. Tiveram início as negociações, com mensageiros até a casa do governador. Diante da iminente selvageria, prevaleceu o bom senso. E a gratuidade do ensino público. Os conflitos não pararam por aí. Este foi um feito que merece estar ao lado dos grandes acontecimentos que marcaram o ano de 1968 no Brasil.”

Após o Ato Institucional nº5, dezembro/68, o cerco da repressão apertou, especialmente para as entidades estudantis mais combativas e muitos estudantes tiveram que seguir sua luta na clandestinidade. Uns marcados por serem liderança, outros por opções políticas de suas militâncias de esquerda.

Fui para o ABC paulista, na época a região fabril de maior importância no país. Lá passei por uma vivência interessante de integração política adotada pela Ação Popular. Morei dois anos clandestinamente em São Paulo, de 1969 a 1971.

Cheguei a Mauá, município do Grande ABC, em meados de 69 e por lá fiquei até o final de 70. Seguindo as orientações da Ação Popular, fui com o meu companheiro atuar no movimento operário. Nos instalamos no Jardim Zaíra, bairro popular de Mauá, onde militamos juntamente com Herbert José de Souza, o Betinho, e demais companheiros. A ideia era de integração total na vida dos trabalhadores, residir no bairro, trabalhar em fábrica, dar aula de alfabetização para adultos, nossos vizinhos, participar de encontros, festinhas e almoços em casa de amigos. E isto fizemos em meio aos riscos de reunião, pichação e outras agitações.

Nesse contexto, convivi com o companheiro Betinho, um dos fundadores da AP (Ação Popular). De início, deixou clara a sua condição de hemofílico, inclusive trazia um cordão no pescoço com a inscrição numa plaquinha. O risco de ele ser preso e de sofrer tortura seria fatal. Eram anos tenebrosos para todos, mas este agravante exigia um tanto mais de coragem. A hipótese de vir a morrer estava muito presente para ele. Apesar da fragilidade física, passou pela experiência de integração na produção. Foi decisão dele. Conseguiu emprego em uma indústria de cerâmica. Após reivindicar a troca de função, de carregador de caixas de louças para o serviço mais leve de polir e lixar xícaras, permaneceu na fábrica por quatro meses. Só se demitiu por questões de segurança.

No Jardim Zaíra, desenvolvemos boa relação com a população, criamos vínculos, muitas amizades, o que nos dava vida e ânimo para prosseguir. Ali todos se conheciam e, certo dia, a notícia de uma lista com os nomes de pessoas suspeitas logo chegou até nós. Estava nas mãos de um policial do bairro e foi vista por um dos nossos amigos. Caiu como uma bomba! Muito empenho para tirar todos dali. Paulo e eu fomos os últimos a sair.

Encurralados pela repressão, sem estrutura e perspectiva, deixamos o tra-

balho. Tomados por uma crise existencial, entre o não dá mais, já no nível pessoal, e o “abandono da causa”, tivemos uma luz do Betinho: “Há alternativas de atuação política que podem se encaixar nas condições de cada um. Não é absoluto, aqui é tudo, lá fora é nada”.

Sim, o Betinho é um exemplo disso. Quem não se lembra de suas campanhas com a sociedade organizada em torno do bem-estar coletivo? A Campanha contra a Fome, a Miséria e pela Vida deixou marcas no DNA de muitos brasileiros.

De volta a Curitiba, em 1971, o foco foi retomar os estudos e arranjar emprego. Mas o regime repressivo não dava folga. Muitas prisões aconteceram naquele ano em todo o Brasil. O José Carlos Zanetti foi preso em Salvador junto com vários companheiros, numa preparatória de reunião. Em São Paulo, outros tantos da comunidade do Zaíra também foram presos. No final do ano, foi a vez dos residentes em Curitiba, entre eles: Paulo Sá Brito, Walmor Marcelino, Vera e Luiz Manfredini, Zélia e Edésio Passos. Todos levados pela Polícia Federal para uma delegacia no bairro de Santa Quitéria, em Curitiba. Para surpresa geral, lá encontraram o José Carlos Zanetti, enviado da Bahia para responder a um processo no Paraná. A repressão estendia mais e mais seus tentáculos.

Na madrugada do dia 7 de dezembro de 1971, a Polícia Federal foi buscar o Paulo na casa de seus pais. Ignorava sua residência. Não o encontrando, os policiais obrigaram seu pai a acompanhá-los até o banco onde ele trabalhava. Lá o prenderam. Ficou quase seis meses detido. Da delegacia de Santa Quitéria foi levado para São Paulo, onde ficou preso nos porões da Dops (Delegacia de Ordem Política e Social), depois no clandestino centro de torturas da Oban (Operação Bandeirantes) e, finalmente, no Presídio Tiradentes.

O Paulo preso, sem perspectiva de volta, eu sob ameaça de prisão a qualquer momento, grávida de nove meses do primeiro filho. Não era só a minha vida que estava em jogo. Por questão de segurança resolvi me abrigar na casa dos sogros. Lá, pelo menos, teria mais testemunhas na hora que me levassem.

Lembro-me de um camburão circulando várias vezes, quase parando, na frente da casa e a cada passagem eu deitava na cama, simulando o parto. Este era o combinado. Temia muito pelo bebê, talvez por isso nasceu antes do prazo previsto. Não fui presa. Por quê? Até hoje não sei.

O Paulo só foi conhecer o filho com quatro meses de idade, dentro da Auditoria Militar de São Paulo. Neste mesmo dia foi deliberada sua soltura, a qual não foi cumprida. Aguardei em São Paulo por dias e nada. Desapareceu! De porta em porta o procurei. As respostas eram evasivas ou propositalmente enganosas: “Foi solto e colocado nesta calçada” ou “Saiu deste portão para ali em frente”, ou ainda, “Aqui ele não está, talvez...” Acontecia que soltavam e já prendiam. Passado mais de um mês, sem explicações, o Paulo foi solto. Tempos difíceis!

Trabalhei no Iparades (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) de 1975 a meados 1977. No início de julho de 1977 vazaram comentários de possíveis demissões. Havia uma lista com nomes de funcionários considerados esquerdistas que deveriam ser demitidos por “ordem superior”. Quantos? Quem? Qual era a acusação? Perguntas que estavam no ar e causavam inquietude, desassossego e angústia, especialmente entre os que anteriormente tinham tido uma atuação política, mesmo sem ter qualquer pendência com a justiça. Logo os nomes foram revelados e entre os sete estava o meu. Tudo foi muito tenso e rápido. Em questão de dias estávamos desempregados, sem qualquer justificativa. Oficialmente, demitidos sem justa causa.

As informações chegavam ao conjunto de funcionários de forma velada, cochichada, sem qualquer comunicação oficial. Apesar do estranhamento, as dispensas se deram de forma legal. Até aí não se sabia da “Lista do Frota”. Parecia uma perseguição política localizada. Só depois soubemos da publicação no jornal *O Estado de S. Paulo* de uma lista com 97 nomes de subversivos supostamente infiltrados em órgãos públicos estaduais e federal. Como se não bastassem as perseguições políticas, prisões e torturas sofridas até então, os

nominados tiveram seus direitos mais uma vez violados ao tentarem retomar a vida profissional. Esta foi uma entre outras ações de oposição da ala mais dura do exército contra a orientação do governo central de descompressão do regime.

No Paraná, terra do poderoso Ney Braga, a repressão era preventiva. Seguindo seus passos, o governador Jayme Canet Júnior (1975-78) aceitou o pedido do Serviço Nacional de Informações (SNI) para que demitisse elementos de esquerda em cargos no governo. Na posição de secretário de Planejamento, coube a Belmiro Valverde Jobim Castor concluir a degola. Enfrentar o autoritarismo do regime militar não era tarefa fácil, mas houve quem não se curvou. Pessoas dignas, que ocupavam cargos de chefia, saíram em defesa de seus funcionários, negando-se a cumprir a ordem determinada.

A intenção das autoridades era cumprir a ordem de afastamento de maneira discreta de modo a evitar ter que dar explicações. As demissões ocorreriam individualmente, distribuídas num curto período de tempo. Indignados com a situação, os recém-demitidos resolveram reagir coletivamente. Elaboraram uma Carta Aberta, pedindo esclarecimentos sobre os motivos das demissões e a enviaram para Belmiro Valverde (secretário de Planejamento); Jaime Canet (governador do Paraná); general Ruy de Paula Couto (comandante da 5ª Região Militar. E, ao mesmo tempo, passaram a jornalistas com o intuito de tornar públicas as circunstâncias das demissões. A carta foi bem divulgada e causou embaraço. A denúncia estava feita. Tal ousadia teria consequências, todos sabiam. Publicamente marcados, onde conseguir novo emprego? Muitos tinham filhos pequenos para sustentar. Acima do risco estava a dignidade, e esta falou mais alto.

Com a abertura dos arquivos da Dops, em 1992, foi possível ter acesso às informações e comprovar o caráter exclusivamente político das demissões. Um processo judicial foi movido contra o Estado pedindo indenização e reintegração no cargo. Em 1999, com a ação ganha, fui readmitida. Passaram-se 22 anos entre a demissão e a readmissão. Como já residia há muitos anos em

Florianópolis, profissionalmente estabelecida na área de educação, optei por sair da Instituição.

Do mesmo modo, outros integrantes do grupo de demitidos, participantes da carta - Carmem Regina Ribeiro, Suely Muniz Atem e Hamilton Faria - recorreram judicialmente e recuperaram seus direitos.

No dia 18 de março de 1978, por volta das seis horas da manhã, agentes da Polícia Federal, munidos de mandados de prisão, busca e apreensão, prenderam onze pessoas residentes em Curitiba. Todas ligadas às escolas Oficina e Oca. No dia anterior, a professora Juracilda Veiga, ao sair do colégio de freiras, onde lecionava, foi sequestrada por três homens, que a lançaram dentro de um carro. Durante as 24 horas em que estive nas mãos dos sequestradores passou por intensos interrogatórios, permaneceu sempre encapuzada e foi submetida a choques elétricos. Era acusada de subversão, queriam informações sobre as escolas recém-interditadas e pessoas vinculadas a elas, especialmente as que haviam sido presas.

Em menos de dois dias ocorreram onze prisões e um sequestro. Os órgãos de segurança operaram em duas frentes: uma “oficialmente”, observando os trâmites jurídicos, conforme a Lei de Segurança Nacional; a outra, nas sombras, agindo impunemente como um braço da repressão a serviço do regime.

Os agentes chegaram à minha casa por volta das 8 horas da manhã. Eu estava só com os meus dois filhos, um menino de seis e uma menina de quatro anos. Comunicaram que iriam me levar para prestar depoimento na Polícia Federal, mas não podiam informar sobre o quê. Só lá ficaria sabendo. Respondi que iria, mas só depois que pudesse deixar os filhos com alguém da família e acompanhada por um advogado. Visivelmente nervosa, preocupada especialmente com a segurança dos pequenos, fiz as ligações telefônicas. O sogro logo se pôs a caminho. Difícil foi encontrar o advogado. Liguei para a casa do Edésio Passos, não atendeu. Horas antes fora preso e eu não sabia. Busquei outros, até conseguir um advogado de

confiança. A situação tensa, de diálogos ásperos, foi percebida pelo filho que se achegou e perguntou: Por que você está assim? Respondi: Não gosto dessas pessoas, não são boas. Foi o que consegui falar, levando em conta as condições de entendimento da criança. Tentando aliviar sua preocupação, disse: -Vou, mas logo volto. Já na casa dos avós, ele comentou: - Não colocaram algema na mãe. Reparou que um dos policiais trazia a algema numa das mãos. Depois falou:- Mexeram em tudo, nos armários, nas gavetas... A casa ficou toda bagunçada.

No trajeto de casa para a Polícia Federal tentava encontrar motivos para a prisão. Jamais imaginei que as acusações movidas pelas autoridades policiais envolviam minha participação na escola Oficina. Pensei no Paulo e achei que tinha se livrado da prisão. Quando foram em casa perguntaram onde ele estava e eu neguei saber seu paradeiro. Só que naquela mesma manhã, outra equipe de buscas já tinha ido a Maringá e o conduzia preso para Curitiba.

Na Polícia Federal, não me notificaram os motivos da prisão. Após a revista, fui colocada numa cela junto com Ana Lange, Suely Muniz Atem e Silvia Mendonça. Em seguida, soube da prisão do Paulo Sá Brito e dos demais: Luiz Manfredini, Edésio Passos, Reinoldo Atem, Walmor Marcelino, Leo Kessel e Lígia Mendonça. O clima era de bastante insegurança, não tínhamos ideia da motivação da prisão. Todos tentavam entender o que se passava. Supúnhamos tratar-se de uma perseguição geral às pessoas com antecedentes políticos. Só nos interrogatórios conhecemos os reais motivos da prisão.

Na Polícia Federal ficamos totalmente incomunicáveis. Sofremos muitas pressões para revelar o que os órgãos de segurança imaginavam que fazíamos dentro das duas escolas. Inclusive com ameaças de tortura física. A Oficina e a Oca atendiam crianças de um a seis anos. E nós, pais e educadores, estávamos sendo acusados de doutrinar os pequenos dentro dos princípios marxistas, incutindo neles a negação de valores como a religião,

a família e a pátria. Também achavam que as pré-escolas serviam de fachada para atividades subversivas. Muitos de nós tínhamos um passado de resistência à ditadura, o que nos tornava suspeitos.

Em 1973, um grupo de pais com filhos em idade pré-escolar fundou a AED/Oficina. A Associação de Estudos Educacionais era mantenedora da escola. A intenção dos fundadores era criar um centro de aprendizagem que proporcionasse às crianças condições de iniciativa, criatividade, autoexpressão, autoconfiança e cooperação. O ensino/aprendizagem se daria dentro de uma visão científica, sem qualquer interpretação religiosa. A religião era uma opção familiar. Na AED/Oficina, a relação casa-escola era fundamental. Pais e professores decidiam em conjunto todos os encaminhamentos da escola. Tudo era deliberado democraticamente.

Diante do absurdo da situação, no mesmo dia das nossas prisões, um movimento de resistência se formou em Curitiba. Sob a liderança da Comissão de Justiça e Paz, ligada à Igreja Católica, reuniram-se várias pessoas e diversas entidades da sociedade civil para organizar ações de protesto não só em relação aos onze detidos, mas também ao sequestro da professora Juracilda Veiga.

Na sede da Cúria Metropolitana de Curitiba foi redigida uma carta de repúdio, assinada pela Comissão de Justiça e Paz e por mais 35 entidades religiosas, profissionais e políticas. A “Carta Aberta ao Povo” foi lida em todas as missas de Curitiba no domingo que sucedeu às prisões, ou seja, no dia seguinte. Além da enorme repercussão da carta, outros atos de solidariedade foram organizados com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Diretórios Acadêmicos, Comissão de Justiça e Paz, Movimento pela Anistia, Associação de Professores e representantes das escolas Oficina e Oca. A ligação de Juracilda com o movimento católico, provavelmente, motivou a Comissão de Justiça e Paz a se posicionar ativamente contra as ações repressivas dos órgãos de segurança do Paraná.

Incomunicáveis, não sabíamos o que acontecia lá fora. Somente quando fomos soltos tomamos conhecimento da dimensão da solidariedade, não só dos

movimentos em Curitiba como em todo o país. A prisão dos onze na capital paranaense repercutiu em todo o noticiário nacional. Durante aqueles dias, páginas inteiras foram dedicadas às denúncias e atos de repúdio, aos pedidos de habeas corpus em favor dos onze detidos, à soltura parcelada dos presos e seus depoimentos, aos pedidos de processo por abuso de poder e pelo fim da interdição das duas escolas.

O inquérito foi arquivado por falta de elementos que pudessem dar sustentação à acusação. As escolas Oficina e a Oca voltaram às suas atividades.

Em 1981, já em Florianópolis, fiz amizade com pessoas ligadas à Universidade Federal de Santa Catarina. Duas atuavam como educadoras no SESI (Serviço Social da Indústria) e tinham filhos em idade pré-escolar. Pensavam em criar uma escola para seus filhos e se interessaram pela experiência da AED/Oficina. A partir daí, um grupo de pais e demais interessados em educação passaram a se reunir para concretizar a ideia.

A proposta era proporcionar uma educação alternativa em oposição à educação tradicional. Depois de muitos encontros, debates e assembleias nasceu, em 1982, a Sarapiquá, escola associativa/cooperativa. Dois anos depois, em sociedade com uma pedagoga, foi criada a Escola Vivência. Também motivada pela ideia de construir um espaço educativo saudável e instigante às crianças. Questionava o ensino passivo e alienante e propunha uma educação participativa, cooperativa e democrática.

Ambas iniciaram seu projeto na Educação Infantil.

Progressivamente ampliaram seu atendimento até o 9º ano do Ensino Fundamental. Na Vivência, trabalhei 30 anos, até seu fechamento em 2014. A Sarapiquá já tem 42 anos.

Sim, a AED/Oficina deu frutos.

Por fim, essas iniciativas não eram isoladas, faziam parte de um movimento de educadores progressistas, inspirados em grandes pensadores da educação libertadora, que incluíam todos os sujeitos no ato de educar: professor e aluno constroem conhecimentos, a criança cria hipóteses em sua aprendizagem, o

professor é mediador e não detentor do saber. A educação é um ato político, nas palavras de Paulo Freire.

***Bernadete Simon Zanetti** nasceu em Curitiba em 1950. É formada em História pela Universidade Federal do Paraná. Foi pesquisadora no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, e no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Em Florianópolis desde o início da década de 1980 sempre trabalhou na área de Educação, como professora e orientadora pedagógica. Está aposentada.

O Intruso

Carlos Marés*

O movimento estudantil de esquerda resolveu, naquele ano de 1966, disputar as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Essa forma organizativa tinha sido criada pela ditadura em 64, com a famigerada lei 4.464/64.

A esquerda era contra a lei e propugnava a manutenção das formas antigas de organização, os centros acadêmicos. Não era aceitável a limitação imposta aos diretórios como só organizador de “*reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo*”, como dispunha a lei, todos tinham consciência de que a organização teria que ser política. Mas os diretórios de cada Faculdade e o DCE eram espaços possíveis de ação, além de serem as instituições que nomeavam os representantes estudantis nos colegiados da Universidade.

A decisão foi disputar as eleições e fazer política sem acabar com os centros acadêmicos, quando possível. Por consenso, a esquerda foi às eleições.

Cada faculdade elegia um representante e o presidente era escolhido pelo voto universal de todos os cursos, formando assim o colegiado diretivo do DCE. Dez faculdades compunham a Universidade, naquele momento. Apenas duas faculdades não tinham organizações de esquerda e, das oito restantes, a esquerda ganhou em sete. A única derrota foi justamente na Faculdade de Filosofia, numa renhida eleição marcadamente ideológica, em um pleito confuso e não muito transparente.

O presidente eleito pelo voto universal e sete representantes de esquerda das Faculdades eram aliados numa coligação com predominância do Partido Comunista Brasileiro e seus simpatizantes.

A meta da coalizão era ampliar a base e ganhar para as lutas estudantis os três outros membros não comprometidos, inclusive aquele que havia derrota-

do a esquerda numa campanha maliciosa e difícil, mas de cunho nitidamente partidário. A primeira reunião foi apenas de apresentação e cada um declinou o nome, a Faculdade representada e pronunciou um pequeno discurso reivindicatório. Aquele grupo deveria eleger o vice-presidente, o secretário e o tesoureiro que, juntos com o presidente, formariam a diretoria executiva do DCE. Tudo foi feito sem alarde e sem oposição conforme já havia sido combinado entre os oito companheiros. O presidente votava. É claro que nenhum dos três desconhecidos ousou se apresentar para integrar a nova diretoria executiva. Ficou visível que eles não tinham representação política nem vinculações entre si. O único potencial opositor poderia ser o representante da Filosofia, que não aparentava nenhum contato com os outros dois. A escolha da diretoria foi unânime.

A reunião transcorreu serena e sem sobressaltos, exatamente como havia sido combinado. A diretoria foi eleita obedecendo à divisão das organizações formadoras da aliança, com forte predominância do Partidão, Partido Comunista Brasileiro. As manifestações dos oito aliados foram contra a política educacional e contra a lei 4.464. Por cautela sequer foram usadas palavras já proibidas naquele ano, como ditadura, socialismo e comunismo. Os outros não contestaram, apenas se apresentaram e expuseram algumas dificuldades de seus cursos. O representante da Filosofia escutou, elogiou a conduta de todos, votou nos candidatos únicos à diretoria e nada mais disse, sequer se referiu ao curso que fazia e suas mazelas.

Os tempos eram difíceis naquela época, a ditadura militar estava se consolidando e o medo e a desconfiança já se haviam instalado na sociedade. É verdade que a esperança aumentava dia a dia, especialmente entre os jovens estudantes que acreditavam poder com as próprias mãos traçar os caminhos da liberdade. Era fácil organizar grupos de estudos políticos, promover reuniões e arregimentar estudantes para as organizações socialistas. O Partido Comunista Brasileiro era majoritário e a Ação Popular mantinha com ele uma discreta aliança naquele momento em Curitiba. Ainda não havia cisões no Partidão, mas a disputa por quadros era intensa e a colheita sempre pródiga.

A diretoria do DCE resolveu se reunir semanalmente e as questões políticas emergiam em todos os debates. O proselitismo era o que parecia ser a missão mais importante dos estudantes que imaginavam promover a formação de quadros operários e camponeses. Para isso, era imperioso criar e organizar instrumentos capazes de estabelecer a relação com as outras classes sociais. Naquele momento, os quadros do movimento estudantil pareciam, ou acreditavam, talhados para ser a vanguarda da revolução ou, pelo menos, sua vanguarda teórica. Nas cantinas das faculdades, salas de aula, refeitórios acadêmicos, praças ou qualquer lugar se reuniam grupos de estudantes discutindo Sociologia, Antropologia, Economia Política e, sobretudo, os clássicos do marxismo.

Em pouco tempo o DCE organizou um grupo de teatro de estudantes, o Teatro do Estudante Universitário (TEU) e um Cineclub. Seminários e debates teóricos eram organizados com convidados que aceitassem vir de graça. Espetáculos musicais, teatrais e belas e entusiasmadas conferências formavam uma rotina além das aulas. O trabalho era intenso e, em pouco tempo, em todas as faculdades havia grupos de estudos, mesmo nas duas que não estavam organizadas antes das eleições. Todos os representantes das faculdades estavam integrados com as posições da esquerda e a dúvida era apenas do representante da Faculdade de Filosofia, que não comparecia com frequência às reuniões e ignorava totalmente as atividades organizadas. Os partidos políticos cresciam e o entusiasmo quase irresponsável dos estudantes era visível. O DCE fervilhava.

O TEU começava a montar peças e esquetes de Brecht ajudado pela cultura, conhecimento e direção de Walmor Marcelino, com revelações de talentos artísticos de diversas faculdades. A participação era intensa e o apoio de intelectuais e artistas, generosa. Zé Ketí vinha a Curitiba cantar na Universidade, Leandro Konder proferia palestras e aulas sobre Marx e Lukács, grupos de estudo se formavam. Sem saber exatamente como, apareciam filmes notáveis que eram exibidos em precárias condições, mas aplaudidos e debatidos

intensamente, como o “*Encouraçado Potemkin*”, que gerou noites eternas de conversas sobre intenções políticas e estéticas. A vida era densa, agitada e agitante. Foi naquele tempo que a esquerda brasileira começou a olhar para América Latina e descobrir a importância dos movimentos revolucionários continentais. Guevara e Fidel apareciam como faróis a serem sempre lembrados e as citações de Mao entremeavam as conversas.

A revolução avançava e a tomada do poder era questão de tempo. Foram intensificadas e ampliadas as reuniões da diretoria do DCE. Num fim de tarde, na hora do jantar, o representante da Filosofia procurou o presidente do DCE para uma conversa estranha. Aproximou-se num canto meio escuro do restaurante universitário. Ele era mais velho, silencioso, sorumbático, falava pouco e quando o fazia não emitia qualquer opinião. Não tinha amigos, embora tivesse sido eleito representante do curso, não conhecia ninguém por lá e havia a desconfiança de que sequer frequentava as aulas. “*Preciso muito falar com você*”, disse rápido e incisivo. O presidente o convidou para subirem à sala do DCE e ele negou alegando que a conversa teria que ser longa e muito discreta, “*fora de olhares curiosos*”, completou. Foi então que disse que preferia conversar em sua casa e que o presidente deveria chamar dois amigos para uma visita onde jogariam baralho. “*É muito importante. É sigiloso*”, quase implorou o representante, num tom que não deixava margens para negativas. A enigmática reunião foi marcada para o dia seguinte, às sete da noite.

O presidente, ainda sem entender muito bem o que havia acontecido, chamou o vice-presidente e o secretário, integrantes como ele do Partido Comunista, para discutirem o que fazer. Numa mesa discreta de bar fora das redondezas do DCE o trio se perguntava o que haveria de querer o representante da Filosofia com aquela reunião. A conclusão era mais ou menos óbvia, queria se aproximar da esquerda estudantil. Mas para quê? Por quê? As opções não eram muitas e todas levavam à espionagem. Claro que o representante da Filosofia era um dedo-duro, mas como deveria ser tratado o assunto? Denunciar, expulsá-lo das reuniões, articular um movimento na Filosofia? A

esquerda já tinha adquirido bom prestígio e certamente ganharia a próxima eleição. Além disso, o que ele já saberia? Havia participado de algumas reuniões e nem sempre o grupo era suficientemente discreto. Será que ele sabia das ligações partidárias dos membros da diretoria? Um medo inconfessado se apossou de cada um, o desconforto era sólido como um peso que oprimia os ombros dos três amigos.

Decidiram que tinham que ir à reunião, mas não os três, significaria uma confissão. Não havia tempo para buscar apoio em instâncias mais experientes do Partido e resolveram que iria o presidente, o secretário e mais alguém que não fosse diretamente ligado ao Partidão. Depois de criteriosa escolha foi chamado um aliado da Faculdade de Direito, que aceitou a tarefa com medo, mas decidido. Durante o dia seguinte foi contatado mais um comunista da Arquitetura para junto com o vice-presidente ficarem no apoio, cada um em um bar das proximidades. Foi estipulado um prazo de quatro horas para o retorno. De um dos bares se podia ver a entrada da moradia do representante, do outro se podia ver o primeiro bar. Foram convidadas duas colegas para que acompanhassem cada um dos apoiadores. A única medida pensada, caso não houvesse retorno em quatro horas era comunicar as instâncias superiores do Partido. Eram sete estudantes com medo, mas firmes na tarefa que se tinham autoimposto.

O representante da Filosofia morava em um prédio mal cuidado, de dois andares, numa esquina a algumas quadras do DCE e foi com muita tensão que os três estudantes bateram à porta que se abriu imediatamente e o representante, trajando roupas esportivas, recebeu o trio com uma alegria forçada, como se fossem velhos amigos, falando mais alto do que o conveniente, com um gesto ensaiado franqueando a entrada. Havia uma mesa preparada para jogo de cartas, com um pano verde servindo de toalha, cinzeiros e dois baralhos bem usados. O anfitrião apontou as cadeiras e foi certificar-se de que as velhas e empoeiradas cortinas estavam abertas completamente e os vidros das janelas bem fechados. Os prédios vizinhos eram visíveis e a esqui-

na, mal iluminada e sombria, aumentava a tensão e mistério. Os três estavam pálidos e confusos.

“*Por favor*”, disse o representante sentando-se de costas para a janela, “*vamos jogar com a maior naturalidade possível, isso é muito importante, podem estar nos observando, sorriam*”. Era impossível para os visitantes relaxarem e a tentativa de sorrir não passava de um esgar nervoso. “*Espero que vocês saibam jogar buraco, mas se não souberem finjam que sabem*”. Passou a embaralhar com agilidade e, em seguida, sempre falando coisas nem sempre coerentes, como se fosse um locutor, distribuiu lentamente as surradas cartas. “*Pode ser que estejam nos vendo, mas não nos ouvirão!*” Disse rindo, imitando um gracejo, com gestos que não correspondiam ao propósito da fala. “*Falem alguma coisa, qualquer coisa, entre uma frase minha e outra para que pensem que estamos conversando bobagens sobre o jogo, e joguem, eu preciso dizer coisas importantes*”. Nem o rosto, nem os gestos combinavam com as palavras que iam sendo proferidas, era uma cena insólita. Os dois casais esperavam ansiosos e com dificuldade de conversação. O tempo não passava.

Ainda sem entender exatamente o que aconteceria, o trio obedeceu e, às vezes, um dos três proferia uma frase sem sentido. Por sorte ou coincidência todos sabiam jogar buraco, mas apenas faziam, na hora certa, os gestos de quem estava jogando sem se importar muito com as cartas que caíam na mesa. Entremeadas pelas frases desconexas e jogadas absurdas e inconsistentes, o representante da Filosofia contou que era agente da Delegacia de Ordem Pública e Social (Dops) o temido órgão de repressão estadual e que certamente outros agentes os estariam observando porque havia relatado esse encontro para mostrar que havia confiança entre ele e os três estudantes. Acrescentou que tinha tomado todo cuidado para que seus colegas não ouvissem essa conversa, ninguém poderia ouvir nem saber o que ele iria dizer. Mais uma vez pediu para cada um falasse alguma coisa e não parassem de jogar. A tensão aumentou e nenhum dos três sabia o que fazer, continuaram jogando e pronunciando uma ou outra palavra simulando a conversa amistosa.

Então o representante contou como ganhara as eleições na Filosofia com o apoio das “forças de segurança”, mas não detalhou como foi feita a manobra nem esclareceu se era ou não estudante. A eleição tinha tido o propósito de colocá-lo entre os estudantes de esquerda para informar os passos da diretoria à Dops e outros órgãos de segurança, disse. Abaixou um pouco a cabeça e falando um leve tom mais baixo explicou que havia entendido a ação da diretoria e admirado a coragem e desprendimento de cada um e que esperava sinceramente que nada de mal ocorresse. Logo retornou a fala eloquente e gesticulada para dizer que iria a poucas reuniões e que quando fosse não se tratasse de nada importante, ele teria que fazer relatórios e só contaria o que fosse público. Pediu que fosse repetida aquela sessão de jogos algumas vezes mais porque isso evitaria suas idas às reuniões. Disse que sentia muito mal no papel de intruso, mas que não tinha alternativa.

Havia uma distância entre o conteúdo e a fala. O conteúdo era áspero, as palavras cuidadosamente escolhidas revelavam certo amargor, mas os gestos teatrais expressos com os braços muito abertos pareciam de outra pessoa. Parecia um ventríloquo. Os três estudantes mantinham um sorriso na cara de horror. Em nenhum momento deu conselhos, mas pediu que agissem com cuidado, “*sempre terá alguém espionando*”, disse. Estava sentado de costas para a janela de forma que de fora eram vistos apenas seus gestos. Embora falasse de forma afetada, seus olhos eram tristes e em certos momentos o velho baralho foi manchado por uma lágrima incontida.

Carlos Marés, fevereiro de 2024.

* * *

Explicação desnecessária. Os fatos relatados são verdadeiros, tal como aconteceram. O autor era o presidente do DCE naquele momento. O representante da Filosofia nunca mais foi a qualquer reunião nem foi visto por quem

quer que seja. Embora o fato tenha sido mantido em sigilo, foi muito discutido internamente e nunca se chegou à exata compreensão do que aconteceu com o intruso. Na eleição seguinte, a Filosofia elegeu um representante de esquerda e as forças de repressão aumentariam muito.

***Carlos Frederico Marés de Souza**, estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná foi eleito presidente do DCE como simpatizante do Partido Comunista Brasileiro em 1966, vindo a integrar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi exilado de 1970 a 1979 (Uruguai, Chile, Dinamarca e São Tomé e Príncipe). É professor de Direito de pós-graduação da PUCPR.

Lembranças de um pai

Carolina Bertol

Romeu Bertol*

Perdi meu pai no início deste ano, e, ainda vivendo essa perda, tentando entender a falta que ele faz e como o mundo pode seguir sem ele, que aceito o convite para escrever um pouco sobre sua história. Meu pai, pra mim, sempre foi um homem admirável, trabalhador incansável e sempre disposto a ajudar quem quer que fosse. Nascida em 1980, passei minha infância em uma época em que não tínhamos um sistema de saúde tão estruturado. Ainda não existia o Samu e, lembro até hoje de algumas vezes que meu pai parou para socorrer pessoas na rua, e nos dizia que esse era seu dever de médico. Hoje, entendo que não era somente seu dever enquanto médico, era um dever ético, que dizia do seu modo de vida e meu pai sempre viveu de acordo com aquilo que acreditava.

Ele falava muito pouco da sua história pregressa, mas sabíamos que ele tinha sido torturado na época da ditadura e ficado preso no Ahú durante alguns anos. Por coincidência, o presídio fazia parte dos nossos caminhos, e era estranho passar por ali e imaginar que meu pai estivera preso ali no passado. Foi a partir da instauração da Comissão da Verdade, durante o governo Dilma, que ele passou a falar mais deste período, e entendi que até então este era um assunto proibido, permeado por medo, tristeza e dor. Mesmo falando mais, ele mantinha fatos reservados. Mas a medida em que ele foi nos contando mais desse período, foi ficando claro que a escolha por ter feito Medicina e ter se tornado médico de um posto de saúde, em uma região vulnerabilizada de Curitiba, tinha tudo a ver com o período da sua luta contra a ditadura. Ele acreditava que era sua responsabilidade transformar o mundo e melhorar a condição de vida das pessoas, trazer dignidade para suas vidas. E ele atuou nessa direção até o final de sua vida.

Intrigada com esse passado, que aos poucos ia se apresentando a nós, propus a ele que fizéssemos um arquivo de sua história, pois ela conta também a história do país e da implantação do Sistema Único de Saúde no Paraná. Ele topou, e a partir daí começamos a fazer entrevistas nas quais ele me contou sua vida de luta, militância e trabalho.

A primeira vez que ele falou mais detidamente sobre sua prisão no período da ditadura, foi quando me pediu para visitar a casa na qual tinha sido preso no Rio de Janeiro. Na época eu morava na cidade e fomos até o bairro da Penha para ver se a casa na qual ele ficou escondido, vivendo clandestinamente nos anos 70, ainda estava lá. Estava. Ele então me contou que era de madrugada quando ele e sua companheira foram acordados pela invasão dos militares na casa, buscando por eles. A partir daí eles foram levados para o DOI-Codi, que operava em um quartel na Tijuca, e ficaram quase 60 dias sendo torturados. Ele sempre teve uma relação afetiva com o Rio, e quando ele me contou essa história, entendi um pouco as origens desse afeto. Durante as entrevistas ele me contou um pouco sobre os dias que passou sendo torturado. Eu já tinha visto seu depoimento na Comissão da Verdade falando das torturas, e na época não consegui assistir até o final, pois doía demais escutar os relatos de violência à qual foi submetido.

Quando fizemos as entrevistas, ele me contou mais das torturas às quais foi submetido. Não eram só as violências físicas que doíam, eram também as humilhações impostas pelos militares, eram as ameaças constantes, e era ser testemunha da violência sofrida pelos companheiros e mesmo desconhecidos, que lutavam pelos mesmos ideais e submetidos à mesma opressão covarde e injusta. Mas lembro que ao ouvir ele me contando suas histórias de dor, me vinha uma imagem de muita dignidade, de muita honra, de quem apesar de toda violência sofrida, continuava resistindo e lutando por seus ideais na sua prática cotidiana. E me vem a mente uma cena que ele me descreveu, de quando ele estava em uma das celas do subsolo do quartel na qual era colocado sozinho após as sessões de tortura, e as mulheres que estavam nas celas superiores cantavam

músicas que ele escutava quando em liberdade. Ele parecia lembrar dessa cena como um momento bonito e fraterno no meio de tanto horror.

Enquanto me contava sua história, entendi porque ele fugiu com a companheira para o Rio de Janeiro. Sua perseguição pelo governo militar começa a ser mais intensa após a prisão e tortura de um colega do PCBR, com o qual tinha feito viagem recente pelo norte do Estado para organizar ações do partido. Seu ingresso na vida política se deu juntamente com sua entrada na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Ele já morava em Curitiba há uns dois anos, pois veio terminar o ensino médio na cidade.

Ele entrou na Faculdade no ano de 1965, o golpe militar já tinha ocorrido e a ditadura começava a se fortalecer, e o movimento estudantil ia se fortalecendo como a principal resistência ao regime. Ele falou sobre estes anos iniciais na faculdade como um espaço-tempo de muita efervescência cultural. Me disse que escutavam muita música, iam a peças de teatro, a cinemas, e que estas produções eram fortemente carregadas de conteúdo político. Ele falava empolgado das atividades culturais que aconteciam, e quando eu questionei sobre a formação de sua consciência política ele me disse que foram estas experiências culturais, as trocas com amigos e colegas que lhe permitiram essa consciência, e que os embates políticos eram diários nestes espaços. A cultura fez parte da vida diária do meu pai, sempre com um livro embaixo do braço, sempre lendo sobre a história do Brasil e do mundo. A memória dele sentado na “sua” poltrona ainda é muito presente, bem como a excitação ao nos contar algo que tinha recém-lido.

Foi nesse tempo que ele teve conhecimento da teoria marxista e logo entrou no PCBR e em 1968 se tornou vice-presidente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Danc) da Faculdade de Medicina. Neste período sua participação na política cresceu, ele passou a se envolver em muitas atividades, que por vezes incluíam viagens para articular ações a favor do partido e de resistência ao regime militar. Enquanto contava essas histórias, meu pai se referia aos seus amigos, colegas de partido com os quais realizava as atividades de militância. Pensando

em posteriormente conversar com eles sobre meu pai, perguntava seus nomes, e inicialmente ele dizia que não vinha ao caso, que não havia necessidade de identificá-los. Somente depois de alguns encontros é que ele passou a me falar o nome das pessoas com as quais se relacionava. Essa recusa em identificar os colegas me remeteu muito a uma memória incorporada da perseguição de Estado, frente a qual era necessário não conhecer seu colega, saber o menos possível sobre ele, para a sua proteção e a dele. Quase sessenta anos depois essa marca ainda estava presente nele.

Foi como vice-presidente do Danc que ele participou do Congresso da UNE de 1968, em Ibiúna. Foi quando ele teve medo de morrer pela primeira vez, pois os militares chegaram atirando, jogando bombas, e eles estavam no meio do mato, sem ninguém para testemunhar. Nesse encontro foram presas centenas de pessoas, e ele foi levado junto com outras pessoas para o presídio Tiradentes, em São Paulo. Lá eles fizeram uma greve de fome, e juntamente com manifestações que ocorreram em Curitiba, conseguiram fazer pressão e depois de três dias foram liberados e trazidos para Curitiba, na sede da UPE. No final desse mesmo ano, eles organizaram um encontro na Chácara do Alemão, em Curitiba, e novamente o encontro foi invadido pelos militares e ele e colegas foram presos. Ele conta que saiu correndo por uma plantação, mas quando chegou na estrada os militares estavam esperando e gritando para ele parar ou o matariam. Eles foram presos em um furgão, parecidos com estes de entrega, ele me disse na entrevista, e depois levados para o quartel da polícia e o presídio do Ahú. Dessa vez alguns permaneceram presos, mas ele foi solto dois dias depois. Mas a partir daí a perseguição aumentou, ele fugiu para o Rio no início de 1969 e lá foi preso e torturado no início de 1970.

Quando perguntei para ele quando finalizaram as torturas, ele me disse que somente quando entenderam que ele não tinha mais nenhuma informação relevante, mas que o medo de ser novamente torturado permanecia, pois poderia surgir uma nova situação que mudasse o cenário. Sua vinda do Rio de Janeiro para Curitiba ocorreu em um ônibus acompanhado de um militar que o alge-

mou ao banco, e que vinha exaltando sua habilidade para atirar em estudantes. Nem mesmo na parada para tomar um chá, em Registro, ele conseguiu que o guarda o desalmegasse. Na entrevista ele falava com desprezo pela desumanidade do militar que o acompanhava e, ao mesmo tempo, com alegria ao lembrar do chá de Registro, me dizendo que ali tinha um chá muito bom. Essa circulação entre o bom humor, os pequenos prazeres e a dureza da vida são marcas do jeito de ser do meu pai, realizando-se com pequenos sabores do cotidiano, seja um chá ou, posteriormente, a leitura de um livro interessante, ou ainda, o atendimento de uma criança no posto de saúde.

Ao chegar em Curitiba foi preso no quartel da polícia do exército, na época localizado na Praça Rui Barbosa. Ficou sozinho por alguns dias neste local e foi transferido para o Ahú. Lá reencontrou estudantes que foram presos com ele na Chácara do Alemão. Neste período em que esteve preso o que mais se revelava na fala do meu pai era a coletividade e a disciplina. E me chamava a atenção como esse compromisso com a coletividade, que eu assistia na sua atuação como médico, estava presente desde esse momento. Ele conta deste momento como um período difícil, principalmente quando o tempo estava chuvoso e nublado em Curitiba, pois parecia que a “cadeia pesava mais”. Quando questionei do que ele mais sentiu falta nesse tempo que esteve preso ele me disse: liberdade. Mas me contou que sonhava em ir a um restaurante quando saísse da prisão, e que sentia muita falta da natureza, de árvores, da grama, pois o ambiente era todo cimentado.

Antes destas entrevistas que realizei com ele, o que já tínhamos ouvido falar sobre o tempo preso era sobre os jogos de futebol e a cozinha no presídio. Ele se gabava de ter aprendido a cozinhar no presídio e que eles faziam a própria comida. Durante o tempo que estava preso eles conseguiram se organizar e reivindicar a reforma da comida que chegava para eles, e imagino que foi nesse momento que desenvolveu suas habilidades na cozinha. No domingo eles comiam melhor. Segundo ele, era um momento de festa, pois eles se reuniam no refeitório do presídio e recebiam a visita dos

parentes e amigos, podiam receber comida de fora e passavam um período confraternizando.

Entre as atividades que ele me disse que fazia nesse período, a leitura e o futebol se destacavam. Eles jogavam futebol de salão, e meu pai conta que em um dos torneios foi convidado e chegou a jogar no time dos presos cujos crimes não tinham motivação diretamente política. Ele se orgulhava muito de ser um bom jogador de futebol e, por muito tempo, passávamos os finais de semana em chácaras e campos de futebol acompanhando seus jogos. Muitos dos amigos que tinha vieram do futebol, e escutando suas histórias sobre os jogos no presídio entendo que este era um momento de alívio, de diversão, de esquecer que se estava preso.

Por conta dos dois processos aos quais respondia, um no Rio e outro em Curitiba, ele tinha que participar de audiências e, no fim, foi condenado a quatro anos de prisão. Lembro de encontrar uma foto dele muito jovem, entre outros jovens, e no texto abaixo da foto ele era identificado como terrorista. Essa foto me chegou antes das entrevistas que fiz com ele, mas me fez recordar o que ele sempre disse em relação aos veículos da grande mídia, de como eles contribuíram com o regime militar, uma vez que nomeavam aqueles que resistiam como bandidos, como terroristas. Essa indignação acompanhou ele até o fim, sempre indignado com a forma como as notícias eram divulgadas, criticando e nos mostrando o outro lado das histórias contadas.

Por fim, no início de 1972 ele foi transferido para Pato Branco, a cidade de sua família, e cumpriu os últimos seis meses de sua pena lá. Novamente ele se viu envolvido com o futebol, pois jogava futebol de salão com as crianças que usavam a quadra da delegacia na qual esteve preso. Chegou a montar um time e disputar campeonatos em Pato Branco, mas lembra que quando começou a treinar as crianças, os militares ficaram preocupados que ele estivesse subvertendo elas. Ele riu dessa crença. Mas me disse, em outro momento, que esse era o principal medo dos militares: das ideias subversivas dos estudantes. Eles tinham medo que as ideias deles chegassem a outras pessoas, e as influenciassem.

Em junho de 1972 ele foi solto da cadeia, e me conta que lembra até hoje da saída. Ele se perguntava se podia mesmo sair, e se ele não seria perseguido de novo. Desse período em que esteve preso ele lembrou com muito carinho das pessoas que o ajudaram, dos amigos com os quais jogava futebol, que o visitaram, que levaram comida, e que foram solidários com sua trajetória.

***Romeu Bertol**, médico formado pela Universidade Federal do Paraná que dedicou sua vida à saúde pública e à medicina de família, gaúcho de nascimento, um homem íntegro que nunca flexibilizou seus valores, pai de três filhos e companheiro de uma vida de sua amada Pilar.

60 anos de luta em defesa de uma sociedade justa e democrática

Clair da Flora Martins*

Já se passaram 60 anos. Em janeiro de 1964 deixei a minha pequena cidade de Caçador (SC), com destino a Curitiba para ingressar na Universidade, optando por Direito (PUC) e Letras (UFPR), tinha então 18 anos. Meu pai acompanhava as notícias do presidente Goulart e do Brizola através das rádios, o que influenciou a minha caminhada política.

Em Curitiba, inicialmente eu morava num pensionato e já no início das aulas foi dado o golpe civil militar de 1964. Eu ainda não tinha uma compreensão do que aquilo significava, mas, aos poucos, fui adquirindo consciência. Os diretórios acadêmicos e a União Paranaense convocavam assembleias, passeatas, pichações contra a ditadura e contra o ensino pago e o acordo MEC-Usaid. Fui morar na Casa da Estudante Universitária, próximo à Reitoria, ao Restaurante Universitário, ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um dos centros de efervescência política de Curitiba na época. À medida que as manifestações estudantis cresciam, a repressão também aumentava. Meu engajamento político se ampliou quando passei a integrar o Diretório Acadêmico de Direito na PUC e com a minha filiação à uma organização partidária: a Ação Popular (AP), que objetivava não só a derrubada da ditadura, como a tomada do poder e a construção de um governo democrático-popular. O movimento bancário, que também se somava à resistência e à militância da Ação Popular, levava os panfletos aos bairros e às portas das fábricas para incentivar o movimento operário em Curitiba.

Uma das manifestações mais importantes de Curitiba, em 14 de maio de 1968, foi a ocupação da Reitoria da UFPR, com a derrubada do busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, em Curitiba, que simbolizava a posição do governo na época em relação às medidas de reforma do ensino que visava à implementação do ensino pago nas universidades. Este protesto, que foi vitorioso, com a suspensão do pagamento das mensalidades, foi de fundamental importância para ampliar a luta de resistência contra o sistema.

Um marco histórico nacional, que muito impactou toda a sociedade, foi o assassinato pelos órgãos da repressão do estudante Edson Luiz, no restaurante do Calabouço do Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968. A chama da luta contra a ditadura se espalhou por todos os cantos do país e o governo se obrigou a lançar mão do Ato Institucional nº5, em 13/12/1968, endurecendo o regime, com consequências para toda a sociedade.

Diante desse quadro, a AP decidiu que era necessário deslocar seus quadros para o trabalho no movimento operário-camponês para fortalecer a luta contra a ditadura. Assim, após a cerimônia da minha formatura em Direito, na Reitoria, quando fui intimada a comparecer no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), fui transferida para São Paulo, onde assumi o cargo de direção do partido, juntamente com outros dois companheiros.

A repressão aumentava cada vez mais, e o número de militantes torturados, presos e assassinados, crescia assustadoramente, sendo que em 1971 fui presa pelos agentes do Dops/SP, sob o comando do chefe do esquadrão da morte, do delegado Fleury.

Fui violentamente torturada, fiquei na solitária por 40 dias e, após alguns meses, fui transferida para Curitiba de camburão para uma cela no quartel do exército na Praça Rui Barbosa, para prestar depoimento em outro processo. O juiz auditor Ramiro Teixeira Motta acatou o pedido do meu advogado René Ariel Dotty e me soltou, posto que apesar de estar presa já há alguns meses, não tinha ordem de prisão.

Fiquei foragida após esta data até o julgamento da minha ação pois, logo em seguida, foi decretada minha prisão preventiva.

Muitos anos se passaram, exerci minhas atividades profissionais de professora, advogada, além de ocupar mandatos eletivos de vereadora (Curitiba), deputada federal pelo PT (no início do governo Lula). Na minha caminhada política ajudei a organizar associações de moradores de bairros, sindicatos, participando das lutas pela Anistia, pelas Diretas-Já, pela Constituinte, na mobilização da sociedade para construir e inserir dispositivos na Constituição Federal de 1988. Também participei de muitas campanhas contra as privatizações (entre as quais, a Vale do Rio Doce e a Copel), pela auditoria cidadã da dívida pública brasileira e contra os juros altos, contra o sistema de endividamento do país e pela sua soberania.

Foi um processo de luta pela redemocratização do país e o início de políticas sociais voltadas para a população mais pobre, com o governo Lula/Dilma, mas teve retrocessos no governo Bolsonaro.

O Brasil, hoje, é a 9ª economia do mundo, mas os problemas econômicos e sociais são gritantes, com uma concentração de renda em mãos de poucos, sendo que grande parte da população tem uma renda reduzida e milhões vivem na pobreza, vivendo de programas sociais, muitos desempregados e ainda milhões de brasileiros com trabalho precário.

O neoliberalismo se aprofundou. O sistema financeiro avançou e muitos países se endividaram, não conseguindo pagar suas dívidas, face às altas taxas de juros, impossibilitando o cumprimento de metas para mudanças estruturais de desenvolvimento econômico e social do país.

O Brasil é muito rico em riquezas naturais e minerais, no entanto estas não beneficiam o conjunto da população brasileira.

Nos últimos anos, vivenciamos uma pandemia que impactou todos os países. O Brasil enfrentou ainda posturas governamentais negacionistas, inflamando a sociedade contra a vacina e retardando seu acesso à mesma.

Não bastasse isso, o governo Bolsonaro incentivou manifestações contra o sistema eleitoral vigente no país, questionando a validade das urnas eletrônicas, o resultado eleitoral e apoiando manifestações que resultaram numa tentativa de

golpe de Estado, no dia 8 de janeiro de 2023, com a invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do STF.

As redes sociais foram usadas para disseminar *fake news*, subvertendo a verdade em diversos temas, ideias, pautas, ocasionando conflitos, gerando um clima de ódio e intolerância entre pessoas, grupos, resultando numa divisão da sociedade brasileira, com o crescimento da ultradireita e disputas políticas e ideológicas.

O resultado do processo eleitoral entre Lula e Bolsonaro refletiu a divisão existente na sociedade. Hoje, apesar de Lula ser o presidente, ele enfrenta muitas dificuldades.

O Congresso reflete o nível de organização da sociedade e não há organização popular e a consciência necessária para defender um programa que possa implementar as mudanças estruturais de que o Brasil precisa.

Eu, que integro a geração 68, continuo com uma atuação na área da defesa dos direitos trabalhistas, como advogada e com uma militância política em várias áreas, participando da luta em defesa da soberania nacional, contra as privatizações, contra os juros altos, em defesa da democracia, organizando palestras e manifestações nas ruas, em escolas e em diversos núcleos da sociedade.

Temos que ampliar o debate sobre os principais problemas do Brasil, com uma imprensa independente, discutir e construir com a sociedade um programa de governo para ampliar as conquistas democráticas e sociais.

A luta por uma sociedade mais justa e democrática continua!

***Clair da Flora Martins**, 78 anos, advogada, militante da geração 68, ex-pre-sa política, foi fundadora e presidente do Sindicato dos Advogados do Paraná (1989/1990), Conselheira da OAB, PR (1991/1993), presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (1998/2000), fundadora da Associação Americana de Advogados Trabalhistas (2000), vereadora de Curitiba (2001/2002), deputada Federal (PT - 2003/2007), diretora de assuntos legislativos da Abrat (gestão 2022/2024), militante social em defesa de uma sociedade mais justa.

Em 1964 e agora

Claudio Ribeiro*

Em fins de 1962 mudei-me para Curitiba. Em agosto de 1963 fui admitido no Banco do Estado do Paraná como escriturário mediante concurso. Como trabalhava somente à tarde, aprovado em vestibular, ingressei no Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Alguns dias depois da minha admissão pelo Banestado, em fins de setembro de 1963, os bancários iniciaram um movimento grevista que me proporcionou os primeiros contatos com o real mundo do trabalho e com algumas figuras expressivas, como os dirigentes Otto Bracarense da Costa e Laélcio Andrade, com os quais conversei demoradamente.

Logo após o meu ingresso na Faculdade, em 1964, minhas posições na defesa de alguns pontos de vista me levaram a presidir o Partido Acadêmico Renovador, que reunia a esquerda do movimento estudantil. Isso, no entanto, durou poucos meses porque, vindo o golpe de 1964, o Sindicato dos Bancários de Curitiba sofreu intervenção e passei, daquele momento em diante, a me dedicar exclusivamente ao trabalho de retomada da entidade, afastando-me do movimento estudantil.

Quando os interventores, pressionados, convocaram eleições para a direção do Sindicato em fins de 1966, já havíamos organizado a base sindical dos bancários para participar do pleito. Registramos nossa chapa, que derrotou de maneira contundente a chapa liderada pelos interventores. Isso os levou a anular as eleições sob o pretexto de que haviam sido cometidas inúmeras irregularidades; todavia, retomado o processo eleitoral, em princípios de 1967 assumimos a direção do Sindicato – de cada 10 votos, tivemos 9.

Nossa chapa era uma composição liderada por bancários próximos ao Partido, mas me colocava à frente da diretoria como secretário-geral porque, na

realidade, computado o fato de eu não integrar nenhuma outra organização, era o chamado ‘independente’. Compunham a direção um bancário ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), outro ao Partido Operário Comunista (POC) e um ao Partidão, o saudoso Wilson Previdi.

A direção era composta por departamentos a serem preenchidos por indicação da diretoria. Coube-me indicá-los.

Tão logo assumimos a diretoria, começamos a analisar o que fazer. Isso porque, em princípios de 1967, os militares haviam unificado os institutos de aposentadoria e, com isso, destruído o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), que era exemplar. Sumiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), surgiu o antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência, o Inamps, hoje Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No mesmo ato, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com os recursos deste, o Banco Nacional de Habitação (BNH), chefiado no começo por Sandra Cavalcanti, com a proposta de construção de casas populares.

Nosso primeiro ato como dirigentes foi organizar manifestação de protesto em frente à sede do IAPB para denunciar a sua destruição e denunciar, também, o fim da estabilidade no emprego para aqueles que alcançassem 10 anos de serviço ao mesmo empregador.

Durante a manifestação tive o meu primeiro contato com a polícia, que apenas nos filmou e veladamente nos ameaçou.

Em meados de 1967, participamos ativamente da Convenção Nacional dos Bancários, no Rio de Janeiro. Foi um momento importante porque marcou o início de um processo de integração com dirigentes sindicais de outros estados, todos alinhados às propostas de oposição à ditadura militar. Dentre outros, conheci José Toledo de Oliveira, bancário do Rio, militante do PCdoB, com quem passei a manter frequentes contatos.

Na direção do Sindicato, criamos um Boletim Semanal, que era mimeografado e passou a ser distribuído para cada bancário, em seu local de trabalho,

todas as sextas-feiras. Foi nosso primeiro passo na organização da categoria. Custasse o que custasse, cada bancário recebia o seu boletim sempre na sexta-feira. É evidente que enfrentamos resistência de muitos gerentes, diretores de bancos, mas, sem nenhuma vacilação, penetrávamos nos bancos e, quisessem eles ou não, entregávamos os nossos boletins com notícias curtas, bem sintetizadas e que redigíamos com uma linguagem bem estudada, capaz de transmitir ideias, denúncias etc.

Antes disso, assumi a tarefa de fazer palestras sobre o FGTS e contra o fim do IAPB em todos os locais possíveis. Reuníamos bancários de cada banco para dissertar sobre as duas mudanças e aproveitávamos para detectar os que tinham um pouco mais de conhecimento da situação, aproximando-os da diretoria da entidade.

Naquela ocasião, avaliamos que seria importante fazer uma ampla campanha de sindicalização para que, contando com as contribuições voluntárias dos associados, pudéssemos abrir mão do Imposto Sindical. Para isso, assumi a Presidência da Confederação Paranaense de Desportos Bancários e, por intermédio desta, promovemos campeonatos de futebol, futebol de salão, xadrez, tênis de mesa etc. Embora não pareça, isso foi muito importante porque, a par do aumento de filiados, conseguíamos mobilizar alguns pequenos movimentos por local de trabalho notadamente para a criação de uma Associação Desportiva em cada banco, com sede, diretoria, com a qual mantínhamos estreita relação.

Reabrimos o Restaurante Bancário, no centro de Curitiba, onde eram servidos almoço e jantar, o que nos permitia reuniões, troca de informações, criava, enfim, um ambiente de encontros, convivência e solidariedade.

Em princípios de 1968, quando Edson Luiz foi assassinado no Calabouço, fui imediatamente para o Rio de Janeiro, para ajudar na mobilização de passeatas, protestos. Permaneci até a missa de sétimo dia na Candelária, quando, em companhia de um operário, que conheci apenas por Otávio, tentamos chegar à Igreja, mas fomos impedidos debaixo de cassetetes.

Logo em seguida, convocada a Convenção Nacional dos Bancários para realização em São Paulo, fizemo-nos presentes com uma delegação bastante numerosa. Coube-me apresentar uma análise da conjuntura nacional e elaborar proposta de realização de greve contra o arrocho salarial como uma necessidade política, que desencadeou a greve dos bancários em 1968.

A Convenção foi realizada na sede do Sindicato dos Bancários de São Paulo (Edifício Martinelli), em julho de 1968, ocasião em que foi deflagrada a greve dos metalúrgicos da Companhia Brasileira de Material Ferroviário (Cobrasma), em Osasco. Conseguimos, juntamente com os bancários organizados a partir do Encontro Nacional de 1967, abrir espaço para os operários manifestarem-se em nosso Plenário e organizamos, então, uma delegação que se dirigiu ao piquete na porta da Cobrasma para prestar solidariedade ativa, marcada inclusive pela arrecadação de fundos, divulgação da greve, ajuda material etc.

Em meados de 1968 iniciamos o processo de mobilização dos bancários do Paraná para a greve decidida no Encontro Nacional e, para isso, promovemos um Encontro Estadual em Maringá, onde aprovamos a nossa pauta de reivindicações, a Comissão de Negociações e, de antemão, a nossa proposta de greve, se as negociações não tivessem êxito.

Os interventores participavam do processo porque continuavam à frente da Federação dos Bancários do Paraná e de algumas entidades ainda sob intervenção; entretanto, não conseguiam nos enfrentar nas discussões e sentiam-se acuados.

Eles, interventores, que até hoje mantêm representantes na direção do Sindicato, passaram a editar um jornal denominado "*Bicudo*" para amedrontar a categoria e nos denunciar como uma 'calhorda comunista'. Ao invés de rebater com nossos boletins semanais, criamos um outro jornalzinho específico para contra-atacar, denominando-o "*Bicudinho*".

Durante as negociações salariais de 1968, esbarramos em forte resistência porque em nossa Comissão existiam representantes dos interventores que queriam nos forçar a aceitar qualquer contraproposta.

Nossas assembleias gerais que, no início, reuniam cerca de 200 a 300 bancários (em Curitiba existiam cerca de 5.000 bancários), começaram a mobilizar um número cada vez maior e, em outubro de 1968, decretamos nossa greve.

A greve em si foi um movimento muito bem organizado em nível de direção e de base porque havíamos instalado em dois outros locais os equipamentos necessários à divulgação do movimento, com estoque de papéis, impressoras etc. Eram lugares alternativos à possível intervenção policial ou federal em nossa sede. Como eu estava à frente do movimento, foi organizado um esquema de segurança para me dar proteção, de maneira que eu percorria os piquetes, centralizava as discussões em assembleias e com cuidados, era retirado de cada lugar para casas de bancários amigos, através de veículos que se alternavam nos trajetos.

Como resultado da greve conseguimos, pela primeira vez, quebrar as regras das leis do arrocho salarial, o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), conquistando reajuste 20% acima do limite estabelecido pela ditadura militar, além de reconquistar o Adicional por Tempo de Serviço a que os interventores haviam renunciado durante o período de intervenção e, além disso, obtivemos a liberação de cinco dirigentes para o Sindicato.

Na Assembleia Geral, alguns militantes da Ação Popular (AP) defendiam a continuação da greve para propagar a proposta política mais geral e me coube defender a aceitação da proposta dos banqueiros porque representava uma vitória parcial, mas importante. Decidimos que seriam levadas a plenário as duas propostas, cada um defendendo a sua posição e do que me lembro, dos mais de 500 bancários reunidos, apenas 14 votaram pela continuidade da paralisação.

Minha avaliação e de outros dirigentes do Sindicato era simples, mas indiscutível e categórica: a greve, que deveria ser nacional, havia sido levada nas principais cidades do Paraná e parcialmente em bancos de São Paulo e do Rio de Janeiro, na Paraíba e em outros pontos isolados do país. Não havia como manter um movimento desmobilizado por direções vacilantes, algumas alinhadas a partidos clandestinos que, costumeiramente, sempre alegavam que a

hora não havia chegado. Havia o risco do isolamento e já havíamos avançado até aonde nossas forças permitiam. Passados alguns anos, os que naquela época queriam continuar com o movimento reconheceram que estávamos corretos.

Dois meses depois veio o AI-5, e a situação começou a pesar mais, o que nos conduziu a nos dedicarmos mais à reorganização interna do Sindicato e a colhermos os frutos do movimento.

Em 1969 foi realizado o Encontro Nacional dos Bancários, em Porto Alegre. Naquele ano tínhamos a avaliação de que talvez não valesse a pena ‘queimar’ nossos quadros nas direções sindicais mantendo os principais quadros na base da categoria. Isso nos levou ao erro cometido naquele Encontro quando, dividindo o plenário, denunciávamos o peleguismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), onde já havia militante do Partidão na diretoria para tentar criar um movimento paralelo de organização. Foi um erro e fui o principal responsável por ele.

Há um fato concreto. Havia um núcleo de dirigentes sindicais bancários que trocavam ideias e se reuniam de vez em quando. Dele participaram o José Toledo de Oliveira, que, perseguido, foi para o Araguaia, onde foi fuzilado e o Salvador Tolezano, presidente dos Bancários de São Paulo, que, numa morte até hoje mal explicada, teve o seu corpo amarrado a pedras e jogado em uma represa nas cercanias de São Paulo.

Em meados de 1970, no processo eleitoral de renovação da diretoria tivemos uma votação esmagadora, acima de 93% dos votos.

Em 4 de novembro de 1970 fui preso. Fazia um ano da morte do Carlos Marighella e a Operação Policial partiu de uma denúncia de que haveria naquele dia alguns atentados para marcar a data. Todo o meu interrogatório foi no entorno de relações com a Ação Libertadora Nacional (ALN), com a qual não mantinha e não mantive nenhum vínculo, não podia responder nada e a nada respondi mesmo sofrendo todo o peso dos interrogatórios subterrâneos. Foi muito difícil e penoso, mas como nada havia a declarar ou responder, o sofrimento foi vencido e eu, liberado algum tempo depois.

Em 1968, ingressei na AP, onde minha participação era compartimentada e se dava mais intensamente com o dirigente Duarte Pereira (Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira) e minhas atividades limitavam-se a panfletagens, distribuição e discussão de textos, alguns essenciais como Movimento de Massas.

No período, contribuí com a criação do jornal Opinião e, depois, com o Movimento, assumindo a tarefa de colher assinaturas e distribuí-los no Paraná, enfrentando os episódios da queima de bancas de revistas, entre outros.

Em 1971, cassado como dirigente sindical com base no AI-5, retornei ao trabalho no Banestado, do qual fui demitido por pressão de agentes da ditadura militar e, como já havia concluído o curso de Direito, decidi iniciar minha vida profissional como advogado, deslocando-me para Pato Branco.

Quando lançado o movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, retornei a Curitiba para integrar a campanha participando, algum tempo depois, da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em relação à CUT, elaborei um longo texto em 1990, denunciando o início do processo de desmobilização das classes trabalhadoras.

Escrevi um texto contra a Reforma Sindical do governo Lula (o texto está na internet) e dispus-me a debatê-lo com os assessores jurídicos da CUT e também com o autor das propostas, advogado Siqueira Neto, ligado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, se não me engano, com o Banco Mundial. A partir desta posição fui completamente banido das assessorias jurídicas a sindicatos alinhados à CUT e assim permaneci até o final da minha carreira profissional. Permaneço filiado ao PT, mas não integro nenhuma corrente partidária e acrescento: não acredito em processo institucional, conquanto considere indispensável dele participar.

Abro um pequeno espaço. Quando, em 1967, fazia palestras sobre a Reforma Previdenciária, FGTS, Estabilidade no Emprego, Estrutura Sindical, conheci, em uma faculdade, a mulher com a qual vivi até pouco tempo atrás e que foi minha companheira em todos esses momentos e que é mãe dos meus

dois filhos, ambos casados e que nos deram quatro netos. No entanto, essas novas etapas da vida são assuntos para outras oportunidades.

E hoje, octogenário, quando olho para trás, constato com alegria que a vida foi muito generosa comigo, pois, enfim, sobrevivi e não desisti dos meus sonhos de igualdades sociais para além das diferenças humanas pautadas pelo neoliberalismo.

Curitiba, 7 de fevereiro de 2024

***Claudio Antonio Ribeiro**, 80 anos, advogado de trabalhadores, ex-dirigente sindical, ex-presidente da AATPR - Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, fundador do PT e da CUT, assessor de dirigentes sindicais, autor de análises sobre questões sindicais e sobre movimentos de trabalhadores.

Atos de memória: 60 anos depois de 1964 e após!

Dimas Floriani*

I - Um pequeno apanhado do desenrolar de uma história

Sessenta anos é muito, contrariando o tango que diz que vinte anos não são nada! Ao mesmo tempo é a síntese de uma história nacional, latino-americana e internacional, palco de profundos acontecimentos políticos e culturais. Desde a guerra do Vietnã, golpe de 64, revoltas de Paris e do mundo em 68, ditaduras que se sucedem na América Latina, redemocratização, queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, Consenso de Washington e neoliberalismo, Rio 92 e a agenda para a sustentabilidade, pandemias, retrocessos com deposição parlamentar de Dilma, ascensão da ultradireita no país e no mundo, surtos de memórias e desmemórias, violências instituídas e regime desigualitário – justificação da desigualdade extrema e dificuldades de uma coalizão igualitária, por parte das elites no poder – segundo nos diz Thomas Piketty.

Boa parte desses acontecimentos se dão no bojo do *A Era dos Extremos: o breve século XX*, de Eric Hobsbawm, título de um dos seus últimos livros de historiador e que se estende de forma contínua para as duas décadas e meio do século atual.

Por outro lado, a violência engendrada pela geopolítica dominante em escala nacional e mundial – hoje disputada pela China que quer desbancar a hegemonia norte-americana pelo mercado, impensável até 2000 – gera igualmente uma resistência por parte dos sujeitos subalternos. Na América Latina e no Brasil acontece a emergência do indigenismo e sua reivindicação identitária de povos originários, a partir das experiências andinas e amazônicas; a organização das populações afrodescendentes, a luta pela reforma agrária por parte de pequenos agricultores expulsos de suas terras, o avanço da conquista

de direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ são resultantes do período do retorno do Estado Democrático de Direito, a partir de 1985 e 1988 com a Constituição Cidadã.

Contudo, o golpe de Estado de 1964 reafirma a tradição autoritária do Estado oligárquico, agora de uma maneira mais radical e ditatorial. A tradição do Estado desde 1930 foi de tutelar os direitos sociais; por exemplo, durante o governo populista de Getúlio Vargas, os direitos dos trabalhadores são outorgados, com a criação da CLT e a tutela da organização sindical por partido político criado desde o andar de cima, como foi o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, constitui a antessala da autonomização política de amplos setores populares do país, em relação ao Estado.

O assassinato de Chico Mendes e de milhares de líderes camponeses denotam o grau de violência que deriva do processo de *modernização conservadora* desde os anos 1960, com elevado grau de concentração fundiária e do processo de acumulação por espoliação, mediante atos de apropriação ilegal dos territórios indígenas, desmatamento e garimpo genocida, com o acobertamento de autoridades, funcionários de Estado e empresários ligados ao extrativismo ilegal e predatório. Nada mais funcional para realizar esse processo de modernização conservadora do que o golpe de Estado de 1964 e seu posterior aprofundamento a partir do AI-5 de dezembro de 1968.

Nesse processo, ocorre a dinâmica acelerada de urbanização que reproduz o modelo de sociedade heterogêneo e desigual, do capitalismo periférico que, apesar da ampliação das lutas democráticas e de inclusão social redistributiva durante o período 2002-2015, foi seguido de um retrocesso acentuado entre 2017 e 2022. O substrato que alimenta esse ativismo predador encontra ressonância no passado colonial, escravista e antirrepublicano da sociedade brasileira, reavivado pelo imaginário recente do bolsonarismo.

O Brasil não conseguiu construir um sistema político democrático sólido, por um déficit estrutural da cultura política da sociedade civil, em que estão

contemplados pelas instituições sociais e políticas apenas os setores econômica e educacionalmente incluídos, sendo que em torno de 25% da população (40 milhões) não se constituem como cidadãos plenos nem se sentem como sujeitos de direitos; signo de déficit ou ausência de uma cultura democrática, esses amplos setores marginalizados pagam em dobro o preço cobrado pelas reformas neoliberais das normas trabalhistas de 2017 e pela precarização do emprego e subemprego aos quais estão submetidos.

Nos idos dos anos 1960 os cultos evangélicos e neopentecostais eram ainda incipientes. A hegemonia da instituição religiosa era ainda a do catolicismo, que estava dividido entre o partido da ordem (militar e golpista) e da emergente teologia da libertação que se espalhava desde o Peru, México, América Central e Brasil, em nome dos excluídos. Nesses 60 anos as agências neopentecostais se assenhorearam da consciência dos pobres e esquecidos das periferias urbanas e do interior do país. Frantz Fanon em os *Condenados da Terra* e em outros escritos demonstrava no período da luta anticolonialista na África, daquela mesma década, como operava o mecanismo de dominação sobre a consciência dessas camadas sociais postergadas e oprimidas, ao analisar os mecanismos de projeção de uma parte dos colonizados ao se identificarem com o colonizador. Vale o paralelismo dessa mesma condição para os “evangelizados” neopentecostais, pela ética da resignação e pela promessa de prosperidade. A eficácia da doutrinação opera também como uma terapia para enfrentar as agruras da vida!

Em alguns de seus escritos, Marx se refere ao sentido do tempo histórico e à sua irrupção na consciência humana. Diz em linguagem figurada, repetindo Hegel, que a ave de Minerva só alça voo no entardecer, isto é, não há como saber antes, senão após ocorrerem os resultados dos eventos históricos, produzidos pela própria ação humana. Quase da mesma maneira, Norbert Elias vai afirmar que processos sociais e seres humanos singulares, logo também suas ações, são absolutamente inseparáveis. Se os seres humanos parassem de planejar e agir, então não haveria mais nenhum processo social!

II - Atos de memória: percurso na difícil construção de uma consciência crítica

“Pero ocurre que en la memoria no hay ayer. El calendario, el reloj son argucias para atrapar al tiempo. Cuando decimos “de eso hace como cuarenta años”, es para que el interlocutor se haga una idea. Porque la memoria no contabiliza el tiempo. Y es por eso que los recuerdos me resultan contemporáneos...”

(Mauricio Rosencof – *Conlaraíz al hombro*, p. 87).

Como ocorre então o papel da memória humana nesses processos de trans-cursos e percursos vistos desde dentro e, ao mesmo tempo, distanciados no tempo?

Curitiba no final dos anos 1960 possuía em torno de 400 mil habitantes. Cheguei em 1967, com 16 anos de idade, cheio de planos de morar em uma cidade grande, já que vinha de um pequeno distrito de Timbó, que se emancipa em 1962 com o nome de Rio dos Cedros. Até os 14 anos vivi nessa pequena província povoada por imigrantes italianos, vindos de Trento do norte da Itália no final do século XIX. Passei dois anos no internato dos salesianos, dos 10 aos 12 anos e então concluí meu ginásio em Timbó, no Colégio Rui Barbosa, com quase todos os professores formados em faculdades maristas, alguns deles na França.

Abril de 1964 aconteceu ainda enquanto estava cursando o quarto ano ginasial. Meu pai, já afastado das lides agrícolas, era guarda-livros e depois exercera um cargo público distrital, como filiado ao Partido Social Democrático (PSD); após a morte de Getúlio Vargas foi destituído de suas funções pelos opositores da União Democrática Nacional (UDN). Foi meu primeiro ato de memória sobre perseguição política. Apesar de ser filiado ao PSD, admirava Leonel Brizola a quem ouvíamos em 1961, pelo rádio, durante a Campanha da Legalidade. Esta foi minha segunda memória em torno de acontecimentos políticos daquela época. Rio dos Cedros era um pequeno laboratório de conflitos

em torno do embate UDN, PSD e PTB – que se expressava por meio do papel da Igreja e do futebol (UDN e PSD tinham seus times, um à margem esquerda e outro à margem direita do rio).

Nosso vizinho, dono de indústria metalúrgica, fabricante de molas e dirigente da UDN, nas eleições de 1960, colocava em seus carros o adesivo da vassourinha de Jânio e nós apoiávamos a candidatura do Marechal Lott, cujo símbolo era uma espada (Argh! Mas pelo menos era um militar constitucionalista!). Eu ajudava a colar os cartazes com sua figura por todo o pequeno centro semiurbano de dois mil habitantes. O município tinha 12 mil habitantes, formado em sua grande maioria de agricultores ligados à rizicultura e à fumicultura. Este seria meu terceiro ato de memória política.

Aos 15 anos, em 1966, inspirado pelos ensinamentos do velho que dizia: “você tem a enxada e os livros. Escolha o que for melhor pra você”, fui morar em Blumenau, com minha irmã. Lá, consegui meu primeiro emprego como auxiliar de topógrafo ganhando 50 cruzeiros mensais, que entregava religiosamente para minha irmã. Foi uma experiência dura de sobrevivência. Como não seria diferente de hoje, Blumenau protagonizava um forte movimento de apoio à ditadura e por minha pouca inserção social, não alcançava desenvolver ainda uma consciência crítica frente ao regime de exceção.

Aos 16 anos, em 1967, segui para Curitiba, em busca de emprego e para a continuidade de estudos. Depois de seis meses desempregado, dependendo novamente de irmãos que estavam estudando na cidade, consegui finalmente um emprego como auxiliar de datilografia em uma imobiliária da Monsenhor Celso. Tinha bastante habilidade com datilografia, pois aprendi a teclar na Olivetti de meu pai. Com isso me sobrava tempo para leituras críticas, graças às influências no Colégio Estadual do Paraná, na república de estudantes na casa polonesa Tadeu Kosciusko, com o poeta Salim e com Sérgio, o cineasta, e depois na Carlos Cavalcanti, com Ademar e Joaquim. Na Rua Paula Gomes havia uma pensão com um cartaz na janela: “não se aceita estudantes catarinenses”!

Sem esse processo de socialização, não teria sido possível romper com mi-

nha formação cristã conservadora e sair do casulo. A “conversão” ao marxismo não foi imediata. Passei antes por leituras ainda do catolicismo liberal, com textos de Alceu de Amoroso Lima, depois ao existencialismo, com textos de Sartre me aproximando do marxismo. Embora aceitasse o materialismo histórico, não era fácil digerir o manual soviético de Afanasiev sobre o materialismo dialético!

Formamos grupo de estudo, com Divonzir, Helô, Odilon, Regina, João Pedro, Eduardo, Édson, José, agora já mais focados na história do Brasil, com textos de Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Revista Civilização Brasileira. Já por volta de 1969 líamos, em grupo, Mao TseTung, O Manifesto Comunista, Trotsky e Gramsci traduzido pela Civilização Brasileira. Lima Barreto, Graciliano Ramos, Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto e Drummond de Andrade, nossas referências literárias. Circulava também um texto clandestino de Rui Mauro Marini sobre a dialética da dependência. O Pasquim servia para a gente “desopilar o fígado” contra a ditadura. O processo de socialização das práticas deu-se com grupos de esquerda em Curitiba, daqueles que escaparam das redadas repressivas de 64 e 68; passava também por participar de grupo de teatro com Wilson Rio Apa. Ouvíamos Daniel Viglietti, Bob Dylan, Joan Baez, MPB.

Em 1969, fiz meu vestibular em Direito na Federal. Nesse período nos engajamos em atividades junto à última gestão do coletivo de resistência à ditadura no Centro Acadêmico Hugo Simas; abrimos um cursinho preparatório gratuito para pessoas sem condições de pagar mensalidade, com vários companheiros, dentre os quais Néelson, Ademar, Joaquim e José Luís. Buscávamos passar uma visão de história e de filosofia críticas, divulgando o pensamento de Herbert Marcuse e Sartre, com o propósito de promover uma formação de resistência democrática, contra a ideologia repressora da ditadura. Volta e meia, forças de repressão faziam batida no cursinho para nos amedrontar.

Nesse período, de 1969 e 1970 mantivemos contato com alguns grupos clandestinos que buscavam adesões à luta armada, com os militantes H.P. da

ALN e J.M. do MR-8. Depois, soube que o primeiro caíra preso em São Paulo e o segundo fora baleado na Praça Tiradentes de Curitiba. Era um momento de ofensiva feroz da ditadura, que buscava anular e silenciar a geração pós 64 e 68, sentíamos no ar a derrota das esquerdas e a paz dos cemitérios.

No primeiro ano do curso de Direito, a repressão infiltrou um agente da Polícia Federal, de nome Natanael, que nos ameaçava prender cada vez que tentávamos levar alguma discussão em sala de aula. De tal forma que abandonei o curso. Para sobreviver, consegui algumas aulas de História e Geografia no Colégio Sagrados Corações de padres espanhóis, em São José dos Pinhais; nos receberam solidariamente com outro ex-estudante e presidente do Diretório Acadêmico da PUC, Valdemiro G., atingido pelo Decreto-Lei no. 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Em 1971, voltei para a UFPR, agora no curso de Filosofia. Com a nova gestão de direita do Centro Acadêmico Hugo Simas, nosso curso preparatório foi fechado. Consegui aulas de Filosofia no Colégio Camões; minhas aulas eram vigiadas e anotadas por dois agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) que entravam engravatados cinco minutos após iniciar a aula e partiam cinco minutos antes do término. Naquele ano alugamos uma casa na rua Santo Antônio, Bairro Rebouças, com mais quatro companheiros de esquerda. Éramos vigiados todas as noites por uma viatura despistada da polícia. Néelson foi preso no centro de Curitiba; em seguida José Luís mudou-se para São Paulo, onde foi preso. Regina, filha de franceses *pieds-noirs* foi presa entre Curitiba e São Paulo e bastante torturada. Eduardo teve que ficar clandestino no Rio de Janeiro. Sem aviso prévio no Camões, acabei por sair do país para o Chile no começo de 1972. Nossa casa da Santo Antônio ficara vazia!

O Chile foi um verdadeiro laboratório de luta de classes. Lá aprendemos na prática tudo o que tentávamos entender teoricamente sobre os conflitos sociais e os projetos de transição política. Fomos viver em um *campamento* de *pobladores* de Maipu, na periferia de Santiago por seis meses. Antes, passamos pela pensão de *Doña* Adriana na *calle* Michimalongo, por onde passaram tam-

bém dezenas de refugiados brasileiros. Inclusive dividi meu quarto com Victor Carlos Ramos, desaparecido em 1975 ao retornar ao Brasil desde a Argentina, história registrada no livro de Aluizio Palmar, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*

Posteriormente, fui morar no Pensionato de Economia, na sede norte da Universidade de Chile, avenida República, até o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Em 17 de setembro entramos na embaixada do Panamá e em 8 de outubro chegamos ao país. Do Panamá, rumamos com salvo-conduto até Bruxelas, onde solicitamos refúgio à ONU e permanecemos até julho de 1980. Foi aí que conheci a Gladys, médica uruguaia, também exilada, com quem me casei na Bélgica, onde nasceram nossos dois filhos Nicolás e Nádia.

Nesse período, além de cursar Sociologia na Universidade Católica de Louvain, mantínhamos contato com brasileiros exilados naquele país. Em julho de 1980 retornamos ao Brasil. Fui pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) até 1988 e depois professor universitário na UFPR, voltando-me para temas de pesquisa sobre socioambientalismo.

A experiência latino-americana fez com que em 1984 criássemos em Curitiba a Casa Latino-americana (Casla), sendo presidente a médica uruguaia Gladys de Souza Sanchez, minha esposa, com a adesão de centenas de voluntários que acreditavam na defesa dos direitos humanos e da democracia por meio de ações solidárias aos perseguidos do Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile. Apostávamos nas atividades de formação sobre América Latina no Paraná. Promovemos dezenas de cursos de formação histórica e de especialização em relações internacionais com foco na América Latina. Em 1987-8 apoiamos grupos indígenas que lutavam pela sua representação na Constituinte.

Organizamos eventos e Congressos de Educação e Cultura para a Integração da América Latina (Cepial) em todo o Paraná e, posteriormente, no Chile e Colômbia, juntamente com escolas, sindicatos e universidades paranaenses. A partir de 2010, com a presença incondicional das advogadas Ivete e Nádia,

desenvolvemos ações de apoio aos migrantes e refugiados, sempre com a adesão de voluntários. O histórico da Casla pode ser visitado no site da instituição, bem como no capítulo do livro publicado pelo Prolam da USP - *A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina* | *Portal de Livros Abertos da USP*.

O título deste texto traz a inclusão da palavra após, quer dizer, o que nos espera desde sempre e de agora em diante. Continuamos acreditando na importância da educação como principal ferramenta para expandir criticamente a consciência humanitária e cidadã, pelas ações solidárias e de apoio às lutas daqueles e daquelas que buscam por sociedades menos injustas, menos desiguais e mais democráticas. Seja como pesquisador, professor universitário e militante social, é bom pensar na fórmula de Samuel Beckett: *“É preciso continuar, não consigo continuar, eu vou continuar”!*

***Dimas Floriani**, nasceu em Timbó, Santa Catarina. Em Curitiba, passou pelos cursos de Direito e Filosofia da UFPR, tendo sido obrigado a abandoná-los. Esteve exilado no Chile e em Bruxelas, onde formou-se em Sociologia pela Universidade de Louvain. Ao lado da esposa, a médica uruguaia Gladys Sanchez, fundou em Curitiba a Casla – Casa Latino-Americana.

Impactos da ditadura na vida dos perseguidos

Divo Guisoni*

A **família** – fui casado durante 56 anos com Raquel, que veio a falecer em novembro de 2023. Temos duas filhas: Iracema, nascida em Curitiba em 1969 e Nara, nascida em São Paulo em 1972. Apesar da orientação da direção da AP de evitar ter filhos, avaliamos que seria importante tê-los, pois ajudariam muito na integração com o povo. Raquel é filha única e faleceu em novembro de 2023 com ampla repercussão nos meios sindicais, movimentos populares e organização das mulheres. Eu tinha 15 irmãos numa família muita unida e carinhosa.

A repressão se utilizava de muitas formas para prender os ditos “subversivos” e “comunistas” como: montar tocaia na casa de familiares ou parentes de militantes aguardando que fizessem contato com a família, controle no embarque de ônibus dos procurados, visitas a conhecidos vigiados, rigoroso controle na movimentação em hotéis etc. A movimentação era sempre muito tensa e exigia uma série de cuidados. Havia ainda censura da correspondência, escuta telefônica, infiltração de agentes ou informantes nas universidades, sindicatos, organizações populares, taxistas, porteiros de hotel etc.

Para os condenados ou procurados pela repressão havia necessidade de usar documentos falsos para circular, inclusive para os filhos. Como em 1973 eu fui condenado pela auditoria militar de Curitiba a 6 meses de prisão, precisei buscar novos documentos para toda a família. E aí complica muito, pois você passa a não ter história, família, currículo, profissão. E minhas filhas precisaram frequentar a escola com nome frio. A Iracema até o 3º ano e a Nara até o 1º. Quando eventualmente conseguíamos visitar a família tínhamos que explicar às meninas, qual era nosso nome na família e porque não podiam dar o endereço da nossa casa, da escola que estudavam, nem mesmo da cidade em que morávamos.

Numa oportunidade, ao visitarmos nossos parentes, as meninas brincavam com as primas e vieram correndo perguntar qual era mesmo o meu nome. Apesar do pesadelo que os familiares viviam sem saber da gente, se estávamos vivos, mortos ou presos, sempre foram muito solidários e nos ajudavam na medida do possível. O tensionamento dos familiares era muito grande. Exemplifico com um caso acontecido entre eu e a companheira do camarada Guilhardini que fora assassinado pela repressão no Rio de Janeiro. Já se haviam passado vários anos e ela voltara ao seu trabalho no INSS de Laguna. Ficamos de almoçar juntos. Levou-me para almoçar em sua casa. Terminado o almoço eu me levantei, peguei a louça suja e fui lavar. Ela ficou olhando, com rosto alegre e disse-me: “Agora sei que você é um dos nossos”. E deu-me um abraço.

Outro caso acontecido comigo foi com Renato Rabelo. Eu sabia do endereço em que Renato, Conchita e os dois filhos moravam para socorrê-los em caso de prisão na rua ou em viagem. Num final de tarde, depois de intensa chuva na favela da Vila Prudente, fui visitar os camaradas antes de ir para casa. Cheguei lá e como a enchente invadira as casas, encontrei todo mundo trabalhando na limpeza das casas e me somei a eles para ajudar. Com isso demorei-me demais e quando cheguei em casa a Raquel estava desesperada pois tinha ultrapassado o tempo de espera que era nossa senha de quem chegasse da rua. Foi uma iniciativa boa, mas deixou meus familiares desesperados. Uma falha pode ser fatal.

Apesar do pesadelo que nossos familiares viviam, sem saber da gente, se estava viva ou morta, sempre foram muito solidários e nos ajudavam na medida do possível.

Questão da sobrevivência – foram algumas dezenas de experiências de como viver sendo perseguido, procurado pela repressão e sujeito à prisão, tortura e até a morte. Principalmente no final dos anos 60 em diante quando o clima repressivo do país se intensificou muito. Considerávamos que sob o General Médici presidente, o país passara a viver sob um regime fascista, em que não se respeitavam as leis e era governado por atos institucionais, como o Ato Institucional n.º 5, pela mão de ferro da repressão que prendia, torturava e matava.

Sem currículo, sem profissão, com nome falso, como se sobrevivia? Eu e Raquel, após a minha condenação, vivíamos da comissão de vendas à moda mascate; tivemos um pequeno comércio e até trabalhei como vendedor numa metalúrgica com nome frio. Raquel também trabalhou como vendedora de uma empresa de publicidade e recebia a ajuda de custos e comissões de venda com regularidade. Depois de quase um ano a empresa começou atrasar os pagamentos alegando que algumas empresas não estavam pagando as duplicatas. Raquel constatou a mentira, procurou a empresa para ver o que estava acontecendo. Não tínhamos dinheiro para o aluguel e decidimos cobrar judicialmente. Na reunião de conciliação não houve acordo e o caso foi para a delegacia regional que intimou a empresa a pagar o devido valor com uma série de pontos que não vinha pagando.

E os demais? Uma parcela de militantes, mais visada, era profissionalizada pela organização, que fazia finanças e recebia a solidariedade dos melhores lutadores contra a ditadura. Alguns poucos se mantinham no emprego enquanto o risco de prisão não era iminente e muitos foram presos no trabalho. Outros trabalharam nas mais diversas formas de sobrevivência: pequenos negócios, mascates, fotografos, vendedores etc.

Em fins de 69/70 a organização Ação Popular da qual eu fazia parte, decidiu que todos deveriam se integrar na produção – na cidade ou no campo, com vistas a sobreviver financeiramente, mas principalmente conhecer a realidade dos trabalhadores e ver como organizá-los para a luta por seus direitos e contra a ditadura.

Os assaltos a banco e a algumas empresas que financiavam a ditadura foram muito utilizados nesse período, com vistas à sobrevivência dos revolucionários, mas principalmente com vistas a criar as condições para a luta armada contra a ditadura na cidade ou no campo. Essas iniciativas não tiveram a participação da AP nem do PCdoB, pois entendiam que a revolução deve ser obra das massas e nesse sentido concentraram esforços na preparação e resistência como o sequestro do cofre do Ademar de Barros, com muitos milhares de dólares. Ação que

teve ampla repercussão até mesmo na imprensa e nos meios de comunicação. Dezenas de revolucionários presos foram liberados e enviados para o exterior em alguma embaixada em troca da soltura dos embaixadores.

Era o ano de 1970/71 e a repressão intensificava sua ação. O cerco contra os revolucionários e sua imprensa era grande. Ação Popular recebeu de presente de dois jornalistas demitidos uma máquina offset para organizar sua comunicação, publicar documentos, o jornal mensal *Libertação* e o *Livro Negro da Ditadura Militar*. Com apoio de outros camaradas comprou um sítio de fim de linha. O sistema foi montado, começou a funcionar em 1971, e permitiu a impressão de 500 exemplares do *Livro Negro* distribuído em todo o país através de portadores. Numa das viagens, eu carregava no carro cerca de 30 volumes do livro e fui parado numa barreira policial para prender comunista. Com o máximo de sangue frio, encostei o carro no primeiro policial e pedi uma informação qualquer. Mal sabia ou soube o miserável que salvou um comunista da tortura e quiçá da morte.

Solidão do militante – Os presos viviam a solidão da prisão, da tortura, do pau-de-arara e terror em geral. Pouco sabiam do que ocorria lá fora a não ser as informações que os parentes traziam nos dias de visita.

Os exilados tinham outro tipo de solidão, longe da família, amigos e camaradas, e muitas vezes sem contato. E os militantes que aqui ficaram, lutando contra a ditadura, condenados ou apenas procurados? Cada um tem sua história.

No nosso caso, Divo, Raquel e filhas, estivemos integrados na produção no norte do Paraná, de onde saímos perseguidos, depois de 6 meses de trabalho com o povo. De 69 a 73 trabalhamos no serviço de impressão na gráfica da Ação Popular, que imprimia e distribuía nacionalmente o material da organização, como documentos, o jornal mensal *Libertação* e em 1972 o *Livro Negro da Ditadura* com uma edição de 500 exemplares totalmente distribuídos. Não temos informação de que algum exemplar tenha sido apreendido no processo de distribuição. O *Livro* foi escrito com base em matérias e notícias que chegavam nas redações e não eram utilizadas pelas mesmas. O *Livro Negro* tem 26 capítu-

los distribuídos em 200 páginas onde, além dos principais crimes da ditadura cometidos até então, narra a resistência do povo à ditadura pelos mais amplos setores da sociedade. Este livro foi reimpresso em 2014, por ocasião dos 50 anos do golpe, com ampla repercussão e continua em circulação pela Editora Anita Garibaldi.

No ano de 2023 o povo brasileiro conquistou uma grande vitória nas urnas derrotando o nazifascismo e elegendo Lula presidente. Esta ampla frente encontra mil dificuldades para avançar e derrotar as forças conservadoras. É preciso que o movimento de massas saia às ruas exigindo as reformas necessárias para o Brasil crescer e fortalecer sua economia ampliando a democracia e organizando as massas para retomar a luta que travamos há cerca de 60 anos. A luta continua.

***Divo Guisoni**, viúvo, 82 anos, pai de Iracema e Nara – Nos mais de 50 anos de luta atuei nas minas de carvão de Santa Catarina; estive integrado no campo no Norte do Paraná. Em 1969 fui compor a equipe de propaganda do PCdoB onde fiquei até 73, sendo deslocado para reorganizar o PCdoB no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em março de 1973 fui condenado pela Lei de Segurança Nacional a 6 meses de reclusão. No final de 1979 retornei a São Paulo para dirigir a Editora Anita Garibaldi, onde fiquei até 2007, quando então retornei a Santa Catarina. Continuo firme na luta.

Memórias de uma estudante

Elisabeth Franco Fortes*

Nasci em junho de 1945, segunda filha de um casal comum de classe média. Morei durante a infância e adolescência no interior do Paraná. Como pequena burguesa, criada para casar, ter filhos, cuidar da casa, era a típica jovem alienada e desligada.

Final de março, começo de abril de 1964, o país inteiro para e ouve atentamente as últimas notícias: que o presidente Jango Goulart é deposto e, num golpe, os militares tomam o poder. Neste ano mudamos para Curitiba. Estava terminando o curso de professora primária e ingressando na Universidade. Um mundo totalmente novo e completamente diferente começa a acontecer na minha vida.

Apesar das poucas e truncadas informações, vou percebendo que, de alguma maneira, o país vai enfrentar sérios problemas e começo a me interessar pelo que está acontecendo, a despertar para os acontecimentos políticos. Começo jornalismo, na Universidade Católica do Paraná. Curso pago, prefiro me transferir para a Universidade Federal. Durante os três anos de Faculdade, tudo está acontecendo. Conheço um grupo de estudantes com cabeças muito mais avançadas, questionando tudo, criticando e trazendo novas propostas. E o governo militar, cada vez mais vai fechando portas: Assembleia Nacional é dissolvida. Deputados são presos, muitos desaparecem. Apenas dois partidos são permitidos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) – apoiando o governo – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – pseudo oposição.

Em todo o país, começam as perseguições aos estudantes, principalmente as lideranças. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi decretada como extinta. Não aceitamos isso. Resolvemos que a entidade deveria manter-se atuante, e lutaríamos por ela. À medida em que os militares vão endurecendo, nós, estudantes paranaenses, vamos ficando mais participativos, mais ativos e vamos aprendendo

no dia a dia como nos defendermos das perseguições. Nas faculdades, de modo geral, o movimento estudantil é intenso. As lideranças estão em praticamente quase todos os centros acadêmicos e diretórios estudantis. UNE, União Paranaense dos Estudantes (UPE), e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), com brilhantes e extremamente atuantes estudantes nas direções, levam muitas pessoas para as ruas, nas passeatas e muitos estudantes nas assembleias. E o mesmo está acontecendo no país inteiro.

Em 1968, o curso de Jornalismo era de três anos. Eu estava praticamente me formando quando fui presa pela primeira vez, em Ibiúna, São Paulo, participando do famoso XXX Congresso Nacional da UNE, onde iríamos eleger a nova diretoria da entidade. Fomos todos presos, quase mil estudantes de todo o país. Do Paraná estávamos em cerca de 40 estudantes. Mulheres éramos em 5, além de mim; Cecília de Cristo, Lore Meyer, Palmira Amâncio da Costa e Ana Maria da Costa. Ficamos presos cerca de uma semana e, posteriormente, soltos em frente ao prédio da UPE. Congresso da UNE dissolvido, resolvemos continuar nosso processo de eleições em encontros estaduais. Assim foi feito. Dias antes, em 13 de dezembro de 1968, é decretado pelo então ditador general Arthur Costa e Silva, segundo presidente, o Ato Institucional número 5. O argumento “voltar à normalidade no país”. O que realmente significava era que os cercos estavam se fechando e a ditadura se fortificando, dando direito a cassar, perseguir, prender e, até muitas vezes, sumir (matar) quem não se submetesse àquela ditadura. E o nosso encontro estava marcado para o dia 17 de dezembro, na Chácara do Alemão, no bairro Boqueirão. Ali fomos presos em 42 estudantes. Levados em camburão, primeiro para o Quartel do Boqueirão e depois para o Presídio do Ahú.

Durante o final da tarde e noite adentro, todos os estudantes foram identificados e ouvidos. Destes, 15 ficaram presos, os outros foram soltos. Ficaram detidos: Berto Luis Curvo (estudante de Direito), Charles Champion Junior (Medicina), Hélio Urnau (Sociologia), Celso Paciornik (Arquitetura), Mauro Daison Goulart (Medicina), esses cinco já falecidos. E mais Antonio João Mânfió (Filosofia), Vitorio Sorotiuk (Direito), Dacio Villar (Química), João Bonifácio Cabral Junior (Di-

reito), Marco Apollo Silva (Engenharia Elétrica), Mario Oba (Engenharia), Iran Vieira Dias (Medicina – Ceará), Marco Antonio N. Pereira (Economia – Rio de Janeiro) e as mulheres Judite M. Barbosa Trindade (História) e, eu, Elisabeth F. Fortes (Jornalismo).

Entre os advogados atuando em nossa defesa estavam Otho Sponholz, Antonio Acir Breda, Alcides Munoz, René Dotti, José Carlos Alvin, Hélio Narezi e Dr. Lamartine.

Fomos julgados e condenados por um tribunal militar, ainda que nenhum dos estudantes fossem ou tivessem pertencido ao Exército. E mais, a reunião dos estudantes era para eleição da UNE, que nada tinha nada a ver com Exército, nenhum crime que envolvesse militares. As condenações variavam, sem nenhuma explicação mais racional ou legitimamente legal. Alguns condenados a quatro anos, alguns a dois anos (foi meu caso – depois baixado para um ano e meio por bom comportamento) e apenas cinco condenados a um ano. Entre estes últimos estava minha companheira de cela, Judite.

Para se ter uma pequena noção do que acontecia naqueles dias nefastos da ditadura militar, basta ler este trecho da defesa do Dr. José Carlos Alvin: “O presente processo, desde o seu início, teve um andamento *sui generis*. Inicialmente foram presos segundo a acusação, em flagrante, de 42 estudantes, mas somente 15 encontram-se denunciados no presente processo. Dos restantes nada se sabe, o que torna o Auto de Prisão em Flagrante, anexo ao processo somente 15 indiciados, caso único na História da Justiça Brasileira.”

Durante o ano e meio em que estive no presídio do Ahú, a tortura psicológica era diária, pois além de ser privada da liberdade, do convívio com minha família, o controle das visitas era rigoroso, vários livros eram proibidos de entrar. Como era um presídio masculino, com uma população de mais de 800 presos comuns, eu e a Ju (Judite) ficávamos numa cela que dava para o refeitório grande. Aos domingos recebíamos as visitas das nossas famílias naquele refeitório, e aí, além dos 15 estudantes, tínhamos também contato com alguns outros presos políticos, e ouvíamos os chocantes relatos de torturas desumanas que estes sofriam.

Durante este período, tive uma experiência muito assustadora, quando soube de uma tentativa de fuga de presos comuns, e depois de capturados e levados para celas escuras, nos porões do presídio, foram também muito torturados. Ao voltarem para as celas comuns, dava para ver rostos deformados, mãos e pés muito feridos, queimaduras. Esse é um dos terríveis legados da ditadura: a tortura.

Enquanto estive presa, minha família me visitava aos domingos. Conheci minha sobrinha Dora, com oito dias de nascida. Primeiro passeio da bebezinha, ir visitar a tia presa. Além de meu pai, minha mãe, minhas irmãs estavam sempre revezando-se nas visitas. E como era num espaço aberto, todas as visitas conversavam com todos os presos políticos. Minha irmã mais nova, Ana Beatriz, depois de uma destas visitas, depois de ser seguida, foi presa. Meu pai e meu irmão buscaram por ela de delegacia em delegacia, de hospital em hospital, de quartel em quartel. A resposta era sempre a mesma: “aqui não está”.

Num destes ela estava sim, e sendo barbaramente torturada. Idade dela? Uma jovem de 18 anos. Depois de uma semana passando pelos mais cruéis sofrimentos, um militar chega com ela (um trapinho de tanta tortura) em casa e a devolvem dizendo: “Desculpe, foi engano”. Atualmente, baseado neste episódio, foi realizado um filme “Entrelinhas”, dirigido pelo paranaense Guto Pasko. Produção de Andréia Kaláboa. Filme este já premiado em dois festivais de cinema: em Recife (Pernambuco) e em Cuiabá (Mato Grosso). Entre os prêmios, o de Melhor Atriz, de Melhor Direção, Melhor Roteiro e Melhor Som.

Mas voltemos ao presídio. Estávamos em maio de 1970. Em junho fui solta. Tinha cumprido uma condenação por acreditar na liberdade, defender a democracia, de lutar pelos direitos humanos. A volta para a normalidade foi muito difícil. Mesmo dentro da minha casa eu era vigiada e seguida constantemente. Ao tentar voltar para a Faculdade de Jornalismo esta me foi negada por mais dois anos. E buscar emprego implicava que eu fosse portadora de um atestado político de antecedentes criminais. Depois de muita luta consegui meu diploma de jornalista e trabalhei nesta área até a aposentadoria.

E nós, mulheres, ainda lutávamos também por outros direitos, de respeito, de igualdade. Me permito citar Sonia Lafoz, socióloga, ex-presa política, ex-exilada. “Estávamos em plena ditadura! Portanto, os embates se davam em várias frentes. Primeiro, lutar contra a ditadura. Segundo, contra a moral e as normas vigentes. E terceiro, e talvez o mais difícil, ter a convicção de que estávamos certas” – do livro-reportagem de Júlia Ledur, “Ibiúna anteontem”.

E esta convicção permanece cada dia mais forte. Sei de minhas limitações, mas tenho como obrigação de cidadã brasileira transmitir todos estes fatos, essa minha experiência e levar para as escolas, sindicatos e a toda população que tenha interesse em conhecer a nossa história, em saber os fatos como eles foram, como a ditadura militar tratou seus cidadãos que buscavam democracia, liberdade e que, muitas vezes, foram omitidos ou censurados, quando não desaparecidos, assassinados.

E sim, acredito que os jovens de hoje podem dar continuidade às nossas lutas. São eles, cheios de vida, disposição e coragem que irão levar nosso país para um patamar mais elevado, onde a solidariedade, a igualdade o respeito humano falarão mais alto que a ganância.

Curitiba, 6 de fevereiro de 2024.

***Elisabeth Franco Fortes** - 78 anos, casada com Heitor L. Gioppo, jornalista aposentada, presa duas vezes durante a ditadura militar. A primeira, detida por uma semana em São Paulo, quando participava do XXX Congresso Nacional da UNE. A segunda vez, em Curitiba, na Chácara do Alemão, com outros 15 estudantes. Condenada a dois anos de prisão, cumpriu um ano e seis meses por bom comportamento. Como jornalista, trabalhou na TV Iguaçu, TV Paraná e TV Educativa, no Paraná; TV Sergipe, TV Aperipec, em Sergipe e TV Fortaleza, no Ceará. Atuou também na assessoria de imprensa na OAB, no setor de vídeo no Palácio do governo do Paraná, na Fundação Cultural de Curitiba e de Aracaju, Sergipe.

Zanetti, o guardião do óleo da lamparina

Emiliano José*

À minha frente, o livro.

Ousadia minha, e escrevi “Zanetti, o guardião do óleo da lamparina”, procure no livro o significado desse guardião, inspirado em Leonardo Boff.

Escrevi de uma sentada.

Inúmeras fontes.

Várias do Paraná.

Quiserem saber, o livro dirá delas, com muito carinho.

Queria hoje, tivesse algum talento, fazer uma poesia pro Zé.

É, ele era o Zé.

Sempre Zé, assim conhecido pelos amigos de estripulias e militância e amores.

Mas não acumulei talentos de poeta, como alguns amigos dele.

Nesse momento, uma saudade imensa.

De doer.

Às vezes, tenho a sensação de tê-lo ainda por perto.

De poder fazer alguma confidência.

Ele, sempre um ombro, largo, um oceano.

Rememorar aquele freio puxado no caminhãozinho da União Paranaense dos Estudantes (UPE), andando por toda Curitiba, aquele cheiro estranho no ar.

Só descoberta a razão quando paramos no destino, naquele segundo semestre de 1968.

De pensar as tantas paixões, os poemas nos telhados curitibanos olhando antigas misses em trajes sumários, o desejo explodindo.

As paixões em cada esquina.

Não desse essa, fosse aquela.

As escaladas no Marumbi, a impressionar as minas e os rapazes, alpinista bissexto, ou nem tanto.

Nas loucuras dele, escalava paredes.

Capoeirista, corpo no ar – está na capa do livro sobre ele, capturado em pleno voo.

A Estrada de Damasco, a conversão à Revolução, o lento abandono do cristianismo.

Nem sei se abandono, tal a espiritualidade dele, jamais diminuída.

Ação Popular, organização revolucionária, e o engajamento profundo na militância, tudo isso no Paraná.

Primeiro, Curitiba, o cenário mais turbulento desse início.

O movimento estudantil em plena efervescência, ele um dos dirigentes.

Testemunha do estilingue de Zequinha.

O revolucionário segue para Maringá em busca de camponeses.

Só encontra proletariado agrícola.

Mania de AP, então: procurar camponeses no país semifeudal imaginado por ela.

Embrenha-se em terras catarinenses em busca da Revolução, e depois para São Paulo.

Carregador de caminhão.

Um branco branquelo em meio a negros e nordestinos.

Impiedosos e carinhosos ao mesmo tempo: trabalhadores o chamam Branca de Neve.

Você não aguenta branquelo e ele mostrava aguentar, músculos de aço.

Um dia a casa cai, mas ele consegue escapar entre cães raivosos e telhados sombrios na noite paulistana.

Ação Popular o manda para a Bahia.

Queria-o na luta armada, Guerrilha do Pajeú, em preparação.

A guerrilha não aconteceu.

E ele sobreviveu.

Dirigente de AP em Feira de Santana, onde despontava uma nova classe operária.

E um dia de 1971, num maio tenebroso, o mundo desaba.

Pra ele e toda a direção estadual de AP.

Sentiu na pele, na pele mesmo, o terror da ditadura.

Terríveis torturas.

Tentou, ninguém negue, escapar do terror: saltou das alturas do Forte do Barbalho, a fugir.

Parou, sob a ameaça do cano de metralhadoras atentas.

Cumpriu penas entre a Bahia e o Paraná, sempre alegrando as prisões por onde passou.

De um bom humor incorrigível, a impressionar qualquer ambiente, o mais sombrio.

Ao sair da prisão, em 1973, tenta jornalismo.

A linha de produção da produção de notícias não era com ele.

Muito rigorosa, a exigir disciplina ausente nele.

Vai encontrar a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), porto seguro a permitir a junção do marxismo com o cristianismo progressista.

E nela viverá a continuidade dos sonhos imaginados na juventude, de forma intensa, sem a luta armada.

Embebedou-se de Brasil.

Embrenhou-se pelos campos e cidades, bairros e quilombos, comunidades e tribos, classe operária e camponeses, idosos e jovens.

Na CESE, compreende a imensa diversidade brasileira, sem jamais esquecer a centralidade da luta política.

E descobriu uma prioridade na militância: os direitos humanos.

Alguns poderão dizer: tal escolha nasceu da própria experiência dele, advinda do combate à ditadura, das torturas enfrentadas, do testemunho também do sofrimento de outras companheiras e companheiros.

Pode ser.

Compreendeu direitos humanos de uma forma mais ampliada.

Entendeu o quanto sofria e sofre a classe trabalhadora brasileira.

A crueldade do mundo do trabalho.

O quanto havia de razão em Marx e nos religiosos da Teologia da Libertação.

O quanto o modo de produção capitalista exclui.

Mergulhou no mundo dos excluídos.

A lutar pela inclusão de todos.

Sabendo: só com outro modo de produção tal inclusão seria possível, outro mundo.

Mas enquanto isso não ocorria, lutar e lutar por melhorias na vida das populações.

Dar passos na direção do outro mundo sonhado.

Com lutas muito concretas, com a luta pela democracia, por aqueles pequenos projetos executados pela CESE, aos quais ele se dedicava viajando país a fora, amassando barro, entrando nas matas, dormindo em aldeias ou em acampamentos dos sem-terra.

Provável: alguns olhares mais céticos o digam um sonhador.

Céticos ou não, estavam certos.

Sonhava.

Sempre sonhou.

De olhos abertos, pés no chão.

Nunca abandonou os sonhos de uma sociedade em que a renda fosse distribuída, em que se cultivasse a ideia de cobrar de cada um de acordo com suas possibilidades e dar a cada um de acordo com as suas necessidades.

No outono da existência, insistia numa sociedade capaz de produzir apenas o necessário, distribuindo os bens de modo a beneficiar a todos.

E produzir pouco para não destruir a Terra, para conter a guerra do fim do mundo em andamento, o planeta pegando fogo pela irresponsabilidade e ímpeto destrutivo do capitalismo.

Era um abnegado, dedicado ambientalista.
Andava de bicicleta.
Evitava o automóvel, de modo a não contribuir com a degradação do ambiente.
Um sonhador, não se negue.
A lutar sempre pelos sonhos.
Um revolucionário.
Amoroso revolucionário.
Revolucionário amoroso.
O guardião do óleo da lamparina.

***Emiliano José da Silva Filho** é jornalista e escritor, imortal da Academia de Letras da Bahia. Formado em Comunicação pela Faculdade de Comunicação Universidade Federal da Bahia, onde fez Mestrado e Doutorado.

60 anos do golpe de 64 – histórias de resistência à ditadura

Gerson Zafalon Martins*

São lembranças que insistem em permanecer vivas em minha memória. Elas trazem à luz eventos dos quais, como acadêmico de Medicina e liderança do movimento estudantil, me orgulham, quase tanto quanto o orgulho de meu pai quando, ao me ver algemado após a condenação imposta por um pretenso julgamento militar, me disse: “Eu ficaria envergonhado se você fosse absolvido”.

Conto aqui um pouco do que testemunhei e da minha participação para modestamente contribuir nesta obra de resgate histórico da resistência ao arbítrio no momento em que se registram os 60 anos do golpe de 1964. Não é somente a minha história, é também a história de muitos estudantes, professores, trabalhadores com os quais convivi e partilhei da resistência. Creio que ajudamos o país a reencontrar o caminho da democracia.

Ingressei na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1965 e, desde o 1º ano, participei das atividades do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, sendo eleito tesoureiro em 1966 e presidente no período 1967/68. Como liderança universitária, me envolvi na luta pela queda do regime militar, que governava ditatorial e violentamente o país.

Como presidente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Danc) participei do Conselho Universitário da UFPR, onde defendi o ensino público e gratuito, lembrando que, em 31 de outubro de 1967, o Conselho Universitário da UFPR havia estabelecido que a cobrança de anuidade deveria começar no ano seguinte, apenas para os novos alunos. A estratégia parecia bastante interessante, pois os estudantes já matriculados concluiriam seus cursos, sem pagamento.

Houve grande reação universitária contra a cobrança de anuidade, com passeatas, repressão e prisões. O resultado foi que a resolução do Conselho Universitário, que determinou a cobrança de anuidades, foi revogada.

Quando presidente do Danc, houve a reforma da sua sede, modernização da gráfica, do refeitório, do auditório. Mais importante, a situação trabalhista das funcionárias da cozinha estava irregular e foi sanada com o pagamento das contribuições previdenciárias e todas elas tiveram suas carteiras de trabalho assinadas. Uma das funcionárias me mostrou a “carteirinha do Inamps” – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência –, e disse que não era mais indigente.

Por essas coincidências da vida, no Hospital Evangélico, onde morei do 2º ao 5º ano do curso, atendi essa cozinheira com quadro de abdome agudo. Fiz o diagnóstico de apendicite e o cirurgião de plantão perguntou se eu queria operá-la. Imagine, estudante do 3ºano! Não só queria, como fiz a cirurgia de “pele a pele”, como se dizia para quem começava e terminava uma cirurgia, e o professor foi auxiliar do aluno. No pós-operatório imediato, apreensivo, fiquei ao lado da paciente durante toda a noite. Após a alta, ela contava para as companheiras do Danc sobre a dedicação que tinha dado a ela. (Não sabia que era medo do acadêmico “cirurgião”).

No dia 11 de maio de 1968, houve o confronto entre policiais e cerca de duzentos estudantes na Rodovia BR-116, nas proximidades do Centro Politécnico. As tropas obstruíram a movimentação dos manifestantes e o Comandante advertiu aos estudantes que, se passassem dali, “o pau ia quebrar”, dando cinco minutos para se dispersarem. Seguimos em frente e a cavalaria avançou sobre nós e houve feridos por pisoteio de cavalos, por golpes de cassetetes e sabre dos policiais. Nesse confronto, o fotógrafo Edson Jansen, do jornal *O Estado do Paraná*, tirou a icônica fotografia do Zequinha reagindo com um estilingue aos policiais armados, e que rendeu o prestigiado Prêmio Esso ao fotógrafo.

Quanto a mim, “ouço” ainda hoje o zumbido de um sabre que quase me atingiu o pescoço. A arma era manejada por um policial a cavalo ao reagir a um

rojão que disparei contra ele. Joguei-me num barranco próximo e, apesar de dolorosa torção no tornozelo, conseguir chegar a um posto de gasolina próximo. O frentista me orientou a esconder-me atrás de tambores e, ao ser perguntado pelos policiais que me perseguiram, manteve sua solidariedade ao indicar que estudantes passaram por lá mas tinham seguido pelo caminho adiante.

Após agradecer muito ao frentista, me dirigi ao quartel da Polícia Militar, no centro de Curitiba, para onde vários colegas foram levados presos. Lá, um grupo de estudantes pressionou pela soltura dos colegas detidos, afinal liberados no final da tarde.

Outra importante atividade de que participei foi a tomada da Reitoria, na passeata que se deu a partir da sede do Danc, na Rua Ébano Pereira, em 14 de maio de 68. Registra-se o seguinte fato importante e pouco conhecido: o conservador catedrático de processo civil Egas Moniz de Aragão foi até o diretório interceder para que não houvesse a passeata até a Reitoria, em virtude dos ânimos exaltados entre os militares e os estudantes. Sem sucesso.

De lá saímos em passeata em direção ao campus da Reitoria entre as ruas XV de Novembro, Dr. Faivre, Amintas de Barros e General Carneiro, bem no centro da cidade. O lugar foi palco de um dos mais emblemáticos episódios de repúdio à ditadura, como a barricada com que pretendíamos nos proteger do ataque da cavalaria. Palco também da derrubada do busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, o ex-ministro da Educação do governo Castello Branco.

Aqui vale um parêntese que realça o caráter histórico deste embate: o reitor homenageado pelo busto foi o autor da famosa Lei Suplicy, editada já nos primeiros dias do golpe de 64, que vedava aos diretórios acadêmicos “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. Foi o instrumento usado pela ditadura para cercear a formação de novas lideranças políticas no país e que tanta falta ainda nos faz.

Mas nosso protesto tinha objeto mais imediato naquele dia. Era o maior ato de resistência à intenção do Conselho Universitário da UPFR de instituir o en-

sino público pago a partir do ingresso de novos acadêmicos já no ano seguinte, conforme Resolução já aprovada, mas que acabou sendo revogada pela pressão estudantil.

Antes da tomada da Reitoria, o governador Paulo Pimentel convidou um grupo de estudantes para reunião em sua casa numa tentativa de diálogo pacificador. Fui um dos membros representantes eleitos para a conversa com ele, e pude testemunhar a proposta indecorosa que nos fez, imediatamente rechaçada: uma viagem de “recreio” a Brasília para conversar com autoridades do Ministério da Educação (MEC).

Para evitar o inevitável e provavelmente sangrento confronto entre os nossos paralelepípedos e paus com a tropa da PM, o governador de então, Paulo Pimentel, indicou o secretário da Segurança Pública, o desembargador José Munhoz de Melo, respeitado professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da UFPR, para transmitir a mensagem de pacificação. Ele desembarcou do carro oficial à prudente distância de uma quadra entre a tropa e a nossa trincheira e com seus passos largos e firmes, mãos para trás e peito estufado tentou convencer os estudantes do não enfrentamento. Sem sucesso. O jornalista Celso Nascimento, na época da *Gazeta do Povo*, estava lá e testemunhou esse fato.

Em agosto de 1968, eu e o Stenio Jacob fomos a Brasília participar do Conselho Preparatório do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, na Universidade de Brasília, quando ela foi brutalmente invadida e tomada por militares. Neste episódio foi preso e depois assassinado o estudante Honestino Guimarães. Em meio a essa agitação, Stenio e eu fomos levados por um universitário da conflagrada Universidade de Brasília (UnB) para a casa dele. Recordo numa das paredes da sala da casa pendia um enorme quadro com a fotografia do Guevara - o pai dele era, se não me engano, procurador da República. Foi ele que disse que o aeroporto não estava vigiado pela polícia porque, supunham os militares, nenhum estudante teria dinheiro para fugir de Brasília de avião. Não sabiam que Stenio e eu éramos exceção! Pegamos um voo de volta para Curitiba com escala no Rio. O Issamu Ito também estava por lá, mas não lembro como ele escapou.

O saudoso companheiro Berto Curvo, em 1968, foi eleito o último presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e eu, presidente do Conselho de Representantes. Este Conselho decidiu pela realização de um comício contra a ditadura, que foi realizado nas escadarias da biblioteca pública, quando o Carlos Marés fez um belo e vibrante discurso.

A UPE, histórica e representativa entidade, foi fechada arbitrariamente pelo regime militar em final de 1968 e extinta pelo Ministério Público Federal em janeiro de 1969.

Em decorrência do ideal político e da militância universitária, que contribuiu para a queda dos militares em 1985, resisti ao autoritarismo ditatorial da época e acabei sendo preso com outros colegas universitários.

Em setembro de 1967, o Stenio Jacob foi eleito presidente da UPE, sucedendo o meu colega de turma, Luiz Antônio de Souza Amaral, precocemente falecido, e a entidade se mostrou muito ativa na resistência à ditadura e entre a comunidade acadêmica. Nessa época, foi lançado o documento denominado “Comunicado ao Povo”, subscrito pela UPE, DCE e por vários diretórios acadêmicos de faculdades da UFPR e da então Universidade Católica do Paraná.

Para a justiça militar esse manifesto foi interpretado como uma “[...] pressão psicológica antagônica, visando a influenciar ou provar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de animosidade entre a classe estudantil e as Forças Armadas, no caso, o Exército, comprometendo a segurança interna, integrada na segurança nacional”.

Os presidentes de diretórios acadêmicos que assinaram esse manifesto responderam ao Inquérito Policial Militar (IPM) e, em 19 de março de 1970, houve o julgamento na Auditoria Militar. Apesar de todos responderem ao IPM pelo mesmo “crime”, nem todos foram condenados. Eu, Luiz A. de Souza Amaral e Antônio Carlos Vince, presentes no julgamento, fomos condenados e encaminhados à penitenciária do Ahú.

A minha pena de reclusão foi de 12 meses, posteriormente aumentada para 18, em decisão unânime de recurso impetrada no Superior Tribunal Militar.

Rendo as homenagens ao saudoso amigo, advogado Francisco José Ferreira Muniz (de quem fui médico posteriormente), que me defendeu nesse processo fantoche perante à “Justiça” Militar, como incurso no artigo 33, inciso III, da famigerada Lei de Segurança Nacional (decreto-lei 314, de 1967), que definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social.

Na sentença, o juiz auditor, em síntese, disse que o “... o réu Gerson Zafalon Martins está sendo condenado pela sua liderança estudantil e por ter realizado uma profícua gestão no Diretório Acadêmico Nilo...”

Já algemado e sendo conduzido para o camburão, relembro, com saudades, as palavras do meu pai, presente no julgamento: “Se a razão da prisão foi essa, me envergonharia se você fosse absolvido”.

Inicialmente, cumpri a pena em regime fechado, na Prisão Provisória do Ahú, posteriormente transferido para o Hospital da Polícia Militar, onde pude prestar serviços como doutorando de medicina que era na época. A transferência se deu graças ao empenho do saudoso amigo professor dr. Daniel Egg, na época secretário de Saúde do Estado do Paraná – minha testemunha de defesa no IPM –, junto ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, Coronel Antônio Michalizen e, ainda, se responsabilizando por ela.

No Hospital da Polícia Militar havia uma cela destinada aos presos que necessitavam de tratamento médico. De vez em quando, um comandante militar ia ao hospital para uma vistoria qualquer, e lá ia eu para a cela dos presos até que o militar fosse embora. Ora médico, ora preso político.

Certa vez, a pedido de um cirurgião, operei um preso do Ahú e, logo que ele foi transferido para a cela de “recuperação”, veio um militar graduado visitar o hospital. Não deu outra: colocaram o cirurgião com o doente. O preso me olhava muito intrigado e acabou dizendo: “Ei! Foi você que me operou!”. Na hora neguei, mais tarde conversei e expliquei o que tinha ocorrido e tudo terminou bem.

Fui autorizado a frequentar aulas no Hospital de Clínicas acompanhado de escolta militar e, com atraso de um ano, concluí o curso de medicina.

Recebi o diploma de médico, a tanto custo conquistado, na Secretaria da Faculdade, quando o diretor-major de então me alertou das dificuldades que iria enfrentar para arrumar emprego ou fazer residência médica em consequência da minha militância política estudantil. Quem me acompanhou nessa “colação de curso”, como paraninfo e patrono, foi o saudoso professor Paulo Barbosa da Costa.

Efetivamente, as dificuldades foram enormes. Só consegui, com recursos próprios, em 1976, fazer especialização, fora de Curitiba, no Instituto de Pneumologia e Tisiologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde morei já casado, com uma filha de um ano e meio, a esposa grávida, enquanto cursava a residência médica.

Neste mesmo ano de 1976, prestei concurso público para médico no extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), sendo classificado em 3º lugar, no critério de notas obtidas. Todavia, dentre os documentos exigidos para assumir o cargo conquistado mediante concurso público, teria que apresentar o que se chamava naqueles tempos difíceis da ditadura de “certidão negativa de antecedentes políticos e sociais”. Assim, requeri tal certidão junto à Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), encarregada de emitir o documento até mesmo para requerentes julgados na esfera da Justiça Militar, atestando o cumprimento integral da pena.

Entretanto, o meu pedido foi indeferido. Assim, diante da impossibilidade de comprovar bons antecedentes, fui impedido de ingressar na carreira para a qual prestara concurso e fora aprovado.

Pela militância em busca da democracia e contra a ditadura sofri sérios danos morais e profissionais. Os morais, embora não tenham sido superados, ao menos foram compensados pelo retorno do país à democracia, pela qual tantos outros lutaram com ainda maiores sacrifícios. Muitos foram torturados e outros sucumbiram nos porões da ditadura. Essa luta e sacrifício resultaram depois na Anistia decretada em 1979 e depois introduzida na própria Constituição Federal de 1988 e em leis complementares. Ainda que tardiamente, os vivos e os des-

cendentes dos mortos ou desaparecidos no regime militar foram anistiados e parcialmente recompensados.

Sob a presidência do saudoso amigo Mauro Goulart, assumi a Tesouraria do Sindicato dos Médicos do Paraná em 1981 e, no ano seguinte, organizei o diretório municipal do PT em Campo Largo.

Em 21 de dezembro de 1995, a Assembleia Legislativa aprovou, e o governador Jaime Lerner sancionou, a lei nº 11.255, que dispõe a concessão de indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná.

Como decorrência de três decretos assinados pelos governadores Jaime Lerner e Roberto Requião, foram instaladas em 1997, 2003 e 2007 três comissões respectivas destinadas a reconhecer e definir indenizações a ex-presos políticos, vítimas da repressão.

Da primeira comissão (1998) participaram o ouvidor-geral do Estado, João Elias de Oliveira, e o Bispo da Diocese de Curitiba dom Moacyr José Vitti, além de Ana Maria Rocha Macedo, Gerson Zafalon Martins, Wagner Rocha D'Angelis, Marcos Bittencourt Fowler, Nereu Carlos Massignan, Antônio Narciso Pires de Oliveira e Maria Suely Leonart.

Da segunda (2003) fizeram parte o corregedor do Estado Luiz Carlos Delazari, Maria das Graças Espíndola Correa, Elisio Eduardo Marques, David Lupion Fernandes, Gerson Zafalon Martins, Wagner Rocha D'Angelis e José Ferreira Lopes.

Finalmente, a terceira Comissão foi composta por Luiz Carlos Delazari, Maria das Graças Espíndola Correa, Elisio Eduardo Marques, Gilberto Martin, Gerson Zafalon Martins, Carlos Frederico Marés de Souza e José Ferreira Lopes.

Estive na composição das três comissões. Tomei depoimentos, examinei cada caso que me coube relatar e submeter ao colegiado. Revivi a mesma dor, senti os mesmos efeitos psicológicos e econômicos que a passagem do tempo não apaga, pois também eu participei das mesmas lutas que nos levaram a condenações

arbitrárias e, na maioria dos casos, a inomináveis torturas e à morte prematura.

As três versões da Comissão, tanto quanto possível, lutaram para resgatar a dignidade desses cidadãos e reconhecer o papel que desempenharam para enterrar os trágicos 21 anos de ditadura que vivenciaram ao preço até de dispor do próprio sangue.

Centenas de requerimentos foram examinados por estas comissões, dos quais 458 foram deferidos e seus autores indenizados financeiramente com modestas importâncias a título simbólico de reparação pelos danos morais e físicos que lhes foram infligidos por prisões arbitrárias e torturas indescritíveis.

Importante ressaltar “*in memoriam*” a participação do arcebispo dom Moacyr Vitti nos trabalhos da Comissão. Numa conversa que tivemos, ele disse que “era um novo homem”. Perguntei por que? A resposta foi simples e clara: “pelo conhecimento das torturas, dos maus tratos, das prisões praticados pelas autoridades e das narrativas dos ex-presos e seus familiares nos processos”.

Durante os trabalhos da primeira comissão, recebemos uma carta apócrifa ameaçadora de um certo Movimento de Torturadores de Ex-Presos Políticos (Motepp), “assinada” por três dos cinco ditadores que mancharam a história brasileira de 1964 a 1985 – *Garrastazu, Geisel, e Figueiredo*, os fardados que foram responsáveis pelo sofrimento de milhares de cidadãos idealistas. Em nome da decência, me nego a reproduzir o texto dessa carta, mas registro que ela em nada alterou a dinâmica dos trabalhos e não amedrontou a ninguém.

***Gerson Zafalon Martins** é especialista em Pneumologia e Medicina Legal e Perícia Médica. Foi presidente do Danc nos anos de 1967 e 1968 e presidente do Conselho de Representantes da UPE em 1968 e 1969. Foi presidente do CRM-PR entre 2007 e 2008 e 3º vice-presidente do CFM entre 2007 e 2009.

Poemas

Hamilton Faria*

Ave, deletéria!

A ordem do dia era de arrepiar

- “A ação nefasta e deletéria do comunismo...”

O capitão Ziskev enchia o peito de pombo: Sentido!: - “Nefasta e deletéria!”.

Ordinário, marche!: - “Nefasta e deletéria!”.

O país estava salvo

A propriedade

A família

Começávamos o dia com nossa honra limpa

Ninguém mais comeria criancinhas

Fora de forma: “Nefasta e deletéria!”

Inocentes íamos fazer

A nossa guerrinha de giz

Herança

para Vitória e Gildo

Como se nossos filhos indagassem

Por que nascer deste lado do Atlântico

Por que crescer deste lado do Atlântico

E a gente ficasse sem resposta

A garganta desatando de uma vez

O nó do choro intenso tempestade
E como se a resposta não viesse
Fôssemos crivando de esperanças
Caminhos sem armadilhas
Se de repente a coragem falasse
De um coração gelado mudo
Filhos nasceriam tão mais justos
Suportando o fogo rios fundos
Florestas de mãos dadas juntos
Multidão que se alastra pela terra
Campos oficinas mares nuvens
De pássaros - ilimitados pássaros
Exigindo a explicação de tudo
Como se nossos filhos entendessem
Ao separar a carne da carne
E fabricar fibras e músculos
Aprender o não mais necessário
Sem a nossa herança de fraqueza
Na verdade mais queremos
Não herdem nada nosso: nada!
Além de alguns traços
E a esperança

Nada e tudo

Somos traço de forma indefinida
Olhos de fibra frios e duros – muros
Somos o resto o que sobrou da vida
Um mapa retalhado – somos puros

Vagamos nas ruas - um país estranho
Exilados ainda em nós mesmos
O que restou de nós foi tão e pouco
Estamos livres e ainda estamos presos

Braços escravos restos das indústrias
Semente e fruto nunca foram nossos
Nem terra ou pasto sobre nossos túmulos
Viver ou morrer quanto nos custa?

Somos nada o que restou do nada
A luz assombra fantasmas da memória
E somos tudo- incrível – somos tudo
O ar de quem respira o absurdo

Três amores

Maria Dolores Nina
Três amores eu sentia
Maria não me queria
Dolores enlouqueceu
Nina fez o que quis

Olhei Maria aflito
Dolores – o infinito
Nina amor de Sísifo

Tudo assim invertido

Tempo do soffro soffrido
Era sulco grave vida
Era uma vida espantalha
Se quase a minha mortalha
Quase fui tanto e feliz

Diavirá

Lindo como o dente branco
Ferindo a polpa macia
Como notícia alegre
Que a distância principia
Como prato feito
Na mesa então vazia
Como a mão que agarra
Outra mão de valentia
Como nojo e ódio
No homem que se inicia
Como fruto doce
Que se fabrica no outono
Como orgasmo lento
Quando o corpo se arre pia
Como punho forte
Inaugurando a ousadia
Como gengiva vermelha
De uma criança sadia
Como uma descoberta
Que se aprende diadia
Como sonho ameno

Que a infância fantasia

Lindo como pássaro
Na trajetória do voo
Como animal selvagem
Que se defende e ataca
Como fogo agreste
Que anoitece na mata

Lindo como o barco
No aprendizado da água
Como água
No aprendizado das pedras
Como pedra
No aprendizado dos anos
Como os anos
No aprendizado da espera

Lindo como o peixe
Avançando contra o curso
Como animal
Em salto seguro e oblíquo
Como a ave
Engolindo o grão na praça
Como o pão
Amanhecendo nas portas
Como a morte
Em que a vida persiste
Como o homem
Que é caído e resiste

Momento

Em todo lugar o momento é possível
A geografia não faz o momento
O calendário não faz o momento
O momento se faz a qualquer momento
Ontem foi momento – alguns o fizeram
Hoje é momento – quem o faz?
Amanhã nos perguntarão

Ontem - hoje: breve explicação

A ditadura trouxe tragédia e sofrimento para a história de todos nós, mas, a poesia ajudou a salvar a minha vida e transformar o trágico em épico, fortalecendo um certo heroísmo pessoal e coletivo. “A poesia revela este mundo; cria outro”, escreveu o poeta Octavio Paz. Somos fruto das circunstâncias, mas também imaginamos outros mundos, captando a poesia da vida através das palavras.

Escrevo desde cedo; durante a ditadura a poesia me acompanhou nas ruas, entre amigos, amores, nas casas e nos presídios. Liberdade e poesia são irmãs inseparáveis: liberdade da língua e da linguagem, liberdade de um estado de ser e de alma. Naquele momento a resistência era fato central da vida e eu me expressava construindo o Movimento Estudantil e a resistência política, integrando a Ação Popular; e escrevendo poemas, alguns nunca publicados. A partir de 1976 fui publicado em livros, na grande e pequena imprensa, no Brasil e também em outros países. Ao longo do tempo a minha poesia mudou muito, seus temas e a própria linguagem; mas nunca deixou de expressar o tempo, a condição humana, suas utopias e distopias.

Particpei em todos os momentos das manifestações estudantis de 1968 em Curitiba. Naquele ano recebi voz de prisão em comício relâmpago no alto de uma banca de jornal, na praça Carlos Gomes. Em 1969, preso na saída da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - por dois meses estive sob a guarda do 15º Batalhão do Exército, sediado na Praça Rui Barbosa, hoje Centro Comercial. Após o AI-5 escapei do cerco policial ao Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE, na Chácara do Alemão, no dia 17 de dezembro, quatro dias após o AI-5, quando todas as lideranças foram presas e condenadas. Em 1970 fui torturado no Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI - do Rio de Janeiro e preso, durante um ano, no Presídio Naval da Ilha das Flores. Retornei a Curitiba para reconstruir a vida, concluí os estudos, arru-me emprego, e logo fui demitido por integrar a lista do general Frota, que denunciava “subversivos infiltrados” no serviço público. Os caminhos estavam fechados, segui, então, para São Paulo e trabalhei no apoio às greves operárias, assessoria a jornais e publicações de trabalhadores. Contribuí, também, para a criação de casas de cultura e associações operárias e pesquisas acadêmicas sobre a classe operária. Mais tarde: carreira no magistério superior, lecionei em várias universidades, participei da criação de ongs (Instituto Pólis e outras) e fóruns de cultura (Fórum Intermunicipal de Cultura/FIC) e da construção da solidariedade entre povos do planeta, através da Aliança por um Mundo Responsável Plural e Solidário, que congregou mais de 100 países. Naquela época, meados de 90, criei, com o poeta Pedro Garcia, a Rede Mundial de Artistas, que articulou poetas e artistas de vários países em torno do papel da arte e da cultura, propondo o reencantamento do mundo e a cultura de paz. Uma visão mais detalhada destes acontecimentos pode ser acessada em: Depoimentos para a História/DHPAZ, coordenado pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná; entrevista ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná; HOJEPR, Coluna Cultural de Sérgio Viralobos, também no site www.poetahamiltonfaria.com e no Canal do YouTube Poeta Hamilton Faria.

Aqui selecionei alguns poemas escritos durante a ditadura.

O tempo depura o que passa, e o que perdura; olhamos para o passado e queremos tudo o que futura. E a vida segue- com a palavra e a poesia da vida.

***Hamilton Faria** é poeta, com vários livros individuais publicados e participação em antologias no Brasil e no Exterior. Lecionou em várias universidades de São Paulo, sócio-fundador e presidente do Instituto Pólis, criou a Rede Mundial de Artistas com importantes artistas brasileiros e de vários outros países. Teve poemas censurados em jornais da grande imprensa. Recebeu prêmio da Academia de Artes, Ciências e Letras da França, entre outros. Em 2023, publicou *brevETERNO*, livro mais recente.

A juventude na ditadura

Ivete Maria Caribé da Rocha*

As décadas de 1950 e 1960, até meados de 1970, representaram um notável marco nas mudanças culturais e de costumes, promovidos especialmente pelos jovens, que queriam um mundo de liberdade e tinham um ideal de maior participação nas decisões políticas. Os anos 50 chegaram com o sabor amargo e traumático do pós-guerra, que deixou sequelas profundas nos povos, assombrados ainda pela tensão constante da Guerra Fria e a corrida armamentista entre os dois blocos: o ocidental (EUA e aliados) e a chamada cortina de ferro (União Soviética), em que o mundo foi dividido a partir de 1947.

No Brasil, os anos 50 trouxeram de volta à Presidência da República um político nacionalista e empreendedor – Getúlio Vargas. Ele iniciou a campanha para a criação de uma estatal do petróleo e da energia elétrica. A Petrobras foi criada em outubro de 1953, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – em junho de 1952, mas a Eletrobras ficou somente na proposta e foi criada mais tarde. Ao limitar a remessa do capital estrangeiro em 8% e conceder aumento de 100% para o salário mínimo, Vargas foi taxado de comunista, aumentando a campanha de ódio e mentiras contra sua pessoa e uma clara ameaça de golpe, levando-o ao suicídio em agosto de 1954, abortando o golpe iminente, que veio a acontecer em 1964. Os motivos do suicídio foram marcados na carta testamento, que escreveu pouco antes de sua morte.

É preciso lembrar das diversas tentativas de golpes no Brasil desde a proclamação da República. Em quase todos os golpes e tentativas, houve a participação das Forças Armadas e estas jamais foram investigadas e punidas com rigor por esses graves atos de desrespeito à vontade popular e atentatórios à democracia. Ante essa impunidade, as forças armadas sentiram-se fortalecidas, para novamente impor um golpe, no dia 1º de abril de 1964, com a fundamental contribuição de grandes

empresários, banqueiros e a mídia conservadora nacional e sob ordens do império norte-americano, como bem retratou o documentário – *O dia que durou 21 Anos*, do jornalista Camilo Tavares.

Quem foram os jovens que ousaram confrontar os ditadores de 1964?

Foram principalmente os estudantes que não aceitaram o projeto de um ensino dirigido por cartilhas vindas de organizações internacionais, como a Fundação Rockefeller e o projeto Ministério da Educação e da *United States Agency for International Development* – MEC-Usaid –, que visava à formação de técnicos e mão de obra barata para trabalhar nas empresas multinacionais, além da privatização das universidades e o fechamento dos centros acadêmicos. A chamada Lei Suplicy, de autoria do Ministro da Educação e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, em 1964, foi o estopim de grandes manifestações dos estudantes por todo o Brasil.

Logo ao iniciar o curso ginasial, em 1965, no caminho de casa para o Colégio Estadual do Paraná, encontrava duas irmãs que também estudavam no mesmo Colégio e eram quase vizinhas minhas. Assim conheci a Noemi e a Marli, ambas engajadas na luta estudantil pela manutenção do ensino público e gratuito. Sem entender muito bem do que se tratava, passei a ajudar na distribuição de um jornalzinho, no portão de entrada do Colégio. Não fui alcançada pela repressão, talvez por ser muito jovem e por não ter participado das reuniões no refeitório da Universidade (RU), onde se reuniam os estudantes para tratar das ações de resistência ao desmonte da educação pública imposta pela ditadura.

No Paraná, os estudantes se organizavam através dos centros acadêmicos, em manifestações contra a dura repressão, especialmente, nos cursos de Direito, Medicina, Filosofia, Sociologia e Jornalismo. Quando se preparavam para participar do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna SP, foram presos na Chácara do Alemão e muitos ficaram fichados na Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), o que não lhes permitia participar de concursos públicos, tirar passaporte e viajar para o exterior, entre outras sanções.

Os que conseguiram participar do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em São Paulo, acabaram sendo presos e tiveram que responder a processos na Justiça Militar. José Dirceu foi um dos presos em Ibiúna. Os que se livraram da prisão ficaram marcados perante a repressão da ditadura, sofrendo ameaças e novas prisões sem justificativas, em especial as lideranças estudantis.

Após muitas perseguições, prisões e torturas, alguns políticos, professores e estudantes se exilaram em outros países, muitos foram para o Chile, como Teresa Urban e seu marido Pedro Ivo Furtado, Vítório Sorotiuk, Nelson Seratiuk, Frederico Marés e tantos outros que têm seus nomes na história.

Assim também os trabalhadores e trabalhadoras nas fábricas das grandes cidades, como há pouco tempo foi revelado sobre as multinacionais Ford e a Volkswagen, tinham uma ligação forte com os repressores e entregaram muitos operários que não concordavam com os cortes de seus direitos. No Paraná, foram organizados importantes movimentos de trabalhadores no campo, nas cidades, através dos sindicatos. Aí estiveram, Claudio Ribeiro, Clair da Flora Martins, Zelia Passos, Edésio Passos e muitos mais, sendo impossível nomear a todos.

Em abril de 1964 eu recém-completara 13 anos, mas, apesar da pouca idade, tinha uma boa noção dos acontecimentos políticos, através de revistas da época e do Jornal Última Hora, que meu pai trazia todas as tardes quando retornava do trabalho e me pedia que eu lesse. Além disso, como bom brizolista, meu pai acompanhava as notícias pela manhã, através da Rádio Guaíba, de Porto Alegre e, já no amanhecer do dia 1º de abril, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, discursava em Porto Alegre, dando conta do golpe contra o governo de João Goulart e propondo resistir, como fizera na Campanha da Legalidade para dar posse a Goulart, no ano de 1961. No entanto, a resistência proposta por Brizola não foi aceita pelo próprio presidente João Goulart, que preferiu exilar-se no Uruguai, para onde foram muitos ministros e auxiliares de seu governo e o próprio governador Brizola. Assim, a ditadura mais longa da história do Brasil se instalou e permaneceu até 1985.

Em dezembro de 1968, o ditador militar Costa e Silva assinou o Ato Institu-

cional nº 5, que fechou o Congresso Nacional e cassou os direitos políticos de vários parlamentares, entre eles o deputado federal Marcio Moreira Alves, por ter ele feito um discurso para que os pais dos estudantes não deixassem seus filhos desfilar em no dia 7 de setembro, em resposta à invasão da Universidade de Brasília – UnB. Foram anos muito difíceis e de muita perseguição às universidades, colégios, estudantes e professores, mas também de grande resistência da chamada Geração 68.

O endurecimento do regime ditatorial não amedrontou os estudantes e trabalhadores, que se organizaram em grupos para discutir ações de resistência. Era através dos jornais rodados em mimeógrafos e distribuídos nos colégios, faculdades, sindicatos ou deixados à noite, em locais públicos e pichações de muros e paredes, com denúncias das torturas e prisões ilegais.

Impressiona na leitura das cópias dos processos de Inquéritos Policiais Militares – IPMs – e julgamentos nos tribunais militares e no próprio Superior Tribunal Militar, os motivos dados para as prisões dos militantes, considerados subversivos, em geral, por participação em reuniões de discussões políticas, ou criação de “partidos”, como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária – Polop – (Política Operária) e depois o POC – Partido Operário Comunista. As “provas” encontradas pela repressão constituíam-se de cadernos de debates, textos sobre seminários e livros. Não havia armas.

Em um dos processos examinados no Supremo Tribunal Militar (STM), onde inúmeros estudantes responderam a inquéritos militares, consta a relação dos livros apreendidos: *Escritos Econômicos de Marx*, *Psicanálise e Marxismo*, *Socialismo Contemporâneo*, *A Integração Latino-Americana*, *O Livro Negro da Fome*, *A Filosofia Francesa*, entre muitos outros. Eram esses considerados materiais subversivos.

No dia 25 de outubro de 1975, quando o Brasil vivia ainda a ditadura civil militar, sob o comando do general Ernesto Geisel, o jornalista Wladimir Herzog foi assassinado na sede do Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa (DOI-Codi) de SP – no Destacamento de Operações Internas – Comando Operacional de Informações do II Exército.

A versão apresentada pelos torturadores foi a de que ele havia cometido suicídio – enforcamento. O cenário foi preparado para que a imprensa o fotografasse e a notícia do ‘suicídio’ fosse amplamente divulgada. Mas houve um homem de coragem naqueles tempos de terror, torturas e mortes, que não acreditou na versão de suicídio e não se acovardou – o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo Emérito de São Paulo, mesmo recebendo toda sorte de ameaças, convocou um ato ecumênico na Praça da Sé, em São Paulo, para o dia 31 de outubro de 1975, junto com o rabino Henry Sobel e o reverendo James Wright, e, pela primeira vez, durante a ditadura, uma multidão de oito mil pessoas esteve presente numa das mais significativas e emocionantes manifestações do povo brasileiro. Pela primeira vez, os cidadãos e cidadãs perceberam todo o ardil da ditadura e da mídia para esconder seus crimes e os verdadeiros criminosos. Herzog morreu porque rasgou a ‘delação’ que lhe trouxeram os seus torturadores para assinar, provocando a ira deles e o consequente aumento da tortura, tão insuportável que o levou à morte.

Curiosamente, nesse mesmo dia 25 de outubro de 1975, em Santiago, no Chile, as ditaduras da América do Sul, criavam oficialmente a Operação Condor, que foi um pacto criminoso entre os países em regime de ditaduras do continente sul-americano, com o objetivo de eliminar militantes e resistentes de seus respectivos regimes, onde quer que se encontrassem, sem qualquer censura dos países de origem desses militantes, tudo como consta da ata de criação desse consórcio criminoso.

Durante os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, na realização de pesquisas de casos de exilados do Paraná, estivemos em visita a centros de documentações das ditaduras. No Paraguai, os documentos do chamado “Arquivo do Terror”, guardados em um museu e com cópias para o professor Martin Almada, um ex-preso da ditadura de Alfredo Stroessner, representam o mais completo roteiro para se entender o que foi a Operação Condor no Cone Sul, quem foram os idealizadores, coordenadores e financiadores. O primeiro nome que encabeça a criação dessa Operação, é o de Henry Kissinger, então secretário de Estado de Segurança dos EUA e principal conselheiro de vários presidentes norte-americanos.

Na Argentina, no Ministério das Relações Exteriores, há um arsenal de documentos, que mostram como funcionavam os Ciex – Centro de Informações Exteriores –, nas embaixadas brasileiras, monitorando a vida, a movimentação e os pedidos de exílio dos brasileiros no exterior e fornecendo informações aos órgãos de repressão no Brasil e aos países membros do Condor.

Numa das minhas viagens a Argentina, Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980 e também ex-presos político da ditadura argentina, levou-me a conhecer, no bairro de San Izidro onde mora, um dos locais chamado Baixo San Izidro, onde pescadores chegam com seus barcos, nas margens do Rio de La Plata. No seu livro, *La Otra Mirada*, ele relata que conheceu um velho pescador e que muitas vezes, durante a ditadura argentina, ao puxar sua pesada rede, ficava feliz, pensando que viria repleta de peixes, porém, ao subir a rede, deparava-se com a cena macabra de um corpo, com mãos e pés amarrados. Depois, veio a saber que eram as vítimas dos “voos da morte”, lançados de aviões militares sobre o mar e que acabavam por chegar ao Rio de La Plata. A denúncia feita por Esquivel no exterior sobre as torturas, mortes e desaparecimentos de milhares de argentinos e argentinas, o levaram à prisão e quase à morte, num dos fatídicos “voos”. Foi salvo pela intensa campanha internacional de figuras como Joan Baez e Bob Dylan e a sua indicação ao prêmio Nobel da Paz.

Recentemente, estivemos com um grupo de brasileiros, ex-exilados, filhos e netos de militantes, na comemoração dos 50 anos do golpe no Chile. Foram momentos de grandes emoções, com a memória dos que viveram o período de democracia e integração com o povo chileno, durante o governo de Salvador Allende e depois os tempos de terror com o golpe de 11 de setembro de 1973. Não havia como controlar as lágrimas ao visitar locais de memória, repassar a história do fim de um sonho, naquele que foi o governo mais solidário com os povos que buscaram asilo pelas perseguições em países que viviam cruéis e perigosas ditaduras e, repentinamente, esse sonho de liberdade acabou sendo cortado por um violento golpe, que instalou uma das mais perversas ditaduras militares, perseguindo e matando chilenos e estrangeiros, sob a licença da Operação Condor (EUA).

Voltando ao caso dos exilados paranaenses, que foram para o Chile e alguns para a Argentina, nos anos 1970, eles acabaram sendo alcançados pelas ditaduras que se abateram naqueles países e tiveram que pedir asilo em países europeus, outros em Cuba ou caíram na clandestinidade, até que a aprovação da Lei de Anistia lhes permitisse retornar legalmente ao Brasil nos anos 1979/1980.

A partir de então, passou-se a exigir o fim do regime militar. A campanha das Diretas Já foi um grandioso movimento da sociedade civil, depois engrossado por políticos contrários ao regime e que queriam eleições presidenciais livres e diretas para eleger um civil. O projeto foi derrotado, apesar da grandiosidade das passeatas e do clamor de vários setores. Finalmente, em 1985, os militares aceitaram a eleição civil indireta, tendo como candidato da oposição Tancredo Neves e seu vice José Sarney e como candidato da situação (pelos militares) Paulo Maluf. Ganhou Tancredo, que não pôde assumir por uma grave doença que o levou à morte, assumindo seu vice José Sarney em 1985.

Assim, a partir de 1985, iniciou-se uma vacilante transição do regime ditatorial brasileiro para a democracia, sob os efeitos da Lei de Anistia (Lei 6.683/79). Por essa lei, foram anistiados todos os agentes públicos que perpetraram os graves crimes de lesa-humanidade contra a sociedade civil e foram responsáveis pela completa destruição das liberdades e da democracia. Contudo, o ponto alto da “transição” do regime foi a promulgação da Constituição Cidadã em 1988. Essa Constituição representou um marco nos direitos fundamentais e sociais, os quais foram sendo implementados nos governos que se seguiram a partir de 1988, mas até hoje carente de inúmeras regulamentações e de uma interpretação qualificada e isenta da Lei de Anistia, pondo fim à impunidade dos agentes públicos da repressão, para a não repetição das atrocidades cometidas na ditadura civil militar de 1964.

É fundamental falar dos fatos recentes da nossa jovem e frágil democracia que, novamente, começou a se esfacelar, a partir das violações constitucionais praticadas ou permitidas, pelo próprio judiciário e membros do Ministério Público Federal, com a colaboração de militares e da mídia conservadora, desde o ano de 2014, na atuação da chamada Operação Lava Jato, que aplainou o terreno para um golpe

judicial-parlamentar, levando ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sem o cometimento de nenhum crime. Essa Operação, atuando de forma inconstitucional, ao arripio da hierarquia dos próprios órgãos a que pertenciam, atingiu seu auge nos anos de 2017 e 2018, ao interferir nos julgamentos da Suprema Corte e nas eleições presidenciais de 2018, colocando na prisão, o candidato com mais chance de vencer a eleição. Nessa tarefa, sabidamente encomendada pelo grande capital internacional, notadamente do ramo petrolífero, da mineração e da construção civil e sob os auspícios do departamento de justiça norte-americano e órgãos como o *Federal Bureau of Investigation – FBI*– e *Central Intelligence Agency – CIA* –, o Brasil sofreu a maior destruição de sua economia e, em consequência, a perda de milhões de empregos formais e a entrega ao capital estrangeiro de empresas particulares e públicas essenciais para o desenvolvimento do país, como aquelas ligadas ao petróleo e refino, gás, energia elétrica e as grandes empreiteiras nacionais, tudo isso para permitir a entrada das empresas estrangeiras, além do enfraquecimento e contaminação das instituições públicas. Essa é a chamada Guerra Híbrida, que não mais precisa de armas e exércitos, como nas guerras convencionais; em que as grandes corporações estrangeiras se utilizam das instituições públicas de países visados para ocupar o espaço econômico das empresas nacionais destruídas e devorar tudo o que encontrarem. Para esse mister, juízes, procuradores e delegados federais são treinados para um novo tipo de tortura: são as prisões midiáticas, sem provas de crimes, destruição de reputações, mediante a exposição diária da pessoa perseguida, até que assine uma chamada “delação premiada”, assumindo um crime, em geral não cometido ou, caso resista, seus familiares são ameaçados e podem ser presos.

Quando perguntam a nós, que vivemos todas as atrocidades passadas, qual a razão dos golpes civis-militares e os atuais, nas chamadas guerras híbridas (utilizando as leis e a justiça, sem as armas), podemos responder, sem sombra de dúvida, que é o modelo capitalista neoliberal, na sua ganância insaciável, que se apossa das riquezas naturais e da economia dos povos do chamado “terceiro mundo”, provocando a fome, a morte, a destruição da natureza e dos povos tra-

dicionais, assim como nos golpes passados se valiam da motivação de combate ao comunismo, para perseguir, prender, torturar e matar os que resistiam a esse modelo de destruição.

O momento atual exige uma intensa participação da sociedade. Há uma revolução cruel em marcha e só o povo unido pode dar garantias de liberdade, paz, vida digna com saúde e educação de qualidade. São momentos que exigem nossa participação no sentido de difundir informações claras sobre os direitos básicos do povo e o de conhecer a sua própria história, de preservar a memória, para que os erros e as graves violações do passado não voltem a acontecer. Estamos em movimento e podemos com coragem, força e conhecimento vencer esses momentos difíceis, sabendo que nossos sonhos nunca serão vencidos, se lutarmos por eles.

***Ivete Maria Caribé da Rocha** – Viúva, advogada, formada em São Paulo, no ano de 1976 pelas Faculdades Unidas Metropolitana (FMU). Pós-graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Artes do Paraná. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho Operação Condor, na Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – Paraná. É atualmente coordenadora do Comitê Verdade, Memória e Justiça do Paraná. Coordena também o Serviço de Paz e Justiça – Serpaj Brasil. Faz parte do Coletivo Advogadas e Advogados pela Democracia – CAAD. Atua como advogada nas áreas de direitos humanos e na defesa de migrantes e refugiados.

Militância no Oeste do Paraná – Nova Aurora

Izabel Fávero*

Meu companheiro Luiz André (falecido em 2011) e eu, tínhamos passado do movimento estudantil, onde iniciamos nossa militância, para a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR Palmares, e já não podíamos ficar na legalidade.

Saímos de Caxias do Sul (RS) em meados de 1968 para a clandestinidade no interior do Paraná. Tivemos como base a fazenda São Jorge, perto da pequena cidade de Nova Aurora, onde viviam os pais de Luiz André. A direção regional da VAR considerava um posicionamento estratégico para organizar a resistência à ditadura naquela região.

- Curto tempo de clandestinidade

O plano era morar com os meus sogros até que a organização nos desse condições de sustento, o que não aconteceu. Diante deste fato inesperado, tivemos que sair da clandestinidade e trabalhar, o que foi muito positivo para o rumo que tomou parte da nossa militância.

- Educação e luta armada

Passei a ser professora do ginásio de Nova Aurora. Próximo passo foi a reabertura de uma escolinha, a pedido da secretária de educação do município, que ficava na fazenda do deputado Fuad Nacle, vizinha a dos meus sogros. Vale lembrar que este deputado, juntamente com a referida secretária e o seu marido, mais o diretor do ginásio e o padre de Nova Aurora foram grandes apoiadores logísticos dos militares no episódio da nossa prisão.

A escolinha era um galpão imundo, pouco se podia recuperar. Como di-

retora da escolinha convidei Luiz André para ser professor e fizemos vários mutirões com alunos e pais, para limpar, pintar, recuperar telhado, carteiras e bancos escolares. A escolinha passou a funcionar do primeiro ao quinto ano (ensino fundamental) em uma única sala, com programas específicos para cada série, repartidos entre nós dois professores.

O trabalho de recuperação e organização do local nos aproximou dos alunos e daqueles pais que colaboraram com a tarefa. Criamos uma relação de confiança e fomos conversando sobre os ideais que defendíamos.

Ao conseguirmos ter alguma renda, compramos um jipe, o que facilitava nosso deslocamento, ampliava nossa capacidade de fazer contatos e de chegar até locais mais remotos fazendo levantamentos geográficos e contatos estratégicos.

Nos dias de sábado pela manhã, nossa tarefa na escolinha era alfabetização para os pais dos alunos, usando de forma precária o método Paulo Freire, utilizando materiais que nós mesmos confeccionávamos com nossos recursos.

Paralelamente, íamos organizando a resistência armada, éramos um pequeno grupo de oito militantes e muitos simpatizantes. Com estes últimos, nos reuníamos na escolinha, após a alfabetização dos sábados e compartilhávamos nossas ideias e a esperança de construir uma sociedade melhor. Nosso ideal de sociedade adquiria ainda mais firmeza junto àquelas pessoas simples, generosas, sofridas, exploradas pelos fazendeiros daquela região do oeste do Paraná durante décadas. Fomos nos envolvendo e encantando com aquele trabalho. Apesar de acreditar na luta armada, percebíamos que aquela era uma ação militante da maior importância.

- O melhor da nossa militância

Não há dúvidas de que o trabalho de educação foi o melhor da nossa militância no Oeste do Paraná. Nós fomos presos, mas os ideais que havíamos plantado se enraizaram e permanecem até hoje naqueles que protagonizaram esta história. Apesar da forma violenta como fomos arrancados daquela base, ali já havia germinado a certeza de que podia existir uma sociedade mais justa

e de que a ditadura militar só defendia os interesses daqueles que exploravam a grande maioria da população. Os pequenos da escolinha, os jovens do ginásio e os pais que já estavam envolvidos manifestaram indignação e escárnio contra o exército quando fomos presos. Percebendo a revolta, na semana seguinte à nossa prisão caminhões do exército retornaram a Nova Aurora para distribuir alimentos e bugigangas, no intuito de mudar a sua imagem negativa.

- Um batalhão de setecentos soldados para interromper nossa militância

As forças da ditadura já tinham cercado e minado todas as organizações políticas e vários companheiros já tinham sido presos quando chegaram até nós.

Na avaliação geral dificilmente nós seríamos localizados lá na fazenda. Mas não sabíamos que quando da única visita de um dos dirigentes do regional ao nosso núcleo, ele tinha produzido um relatório detalhado, incluído a nossa localização geográfica.

Fomos dos últimos a “cair”, portanto quando chegaram até nós, já conheciam tudo sobre a VAR Palmares, mas isso não aliviou a tortura utilizada para obter informações.

Fomos presos na madrugada do dia cinco de maio de 1970, por volta de uma hora da manhã. Numa megaoperação, preparada com levantamento aéreo sob o comando do Dops do Paraná e da 5ª. Companhia de polícia do Exército do 1º. Batalhão de fronteira de Foz do Iguaçu. A operação foi determinada pela 5ª. RM e comandada pelo capitão Fernando José Vasconcellos Kruger, do quartel da polícia do exército de Curitiba.

Eram cerca de setecentos homens fardados, muitos carros e caminhões do exército. A operação estava superdimensionada, provavelmente devido ao tal relatório que foi encontrado num cofre em Porto Alegre durante as prisões lá efetuadas.

Em casa, fomos torturados até o amanhecer sob o comando do capitão Kruger. Nessa noite, prenderam também os pais de Luiz André que ficaram algemados a uma árvore. Os militares comeram todas as provisões deles e rou-

baram as suas economias e nosso jipe. Saquear fazia parte das operações.

No dia seguinte fomos levados, eu de ambulância, Luiz André num caminhão do exército para o batalhão de fronteira de Foz do Iguaçu, mas deixaram entender que nos levavam para Curitiba.

Nesse mesmo dia, também terminaram de fechar o cerco em Nova Aurora e prenderam os demais companheiros, militantes da VAR: Alberto João Favero, Adão Ferreira Rosa, Benedito Osorio Bueno, José Aparecido Germano e José Deodato da Motta, camponeses da região e alguns pais dos nossos alunos que aderiram à organização. Depois trouxeram de Curitiba o Gilberto Silveira, também militante da VAR, por estar ligado ao regional Paraná.

Durante os primeiros dias ficamos nas mãos do capitão Júlio Roberto Cerdá Mendes e do tenente Mario Expedito Ostrovski, o tenente Expedito, que comandavam a tortura.

Eu comecei a sangrar, em processo de aborto devido aos choques elétricos que vinha sofrendo desde a noite da prisão. Estava grávida de cerca de 3 meses.

No quarto ou quinto dia, chegaram dois civis do Esquadrão da Morte, Pablo e Juvenal. Vieram do Rio de Janeiro para nos interrogar. Seriam especializados na VAR Palmares.

Com a presença dos dois, à tortura física adicionaram a psicológica e constantes ameaças de nos jogar nas cataratas de Foz do Iguaçu.

Nos quase seis meses que ficamos no batalhão de Foz do Iguaçu, eu era a única presa política. Neste período só tive uma companheira por um curto tempo, a Ana Beatriz, que ficou presa comigo quatro ou cinco dias. Foi trazida de Curitiba, era uma jovem estudante, da minha idade, e sua irmã havia sido presa no movimento estudantil. Foi torturada ali no batalhão, e depois devolvida a sua família dizendo que havia sido um engano.

Quando cerca de quarenta dias depois, finalmente meu cunhado, irmão de Luiz André conseguiu furar o cerco e obteve a autorização para chegar até nós, saímos pela primeira vez para o pátio.

Naquele dia, após a saída do meu cunhado nos enfileiraram no pátio e co-

locaram algumas armas velhas e livros na nossa frente para fazer uma foto, que foi publicada no jornal, como se essas armas nos pertencessem. Na realidade nossas armas ficaram enterradas para sempre no meio da mata.

- De Foz para Porto Alegre

De Foz, em 18 de setembro, nos embarcaram num avião militar, sem qualquer aviso, sem que nossa família soubesse e nos dissessem que íamos fazer um passeio sobre as cataratas. Nos algemaram juntos, num punho e no outro, no braço do assento do avião. Uma verdadeira tortura física e psicológica. Como se fosse possível fugir ou fazer algum tipo de resistência. Fomos levados ao Dops de Porto Alegre. Chegamos numa sexta-feira à tarde.

Na terça-feira pela manhã fui interrogada, sozinha, com um saco de papel na cabeça e com ameaças, mas não me tocaram. Com Luiz André foram mais violentos, além de ameaças deram-lhe golpes. À tarde nos levaram novamente até uma sala, dessa vez sem capuz e nos interrogaram com choques elétricos.

Queriam saber onde estavam escondidos os dólares roubados do cofre do Adhemar de Barros e quanto tínhamos recebido¹. Já havíamos sido muito torturados no batalhão de Foz sobre os dólares. Não tínhamos a menor noção e, tanto não tínhamos recebido nada, que tivemos de sair da clandestinidade e trabalhar para sobreviver.

Na quarta-feira pela manhã, fomos colocados numa Kombi e levados pelas ruas de Porto Alegre, sem saber o destino, até que chegamos a um tribunal, onde soube-mos que Luiz André iria passar em julgamento por processo pendente do período em que foi presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (Uges). Eram quatro militares e um civil. Luiz André foi absolvido.

1- Ação mais conhecida da VAR Palmares, em julho de 1969, foi a expropriação do “cofre do Adhemar”, contendo pouco mais de 2,5 milhões de dólares, em espécie. Esse cofre encontrava-se na residência do irmão da secretária e namorada do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Esse dinheiro era produto da corrupção do ex-governador e, informações fornecidas por um companheiro da VAR foi feita a ação, que deveria servir para fortalecer a organização, que sobrevivia com grandes dificuldades, com a maior parte dos seus militantes já na clandestinidade.

Mais uma vez, sem nos dizer para onde nos levavam, começamos uma viagem no escuro, em Porto Alegre que terminou em Curitiba. Na parte traseira de uma kombi totalmente fechada. Esse episódio foi para mim muito traumático. Eu sou claustrofoba, e além do sufocamento que sentia, pensava que se ocorresse algum acidente não teríamos a menor chance de sair do camburão, pois estávamos algemados.

Chegando a Curitiba nos levaram ao III batalhão de Curitiba, unidade que comandou a operação de Nova Aurora, onde vimos o capitão Kruger que chefiou a operação e de lá nos levaram para a prisão provisória do Ahú, onde eu acreditava que ficaríamos os dois. Fui colocada na sala de visitas, enquanto Luiz André foi levado a sala do diretor da prisão. Em seguida foi trazido até mim para se despedir. Ele ficaria no Ahú com os demais presos políticos e eu seria levada para o presídio feminino de Piraquara. Eu era a única presa política no Estado e o diretor do Ahú, Lamartine Soares, não me quis sob sua responsabilidade. Fui levada ao presídio feminino de Piraquara, fora de Curitiba, e não tive assegurado meu direito a ter uma prisão especial como estava previsto em lei, ou seja, fiquei com as presas comuns.

Nosso julgamento ocorreu em 13 de julho de 1971 na Auditoria da 5.^a RM e fomos condenados. Luiz André a 18 meses e eu a 12 meses de reclusão, pena que cumprimos. Os demais companheiros da VAR presos conosco foram absolvidos. Como a promotoria pedia 25 anos de prisão para nós dois, tão logo Luiz André saiu da prisão provisória do Ahú, fomos aconselhados a sair do Brasil. Fomos para o Chile de onde, após o golpe de 1973, nos exilamos na França e no início de 1985 retornamos finalmente ao Brasil.

***Izabel Favero** é formada em Administração Econômica e Social na Universidade de Paris VII-França. Aposentada, 74 anos. Viúva de Luiz André Favero, ambos militantes da VAR Palmares.

Minha Luta pela Liberdade, Do Paraná até Genebra

Jair Valério Paraná Júnior*

Em 1977, quando ainda eu era estudante do primeiro grau, em Santo Antônio da Platina, no Paraná, comecei a simpatizar e depois a militar nos movimentos populares de esquerda e de oposição à ditadura militar.

No início de 1983, após ser aprovado no Concurso Vestibular do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – daqui em diante ITA –, comecei a estudar Engenharia Aeronáutica, nesta escola, em São José dos Campos. Concomitantemente, fui matriculado como aluno-militar no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (CPORAER). Depois de concluir este curso, fui promovido a Aspirante a Oficial da Reserva da Aeronáutica e fui para a reserva da Força Aérea (FAB).

Em 1985, fui convocado para o serviço ativo da FAB e passei, neste mesmo ano, a adido no Centro Técnico Aeroespacial em São José dos Campos, no Posto de Aspirante-a-Oficial da Ativa.

Assim, iniciei minha carreira no serviço ativo da Aeronáutica, no Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica da Ativa. Segundo a legislação da Aeronáutica, eu seria promovido futuramente até o posto de Tenente-Brigadeiro Engenheiro da Aeronáutica.

Enquanto estudava no ITA e servia na FAB, eu atuei no movimento político Diretas Já e desenvolvi uma intensa atividade política junto a partidos políticos, inclusive a partidos clandestinos, ao movimento estudantil, a sindicatos, a associações populares e à própria Força Aérea.

Em minhas lutas políticas de oposição à ditadura militar, eu militava juntamente com vários outros companheiros mais idosos e experientes, como era o caso dos companheiros: Pedro Lobo, Alberto Goldman e Ricardo Zarattini. Estes inclusive me apresentaram, no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Cam-

pos, ao saudoso companheiro e secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes. Eles haviam chegado recentemente do exílio em Cuba e em outros países do bloco soviético, além de terem um histórico de luta contra a ditadura, por isso eram tidos pelos Oficiais da Aeronáutica como elementos subversivos e comunistas. Entre outros motivos e principalmente por causa de minha militância com estes líderes da esquerda e nos seus respectivos movimentos, eu passei a ser perseguido.

Em 1986, eu fui preso e mantido incomunicável por 11 dias, com base no art. 59 da Lei de Segurança Nacional, por oficiais do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa). Fui torturado com o fim de obter informações e confissões e por vingança em decorrência de eu ser um militante comunista e lutar contra a ditadura militar.

Durante a prisão fui submetido a uma investigação sigilosa e confidencial. Nos documentos foram postos um carimbo de “Reservado” e “Confidencial”.

Não contentes com todas estas graves violações dos direitos humanos e com toda esta perseguição política, eles confiscaram meu passaporte, me proibiram de sair do país e de viajar para a União Soviética, a Polônia e a Albânia, sob a alegação que eu iria articular a prática de atos subversivos nestes países que ele chamavam de comunistas da Cortina de Ferro, conforme decisão do Major Brigadeiro Hugo Piva, publicada no Boletim Confidencial do CTA.

Após minha liberação da prisão, os maus tratamentos continuaram: com insultos, ultrajes, ameaças, com inúmeras restrições e interdições de direitos.

Em seguida, em 1987, fui expulso da Aeronáutica por um expediente oficial sigiloso e confidencial no qual eu não tive o direito ao contraditório e à própria defesa. Além do mais fui impedido de conhecer os motivos e fundamentos da decisão de meu afastamento.

Antes de mim, cerca de vinte alunos de engenharia do ITA, meus colegas, foram desligados do ITA, por motivação política, porque eles eram militantes de esquerda e também atuavam, tal como o requerente, como Diretores no Centro Acadêmico do ITA – CASD –, fizeram contato com deputados e políticos tal como eu fiz, sendo por isso, presos, torturados e caluniados com acusações falsas e infamantes como roubar

um rádio do CTA para receber ordens do Leonel Brizola, estocar mantimentos para os subversivos, tentar explodir uma ponte sobre o rio Paraíba etc. No final foram enquadrados no Regimento do ITA e desligados do Instituto, fatos estes extremamente similares aos que eu sofri alguns anos depois deles.

Isto demonstra que este era o *modus operandi* destes Oficiais da Aeronáutica.

Depois do ITA, fui estudar Direito na Faculdade do Largo do São Francisco na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, onde tive o privilégio de conviver com o meu ex-professor Ricardo Lewandowski e com meu amigo Dias Toffoli, ministros do STF.

Nesta época, estudei por alguns anos Medicina na Faculdade de Medicina da USP.

Também fundei em São Paulo a Associação Nacional das Vítimas de Acidentes de Trânsito e Trabalho (Anvat) na qual tive a honra de ser eleito o primeiro presidente.

Depois desta passagem traumática junto ao antigo Ministério da Aeronáutica, já engenheiro inscrito no Crea de São Paulo, passei num concurso de Auditor-Fiscal da Receita Federal e voltei às origens no Paraná, em Foz do Iguaçu, onde trabalhei no Departamento de Tributação, na Tríplice Fronteira.

Fui eleito presidente da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal da turma de 1998, pelos colegas auditores. Em seguida, me elegeram diretor Jurídico Sindifisco Nacional, Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Como Dirigente Sindical, liderei greves e operações padrões, que fecharam a Ponte Internacional da Amizade de Foz do Iguaçu. Nós, do Sindifisco, em 2001, queríamos eleger um governo do Partido dos Trabalhadores. Assim, voltei a sofrer perseguições devido estas atividades político-sindicais.

Por causa destas graves violações de meus direitos humanos relatadas anteriormente, sofridas em decorrência de minhas atividades políticas em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, fui obrigado a deixar o Brasil e me exilar em Genebra, na Suíça, onde eu vivo atualmente, graças ao asilo político concebido pelo governo Suíço.

Aqui, na Suíça, estudei Direito Suíço e depois, obtive um diploma de Master em Direito Internacional e apresentei uma tese sobre a definição da tortura segundo a jurisprudência da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Tive o privilégio de liderar um movimento junto às principais Organizações Internacionais de Direitos Humanos como Anistia Internacional, Organização Mundial contra a Tortura (OMCT) e Associação para a Prevenção da Tortura (APT), para pressionar o Brasil a ratificar o Protocolo Facultativo Referente ao Pacto Internacional da ONU de Direitos Civis e Políticos, o qual reconhece a competência do Comitê de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, para julgar recursos contra o Brasil, em casos de violação de Direitos Humanos.

Este trabalho político feito por mim junto aos organismos internacionais beneficiou muito o presidente Lula e permitiu a ele recorrer ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, quando ele foi preso e teve seus direitos políticos cassados.

Fui também coordenador na Suíça do Partido dos Trabalhadores do Brasil, membro da Comissão Judiciária e delegado do Partido Socialista Suíço, diretor Jurídico do Conselho Europeu de Ministros Evangélicos, membro das cooperativas Codha, Mobility e das associações Asloca, Attac, Bateau de Genève, Raízes, Alumni Unige e Academia de Letras Luso Suíça (Alals), bem como dos sindicatos SSP e Unia.

Atualmente, sou advogado inscrito no Barreau da Suíça; especialista em Direitos Humanos e minha luta pela liberdade continua.

***Jair Valério Paraná Júnior** é paranaense, nascido em 1963. Advogado e engenheiro aeronáutico. Participou dos movimentos secundarista e universitário contra a ditadura no final dos anos 1970 e início de 1980. Militante do PT, PCdoB e PCB. Nos anos 1980 foi perseguido, preso, torturado e expulso da Aeronáutica por seu engajamento político. Exilou-se na Suíça onde reside até agora.

Geração 68 não fugiu da luta

João Bonifácio Cabral Jr.*

Sou filho do médico, João Bonifácio Cabral e de Rosa Ferreira Cabral. Morávamos em Londrina e, em 1962, vim para Curitiba estudar no Internato Paranaense, onde fui eleito presidente do Grêmio Estudantil, iniciando a participação na política secundarista. Em 1966, trabalhava na Secretaria de Educação, isto à tarde, pela manhã frequentava a Faculdade de Direito na PUC, e à noite eu trabalhava na sucursal do Jornal Tribuna da Imprensa. Em 1967, fui eleito presidente do diretório daquela Faculdade.

Me casei em 1976 com Sônia Beatriz Leite Ferreira. Essa união permanece, com muito companheirismo e amor. Temos quatro filhos maravilhosos e sete netos, todos muito queridos.

Minhas recordações dos anos 60, aos quinze anos de idade, derivam das rádios que retratavam a crise política da época, mais especificamente quando, em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo.

O vice-presidente, João Goulart, na época estava na China, e os militares cogitavam impedi-lo de assumir. Graças ao posicionamento corajoso de Leonel Brizola, Jango assumiu, mas sob o regime parlamentar, injustamente lhe imposto. Mas resolveu isso através de um plebiscito que lhe devolveu o regime presidencialista. O povo, os trabalhadores, clamavam pelas reformas de base, em especial, a Reforma Agrária.

Foi assim que adveio o golpe de 1964. Eu não aceitava a ditadura militar, que pisoteava nas liberdades democráticas, prendia e torturava.

A ditadura passou a firmar convênios através do Ministério da Educação (MEC) com a *United States Agency for International Development* (Usaid) dos Estados Unidos! Um desses convênios, na área da educação, foi coordenado pelo alemão, naturalizado americano, de nome Cohen, que fez um relatório,

em que, após fazer um diagnóstico mostrando que as universidades brasileiras eram gratuitas, oportunizando o ingresso de estudantes pobres, ele propunha que fosse feita Reforma Universitária no Brasil. E que, dentre outras providências, introduzisse o ensino pago, elitizando as federais, e remetendo os estudantes pobres para os cursos técnicos, abastecendo assim as empresas, de mão de obra barata e qualificada.

Isto vazou entre os estudantes, causando grande revolta.

Em observância a esse relatório americano, o MEC resolveu fazer a primeira experiência do ensino pago nas federais do país, em Curitiba. Foi aí que, em maio de 1968, marcou-se o vestibular para o curso de Engenharia, a ser realizado no Centro Politécnico. Nesse dia, as lideranças estudantis conclamaram os estudantes a irem ao Politécnico para impedir tal vestibular. Centenas de estudantes para lá foram. Deu-se o enfrentamento com a Polícia Militar, vários estudantes foram presos, mas o vestibular não foi realizado. O governo ditatorial, então, marcou sua realização para a semana seguinte, no mesmo local. Esse adiamento permitiu que fizéssemos ampla convocação dos estudantes. No dia 14 de maio, às 7h30, mais de mil estudantes estavam postados na Praça Santos Andrade, local definido para o encontro, que, em princípio, marcharia em direção ao Politécnico. Quando saímos, penso eu, estávamos em mais de dois mil estudantes. Só que no caminho, localizava-se a Reitoria da Universidade Federal do Paraná, alvo verdadeiro, traçado pela liderança, que era presidida pelo nosso companheiro presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE) Stenio Sales Jacob. Antes, soubemos que, lá no Politécnico, foram colocadas centenas de policiais fortemente armados. Então, optou-se pela tomada da Reitoria, evitando-se assim o confronto. As forças policiais se deslocaram, cercando os estudantes na Reitoria. Stenio, no Palácio Iguaçu, negociava com o governador Paulo Pimentel a não realização daquele vestibular e a retirada dos estudantes da Reitoria, sem repressão. Após muita discussão, por várias horas, deu-se o acordo, sendo retirada a polícia que nos cercava e tomado o compromisso da não realização mais daquele vestibular, que acaba-

ria com o ensino gratuito nas Universidades. Estava sepultado aquele projeto da ditadura. Foi uma vitória transcendental!

Além dessa participação na tomada da Reitoria, em 12 de outubro de 1968, fui preso ao comparecer no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, em Ibiúna-SP. Nessa ocasião foram presos cerca de mil estudantes. Alguns, a ditadura manteve presos, mas a maioria, após fichados, foram soltos, depois de uns dias. Como era de suma importância a realização desse Congresso para se decidir a estratégia de luta para o ano seguinte, as lideranças decidiram realizá-lo, regionalmente. Foi assim que, em 17 de dezembro de 1968, ao participar na denominada Chácara do Alemão, em Curitiba, fui preso novamente. Ressalte-se aqui que, dias antes, em 13/12/1968 havia sido baixado, pela ditadura, o famigerado AI 5, que outorgou ao presidente o direito de praticar ainda mais ações arbitrárias, ampliando a censura e a tortura. Com o advento do AI 5, verificou-se um incremento da ditadura, tornando-a mais sangrenta.

Foi nesse ambiente que fomos presos. Éramos em mais de três dezenas de estudantes presos, que iriam se reunir, para realizar, regionalmente, o 30º Congresso da UNE, mas só 15 foram retidos para responder ao processo penal militar.

O promotor que atuava na Junta Militar requereu que eu fosse condenado a 10 anos de reclusão. Nesse sentido, sustentava que eu estava infiltrado no serviço público, no movimento estudantil e na imprensa. Fui condenado pela Justiça Militar a quatro anos. Pretendia me evadir, eis que estava determinado a não cumprir pena tão longa. Ocorre que o STM – Superior Tribunal Militar –, julgando em grau de recurso, impetrado pelo advogado, o professor José Lamartine Corrêa de Oliveira, reduziu a minha pena, fixando-a em 18 meses. Como na época, eu já havia cumprido 12 meses, resolvi deixar o plano de fuga. Fui solto em julho de 1970. Voltei à faculdade, perdi um ano, e quando pensava em colar grau em março de 1972, fui surpreendido pelo então ministro da Educação, o coronel Jarbas Passarinho que, através de um mero telegrama, sustou a minha formatura, arbitrariamente, alegando “graves irregularidades”

na minha vida escolar. Tive que impetrar um mandado de segurança, elaborado pelo dr. Antonio Acir Breda, junto ao então TFR, e só consegui me formar um ano depois, em 1973.

Ressalte-se aqui que nós, estudantes, embora não tenhamos sofrido torturas físicas, testemunhamos, indiretamente, bárbaras torturas sofridas pelos companheiros José dos Reis Garcia e Aluizio Palmar que, conosco foram presos, em ocasião diversa, na Prisão Provisória do Ahú, com graves ferimentos, causados pela tortura. É importante também aqui registrar a tortura de uma, praticamente menina, estudante, de nome Janeti, que foi presa, isoladamente, quando estávamos no Ahú, que era, por várias vezes, levada pela polícia, para ser torturada, não sei se pela Dops ou pelo Exército. Na volta dela, procurávamos aliviar suas dores, através dos companheiros estudantes de medicina Mauro Goulart, Charles Champion, Luiz Amaral e Gerson Martins, também presos conosco, os três primeiros já falecidos.

Após minha colação, comecei advogar e, em 1976, fui convidado pelo advogado José Lamartine Corrêa de Oliveira a integrar o seu escritório, formado também pelos ilustres advogados, Francisco Muniz, Assis Corrêa e Nestor Malvezzi.

Nunca cessei de ajudar meus companheiros na luta contra a ditadura.

Em 1979, a convite do dr. Francisco Muniz, passei a integrar também o corpo dos advogados do então Instituto de Terras e Cartografia do Paraná (ITC), para onde ele havia sido guindado ao cargo de procurador-geral. Passei a estudar e ajuizar ações discriminatórias que visavam a anular os “grilos” de terras devolutas estaduais. Esse trabalho me motivou muito. Na esteira dele, recuperamos milhares de hectares de terras que, depois, eram tituladas aos posseiros que ali moravam e as cultivavam, onde eram anteriormente, meros posseiros.

Em 1980, o dr. Francisco Muniz foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada. Em seu lugar, fui nomeado procurador-geral do ITC, em sua substituição.

Em 1982, tivemos eleições diretas para governador no país. A ditadura estava em seus estertores. Era a primeira eleição direta para governadores, após

o golpe de 64. Venceu, no Paraná, José Richa, derrotando o candidato da ditadura, pelo Partido Arena. Richa venceu pelo MDB.

Fui nomeado por Richa, presidente do Instituto de Terras e Cartografia – ITC. Era presidente da República o general João Batista Figueiredo, último da ditadura.

No exercício da Presidência, tive a honra de contratar Stenio Sales Jacob e Vitório Sorotiuk, que regressava do exílio.

Estudei a matéria fundiária, cheguei à conclusão que, como estávamos ainda na ditadura e com um governador, digamos assim, moderado, apesar de bom caráter, e como o Estatuto da Terra em vigor preconizava que a terra devia desempenhar função social, tínhamos que defender o cumprimento desse Estatuto, como política daquele órgão Fundiário estadual cuja Presidência eu acabara de assumir.

Inicialmente, articulei, em nível nacional, os demais órgãos de terra estaduais. Foi assim que criamos a Anoter – Associação Nacional dos Órgãos de Terra –, da qual fui o primeiro presidente. Em seguida, passamos a defender, junto ao Incra, a desapropriação para fins da Reforma Agrária, das propriedades rurais que não cumpriam sua função social. Vale dizer: as propriedades, cuja produção fosse aquém dos níveis fixados no próprio Estatuto da Terra, deveriam ser desapropriadas, e a indenização, paga em títulos da dívida Agrária.

Em 1984, sob a inspiração de Tancredo Neves e sob a coordenação de José Gomes da Silva, em Brasília, integrei o grupo de cem pessoas que elaboraram o Plano Nacional de Reforma Agrária. Paralelamente, os trabalhadores rurais sem-terra se organizavam e, em 1984, criou-se o MST, e o governo do Paraná, através do ITC, nesse sentido, contribuiu decisivamente. O Roberto Baggio, aqui do Paraná, do MST, testemunhou isso.

Em 1986, eu estava na equipe do então prefeito Roberto Requião, como secretário-geral de Programas, em Curitiba, quando fui convidado pelo ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, para ocupar o alto cargo de

procurador-geral do Incra, em Brasília. Aceitei e exerci esse cargo até o final de 1987 (nesse período, conseguimos desapropriar 2.700.000 hectares). Saí em razão de ter assumido o Ministério, o político Jarbas Barbalho, com quem eu tive divergências.

A convite de Euclides Scalco fui, então, integrar a assessoria jurídica da Constituinte, coordenada pelo constitucionalista José Afonso da Silva, onde fiquei até o final de 1988.

Em 1991, Requião governador do Paraná me nomeou procurador-geral da hoje Procuradoria do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas. Nesse cargo, o governador me deu carta branca para encetar todos os enfrentamentos tendentes à moralidade administrativa. Promovi nesse cargo, o primeiro concurso público para o ingresso de procuradores em 48 anos.

Saindo desse cargo, fui advogar privativamente, quando em 1997, de novo, recebi a visita do Scalco, que me convidou para ocupar o cargo de diretor Jurídico da Itaipu. Fui nomeado por FHC para esse cargo, mas, no governo Lula, o Samek me convidou para permanecer no cargo, sendo nomeado pelo presidente petista. Coordenei a licitação para a aquisição das últimas duas turbinas de Itaipu. Exerci esse cargo por 14 anos, onde enfrentamos várias ações judiciais milionárias, espúrias, quando isentamos a Itaipu de pagar centenas de milhões de dólares.

Quero ressaltar aqui que, em toda essa caminhada da vida, contei com assessores e colaboradores, competentes e sérios, colegas diretores e dirigentes, que muito contribuíram nessa minha jornada.

Finalizando, em rápidas reflexões sobre o momento político que estamos vivenciando nesse 2024. Sobre isso, inicio dizendo que estamos vivendo uma época crucial, mormente para a sobrevivência da democracia. Registre-se que, no Brasil, a história nos mostra que temos tido vários anos de autoritarismo, secundados por rápidos períodos com democracia. A direita tem avançado bastante. Há que se fazer uma profunda perquirição sobre as causas da nossa derrota em 2018, fazer a autocrítica, para não incidir nos mesmos erros.

Por último, eu diria que o esforço e o sacrifício dessa geração para um mundo mais igualitário

Valeu a pena!

***João Bonifácio Cabral** é advogado. Teve intensa participação no movimento estudantil paranaense nos anos 1960. Foi preso político. Com a redemocratização do país, como especialista em questões fundiárias, exerceu vários cargos nessa área em níveis estadual e federal.

A Exata e os agentes da Dops

João Urban*

Uma de minhas memórias “políticas” mais antigas, eu devia ter uns cinco ou seis anos, é do meu avô materno, o polaco João Majchrovicz, me botando no colo e folheando uma revista de propaganda americana, “Em Guarda”, que era publicada em espanhol, e mostrando cenas da guerra da Coréia, falando como eram cruéis os coreanos, que ele chamava de “vermelhos” e heroicos os soldados americanos. A primeira consequência dessa doutrinação foi a destruição de um canteiro de malvas “vermelhas” do jardim de nossa casa, que levei a cabo com uma afiada espadinha de madeira feita por um dos operários da marcenaria Urban & Cia Ltda. Nessa época, a relação que eu tinha com operários era de filho de patrão, que ficava o tempo todo enchendo o saco, pedindo para recortar caminhõezinhos, espadinhas e outras coisicas do gênero.

Tenho que confessar que talvez, até por essa “doutrinação” e pelo catolicismo exacerbado de minha mãe, fui um adolescente bastante reacionário, assim como no início da minha juventude. Quando comecei de trabalhar em um banco, até mesmo antes de comprar minha primeira câmera, comprei por correspondência uma coleção de livros enorme chamada “*Vida dos Santos*”, que li de cabo a rabo. Também lia avidamente a revista *Seleções Reader's Digest*, essa comprada pelo meu pai, o polaco Estanislau. “Furei” greves bancárias, desafiei piquetes, fiz campanha do “ouro para o bem do Brasil”, da janela do banco, berrando frases feitas num megafone.

Nas sendas do catolicismo, acabei, pelas mãos da minha irmã mais velha, a Mainha, me envolvendo com o Movimento Familiar Cristão (MFC). No golpe de 64 ainda não tinha bem claras as questões políticas do país, mas minha guinada para esquerda teve início nas “malhas” do MFC. Em pouco tempo eu era um militante da Ação Popular (AP), que passava as noites rodando “docu-

mentos” no convento dos Saletinos, fazendo pichações, frequentando o Cine Santa Maria, fotografando o *Teatro do Estudante Universitário*, fotografando passeatas, o que me levou a ter um primeiro confronto com a polícia política.

Quando minha charmosa “*Yachica Pentamatic*” quebrou a alavanca de transporte, eu acabei por me render aos conselhos germanistas de “seu” Muller, vendedor da Ótica Boa Vista (que já havia previsto que a bela japonesa quebraria em pouco tempo) e comprei a Exata Varex IIA, com uma excelente objetiva Pancolar f 2 e, pasmem! Penta-prisma cambiável, a grande novidade das 35mm mono-reflex, diafragma automático, top de tecnologia! Fazia-se o foco com pleno diafragma, quando se comprimia o botão de disparo: ele ia para o ponto predeterminado, maravilha! Toda atrapalhada, com o transporte do filme do lado esquerdo (era produzida na Alemanha Oriental) e outras coisas complicadas e até excêntricas, como uma guilhotina para cortar o filme, me deram grandes satisfações, foi a câmera que realmente me iniciou na fotografia que faço até hoje. Com ela eu fiz um ensaio no presídio do Ahú, todo ele com luz disponível e o filme puxado. Certa vez fotografei alguns policiais da Dops. Foi uma espécie de retaliação ingênua por eles estarem nos fotografando. Eles perceberam e fizeram um movimento em minha direção. Escondi-me na multidão, retirei o filme rapidamente e entreguei a câmara para o Zanetti, que sumiu para um lado e eu para o outro. Deixei os filmes com o Motta, na Foto Paris da Rua XV, sem perceber que havia sido seguido. No final da tarde, ele foi até o banco me avisar que os “tiras” haviam estado lá, mas não encontraram os filmes, que ele havia escondido. No dia seguinte foram me buscar no trabalho, para o espanto do gerente, que não entendeu exatamente o que acontecia, mas avisou meu cunhado, que trabalhava na Agência Central. O resultado foi um interrogatório “severo”, mas sem porrada, apenas uma ameaça do Ozias Algauer (“você é esperto, mas a gente ainda te pega!”) e uma revista em meu quarto. Fomos até minha casa a pé, pois não havia viatura disponível. O Digo, gordinho, com um velho terno azul-marinho, meio apertado, gravata com listas diagonais vermelhas e azuis, era um transferido da Delegacia de Furtos

e Roubos. O outro era um brancão, magro, com um terno claro e óculos Ray Ban, supostamente a “inteligência” da dupla, mais ligado em investigações de natureza política. Passou batido por minha coleção de Lenin (em espanhol) – que, com dificuldade, fui reunindo, graças a ajuda do livreiro Vinholes – e, com um gesto de euforia e um “Aaah!!!” de satisfação, retirou da estante um livrinho sobre teatro, publicado pelo *Centro Popular de Cultura* do Rio: “Esse nós vamos levar! Esse não pode...” Enquanto isso, Diogo entrava no quarto de minha irmã, e eu rezava pra que ele não olhasse em cima do guarda-roupa, onde estavam os documentos que havíamos rodado no mimeógrafo do convento dos Saletinos. Ele olhou superficialmente e voltou para o meu quarto. Minha mãe quis saber se devia oferecer um cafezinho aos meus “amigos”, como eu os havia apresentado. Encerraram a busca quando soou a sirene da marcenaria de meu pai. Saíram levando o perigoso livrinho do CPC. Para meu susto, Diogo voltou do portão e me disse: “Diga pra Teresinha que no quarto dela tem umas coisas que não pode!” Me olhou com uma estranha cumplicidade e saiu. Eram os cartazes dos filmes do *Cinema Novo* da coleção de Teresa. Os filmes com as fotografias dos policiais ficaram salvos na mão do Motta, e a Exacta segura nas do Zanetti, saudoso companheiro. Quando alguém via a minha ficha na Dops, vinha me avisar que nela constava que eu era o “fotógrafo do Partido Comunista Brasileiro”. Nada especialmente contra o PCB, além de tudo aquilo que acusávamos o “partidão” desde sempre, mas juro que nunca fiz fotografias para o “Clube”, como era chamado carinhosamente pelos “camaradas”.

Menos sorte tiveram o Toni e Teresa, meus irmãos, e Bea e Lúcia, minhas cunhadas, nas mãos do delegado Fleury e do tenente do exército Balbinotti, torturadores covardes.

Paralelamente às minhas atividades de fotógrafo, passei a ter uma função de leva e traz, uma espécie de *office boy*, entre o comando da organização e quatro ou cinco “células operárias, no Barigui, na Vila das Oficinas, no Boqueirão e no Uberaba. Estive nessa atividade durante vários meses, fiz muita amizade com os companheiros operários. Continuei na atividade de impressor e rompi com

a AP quando começaram a pedir que eu imprimisse textos do Stalin. Lembro que ainda na AP, participei de um encontro nacional, na chácara dos Saletinos. Como era dos poucos que sabia dirigir, fiz várias viagens transportando companheiros que vinham de todos os cantos do país, dos “pontos”, próximos da rodoviária e do aeroporto. No fusca do Edésio passei três dias sem dormir fazendo esse transporte. Era época de chuva, às vezes parava no meio da estrada para tomar chuva e despertar... quando começaram as reuniões do encontro continuei sem dormir, fazendo segurança armada na entrada da chácara em cima de uns cedros, junto com o Zanetti, cada um com um pequeno revólver, calibre 32.

Terminado o encontro voltei à tarefa de motorista, quando todos haviam partido, ficamos eu e o Paulo Gustavo encarregados de limpar toda a área, queimar os documentos e papéis que tivessem sobrado, e sair a pé pelos fundos da chácara, por uma trilha que iria encontrar a rodovia a alguns quilômetros dali.

Fizemos isso embaixo de uma chuva torrencial. Na estrada deveríamos pedir carona ou pegar um ônibus. Ninguém nos deu carona. Por fim, um motorista de ônibus mais humanitário nos acolheu, mas avisou que não poderíamos sentar porque os bancos ficariam encharcados. De fato, em torno da gente formou-se uma poça d’água.

Quando cheguei em casa, dormi mais de um dia seguido deixando o pessoal preocupado. Quando acordei, a Teresa, que na época já havia deixado a AP e militava na dissidência do *Partidão*, disse que havia tido um sonho estranho, havia sonhado que eu acompanhado do Paulo Gustavo caminharíamos por uma estrada embaixo de uma chuva torrencial, pedíamos carona e ninguém parava. Entendam como quiserem. Como falei antes, saí da AP e fui para a *dissidência*, que se aliou ao MR 8 do Rio, e que se preparava para a luta armada.

Aprendi a fazer cópias fotográficas de grande formato com o Jesus Santoro e o Francisco Kava e decidi montar um laboratório no sótão da casa de

meus pais para produzir painéis decorativos que seriam vendidos para “fazer *finanças*” para a guerrilha. Lembro também que fiz um painel fotográfico para decorar uma boutique que serviria de fachada para um “*aparelho*” no centro da cidade. O aparelho teria o singelo e discreto nome de *Boutique Marquetália*, em homenagem ao território libertado por guerrilheiros na Colômbia. Tentei cooptar os companheiros da construção civil para que engrossassem as fileiras da *Dissidência*, mas felizmente o Edésio e o Walmor foram mais convincentes e garantiram que ficassem na AP, onde fui taxado de traidor.

Embora alguns deles, no curso dos acontecimentos, tivessem sido presos e até torturados, as consequências poderiam ter sido mais desastrosas se tivessem embarcado na aventura do foco guerrilheiro de Foz do Iguaçu. Cheguei a começar a montar um esquema pessoal para incorporar as fileiras da coluna guerrilha em Foz. Felizmente também tive uma poderosa crise de coluna vertebral e fui considerado incapaz para tal atividade. Fiquei militando na infraestrutura que dava suporte em Curitiba. Ainda em função de minhas atribuições como motorista, fiz coisas como receber munições que algum companheiro havia conseguido e entregar ao Fabio Campana na porta do ônibus que partia para Foz. Fábio viajava com os bolsos de sua japona azul marinho, cheios de balas de fuzil. Ainda como motorista participei da “*desapropriação*” de um excelente mimeógrafo, de uma instituição pública. Quando o comando da *Dissidência* decidiu romper com a guerrilha, novamente fui designado como motorista. Com o *Gordini* do Varassim, minha tarefa, juntamente com o Fábio que não dirigia nem nunca dirigiu, foi a de buscar, num determinado “*ponto*”, os guerrilheiros do MR 8, que haviam vindo de Foz do Iguaçu para discutir alguma questão relativa à aliança. Dali nos dirigimos a um aparelho na Vila das Oficinas. Fabio me convidou para participar da conversa, quando foi apresentado o *documento* que anunciava o rompimento.

A reunião tornou-se muito tensa, e encerrou-se abruptamente... deixamos os companheiros de Foz do Iguaçu no aparelho da Vila das Oficinas, num clima muito pesado e voltamos para o centro da cidade. Passado algum tem-

po, vários companheiros da *Dissidência* foram presos, inclusive o Fabio. Eu acompanhei a Teresa, que foi para as fileiras da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), seguindo seu companheiro Pedro Ivo. Minha militância na Polop, depois Partido Operário Comunista (POC), foi inexpressiva.

Participei de algumas reuniões com o Celso Paciornik, Gilberto Bueno, Oriovisto Guimarães, Jurandir Garçon. Nessa época havia nascido minha filha Dora e eu trabalhava em um estúdio de fotografia publicitária. Foi então que o Celso Paciornik me procurou para avisar que a Teresa e o Pedro haviam sido presos e era necessário avisar meu irmão Antônio, que trabalhava numa empresa no centro da cidade. Passamos num Banco, onde retirei o dinheiro que tinha, que não era muito, pegamos meu irmão em seu emprego, e o deixamos nas proximidades da Rodoviária, com o dinheiro que havíamos conseguido, antes que a polícia o encontrasse. Meu irmão me contou várias vezes suas peripécias a partir desse momento, desde dormir sob o viaduto Capane-ma, até sobre amigos que lhe deram proteção, outros que recusaram ajuda, foram vários dias passando por várias casas, até que foi embarcado em um trem com destino a São Paulo, onde permaneceu na clandestinidade por um ou dois anos, quando foi preso pela *Operação Bandeirantes*, juntamente com sua companheira Lúcia. Demorou um bocado de tempo até que tivéssemos notícias deles. A Teresa, com ajuda da Irmã Araújo, conseguiu ir para o Chile juntamente com seu companheiro Pedro Ivo.

Tudo isso estará contado com detalhes na biografia, que está sendo escrita por sua amiga e jornalista, Liliana Lavoratti. Foi nesse contexto que decidi me afastar de uma militância mais efetiva, disponibilizando ainda minha casa como aparelho, que foi usado apenas para abrigar companheiros que estavam em trânsito.

Estava com meu segundo filho, Vladimir, recém-nascido, e temia pelo que pudesse acontecer com eles caso eu viesse a *cair*.

Entre 1976 e 1981 fotografei trabalhadores boias-frias em diversas cidades

do norte e sudoeste do Paraná. Nos anos que antecederam esse período foi registrado um grande êxodo rural, cerca de três milhões de pessoas deixaram o campo, eram trabalhadores rurais e pequenos proprietários com suas famílias, que perderam suas terras ou seus empregos nas fazendas. Era o avanço da monocultura, da soja, da pecuária, do “*agronegócio*”. Muitos foram morar em favelas nas periferias das cidades próximas das lavouras, onde passaram a trabalhar como diaristas. Outros partiram para as grandes cidades. Nesta época, Curitiba quase dobrou de população, e o Paraná teve sua população estagnada, quase diminuída.

Na penúltima informação da minha ficha da Dops, de abril de 1978, consta que eu “fazia parte do 'quadro social' da AED/Oficina, foco de subversão em Curitiba, que promovia atividades atentatórias à Segurança Nacional”.

De fato, ali nossos filhos de 5, 6 ou 7 anos, já estavam sendo doutrinados nas teorias subversivas de tipos como Jean Piaget e Maria Montessori. Gente perigosa.

Na última anotação da mesma ficha, em maio do mesmo ano, consta que meu pedido de certidão negativa daquela delegacia, com a finalidade de fazer meu registro profissional como repórter fotográfico havia sido indeferido.

***João Urban** nasceu em 1943, em Curitiba-PR, e realizou oito exposições em várias galerias e museus de diversas cidades do Brasil. Há mais de 40 anos tem dedicado seu olhar de fotógrafo aos imigrantes poloneses e ucranianos, às mudanças do meio ambiente e ao surgimento dos boias-frias no cenário rural brasileiro, além de ter registrado inúmeras manifestações de estudantes e de trabalhadores no período da ditadura militar. Desde 1999 já recebeu sete prêmios de fotografia, além de ter publicado seis livros, em que se destaca um livro publicado na Alemanha: *Boias-frias, Tageluhner in Suden Brasilien* (St.Galen/Wuppertal). Suas fotos estão em acervos de museus do mundo todo: três museus de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Zurich (Suíça) e Bievres (França).



Agentes da Dops de Curitiba, fotografados pela câmera Exata Varex de João Urban em 1967. Esse registro rendeu a perseguição narrada no texto de João.



Manifestação estudantil na Praça Tiradentes, em Curitiba, em registro de João Urban.



João Urban



João Urban



João Urban



João Urban









Nas fotos desta página, do arquivo do Vitório Sorotiuk, é possível ver os estudantes no Diretório Central dos Estudantes protestando logo no primeiro dia do golpe militar.





Foto de Elizabeth Fortes, após a prisão no Congresso de Ibiuna, em 1968.

Em 12 de outubro de 1968, cerca de mil estudantes compareceram no 30º Congresso da UNE. O encontro aconteceu num sítio, na cidade de Ibiúna, localizada a 70 Km de São Paulo.



Julgamento dos estudantes na Auditoria Militar de Curitiba, março de 1970.



Reinoldo Atem e Suely Muniz, recém-chegados em São Paulo, 1970.

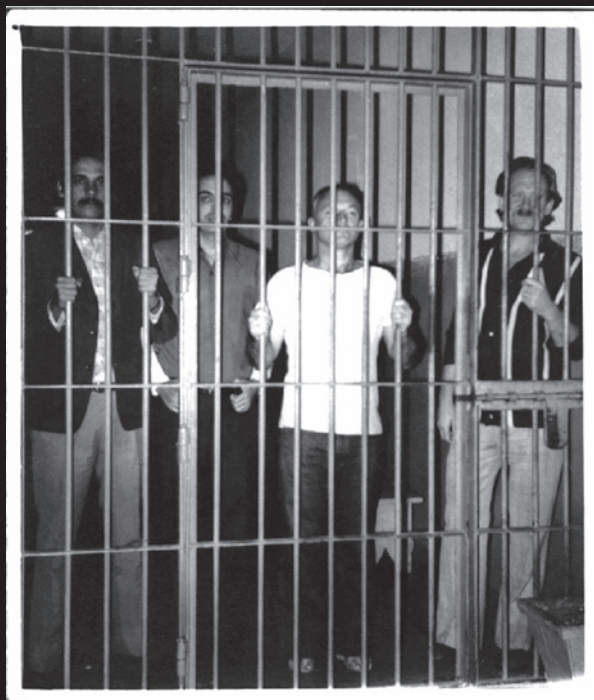


Vovô Abraão Atem e Louzinha, fevereiro 1972. Foto do acervo familiar de Suely Muniz, registra período em que ela e seu companheiro tiveram que deixar a filha com os avós em segurança.



Coletivo de presos políticos na Prisão Provisória do Ahú, em Curitiba, em 1976.

Arquivo Laércio Souto Maior



Presos da Operação Marumbi na Prisão Provisória do Ahú, em março de 1976. Da esquerda para a direita, Laércio Souto Maior, João Alberto Einecke, Ceslau Raul Karniewski e Pedro Agostinetti Preto.



Alguns dos presos da Operação Marumbi, da esquerda para a direita, em 1977: Antonio Brito Lopes, Diogo Afonso Gimenes, Osiris Boscardin Pinto, Ildeu Manso Vieira, Mario Gonçalves Siqueira e Narciso Pires.



Após 15 anos no exílio, Leonel Brizola é recebido por Ubiratan de Souza, Aluísio Palmar e José Angeli em Foz do Iguaçu, em 6 de setembro de 1979.

CRS 30

Nosso tempo

Foz, de 8 a 15 de abril de 1981 Ano I - N° 18

CAMPANHA DE ASSINATURAS
 Assine o Nosso Tempo e ajude a manter a liberdade de expressão e a democracia no Brasil.

QUEREM SILENCIAR ESTE JORNAL

Os editores de Nosso Tempo estão indicados em inquérito movido pelo Exército para enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, Aluízio e Juvêncio já prestaram depoimento na DPF. Adelinio depõe hoje. (Página 2)

500 FAVELADOS AMEAÇADOS DE EXPULSÃO

Laurindo Ortega é o algoz. (página 16)



A MARCHA DOS AGRICULTORES

Após um colóquio econômico realizado na Igreja São João Batista, tendo à frente dom Ovídio Fátima, bispo de Foz do Iguaçu, os agricultores desafiaram os militares por fazerem reatuar em favor da paz e da democracia a Lei de Segurança Nacional. Cerca de 5 mil pessoas entre desapropriados e apodreadores da terra manifestaram-se nos grupos de "Marcha da Liberdade". Piquetes, passeatas e toques de recolher a reger. O manifesto da manifestação desmontada. (página 12 e 13)

AMEAÇARAM EXPLODIR A PREFEITURA

(página 6)

MUDANÇA DE ENDEREÇO

A partir desta semana Nosso Tempo muda de endereço em nossa sede — à rua Eduardo de Barros, nº 200, no bairro M. Brasil

Jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu, foi um dos mais perseguidos órgãos de imprensa do país. Após pressões, ameaças de bombas e assassinados, um de seus editores, Juvêncio Mazzarollo, foi preso.



Greve dos pedreiros em Curitiba, março de 1979, envolveu uma grande parte dos trabalhadores da construção civil da cidade. Nesse mesmo ano ocorreram várias greves da categoria em outras cidades. Em Curitiba os operários seguiram em passeata pelas ruas, de obra em obra, convocando os companheiros para que aderissem à greve. A passeata, engrossada por grupos de trabalhadores que vieram das obras da Cidade Industrial, seguiu até a Praça do Atlético, onde formaram uma grande concentração. A greve durou cerca de dez dias.









João Urban

João Urban





Movimento Educação e Justiça dos professores do Paraná ganhou as manchetes nacionais com grandes mobilizações e uma paralisação histórica em setembro de 1980.



No dia 7 de abril de 1981, cerca de 6 mil agricultores, cujas propriedades estavam sendo desapropriadas para a formação do Lago de Itaipu, marcharam pelas ruas de Foz do Iguaçu. As reivindicações eram terra por terra, reforma agrária e preço justo pelas propriedades desapropriadas.

A trajetória de resistência de José Angeli Sobrinho

José Angeli*

Marlene Geraci da Silveira Angeli

Bianca Adriana Angeli

José Angeli era estudante de Contabilidade em 1964 e presidente do Diretório de Estudantes do Ensino Comercial de Alegrete (DEECA). Exercia também o cargo de chefe do Escritório Angeli de Contabilidade. No dia 7 de abril de 1964, o escritório foi invadido por um pelotão de soldados do exército e ele foi preso e levado ao 6º Batalhão de Cavalaria, onde permaneceu por mais ou menos um mês.

No Batalhão de Cavalaria, Angeli encontrou vários homens já presos, a maioria conhecidos: estudantes, operários, líderes sindicais, professores, profissionais das mais variadas categorias e até mesmo alguns peões de fazendas do município. Após ser identificado e sofrido um rápido interrogatório, foi colocado junto de mais dezessete presos numa cela onde deveriam caber no máximo quatro pessoas.

Depois de uma longa e surreal inquirição (queriam saber quanto recebia de Moscou), que durou quase um mês, foi posto em liberdade, mas sujeito ao controle do Exército. Deveria assinar um livro ponto todos os dias, antes do meio-dia; não poderia se ausentar da cidade nem participar de reuniões, inclusive familiares, com mais de três pessoas. As arbitrariedades continuavam, com as prisões que aconteciam toda vez que alguma autoridade do governo visitava a região. Vários “identificados” eram presos dias antes e só libertados dias depois da visita. Como foi o caso da inauguração da ponte Quaraí-Artigas pelo general Castelo Branco e, posteriormente, com o Levante de Três Passos, entre outros acontecimentos. Nesse período foi preso em abril de 64 (23 dias);

outubro de 64 (12 dias); janeiro de 65 (10 dias) e junho de 66 (17 dias). Durante essas prisões, os presos eram postos diante da tropa e apresentados como “perigosos comunistas, traidores da pátria a serviços de Moscou”.

Angeli respondeu, ainda, a um Inquérito Policial Militar (IPM), na cidade de Bagé (RS). Posteriormente soube que havia sido condenado, mas a pena estava prescrita. O escritório, que tinha cerca de uma centena de clientes e com oito a dez funcionários, foi boicotado. Numa cidade, que vivia em função das unidades do Exército, logo os clientes, atemorizados, foram sendo induzidos a cancelar seus contratos. Angeli terminou o Curso de Contabilidade sob muitas ameaças. Essa situação persistiu por dois anos até que, no início de 1967, foi expulso da Faculdade de Economia e como o escritório onde trabalhava havia falido e os amigos foram se afastando e sem qualquer outro meio de subsistência, com três filhas crianças, se transferiu para Porto Alegre, na esperança de que na capital as coisas melhorariam.

Durante os anos de 67 e 68, Angeli teve alguns empregos de onde logo era dispensado. De uma grande empresa foi demitido sob a alegação de que não se enquadrava ao seu sistema administrativo. Na Empresa Proagro, após 90 dias, foi demitido sob a alegação do diretor de que agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), “aconselharam” a empresa a não ter um comunista entre seus funcionários. Isso aconteceu no período de 1º de setembro de 1969 a 29 de dezembro de 1969. Passou esse tempo entre trabalhos informais de traduções e textos para revistas e a ajuda de irmãos.

Como profundo conhecedor da região de fronteira, Angeli foi contatado para retirar perseguidos políticos do país, levando-os para o Uruguai e Chile. Começou, então, um período de grande movimentação. Recebia o fugitivo, dois no máximo, e com carro fornecido pela organização, partia até Alegrete. Lá ficava na chácara do companheiro Eusébio França, que verificava qual a fronteira poderia ser ultrapassada com segurança. Esse sistema durou por mais de dois anos e muitos companheiros foram levados com êxito para o exílio. Todos com papéis e nomes falsos. Até que seu nome caiu e começou a ser

perseguido pela repressão. Caiu na clandestinidade e depois de deixar a família em lugar seguro começou a militar em organizações clandestinas: Partido Operário Comunista (POC), VAR-Palmares e Movimento Comunista Revolucionário (MCR) e VPR. Foi preso pela Dops no dia 26 de janeiro de 1971, em Porto Alegre, na rua Presidente Roosevelt, onde iria contatar um companheiro que deveria ir para o Uruguai. Imediatamente foi levado para a sede da Dops, onde passou a ser torturado com uma enorme violência. O objetivo era obter alguma informação que possibilitasse encontrar outros militantes. As instruções que tinha era resistir às torturas pelo menos por vinte e quatro horas, o que daria tempo dos companheiros, ainda em liberdade, abandonar aparelhos e pontos conhecidos pelo preso. Mas naquela torrente de maus tratos quem poderia avaliar o tempo transcorrido? Não havia como saber a hora ou mesmo a data em que se estava sendo submetido ao horror da tortura aplicada por vários policiais que se revezavam.

A tortura tinha um equilíbrio dentro da brutalidade com que era aplicada. Ela ia aumentando na medida em que as informações lhes pareciam insuficientes, mas sempre tendo o cuidado de não matar o prisioneiro. O método Dan Mitrione evitava os incômodos de explicar mortes nas mãos da polícia e permitia obter o máximo de informações para a repressão. O pau-de-arara (uma tortura tipicamente brasileira) era mais eficaz com os choques elétricos aplicados nos testículos, orelhas, pontas dos dedos e sobre o peito. O corpo do preso era molhado para dar maior efeito aos choques. Os golpes de cassetete completavam o circo de horror.

Os golpes na cabeça deixaram Angeli completamente cego por vários dias. Depois a visão voltou como se estivesse mergulhando, mas o olho esquerdo jamais se recuperou. O descolamento da retina, sem um posterior tratamento, ocasionou sua perda total. Além disso, os maus tratos e a exposição ao frio das celas provocaram um grande agravamento numa asma que se evidenciou na época. Até o falecimento, Angeli não conseguia fazer qualquer esforço físico mais intenso e vivia sob rigoroso tratamento.

Passados esses dois meses nas dependências da Dops, os presos foram transferidos – eram doze – para o 6º Batalhão de Cavalaria de Alegrete, um dos lugares com tradição de manter presos políticos. No mesmo lugar e mesma cela onde estive nos anos de 64, 65 e 66.

A viagem de 500 quilômetros foi feita num camburão metálico sem qualquer conforto. Na metade do caminho, durante a noite, num ermo distante de qualquer lugar habitado, foram postos em fila diante da estrada, e o chefe da caravana disse que a viagem havia terminado. Seriam executados ali mesmo e os corpos tragados pelo banhado. Depois de uma encenação que durou mais de meia hora seguiram viagem sob as chicotadas dos policiais. Realmente foi um grande susto, segundo depoimento de Angeli, mas eles estavam preparados psicológica e politicamente para esse desfecho. Estavam na mesma cela com Carlos Alberto Tejera de Re, seu irmão Cesar, Miguel Maslak, Beto Chagas, e outros.

No 6º Batalhão passaram seis ou sete meses agora com um tratamento muito pior que nos idos de 64. Os militares, já senhores da situação e com maiores conhecimentos de como tratar presos políticos, tiveram que suportar uma dura disciplina, além de constantes revistas e exposições às tropas como perigosos comunistas, sem moral, nem respeito com as famílias. Essa arenga algumas vezes era praticada por um coronel com visíveis sinais de embriaguez. Uma pantomima que, infelizmente, os oficiais acreditavam e transmitiam aos subalternos. Uma encenação de fuzilamento foi interrompida por um oficial que sentiu que a farsa não se sustentava e expunha o Exército ao ridículo. Angeli, como velho conhecido, recebia um tratamento especial; volta e meia era posto na solitária onde passava vários dias ou dormia algemado num catre junto da sala da guarda.

Depois de alguns dias na Dops, escutando ameaças e desaforos de policiais que por ali transitassem, foram transferidos para a Ilha da Pólvora (por ter sido um antigo depósito de munições durante o Império), Ilha do Presídio ou Ilha das Flores. Na realidade, um tosco pedaço de rocha no estuário do Guaíba com

uma construção medieval e muitas celas de aspecto sinistro. Ali ficaram por dois anos e meio. Eram em 67 presos das mais variadas origens e organizações políticas. Havia também vários presos comuns encarregados da limpeza e pequenos consertos que ficavam isolados dos presos políticos.

Na Ilha, se organizaram rapidamente em grupos de trabalho, estudos e discussões políticas. Aos poucos, foram acertando as diferenças cotidianas e, salvo os contratempos provocados pela repressão, conseguiam sobreviver com certa tranquilidade. Ali, entre outros, estavam Raul Pont, depois prefeito de Porto Alegre, e deputado estadual pelo PT, Rui Falcão, deputado estadual por São Paulo e ex-presidente nacional do PT, Carlos Araújo, naquela época marido de Dilma Rousseff e outros menos notáveis.

Graças ao desleixo e indisciplina dos carcereiros, a vida dos presos, passados seis meses, era suportável apesar das “visitas” que volta e meia eram obrigados a fazer à Dops, quase sempre resultando em torturas.

Finalmente, foram julgados e condenados pela Justiça Militar e, com isso, transferidos para o Presídio Central de Porto Alegre.

Nos primeiros dias no Presídio Central, foram distribuídos pelas celas do Pavilhão “C”, ocupado pelos presos com longas condenações, sem assistência pelo Estado e esquecidos das famílias. A desconfiança da Polícia, de que poderiam exercer influências sobre os presos comuns, fez com que preparassem um pavilhão só para os presos políticos. Ali se organizavam para cumprir o resto da pena.

Passados seis meses no Presídio Central, foram postos em liberdade condicional, num acerto costurado entre os presos e o Poder Judiciário. A tão almejada liberdade deu início a novo período de incertezas, penúrias e enormes sacrifícios para Angeli e sua família. Emprego era impossível arranjar e o jeito foi trabalhar por conta própria. Angeli fez traduções do francês, espanhol e italiano, escreveu roteiros de histórias em quadrinhos, textos com pseudônimo para revistas eróticas (a Peteca, da Grafipar), faroestes em bolsilivros e, quando até isso escasseou, trabalhou como agrimensor, profissão que exerceu por 20

anos. Ainda no Paraná, José Angeli, o Mires, militou, durante a ditadura, no PDT, onde foi membro da Executiva Estadual, junto com o companheiro jornalista e compositor Claudio Ribeiro, Stenio Jacob, Jacinto Simões, José Carlos Mendes e João Bosco da Silveira Vidal. De 7 de abril de 1964 até o fim do ano de 1983, José Angeli esteve sempre sob vigilância e perseguições políticas como bem atesta o Relatório da Casa Militar da Presidência da República-Subsecretaria de Inteligência e Abin.

Esse relato foi feito pela viúva de José Angeli, Marlene Geraci da Silveira Angeli e sua filha Bianca Adriana Angeli, tendo como fontes de referências arquivos da família e o Requerimento de Indenização enviado à Anistia.

***José Angeli Sobrinho**, o “Mires”, nasceu em Aratiba, Rio Grande do Sul. Estudou Contabilidade e Economia. Dominava o espanhol, o francês, o inglês e o italiano. Viveu por várias décadas no Paraná onde trabalhou como jornalista, tradutor e publicitário. É autor de vários romances. Faleceu em Morretes, no Paraná, em 2012.

A ditadura de 1964 - um ponto de visão

José Antonio Trindade*

O presente texto não é, nem de longe, um estudo sequer superficial sobre a ditadura de 1964 a 1985. Ele apenas aborda algumas facetas de fatos ocorridos nesse período sombrio da nossa história. Essa abordagem é feita de um ângulo particular selecionada por uma memória também particular.

O golpe militar de 1964 foi uma surpresa. O confinamento em uma instituição religiosa nos isolava de tudo e de todos do outro lado de seus muros. Não que houvesse uma vigilância controladora sobre os internos. Mas havia um ritmo, ritos e disciplina, internalizados menos por normas traçadas com rigidez por um modo de vida e procedimentos adquiridos na rotina e na convivência. Com isso, uma certa alienação nos afastava do torvelinho da realidade viva e penetrante em nossas peles. Os jornais nos traziam apenas umas pinceladas do real, com o qual parecia não termos nada a ver. As imagens da coisa política e acontecimentos extramuros que fossem significativos pertenciam a uma outra realidade. Contudo, o nosso desinteresse paulatino pela carreira religiosa nos fez abrir uma brecha no muro da instituição religiosa, e nos orientar para o centro da agitação política daquele momento.

Assim, logo que entramos na universidade pública, no ano seguinte ao do golpe militar, mergulhamos naquela efervescência da política estudantil, que nos atraiu para seu meio com uma força invisível e poderosa. Ocupamos aí lugares em que nos sentíamos à vontade. Pipocavam em todos os cantos das universidades, sobretudo da Universidade Federal do Paraná, atividades políticas múltiplas. Alguns professores, atendendo a solicitações de estudantes, ávidos de conhecimentos além de seus currículos, nos proporcionavam significativas aulas de história, economia, política, política internacional etc. Um dos pro-

fessores mais requisitados e que mais comparecia com sua colaboração era o professor da Faculdade de Economia, o prof. Magalhães. Um dos temas mais ardentes da política internacional era a guerra do Vietnã. A vergonhosa guerra de invasão de uma potência continental e atômica contra uma minúscula península. Uma guerra sem uma única justificativa, para os Estados Unidos e o mundo ocidental que os apoiava, a não ser o cinismo da ocupação territorial orientada pela estratégia de dominação, como fez Hitler na 2ª. Guerra Mundial. Era intolerável para nós, estudantes de esquerda ou simplesmente de cabeça aberta para a democracia, tamanha injustiça e massacre contra um povo. Espalhavam-se, então pelos diversos campi universitários ações de protesto e indignação contra essa famigerada guerra e contra a ditadura em nosso país. Desse modo, organizavam-se palestras sobre essa guerra covarde da maior potência bélica e econômica contra a pobreza e a fraqueza de um povo, armado quase só da coragem e determinação pela sua sobrevivência como nação independente. Lançávamos mão de outros meios também para nosso combate: cartazes, faixas, concentrações, breves falas para pequenas multidões, panfletagem.

Para garantir o espaço para nossas atividades “subversivas”, amplas campanhas pela tomada política, através do voto, dos diretórios e centros acadêmicos foram desenvolvidas com vigor. A maioria desses órgãos estudantis foram então ocupados pela esquerda ou tendência de esquerda dos acadêmicos.

Assim, tiveram destaque nessa luta os centros acadêmicos Hugo Simas, da Faculdade de Direito, o Nilo Cairo, da Faculdade de Medicina, Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Centro Acadêmico de Engenharia etc. (Não que outros centros acadêmicos não citados não fossem atuantes). Com esse quadro favorável, o movimento estudantil foi ganhando espaço e adesão de estudantes nas diversas unidades da Universidade Federal bem como da Universidade Católica.

Outro dos mais importantes eventos da luta estudantil pela democracia, além das lutas pela qualidade de ensino e outras reivindicações específicas de

cada unidade acadêmica, foi o árduo combate contra a tentativa de implantação do ensino pago na Universidade Federal do Paraná. E um dos episódios desse combate foi a batalha do Centro Politécnico da UFPR. A batalha dos cavalos da força policial contra os estudantes, armados de bolinhas de gude – e até de estilingue, como consta da memória dessa luta, estampando em foto célebre o estudante Zequinha armado com esse instrumento de “guerra” e apondo-o para a cavalaria.

Quem venceria? Os estudantes venceram. Mas como? Se saímos atropelados, correndo até para debaixo da cama das casas que nos deram guarida, como aconteceu com vários estudantes, expediente de que se valeu inclusive o ex-prefeito de Guarulhos? É preciso esclarecer, para os estudantes e leitores mais novos, que essa batalha foi a tentativa de invadir o campus do Centro Politécnico da UFPR a fim de impedir a realização do vestibular para um curso noturno de Engenharia, que seria pago. Significaria o início da implantação do ensino pago numa universidade pública federal.

Outro meio de a ditadura tentar impor esse ônus aos estudantes e, consequentemente, às famílias e tornar o acesso ao curso superior mais elitizado ainda, iniciando já esse modelo capitalista, com todos seus efeitos desastrosos, foi introduzir também a cobrança de matrícula de todos os estudantes, veteranos e calouros, indistintamente. O enfrentamento das entidades estudantis foi de pronto: no ato da matrícula, todos os estudantes apresentaram um requerimento por escrito pedindo isenção dessa taxa. Dá para imaginar o entrave burocrático dessa montanha de papel para ser examinado e deferido ou não pelos poucos funcionários dos órgãos das unidades da universidade. Isso, mais a batalha travada no Centro Politécnico e a outra, mais significativa, que veio coroar toda nossa luta daquele momento, deram uma expressiva e gratificante vitória aos estudantes.

Esse último combate foi uma estratégia inteligente da cúpula do movimento estudantil. Ao apelo das lideranças, a massa de estudantes, em número significativo, esperava um comando para se dirigir novamente para o Jardim

das Américas a fim de tentar impedir mais uma fase do “vestibular do ensino pago”. Ao invés desse comando, a senha foi outra. Assim foi que marchamos até a sede da Reitoria e a cercamos com um espesso cordão humano e levantamos uma sólida barricada de paralelepípedos para impedir o acesso da cavalaria no recinto tomado pelos estudantes. O espaço do reitor, que servia à ditadura militar, passou então a pertencer aos estudantes. Pelo menos por aquele longo dia. Da mesma forma, as unidades anexas à Reitoria, Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Economia e Administração, foram ocupadas.

O nosso propósito era muito sério e determinado apesar de estarmos completamente rodeados pela polícia militar – sempre mais presente no meio estudantil do que a boa qualidade de ensino – armada de cassetetes e metralhadoras. A repercussão do nosso ato foi estadual, nacional, quem sabe, global. Nosso pleito foi então encarado como coisa de gente grande e, com isso, despertou a necessidade da mediação do governador do Estado. Assim, o cancelamento da cobrança de matrículas e mensalidades se deu numa mesa de negociação de que participaram representantes dos estudantes, da Reitoria, e o governador do Estado. O propósito dos estudantes de continuar ocupando a Reitoria da UFPR até que as autoridades universitárias firmassem, por escrito, a decretação do fim da cobrança de matrícula e anuidade era inabalável. A situação ficava cada vez mais tensa à medida que as horas passavam, com a ameaça da polícia e o incessante patear de seus cavalos nas pedras das ruas, de retirar os invasores à força. Não houve, pois, relaxamento durante o correr desse ato, a não ser nos momentos de uma brincadeira em forma de corrida de grupos de estudantes em volta do pátio, arrastando um troféu muito significativo para o momento: o busto – apeado do pedestal no jardim da Reitoria – do reitor da UFPR e ministro da Educação que serviu tão bem à ditadura de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda.

Depois da longa e apreensiva expectativa, pudemos sentir com alívio e muita euforia o sabor de uma grande vitória. Um mensageiro dos invasores da

Reitoria nos trouxe a notícia de que as autoridades da Universidade haviam recuado. Cancelaram o curso noturno de Engenharia e a cobrança de taxa de matrícula e qualquer mensalidade na UFPR. Estourou uma grande comemoração. Vencemos a polícia, vencemos a cavalaria, vencemos as tentativas de imposições drásticas do braço da ditadura no Paraná. Naquele momento, tínhamos a sensação de que havíamos vencido a ditadura.

Mas a ditadura não havia acabado e o movimento estudantil de luta não havia esmorecido. Algum tempo depois desse grande episódio de nossa luta, organizou-se uma grande passeata, que muitos temiam que fosse interpretada pela força da repressão como uma provocação. Foi um ato de protesto e agitação diretamente contra a ditadura. Por isso, foi reprimida com muita violência policial. Houve reação por parte dos manifestantes no intuito apenas de se defenderem. Assim, quem estava na frente da Biblioteca Pública presenciou uma batalha sangrenta. A força bruta venceu essa batalha. Parecia ser a vingança da ditadura pela derrota da imposição do ensino pago?

Havia um presságio no ar de que dessa batalha em diante a força da repressão recrudesceria sem descanso. Éramos frequentemente notificados, sem saber por qual fonte, que companheiros e companheiras nossos eram presos, eram torturados, e outros haviam caído na clandestinidade, aqui mesmo em Curitiba ou buscando refúgio em outras localidades. Não era ainda o tempo do autoexílio a que tivemos que nos submeter. Podíamos ainda comentar esse ou aquele fato em pequenos grupos e quase em público – vivíamos ainda a fase da “ditadura branda”, “a ditadura envergonhada”. É claro que as prisões, as torturas e assassinatos de opositores da ditadura se davam, em escala ainda pequena, mas, por outro lado, as organizações clandestinas de esquerda, de várias tendências políticas, ganhavam cada vez mais quadros, sobretudo do meio estudantil, e se aparelhavam melhor com meios alternativos ao movimento estudantil para o combate à ditadura e a toda sua violência. Mal sabíamos que no final desse ano – “1968, ano da derrubada do ensino pago” – entraríamos mais profundamente nos porões da ditadura. 13 de dezembro de 1968, o dia do gol-

pe no golpe. Foi o dia da decretação do pior da série dos “atos institucionais”. Foi quando uma sombra espessa caiu sobre todo o país e permitiu que se perpetrassem as maiores barbaridades; era o começo da “ditadura escancarada”. É inconcebível que nos dias de hoje se apele (leia-se, *bolsonaristas*) para a volta de tamanha infâmia. Mesmo sabendo-se que o apelo é fruto de um desejo de mente e coração doentios, que se embriagam com sangue alheio, derramado com violência.

Além desses fatos, tivemos que enfrentar muitos outros acontecimentos marcantes para nós, estudantes, e para todos quantos lutaram contra a ditadura. O Congresso da UNE, violentamente reprimido em Ibiúna-SP, levou centenas de estudantes à prisão. A tentativa de se reinstalar o Congresso aqui em Curitiba foi novamente frustrada, com violência, resultando em dezenas de prisões mais uma vez, separando casais, mães e filhos, companheiros, por um ou mais de um ano de prisão. Com todas as saídas das normas legais trancadas, a arbitrariedade era a regra. Habeas Corpus? Relaxamento de prisão? Não havia direito nenhum para os presos, além da iminência de prisão de qualquer cidadão, por um mínimo motivo.

A tortura de presos políticos tornou-se prática mais comum. O mesmo que acontecia e ainda acontece com os presos acusados de crime comum. O pavor se instalava nos familiares e presos quando um deles era levado para interrogatório porque não se sabia se iria voltar ou como voltaria. Fora das prisões, dois ou três estudantes reunidos era uma ameaça para a ditadura. Colegas ou amigos, na iminência de se cruzarem nas ruas, se evitavam mudando de calçada. Para os que não haviam saído do país, reinava uma espécie de autoexílio na própria cidade. Evitávamos portar certos livros, sobretudo de política, história, sociologia, ou tê-los guardados em casa, pois quase diariamente residências de estudantes ou de ativistas políticos eram invadidas pelos temíveis policiais civis do Departamento de Ordem Pública e Social (Dops). Seria hilariante se não fosse dramático o fato, como se narrava na época, de um cidadão ter sido preso por portar uma revista, de tendência conservadora (para não dizer rea-

cionária), de circulação nacional, estampando na capa um símbolo do socialismo, que era apenas a chamada para a matéria constante em páginas internas.

Será que a extrema direita da época, em parte representada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), aprendeu alguma lição com a História? Os extremistas de direita mostram que não? Que é preciso para se ter uma mente aberta? A informação, o aprofundamento do conhecimento da história são suficientes? A militarização das escolas no Paraná com certeza não contribui para isso.

Os eventos locais, acima mencionados, pensamos ser os mais marcantes segundo uma visão particular, os que ficaram entranhados, talvez, nos corações e mentes de muitos participantes daqueles fatos, embora não necessariamente os mais significativos para a História do período da ditadura militar.

***José Antonio Trindade**, 81 anos, professor aposentado. Trabalhou como professor do ensino público do Estado do Paraná, na área de língua portuguesa e literatura e língua francesa. Atuou no movimento dos professores desde a década de 1970. Representou a APP - Sindicato no grupo de entidades educacionais que elaborou propostas de educação para a nova Constituição do Estado de 1989.

A liderança da Comissão de Justiça e Paz do Paraná (CJP-PR) na Resistência Democrática em 1978

José dos Santos de Abreu*

"Quero falar de uma coisa

Adivinha onde ela anda [...]"

Coração de Estudante (Milton Nascimento / Wagner Tiso)

Desde muito novinho, quando comecei a ocupar os bancos escolares em minha primeira escola na Vila Guilhermina, na cidade de São Paulo, já me perguntava por que antes de iniciarmos as aulas éramos obrigados a escrever como parte do cabeçalho o nome do tal presidente do Brasil (e olha que em 1974 ocupava o poder aquele que é tido por muitos como o pior dos cinco ditadores militares: Emílio Garrastazu Médici. Lembro ainda como éramos ensinados a decorar os conteúdos das disciplinas e doutrinados nas aulas de Educação Moral e Cívica para, entre outras coisas, orgulharmo-nos dos grandes feitos dos governos militares, a quem devíamos tantas coisas maravilhosas, como a construção da usina de Itaipu, da ponte Rio-Niterói, da Transamazônica e da expansão das 200 milhas marítimas.

Quando entrava setembro já iniciávamos as festividades da chamada Semana da Pátria. Durante os dias que antecediam o Sete de Setembro éramos obrigados a usar uma fita verde e amarela na lapela da camisa do uniforme, além de decorarmos o Hino Nacional nas aulas de Educação Artística e marcharmos pelo bairro durante as aulas de Educação Física. Assim, enquanto uns tocavam na fanfarra, outros marchavam, e quando chegava o Dia da Inde-

pendência (da qual fiquei sabendo depois que o povo não participou) íamos representar a escola nas manifestações chapa-branca.

Meus pais eram donos de armazém e o que não faltava eram trabalhadores nordestinos recém-chegados comprando “fiado” o arroz, o feijão e a farinha. Geralmente eram famílias compostas por um casal com dois ou três filhos, o pai trabalhava na construção civil, saía pro “batente” às cinco horas da manhã, pegando dois ônibus lotados para ir e dois para voltar. Morto de cansado, descia às oito da noite no ponto final, passava no armazém para tomar uma “engasga-gato”, e voltava para casa, pra tomar banho, jantar, dormir e retomar a rotina no dia seguinte.

Esse era o Brasil que eu via o tempo todo e não gostava porque não sentia que havia justiça para esse setor desassistido da população que se sacrificava tanto por tão pouco. Imagens como a de Serra Pelada - na qual um vespeiro de seres humanos se misturava num vai e vem frenético em busca de riquezas que escoavam não para si, mas para outros que ali não estavam -, me chocavam e atiçavam minha curiosidade em entender como funcionava aquele arranjo social que se mantinha azeitado, apesar de beneficiar parte tão ínfima da população, e deixar à margem a maioria absoluta.

Lembro-me das eleições parlamentares de 1974, quando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) impôs a primeira derrota à ditadura, da promulgação da Lei da Anistia, da derrota das Diretas Já, e da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, quando ainda com 17 anos de idade estava em pleno Rock in Rio. A eleição de um civil para a Presidência depois de 21 anos significaria então que a resistência havia cumprido seu papel histórico e deveríamos nos dar por satisfeitos e tudo se resolveria pela via eleitoral?

Obviamente que não. Compreendi com o tempo que uma nova etapa de lutas estava começando naquele momento e nela era preciso que todos aqueles e aquelas que até então não puderam participar da luta contra o Estado terrorista brasileiro, vigente entre 1964 e 1985, deveriam se aliar aos velhos lutadores e lutadoras para uma nova modalidade de luta, da resistência pós-ditadura,

aquela que teria que lidar com seus efeitos deletérios, como a desmemória, contra a tentativa recorrente de apagamento do que foi a luta de classes durante aquele período em que se aprofundou assustadoramente a desigualdade social no Brasil como efeito da captura do Estado por um consórcio constituído por setores do empresariado nacional associado ao capital estrangeiro e às Forças Armadas. Tratava-se a partir daquele momento de estabelecer um confronto permanente contra os inúmeros resquícios deixados pela ditadura de Segurança Nacional Brasileira (DSNB) ainda presentes nas instituições nacionais, com destaque para o *éthos* repressivo desumanizador que caracterizou a atuação do aparato de segurança estatal durante aquele período, e que perdura até os dias de hoje. Entulhos autoritários como esse atestam a adesão permanente das forças policiais e militares ao velho receituário do Terrorismo de Estado (TDE), cuja continuidade sob a democracia burguesa materializa-se, entre outros, pela atuação das polícias militares, pela criminalização dos movimentos sociais, ainda estigmatizados como o “inimigo interno”; bem como pela persistência de determinados setores civis em esconder da sociedade a responsabilidade de indivíduos, estruturas político partidárias, empresariais e midiáticas pela constituição da DSNB que impôs e impõe ainda tanto sofrimento à classe trabalhadora brasileira.

Na condição daqueles que se autodenominam parte da resistência pós-ditadura, por acreditar encampar em meu ofício de historiador parte da luta contra os efeitos nefastos da DSNB após sua vigência institucional, representados entre outros pela permanência de alguns dos efeitos do terrorismo de Estado perpetrado desde o primeiro momento de sua deflagração pela via da abolição violenta do Estado de Direito e, nos últimos anos, mais especificamente, por um de seus piores rebentos, a saber, o flagelo bolsonarista, meu intuito nesse texto é prestar uma homenagem à Comissão de Justiça e Paz do Paraná (CJP-PR), por sua atuação na resistência contra o TDE perpetrado pela Comunidade de Segurança e Informações do Paraná (CSI-PR).

Em meados de 1976, o Brasil apresentava uma espécie de refluxo repressivo, que se seguiu aos assassinatos de três pessoas pelo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-Codi de São Paulo, da imediata intervenção operada pelo ditador Geisel no II Exército, e da consequente imposição de um maior controle pelo poder central das ações dos grupos radicais incrustados nas comunidades de segurança e informações por todo o país. Em sintonia com o quadro mais geral, no Paraná a CSI-PR apresentava uma atuação discreta, após a conclusão dos trabalhos da Operação Marumbi, no final do ano anterior.

Após esse breve hiato, no ano de 1977 seguiu-se no Paraná um *continuum* de ações de caráter legal e clandestinas atribuídas pela imprensa tanto à CSI-PR como também ao grupo paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC), fazendo com que grassasse um clima de medo por toda a cidade de Curitiba e região.

Em maio de 1977, ao mesmo tempo em que um grupo de estudantes universitários foi preso em Curitiba em uma operação realizada pela Delegacia de Ordem Política e Social – Dops-PR, diversas pessoas residentes na capital e em outras regiões do Estado vinham recebendo inúmeras cartas ameaçadoras assinadas pelo grupo paramilitar CCC. Em 17 de outubro de 1977, o estudante universitário Carlos Augusto Soares de Oliveira, que já vinha sendo alvo de perseguição tanto do CCC, como da Dops-PR, foi sequestrado em Curitiba e libertado dois dias depois em Paranaguá (PR). Mais adiante, no final de janeiro de 1978, foi a vez do professor Paulo de Oliveira Gomes, sequestrado dentro da sede da Dops-PR, em Curitiba, quando aguardava a liberação de um “atestado de bons antecedentes”.

Assim, em 17 e 18 de março de 1978, se somariam a esse conjunto de ações de caráter legal cuja autoria foi assumida pela CSI-PR e demais operações clandestinas atribuídas ao CCC, e das quais a própria CSI-PR também era suspeita, respectivamente, mais um sequestro e a chamada Operação Pequeno Príncipe, sob a coordenação da Polícia Federal e com a participação do DOI-Codi da 5ª

RM, Dops-PR, PM-PR, SNI-PR, principais órgãos repressivos e de inteligência que compunham a CSI-PR.

Portanto, foi sob uma conjuntura política de descompressão da ditadura e de remobilização da sociedade civil e, como vimos, de certo retraimento do campo de ação das comunidades de segurança e informações em todo o país, que, na contramão da orientação oficial, foram operados pela CSI-PR e, possivelmente sob o manto do CCC em Curitiba, os sequestros de inimigos internos locais, como meio escolhido pelos opositores intraestatais da política descompressiva de driblar os controles do governo federal e forjar na capital paranaense um núcleo de resistência e sabotagem à política distensiva do ditador Geisel.

No entanto, essas práticas reiteradas de TDE seriam interrompidas pela ação de diversos setores da sociedade civil liderados pela CJP-PR que, assim como sua congênere paulista no caso Herzog, imediatamente após o sequestro de Juracilda Veiga e as prisões dos onze membros das escolinhas, criou as condições para que em março de 1978, tivesse início em Curitiba um poderoso movimento reativo de denúncia de violações dos direitos humanos que vinham assolando a capital do Paraná, e que se alastraria para o Brasil e pelo mundo.

Naquele momento, quando as práticas de TDE evoluíam em Curitiba, sua contribuição para a elaboração e divulgação da Carta Aberta ao Povo, documento-denúncia que se transformou em um libelo contra a violência que grassava na capital do Paraná, sob a conivência das autoridades da área de segurança local, criou as condições de possibilidade para que amplos setores da sociedade civil se engajassem na luta contra o Estado terrorista brasileiro.

A divulgação da Carta Aberta ao Povo pela imprensa local e nacional foi de extrema relevância para a adesão e fortalecimento da luta contra as ações da CSI-PR. Isso porque, para além do sequestro de Veiga e da Operação Pequeno Príncipe, aquele documento (que ganhou repercussão internacional) permitiu que naquele momento diversos segmentos da sociedade brasileira, bem como

de outros países, tomassem conhecimento das inúmeras outras práticas de TDE que vinham sendo operadas pela CSI-PR e pelo grupo paramilitar CCC em Curitiba.

Na segunda-feira, dia 20 de março, a imprensa informava que no dia anterior havia sido lida, do púlpito de diversas igrejas de Curitiba, a “Carta Aberta ao Povo”, preparada no sábado pela CJP-PR em conjunto com outras 34 entidades, documento-denúncia que repudiava as prisões, arbitrariedades, e o clima de terror e insegurança imposto à população, e demais atos de violência”, exigindo a imediata libertação dos detidos, “o esclarecimento e a punição dos responsáveis pelo sequestro da jornalista Juracilda Veiga, a apuração dos atos ilegais e ameaçadores do clandestino Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o respeito pelo Poder Público das garantias individuais e coletivas fundamentais”.

A televisão também foi utilizada como meio de ampliar o alcance das denúncias quando, durante a missa que há dez anos vai ao ar nas manhãs de domingo pelo canal 4 (TV Iguaçu), D. Pedro Fedalto falou sobre a “Carta Aberta ao Povo” e pediu às autoridades que encontrassem a jornalista e professora Juracilda Veiga, dessem tratamento digno aos presos políticos encarcerados na sede da Polícia Federal de Curitiba.

Além disso, simultaneamente à leitura da Carta Aberta ao Povo, durante as missas dominicais, a comunidade curitibana também passou a ser mobilizada por meio da coleta de assinaturas em documentos que solicitavam às autoridades a libertação de todas as pessoas, bem como da professora Juracilda Veiga.

A reunião realizada na Cúria Metropolitana representou um ponto de inflexão no quadro da correlação de forças entre governo e oposição no Estado quando, naquele momento, setores importantes da sociedade civil, tendo à frente a CJP-PR, desempenharam papel relevante na campanha de denúncias e resistência às práticas de TDE que vinham se tornando recorrentes na cidade de Curitiba. Esse episódio histórico significou o “batismo de fogo” da CJP-

-PR, momento-chave da luta contra o Estado terrorista, quando no bojo de um processo amplo de remobilização da sociedade civil, assim como em outros lugares do país, diversos segmentos sociais curitibanos, investiram contra esse poder autoritário. Sob a liderança da CJP-PR e envoltos naquele clima de revolta, aliado ao sentimento de solidariedade que moveu aqueles vários atores sociais, forjou-se um vigoroso movimento que contribuiu decisivamente para que mudanças substanciais na área de segurança local interrompessem a escalada de violência da CSI-PR.

A intervenção de Dom Domingos Wisniewski, durante aquela reunião na Cúria Metropolitana, sinalizou de forma tocante o papel de escudo protetor assumido pela Igreja Católica junto àquele movimento, quando após agradecer o comparecimento e a participação de todos, afirmou em nome da CJP-PR: “Estamos aqui para que tudo corra bem”.

Ao final, depois de ter sido torturada durante dois dias, Juracilda Veiga foi libertada na cidade de Registro (SP), na madrugada do domingo em que a Carta Aberta ao Povo seria lida nas paróquias de Curitiba. Quanto aos onze presos na Operação Pequeno Príncipe, foram todos liberados em duplas e trios no espaço de uma semana, depois de serem submetidos a torturas psicológicas, exposição midiática, invasão de residências, privação de liberdade, constrangimento, perseguição, vigilância sistemática, escuta telefônica, confisco de bens, perda de emprego etc.

***José Abreu** é doutor em História – UFRGS (2023), mestre em História – UFPR (2015), especialista em Geopolítica (2007) e graduado em História (2005) – Faculdades Integradas “Espírita”, professor das redes públicas estadual – Secretaria de Estado da Educação do Paraná – e municipal – Secretaria Municipal de Educação de Curitiba; paulistano de nascença, palmeirense, marxista e dylanófilo.

Da resistência à clandestinidade: a trajetória de um combatente da liberdade

José Ferreira Lopes*

“Coração de estudante. Há que se cuidar da vida. Há que se cuidar do mundo. Tomar conta da amizade. Alegria e muito sonho. Espalhados no caminho. Verdes planta e sentimentos. Folhas, coração, juventude e fé.”

Milton Nascimento

Maio de 68

Meu nome é José Ferreira Lopes, também conhecido como Doutor Zequi-nha. Comecei minha militância na década de 60, em meio à efervescência política que marcou toda aquela geração.

Esta década de 60, mais notadamente o maio de 68, analisada e designada como o ano mágico, o ano revolucionário de 68, o ano que não terminou, tem a carga da verdade e reflete a realidade de 68 no Brasil e no mundo como um período de grande contestação política e cultural.

A resistência vietnamita ao imperialismo americano, as manifestações estudantis nos Estados Unidos e na França reivindicando o fim da guerra do Vietnam, a ousadia de Fidel Castro e Che Guevara na luta pela soberania de Cuba, foram faróis que iluminaram e inspiraram minha geração.

No Brasil, a semente da resistência brotou ainda antes com greves de operários contra a ditadura militar, como a greve da Mannesmann, em Contagem, mas principalmente com o pujante movimento estudantil.

O assassinato do estudante secundarista Edson Luís foi a faísca que mobilizou as camadas médias que, em grande parte, haviam apoiado o golpe de 64. Movimento que desembocou na passeata dos 100 mil na cidade do Rio de Janeiro. Outras passeatas ocorreram em outros estados.

Fui vice-presidente da UPE (União Paranaense dos Estudantes) que, junto com o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFPR (Universidade Federal do Paraná) e muitos diretórios acadêmicos, como Medicina, Direito, Engenharia, História da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) entre outros mais, estivemos na linha de frente da organização e mobilizações das lutas.

Afora as mobilizações contra a ditadura, no Paraná acrescentamos a bandeira da UNE (União Nacional dos Estudantes) pelo ensino público e gratuito. Bandeira justa e baseada na realidade diante da crise econômica que atingia concretamente as universidades com severo corte dos investimentos, congelamento das vagas e com o aumento das demandas. Ambiente para a implantação do ensino – acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (Usaid). Lutas históricas e batalhas épicas no Centro Politécnico e a tomada da Reitoria da UFPR que foram vitoriosas, com a suspensão do ensino pago.

Segue um período de restrição da liberdade e endurecimento da ditadura militar. As lutas referidas neste período, com aumento da repressão, cerceamento das liberdades, custaram minha liberdade e, na clandestinidade, eu era uma sombra entre tantas outras, mas minha voz e ações se juntavam ao coro dos que clamavam por democracia e liberdade. Fui preso e brutalmente torturado, por várias vezes, ao longo das páginas infelizes de nossa história

O legado de meu pai

Filho de imigrantes nordestinos, herdei de meu pai semianalfabeto a sabedoria que os livros não ensinam. Mas ele também me apresentou a literatura de Jorge Amado e Graciliano Ramos. Foi ele quem me ensinou a ler nas entre-

linhas da opressão e a escrever minha própria história de resistência. Me tornei militante da AP (Ação Popular), depois APML (Ação Popular Marxista-Leninista), e por fim, me integrei ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), onde atuo há 53 anos, grande parte deste tempo na clandestinidade.

Cada passo que dávamos nas ruas, cada palavra de ordem, cada cartaz erigido era um grito por democracia. Hoje, olho para trás e vejo que cada sacrifício teve seu valor. As marcas daquela época são cicatrizes que carrego com orgulho, pois cada uma delas conta a história de uma batalha pela liberdade e pela igualdade. Eu, Doutor Zequinha, sou um dos muitos que resistiram, e nossa luta continua a inspirar àqueles que hoje caminham pelos corredores da democracia que ajudamos a construir, e que ainda hoje lutam e anseiam pelo futuro socialista da humanidade.

***José Ferreira Lopes (Dr. Zequinha)** é natural de Marília, SP, onde nasceu em 1942 de uma família de retirantes nordestinos. Foi diretor da União Paranaense de Estudantes (UPE) e membro da Ação Popular. Preso três vezes em Curitiba, decidiu viver na clandestinidade e se mudou para Minas Gerais onde trabalhou como operário. Mais tarde, conseguiu terminar o curso de Medicina iniciado nos anos 1960. Trabalhou como médico do SUS. E hoje está aposentado.

Volver aos 64

José Maria Correia*

Tenho tentado inutilmente me conectar ao menino de 15 anos que viu os primeiros tanques e blindados nas ruas de Curitiba.

A memória não ajuda, depois de umas tantas cirurgias e internamentos hospitalares por traumas de acidentes e outras comorbidades.

1964

Eu não tinha ainda uma formação ideológica e crítica que me permitisse interpretar, com mais profundidade, como e por que as pessoas estavam sendo presas, redações de jornais empasteladas e o vizinho e professor Joran nos dizendo que teria que esconder o Jeep DKW antes que os militares golpistas o requisitassem para os quartéis .

Mas eu já conseguia com clareza distinguir o certo do errado e perceber os motivos da derrubada do presidente João Goulart.

Das marchas das senhoras católicas e da infame campanha de “doe ouro para o Brasil”.

Afinal de contas, minhas leituras dos livros de Jorge Amado, das poesias de Vinicius de Moraes e as letras das músicas de Caetano, Chico Buarque e Geraldo Vandré, que vieram um pouco depois, ajudavam a clarear as ideias e o rumo progressista.

E claro, as leituras do Pasquim, que surgiu em 69, e era lido por toda a estudantada, e os filmes de arte engajados dos festivais europeus que eu assistia no Cine Santa Maria

Tínhamos também o clero progressista e alguns professores, advogados e jornalistas que corriam riscos e por qualquer motivo poderiam ser presos in-comunicáveis.

E os protestos contra a Guerra do Vietnã.

De 1964, salto para 1968 – “o ano que não terminou”, como no livro de Zuenir Ventura.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos postos na clandestinidade, assim como a UNE e partidos políticos de esquerda.

Para mim, que era apenas um calouro da Faculdade de Direito na Federal, foi a época em que comecei a militar nas lutas pela redemocratização do país que levaria mais dezessete longos anos, com a eleição ainda indireta de Tancredo Neves para presidente.

Nossa cantina da faculdade era o ambiente onde eu aprendia muitas lições com os veteranos Vítório Sorotiuk e Olien Lustosa de Moraes, época de grande agitação promovida pelos universitários de nossa Universidade e dos secundaristas.

Toda semana passeatas, pichações e panfletagens.

E, toda semana, enfrentamentos com cavalarianos e soldados com mosquetões e cassetetes para cima de nós.

Bombas de gás e até tiros eram utilizados pela repressão nas ruas e nas praças.

Foi aí que me tornei parte de relativa importância e saí da invisibilidade, graças à minha condição de atleta de judô e campeão universitário, o que me colocava sempre na vanguarda dos enfrentamentos corpo a corpo.

E o grande episódio foi a tomada da Reitoria da UFPR em defesa do ensino público e gratuito.

Até hoje guardo em minha mesa de advogado um pedaço da estátua do reitor e ministro da Educação que carregamos pelas ruas.

Você ter na cantina amigos como o Paulo Leminski e o compositor Palminor Rodrigues Ferreira, mais conhecido como Lápis, já era motivo mais do que suficiente para se manter animado e participando.

Bem, de salto em salto, já estou em 1972 e casado.

Eu tinha uma bela Academia de Judô e Karatê na praça Zacharias, um ambiente esportivo e cultural onde se reuniam estudantes, professores, músicos e

atores e atrizes de teatro.

E como havia um movimento pela renovação dos quadros da polícia civil acabei prestando meu primeiro concurso aprovado entre os primeiros colocados e, para Delegado, em primeiro lugar.

Muitos colegas não entenderam, mas logo perceberam que teriam pela primeira vez um aliado trabalhando na formação ideológica dos servidores públicos e abrindo as portas de muitas unidades para os militantes da esquerda e todos que defendiam a redemocratização e o retorno do estado de direito.

E, agora, salto para 1980 quando já participando do grupo de diretrizes do governador José Richa, escrevemos uma nova tese sobre a doutrina da Segurança Pública acabando com o direcionamento repressivo e político da época e passando para a construção de um polícia cidadã com ênfase no servir e no proteger.

Saíram os militares depois de duas décadas e assumiu o comando da pasta de Segurança o saudoso advogado Luís Felipe Haj Mussi.

Eu fui eleito vereador de Curitiba com grande votação e apresentei projetos desafiadores de regularização de áreas fundiárias ociosas nos bairros e a outorga do título de Cidadão Honorário para Dom Helder Câmara, que era censurado em todo o Brasil.

Mas a repressão jamais cessou e, nessa época, agia forte na clandestinidade através do CCC, o Comando de Caça aos Comunistas, um bando de covardes e canalhas que gostavam de pichar nossos carros e casas e disparar telefonemas anônimos com frequência. Isso, além de nos difamar através da imprensa marrom.

Numa ocasião, até tentaram sequestrar uma de minhas filhas do jardim da infância, o que somente não aconteceu porque ela se recusou a ser entregue para uma falsa babá que estava de passageira em uma caminhonete Veraneio, como as usadas pelos repressores.

E assim seguíamos. E, agora, salto para 1984 onde tive a honra de ser um dos organizadores e o primeiro orador do gigantesco comício pelas Diretas Já.

O Centrão da época não permitiu as eleições diretas, mas nas indiretas con-

seguimos eleger doutor Tancredo que, como todos sabem, acabou falecendo antes de assumir, e seu vice José Sarney governou o Brasil com um ministério de coalizão fortemente composto por políticos progressistas do grupo do doutor Ulysses Guimarães.

Lembro também que tive oportunidade de saudar o herói Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, em uma cerimônia lotada na Assembleia Legislativa, designação generosa e deferência dos companheiros prestistas do Paraná e do Brasil.

Em 1990, fui nomeado para Delegado Geral, o chefe da Polícia Civil pelo governador Álvaro Dias, e uma das minhas primeiras iniciativas foi aprofundar o desmantelamento dos remanescentes dos setores de repressão ideológica da Polícia Civil.

E na mesma toada extingui também a anacrônica Delegacia de Costumes, cuja principal função era prender homossexuais e travestis nas ruas de Curitiba, ou as infelizes prostitutas que vendiam seus corpos nas esquinas para sobreviver, como se fossem personagens de um romance de Victor Hugo, uma Fantine, como tantas outras milhares pelo Brasil todo.

Mas acredito que meu ato mais importante foi ter proposto ao governador Requião a abertura dos Arquivos da Delegacia de Ordem Política no Paraná, a temida Dops.

A devassa permitiu que muitos militantes, ex presos políticos e familiares dos que haviam sido vítimas da repressão pudessem saber o que havia sobre todos e sobre cada um e pudessem também documentar fortemente os pedidos de indenizações para compensar um mínimo do que sofreram.

Não foi fácil, pois houve muita resistência da comunidade de informações no Paraná que temia que o precedente incentivasse outros estados e países a tomarem a mesma iniciativa, o que de fato aconteceu.

É ilusão e ingenuidade pensar que o monstro deixou de existir. Nos porões da repressão continua ativo em sistemas e subsistemas integrados a organizações internacionais como a CIA norte-americana em eternas conspirações

contra regimes democráticos notadamente em áreas menos desenvolvidas e até nas mais organizadas, como tivemos os exemplos recentes da Ucrânia, do Brasil com Bolsonaro e da Argentina com Milei.

Deixo aqui, então, meu depoimento em apertada síntese em homenagem aos jovens, moças e rapazes, que enfrentaram a repressão em situações extremas, seja com armas ou palavras e escritos e que, com coragem, passaram pelo suplício das torturas ou dos encarceramentos, do exílio, do martírio.

A eles companheiros e companheiras da geração de 68, presto minha respeitosa reverência, amizade e consideração.

***José Maria de Paula Correia.** Profissão, esperança. Foi vereador de Curitiba, prefeito de Matinhos, secretário de Segurança Pública de Curitiba e do Paraná. É delegado aposentado e advogado.

1964: o pior estava por acontecer

Judite Maria Barbosa Trindade*

A ditadura militar que se instalou no Brasil, com um golpe de Estado no dia 31 de março de 1964, está completando 60 anos e se transformando em algo distante no tempo e também na memória das pessoas. A memória histórica daquele período, deve ser resgatada, preservada e divulgada cotidianamente.

Quando conversamos com argentinos e chilenos, é recorrente que eles façam referência às ditaduras militares, que atingiram aqueles países na década de 1970. Falam disso até com certa naturalidade, ao contrário do que acontece entre nós, que “fingimos” nada ter acontecido

Quando visitamos aqueles países, como turistas, somos levados a lugares de memória do período ditatorial. Somos apresentados a monumentos e “espaços” que memorizam pessoas que heroicamente combateram as ditaduras e defenderam a democracia. Estes monumentos e “espaços”, ao mesmo tempo que denunciam as atrocidades cometidas, ressaltam a importância de manter viva a memória do horror e da luta de resistência. Deixando um legado, para as novas gerações e também um alerta para que nunca mais aconteça.

No Brasil isto não acontece ainda, temos poucas iniciativas de preservação e muito menos de divulgação da memória e dos horrores cometidos. Boa parte da população desconhece que em 1964, no dia 1º de abril, houve um golpe militar que nos submeteu a uma ditadura que durou 21 anos, durando de 1964 até 1985. A ideia de fazer este livro coletivo, e a ideia dessa contribuição que escrevi, especialmente para o livro, vai no sentido de lembrar e reafirmar que tivemos um longo período de cerceamento das liberdades dos cidadãos.

Era proibido manifestar qualquer opinião que não estivesse de acordo com o código político e de costumes impostos pelo Estado Ditatorial. Não havia eleições

para o Legislativo e os cargos do Executivo, governadores e prefeitos, eram preenchidos por indicação – eram os cargos “biônicos”.

Eram muitas as proibições: proibido ler muitos autores que o Departamento de Censura divulgava em listas periódicas; era proibido assistir a filmes, não só brasileiros, mas também de outros países; era proibido ouvir muitas músicas; as manifestações culturais, em geral, incluindo a imprensa, foram duramente censuradas.

Mas também é importante relembrar e enfatizar que, mesmo com tanta proibição e cerceamentos dos costumes e do livre pensar, houve uma grande efervescência nas artes, na cultura e nos costumes. Houve grande resistência à ditadura e luta pela democracia. Estudantes, professores, operários e camponeses, trabalhadores em geral e intelectuais, fizeram de suas experiências políticas e de suas atuações anteriores ao ano de 1964 uma arma de luta contra a ditadura.

Movimento de mulheres como donas de casa e trabalhadoras rurais, que formavam um contingente expressivo nos anos 60 e 70, se organizaram fortemente em movimentos contra a carestia e o aumento do custo de vida em geral. Foram muitos os que marcaram sua posição contra a ditadura e em defesa da democracia.

Pagaram um alto preço por sua luta em defesa das liberdades e dos direitos humanos, muitos foram presos e condenados por tribunais militares com penas desproporcionais. Muitos foram demitidos de seus empregos; muitos foram barbaramente torturados; muitos foram mortos e muitos, até hoje, são dados como desaparecidos porque os restos mortais foram ocultados pelo Estado. Muitos partiram para o exílio em países democráticos, ou foram exilados e banidos do Brasil considerados criminosos de lesa-pátria.

O movimento de resistência à ditadura em defesa da democracia, em defesa de uma sociedade mais justa, pelo fim das torturas, pela anistia aos perseguidos, pelo fim da censura, foi duramente combatido pelo aparato policial-militar e jurídico que sustentava a ditadura.

Foram instituídas leis severas no combate à resistência, como o Ato Institucional n.º5, o famigerado AI5/68, e até mesmo uma nova Constituição imposta por decreto em 1969, além de uma nova Lei de Segurança Nacional.

Ao longo da ditadura houve uma preocupação grande em convencer a população sobre a legitimidade das ações governamentais. Neste sentido, a educação e a, ainda incipiente, publicidade ganharam destaque. Os meios de comunicação foram amplamente utilizados, recebendo polpudas verbas, para promover e elogiar os atos do governo. Ao mesmo tempo em que divulgavam notícias falsas sobre as ações da resistência.

Na educação, merece destaque até pelas sequelas que enfrentamos ainda hoje, se promoveu exaustivamente o seu caráter doutrinário. Durante cerca de 10 anos, houve uma radical reestruturação através de um amplo conjunto de leis, merecendo destaque a lei n.º 5540 que estabeleceu a Reforma Universitária, e a lei n.º 5692 em substituição a LDB/61 que atingiu duramente o ensino básico, o antigo primário e ginásial.

As áreas de ciências sociais e humanas foram duramente reprimidas com forte censura sobre o ensino e pesquisa em: História, Sociologia e Filosofia. No antigo ginásial, que passou a ser denominado como nível de 5ª a 8ª série, essas disciplinas foram substituídas por um núcleo denominado Estudos Sociais, incluindo Educação Moral e Cívica. Desapareceram do currículo escolar básico as disciplinas autônomas de História e Geografia, desconhecendo que elas são amparadas por ciências com objetos e métodos próprios. No antigo colegial, vai acontecer o mesmo com a Filosofia e a Sociologia.

É importante destacar aqui as formas de resistências, surgidas no interior das escolas. Burlando os planejamentos impostos pelas equipes técnicas, os professores continuaram dando aulas de História ou Geografia de acordo com suas formações específicas e faziam a somatória final no bloco denominado “Área de Estudos Sociais”. Esta junção era feita apenas quando da elaboração do “relatório e avaliação final do aluno”.

Surgiram, no processo de implantação das reformas, os livros didáticos de Estudos Sociais. Além dos conteúdos eles traziam os programas por unidades e a metodologia de ensino a ser utilizada pelos professores, e explicitavam os objetivos a serem alcançados.

O governo, por sua vez, subsidiava as editoras com isenção de impostos e outros benefícios. Esperava ou exigia, em contrapartida, que as publicações fossem coerentes com a ideologia e os propósitos da ditadura.

Como forma de cooptação e mostrando suas intenções, uma lei isentou as escolas particulares de vários impostos como o imposto para importações, e na constituição de 1969 explicitava, no artigo 176 que: "... o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecera amparo técnico e financeiro dos poderes públicos."

Tratando do ensino superior dizia ainda que "O poder público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará..."

A ditadura tinha a pretensão de se impor naturalmente, sem enfrentar resistência. Daí a proliferação de leis e decretos respaldando as ações autoritárias e formando um aparato jurídico repressivo, que pretendia abranger todos os setores da sociedade. É evidente que as leis não mudam a sociedade "de pronto". Segue-se um período de assimilação, mas havia urgência em promover as mudanças e, para isto, entra em cena a repressão com suas piores formas de horror.

A força da pressão desencadeia uma forte reação, houve forte resistência. O movimento estudantil conhecido pela sigla ME, que pautava suas ações na reivindicação por mais vagas e a defesa da gratuidade do ensino público, incorporou rapidamente a luta pela volta da democracia com a palavra de ordem *Abaixo a Ditadura*.

Surgem ou se fortalecem jornais da chamada imprensa alternativa, como o Pasquim, Movimento e Opinião, entre outros, que denunciavam a censura e a violação dos direitos humanos. Somando-se, então, aos jornais da Europa e mesmo dos Estados Unidos, que de apoiador do golpe passou a defensor dos Direitos Humanos, aqui vilipendiados.

Foram criados comitês de solidariedade aos presos políticos que, estavam lotando as prisões. Também era grande o apoio aos nossos exilados e perseguidos político pelo mundo afora. O MDB, partido de oposição consentida, teve em seus quadros grandes combatentes, liderando posições em defesa de liberdade política.

Lidera a oposição no congresso, sofre cassações de mandatos, mas também vai se firmando como voz de defesa da democracia.

Os comitês de solidariedade aos presos se expandem, se fortalecem e se constituem em grande instrumento de denúncia das condições carcerárias, das torturas e das arbitrariedades dos tribunais militares nos julgamentos de opositores. No interior desses comitês a ideia de anistia política encontra um terreno fértil, bem como nas organizações que sobreviveram como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); associações de professores; sindicatos; associações de moradores.

Na segunda metade da década de 1970, a ditadura mostra sinais de exaustão e também de divisão interna no governo, expondo, de certa forma, suas fraquezas. A sociedade civil mostra vigor político com: o movimento em defesa da anistia; contestação dos índices de inflação que, servindo de base para determinar o reajuste salarial, vinham sendo constantemente manipulados.

A campanha pela anistia política ganha as ruas. O ME também ressurgiu explicitando correntes políticas e levantando bandeiras, e mesmos com reformas eleitorais, que mudavam as regras no meio do jogo, a Arena partido do governo, vai perdendo espaço para candidatos do MDB ou para campanhas pela anulação dos votos. O amanhã, que será um novo dia, está chegando.

***Judite Maria Barboza Trindade** tem mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Paraná. Entrou na UFPR em 1968 como caloura do curso de História, participando intensamente do movimento estudantil até o mês de dezembro. Então foi presa e processada pela Justiça Militar como subversiva e cumpriu doze meses de prisão. Saindo da prisão, concluiu o curso e posteriormente fez mestrado e doutorado em História. Lecionou em várias escolas, em vários níveis de ensino, incluindo a graduação e a pós-graduação em história da UFPR, onde se aposentou.

Na construção de um caminho novo - 1968 e o turbilhão de emoções

Julio Paupitz*

“Se é bom viver, ainda é melhor sonhar e, o melhor de tudo, despertar.”

- Antonio Machado

Todo ser humano tem algum ano como referência, sutil ou abruptamente incorporado à sua vida. Para a geração, que já se aproxima dos oitenta, 1968 é transcendental. As marcas de 64 e 68 são indelévels, para os que, nesse época estavam abandonando a adolescência, como também para os mais temperados de 1964. Nesse sentido, e na base de nossa realidade é possível perceber as pegadas sinistras de poderes globalizados, assumindo diversas formas. Sob um mesmo guião; de Buenos Aires a Jacarta, de Brasília e Santiago de Chile perpetraram-se séries de crimes espantosos, às vezes com golpes de baioneta e balas, muitas vezes com o terror, a tortura e a morte. Em outras palavras, deu-se fim ao estado de direito, mutilaram-se vidas e conquistas tão caras para a espécie, como seu bem-estar social e dignidade.

A construção deste texto se faz em torno à experiência do autor em ambientes estudantis da época no Paraná. Contudo, não há como não incluir alguns desdobramentos, como recordações de Otto Brockes, grande companheiro falecido em 3 de março 2021. Certamente, ele estaria muito feliz em compartilhar conosco trechos de sua longa experiência de trabalho e luta. No entanto, por razões óbvias, não pôde avançar com sua autobiografia, da qual apresento excertos na parte final do documento.

Em finais de 1966, vim a Curitiba prestar o vestibular da Escola de Florestas

da UFPR, instalada dentro de uma ação concertada entre a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) das Nações Unidas e o governo brasileiro. Chegava deslumbrado pela ideia de poder ajudar a reverter as tendências de destruição ambiental, que hoje vivemos a pleno vapor. As imagens mentais eram de meu estado nativo recoberto de florestas com seus rios recuperados com suas magníficas piracemas retornando. A escola era uma grande e exótica novidade. A elite extrativista madeireira do Estado raramente tinha se preocupado pela conservação e uso sustentado do fabuloso recurso de suas matas.

A tomada de consciência política não foi gradual, mas aos saltos, e como produto de realidades que diariamente saltavam à jugular. Apesar de pouca prática orgânica no Paraná, participava em foros da vida estudantil, e de movimentos ambientais que começavam a se esboçar, como a defesa de um resíduo de floresta de araucária, a ponto de ser abatida por determinação do governador da época Paulo Pimentel. Por uma feliz ação conjunta de estudantes de Engenharia Florestal e de Biologia, poupou-se uma preciosa área de pouco mais de três hectares (Capão da Imbuia) como acervo natural do município. Atualmente, a unidade de conservação municipal abriga a sede do Museu de História Natural.

Por outro lado, estava sempre presente em ações de denúncia da ditadura, seja em panfletagens ou trabalhando com um mimeógrafo disponibilizado pelo diretório acadêmico ou alguma outra instituição. Esse processo morno foi dinamizado com as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na chapa liderada por Vitório Sorotiuk fui eleito em representação dos estudantes da Escola de Florestas.

Nessa ocasião recordo da posse dos membros da diretoria eleita. O evento foi um ato hábil de resistência estudantil à ditadura militar, tal como a tomada da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, também em 1968. O presidente eleito do DCE, clandestino e com prisão decretada, era alvo favorito dos esbirros do sistema. Ainda assim, a posse da diretoria completa realizou-se

em espaço da Reitoria da UFPR, como ditava a lei, às barbas do aparelho de repressão. O ato, um verdadeiro gol de placa, foi celebrado em 16 de novembro de 1968.

A situação tornou-se cada vez mais complicada, coroada com a instauração do AI-5 em 13 de dezembro de 1968. O ato foi um novo golpe dentro do que já estava em curso desde 1964. Em suma, o novo instrumento da ditadura dotava os militares de poderes ilimitados para a repressão e tortura.

As doses de terror continuavam com o aumento de prisões arbitrárias e ações policiais na sequência do AI-5. Em finais de 1969, tive os primeiros contatos com Otto, depois da fase de residência médica, muito preocupado com sua situação de segurança no Paraná. Rumores eram muitos e das mais variadas origens, e se multiplicavam na medida que algum companheiro era preso. No meu caso, tive várias comunicações vindas de São Paulo, e quase sempre mencionando que o delegado e torturador Fleury perguntava por meu paradeiro. Somente anos mais tarde, pude compreender toda a dimensão do assunto. Prestes a falecer em seu leito de morte, no interior de São Paulo, um suposto amigo, confessara ter sido por muitos anos agente da ditadura. Todos os indícios demonstravam a existência de um seguimento permanente, ainda que pouco organizado de controle de nossos movimentos. No caso do Otto, esse controle, entrava na lógica do aparelho repressivo. Até 64 ele tinha sido sargento do Exército Brasileiro em Curitiba e fora compulsoriamente separado da instituição, e aposentado logo de um processo.

Na minha situação, a única explicação estava na consolidação do funcionamento de um estado de terror, que pairava sobre a vida das pessoas, pois não tinha sido preso nem processado. Foram vários os alertas recebidos, que por fim forçaram nossa partida para o Chile em finais de março de 1971.

Durante 1970, os contatos com Otto foram mais frequentes, ainda que dentro das possibilidades que permitiam sua intensa agenda de trabalho. Em poucas ocasiões gozava algum esparecimento, aproveitando para uma partida de xadrez, com alguém capaz de desafiá-lo, pois jogava como um verdadeiro

mestre. Raros eram esses momentos, já que passava a maior parte do tempo cuidando de alguém com paciência e gentileza infinitas.

Ele provinha do sertão goiano das proximidades de Pirenópolis, e de situações tão caracteristicamente marcadas pela violência de coronéis e latifundiários, próprias das profundezas brasileiras. Ainda bem jovem passou pela provação de perder quatro de seus irmãos (duas meninas e dois meninos), em situações que não cabem apresentar aqui, mas que deixaram ecos profundos em sua alma gentil. Tardamente se educa, e na sequência de sua instalação em Curitiba para prestar o serviço militar, ingressa à faculdade de Medicina da Universidade Católica.

Um pedaço de suas memórias inconclusas faz-nos recordar de como foram aqueles anos, e como as situações mudaram comparativamente ao que hoje vivemos: *“(...) o período no Paraná foi muito importante, devido ao exército. Compreendi que no exército existiam muitas pessoas honestas, trabalhadoras e dedicadas, as exceções eram raridades.....fui morar no alojamento dos soldados. Eu era um estudante atento, aprendendo tudo que me ensinavam. Aprendi conhecer melhor os camaradas de armas e logo pude perceber que muitos soldados eram analfabetos. Minha reação imediata foi a de começar ensiná-los a ler”*.

As pessoas o procuravam com frequência. Os pedidos de ajuda clínica se prolongavam para além dos plantões médicos, sem agendamentos com hora, data ou local definidos. Sua prática pediátrica se encaixava perfeitamente nos sonhos das mães, que muitas vezes lutavam desesperadamente pela sobrevivência de seus filhos pequenos. Alguns ocorridos, vários sem explicações razoáveis, poderiam contribuir para melhor ilustrar essa trajetória.

Ainda em Curitiba, guardo uma memória que desconcerta nossa impressão de realidade objetiva. Perto de terminar um de seus longos plantões, Otto se dirigiu a um bar não muito distante do Hospital Pequeno Príncipe, onde solicitou um copo de leite, hábito cultivado ao longo da vida. Enquanto tomava o leite, alguém de uma mesa próxima, numa situação totalmente fora de contexto, decide provocá-lo com uma sequência de insultos, simplesmente pelo hábito

de tomar leite e não cachaça, que isto sim era coisa de “macho” e não de “mariquinhas”. Sem esboçar sequer a menor reação, retomou o caminho de volta ao consultório no hospital, onde pensava descansar um pouco antes de retornar à casa. Com certeza, não tinha passado nem 40 minutos do bizarro incidente; quando o mesmo cidadão que o provocara no bar, adentra o Hospital aos prantos e em total desespero com seu filho, gravemente ferido, nos braços em busca de socorro. Otto praticamente salvou a vida do pequeno.

Passadas algumas semanas, cruzamos a fronteira do Brasil, primeiramente com a Bolívia, passando por Santa Cruz e permanecendo em La Paz, onde para nossa surpresa, nos encontramos com dois paranaenses indocumentados no mesmo destino, bem perto da Basílica de São Francisco. Trabalhamos intensamente com apoio local na busca de um salvo conduto, para que pudessem visitar Arica no norte do Chile. Nessa tarefa, contamos com o auxílio de um médico amigo e, em pouco tempo, chegamos todos a Arica, viajando no trem que fazia o percurso de Arica a La Paz.

Ainda, com relação ao companheiro Otto, sua solidariedade e entrega total, tão características se reproduzem em Santiago, e talvez com maior potência naquele momento histórico crucial pelo qual passava a sociedade chilena. Tanto assim, que em determinada ocasião, um de seus superiores do Hospital J.J. Aguirre, onde trabalhava, procurou-me para dizer que “o Dr. Otto não necessita vir trabalhar com a frequência com que o faz”. Os comentários, certamente, surgiram em razão de emergências ocorridas depois de uma grande tempestade de neve e granizo se abater sobre alguns bairros pobres da cidade. O comportamento despojado e amistoso logo granjeou a admiração do pessoal mais simples do hospital. Meu papel, nesse período foi basicamente ciceroneá-lo e ativamente blindá-lo de mal entendidos, particularmente de tipo cultural. O povo chileno tem muito orgulho de seu vinho tinto e da enorme variedade de mariscos e peixes do Oceano Pacífico. Além de totalmente abstêmio, não era chegado a nenhum tipo de comemoração etílica, e como um bom goiano, nem de longe suportava a presença de um marisco.

Estes casos, como tanto outros, não podem ficar fora dos contextos maiores que marcam momentos extraordinários da caminhada humana de 1964 a 1968. A caminhada não chegou a seu destino. Nas palavras acertadas de Zuenir Ventura, “1968 é o ano que não terminou”, mas tampouco começou em 64. Somos pequenas peças de encadeamentos históricos e, ao mesmo tempo, não apenas como partes importantes desta cadeia, senão seu objeto maior.

Quatro Barras, 3/3/2024.

***Julio Paupitz.** Paulista, nascido em Araçatuba em 7/7/1947. Casado, 2 filhas. Engenheiro Florestal, graduado pela Faculdade de Engenharia Florestal da UFPR em 1970; Mestre em Ciências Agrárias e Florestais pela Universidade de Helsinki em 1978. Trabalhou no Instituto Florestal do Chile, Serviço Florestal da Finlândia, em Moçambique em finais dos anos 70, no Peru, Nordeste do Brasil, Costa Rica e Panamá a serviço da FAO e da cooperação internacional da União Europeia em apoio a projetos de reforma agrária, instalação e defesa de unidades de conservação natural, desenvolvimento rural em bases comunitárias e promoção da conservação mediante propostas participativas de uso sustentável de recursos naturais. Desde 2005 trabalha no Brasil, principalmente na Região Nordeste em apoio às ações da sociedade civil de combate à desertificação e efeitos das secas.

Epístola da prisão número 1

Laércio Souto Maior*

SE a vida é fugaz, e nossa permanência neste planeta
é célere como a passagem de um cometa nos caminhos do céu,
OS momentos passados na prisão valem uma eternidade.
SÓ a prisão nos faz ver em toda plenitude a importância,
o valor e a beleza sem par da liberdade.
OS dias passam, e neles, as horas, os minutos e os segundos,
têm um profundo significado.
DETRÁS das grades, as mínimas coisas alcançam contornos
muito além da sua real dimensão.
OS nossos atos, por vulgares que sejam, aqui atingem
parâmetros nunca imaginados.
NA prisão, o homem despoja-se ou impregna-se ainda mais
dos mais variados e absurdos preconceitos.
TODA sua fraqueza, ou grandeza de personalidade e princípios,
É testada a todo instante, de uma forma frontal e absoluta.
O real valor de cada um emerge espontaneamente sem ninguém pressentir.
AURÉOLAS de heróis são destruídas, implacavelmente,
no triturar monótono das horas.
POR isso, no cárcere, a maior luta do preso político é conservar,
incólume, a sua dignidade.
NA perspectiva angustiante de enfrentar a realidade de cumprir cinco, dez
ou 20 anos
de prisão, aparentes gigantes transformam-se em pigmeus.
E figuras simples e humildes alçam voos a píncaros nunca imaginados,
projetando suas sombras de heróis anônimos no corpo político da nação.

NO alojamento da prisão todos dormem e acordado indago tristonho:
CADÊ a caminhada diária para a redação do jornal?
ONDE estão os rostos dos meus entes queridos?
POR QUE a ausência macia do corpo da mulher amada?
PROCURO e não acho os horizontes infinitos, onde estão?
NA retina, cenas insólitas surgem e se vão, magicamente:
a caipirinha, o cigarro, as apetitosas comidas nordestinas
e lúbricas batalhas eróticas são coisas irreais e distantes.
Será que algum dia existirá?
OS mais imediatistas gritam angustiados:
será que a busca permanente pela consecução de um ideal
vale a pena com tanta solidão e dor?
Os revolucionários dizem sim!
Os contrarrevolucionários dizem não!
ALHURES falaram que a verdadeira liderança política,
ou forja-se nos embates políticos de rua, na luta armada,
ou na dolorosa experiência da prisão.
AS pálpebras fecham-se, e ainda no cochilo, vislumbro e ouço os passos
e conversas das sentinelas na sua ronda infinita.

Prisão Provisória de Curitiba - Ahú, 1975.

***Laércio Souto Maior** é natural de Caruaru-PE e reside no Paraná desde 1962. É escritor, jornalista e advogado. Crendo num levante nacional armado em resposta ao golpe, fundou uma organização clandestina de resistência armada, que depois aderiu ao PCBR até ser desmantelada em 1970. Foi preso em 1968 e 1970 em Maringá. Em 1975 foi um dos presos na Operação Marumbi, passando pelas masmorras do DOI-Codi, ficando posteriormente detido no Presídio do Ahú. Também teve intensa militância contra a ditadura militar na imprensa, tendo sua demissão solicitada pelos governadores Ney Braga, Paulo Pimentel e Jaime Canet.

1971 – Quando enganamos a repressão da ditadura militar na UFPR

Lafaiete Neves*

Lembro muito bem que foi no início da minha graduação em História, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1971.

Participava da direção do Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná (DARPP), sob a presidência de Odilon Carlos Nunes, graduando em Pedagogia. Vivíamos sob forte vigilância dos órgãos de repressão, que haviam instalado junto ao gabinete do reitor uma Assessoria de Segurança e Informações – ASI. Eram pessoas que acompanhavam toda a movimentação dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, produzindo relatórios. Já como professor da UFPR, nas assembleias da Associação dos Professores da UFPR (APUFPR) sabíamos quem eles eram.

No primeiro semestre de 1971, articulamos a vinda do cientista político de esquerda, professor doutor Paulo Edgar de Almeida Resende, da PUC de São Paulo, bastante conhecido no mundo acadêmico. Era uma palestra sobre a ditadura militar.

Qual não é a nossa surpresa quando o prof. doutor Brasil Pinheiro Machado, diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFPR, nosso professor no Curso de História, convoca o DARPP para uma reunião em seu gabinete sem explicitar a pauta. Logo desconfiamos que teria a ver com a palestra. Não deu outra.

No início da reunião, o doutor Brasil Pinheiro Machado, que fazia uma gestão democrática, sem controle sobre o DARPP, nos disse: “Meus filhos, recebi a visita da Polícia Federal, que me informou que vocês estão trazendo

um professor subversivo de São Paulo para uma palestra dentro do prédio da Faculdade. Vocês sabem que vivemos sob forte vigilância, então peço que pensem bem no que estão fazendo para não se complicarem”.

Sáímos dessa conversa, fomos para um boteco, discutimos e decidimos manter o evento. Apenas transferimos a data e, por medida de segurança, combinamos com o professor Paulo Edgar de Almeida Resende que viesse de ônibus pela Viação Cometa e descesse um pouco antes do viaduto do bairro Tarumã, já na rodovia que chega de São Paulo a Curitiba. Fomos buscá-lo e seguimos para a Faculdade. Realizamos a palestra e, em seguida, o levamos para a rodoviária, onde embarcou para São Paulo, em segurança.

Daí foi uma festa: conseguimos enganar a repressão!

***Lafaiete Neves** é professor aposentado do Departamento de Economia da UFPR e vice-Presidente Cultural do DARPP (1970-1972). É conselheiro titular do Conselho da Cidade de Curitiba (Concitiba), conselheiro do Centro de Formação Irmã Araújo (Cefuria), conselheiro do Instituto Democracia Popular (IDP) e membro do Fórum do Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana.

Sonhos e lutas em um tempo sombrio

Lauro Consentino Filho*

Envolvido em política estudantil desde o primeiro ano, participei na elaboração da chapa única do Diretório Acadêmico Guido Straube – assim denominado em homenagem a um ilustre professor. Na composição do novo diretório participaram todas as tendências, da direita à extrema esquerda. Eu ocupei a Secretaria de Intercâmbio que, na hierarquia, era o segundo cargo em importância. Toda essa participação interna acabou chegando ao conhecimento do Partido Comunista Brasileiro – Partidão, que não tinha célula na Odontologia. Recebi a visita de um desconhecido que se identificou como estudante de Direito, funcionário do Banco do Brasil e irmão de uma colega de turma. Sem qualquer questionamento, após meia dúzia de reuniões conduzidas por quem seria meu futuro cunhado, entrei no partido.

Foi criada uma célula do Partidão na faculdade. Eram necessários quatro elementos. Eu, com nome de guerra de Levi – o mesmo nome do diretor da faculdade –, Vera Lúcia com o nome de Carlota, outro colega com codinome de Lenine e o primo Yves, estudante de Direito da Católica, com o nome de Matraga – personagem de Guimarães Rosa. Completando uma colega também caloura. Era uma moça alta, magra e muito simpática. O grupo tinha o meu comando. Reuníamos-nos pelo menos uma vez por mês. Pouca coisa a tratar. Liam-se documentos e panfletos repassados pelo Partidão. Estudava-se sem nenhuma profundidade a filosofia marxista leninista. A grande meta era assumir o comando do diretório da faculdade, o Diretório Central dos Estudantes – (DCE) e a União Paranaense dos Estudantes (UPE). Nos primeiros tempos, perdemos todas as eleições.

O governador do Estado na época era Ney Braga, coronel do Exército que tinha participado do golpe militar. Ele exercia forte influência nas universi-

dades, principalmente as estaduais. No ano seguinte, perdemos a UPE e ganhamos o DCE. Na eleição de representante de Odontologia no DCE, acabei saindo candidato único. Os adversários recuaram. Sem disputa, recebi 82% dos votos válidos. Foi o maior índice dos representantes eleitos das outras faculdades para ocupar o Diretório Central. A esquerda elegeu presidente Carlos Frederico Marés de Souza, estudante da faculdade de Direito, e a grande maioria dos representantes dos diretórios acadêmicos.

Na distribuição dos cargos, fiquei com a Tesouraria. Para os membros eleitos não afinados com o grupo foi dada a diretoria esportiva e a de eventos sociais. O DCE possuía um restaurante para 1.200 refeições diárias. O estudante pagava uma taxa simbólica e tinha direito a almoço e janta. Os recursos eram oriundos do Ministério da Educação, repassados e contabilizados pela Reitoria da UFPR. O padrão das refeições era ótimo. Possuíamos uma Kombi nova para compra diária de frutas e verduras no Mercado Municipal.

À noite, a Kombi era usada para política. Como as refeições eram ótimas, a oposição nos criticava dizendo que a nossa administração ganhava as eleições pela boca. Malharam tanto que perdemos a eleição sucessória. Além do restaurante, que ficava no subsolo, havia um pequeno prédio com vários andares. A Tesouraria ficava no primeiro andar, atendimento médico e odontológico realizado por alunos das áreas, no segundo andar. O terceiro era da Secretaria e Presidência.

O último andar era da Imprensa. Foi nesse andar, após a compra de equipamentos para reprodução existente na época, que passamos a imprimir panfletos, documentos, jornais etc. Reproduzíamos livros proibidos. O maior sucesso foi a cópia de “Guerra de Guerrilha”, do companheiro Che Guevara. Após meses de reunião da célula do PCB de Odontologia, veio do Comitê Estadual a primeira ordem de trabalho. Panfletagem para o dia Primeiro de Maio. Reuniões foram realizadas, com instruções para conduta em caso de insucesso, como prisões, posicionamento e respostas, em caso de interrogatório, linguagem unificada, desconhecimento de outras pessoas etc.

Foram escalados dois casais: eu e Vera Lúcia ou Levi e Carlota e o primo Matraga e a Caloura, a moça alta de cabelos pretos. Foi marcado o encontro na Confeitaria Iguaçu, ponto de encontro de renome no centro de Curitiba, no segundo andar do prédio da Rua XV, esquina da Boca Maldita com Praça Osório. A ordem era aguardar no local a chegada de um mensageiro que entregaria dois envelopes com os panfletos e daria o roteiro da área geográfica onde deveriam ser distribuídos. Nós simularíamos ser namorados e, preferencialmente, o panfleto deveria ser colocado por debaixo das portas nas casas dos operários.

Chegamos à confeitaria por volta de 22 horas. Tomando sorvete e refrigerantes, aguardávamos ansiosos a chegada do mensageiro. Era a nossa primeira ação. Em nossa mente estávamos iniciando a transformação do Brasil em “um país socialista”.

As horas passando e a angústia aumentando, o clima cada vez mais tenso. O primeiro a se manifestar foi o Matraga. Estava muito inseguro. De fato, era a ação mais arrojada designada por ordem superior. Não tínhamos a menor ideia do texto do panfleto a ser distribuído. O medo começou a crescer no círculo em torno de nossa mesa. A Vera Lúcia, para sair de casa sem dizer para a mãe o que ia fazer, vivia pensando na justificativa familiar. O irmão, que também participava da ação, inventou uma história para tirá-la de casa. O Matraga era o mais nervoso. Falava baixinho para mim: “Primo, não estou preparado para isso. Vou desistir”. “Calma”, eu ponderava, também falando em seu ouvido. “Vai dar tudo certo, você vai ver”. Complementava com o discurso já memorizado: “A revolução acontecerá com pessoas dispostas e determinadas a enfrentar as situações mais adversas”.

Uma ou duas horas depois o primo começou a passar mal. Enjoo. O estômago estava respondendo ao medo. Branco, muito branco, com a ajuda do garçom, levamo-lo ao banheiro para vomitar. “Ele não bebeu nada”, comentou o garçom. Mal sabia ele que, naquela mesa, estavam nascendo as lideranças que iriam transformar o Brasil. Iríamos mudar a face do pobre país. Era esse o objetivo, o sonho.

Afobado, olhando para todos os lados, entrou Vitorio Sorotiuk, companheiro estudante de Direito descendente de ucranianos. Carregava debaixo dos braços vários envelopes, que quase se espalharam pelo chão por descontrolo emocional.

Foi rápido na ordem: “Lauro, você e a Vera fazem a Água Verde. Matraga e companheira, o Capanema”. Ambos os bairros eram próximos do centro. O bairro do primo era a única favela de Curitiba, Favela do Pinto, motivo de gozação por causa do nome. Pedimos a conta dos sorvetes e refrigerantes.

Ao levantarmos, desmaiou a caloura. Como era uma mulher alta, a queda fez um tremendo barulho que movimentou toda a confeitaria. Curiosos cercaram a desfalecida. Um estudante, dizendo ser de medicina, tentou reanimá-la. Tudo foi muito rápido. Em questão de segundos, ela, muito pálida, estava em pé. Cambaleante, é verdade, mas em pé. Mais uma vez o garçom comentou: “Hoje não é o meu dia. Tudo está acontecendo na minha mesa e com clientes que só tomaram refrigerantes”. Não entendeu nada e provavelmente essa situação numa mais se repetiu em sua vida profissional.

Reanimada a pálida, partimos para a grande tarefa. Os bairros de Curitiba eram, na maioria, de casas de madeira. Como não existiam aparatos de segurança em torno das residências, era possível colocar o panfleto por debaixo da porta. E essa era a instrução. Se aparecesse algum curioso, devíamos fingir que éramos namorados e, em silêncio, continuar andando, sem correr.

Foi cumprindo essas instruções, com competência e espírito socialista, que nasceu o namoro e o futuro casamento entre o morreteano e a Vera. Nós relembramos sempre da noite inicial da “aventura” política. Na mesma noite, um grupo de vanguarda, as lideranças do partidão, ala estudantil, tinha ainda uma missão pouco antes do amanhecer: usando o carro do Marés, presidente do DCE e único proprietário de veículo, jogamos para o ar na principal rua de Curitiba, o restante dos panfletos. Com o carro em alta velocidade, a missão foi cumprida.

No outro dia e nos seguintes, esperamos uma reação ou pelo menos comentários sobre nossa ousadia. Nada. Nenhuma notícia nos jornais e nas rá-

dios. Dos amigos, conhecidos e colegas também nenhum comentário. Será que limpam totalmente a Rua XV de Novembro antes de aparecerem os primeiros transeuntes? Que grande decepção!

Até hoje, não tenho a menor ideia do conteúdo do panfleto. Devia pedir liberdade, eleições livres, abaixo os militares, restabelecimento da democracia e direitos sociais do povo.

Particpei de outras panfletagens, mas nenhuma delas foi tão marcante como a primeira. A vida político-acadêmica continuava, com um fato sucedendo outro. O Aparecido – codinome – membro do diretório estadual, tinha sido preso na rodoviária com um pacote de exemplares do jornal *A Voz Operária* – jornal oficial do partidão. Sua prisão desencadeou outras, incluindo a do meu futuro cunhado João Batista Tezza, o representante estudantil no comitê central do Estado.

Foram presos vários membros. Desmontou-se a organização no Paraná. Fiquei triste, mas também orgulhoso. Alguns dias após as prisões, fui convidado a assumir a Tesouraria estadual e, ao mesmo tempo, providenciar novos “aparelhos” (casa ou apartamento) para alojar clandestinamente os companheiros que haviam escapado da prisão. Minha vida sofreu uma grande transformação. Agora tinha que receber as contribuições dos simpatizantes, ver os apartamentos, pagar aluguel, participar de reuniões com pessoas muito mais velhas e experientes. E acho que não desapontei.

Minha gestão no DCE foi de 1966 ao final de agosto de 1967 e no Partidão continuou. No meio político-acadêmico a história era outra. Estavam acirradas as críticas ao comportamento do Partidão diante do momento nacional. Fui convidado a participar de uma reunião em São Roque, interior de São Paulo. O local era um seminário de padres. Estava em andamento o preparatório da convenção nacional da UNE.

Estive também em Niterói, onde havia iniciado a dissidência ou o rompimento com o Partidão. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de João Amazonas, já estava fora. Entre vários paranaenses estudantes, fui eleito para

participar do XXIX Congresso da UNE – órgão que era clandestino por ter sido extinto pelos militares. A propaganda possível, que atingiu o país, fixava a data de agosto/67, para a realização do congresso na cidade de São Paulo. Presidente do Brasil: general Costa e Silva, ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, que anunciou em todos os órgãos de imprensa que o Congresso era ilegal e não seria realizado. “Entrego o meu cargo se o encontro acontecer”. Esse era o grande desafio.

Parti para São Paulo com uma pequena pasta com duas camisas, duas cuecas e material de higiene. O contato ou ponto se daria numa pequena praça no centro de São Paulo. Uma pessoa apareceria com a revista Mecânica Popular debaixo do braço. Havia umas palavras de ordem das quais não me lembro mais. Quase em frente de um cinema da praça definida, apareceu “o ponto”. Como num passe de mágica surgiram uns 20 estudantes. A ordem foi dada: “Vão todos para a rodoviária e peguem ônibus para Campinas. Durmam em uma pensão perto da rodoviária e, de lá, em grupos, a partir das 10 horas da manhã, vão para a Praça Carlos Gomes. Uma Kombi branca, em etapas, apanha vocês”.

Ao sairmos de São Paulo, lotamos um ônibus e, em Campinas, uma pensão. O exército, mais a polícia estadual, deveria estar correndo atrás de nós nas universidades da capital. De Campinas fomos para Valinhos. Também um patrimônio da Igreja Católica. Era um grande convento que abrigou mais de 400 estudantes oriundos de todos os estados brasileiros. Foi eleito presidente da UNE Luis Travassos. Conheci o grande e futuro líder da política brasileira – José Dirceu.

Na abertura do Congresso, foi estendida uma faixa escrita: XXIX Congresso Nacional da UNE e embaixo dela outra faixa com os dizeres que, em síntese, pedia: “Queremos a demissão do ministro da Justiça”. A foto feita pelo “Estadão”, jornal Estado de S. Paulo, foi manchete. O ministro não cumpriu a palavra. Foi eleito, em 27/6/67, o representante da Ação Popular ligado à Igreja Católica. Na lembrança, o meu candidato perdedor era carioca. Em

1968, o XXX Congresso de Ibiúna: 700 estudantes foram presos. Não participei, já era dentista.

– Texto extraído do livro “OCOY O rio que levou boiando capacetes militares e os sonhos”.

***Lauro Consentino Filho** militou na resistência à ditadura militar pelo PCB e, em 1968, pelo MR8. Foi preso em Medianeira, cidade onde se estabeleceu como dentista. No período de redemocratização, exerceu cargos no MDB e fundou o CAIF/AFISSUR - Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Labiopalatal.

Breve relato sobre os acontecimentos de março de 1978, narrados no documentário "Os Onze de Curitiba"¹, do cineasta Valêncio Xavier

Léo Kessel*

18 de março de 1978, 6 horas da manhã, a campanha tocou, levantei-me rapidamente e me dirigi à porta ensaiando mentalmente uma expressão de calorosas boas-vindas aos meus sogros que estavam chegando de São Paulo para comemorarmos, em família, o casamento do meu irmão que ocorreria naquele dia. Susto ao abrir a porta, pois o fiz sem a mínima preocupação ou cuidado; à minha frente três homens jovens, portando armas de fogo.

– Léo Kessel? Perguntou-me o que estava mais à frente do grupo.

– Sim, balbuciei, olhando para o seu rosto emoldurado por uma barba descuidada, do qual se destacava um nariz aquilino que lhe valeu o codinome Falcão.

Foi o que bastou para que eles, empurrando a porta – e a mim –, entrassem apontando-me pistolas e algemando os meus braços para trás. Um deles mostrou-me um papel, que mal consegui ler, dizendo ser uma ordem judicial para que eu fosse preso.

– Vamos levar esse cara assim mesmo, disse um deles que mais parecia um adolescente.

1 - Realizado em 1995, nesse documentário retrospectivo são exibidas imagens e depoimentos dos 11 intelectuais de várias profissões que se dedicavam ao desenvolvimento da educação infantil, em duas escolas de Curitiba – Oca e Oficina –, que foram detidos pela Polícia Federal do Paraná sob a acusação de “ensinar marxismo para crianças de três a seis anos”, em 18 de março de 1978.

Eu vestia um short e estava sem camiseta; ainda fazia calor em Curitiba. Ouvindo o tumulto, minha mulher surgiu, envolta em um lençol, aos gritos, sem perceber as armas, disse que ninguém iria levar-me, que iria despertar os vizinhos e ligar para a polícia.

Acho que não esperavam tal reação, pois fecharam a porta e permitiram que eu me vestisse – sob a sua vigilância. Enquanto isso começaram a percorrer o apartamento mexendo em livros, papéis, agendas, mas quando tentaram entrar no quarto onde dormiam as crianças – com seis e cinco anos, respectivamente –, eu disse que não entrassem no quarto e a minha mulher postou-se à frente da porta impedindo-lhes o acesso.

Perguntei se no mandado de prisão havia alguma menção a buscas ou revistas no apartamento, o que supostamente não estava explícito, pois deixaram de vasculhar e decidiram, por ordem do “Falcão”, que iríamos embora.

Pedi que não fosse algemado, pois era um professor conhecido no prédio e seria vergonhoso para mim. Concordaram em passar as algemas para a frente do corpo e que eu cobrisse os braços com o paletó colocado sobre os ombros. Entramos num Fusca branco, descaracterizado; não sabia para onde estava sendo levado; estava no banco traseiro entre dois jovens policiais, que mais pareciam alunos, apesar dos meus 33 anos – na frente o motorista e o “Falcão”; no chão do carro, pude ver pedaços de pau e panos que pareciam máscaras.

Não lembro do que ocorreu no trajeto, apenas que o “Falcão” falava em uma espécie de walkie-talkie frases que continham termos como “pássaro engaiolado”, “sucesso na operação”, “pequeno príncipe” e outras que não recordo. Chegamos à sede da Polícia Federal, em Curitiba, na Rua Ubaldino do Amaral, ao lado da Churrascaria Caça e Pesca de onde emanava um delicioso cheiro de carne assada, que invadia as celas e nos enchia a boca de água.

Na cela à qual fui levado estava já o Walmor Marcellino, cuja morte, ocorrida em setembro último, foi um choque para mim. Foi o primeiro dos Onze de Curitiba a morrer – Recebeu visitas, professor? Perguntou ele na sua habitual forma de falar – um misto de certeza, precisão e ironia.

Confesso que a sua presença me tranquilizou, mas não dissipou o medo. Logo chegou o Paulo Sá Brito, que tinha sido preso em Maringá, a 330 quilômetros de Curitiba. Apesar dos três beliches, nessa cela ficamos apenas nós.

Retiradas as algemas, fui levado para o andar térreo – estávamos num porão –, onde tive que me despir, tirar todos os acessórios considerados “perigosos” (cinto, cordões de sapatos, corrente do pescoço), responder a um questionário comprobatório de que quem ali estava era eu mesmo, ser fichado, ter as impressões digitais impressas em uma folha própria. Enquanto isto ocorria observei que eles dispunham de vasto material fotográfico, espalhado nas mesas, onde eu me vi indo para o trabalho, passeando com os meus filhos e outras situações corriqueiras, indicando que eu estava sendo vigiado há muito tempo. Surpreendeu-me a alta qualidade do equipamento fotográfico que estava sobre as bancadas, principalmente as teleobjetivas.

Também fiquei surpreso comigo mesmo pela forma submissa com que tirei as roupas diante dessas pessoas estranhas e hostis (ao ser levado para cima, o próprio “Falcão” rosnou algo parecido com “deixa que eu levo esse cara” e o fez com indisfarçável rancor). As sessões de interrogatório eram longas, cansativas, repetitivas, muita pressão psicológica, ameaças veladas e explícitas, principalmente sobre a possibilidade de prenderem a minha mulher, caso eu não “cooperasse”. Um homem e uma mulher eram o meu par mais constante de interrogadores. O homem, barbudo – o que à época seria considerado disfarce, principalmente para poder circular entre “subversivos”, estudantes e trabalhadores –, dizia chamar-se Abílio. A mulher, não lembro o codinome, procurava assumir um ar mais adulto, falava menos e anotava mais.

O teor dos interrogatórios era de caráter “patriótico-educacional”, isto é, girava em torno do trabalho que realizávamos com as crianças (faixa de três a seis anos) na Escola Oca, que funcionava em terreno cedido pelo Colorado Esporte Clube no Estádio Dorival de Brito, onde construímos uma pré-escola, em forma de oca, feita com costaneiras de pinho. Sendo uma escola voltada para a educação de crianças da classe trabalhadora – e sempre assim declarada

por todos nós –, tentavam pegar-me pela prática de ideologias de esquerda voltadas para o marxismo internacional; muitas e insistentes perguntas sobre comemorações de datas nacionais – ou seja, a não-comemoração –, para mostrar que não éramos patriotas; muitas perguntas sobre relações de família para mostrar que éramos desagregadores familiares; muitas perguntas sobre sexo – sim, sexo para crianças de três a seis anos –, para mostrar que éramos adeptos do “amor livre”, portanto uma escola que não primava pelos bons costumes e pela moral. À pergunta sobre o que eu achava de Tiradentes respondi que foi um inocente usado como bode expiatório, mas que buscava a libertação do país dos jugos português e inglês; sobre Caxias, comentei que era contraditório que se estudasse nos livros de história o seu heroísmo comparado ao de Tiradentes, este um patriota sonhador, aquele um genocida chamado de “pacificador” pela força das armas.

Tentei mostrar-lhes a contradição entre ambos e que os professores os tratavam da mesma forma heroica, mas eles ficaram irritados e diziam que estávamos ensinando marxismo às crianças. Não pude deixar de rir, pois seria uma façanha educacional ensinar marxismo para crianças de três a seis anos. Chegaram a afirmar que o nosso método educacional era pernicioso para as crianças, pois além de não comemorarmos o dia das mães, as professoras tomavam banho com as crianças, todas nuas. Respondi que era uma acusação leviana – atribuindo-a a origens externas –, e afirmando que só uma visão distorcida, doentia e caluniadora consegue, realmente, enxergar um grupo de crianças e professoras nuas atirando água umas nas outras quando, na verdade, todos sabemos que ninguém consegue manter as roupas secas quando está dando banho em crianças normais, saudáveis e cheias de vigor.

O que mais os exasperava era o fato de que a todas as suas questões eu tinha respostas fundamentadas no processo educacional e nas fases de desenvolvimento das crianças. Os interrogatórios ocorriam, também, no meio da noite; fui acordado e levado ao primeiro andar numa sala pequena, em penumbra, vazia de móveis, exceto uma escrivaninha postada no meio com duas cadeiras,

uma de cada lado. Mandaram que eu me sentasse e um policial mais velho – tempos depois o encontrei num supermercado e ele cumprimentou-me como se nada tivesse ocorrido –, falando-me em tom assustadoramente amigável e afavelmente paternal, procurou convencer-me de que eu não deveria estragar a minha vida por um comunista canalha e sem vergonha, “puta velha” como o Walmor Marcellino, há muito conhecido da polícia, pessoa que só pode trazer o mal para a sociedade. Confesso que não aquilatava o grau de ódio que o Walmor despertava naquelas pessoas. Ah! Como eles o queriam morto – felizmente pudemos desfrutar da sua vida, das suas lições e dos seus escritos até a sua morte em setembro do ano passado.

Estava tão atordoado que não lembro muito bem de outros detalhes dessa conversa; ele balbuciou, quase para consigo, frases como “é um ateu, comunista”, “como você, um professor, um judeu, pode ser amigo de um desqualificado”. Chegou a ameaçar-me, mas retornei à cela tranquilizando os meus preocupados companheiros.

Não me lembro muito bem da comida, mas era fria e gordurosa. Um contraponto ao perfume de churrasco de costela – o melhor churrasco –, que penetrava pelas estreitas vigias no alto da cela e que vinha da churrascaria vizinha. Ademais, lembro-me de comer pouco, pois tinha medo de precisar ir ao banheiro, um cômodo ao lado da cela com um buraco no chão, sem papel higiênico – ou ao menos jornal –, e nem água por perto; nunca consegui usar o vaso sanitário sem que houvesse água para me lavar.

Quando vieram para nos levar ao banho houve uma sensação de incredulidade e desconfiança. Aliás, tal sensação estava sempre presente toda vez que íamos sós ou em grupo para algum lugar.

Era de tarde e a água não estava muito fria – optamos por banho frio, pois o encanamento do chuveiro não estava isolado e produzia choques elétricos. Foi o único banho em uma semana. Permitiram que eu recebesse uma sacola com algumas roupas, uma toalha, sabonete, pasta e escova de dentes, chocolate meio amargo e analgésicos para as dores na coluna provenientes de uma

hérnia de disco da qual me livreí na semana em que completei sessenta anos. O fantasma da violência física pairava sobre nós como uma permanente ameaça, por isso achei providencial que tivéssemos analgésicos fortes.

Somente após a soltura pudemos perceber a razão de não termos sido torturados. Na semana das nossas prisões, a presidente da Anistia Internacional, Patricia Finney, estava no Brasil, veio a Curitiba e fez uma visita, juntamente com o presidente da OAB-Paraná, Eduardo Virmond, à sede do Departamento de Polícia Federal, onde nos encontrávamos incomunicáveis.

Sem minimizar a importância destes, ficamos sabendo que a mobilização em protesto contra as prisões foi algo sem precedentes em Curitiba. Agregaram-se, numa força descomunal, todos os movimentos que tinham alguma relevância, representativos das mais variadas categorias profissionais, especialmente professores, estudantes, advogados, jornalistas, associações de bairro, a Comissão de Justiça e Paz e a Igreja Católica – as paróquias receberam instruções para protestar contra as prisões em todas as missas. Enquanto estávamos presos, a vida das nossas famílias parou. Toda a energia foi canalizada para a mobilização, os protestos, a contratação de advogados, a busca por documentação.

Poucos advogavam as causas dos perseguidos pela ditadura militar; Élio Narezi aceitou defender-me sem que eu soubesse quanto isto me custaria; paguei-lhe ao longo do tempo na medida das minhas possibilidades. A sua defesa foi brilhante; ele era brilhante; captava com vivacidade e precisão conceitos, fundamentos e propostas educacionais, sem jamais ter atuado na área. Quando lhe falava sobre as pedagogias de Piaget e Wallon, este último nossa principal referência educacional, sabia perguntar as perguntas certas. Mas não houve julgamento; nem houve apresentação de denúncia. O processo foi arquivado por falta de elementos que pudessem dar sustentação à acusação “ensinar marxismo para crianças de três a seis anos”.

Chamar isto de primarismo é ser muito benevolente. Aquelas mentes primitivas, instaladas em cérebros alvejados pela doutrina da segurança nacional, jamais teriam alcance para compreender o significado de uma educação infan-

til, com fundamentos científicos, voltada para as crianças das classes trabalhadoras. A única expressão que poderia acender um lampejo de compreensão seria “classes trabalhadoras” e, por consequência, aqueles que se preocupam com essas classes “só podem ser subversivos”.

Da mesma forma que ao vasculhar uma biblioteca a certeza da subversão vem à tona ao encontrar – e apreender como prova –, um livro didático, encadernado em vermelho, do russo L. D. Landau, ganhador do prêmio Nobel de Física, em 1962.

– Hoje, se conseguirmos fechar o seu depoimento, o senhor irá para casa, professor, disse-me o delegado que se chamava Dr. Santana (acho que o nome era verdadeiro). Fiquei sentado à sua frente algumas horas enquanto o depoimento final era datilografado por uma mocinha que jamais pareceria ser da Polícia Federal. Foi demorado porque, ao longo do minucioso relato, ocorriam muitas paradas para correção do “ditado” do Dr. Santana. Todas as vezes que não concordava com o conteúdo eu interrompia e ditava à datilógrafa a frase correta. Isso irritava o delegado.

– Mas professor, o senhor não está descrevendo os fatos da forma que constam das minhas anotações. O senhor não está dizendo o que eu preciso ouvir.

– É porque as suas anotações não estão corretas e não espelham a verdade; o que o senhor quer ouvir é a sua verdade, não é a minha nem é a verdadeira, respondia eu.

A volta para casa foi algo cinematográfico, desnecessariamente cinematográfico. Uma Chevrolet Veraneio bordô descaracterizada; motorista, um policial na frente e eu atrás entre outros dois. Quatro policiais federais só para me levar para casa! A mesma quantidade do dia da minha prisão! Estava desconfiado e assustado. Será que ia mesmo para casa? Parecia que estávamos voltando de uma festa; sirene ligada, quase cem por hora, todos gritando, rindo, eufóricos.

– Toca! Toca! Toca! Toca! Gritavam para o motorista em cada cruzamento, estivesse ou não o sinal aberto para nós. A minha coragem e até um pouco de

arrogância ante o delegado desapareceu no momento em que entrei na Veraneio em companhia daquelas figuras grotescas e habituadas a divertidas crueldades. Na falta de algo mais estimulante, divertiam-se brincando no trânsito de Curitiba, no alto da Rua XV, às 19 horas.

– Está com medo? E riam da minha expressão que certamente denunciava esse medo.

No meu apartamento estavam vários jornalistas à minha espera. Parece que só eu não sabia que seria liberto naquela noite. Respirei aliviado quando a minha mulher assinou o recibo. Quando atendi ao telefone uma voz amigável perguntou por mim.

- Quem quer falar com ele? Perguntei cautelosamente.
- Sou aluno do professor Léo.
- Sim, pois não, sou eu mesmo. É só uma precaução contra trotes.
- Seu comunista filho da puta!!! Você vai morrer!!! E desligou.

Foi o começo de uma longa sequência de telefonemas, inclusive com ameaças assustadoras às crianças. Os telefonemas perduraram por mais de um ano.

Cartas ameaçadoras começaram a chegar todas tendo por remetente Carlos Castelo Capelari, do bairro Orleans – Curitiba-PR. Entendi imediatamente que Carlos Castelo Capelari era uma forma de disfarçar a grafia de CCC – Comando de Caça aos Comunistas –, do qual eu já tivera notícias quando houve o ataque ao elenco da peça Roda Viva, de Chico Buarque, em São Paulo (1968) e incendiada a Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, também em São Paulo (1968), defronte à Universidade Mackenzie, onde se concentravam os agressores. As cartas também continuaram chegando durante muito tempo. Eu andava pelas ruas em permanente estado de alerta. Passei a desconfiar de qualquer pessoa estranha que se aproximasse de mim.

No Departamento de Assuntos Universitários na Secretaria de Educação do Estado do Paraná eu coordenava a Assessoria de Pesquisa e Planejamento. Meus colegas mais próximos receberam-me com respeito e carinho. Outros, nem tanto – como já era de se esperar; muitos com indisfarçável hostilidade.

Antes de ser preso eu tinha sido indicado para coordenar um convênio firmado entre a Secretaria de Educação e o SINE, do Ministério do Trabalho, com uma razoável complementação salarial; como o convênio não vedava a contratação de técnicos externos, a chefia convidou para a coordenação do projeto uma professora da Universidade Federal do Paraná.

Às sextas e sábados eu ministrava duas disciplinas, como professor-visitante, no curso de Pós-graduação em Ensino de Física – *lato sensu*, para professores do Departamento de Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), a 330 km de Curitiba, para onde eu viajava todas as quintas-feiras. Alguns colegas se afastaram. As caronas ficaram mais seletivas. Ao final do semestre o meu contrato não foi renovado. Foi permitido que eu terminasse a orientação das monografias de três alunos do curso. Tempos depois soube que os créditos obtidos por esses alunos foram reconhecidos e aproveitados em cursos de mestrado; hoje todos são doutores.

Os trabalhos da nossa escola, a Oca, continuaram normalmente. Nenhum aluno saiu. A escola começou a ser procurada por intelectuais de esquerda, na sua maioria professores universitários, mas a proposta não era essa. Não era nosso objetivo elitizar a Oca. A maioria dos nossos alunos era oriunda do bolsão de pobreza localizado nas imediações do estádio de futebol onde nos encontrávamos. Outros eram os nossos próprios filhos.

Funcionamos por mais um ano. Em meados de 1979, em contato com algumas associações, nos propusemos a trabalhar com a educação das suas crianças, nos seus bairros e vilas. Quase conseguimos; a concorrência dos partidos políticos, que assediavam as associações no intuito de organizá-las e aí firmar as suas bases, constituiu o maior empecilho. Alguns escritos sobre o projeto pedagógico do Cepaed foram disseminados na Revista Educação e Sociedade, de Campinas, em várias conferências nacionais de educação e em outros veículos educacionais. Alguns educadores, ainda hoje, se lembram do projeto. Perdemos uma boa proposta para a Educação Infantil. E eu perdi o rico laboratório de pesquisa que fundamentou a minha dissertação de mestrado.

Processo arquivado e nem sequer um pedido de desculpas! Tempos depois encontrei, numa agência bancária, um dos delegados que conduziu o processo. Cumprimentou-me com surpreendente familiaridade e comentou que em tudo o que se passou nada houve de pessoal.

– Somos funcionários públicos, o senhor e eu; apenas cumprimos o nosso dever, disse.

– E ambos gostamos do nosso trabalho, não é, doutor? Por isso nos esmeramos tanto em fazê-lo bem!

Brasília, dezembro de 2009.

Em tempo: em 2024, dos onze detidos na chamada Operação Pequeno Príncipe, deflagrada em 1978, já faleceram Walmor Marcellino (2011), Edésio Passos (2016) e Léo Kessel (2021).

***Léo Kessel** foi diretor de Planejamento da Universidade de Brasília-UnB. Técnico em Assuntos Educacionais lotado no Ministério do Planejamento, coordenador-geral de Planejamento do Ministério da Educação, licenciado em Física pela Universidade Federal do Paraná, foi membro efetivo do Conselho Estadual de Educação do Paraná durante dois mandatos - 12 anos. Foi membro do Grupo de Trabalho que elaborou o Anteprojeto da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, relatado pelo dep. Jorge Hage, e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, atuando na elaboração do Capítulo III da Constituição Federal da Educação, da Cultura e do Desporto. Foi membro fundador e presidente do Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais (Cepaed), mantenedor da Escola Oca para crianças de três a seis anos (Curitiba-PR), entidade objeto de repressão policial durante a ditadura militar.

Semana Santa, 1978

Ligia Cardieri

Era sábado de manhã, véspera de Domingo de Ramos. Preparávamos café na cozinha dessa casa onde eu ficava, no bairro das Mercês, e eles foram entrando. Disseram que eu tinha que acompanhá-los. Mexeram em coisas da casa, levaram cartas, mas não levaram a pessoa que estava comigo. Sabíamos que eram da polícia, mas não explicaram nada. Medo instalado, sem muita surpresa, fui: meu carro vinha sendo seguido desde início de fevereiro, além de bilhete ameaçador colocado em minha casa em novembro. O primeiro sinal de que eu estava sendo investigada pela polícia do Paraná tinha sido minha demissão do Ipardes em outubro de 77.

Os agentes da Polícia Federal estavam levando outras pessoas para a sede deles, uma casa na rua Ubaldino do Amaral, nos fundos do estádio do Coritiba. Revisitada na chegada, vi de longe outras mulheres também vinculadas à Escola Oficina, onde eu atuava na coordenação pedagógica. Lembro de ter sentido um certo alívio por ver encerrada a fase de perseguição e medo de ser presa. A Escola Oficina também tinha sido invadida alguns meses antes e documentos tinham sumido.

Não pude conversar com ninguém e fui trancada em um quarto onde fiquei sozinha por 5 dias. Exceto por idas ao banheiro, as saídas foram sempre para os interrogatórios, longos, minuciosos, cansativos. Mostraram fotos e detalhes de conversas minhas gravadas em ligações feitas no Ipardes durante alguns meses. Sabiam da minha ida ao congresso da SBPC em julho de 77, onde havíamos denunciado as demissões decorrentes da lista do general Frota, que apontava “mais de cem comunistas trabalhando em órgãos públicos”.

Imaginavam que eu seria uma “liderança” de alguma corrente de esquerda, e queriam comprovar que eu teria vindo a Curitiba para “organizar o grupo”. Conheci meu processo de 1970 quando fiquei 10 meses detida em São Paulo (3

dias na Oban, 3 semanas na Dops e 9 meses no presídio Tiradentes), acusada de colaborar com o pessoal da ALN. Esse processo foi concluído em 1975 com absolvição, mas isso não contava para eles. Reafirmei minhas convicções políticas antiditadura, mas insisti que nenhuma ação realizada, documentada ali, poderia ser considerada como crime político. Ficaram decepcionados comigo e com os demais, e o posterior arquivamento do processo evidenciou que a PF havia “fantasiado” um grande espetáculo e se deu mal... *a montanha pariu um rato*.

Ao fim daquele sábado eram 11 pessoas recolhidas à PF, 5 mulheres e 6 homens, sendo 9 delas ligadas à Oficina e 2 à Escola Oca, ambas de educação infantil, com ativa participação dos pais e metodologia inspirada em Freinet e outros, respeitadora da criatividade e curiosidade da criança. Todos os interrogatórios ao longo daqueles dias indicavam que a acusação era de que nossa atividade nas escolas tinha caráter “subversivo” e que serviriam de “disfarce” para a organização política de seus integrantes contra o governo. Também pretendiam mostrar que a escola incentivava práticas imorais, contrárias aos “bons costumes”.

Poucos dias antes dessa operação da PF, dois estudantes da UFPR haviam sido sequestrados pela polícia política de S.Paulo, e por isso a Comissão de Justiça e Paz do Paraná já havia sido acionada, e logo providenciou uma ampla reunião na Cúria Metropolitana, onde compareceram cerca de 200 pessoas. Uma Carta foi redigida à opinião pública e lida nas igrejas nas missas de domingo. A pressão contra as prisões aumentou com a presença de representante da Anistia Internacional em Curitiba, e o protesto de figuras importantes da Igreja Católica e de políticos da oposição. Essa repercussão forte e inesperada (para o padrão de Curitiba) provavelmente impediu atos de maior violência contra os 11 presos e acelerou a soltura de alguns no início da semana. Fui solta na quinta-feira e, no domingo de Páscoa, saiu Edésio Passos, o último dos 11 detidos.

A história detalhada desse episódio está contada no livro "*Operação Pequeno Príncipe – Polícia política e marxismo infantil no Paraná*", de José dos Santos de Abreu, que pesquisou e analisou documentos do processo e o contexto da época (Editora Prismas, 2016). Imagens e relatos das memórias e emoções sobre essa

semana difícil estão no documentário “*Os Onze de Curitiba*”, de Valêncio Xavier, disponível no YouTube.

Trago aqui os aspectos mais pessoais do que vi e vivi de perto sob a ditadura: entraram na casa de meu ex-marido com metralhadoras e assustaram minhas duas filhas pequenas, levaram livros, jornais e fotos; enviaram para a imprensa uma foto minha, grávida e nua, logo publicada por um jornal local; fiquei novamente desempregada: a Faculdade Espírita, de caráter privado, me dispensou de imediato, como já havia acontecido com a demissão do Ipardes, órgão público.

Além do medo experimentado quando você está sob o controle direto desses policiais, permanece por muito tempo a sensação de ser vigiada e monitorada em suas falas e atos. O arbítrio não se apresenta apenas com o aparato policial ou militar (sem dúvida os mais capazes de infligir sofrimento físico e suprimir a vida) mas ele se expressa o tempo todo: no telefone grampeado, na imprensa submissa, mentirosa ou antiética, nos gestores públicos que permitem o grampo ou demitem “por ordem superior”, como fez o diretor do Ipardes e o secretário de Planejamento na época, ou o empresário privado da faculdade Espírita por se alinhar com as suspeitas da PF.

O que permite suportar o clima de arbítrio e persistir na resistência aos regimes autoritários é o apoio que se recebe, tanto de familiares e amigos, como as manifestações coletivas, a exemplo da que ocorreu na Cúria e se expandiu com a força da Anistia Internacional. A existência de uma imprensa crítica e corajosa também é essencial nos movimentos de resistência.

A criação e manutenção da escola Oficina por dez anos, em tempos de ditadura, possibilitou congregar pais e mães para uma ação educativa com nossos filhos pequenos, proporcionando debate pedagógico e trabalho concreto coletivo também na manutenção do espaço físico, fortalecendo amizades e ideias, acolhendo crianças e seus pais, em uma época onde eram escassas essas oportunidades. Tenho certeza de que a AED-Oficina (assim como a OCA) significou um instrumento de construção democrática e *resistência à ditadura*,

por sua prática libertadora com as crianças e pelo que resultou de proximidade e debate entre pais, mães, educadores e educadoras.

Concluo, expressando admiração e gratidão a cada pessoa que, vencendo o medo e o comodismo, prestou e presta solidariedade e apoio a qualquer pessoa ou grupo submetido a situações arbitrárias, em risco de perda de direitos ou risco de vida.

***Ligia Cardieri** (Mendonça, antes do divórcio), 77 anos, é graduada em Ciências Sociais pela USP, com especialização em Saúde Pública e Epidemiologia; fundadora e militante do PT até 2003; fundadora do SindSaúde PR onde foi dirigente por vários anos; servidora pública na Sesa/PR até 1998; gestora municipal do SUS em União da Vitória, Piraquara e Lapa; feminista há décadas, continua ativa na Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e também no Fórum Popular de Saúde do Paraná (Fops/PR).

Trajetória de duas sociólogas da turma de 1968 do Curso de Ciências Sociais da UFPR

Lore Fortes*

Maria Alice Pedotti*

A proposta desse livro nos levou a refletir sobre a nossa trajetória de vida, descobrir identidades em uma parte da vida, separações em outra fase e, finalmente, um reencontro maravilhoso em Curitiba, através deste grupo Geração 68, mais de 50 anos depois. Estamos descrevendo as trajetórias de duas sociólogas que iniciaram em 1968 e terminaram em 1971 no Curso de Ciências Sociais na UFPR: Lore Fortes e Maria Alice Pedotti, exatamente na fase de endurecimento da ditadura com os Atos Institucionais, especialmente o Ato Institucional Número 5, conhecido como AI5. Esclarecemos que nenhuma das duas teve uma atuação que levou à prisão por mais tempo, nem à tortura e ao exílio, mas consideramos necessário mostrar como era a vida de uma pessoa de esquerda, não concordando com a ditadura militar e tendo que permanecer muitas vezes em silêncio, por medo de ser presa.

Como será o relato da trajetória das duas sociólogas, que às vezes se misturam na atuação no curso, optamos por contar a trajetória de cada uma, referindo o nome e na terceira pessoa do singular.

Primeiro vamos contar como escolhemos o curso de Ciências Sociais: Lore, ainda solteira e nessa fase já com 19 anos, morava em Curitiba e já tinha frequentado o curso de Pedagogia durante um ano, estava descontente com a turma da Pedagogia, sem participação. Encontrou na cantina da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras uma comunicação e identificação com os estudantes de Ciências Sociais, muito preocupados em discutir sobre a conjuntura políti-

ca brasileira. Essa identidade acabou levando Lore a fazer novo vestibular para o curso de Ciências Sociais, com sua irmã, Margit, já casada, com 2 filhos e que resolveu fazer um curso de graduação. Após um empenho grande das duas o desfecho foi feliz quando passaram no vestibular e tiveram juntas esses quatro anos de vivência universitária. Maria Alice veio do norte do Paraná, da cidade de Cornélio Procopio, e pretendia fazer o curso de Direito. Morou alguns meses na Casa da Estudante Universitária de Curitiba, e mudou sua escolha ao conversar com moradoras que faziam o curso de Ciências Sociais e perceber que aqueles assuntos tratados eram o que ela queria aprender. Entender o país onde vivia e o que acontecia naquele momento da sua história. O que significava o movimento estudantil e quais eram os perigos que enfrentava.

Relato de ambas – No primeiro ano de curso, nossa turma se destacava por incomodar os professores pela intensa participação, exigências de qualidade no conteúdo oferecido pelos professores e professoras. É bom lembrar que naquela época os cursos eram anuais e com professores vinculados a cada curso e não como atualmente, oferecendo disciplinas para diversos cursos, com matrículas semestrais. Essa mudança na organização dos cursos de graduação parece ter sido realizada para impedir que os alunos se organizassem e amadurecessem politicamente nos debates em sala de aula como uma turma em constante amadurecimento através dos debates. Procurávamos ter como modelo de programa de curso de Ciências Sociais a Universidade de São Paulo (USP), que adotava na disciplina de Sociologia, no primeiro ano, os três sociólogos clássicos: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Nossa professora de Sociologia era Maria Olga Mattar (1923-2012), que era muito reconhecida por ter sido a primeira professora (mulher) de Sociologia da UFPR. Ela também lecionava Sociologia no Colégio Estadual do Paraná e Lore, já a conhecia do curso clássico, frequentado no ensino médio, quando essa professora só ensinava sobre instituições e não lecionava teoria, considerava que o mais importante era que as alunas fossem pesquisar instituições na sociedade, apresentando os resultados em sala de aula. Professora Maria Olga

assumiu as duas primeiras aulas, depois eram as alunas que apresentavam seus trabalhos. Nessa época, enquanto as colegas escolhiam pesquisar escolas, hospitais, Lore escolheu prisões e instituições psiquiátricas.

Olga Mattar, como era mais conhecida, anteriormente tinha sido professora de José Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado, este último nessa época assumia o cargo de reitor de UFPR. Essa professora era adepta à teoria de Émile Durkheim e, nas suas aulas, só se apoiava nessa teoria conservadora e representante da concepção funcionalista, parecendo somente conhecer esse autor, ignorando Weber e Marx. Max Weber também era conservador e a favor da continuidade do capitalismo, porém era ignorado pela professora. Com esta visão conservadora concluímos que Marx era descartado por questionar o capitalismo e propor a transformação social introduzindo o comunismo, o socialismo.

Não cabe aqui aprofundar essas questões teóricas, porém esse posicionamento fechado de simplesmente impor Durkheim para nossa turma, levou finalmente a que uma comissão marcasse um encontro com o reitor. Maria Alice e Margit foram como representantes da turma. O reitor, ao tomar conhecimento de nossas reivindicações, achou por bem afastar a professora de nossa turma, convidando o professor Pedro para substituí-la, talvez o considerando mais paciente e capaz de dialogar conosco. Este foi um primeiro impasse e que deu um destaque pelo encaminhamento muito forte de reação e reivindicação de mudança, para uma turma que tinha recém-chegado à universidade.

Tudo mudou depois do AI5. Na disciplina de Economia Política tínhamos um professor que só trazia informações descrevendo sobre a ONU, OEA e entidades internacionais. Nada mais. As suas aulas eram interrompidas por questionamentos constantes, mas não foi possível mudar o professor. Para compensar os conhecimentos de política, que não obtínhamos, conseguimos combinar encontros com um professor da USP para umas aulas complementares assumidas porque descobrimos que ele vinha para Curitiba a cada 15 dias para visitar sua noiva. Assim, formamos um grupo fora da universidade

e tínhamos essas aulas sobre Marx, com a orientação bibliográfica da USP e resolução de dúvidas. Para esses encontros quinzenais uma colega ofereceu sua casa, e o consentimento e o apoio dedicado de sua mãe.

É necessário lembrar que em 13 de dezembro de 1968 foi instituído o AI5, e como esse curso de Política paralelo acabou acontecendo somente no segundo ano do nosso curso, este grupo passou a se encontrar escondido, combinávamos uma estratégia de chegarmos separados, para não chamar a atenção da repressão e colocar em perigo a família que nos cedia a sua casa. Lembro que a mãe de nossa colega ficava meio escondida atrás da cortina, vigiando pela janela para cuidar pela segurança do grupo e da sua própria família.

Em 1969, passamos a ter todos os nossos passos controlados dentro da UFPR, de modo que Lore tinha medo de ir ao banheiro sozinha, com medo de sumir, como ouvia de muitas pessoas que desapareciam nesse período. Surgiu de repente um colega muito estranho que não sabíamos de onde tinha vindo e imaginávamos que deveria ser um representante do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). É bom esclarecer que o Dops foi criado anteriormente, em 30 de dezembro de 1924, foi um órgão que serviu a duas ditaduras que vigoraram no Brasil: o Estado Novo e o Regime Militar. Esse colega só nos observava e anotava quando alguém fazia alguma questão a algum professor/a, de modo que ficamos com medo de manter aquela participação ativa do primeiro ano de curso. Nesse período também passou a ser proibido fazer reuniões fora das aulas, e uma reunião de 3 pessoas já era considerada subversiva. Passamos a ter dificuldades de fazer trabalhos em equipe, pelo impedimento de nos reunirmos; quando entrávamos no elevador era um silêncio, pois tínhamos medo de conversar em público, porque não sabíamos quem fazia parte do Dops.

Ainda em 1968, Lore começou a participar do Movimento Estudantil e como caloura, só prestava apoio básico, especialmente no mimeógrafo da União Paranaense de Estudantes (UPE), ajudando a produzir panfletos e documentos de divulgação. Nesse período, tinha a oportunidade de participar de reuniões fechadas da UPE quando vinha algum representante da União

Nacional dos Estudantes (UNE), reuniões essas que ocorriam na sala ao lado. A lembrança dessas reuniões permanece como as melhores aulas de História Política e Social do Brasil, uma vez que estes representantes da UNE viajavam pelo Brasil inteiro, liam muito e conheciam profundamente a história do Brasil. Permanece bem marcada a lembrança da palestra maravilhosa que nos ofereceu José Carlos Matta Machado, ele que, como muitos colegas militantes daquele período, já não está mais entre nós. Através do Movimento Estudantil, Lore conheceu Berto Curvo, que era então presidente da UPE e com quem teve um relacionamento rápido.

Convivendo na UPE ficou sabendo sobre o Congresso de Ibiúna, para o qual não poderia ir porque era caloura e jamais seria escolhida como representante do curso de Ciências Sociais. O recurso foi oferecer apoio em serviços ao Congresso. Assim, ela foi como ajudante de cozinha. Ocorrido em 12 de outubro de 1968, Lore foi presa e retornou a Curitiba na primeira turma que foi solta da prisão de São Paulo, em ônibus trazendo de volta estudantes do Paraná e Santa Catarina.

Exatamente 65 dias depois, foi organizado outro congresso estudantil, desta vez nos estados, considerada a questão da segurança porque acontecia quatro dias depois do AI5. No entanto, parece que não tínhamos consciência exata do que tinha mudado radicalmente em relação à repressão ao movimento estudantil. Ainda era frequente entre nós o comentário de que a repressão viria na medida em que nosso movimento fosse evoluindo. Ledo engano. No Congresso da Chácara do Alemão, Lore, com o fusca de sua mãe (que não tinha a menor ideia dessa participação), ficou incumbida de fazer o transporte de pessoas vindas de fora, como o representante da UNE, por exemplo. Estava indo naquela direção quando outro colega, dirigindo a caminhonete da UPE, vindo na direção contrária, fez o sinal de que o congresso tinha “caído” e fazendo o sinal com a mão que ela deveria fazer meia volta na BR. Nem foi possível olhar direito se vinha algum carro ou caminhão, e voltou rapidamente direto para a rodoviária para deixar lá o representante da UNE que estava transportando e

voltou com as pernas bambas para casa. Naquele dia, o melhor era ficar quieta esperando as notícias na TV e jornais.

Depois das prisões realizadas na Chácara do Alemão, o que se pode relatar da nossa experiência é que as companheiras e os companheiros presos nunca puderam avaliar o que foi para nós, que ficamos “livres, porém totalmente vigiados”, com uma sensação de imobilidade forçada, impotência completa, cuidando com o que se falava e com um sentimento de orfandade completa.

Pelo fato de não ter sido presa, Lore foi, por algum tempo, olhada como se tivesse uma dupla identidade e fosse uma pessoa infiltrada no movimento estudantil. A própria dona Inês, mãe de Beth, revelou essa dúvida tempo depois. Podemos avaliar que esses tempos da ditadura foram difíceis para todos nós.

Voltando para o curso de Ciências Sociais, devemos registrar ainda que essa turma enfrentou uma fase de transição de uma reforma universitária imposta, o que resultou que, no último ano de curso, tivemos que frequentar 11 disciplinas e concluir com uma monografia de final de curso. A maioria do curso optou em não participar da formatura, sendo que naquele momento tínhamos dois motivos: um, devido a uma diversidade de renda dos estudantes, não quisemos favorecer alguns em detrimento de outros; o segundo motivo, foi a imposição da patrona para nossa formatura, pois tinha corrido a notícia de que seria a Maria Olga Mattar, a professora que rejeitamos logo no primeiro ano de curso. O resultado dessa decisão da turma de não participar da formatura foi que só recebemos nosso diploma um ano após a conclusão do curso.

Quanto à nossa trajetória posterior, Lore casou-se com Otávio, irmão da Beth Fortes e mudou-se para Florianópolis. Lá trabalhou na Secretaria da Educação do Estado e, depois, fez concurso como socióloga para o Instituto de Previdência Social (INPS), que corresponde ao atual Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Chamou a atenção o fato de os sociólogos terem seu salário equiparado ao dos médicos. Essa situação não perdurou, mas foi rejeitada pela categoria dos médicos. Lore mudou-se novamente para Porto Alegre, acompanhando seu marido, e lá foi demitida sumariamente (provavelmente por seu

antigo chefe em Florianópolis), sendo comunicada simplesmente que foi denunciada como subversiva. Nunca ficou sabendo quem a havia denunciado e com base em quê, uma vez que naquele período as pessoas eram denunciadas e sumariamente demitidas.

Naquela época era frequente ler os jornais como o Estado de S. Paulo e descobrir nas entrelinhas o que estava acontecendo. Havia notícias sobre pessoas presas ou mortas pela ditadura em colunas que quase ninguém lia: receitas e a coluna da agricultura. Quando se conhecia a pessoa, era difícil de avisar à família porque não se podia utilizar telefone nem cartas, que podiam estar controlados.

Vivia-se uma censura constante e isso ficou claro ainda em Porto Alegre quando veio para uma conferência o sociólogo, então considerado de esquerda, Fernando Henrique Cardoso. Lore esteve presente e permaneceu até o final. Todas as pessoas presentes foram fotografadas pela Dops (frente e perfil) e a maioria começou a sair com medo de ser presa.

Lore voltou para Florianópolis e fez novo concurso para professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lá, assumiu a disciplina de Sociologia, organizando o programa no modelo de USP, com os três sociólogos clássicos. Foi chamada pelo Diretor do Centro de Ciências Humanas, professor Nereu do Vale Pereira, que já tinha sido conhecido por ter queimado livros considerados subversivos em praça pública, isso porque havia uma denúncia de um aluno do curso de Administração noturno de que suas aulas faziam propaganda da teoria marxista, portanto, comunista. Lore estava com cinco meses de gravidez e, talvez por este motivo, enfrentou esse encontro com muita coragem, dizendo que estava somente expondo os autores clássicos porque achava que todos os alunos deviam ter a possibilidade de conhecê-los, sem realçar ou aprovar nenhuma dessas teorias, procurando sempre uma atitude neutra. E como essa atitude era norteadora do seu procedimento diário, ela fez o pedido de que o diretor trouxesse o dito aluno para um confronto e diálogo presencial na sua sala. Isso nunca ocorreu.

Depois, mudou-se para Brasília e Alemanha (12 anos), voltou para Goiânia/Brasil em 2000, e após 2004 está vivendo em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Apesar de não ter atuado nesses anos na resistência ativa à ditadura, sempre que possível, participou de eventos e, em sala de aula, tomando posições contra a ditadura e levando sua experiência de vida como exemplo.

Maria Alice – Sentindo-se bastante representada na análise do nosso curso, já apresentada pela companheira Lore, fará apenas alguns aportes, individualizando alguns acontecimentos. As alunas e alunos que passaram no vestibular daquele ano e compunham a nossa turma mostraram, durante os quatro anos, que não estavam ali para brincar ou curtir a cantina. Éramos curiosos, queríamos saber, queríamos estudar de verdade, exigíamos conteúdo dos professores e professoras. Fichas orientadoras das aulas, envelhecidas, e matérias ditadas, frases após frases, aula após aula, sem suporte bibliográfico e qualquer profundidade de análise, foram contestadas. Tivemos várias vitórias e até mesmo o prof. doutor Brasil Pinheiro Machado, então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nos deu aulas de História, se não me engano no terceiro ano. Em 1971, conseguimos, através da articulação da Faculdade de Filosofia e o Diretório Acadêmico Rocha Pombo, a realização de um "Curso de Sociologia" com quatro professores do Departamento de Ciências Sociais da USP: Marialice Foracchi, José Martins de Souza, Gabriel Cohn e Luiz Pereira. Também nesse nosso último ano tivemos a grata surpresa de excelentes aulas com a professora Lia Pinheiro Machado, recém chegada da USP, e que nos deu uma fundamentação teórica da Sociologia do Desenvolvimento.

Quanto à trajetória posterior, Maria Alice cursou especialização na área de Planejamento, indo trabalhar na Secretaria e Coordenação de Planejamento recém-criada no governo do Paraná, e no Departamento Estadual de Estatística, participando na elaboração e publicação dos Indicadores Setoriais do Paraná.

Em 1973, no Instituto de Matemática da PUC/RS, em Porto Alegre, fez o Curso de Estatística para Técnicos de Nível Superior. Durante o tempo que

ali esteve passou a frequentar os sebos e comprar alguns livros de autores marxistas, que não se encontravam nas livrarias comuns. Mais tarde ficou sabendo que provavelmente seriam livros apreendidos de militantes presos pela ditadura. Foram usados e guardados com todo o cuidado e respeito, sendo doados junto a outros livros e uma coleção dos Jornais Opinião e Movimento, à Biblioteca da Faculdade de Cornélio Procópio (em 2010, se não me engano!).

Em 1976 foi aceita para cursar o Mestrado em Sociologia na Unicamp, e pediu demissão da Secretaria do Planejamento, quando foi negada a licença necessária para a frequência. Casou e foi para Campinas. Com bolsa da universidade foi possível permanecer até o final do curso. Nunca realizou o trabalho de tese que seria sobre a Situação da Classe Trabalhadora, pesquisada a partir da área industrial, recém-criada em Curitiba. Inspirada na obra de Engels, maravilhoso livro escrito quando muito jovem, e antes de conhecer Marx. Seu orientador, sociólogo francês, ministrava o Curso de Sociologia do Trabalho. Nas férias foi conhecer Salvador e apaixonado por uma baiana casou com ela, linda mulher negra, que não foi aceita na comunidade. Incrível preconceito se revela, levando o casal a se mudar para o Rio de Janeiro. Outros fatores também contribuíram para a não realização da pesquisa. Nascida em Campinas a primeira filha (1979), e, já em Curitiba a segunda (1980).

Em 1980, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e percorreu, grávida, bairros de Curitiba, fazendo filiação, casa a casa. Neste momento passou a atuar na área de Saúde Pública na Prefeitura de Curitiba, o que está detalhado em outro texto neste livro.

Concluimos ambas este relato com um sentimento de aprofundamento de nossa grande amizade, iniciada em 1968. Agora, depois de 56 anos, sentimos que nosso compromisso com os princípios teóricos da história sociológica, que questionam a exploração de ricos em detrimento dos pobres e a perspectiva que nos move em querer uma sociedade mais justa, de igualdade

social, racial e de respeito humano é o que nos move e nos fez escrever nossas recordações tristes da ditadura brasileira.

***Lore Fortes**, 76 anos, socióloga, graduada em Ciências Sociais (UFPR, 1971), doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000) e Pós-doutorado pelo Consejo de Investigaciones Científicas (Madri/Espanha, 2012-13). Professora aposentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, continua atuando como professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN; e atua em grupos em defesa da democracia.

***Maria Alice Pedotti**, graduada em Ciências Sociais (1971/UFPR). Atuou prioritariamente na área de Saúde Pública em Curitiba e no Ministério da Saúde após a aposentadoria. Publicou, em coautoria, artigos em revistas e livros. Em coautoria publicou os livros: *Curitiba - A saúde de braços abertos* (CEBES/2001), *Saúde Mental em Curitiba* (CEBES/2003), *Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência* (MS/UNFPA/2009), e *I Seminário nacional de saúde: Direitos sexuais e reprodutivos e pessoas com deficiência* (MS/2010).

O sonho permanente

Luiz Carlos Merege*

*“O mundo que o humano procura
espera paciente a Grande Vitória
no mau trato que o espinho perfura
a chama acesa faz a História.”*

Cândido Gomes Gaya

Passar no vestibular da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Paraná, em 1962, foi uma grande realização de minha vida. Na casa de minha família em Itararé, interior de São Paulo, encontrei na biblioteca de meus pais o livro “O Escândalo do Petróleo” de Monteiro Lobato, que me abriu as portas para a economia política. Fiquei impressionado ao descobrir de como o monopólio de uma riqueza, no caso o *ouro negro*, podia dar tanto poder à uma nação e como as grandes empresas que dominavam a produção impediam direta ou indiretamente ao Brasil explorar tal riqueza.

Esta centelha de consciência sobre a realidade brasileira foi alimentada pela educação política que recebi, ainda no curso ginasial, do senhor Silvio Machado, membro do Partido Comunista. A sua mulher era a mais conceituada professora do curso. Para o marido, ela desempenhava um papel importante, pois identificava entre os alunos aqueles que possuíam potencial de se conscientizar sobre questões econômicas e políticas. Uma vez identificados, tais jovens eram convidados para um lanche-reunião na sua residência. Nas reuniões, Silvio promovia discussões sobre a realidade brasileira e indicava livros para os participantes. A maioria eram livros que versavam sobre temas econômicos, envolvendo o social e o político. Surge então a aspiração de estudar economia, uma consequência dessa minha formação, e por isso entrar na faculdade foi uma grande realização.

Os dois primeiros anos na faculdade foram de muita dedicação à leitura e de envolvimento no movimento estudantil. Formamos um grupo de leitura, que ficou famoso entre os funcionários da biblioteca, do qual participava meu amigo de juventude em Itararé, Cândido Gomes Gaya. Cândido, na época cursando a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, tornou-se o mais erudito entre nós e imbatível nos diálogos filosóficos. Nos reuníamos frequentemente na cantina da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, onde algumas alunas se juntavam a nós. Nesses encontros, fazíamos as nossas discussões das leituras e decidíamos como participar de ações políticas.

Veio o golpe militar de 1964. No primeiro de abril, tanques e soldados desfilaram pela Rua XV de Novembro. Um pesadelo invadiu nossas mentes, onde o sonho de uma sociedade justa e igualitária ia por terra. A indignação tomou conta do grupo e a pauta agora era protestar contra o regime, tendo na agenda a elaboração e distribuição de panfletos e pichação de muros. Não perdíamos a oportunidade de ir para as ruas e gritar *abaixo a ditadura*. Em resposta vinha a repressão com cavalaria ou motorizada. Conhecemos outros jovens contestadores, entre eles Teresa Urban, que se destacava pela sua liderança e destemor no enfrentamento.

Na medida em que as manifestações se tornaram mais frequentes a repressão ficou cada vez mais violenta. No contato com o grupo da Teresa aprendemos que seria necessário nos defendermos. Isso nos levou a utilizar objetos para enfrentar a repressão. Estilingues, bolinhas de gude, rolhas e miguelitos passaram a fazer parte de nosso arsenal de defesa. Bolinhas de gude serviam para serem arremessadas por estilingue e também para serem jogadas no calçamento a fim de desequilibrar os cavalos da polícia montada. As rolhas também eram utilizadas para esta finalidade. Os miguelitos, fornecidos por alguém do contato da Teresa, usavam-se para furar os pneus dos veículos militares.

À medida que a repressão aumentava, também aumentava a disposição para a resistência. O AI5, decreto de 1968, marcou o endurecimento da ditadura militar. A guerrilha como tática de guerra, utilizada em Cuba e que garantiu

a vitória dos revolucionários, começou a ser cogitada como forma de enfrentar e talvez derrotar o regime militar. Cândido era agora conhecido como “Zapatinha” e Fábio Campana, amigo de Cândido e nosso colega de militância, como “Zapata”. Esses codinomes foram adotados assim que passaram a fazer parte do MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Este grupo estudava a possibilidade de iniciar a resistência armada no Estado do Paraná.

Em carta a mim dirigida, em 1/10/2014, Zapatinha relata o confronto entre o grupo paranaense e dirigentes do MR8 sobre a implantação da guerrilha no Paraná. Diz ele: *“A divergência do grupo dissidente do Paraná com o MR8 foi grave. Filosófica, econômica, política e de militância. Assimilação “caolha” das teorias de Che Guevara num país continental, nem pensar! Análise de classes apresentando um Brasil arcaico, longe de nós! Fomos chamados de traidores e desertores e que era caso de justificação e execução. Um dos nossos, Fábio Campana com seus 1,84 m de altura, levantou-se bruscamente despachado e arremessou uma enorme maleta preta (com as mãos dentro) sobre a mesa de conversações e disse “nós achamos que não!... enquanto eu dissertava sobre o despreparo e a (nossa) falta de tarimba militar e fui sendo chamado de sofista. O rompimento foi na base de suficiente marxismo e no peito e na raça. Ainda bem que fomos vivos e elegemos um operário Naval -carpinteiro do Lóide Brasileiro - para dirigir os trabalhos e ele esclarecidamente e competente serenou os ânimos evitando mais uma tragédia. Éramos quatro contra quatro e tinha gente lá fora no quintal: seguranças e a boca esquentou. Retiramo-nos da reunião e marcamos contato para o futuro, porém afirmando que a área escolhida (sudoeste do Paraná) era imprópria para a guerrilha revolucionária: população de imigrantes italianos, alemães etc e bastante progresso nas cidades (Guarapuava, Matelândia etc) além de estradas a 3 por 2 e somente 150 quilômetros de mata - a floresta do Iguassu. Posseiros para nós era realidade do passado. Posteriormente, em contato com o operário naval, ficamos sabendo que membros do grupo de expropriação de bancos foram presos, torturados e “abriram” (contaram) sobre o sítio comprado em Boi Piquá para treinamento, o qual foi cercado pela Polícia Militar Estadual,*

policiais civis e pessoal do exército os quais mataram à vontade e dominaram a região com relativa facilidade. Havia armamento pesado no sítio e prenderam líderes. Como vê, Merege, Materialismo Histórico, Marxismo Dialético, homem lobo do homem, explorados e exploradores, e luta de classes não é nenhuma doutrina fácil e corrente no nosso país. ... Post Scriptum 1: Continuo acreditando no socialismo como forma de governo capaz de propiciar inusitada harmonia entre os homens com o fim da luta de classes em estágio superior de desenvolvimento.”

O grupo de Curitiba, após o afastamento do MR8, continuou a atuar politicamente. Como consequência das delações que ocorreram, Zapatinha acabou preso e torturado barbaramente em Curitiba e Rio de Janeiro, para onde foi levado. Quando foi solto, ele foi até o meu apartamento. Bateu na porta e quando abri foi um ser completamente destruído com que me deparei. Não falava e fazia sinal com o dedo na frente da boca para permanecer em silêncio. Levei-o até o banheiro e ajudei-o a tomar um reconfortante banho. Ficou conosco, já estava casado com Ofélia, e só depois de um mês começou a falar e contar pelo que tinha passado. Durante esse período, a sua expressão era de terror. Sempre apavorado esperando que o pesadelo pelo qual passou pudesse acontecer de novo.

Quando ficou mais tranquilo, contou-me uma ocorrência que lembra a famosa frase de Che Guevara *Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás*. Ocorreu durante o tempo que fazia reconhecimento da área para a guerrilha quando o grupo fez um treinamento de sobrevivência na selva. Depois de passarem um bom tempo comendo folhas e insetos, o grupo avistou um macaco, não tendo dúvida de matá-lo pela proteína da carne. Uma vez crucificado o bichinho e tirado o seu couro, depararam com o corpo que parecia uma criança nua. Alguns choraram de ver tal cena e ninguém teve a coragem de comer a criatura. A ternura venceu a fome. Lembro que no livro “Grande Sertão: Veredas” Guimarães Rosa descreve uma passagem semelhante. Os jagunços com Riobaldo, ao atravessarem uma região desértica, ficaram sem comida e água. No desespero pela sobrevivência, avistaram um ser que tinham certeza era um macaco. Mataram-no e quando se aproximaram, depararam com um

homem nu, que vagava naquelas paragens. Os que tiveram a coragem de provar do abatido, passaram muito mal. Mas a maioria dos valentes jagunços sentindo repugnância não provaram tal iguaria, comovidos pelo que tinham feito.

Em outra carta, Cândido relata as suas sequelas decorrentes das torturas que sofreu: *“Meu primeiro laudo dos nervos aqui em Maringá (o que me aposentou por invalidez) é ‘Esquizofrenia Paranoide sujeitas a rescindir e cura impossível.’ Ora esquizofrenia tem convulsões e eu nunca as tive. Este diagnóstico foi para me destruir. O psiquiatra responsável aplicou um extremo rigor sádico na análise de meu mal. Anos depois, o segundo diagnóstico passa a ser ‘Distúrbios psicóticos com momentos delirantes’. Este, sim, é verdadeiro.”*

Nesse período de radicalização política, após o AI5, já estava trabalhando como economista no Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), que havia sido criado em 1968. Minha ação política nessa época estava dedicada à captação de recursos para sustentar as atividades antiditadura. Em 1970, após um bilhete me alertando que os serviços de repressão estavam inquirindo sobre minhas atividades, resolvi me mudar para São Paulo. Outros militantes e colegas universitários da época também seguiram o mesmo caminho e até hoje esse grupo de amigos convive e se reúne com frequência. Amizades com raízes profundas!

Em São Paulo, continuei atuando politicamente com minha participação nas campanhas de restabelecimento da democracia. Após a fundação do PT em 1980, filiei-me ao partido e já em 1982 criei um diretório do PT em Itararé e acabei me candidatando como prefeito. Penso que foi uma ação emotiva provocada pela gratidão ao fato de começar a pensar politicamente na minha terra natal.

Claro que perdi a eleição, mas a experiência foi muito gratificante. Na época do seu nascimento, o PT, era desconhecido no cenário político. Mas a experiência serviu para despertar muitos cidadãos para o programa do partido. Anos depois seria eleita pelo PT a primeira prefeita do município. A semente tinha germinado!

Nas décadas de 80 e 90, como professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, participei ativamente do grupo de assessoria econômica do Lula.

Cândido nos deixou em 2023, mas continua vivo como exemplo de liderança, pensamento e compromisso com a ação política, na espera paciente do histórico dia da Grande Vitória!

Zapatinha presente!

***Luiz Carlos Merege.** Natural de Itararé, SP. Economista formado pela Universidade Federal do Paraná. Participou do Movimento Estudantil em Curitiba nos anos 60. Trabalhou no Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep). Fundador do PT em Itararé. Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Participou do grupo de assessoria econômica de Lula.

Nós, de estilingue, atrás das barricadas

Luiz Manfredini*

*“Vem, vamos embora
que esperar não é saber,
quem sabe faz a hora,
não espera acontecer”*

– *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré,
hino da rebelião estudantil de 1968.

Enlaçado por cordas, sob a pressão de pés-de-cabra e alavancas de madeira, o busto em bronze do reitor Flávio Suplicy de Lacerda resistiu por alguns minutos, ao cabo dos quais descolou-se lentamente do pedestal de pedra e despencou para estatelar-se no chão de *petit-pavé*. Juntamo-nos para hastear a bandeira e cantar o Hino Nacional. Havíamos tomado de assalto a Reitoria da Universidade Federal do Paraná e comemorávamos o feito com certa solenidade e irreprimível febre juvenil. Passava um pouco das oito horas da manhã tépida de terça-feira, 14 de maio de 1968. A instituição universitária - olímpica, vetusta e autoritária - arquejava diante da súbita fúria estudantil.

Havíamos perpetrado, desde o início do ano letivo, algumas ações para boicotar o pagamento da anuidade instituída, pela primeira vez, na UFPR. Imaginávamos - não sem razões - tratar-se de ponta de lança para a extinção - que não admitíamos - da tradicional gratuidade do ensino brasileiro, fruto dos acordos entre Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (Usaid) assinados um ano antes. Na semana anterior, resolvêramos impedir o vestibular de uma turma noturna - e paga - da Faculdade de Engenha-

ria. Na primeira investida, no Centro Politécnico, obtivemos sucesso. Na segunda, dia 12 de maio, domingo, 1.200 policiais militares nos aguardavam. E éramos tão somente 500 guris. A polícia nos atacou a cavalo e armada com espadas. Durante mais de quatro horas lutamos com tenacidade e coragem, transformando os campos vizinhos ao Centro Politécnico numa praça de guerra. Mas fomos vencidos.

Tomamos a Reitoria porque desejávamos criar um fato suficientemente arrojado e eficaz para garantir nossos objetivos. Algo que não redundasse no desvantajoso confronto em campo aberto onde éramos invariavelmente derrotados pela repressão. Fizemo-lo, também, porque enfrentar as instituições, tomá-las de assalto de quando em quando, era o influxo hegemônico dos anos 60, que regurgitavam rebeldia. Muito do que se fez naquela década foi verdadeiramente revolucionário, tinha o sentido audaz e demolidor que não raro decorre de contradições históricas em estado de aguda exacerbação. O mundo capitalista e os países onde desgradamente o socialismo havia sido traído tremiam diante do furor de mais de 600 milhões de jovens que resolveram torpedear as ruas e afrontar as instituições com o pujante brado do seu inconformismo. No Brasil, os estudantes iam à forra com o regime militar instalado quatro anos antes. No Rio de Janeiro, a 28 de março, o secundarista Edson Luiz de Lima Souto fora assassinado pela polícia. Havia um clima de sedição juvenil.

Concentramo-nos na Praça Santos Andrade, a partir das sete horas da manhã de 14 de maio. Curávamo-nos, ainda, das feridas provocadas pelo confronto de domingo, no Centro Politécnico. Dos quase três mil estudantes - entre universitários e secundaristas - reunidos na praça, apenas 80 de nós sabíamos que a convocação inicial - juntar-se ali para, em seguida, marchar ao Centro Politécnico - era manobra diversionista para engambelar a polícia. Nosso destino era a Reitoria. Marchamos até lá em duas espessas colunas, uma seguindo pela Rua XV, outra pela Amintas de Barros. Às oito horas já estávamos ocupando as quatro esquinas da quadra e erguendo barricadas. Obtivemos a solidariedade dos operários de uma construção na esquina das ruas XV e Dr. Faivre. Empregamos as barras de ferro que os trabalhadores nos ofereceram para descalçar as ruas dos paralelepípe-

dos e construir barricadas de mais ou menos 60 centímetros de largura por quase metro e meio de altura. Interceptamos veículos oficiais e usamo-los para reforçar o bloqueio. Seriam explodidos, caso houvesse repressão. Estávamos armados, estupidamente armados com bolas de gude, rolhas de cortiça, estilingues e rojões. E éramos milhares. E nos protegiam barricadas indevassáveis.

Pouco depois das nove horas, um estudante estrategicamente disposto na cobertura de um prédio no centro da cidade, munido de *walkie-talkie*, em contato com outro postado no terraço da Reitoria, dava o alarme: as tropas estavam chegando. Primeiro, a Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar, armada com máscaras e bombas de gás; depois, a infantaria, portando cassetetes; finalmente, a cavalaria e suas espadas. Vinham de todos os lados, estacionaram a alguns metros das barricadas. Estávamos silenciosamente serenos. A correlação de forças - sabíamos - estava equilibrada. Nada lembrava o combate desvantajoso no descampado do Centro Politécnico.

Um carro-pipa do Corpo de Bombeiros estacionou na esquina das ruas XV e Dr. Faivre. A brigada secundarista, que estava sob meu comando, havia consumido a madrugada fabricando uma meia dúzia de bombas *molotov*. Orientei que as bombas fossem lançadas sob o caminhão ao primeiro sinal de que as mangueiras esguichariam contra nós. Sabíamos que os rojões semeariam pânico e dispersão entre soldados e cavalos, que os estilingues dos quase três mil estudantes arremessariam milhares de bolas de gude contra as tropas. No alto dos prédios vizinhos, sacos plásticos, cheios de água, estavam prontos para despencar sobre os policiais militares. Medíamos forças, de igual para igual. Sabíamos disso e a PM também.

Tão logo a Reitoria foi tomada, e enquanto erguíamos nossas barricadas, começamos a negociar através do presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE), Stênio Salles Jacob. Primeiro por telefone, depois pessoalmente, no Palácio Iguaçu, Stênio advertiu o então governador Paulo Pimentel: “Sua responsabilidade, agora, é muito maior do que o senhor imagina. Se houver repressão, o senhor vai entrar na história como assassino de estudantes”. Pimentel orientou o secretário de Segurança, desembargador José Munhoz de Mello, para que tentasse uma solu-

ção de consenso com o diretor da Faculdade de Engenharia, Ralph Leitner. Foram três horas de negociações. Enquanto isso, vivíamos na harmonia da nossa comuna. Passeávamos pelo território conquistado, conversávamos em grupos, alguns jogavam cartas, outros namoravam. Sentíamos-nos em paz.

Às 11 horas e cinco minutos, o desembargador Munhoz de Mello chegou para comunicar, pessoalmente, o resultado dos entendimentos.

– Vocês têm a garantia, minha e do diretor da Faculdade de Engenharia, de que as matrículas para o curso noturno não serão abertas até se conseguir a gratuidade do curso.

– E as tropas, secretário? Indagou Jurandyr Rios Garçon, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

– Serão recolhidas, todas elas - afirmou o secretário.

Depois, arrematou:

– Podem ficar descansados, ninguém vai ser preso.

A liderança comunicou aos demais o teor do acordo. Ouviu-se um brado quase uníssono de “Vencemos! Vencemos!” e o espocar ensurdecedor dos rojões que seriam destinados à polícia. Rapidamente desocupamos os prédios, desfizemos as barricadas e saímos em passeata pela Rua XV até a Praça Osório, puxando conosco, atado à mesma corda que ajudara a derrubá-lo, o busto arranhado do reitor Suplicy, subtraído do nariz e de uma das orelhas.

Dias mais tarde, o Conselho Universitário reuniu-se e extinguiu o pagamento de anuidades na Universidade Federal do Paraná. Nós, verdadeiros *communards* da simplória Curitiba, enchíamos-nos de satisfação e glória.

***Luiz Manfredini**, nascido em Curitiba em 1950, é jornalista e escritor, autor de mais de dez livros, entre os quais quatro romances. O texto “Nós, de estilingue, atrás das barricadas”, foi publicado no jornal *Nicolau*, da Secretaria de Estado da Cultura, em maio de 1985.

A militância na resistência à ditadura militar no Paraná: memórias de uma militante oriunda do interior do Brasil

Magdalena Fernandes da Silva*

Nasci na cidade de Campo Grande, capital do atual Estado de Mato Grosso do Sul, quando este ainda fazia parte de Mato Grosso. Cheguei a Curitiba com recém-completados 18 anos de idade, a poucos meses do golpe de 1964. Neste texto pretendo apresentar resumidamente a caracterização sociopolítica desse lugar de origem e quem eu era no contexto em que me formei como pessoa política. A seguir, como reagi ao novo meio e às imensas transformações políticas que se sucederam no país e no Paraná, bem como no meu retorno a Campo Grande.

A configuração política e social de Mato Grosso pré-golpe

Localizado no interior do Brasil e com uma longa faixa de fronteira com o Paraguai e Bolívia, durante muito tempo a integração de Mato Grosso era maior com os países vizinhos da bacia platina (Paraguai, Argentina e Uruguai). Além disso, até o início da década de 1930, embora a região sul do Estado tivesse se projetado economicamente, os cargos e os recursos eram governados e controlados por políticos com atuação em Cuiabá, a capital, situada ao norte.

O maior desenvolvimento da região sul foi beneficiado pelas atividades relacionadas à extração da erva-mate e, principalmente, pela pecuária de corte, além da implantação da ferrovia Noroeste (construída em 1914, ligava Bauru em São Paulo a Campo Grande), com relevante papel de integração nacional, e da presença da Circunscrição Militar. Como resultado do desenvolvimento

econômico crescente, que por sua vez contribuiu para o aumento populacional, grupos das elites vinculadas ao sul de Mato Grosso, em alguns momentos chegaram a defender a sua divisão em dois estados.

Mas, quem eram estas elites? Como estavam constituídas em Mato Grosso no limiar do golpe de 1964?

A política tradicional, bem como a situação da classe dirigente vinham se alterando a partir das sucessivas mudanças institucionais das décadas anteriores. As oligarquias que constituíam as elites, às vezes formadas por antigas famílias, foram se adaptando, se reposicionando e se revezando no exercício dos cargos públicos, eletivos ou por nomeação, a cada alteração dos regimes políticos no País. No processo de democratização de 1945-1964, novos grupos e lideranças passaram a disputar na política mato-grossense, vencendo a competição por cargos eletivos e a compor a classe dirigente. Eram aqueles com formação superior, descendentes de família “tradicional pioneira” e, também, imigrantes e gente sem fortuna ou terras, embora com confortável situação econômica. As cidades do sul do Estado aumentaram sua representação na Assembleia Legislativa, elegendo deputados federais e senadores.

Em Mato Grosso, nesse período, os principais partidos políticos, oligarquizados e eivados de práticas clientelistas e personalistas, eram: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Os dois primeiros se equilibravam no executivo estadual e legislativo federal. Na data do golpe, era governador o udenista Fernando Corrêa da Costa (1961-1966).

A articulação ideológica da elite campo-grandense criou, em abril de 1963, a organização civil Ação Democrática Mato-Grossense (Ademat), como braço regional da organização nacional, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Este, fundado no final da década de 1950 por grupos do empresariado brasileiro, atuou na desestabilização do governo do presidente João Goulart (1961-1964) até que teve suas atividades suspensas em agosto de 1963, com

base nas ilegalidades cometidas durante as eleições de 1962, conforme a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada, e do financiamento da instituição por corporações estadunidenses.

O Ibad operava por meio da cooperação entre as elites nacionais e internacionais e da coalizão ideológica entre forças civis e militares organizadas, incluindo, entre outros, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), o Movimento Anticomunista (MAC) e a Escola Superior de Guerra (ESG). Composta por latifundiários, médicos, advogados, comerciantes, jornalistas, entre outros, a Ademat alertava em seus discursos contra as Reformas de Base promovidas pelo governo Goulart, em particular a Reforma Agrária.

Minha formação política e educacional anterior à chegada em Curitiba

Nasci em uma família udenista que participava ativamente da política. Íamos a todos os comícios e meu pai, uma pessoa simples oriunda do sertão, fazia campanhas apaixonadas em favor dos candidatos apoiados pela UDN. E, claro, concordando com o posicionamento do partido contrário à política social e de intervenção do Estado na economia proposta por Vargas (que era considerada porta aberta ao comunismo em tempo de guerra fria) e, principalmente, com o discurso moralista do partido centrado no combate à corrupção.

Fui educada desde os primeiros anos em uma escola católica salesiana extremamente conservadora. Fazia parte também ser criacionista e, portanto, rejeitar a teoria evolucionista que então se difundia no mundo. Ser comunista, dançar, namorar, sexo antes do casamento... tudo isto era relacionado a pecado e se aterrorizava com o inferno. O resultado foi que, além de admiradora de Carlos Lacerda e do candidato Jânio Quadros à Presidência em 1961, me tornei uma fervorosa devota, que rezava terço várias vezes ao dia, ajudava com uma freira a rezar a missa em latim (ajoelhadas do lado de fora de um balaústre porque só coroinhas homens podiam ficar do lado de dentro do altar).

Também fui adepta do Ibad e da Ademat. Divulguei as revistas do primeiro e li com assiduidade a coluna da segunda, publicada semanalmente até novem-

bro de 1963, no jornal O Matogrossense, principal campo de divulgação de um discurso desenvolvimentista e de combate ao comunismo.

Porém, é importante ressaltar que comecei a me questionar intelectualmente algum tempo antes de viajar para Curitiba, começando com a leitura de um livro do Oswaldo Frota Pessoa (Biologia na escola secundária), à época um naturalista que explicava a evolução das espécies. Utilizei-o para apresentação de um trabalho em sala de aula sobre os anfíbios. Quando disse que estes eram, segundo a teoria evolucionista, a transição entre a água e a terra, a freira interrompeu-me, e ainda insinuou que eu estaria condenada ao fogo do inferno se não me confessasse e pedisse perdão. O evolucionismo não era aceito pela Igreja Católica. Não só o de Darwin, mas até o do próprio padre jesuíta Teilhard de Chardin, cuja filosofia tentava conciliar a ciência com a teologia. Entretanto, questionamentos políticos vieram depois.

A vinda para Curitiba e o golpe

Meu pai decidiu “Filha minha vai fazer faculdade em Curitiba” (tal como meu irmão que lá já se encontrava fazendo Engenharia, uma vez que em Campo Grande não havia Universidade), decisão surpreendente tendo em vista o histórico de uma pessoa analfabeta nascida no final do século XIX e criada no sertão bruto da margem direita do rio Paraná.

Sozinha tomei um quadrimotor, o que havia de mais avançado na aviação comercial de então, e rumei para Curitiba. Fui morar em um pensionato de moças das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, um casarão situado na Rua Mateus Leme com a Barão de Antonina, antiga residência dos Lindroth (hoje restaurado e conhecido como Villa Sophia, uma joia arquitetônica da cidade que abriga uma galeria de pinturas em quase todos os cômodos).

Da sacada do pensionato pude avistar os movimentos do golpe de 1964 em pleno governo Ney Braga, que ao final de 1963 rompera com o governo de João Goulart, por responsabilizá-lo pelos problemas pelos quais passavam o Brasil e o Paraná. Passaria então a estreitar relações com Carlos Lacerda (UDN), da

Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP), de São Paulo e Ildo Meneghetti (PSD), do Rio Grande do Sul, entre outros. No dia 31 de março, o governador manteve-se em vigília no Palácio Iguaçu e em contato com outros governadores golpistas. Nesta mesma data, os bispos do Paraná lançaram um manifesto criticando o comunismo e apoiando as Forças Armadas e o Congresso Nacional. No dia seguinte, reafirmou sua posição no Palácio Iguaçu, onde se aglomeravam milhares de pessoas, em discurso transmitido pelos meios de comunicação. Os comunistas então passaram a ser cassados no Paraná, sindicatos sofreram intervenção, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Paraná foi tomado e servidores públicos foram perseguidos.

No pensionato, formaram-se três grupos entre moradoras e visitantes: - o dos que se reuniam para rezar na capela, entre os quais inicialmente me perfiliei; - o dos que defendiam o golpe (filhas de políticos de direita, que detinham cargos políticos, e de empresários, em especial do setor agrário); e o dos que se posicionavam contra (inclusive alguns que fugiam da repressão em outros estados). Entre estes últimos, particular influência sobre mim viria justamente de conversas surpreendentes com o pároco da capela do Alvorada que, em fuga e sendo familiar da diretora do pensionato, ali buscou proteção. O resultado foi o meu afastamento definitivo da fé religiosa manifestada até então.

O convívio universitário e a militância política no Paraná

1964 foi um ano de muitas surpresas e realizações. A começar pela aprovação no curso de História Natural da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Uns meses depois mudei-me para uma hospedagem feminina bastante aconchegante na rua Riachuelo dirigida por uma senhora que no mesmo local residia com sua família. Logo percebi que não estava sozinha pois, tal como no pensionato, também havia algumas moradoras oriundas de Mato Grosso, de onde muitos jovens tinham se dirigido a Curitiba para estudar, a ponto de estarem organizados na Associação de Estudantes Matogros-

senses no Paraná (Amep). Vários tiveram militância política significativa contra a ditadura (Fausto Mato Grossom, Berto Curvo, Gilma Gonzalez...)

Em 1965, reiniciei o curso de História Natural, desta vez na Universidade Federal do Paraná (à época identificada com a sigla UFP), pois esta era a exigência para pleitear uma vaga na Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), onde passei a morar. No mesmo ano integrei o Coral Universitário e participei de um grupo que alfabetizou servidores municipais que atuavam da limpeza urbana. Em 1967 passei a integrar o Teatro do Estudante Universitário (TEU).

Acelerou-se a partir de então o processo de minha formação política. Na CEUC pude conviver com jovens de várias partes do país e ter a sorte de compartilhar quarto com colegas que se engajaram na luta política (Clair da Flora Martins, Palmira Amâncio, Lidia Lucaski) e, como caloura, ajudar no departamento cultural, quando descobri diferentes autores de esquerda visando a elaborar textos para o mural montado no hall de entrada. Na UFP pude, enfim, discutir o evolucionismo como teoria científica, abordagem ansiosamente esperada desde o bruto cerceamento feito pela escola em Campo Grande. Com alívio ouvi um dos professores alertar na primeira aula que quem não aceitasse a teoria evolucionista deveria fingir que sim, sob pena de certamente não sair do primeiro ano. É interessante ainda lembrar que, embora alguns departamentos fossem compostos por professores muito reacionários, outros (como o de Genética, do grande Newton Freire-Maia) tinham posicionamentos muito críticos acerca da ditadura. No Coral Universitário participei de ato na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), com a presença do primeiro ditador Humberto de Alencar Castello Branco. Na alfabetização de adultos, aproveitando recursos da Prefeitura Municipal, ao invés de um nebuloso Projeto Alfa, utilizamos a metodologia do “endemoniado” Paulo Freire, onde ao mesmo tempo em que os alfabetizava, conscientizava-me a mim mesma. No TEU conheci autores fora do limite estrito imposto pelo *Nihil Obstat* religioso (as viagens a Santa Catarina para conseguir encenar as peças censuradas no

Paraná... as discussões e debates em grupo... Walmor Marcelino... Ari Pararaios...Clair...Rosa...Palmira... Mussi... Zapata... os Faria... as estudantes das Belas Artes...). Aí também tive o primeiro contato com integrantes da Ação Popular (AP).

À época eu não tinha conhecimento da origem da AP na atuação dos militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira. Minha anterior relação com a Igreja Católica não teve influência, mesmo porque nesta época a AP já se decidira pelo “socialismo humanista”.

Na AP participei de panfletagens, manifestações estudantis e passeatas, contatos com integrantes que vinham de outros estados (com tentativas às vezes ingênuas de driblar eventuais olheiros da repressão). Particularmente importante foi a intensa transferência pela direção nacional de conjuntos de textos visando ao aprofundamento da formação dos militantes contemplando temas como a guerra de guerrilhas, a guerra popular, o marxismo e o humanismo etc., além do jornal “Libertação”, lançado em maio de 1968. Depois de serem datilografados em folhas de estêncil, eram mimeografados em papel e distribuídos. Lembro que, em certa ocasião, estes documentos, cuidadosamente guardados no alto do enorme armário em meu quarto na CEUC, foram acessados por alguém que pedira para ali descansar em minha ausência.

Em 1968, a resistência contra a Universidade paga, a tomada da Reitoria e o Congresso da União Paranaense dos Estudantes (UPE) conduziram ao endurecimento da repressão.

A luta contra o ensino pago, que culminou com a manifestação no Centro Politécnico visando a impedir a realização do vestibular, marcado não sem propósito para as 6h da manhã em pleno domingo e após o baile de formatura da Engenharia no sábado, terminou com a minha detenção, depois de abalroada pela cavalaria que reprimia a manifestação e que resultou no meu desmaio. Um veículo sem identificação me socorreu, mas ao acordar no meio do caminho, descobri pelo diálogo em aparelho de rádio do carro, que se tratava

de um veículo policial que me levaria ao Hospital Militar. Após medicada, fui levada ao quartel da Polícia Militar, única menina detida no meio de dezenas de estudantes. Este foi o primeiro teste de força aplicada pela ditadura enfrentado por mim e muitos dos demais detidos. Muita apreensão enquanto eu era interrogada na sala separada de um salão onde permaneciam os meninos. Ao mesmo tempo, podia observar pela janela os policiais se preparando para conter a enorme quantidade de estudantes que à tarde ocorreu ao local. Depois de muita negociação, fomos libertados ao final do dia.

Em reunião realizada no Diretório Central dos Estudantes (DCE), com a presença massiva de universitários, marcou-se nova mobilização que levaria à tomada da Reitoria. Decisão de um colegiado de organizações de esquerda, sua preparação foi cercada de mistério para que não se descobrisse qual seria o alvo. Reunidos na então Faculdade de Medicina, na Praça Santos Andrade, os estudantes foram agrupados (numa forma piramidal em que apenas o líder recebia as ordens e as repassava ao grupo liderado) em duas colunas, cada uma seguindo rapidamente por uma das ruas paralelas rumo à Reitoria, pegando a todos de surpresa.

No Congresso da UPE, o que mais me chamaria a atenção seria a diversidade das linhas político-ideológicas das diversas organizações, cujos debates intermináveis desmotivaram a continuidade da presença de milhares de estudantes que se reduziram a algumas dezenas ao final do evento.

A repressão intensificou-se, então, a partir do segundo semestre de 1968 por parte da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), Polícia Federal (PF), Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Serviço Nacional de Informações (SNI), com processos, prisões e mortes, levando muitos a buscarem o caminho da fuga.

A partir de 1968, a política de integração defendida pela AP como forma de viabilizar a continuidade da luta contra a ditadura e construção de uma sociedade socialista consistia na colocação de militantes nas fábricas e em estreita ligação com os camponeses, seguindo assim a estratégia maoísta da

“guerra popular prolongada”, baseada nas regiões rurais. Quanto a mim, achava equivocado o processo de provocar a proletarianização forçada de militantes de origem pequeno-burguesa. Por essa divergência, afastei-me da organização. Vários militantes da AP no Paraná se integraram nessa política. Posteriormente, a AP se aproximaria do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao qual se incorporaria depois de adotar a linha política marxista-leninista.

Já concluído o curso de História Natural e esperando conseguir um emprego de professora, fui para Foz do Iguaçu em março de 1969. Em passagem rápida pela CEUC, pois já me encontrava semiclandestina, despachei meus livros, os quais foram apreendidos pela Dops assim que foram apanhados pela transportadora. Nela constavam livros de História Natural disponíveis à época apenas em edições estrangeiras, além de outros de filósofos e políticos, os quais nunca recuperei.

Voltei então a Curitiba. Incluída em inquérito do Exército por supostamente estar implicada na organização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), também resolvi entrar na clandestinidade e juntamente com duas outras companheiras, Ana e Janete, fomos morar em um asilo de idosos. Começou a nossa saga. Depois de uns dias, a Janete foi presa pelo Exército quando tentava falar com o irmão no local onde ele trabalhava. Quando ela se atrasou, conforme o combinado caso fosse pega, a Ana e eu saímos para buscar auxílio e logo fomos abordadas por um agente da Dops. Consegui escapar fugindo em desabalada carreira de alguém apavorada. Ela foi pega.

A Janete foi solta de madrugada. Nos encontramos em um ponto alternativo previamente combinado, de onde perambulamos durante vários dias (as pessoas em geral muito temerosas de nos dar abrigo) até que conseguimos um fusca emprestado de um professor e, com meu irmão, rumamos para Campo Grande pelo norte do Paraná. Inicialmente, nos refugiamos na casa de parentes no meio rural. A Janete voltou ao Paraná dias depois. Eu permaneci com minha família.

Em Mato Grosso depois do meu retorno

Quando retornei, era governador do estado Pedro Pedrossian (1966-1971), da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado em 1966, com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar, assim como os que vieram após, José Fragelli (1971-1975), José Garcia Neto (1975-1978) e Cássio Leite de Barros (1978-1979), sucedido até o final da ditadura por governadores do Partido Democrático Social (PDS) Frederico Campos (1979-1983) e Júlio Campos (1983-1986). Estes políticos desenvolveram diversas ações junto ao governo militar, relacionadas ao desenvolvimento político, econômico e social do Estado.

Mato Grosso inseria-se antes mesmo do golpe, desde o governo de Fernando Corrêa da Costa, na política de ocupação dos espaços vazios, mas nos governos militares os projetos que se instalaram em Mato Grosso constituíram-se em estratégia política de controle dos conflitos agrários no Sul, Sudeste e Nordeste. Tratava-se de impedir o livre acesso de trabalhadores sem-terra e pequenos proprietários às terras devolutas do Estado e evitar a mobilização camponesa. Além disso, havia grande preocupação com a segurança do país nas fronteiras para impedir ações e ideias que levassem a guerrilhas.

Com essa finalidade, no âmbito dos planos nacionais e em parceria com a iniciativa privada, foram reestruturadas novas práticas de domínio através de políticas de Integração e Segurança Nacional, com a criação de polos de desenvolvimento econômico associados a políticas de incentivos fiscais e de implementação de grandes eixos rodoviários na região amazônica.

Diversos projetos de colonização, com a propagação de terras férteis e a baixos preços, atraíram para Mato Grosso um grande fluxo migratório a partir de 1968 e potencializado na década de 1970 com a instalação de colonizadoras no Estado. Extensas áreas de terra foram ocupadas, principalmente na região norte, para instalar projetos agropecuários, de forma desordenada e predatória abrindo as áreas de cerrado e florestas para plantio de pastagens.

No que se refere a minha atuação política após o retorno, fiz inicialmente contato em busca de apoio com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que

contava em Mato Grosso, surpreendentemente, com um razoável número de membros entre sindicalistas, intelectuais, empresários e profissionais liberais que dispunham inclusive de um jornal (contra eles houve uma violenta repressão, inclusive com humilhantes desfiles dos presos pelas ruas da cidade). Participei então de diversas ações, basicamente de pichações e panfletagens contra a ditadura. Em 1970, seria lembrado em muros e panfletos o centenário de Lênin.

No ano anterior havia conseguido trabalhar como professora em nome de outro titular já que não poderia conseguir o “atestado ideológico” junto à Polícia. Em novembro de 1970, entretanto, seria decretada a minha prisão preventiva pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército. Abandonei as aulas e fui para o Rio de Janeiro buscando fugir para o Chile, porém, não tive sucesso por desencontro com o contato acertado. De volta para Campo Grande, escondi-me até o mês de dezembro do mesmo ano, quando chegou a informação de que havia sido absolvida.

Saí então da clandestinidade e consegui aulas de Biologia em escolas públicas em meu próprio nome em 1971. Em março deste mesmo ano eu me casaria com um egresso da AP (Odilon Fernandes da Silva que, juntamente com Arnaldo Mauro, participara por alguns meses da política de integração no campo numa zona de conflito de posseiros no sudoeste do Paraná, próxima a Francisco Beltrão) que casualmente passava por Campo Grande em rota de fuga abortada para o Chile. Com ele, participei direta e indiretamente em várias ações políticas, entre as quais se incluem: apoio logístico a grupo de comunistas de Paranaguá fugindo da repressão, parte deles oriunda da estiva; organização do sindicato da construção civil; resistência de moradores do bairro onde residíamos.

A partir de janeiro de 1976, integrei-me ao quadro de funcionários do Departamento de Pesquisas Agropecuárias de Mato Grosso. Neste mesmo ano o Estado era dividido pelo regime militar sem nenhuma consulta à população, para alegria das elites campo-grandenses e ressentimento das cuiabanas. Surgia Mato Grosso do Sul, instalado em 1978.

Nesta época também surgia no mundo o movimento ambientalista a partir da Conferência de Estocolmo de 1972. Entusiasmada pelos aspectos políticos dessa questão, em 1980 pedi transferência para o Instituto de Preservação e Controle Ambiental (Inamb).

Tive então oportunidade de mergulhar profundamente em algo extremamente polêmico durante os últimos anos da ditadura militar, pois, a par de ser uma área nova e por isso mesmo pouco conhecida científica e tecnologicamente, confrontaram-se diferentes interesses econômicos e políticos no processo então em curso de expansão das fronteiras e ocupação dos espaços vazios. Ao órgão cabia licenciar e monitorar as atividades potencialmente poluidoras e promover programas e projetos relacionados à gestão da política de meio ambiente e do controle da qualidade dos recursos hídricos. Embates importantes ocorreriam, entre os quais se envolveram técnicos do órgão ambiental, agricultores e pecuaristas, grandes empresas multinacionais produtoras de agroquímicos, indústrias e associações ambientalistas.

***Magdalena Fernandes da Silva** – Magdalena Lima era seu nome na época em que estudou em Curitiba. Nasceu em 12 de novembro de 1945, portanto hoje com 78 anos completos. Têm três filhos e quatro netos. Continua morando em Campo Grande e interessada na questão ambiental, mas fundamentalmente em seu aspecto socioeconômico e político, com uma visão crítica centrada na luta de classes.

O delegado e o marinheiro

Manoel de Andrade*

O Natal chegou, o ano virou e em meados de janeiro resolvi me prevenir. Eu era apenas um poeta, um intelectual de esquerda como tantos e, como não tinha vinculação com nenhuma organização revolucionária, não me sentia ameaçado pelas novas medidas do Regime Militar. Mas não me saía da cabeça os destinos que teriam tido a distribuição daqueles quatro mil panfletos com minha saudação poética a Che Guevara, pregando a luta armada. No início da “caçada” tudo era imprevisível porque sinalizava para qualquer cabeça que ousasse “pensar”. Como possuía um passaporte expedido em maio de 1967 para uma viagem à Argentina, resolvi solicitar um visto de saída, na iminência de qualquer dificuldade futura. Fiz o pedido, paguei as taxas e já no dia 16 de janeiro lá estava eu diante de um delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na Rua João Negrão, questionado sobre o porquê da minha saída. Eu disse a ele que sempre sonhei ser marinheiro. Que passei minha adolescência entre estivadores e velhos marujos no porto de Itajaí e que pretendia embarcar para correr o mundo em busca de experiências para ser futuramente um escritor. Falei de autores como Herman Melville e Joseph Conrad e de seus livros sobre o mar. Como toda aquela história era a sincera expressão de um anseio verdadeiro, eu tinha escrito, em setembro de 1968, um longo poema chamado “Um homem no cais”, onde contava minha frustrada busca, de porto em porto, à procura de um navio para o meu sonho. Prevendo tudo aquilo e desempenhando o meu teatro, tirei do bolso um maço de poemas e lhe entreguei o poema “Um homem no cais” dizendo:

– Aqui está escrito meu sonho, delegado. Deixo com o senhor, para que leia outra hora, se gostar de poesia.

Ele tomou o poema e começou a ler. Ele ouvira a minha história em silêncio e leu o poema inteiro sem me olhar. Eu perguntava a mim mesmo se ele

estaria acreditando na minha história. Terminou de ler, olhou-me sério, mas com uma visível expressão de simpatia e depois abriu uma pasta que um funcionário havia colocado sobre sua mesa. Em seguida, perguntou-me por que tinha assinado um manifesto em 2 de dezembro de 1965, protestando contra a prisão de intelectuais na abertura da Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), no Rio de Janeiro. Disse-lhe que assinara por mera insistência de colegas estudantes, mas que na verdade nem sabia direito do que se tratava. Ele fechou a pasta e devolveu-me o poema dizendo: “Bonitos versos”. Vistou meu passaporte, finalmente sorriu e entregou-o, desejando sucesso na realização do meu sonho de marinheiro. Somente vinte e dois anos mais tarde, fiquei sabendo que ele acreditou na minha história. Em 1991, o governador Roberto Requião, no seu primeiro mandato, decretou a extinção da Delegacia de Ordem Política e Social e fez com que o Paraná fosse o primeiro Estado brasileiro a abrir os arquivos da ditadura, disponibilizando seus documentos à sociedade. Todas as suas 47 mil fichas individuais e as 3.700 pastas temáticas passaram a compor o acervo do Arquivo Público de Estado. Dez anos depois, ao iniciar a via-sacra de documentos para meu processo de anistia, requeri uma busca no meu nome e fui surpreendido com um dossiê de doze folhas sobre minhas atividades político-poéticas datadas de agosto de 1966 até novembro de 1973, onde, incrivelmente, constavam roteiros de minhas viagens, palestras e detalhes das quatro edições de meu livro “Poemas para la Libertad”, lançadas na década de 70 na América Latina, a acusação de que em minhas conferências difamavam o nome do Brasil no exterior, assim como uma cópia do panfleto “Saudação a Che Guevara”. Referente ao requerimento do visto em meu passaporte, constava o seguinte:

“Informação – Senhor Delegado: Informo-lhe que o requerente é fichado nesta Secção, por ter assinado um Manifesto publicado no jornal “Correio da Manhã” do Rio, em 2 de dezembro de 1965, juntamente com outros, em protesto contra a prisão dos intelectuais (todos comunistas) por ocasião da abertura da Conferência da O.E.A., no Rio de Janeiro(...)”

Nesta mesma data constava abaixo o seguinte:

"O fichado requereu visto de saída, para viajar para o exterior, como marinho, tendo confessado que assinou o manifesto supra, porém, nunca foi e nem é subversivo ou comunista, mediante isso, o Del. deferiu seu pedido."

Em 1969, eu trabalhava como assessor de imprensa na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Nos primeiros dias de março, peguei minhas férias no trabalho, passei uma semana em Santos e São Paulo para alguns contatos com gente de esquerda e dali viajei para o Rio de Janeiro para um encontro com o poeta Moacyr Felix. Na época, diretor responsável da Revista Civilização Brasileira, ele havia recém-publicado, no nº 21/22, o meu poema "Canção para os homens sem face", e me convidara para participar do segundo volume da nova série "Poesia Viva", recém-lançada pela Editora Civilização. Embora lhe tenha entregado os originais, o projeto foi suspenso posteriormente em vista da repressão sistemática contra a Editora. Tudo começou com o atentado à bomba contra a sua livraria, cometido por um comando do Centro de Informação do Exército em outubro do ano anterior, e, posteriormente, com o fechamento da Revista Civilização Brasileira depois do AI-5 e a própria prisão de Ênio Silveira, o mais influente editor de esquerda daqueles anos, preso sete vezes entre 1964 e 1969, cujos direitos políticos foram cassados.

Um inimigo da pátria

Voltei a Curitiba no dia 12 de março pela manhã e, à noite, reencontrei, no Bar "Velha Adega", alguns amigos, entre eles o escritor e publicitário Jamil Snege e a estudante de sociologia Elci Susko, com quem partilhava amiúde minhas ideias políticas. Elci me relatou, angustiada, que, por duas vezes, fora abordada na Faculdade, levada por agentes de segurança e interrogada pelo Coronel Waldemar Bianco, delegado regional da Polícia Federal, sobre o meu paradeiro. Informou-lhe de que o que sabia de mim é que eu havia tirado férias no trabalho e estava no Rio de Janeiro. Ele tinha em seu poder um exemplar do panfleto "Saudação a Che Guevara" onde constava a autoria do poema e me acusava de

“comunista”, de “pregar a luta armada” e ser “um inimigo da pátria”.

A publicação do AI-5 completava três meses e já havia começado a “caça às bruxas” no Brasil inteiro. Os suspeitos de subversão eram presos, mantidos inco-municáveis e muitos começaram a sumir. Embora na ribalta do drama político os refletores mostrassem aos que deram seu “ouro para o bem do Brasil”, apenas um “céu de brigadeiro”, muitos de nós, os espectadores mais atentos das primeiras filas daquele teatro de horror, sabíamos que, depois do “5º ato”, as cenas mais trágicas passavam-se nos “bastidores”, e que, por isso mesmo, não poderíamos assistir aos “melhores” momentos de uma tragédia chamada “O Quartelaço”.

Teríamos que, feliz e infelizmente, sair no meio do espetáculo. Alguns livros como “Tortura e Torturados”, de Márcio Moreira Alves, lançado e apreendido em 1967, e que li posteriormente no exterior, relatava como foram representados os primeiros atos dessa tragédia, depois do golpe militar de 1964. Agora, porém, a repressão fora agudizada. Pairava sobre nós, invisível, iminente e ameaçador, um poder inquestionável, legalizado, atual e atuante, diante do qual apenas uma palavra sintetizava nosso pânico: impotência. A angustiante impotência de nada poder fazer diante de uma lógica inquisitorial que ameaçava também os nossos seres mais queridos.

Naquela mesma noite, já em pânico com o relato da Elci e preocupado com minha esposa e minha filha, fui aconselhado pelo Jamil a sair da cidade. No dia seguinte, pela manhã, fui à casa do Roberto Requião, amigo com quem partilha-ra os bancos da Faculdade de Direito na Universidade Federal do Paraná e, depois do golpe de 1964, dos tantos protestos estudantis em que ele, com sua afiada oratória, e eu, com meus poemas políticos, empunhamos, com outros tantos, a mesma bandeira contra a ditadura. Conversávamos longamente no seu quarto, quando lá pelas tantas, toca o telefone. Eram agentes do Dops procurando ame-drontá-lo com advertências. Roberto, sem se intimidar, respondeu irreverente e desligou o aparelho.

– “Esta é a terceira vez que estes canalhas me ligam” - disse-me e depois, en-carando-me, acrescentou:

– “Maneco, você tem que sair do país antes que te achem!”

Ele tinha vários amigos de esquerda em Assunção e propôs que eu saísse pelo Paraguai. Falou-me deles com confiança e passou-me os endereços. Trocamos nossas inquietudes sobre a emergência com que a ditadura ia fechando todas as portas da liberdade. Ao nos despedirmos, abriu a gaveta do seu criado mudo e retirou uma Beretta 6.35, municiada, e disse-me:

– “Boa sorte, Maneco, e leva isso..., você poderá precisar!”

Naquela tarde, fui à Rua Riachuelo e comprei uma mochila. Não era meu estilo, mas como naquele tempo estava na moda viajar de mochila pelo mundo inteiro, pensei ser a melhor maneira de atravessar a fronteira, com a imagem inconsequente de um andarião, para não despertar suspeita. Dali fui à rodoviária e comprei minha passagem para Foz do Iguaçu. O ônibus partiria às seis da manhã. Receoso que os agentes do Dops já soubessem do meu retorno do Rio e estivessem vigiando os arredores do edifício onde eu morava, não voltei para casa. Como eu tinha um Wolks, rodei discretamente pela cidade, reencontrei, à noite, o Jamil, a Elci e outros amigos e depois da meia-noite rondei as imediações do Edifício onde morava na Rua Comendador Macedo, nº 260, para só então entrar em casa. Minha esposa Marilena me esperava e minha filha, Daniela, dormia. Aquela foi uma noite tensa, longa e insuportável. A iminência de ser preso..., minha inesperada saída do país..., tudo assim tão de repente. Minha família, em Santa Catarina, sem saber que eu estava partindo sem destino. Deixava meu bom emprego, interrompia meu segundo ano de História na UFPR, e meu sonho de ser professor de Filosofia da História. Abandonava meus planos literários e as esperanças da publicação do meu primeiro livro de poesia pela grande Editora Civilização Brasileira, conforme me acenaram, alguns dias atrás, o poeta Moacyr Felix e o editor Ênio Silveira. Tudo isso fervilhava em minha mente num torvelinho incessante, temperado pelo medo e pressentimentos. Tomei uma folha de papel e sob o título de “Véspera” escrevi em versos toda a minha angústia:

Quatorze de março de mil novecentos e sessenta e nove.

É preciso...

é imprescindível denunciar o compasso ameaçador destas horas,
descrever esta porta estreita que atravesso,
esta noite que me escorre numa ampulheta de pressentimentos.

Um desespero impessoal e sinistro paira sobre as horas...

O ano se curva sob um tempo que me esmaga
porque esmaga a pátria inteira...

Nossas canções silenciadas
nossos sonhos escondidos
nossas vidas patrulhadas
nossos punhos algemados
nossas almas devassadas.

Pelos ecos rastreados dos meus versos
chegam os pretorianos do regime.

Alguém já foi detido, interrogado, ameaçado
e por isso é necessário antecipar a madrugada.

E eis porque esse canto já nasce amordaçado
porque surge no limiar do pânico.

Meu testemunho é hoje um grito clandestino
meus versos não conhecem a luz da liberdade
nascem iluminados pelo archote da esperança
para se esconderem na silenciosa penumbra das gavetas.

Escrevo numa página velada pelo tempo
e num distante amanhecer
é que o meu canto irá florescer.

Escrevo num horizonte longínquo e libertário
e num tempo a ser anunciado pelo hino dos sobreviventes.
Escrevo para um dia em que os crimes destes anos puderem ser contados
para o dia em que o banco dos réus estiver ocupado pelos torturadores

Contudo, nesta hora, neste agora
o tempo se reparte pra quem parte
e um coração se parte nos corações que ficam...
O amanhecer caminha para desterrar os nossos gestos
para separar nossas mãos e nossos olhos
e nesta eternidade para pressentir o que me espera
já não há mais tempo para dizer quanto quisera.

Tudo é uma amarga despedida nesta longa madrugada
e neste descompassado palpar,
contemplo meus livros perfilados de tristeza
retratos silenciosos de tantas utopias,
bússolas, faróis, retalhos da beleza.
Aceno a Cervantes, a Lorca, a Maiakovski
mas só Whitman seguirá comigo
nas suas páginas de relva
e no seu canto democrático.
Contemplo ainda os pedaços do meu mundo
nos amigos do penúltimo momento
nas lágrimas de um bem querer
na infância de minha filha

e nesse beijo de adeus em sua inocência adormecida.
Nesta agonia...
neste abismo de incertezas...
abre-se o itinerário clandestino dos meus passos.
De todos os caminhos
resta-me uma rota de fuga, outras fronteiras e um destino.
Das trincheiras escavadas e dos meus sonhos,
restou uma bandeira escondida no sacrário da alma
e no coração...
um passaporte chamado... liberdade.

Às cinco e meia da manhã beije minha filha adormecida, abracei Marilena e saí pela porta do destino. Apreensivo, desci pelo elevador. Na portaria o guardião cochilava. Olhei através da porta de vidro, não vi ninguém lá fora. Saí..., a rua estava deserta.

Cheguei a Foz no fim da tarde. Dormi numa pensão qualquer e na manhã seguinte, com meu passaporte anteriormente carimbado, recebi um novo visto e cruzei a fronteira sem problemas. Ao lado esquerdo da imensa ponte, uma velha barça avançava penosamente contra a correnteza do Rio Paraná. Lá de cima, parei para observar a paisagem da fronteira. Na margem paraguaia havia muitas casas e movimento de gente e canoas. O rio, com vigorosa calma, transportava seu caudal de águas barrentas. Atrás ficava a pátria e, na memória dos meus 28 anos, a minha infância junto ao mar lá em Piçarras, minha adolescência entre barcos e navios em Itajaí e um sonho, ainda palpitante, de ser marinheiro um dia. Ficou a memória dos meus dezenove anos chegando a Curitiba, sem um conhecido e sem uma referência sequer. A pensão barata, o fim do dinheiro, três dias sem comer e o encontro providencial com um amigo conterrâneo que matou minha fome, partilhando a sua bandeja na Casa do Estudante Universitário. O primeiro emprego de contínuo no Teatro Guaíra, o curso Clássico no Colégio Estadual do Paraná, o bacharelado em Direito, na Universidade Federal, meu trabalho no Departamento

de Estradas de Rodagem e de assessor de imprensa na Secretaria da Fazenda. Minha alma de poeta recordava do primeiro prêmio literário em 1965, minha participação, também naquele ano, na Noite da Poesia Paranaense, no Teatro Guaíra, ao lado de Helena Kolody, Leopoldo Scherner, João Manuel Simões, Hélio de Freitas Puglielli, Paulo Leminski, Sônia Regis Barreto, entre os 14 poetas participantes. Lembrava-me o recente sucesso literário, o destaque na Literatura, dado pela imprensa do Paraná, em 1968, junto com Dalton Trevisan e Jamil Sene e a promessa do meu primeiro livro pela melhor editora do país. Ficaram tantos amores: meu pai, minhas irmãs, um bem querer e os quatro anos de minha filha. Ficaram meus amigos, minha biblioteca e muitos companheiros de luta. Eu fora obrigado a deixar tudo o que mais amava. Levava duas calças, três camisas com grandes bolsos, um reforçado par de sapatos com solado de pneu, um pequeno cobertor, meus poemas políticos dobrados entre as páginas de um livro de Walt Whitman, uma beretta, uma toalha de banho, objetos de higiene e uma pequena “fortuna”: 70 cruzeiros novos. Levava também na alma uma grande angústia: o destino de alguns amigos e conhecidos, recentemente presos ou desaparecidos misteriosamente.

***Manoel de Andrade** nasceu em Rio Negrinho-SC, em 1940. Formou-se em Direito pela UFPR. Em outubro de 1968, seu poema “Saudação a Che Guevara” é panfletado em universidades e sindicatos de Curitiba e sua poesia é lançada nacionalmente pela Revista Civilização Brasileira. Procurado pela ditadura foge do Brasil em março de 1969, e em 1970, seu primeiro livro “Poemas para a liberdade” é lançado em La Paz. Atravessou 15 países convulsionados pelas lutas guerrilheiras. Foi preso e expulso da Bolívia, do Peru e da Colômbia por promover debates e declamar seus versos em universidades, teatros, festivais de cultura e reuniões públicas e clandestinas. Em 2007, já no Brasil, lança o livro “Cantares”. Em 2009, é lançada a edição bilíngue de “Poemas para a liberdade”. No ano de 2014 lança “Nos rastros da utopia: Uma memória crítica da América Latina nos anos 70” e em 2018, “As palavras no espelho”.

Walmor Marcellino: duelista e enxadrista da poesia e da política concreta (1930-2009)

Marcelo Gonçalves Marcellino

Walmor Marcellino nasceu em 4 de fevereiro de 1930 em Araranguá-SC e a partir da década de 1950 se torna jornalista, escritor e militante político de concepção marxista. Em 1964 foi expurgado pela ditadura civil-militar através da perda de seu emprego de funcionário público na Assembleia Legislativa do Paraná. Cassado não de maneira legal-institucional, mas na prática política e social devido às suas inúmeras participações na militância política de esquerda, com atuações em matérias jornalísticas, produções e direções de peças de teatro criticamente ácidas e manifestações políticas em diversos espaços na cidade de Curitiba.

A partir de então passa a organizar e militar em várias entidades políticas como a Ação Popular entre outras organizações. Devido a sua incisiva participação política, frequentou por diversas oportunidades a cadeia da Polícia Federal em Curitiba, sendo que a última, em 1978, se tornou emblemática e representativa do tamanho da brutalidade e da estupidez da ditadura com seus aparelhos repressivos, com suporte do imperialismo estadunidense e suas entidades multilaterais. No ano de 1978 a Polícia Federal (PF), a qual a esquerda adora mencionar como instituição que irá prender lava-jatistas e bolsonaristas com Lula na Presidência, lançou a operação de busca e prisão denominada “Pequeno Príncipe”. Essa operação tornou-se famosa no Brasil por se tratar de aspectos educacionais com envolvimento político de crianças da pré-escola.

No amanhecer de 18 de março de 1978, agentes entraram nas casas das famílias, que ainda dormiam. Alguns foram algemados na frente dos filhos, ma-

triculados nas escolinhas. A acusação era de que as crianças de até 6 anos de idade eram doutrinadas pelo marxismo nesse espaço educativo e que a prisão dos envolvidos era mais do que justificada.

O jornal *Folha de S. Paulo* na época também cobriu o caso trazendo uma matéria sobre a operação da PF. Segundo o portal ClicRBS, “Em 19 de março de 1978, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou as prisões na capa. Nos dias seguintes, manteve a cobertura sobre o assunto. Em 2 de abril, uma charge do cartunista Jota, no extinto caderno *Folhetim*, indicava o tom que a operação passava a adquirir para a opinião pública: piada nacional. O desenho mostrava um agente federal segurando um preso com uma mão e, na outra, um livro. O policial dizia:

— Taqui a prova: Eles davam Chapeuzinho Vermelho para as crianças lerem — em referência à cor que distingue os simpatizantes do comunismo”.

Essa passagem mostra o absurdo do nível rebaixado dos agentes repressores da ditadura e sua doutrina de apoio à subserviência à classe dominante e ao imperialismo. Walmor Marcellino e outros tantos foram presos por terem algum tipo de envolvimento com a denominada escola Oficina e Oca e, de acordo com a matéria do mesmo portal, “as escolas foram criadas alguns anos antes por pais que atuavam em forma de cooperativa para cuidar dos filhos, que ainda não estavam em idade escolar. Tarefas administrativas e de limpeza, por exemplo, eram divididas pelos associados. A maioria dos 11 presos já era perseguida pela ditadura militar por envolvimento com algum sindicato, passeata ou movimento estudantil na década anterior”.

Walmor Marcellino tornou-se um dos inspiradores de gerações de políticos de vertentes nacionalistas e de esquerda como o ex-governador Roberto Requião e a ex-deputada federal pelo PT e também presa e torturada pela ditadura militar Clair da Flora Martins. Em 1978 eu, Marcelo Marcellino com dez anos de idade, era uma dessas crianças que foram testemunhas da invasão da casa com a prisão do meu falecido pai Walmor.

Por coincidência eu frequentava o Colégio Conselheiro Zacarias ao lado da antiga sede da Polícia Federal na Rua Ubaldino do Amaral, próxima ao centro de

Curitiba e experimentei a brutalidade e a estupidez da ditadura militar, que nesse período começava a despencar. A prisão de Walmor e demais companheiros em março de 1978, além de ter servido de exemplo de uma piada de “mau gosto” e/ou chacota da medíocre ditadura mostrou um lado perverso da aliança das instituições nacionais com agências internacionais, como no caso relatado em matéria na página do mestrado profissional no ensino de História, que aborda a associação do MEC com a *Usaid* (*United States Agency for International Development*) que contribuiu para a cooperação com os órgãos da Segurança Nacional como apontou o relatório da Comissão da Verdade em 2014.

Na época da OCA, onde os “doutrinadores marxistas de criancinhas” foram presos nessa operação pra lá de desmoralizante, nem tudo pode ser considerado revelador da estupidez, já que alguns desses companheiros foram torturados e coagidos das mais variadas maneiras. Por ser jornalista, Walmor permaneceu na PF, onde em seguida seria solto com os demais “doutrinadores infantis”.

Walmor Marcellino participou ativamente da cena política paranaense entre o final da década de 1950 e início dos anos 2000 quando ainda testemunhou a vitória de Lula e seu governo morno em termos de mudanças políticas concretas. Foi presidente do PSB no Paraná na redemocratização, quando ainda era considerado um partido de esquerda.

Com a ascensão de Bisol como vice de Lula, em 1989, o PSB passa rapidamente para uma opção à direita do espectro político e no Paraná a legenda se rende abertamente para a direita tradicional de Curitiba já no início da década de 1990, quando Walmor já não se encontrava mais como filiado. Walmor concorreu ao Senado pelo Paraná em 1986 e para vereador de Curitiba em 1988 pelo PSB e a partir daí vê a legenda ser atravessada por vários indivíduos que entregam o partido de bandeja para a direita num golpe interno.

Algumas obras literárias de Walmor Marcellino: *Janela para o mundo*, é de 1964, *Duelo de corte vivo* (poesia), de 2003; *Os idus de março e os ódios de abril* (teatro) é de 1996; *Verberação dos demônios* (ensaio), de 2000; *A cólera é uma loucura breve* (narrativas), de 2001. Ao todo foram lançados mais de 40 livros

e mais algumas peças de teatro que foram produzidas e lançadas sempre com uma vertente ácida de teor marxista.

As expressões ácidas e provocativas usadas no texto vão ao encontro à forma como Walmor adorava lidar com as contradições da vida na cena política, social e cultural. As críticas ao PSB (Partido Socialista Brasileiro) correspondem também aos seus relatos das memórias que tinha desde a Presidência do partido no Paraná; ainda na redemocratização da década de 1980 até o final do seu ciclo entre o término do pleito eleitoral de 1989 até a entrada da Era Neoliberal do governo Fernando Collor de Mello. A posição política de Walmor Marcellino orbitava em torno de uma proposta antirreformista, pequeno burguesa ou liberal por parte de uma cultura de colaboração de classes com os piores inimigos políticos e demais instituições burguesas da esquerda de conjunto.

Ao mesmo tempo apoiou as candidaturas de Jaison Barreto ao governo de Santa Catarina e a de José Richa, ambos pelo MDB em 1982, na campanha política para as eleições estaduais depois de quase duas décadas. Atuou por mais de dez anos no jornal Gazeta do Povo entre as décadas de 1970 e 80 e mesmo assim não se acostumava com a ideia de propagar esse ou quaisquer desses jornais sem a devida crítica com a mão pesada sobre a imprensa burguesa.

Walmor Marcellino não trabalhava para governos, nem mesmo aqueles reconhecidamente mais nacionalistas, de viés progressista. Abriu uma exceção quando trabalhou no BRDE no início do segundo governo Requião (2003-2006), mas não permaneceu muito tempo. Walmor Marcellino inspirou gerações de jornalistas, escritores, pessoas ligadas à cultura, movimentos sociais e militantes políticos; inclusive muitos dos políticos profissionais que atuaram e atuam ainda hoje na cena política paranaense.

Os quase 80 anos de vida de Walmor Marcellino permitiram a várias gerações de artistas e militantes políticos obterem conhecimento e inspiração filosófica e social na luta política de cunho marxista. Quando perguntarem quem foi Walmor Marcellino as gerações recém-chegadas no mundo social poderão ter ao menos, alguns relatos de experiência, sejam orais e escritos; principal-

mente por parte daqueles que compreendem o mundo para além da geração de 1968 e seus bravos combatentes que nos deixam um legado histórico, assim como o lobo de guerra Walmor Marcellino.

***Marcelo Gonçalves Marcelino** – Um dos quatro filhos de Walmor Marcellino, nascido em 13 de março de “1968”; economista, sociólogo e cientista político – professor e pesquisador. Atua no grupo de pesquisa NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses do programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR e do Nesef – Núcleo de Estudos da Educação Filosófica do Setor de Educação da UFPR.

Os outros filhos de Walmor Marcellino são: Roger Marcellino (falecido), Bárbara Marcelino Perera e Joana Ravaglio Marcellino.

Pelo Futuro – Antes, Agora e Sempre

Marcelo Jugend*

Naquele tempo eu era quase uma criança. Completei 12 anos em dezembro de 1963.

No início de fevereiro de 1964 fui diagnosticado com glomerulonefrite aguda, uma doença renal bastante grave, cujo tratamento exigia repouso absoluto, que fui obrigado a observar por quase 90 dias. Assim, em 1º de abril eu estava na cama, imóvel. A lembrança mais marcante que guardo do golpe é a da voz de meu pai (então um comunista convicto) ao telefone, exclamando: “Perdemos!”

Eu era aluno do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. Já no início de 1966, na flor da pré-adolescência, eu integrava, como subcoordenador no período da manhã, o Movimento Estudantil Livre (MEL), fração da resistência dos estudantes secundaristas. O coordenador chamava-se Aloísio. Nunca soube seu sobrenome, mas lembro o quanto era aguerrido no combate à ditadura então nascente. Portava uma deficiência física que o fazia mancar acentuadamente, mas jamais deixou que isso o limitasse em qualquer aspecto.

Passamos várias madrugadas pichando “Abaixo a ditadura” e “O povo unido jamais será vencido”, em vários cantos da cidade.

Por onde andaré o camarada Aloísio?

Tempos depois, participei, juntamente com vários companheiros e companheiras, cujo nome o tempo varreu-me da memória, (lembro apenas que uma delas era apresentadora de TV no então Canal 4; outro se autodenominava “Paquito”), de inúmeros comícios-relâmpago no centro da cidade. Saíamos, sempre em grupos de três jovens, portando um pequeno caixote, da Casa da Estudante Universitária, ali na esquina da General Carneiro com a Conselheiro Araújo, e buscávamos um local com bastante gente.

Caixotinho ao chão, um de nós subia nele e discursava contra a ditadura por no máximo um minuto. Os outros dois o cercavam, de mãos dadas, a título de “segurança”. Findo o ato, dispersávamo-nos na multidão. Pouco depois tudo se repetia em outro local, revezando o orador.

Então veio 1968, e com ele as grandes manifestações estudantis. Sob a inesquecível liderança, dentre outros, de Vitório Sorotiuk, Stênio Jacob e Celso Paciornik, participei de inúmeras delas. Estive na Reitoria quando pusemos abaixo o busto do Suplicy. Daquele dia são extremamente marcantes para mim, até hoje, os momentos em que, com todo o quarteirão cercado pela PM, interrompíamos o canto de nossos slogans tradicionais para entoar, a uma voz, e com enorme convicção, “Polícia também é povo! Polícia também é povo!”.

Do mesmo modo ressoa ainda em meus ouvidos a voz potente do Stênio, encarapitado no alto da grade do Instituto de Educação, em plena Emiliano Perнета tomada pela multidão, a gritar a plenos pulmões: “Nossa manifestação é pacífica; há provocadores infiltrados; não caiam nas provocações; elas pretendem arranjar pretextos para repressão violenta; sigam apenas a orientação das lideranças do movimento; terminado o ato, dispersem-se pacificamente e vão para suas casas”. Eram essas as palavras exatas? Não sei, claro. Mas era este o sentido. Quem sabe o Stênio não nos ajuda?

Quando Vitório foi preso houve uma passeata monstro protestando. Já então com meus 1,81m de altura, fiz parte do grupo de segurança. À frente dos manifestantes alguém carregava uma escada de madeira, dessas de abrir para firmar no chão. De tempos em tempos uma liderança subia nela para discursar, e nosso grupo, também de mãos dadas, fazia o cerco para evitar acidentes ou, na pior das hipóteses, oferecer um eventual primeiro combate à repressão e proteger a fuga do orador. Isto, felizmente, nunca foi necessário. Nem nessa nem em outras passeatas.

Em uma ocasião, um militante do movimento estudantil no Rio de Janeiro fez uma palestra para nós no subterrâneo do RU – Restaurante Universitário, também na Conselheiro Araújo. Mostrou várias marcas e hematomas pelo cor-

po para dizer que nossa polícia “era uma mãe”, já que até então não havia sido registrada repressão violenta em Curitiba, ao contrário do que acontecia em várias outras partes do país.

Só que não foi sempre assim. Em uma ocasião, durante manifestação contra a ditadura em frente à Biblioteca Pública, o cassete correu solto. Bem junto de mim a polícia prendeu, com enorme truculência, um dos líderes da luta naquele momento, o grande cineasta paranaense Sérgio Bianchi.

A chegada do AI-5 recolocou todo o confronto em um novo patamar. A partir dali muitos optaram por lutar na clandestinidade, a maioria deles de armas na mão.

Optei por não trilhar nenhum desses caminhos, de maneira que nos anos seguintes minha militância se deu principalmente no Movimento Democrático Brasileiro – MDB –, partido da oposição consentida ao regime militar. Ali integrei o diretório da 1ª Zonal de Curitiba e, posteriormente, o diretório municipal. Participei ativamente de todas as campanhas eleitorais do partido no período, das quais as de 1974 e 1976 foram as mais memoráveis, porque provocaram as primeiras rachaduras na muralha da ditadura militar.

Entre 1970 e 1974 frequentei a Faculdade de Direito da UFPR. Eram os anos de chumbo, e o movimento estudantil universitário havia sido estrangulado e silenciado, à força, em todo o país.

À exceção de conversas à socapa, e, no final do curso, a participação na eleição de um orador da turma comprometido com uma visão mais crítica da realidade, nada pude fazer no período, enquanto estudante. O discurso de formatura, escrito a várias mãos por alguns de nós mais conscientes, continha tímidas e veladas alusões ao que ocorria no país. Provocou o desagrado do reitor e de alguns figurões presentes, mas nada mais do que isso.

Já advogado, prestei assistência jurídica aos incipientes movimentos de trabalhadores e de associações de moradores. Marcante, na época, foi a participação no Comitê de Auxílio a uma das primeiras greves dos operários da construção civil.

Pouco depois, recrutado pelo grande camarada Expedito Oliveira da Rocha, passei a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), iniciando então uma militância orgânica e, agora sim, clandestina. Naquele período, obviamente, obedeci às orientações e deliberações dos órgãos dirigentes partidários, quase todos ainda no exílio. Participei da base de profissionais liberais de Curitiba, integrei a Executiva Estadual do partido, e, em nível municipal, fui secretário Político e secretário de Organização.

Falseia-me a memória quanto ao ano (1982?), mas, ainda dentro do MDB, lançamos candidato a vereador, o camarada Otávio Barbosa dos Santos, líder da luta dos vendedores ambulantes de Curitiba, campanha que coordenei.

Foi nessa época que me juntei ao movimento nacional pela anistia aos presos políticos, chegando a ocupar a Presidência do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) do Paraná, sucedendo ao grande camarada Narciso Pires.

Já então vivíamos os estertores da ditadura militar. Contudo, e ainda antes do início da transição democrática propriamente dita, atuei na campanha a governador de José Richa, inclusive fazendo parte da equipe que confeccionou seu programa de governo, jornada memorável comandada pelo amigo Antenor Bonfim.

Derrotado o regime no Colégio Eleitoral e iniciada a redemocratização, o PCB foi legalizado. Determinado a iniciar um processo de reversão da lavagem cerebral anticomunista instilada incessante e pesadamente na população brasileira durante a ditadura, e apostando que o Congresso Nacional aprovaria o pleito municipal de 1985 em dois turnos na nossa capital, o partido resolveu lançar candidato próprio, sendo eu o escolhido.

A conjuntura era polarizada. Apenas duas candidaturas competitivas eram colocadas à população curitibana, sendo uma identificada com o regime autoritário recém-terminado, em oposição a outra, de perfil mais democrático.

No eventual segundo turno nos alinharíamos a esta última.

Contudo, rejeitada a emenda, o partido optou por retirar meu nome e fazê-lo desde logo, em benefício da evolução da transição no país. Mesmo diante da in-

compreensão causada pelo ranço anticomunista que insistia em infestar inclusive setores democráticos burgueses, caímos em campo e, com certeza, ajudamos a conquistar aquela que foi uma das mais apertadas vitórias eleitorais da história da cidade.

E lá se vão quase quatro décadas!

A conquista da democracia, entretanto, por grande feito que tenha sido – e foi! – jamais representou a almejada e justa redenção a que faz jus o povo brasileiro. Dentre inúmeras outras mazelas e barbáries inconcebíveis que nos afligiam então e nos afligem ainda, permanecemos entre as nações mais desiguais e injustas do mundo.

Nossas elites dominantes que, certamente, figuram entre as mais cruéis e estúpidas do planeta, trocaram de método, mas não de objetivos.

Nossa luta, portanto, mudou, mas não cessou.

De minha parte, e por isso mesmo, permaneci na trincheira. Lutei pelo barateamento da casa própria, pelos direitos humanos, pela justiça social. Ocupei cargos de gestão na área da segurança pública, e neles, e a partir deles compreendi que não se pode chamar de democrático um país no qual o genocídio de recorte racial e econômico é política institucional. Desde então tenho militado com toda a minha pouca força em prol da alteração revolucionária deste modelo assassino.

Em 2008, como parte desse esforço, publiquei “A Morte do Super-Homem”, cujo subtítulo, “Propostas para o enfrentamento democrático da violência e da criminalidade” a si se explica.

Como todos nós, estive na primeira linha de combate ao golpe de 2016, que abalou até a estrutura o mais longo, sólido e profundo período democrático da história de nosso país.

Como todos nós, estive na primeira linha de combate ao fascismo à brasileira que o golpe gerou, desde o momento em que ele esgueirou sua cabeçorra asquerosa para fora do esgoto, até o momento em que foi defenestrado do poder. E, também como todos nós, estou convicto de que isso nem de longe representou

sua derrota definitiva ou sepultamento. É preciso devolver essa corja à lata de lixo da História, e para isso permaneço disponível e disposto.

Em 2021, dei modesta contribuição a esse objetivo, publicando “O Que Você Pensa que Você Pensa Não é Você Quem Pensa”, obra que busca desvendar e analisar a guerra híbrida deflagrada no Brasil a partir das jornadas de junho de 2013, pelo imperialismo estadunidense aliado às elites domésticas retrógradas e entreguistas, e que, em meros cinco anos, nos reduziu de potência global emergente a pária da cena mundial.

O livro acabou por gerar, em 2023, um curso “*on-line*” no ICL – Instituto Conhecimento Liberta, uma das mais influentes plataformas digitais hoje em operação no país. Em 10 aulas de uma hora de duração cada, esmiucei a guerra psicológica por inteiro, com especial ênfase no papel deletério e destruidor da Operação Lava-Jato e seus perpetradores.

Agora, já bem adentrado na oitava década de existência, a vida me surpreende em plena pré-campanha a vereador de Curitiba. Depois de quase sessenta anos de militância política contínua sem jamais ter ido às urnas, salvo uma única e desprestigiada vez, pois era apenas um ato político de marcação de posição, vejo-me a iniciar uma carreira eleitoral, pelo partido de Brizola e Darcy Ribeiro, que tem em Luiz Carlos Prestes seu presidente de honra.

A trincheira é outra, mas a meta é a mesma. A luta continua.

No outono da vida, é como se ela própria me convidasse a tão somente olhar no retrovisor. Convicto, porém, de estar, hoje e sempre, combatendo o bom combate, decididamente declino.

Ainda há horizontes a conquistar. Por isso permaneço e permanecerei na linha de frente enquanto minhas forças o permitirem.

Se algo aprendemos com 1964, todos os que lutamos por um futuro mais justo e solidário para a humanidade, é que “o preço da liberdade é a eterna vigiância”. No último país do mundo que extinguiu a escravidão de seres humanos, que mantém o mais perverso racismo estrutural e que inventou a ditadura sem ditador, país no qual os “cidadãos de bem” entendem que seus próprios privilé-

gios se sobrepõem a tudo, inclusive às instituições democráticas, orgulham-se de sua ignorância, de sua truculência e de seu ódio e desprezo pelos pobres e por seus direitos, não nos é permitido fraquejar, por um minuto que seja.

Sempre que o fizemos, a deixamos escapar.

Não podemos nos dar a tal luxo porque a liberdade, e apenas ela, é a casa da nossa luta. Somente ali pode vicejar alguma esperança de sucesso, mesmo que lento, mesmo que aparentemente ínfimo.

É dessa esperança que se nutre nosso ânimo.

Continuemos em frente, portanto.

***Marcelo Jugend** é formado em Direito pela UFPR. Presidiu a Associação dos Mutuários da Habitação de Curitiba e Região Metropolitana e o Comitê Brasileiro pela Anistia – Paraná. Integrou a Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR e a Comissão Pontifícia Justiça e Paz de Curitiba; foi membro do Conselho Penitenciário do Paraná, do Conselho Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos e do Conselho Curador do Programa Nacional de Proteção às Testemunhas e Vítimas Ameaçadas no Paraná. Foi chefe de gabinete e assessor Especial da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, e secretário Municipal de Segurança de São José dos Pinhais. Publicou em 2008 “A Morte do Super-Homem – Propostas para o Enfrentamento Democrático da Violência e da Criminalidade” (Editora DPB), em 2021 “O Que Você Pensa Que Você Pensa Não é Você Quem Pensa – A Guerra Híbrida no Brasil” (Moura SA Editora) e em 2024 “O Triunfo do Mal”, pela Kötter Editorial.

1968 – O ano que mudou de forma definitiva meus caminhos

Maria Alice Pedotti*

Este é o ano de 2024, e contamos 60 anos de um golpe de Estado em nosso país, que tentou de todas as formas nos colocar de vendas e de joelhos, submissos a um poder ditatorial, violento, violador, e que permaneceu por 21 anos.

Há sessenta anos, em 1964, eu morava em Cornélio Procópio, no norte do Paraná, uma pequena cidade, parte da ocupação desse território, que acompanhou a construção da estrada de ferro desde São Paulo.

Era o tempo da inocência, e o tempo da submissão de filhos à autoridade indiscutível de seus pais e mães.

O rádio era o principal meio de comunicação para notícias, música, futebol, e rádio-teatro e novelas. As cartas eram o meio de comunicação pessoal.

Eu, com 15 anos, escrevia muitas cartas. A maioria dos/as correspondentes era de jovens escolhidos por algum tema de interesse comum, como pirâmides de troca de postais ou selos, ou poesias. Não nos conhecíamos pessoalmente.

Um desses correspondentes era do Rio de Janeiro. Falávamos de nossas cidades, atividades, e trocávamos poemas. Seu nome, Juarez FR. Tinha uma letra linda, me escrevia em papéis coloridos e tinta vermelha. Eram páginas e páginas, e emoções construindo amizade e afeto. Contou que estava servindo, era paraquedista. Pedi foto, e recebi uma em salto de paraquedas, lá em cima, contra o céu. Nunca me mandou uma foto em que eu pudesse conhecer seu rosto.

Um dia, final de março, começo de abril, pais ou mães foram, nervosos, buscar seus filhos nas escolas. Aulas foram suspensas. Não sabíamos exatamente o que estava acontecendo. Alguma coisa com o país, os militares, algumas pessoas, que todos conheciam, e que eram consideradas boas pessoas, professor, estudante, foram presas... clima de temor, cochichos e meias-palavras...

Cartas continuaram a chegar. Mas do Juarez não. Alguns dias se passaram e escrevi para ele reclamando a demora.

Alguns dias depois, estávamos almoçando, e alguém me trouxe uma carta. Não reconheci a letra. Minha mãe falou pra ler depois que terminasse de almoçar. Mas não me contive e a abri ali mesmo, na mesa.

Comecei a chorar, saí da mesa, corri pro quarto, minha mãe atrás. Passei a carta pra ela.

Um amigo, colega de quartel do Juarez, avisava, laconicamente, que ele tinha morrido.

Fiquei em choque. Como assim? Eu precisava saber o que tinha acontecido, se ele tinha parentes, onde estavam minhas cartas...

Escrevi então ao remetente perguntando tudo isso, e alguns dias depois recebo a segunda carta. Dizia que minhas cartas anteriores tinham sido entregues a uma irmã do Juarez. E implorava que eu não escrevesse mais, e que não procurasse saber mais coisas sobre o Juarez. Que estava sendo muito perigoso esse contato, tanto para mim quanto para ele.

Esse episódio foi como um batismo para mim sobre o que poderia ser esse governo, que prendia pessoas boas, que matava jovens, e aterrorizava seus amigos!

Fiquei tão bloqueada que nunca consegui contar essa história, e ela sempre me incomodou e sempre me incomoda. Passei todos esses anos sem saber realmente o que aconteceu com ele naqueles terríveis dias. Teria se rebelado? Teria sido morto? Em que circunstâncias?

Alguns anos mais tarde, já em Curitiba, participando do movimento estudantil, em 68, soube que houve realmente resistências e mortes nos quartéis em 64.

Este é o primeiro relato que faço. E a possibilidade de saber alguma coisa, pesquisando os arquivos da época, ainda me dá a esperança de esclarecer as circunstâncias dessa morte. Não apenas para mim, mas para justiça e memória de mais um jovem brasileiro que possa ter sido assassinado dentro dos quartéis em 64.

Não foi fácil ir estudar em Curitiba. Naquela época, nós, meninas, deveríamos querer casar com alguém da cidade e ter casa e filhos. Eu não! Não sabia exatamente o que queria, mas me movia um grande desejo de liberdade, um fugir daquela rotina em que fui crescendo. Fui avisada pela família que não haveria como me manterem lá. E assim trabalhei meio expediente durante todo o tempo enquanto estudava. No primeiro ano (1967) morei um tempo em casa de parentes e trabalhei como auxiliar administrativo da Faculdade de Educação Musical do Paraná (FEMP), onde encontrei uma biblioteca recheada de livros interessantes, autores que não conhecia, muita poesia. E fiz o intensivo do Curso Abreu, no centro de Curitiba, onde fui aluna do Paulo Leminski. Não perdia uma palavra. Fiz o exame vestibular para Direito, na Federal, e fiquei em inglês. Para não voltar pra casa, fiz e passei no único vestibular que ainda estava com inscrições abertas: Biblioteconomia. Nesse ano, morei alguns meses na Casa da Estudante, ao lado da Faculdade de Filosofia e conheci a “turma do segundo andar”. Ouvia conversas sobre coisas como a situação do país, a repressão, o movimento estudantil, exploração, imperialismo, política, economia. Muito interessada, soube que faziam Ciências Sociais. E foi assim que, em 1968, fui caloura na Federal, para aprender essas coisas todas, novas pra mim.

E realmente esse foi o ano mais importante da minha vida. Como se uma cortina se abrisse, compreendi um novo modo de ver e interpretar a realidade e a história. Aprendi muito lendo e lendo e lendo, mas também na convivência com colegas na faculdade e participando de reuniões onde lideranças do movimento estudantil argumentavam, lendo frases de livros para embasar a teoria que deveria orientar uma prática. Percebi a necessidade de atuar num coletivo contra injustiças e para transformar a sociedade em um lugar de convivência solidária.

Ah! E tinha o Acordo MEC/Usaid que todos nós éramos contra, defendendo princípios de soberania e autonomia para a Educação. E eu comecei a participar, a rodar material em mimeógrafo a álcool, para distribuir pela cidade, saindo em grupo, à noite, em uma caminhonete de um dos militantes. E começaram as passeatas.

Então meus pais vieram me buscar.

Um professor de Cornélio tinha me encontrado nessa tarefa junto ao mimeógrafo, e fez o maior alarde ao voltar pra cidade. Havia o medo da repressão e das prisões que estavam se tornando mais frequentes. Centenas de telefonemas pra minha mãe.

Perdi uma passeata, mas voltei. E estive na tomada da Reitoria, e em outras passeatas e manifestações.

Esse foi um aprendizado para a vida toda. A liberdade, a atuação política, o conhecimento, a solidariedade, o coletivo, o desejo de um mundo mais justo. A teoria e a prática, duas irmãs que te oferecem um caminho revolucionário.

Ciências Sociais/UFPR/68. Turma aguerrida, brigamos muito durante os quatro anos exigindo melhores professores e aulas com mais conteúdo. Alguns colegas deixaram o curso quando optaram pela clandestinidade, atuando mais perto da classe trabalhadora. Alguns foram presos. A convivência no movimento estudantil, a solidariedade e a certeza de estarmos lutando por um país melhor nos uniam em desejos e ações que envolviam, muitas vezes, frente aos avanços da repressão, passar dias e noites picando e queimando documentos e apostilas que pudessem comprometer alguém do grupo. E cada vez mais tínhamos notícias, passadas boca a boca, de prisões e tortura.

Medo e tristeza nos acompanhavam permanentemente.

Nesse período trabalhava meio período na Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar), onde aprendi o necessário rigor e importância do trato à pesquisa e processamento de dados estatísticos.

Após o término do curso em 1971, entramos para o mercado de trabalho e, de certa forma, fomos aliciados pelo sistema, que criava, naquele momento, as Secretarias de Planejamento, Institutos de Pesquisa, cursos de Especialização em Planejamento e Estatística. As áreas de Educação e de Saúde também absorveram militantes, que buscaram influenciar de alguma forma a melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

Atuei na área da Saúde, em Curitiba, onde tive o privilégio de trabalhar ao

lado de companheiros importantes no planejamento e implantação do Sistema Municipal de Saúde. Participei da construção dos Conselhos e da realização das Conferências de Saúde, bem como dos Encontros de Saúde Coletiva. Participei da elaboração de documentos técnicos, protocolos e manuais. Contribuí para a publicação de livros e revistas que levaram as experiências e inovações do Modelo de Atenção à Saúde do Município de Curitiba a serem conhecidas em todo o país.

Após minha aposentadoria trabalhei no Ministério da Saúde, na área de Saúde da Pessoa com Deficiência, onde aprendi quão difícil ainda é a luta por reconhecimento e por inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade. Ali também participei de publicações, de cartilha e livros. Trabalhei também no Ministério da Educação, onde fiz, por um ano, a coordenação da área responsável pelo Acompanhamento da Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa Família. E, por fim, passei alguns meses no Ministério do Desenvolvimento Social, na área responsável pelo Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Confesso que não tive uma militância mais aguerrida, como é o caso de muitos companheiros e companheiras que se colocam neste compêndio. Mas acredito que dentro das minhas possibilidades tenha contribuído para a organização de serviços públicos que devem ser de qualidade e suficientes para acolher e tratar as necessidades da população. Sei que estamos longe ainda desse patamar, mas há que buscá-lo sempre.

E, mais que tudo, tenho orgulho de poder ter compartilhado desse momento histórico e poder agradecer pela experiência e conhecimento recebidos naquele ano/68 que mudaram de forma definitiva meus caminhos.

Transformações quase absurdas aconteceram no mundo e no Brasil desde 1964 até o momento. Tudo mudou, mas ainda não mudou na direção dos nossos sonhos juvenis. A informatização e o acesso à internet nos trouxeram mundos novos e possibilidades de reagrupamento, encontros. O volume de informação acessível é descomunal e pode ser usada para o bem ou para o mal.

A rapidez com que podemos saber o que ocorre em todo o mundo, ao vivo e a cores, coloca em nossas mãos e em nossas vidas fatos que nos orgulham e fatos que nos desesperam. A ciência e a tecnologia avançam em todas as direções produzindo benefícios ao mesmo tempo em que continuamos a destruir o meio ambiente, as fontes de água, as florestas, e a produzir todo tipo de lixo que não conseguimos processar. Temos países que falam em paz, mas produzem as guerras para sustentar as indústrias que fabricam armas. Falam em liberdade, mas invadem outros países para saqueá-los. Em nosso país alguns buscam por direitos humanos para todos, enquanto a polícia continua a matar e encarcerar pessoas negras. O preconceito não dá tréguas. Parece que há pena de morte para aqueles que não são desejados, como os descendentes de nossos povos originários, guardiões da natureza porque se consideram parte indissociável dela. Enfim, estamos habitando um planeta que neste momento pede socorro. Estamos vivendo e sobrevivendo em sociedades instáveis e repletas de desigualdades. Tudo é mais complexo do que vivíamos há sessenta anos. E, é nessa conjuntura complicada que precisamos nos unir, pensar e repensar qual é nosso papel hoje e agora. Qual é a teoria que pode nos apontar caminhos. Qual é o sonho que ainda pode nos mover.

E, se estiver valendo, um pouco de poesia:

Homem do mar

Seu Mané
homem forte
braço rijo
mão segura
precisão.

É o homem do mar
em ação.
Fala rude
riso franco
voz sofrida
opinião.

Ah! Se ele soubesse
que todo este canto
vem solto, vem pronto
é reflexo
do amplexo
ao homem da cruz.
Se ele soubesse
que é ele que sofre
que morre calado
resignado,
que é a mão que ele tem
a força motriz
a transformação.
Ah, se a certeza chegasse
ao seu coração,
e sua mão procurasse
na mão do irmão
a força que faz a
revolução...

Guaraqueçaba, 7/1970

Encontrar Alih

(ao amigo desaparecido)

É inútil a busca?

Inútil no tempo?

Em tempo

Alih será encontrado

ali, no meio das mãos

na espera contida

na mágoa gravada

em feras feridas

ali, em rua sem lua

em calma de sono

em olhos fechados

em momento de espera

na reta final

Alih, amigo, vizinho

Companheiro encontrado

em meio à luta

no centro da rua

na alegria explodida

no sonho partilhado

Alih será encontrado

não morre

quem luta justa

não cala
quem bocas mil
não escura
quem surge manhã
em sorriso sol
em lamento chão
em lágrima curtida
em broto de semente
escondida, ali!

Curitiba, abril/75

***Maria Alice Pedott** é natural de Cornélio Procopio, Paraná. Atuou no movimento estudantil de 1968. Trabalhou nas áreas de Educação e Saúde nos níveis municipal, estadual e federal. É servidora pública aposentada.

A luta dos professores contra a ditadura

Maria Aparecida Arruda*

Sou professora desde 1962, hoje aposentada. Cresci em Mandaguaçu, no norte do Paraná, a poucos quilômetros de Maringá. Meu pai era farmacêutico na cidade, conhecido como Seu Arruda. Era entendido em saúde do povo e atendia a todos que precisassem, com ou sem dinheiro, a qualquer hora do dia e da noite.

Papai era também um membro do Partido Comunista Brasileiro, o Partidão. A farmácia era o ponto de encontro de alguns camaradas, como Manoel Jacinto Correia (liderança histórica da Guerrilha de Porecatu), Castanhar, Calejari e os compadres de Ourizona. Tinha o compadre Polaco (não consigo lembrar o nome, apenas o apelido), que falava russo e à noite ouvia a rádio de Moscou, para depois repassar as novidades para o papai. Em suas reuniões, conversavam sobre a política nacional e internacional e trocavam publicações de esquerda.

Papai vivia fazendo discurso político para os fregueses, em alto e bom som, como era seu jeito de falar. Os compadres vinham, batiam papo, filavam a boia e seguiam viagem. A parada na farmácia ou em nossa casa era estratégica.

Quando veio o golpe militar em 1964 eu tinha 21 anos, era professora, casada e estava grávida de 3 meses do primeiro filho. Lembro bem do Sr. Manoel Jacinto Correia passar em casa para alertar meu pai para sair da cidade.

Naquele mesmo dia, ao cair da noite, fui dirigindo um fusca vermelho levar meu pai para a casa do irmão dele, meu tio Otávio, em Tabaraí, no Estado de São Paulo. A barriga de grávida ainda era pouco saliente e eu fui dirigindo com minha mãe ao meu lado, papai e meu ex-marido no banco de trás. Deixamos meu pai na casa do tio e voltamos logo em seguida, sem direito a longas despedidas. Tínhamos que voltar para Mandaguaçu antes do dia clarear, para não darem falta da gente.

Foi uma correria e tanto. Fomos cortando sítios e fazendas, para não passar por estradas que poderiam ter soldados. Deu certo. Enquanto fazíamos a viagem, meu irmão mais velho, Odilon, cuidou de apagar os rastros, sumindo com jornais e livros de papai.

De manhã, estávamos todos em frente à farmácia vendo passar a passeata “com Deus pela família...”, com o prefeito e vereadores conservadores à frente do caminhão de som. Tudo corria bem, quando opositores foram confrontados pelos golpistas. Dois advogados amigos de nossa família, Dr. Salazar Barreiros e Dr. Emanuel José de Moura, foram atacados fisicamente pelos fascistas da TFP. Quando Dr. Salazar, com sua esposa, adentrou a farmácia com o rosto esfolado para ser tratado, ouvimos os gritos:

– Vamos pôr fogo na farmácia!

Meu irmão Odilon estava armado com uma pistola automática e alertou:

– Ninguém vai queimar nada aqui! Se avançar, não passa do corredor!

O alerta serviu e o tumulto parou por ali. Passados alguns dias, os dois advogados acabaram detidos e levados pra Curitiba, onde ficaram presos no Ahú, segundo lembra meu irmão. O aviso do Seu Manoel Jacinto para papai foi certo e ele escapou de ser preso. Foram longos dias que meu pai ficou longe, até a poeira baixar e poder retornar a Mandaguaçu.

Essa introdução foi para contextualizar como o golpe militar atravessou minha família. Pensávamos que aquela quartelada não duraria muito. Ledo engano. Eu ainda demoraria a me engajar na luta. Nos anos seguintes, tive mais dois filhos, mas segui trabalhando em escolas e mantendo minha visão crítica da ditadura, conforme aprendi com meu pai. Nas vésperas de me divorciar, acabei me engajando na luta sindical dos educadores no norte do Paraná.

Durante os anos de chumbo, todos os educadores que iam dar aulas suplementares tinham que ter o atestado da Dops. Ao solicitar as aulas no colégio, a direção levava o pedido para o prefeito aprovar. Essa era a maratona de professoras e professores, que ainda tinham que aceitar receber o primeiro pagamento do ano só em agosto. Recebia-

mos os atrasados na Coletoria de Rendas do Estado de Mandaguçu. Mudando para Maringá em 1979, passei a trabalhar um período no Colégio Kennedy, à noite. Lá, conheci a professora Neusa Leitão. Ela estava organizando uma chapa para concorrer às eleições da Associação dos Professores do Paraná – APP 4ª Região – Maringá. A princípio eu não queria fazer parte da chapa, mas acabei aceitando o lugar de oradora.

Nossa chapa venceu as eleições. Em janeiro de 1980 foi convocada a primeira reunião, onde traçaríamos um programa de trabalho, mas nada aconteceu. Marcada uma próxima reunião, fui para casa matutando como poderíamos montar estratégias para chegar nos professores das 36 escolas da cidade. O plano era levar os professores a discutirem seus direitos como trabalhadores da educação, questionar as direções da Associação dos Professores do Magistério do Paraná (APMP), Associação dos Professores do Paraná (APP) e Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP), cujos presidentes eram ligados ao então governador Ney Braga. Outro ponto era discutir também o fim da ditadura militar. Escrevi uma estratégia para dividirmos as escolas em grupos por bairro, com o endereço completo das escolas, nome dos diretores, número de professores, alunos e outros trabalhadores. Escreveríamos e mimeografaríamos textos curtos sobre os assuntos que queríamos debater, para entregar aos professores e professoras durante o recreio. Levei a proposta para a reunião, que logo foi aceita por todos. Como eu trabalhava à noite, tinha o dia praticamente livre. A APP local não recebia os repasses da APP geral corretamente, então não havia dinheiro para ônibus e ninguém tinha carro à disposição. Lembro que as despesas saíam dos nossos bolsos e minha companheira de idas às escolas era a secretária da APP de Maringá, Adenir Peraro.

Começamos a ir às escolas como planejamos e os textos, previamente escolhidos, discutidos e impressos, iam junto. Quando os diretores perceberam que estávamos “agitando” os colegas, passamos a ser *personas non gratas*. Mas

havia serventes que nos apoiavam e nos deixavam entrar pela cozinha. Alguns diretores aprovavam nosso trabalho e abriam as portas. Depois dessas rodadas, escolhemos os representantes por turno de cada escola, começamos a juntar grupos de professores e fazer reuniões maiores. A organização seguia nos finais de semana, na sede da APP 4ª Região, que ficava no Edifício Atalaia, no 6º andar. Esse trabalho de base durou uns 5 meses até amadurecer e tomar corpo.

À medida que nos organizávamos, fomos fazendo contatos com lideranças de outras cidades, como da APP de Londrina, que já tinha um grande trabalho como oposição aos dirigentes estaduais e também com colegas de Curitiba. Logo formou-se um grupo forte para enfrentar os “pelegos”.

Ainda em 1980, a presidente da APP de Maringá, Neusa, teve que se afastar por motivos de saúde. Ela conclamou a diretoria para tomar uma posição e a vice assumir o posto. Estávamos em plena ditadura militar, todos da diretoria trabalhavam muitas horas em sala de aula e não quiseram assumir a bronca. Acabou sobrando pra mim. Mas como a oradora assumiria o cargo de presidente em exercício? Consultamos o estatuto e um advogado. Fomos orientados a fazer uma ata explicando o caso. Levada a uma assembleia extraordinária, a ata e a indicação foram aprovadas.

Nos anos de chumbo a greve passou a ser proibida. Para o movimento não morrer na casca, numa reunião em Curitiba, na APP geral, com todas as diretorias do interior, foi aceita a proposta de Wagner D'Angelis, da Comissão de Direitos Humanos, sugerindo o nome de **Movimento Educação e Justiça**, justificando o porquê das reuniões de professores, sem falarmos em greve. Assim, depois de várias reuniões e assembleias, no dia 14 de setembro de 1980, saiu a histórica paralisação que durou 22 dias.

Em Maringá, no dia 14, convocamos todos os professores para irem ao salão da igreja Maria Gorete, que havíamos reservado. Nossa expectativa era otimista, mas fui surpreendida com a presença de 1500 professores que lotaram o salão. E daí? O que fazer? Como? Essa parte não tínhamos discutido. Bateu um frio na barriga. Nisso, um professor de Educação Física da Universidade

Estadual de Maringá (UEM), Agostinho Guimarães, chega perto de mim e diz: “Cidinha, use os grupos regionais das escolas e dê tarefas para eles”. Foi assim: um grupo teve como tarefa visitar os colégios, outro, arrecadar fundos, outro organizar palestras e outro cuidar da parte cultural para os dias em greve. Em poucos minutos já começaram a colocar em prática. Fantástico!

Estava convocada a primeira assembleia-geral em Curitiba no estádio Couto Pereira. O Paraná todo se organizou com ônibus de professores que foram para Curitiba. Só de Maringá, partiram cinco ônibus lotados, em que cada professor pagava sua passagem. Quem não podia viajar ajudava os que podiam. As escolas fizeram rifas, arrecadando dinheiro para a viagem e alimentação.

Na véspera dessa assembleia, soubemos por uma companheira de Curitiba que os três presidentes das APPs, Isaias Ogliari, Sebastião de Paula Vieira e Dino Zambeneti, iriam naquela noite se reunir com o secretário da Educação, Edson Machado, com a finalidade de aprovar em assembleia o final da greve e fazer os professores voltarem para as escolas. Ficamos indignadas. Uma professora, que tinha amizade com um deputado de Maringá, arrumou com o parlamentar um avião para buscar a comissão de professores que formavam as lideranças legítimas da greve, para irem imediatamente para Curitiba e poderem participar da tal reunião. A comissão era formada por Merli Defune, Raul Pimenta, Tadeu França, Agostinho Guimarães e eu. Viemos de avião e descemos no aeroporto do Bacacheri.

O deputado da Arena estava nos esperando e um carro nos levou para a Secretaria de Educação. Agradecemos ao deputado, mas deixei bem claro, que isso não lhe daria direito de frequentar nossas assembleias, muito menos espaço para fala, pois o Movimento Educação e Justiça em Maringá não permitia que nenhum político tomasse parte.

Chegamos à Seed mais ou menos às 23 horas. Os seguranças não queriam nos deixar entrar, mas mesmo sem conhecer o prédio da Secretaria e nem onde ficava a sala do secretário, fomos entrando e fazendo barulho. Lá estavam os três presidentes e o secretário de Educação. Foi uma confusão! Discutimos,

chamamos os presidentes de traidores. O secretário não sabia onde enfiar a cara. Sentamos e ficamos esperando acabar a reunião. Éramos uns terríveis malucos naquela hora.

Terminada a visita e o repúdio, fomos procurar um taxi que nos deixou no centro. Não tínhamos nem onde ficar. Juntamos o pouco dinheiro que possuíamos e conseguimos pagar dois quartos no Hotel Globo. Às 5 horas da manhã levantamos e fomos para a entrada do estádio Couto Pereira esperar os ônibus do interior e passar a notícia da traição dos presidentes com a categoria. A cada ônibus que chegava um entrava, contava o ocorrido e pedia para avisar aos demais. Resultado: a greve não terminou e aprovamos uma grande passeata até o Palácio Iguaçu e um acampamento em frente à Prefeitura Municipal de Curitiba. No dia seguinte, uma foto dos professores cercados de policiais em frente ao Palácio Iguaçu estampava as capas dos principais jornais do Paraná e do Brasil.

O acampamento em frente à Prefeitura durou um bom tempo, não lembro exatamente quanto até que, num sábado, enquanto algumas lideranças estavam em assembleia em Ponta Grossa a polícia militar chegou de forma violenta para desmobilizar o acampamento, batendo em professores, inclusive prendendo alguns. Diversas professoras do interior foram levadas em viaturas e soltas em bairros variados da cidade.

Uma história que não me sai da memória é a dos filhos pequenos dos professores que estavam acampados que, diante do avanço da PM, reagiram à truculência dos invasores. Parece anedota, mas os filhos da professora Aurora Laroca partiram pra cima da polícia à base das dentadas.

A história de resistência dos professores iniciou-se em 1978, numa greve anterior, mas nesse capítulo que contei, de 1980, tivemos uma movimentação massiva, que ganhou as manchetes nacionais, e por isso julgo histórica. Essa resistência se estendeu nos anos seguintes até o afastamento de vez da diretoria pelega da APP, pró-ditadura.

Participei ainda ativamente das discussões nacionais para a Constituinte de 1988, com foco nos direitos das mulheres, dos indígenas e na educação.

Dediquei-me também à Educação Popular com foco na alfabetização e conscientização política de jovens e adultos, principalmente no interior do Paraná, via Brigadas de Trabalho, contribuindo para a formação de líderes populares, que se tornariam lideranças sindicais e do MST.

Passados todos esses anos, vejo a importância desses acontecimentos e o quanto tivemos coragem. Sempre haverá quem resista, não importa o quanto a direita fascista avance, a resposta sempre virá do seio do povo, no seu anseio por direitos e liberdade.

***Maria Aparecida Arruda** nasceu em Bauru-SP em 1943, mas mudou-se ainda criança para Mandaguaçu-PR. É professora de Educação Artística aposentada. Foi presidente da APP da 4ª Região – Maringá, entre 1980 e 1982. Exerceu as funções de coordenadora pedagógica do projeto Brigadas de Trabalho na Secretaria do Trabalho do Paraná e coordenadora do Núcleo de Educação Indígena na Secretaria Estadual de Educação. Pertenceu ao Conselho da Condição Feminina, coordenou o projeto Mulher e Educação e Mulher e Constituinte da Seed. Atualmente, faz parte da Frente Patriótica Luiz Carlos Prestes.

Fomos resistência e seremos sempre resistência

Narciso Pires*

A geração de esquerda dos anos 60 ficou marcada pela renhida resistência ao golpe militar de 1964. No entanto, é preciso ficar claro que a resistência foi principalmente contra o sistema econômico capitalista perverso, escravista, opressor, altamente excludente que mantinha (e mantém) milhões de pessoas, principalmente as populações pobres, negras e pardas do país – logo a maioria – em estado de miséria, fome e ignorância, impedidas de acessar direitos fundamentais e condições mínimas de vida digna.

A indignação a esta dura realidade, vivida por dezenas de milhões de pessoas do campo e da cidade, levou essa geração à resistência no plano nacional e internacional, pelo que construiu sua caminhada em plena Guerra Fria, em um mundo polarizado por duas grandes correntes, o capitalismo liderado pelos EUA – Estados Unidos da América – e o socialismo liderado pela URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esse contexto de resistência marcou a atuação dessa juventude rebelde, de esquerda, com a clara opção estratégica pelo socialismo como solução e resgate dos imensos contingentes de população miserável e pobre do Brasil e do mundo. O fim da exploração humana, da miséria, da fome e da violência em escalas nacional e planetária foi a base desse sonho e continua sendo. A ditadura militar foi um obstáculo, um terrível obstáculo, à realização desse sonho.

Apucarana na resistência

Dentro dessa realidade internacional política e ideologicamente polarizada, um grupo de estudantes na cidade de Apucarana, norte do Paraná, começou a sua incrível jornada de resistência por um mundo mais justo e igualitário, op-

tando claramente pelo socialismo como sistema de promoção de justiça social. Esse pequeno grupo pagou muito caro pela ousadia. Dois foram assassinados pela ditadura já no início da jornada, quase todos os demais presos e torturados, um tentou suicídio para escapar das torturas, dois, após soltura, partiram para o exílio, primeiramente no Chile e, após o golpe de 1973 contra Allende, para a Europa. Três, de um total de 11, não foram atingidos pela repressão por finalizar sua atuação organizada ainda no início de 1969. Um, após a prisão, permaneceu no Brasil dando continuidade à resistência e foi novamente sequestrado, preso, torturado, condenado a uma pena de dois anos de reclusão cumprida integralmente em regime fechado, duramente perseguido pelo regime militar.

Vamos aos fatos!

Era 1966, em Apucarana, a ditadura ainda não se fazia sentir, ao menos pela juventude. A vida transcorria aparentemente normal e, para disputar a direção da União dos Estudantes de Apucarana (UEA), formaram-se duas chapas. Uma foi encabeçada por José Idésio Brianezi (Idésio) e a outra com a participação de Antônio dos Três Reis de Oliveira (Três Reis) e Antonio Narciso Pires de Oliveira (Narciso Pires). Esta última venceu as eleições, mas, de certa forma, a disputa aproximou os três garotos que, juntamente com Geraldo Magela Soares Vermelho (Magela), Francisco Dias Vermelho (Chico) e outros adolescentes formaram, em 1967, o Clube Cultural de Apucarana, onde iniciaram as discussões sobre o Brasil e o mundo. Ainda em 1967, Narciso Pires elegeu-se presidente do maior grêmio da cidade, o Centro Estudantil Nilo Cairo, abrindo espaço para o aprofundamento e a centralização da atuação dos ativistas do Clube Cultural. Nessas condições, em janeiro de 1968, foi realizado o Congresso Estadual da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (Upes), em Cornélio Procópio. Congresso dentro da legalidade e até apoiado pelo Exército, que forneceu a infraestrutura de alimentação e dormitórios.

Nesse evento, Idésio e Narciso Pires representaram Jandaia do Sul e Apucarana, respectivamente. Esse encontro oportunizou o contato com outros

estudantes paranaenses não identificados com a direção da Upes que, claramente, era apoiadora da ditadura, formando uma bancada de oposição (detectada como de esquerda pela Delegacia de Ordem Política e Social – Dops). Também estavam presentes nesse Congresso por Curitiba o secundarista Luiz Manfredini e como observadores pela União Paranaense de Estudantes (Upe), José Ferreira Lopes – o Zequinha, Isamo Ito – o China e José Carlos Zanetti. Em reuniões paralelas ao Congresso, essa bancada de oposição tirou como linha de atuação política e enfrentamento contra o Estado, insurgindo-se contra a cobrança da taxa de matrícula nos colégios estaduais, organizando o Movimento Estudantil Livre (MEL) de oposição à diretoria pelega da Upes. De volta a Apucarana, somente o Colégio Nilo Cairo conseguiu fazer uma campanha massiva, mas sem resultados práticos, além de trazer muitos jovens para a esfera de influência do grêmio. Na Escola Técnica de Comércio, Idésio e Magela foram expulsos, isto é, receberam transferência compulsória, levando suas matrículas para a cidade vizinha de Jandaia do Sul como punição pela sua atuação à frente da campanha naquele colégio.

Como consequência política desse movimento em Apucarana, a dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o apoio de Berto Curvo (da UPE), formou uma célula com os jovens Idésio, Três Reis, Magela, Chico e Narciso Pires. Na sequência, Manuel César Mota (Manuel), José Valdir Feltrim (Valdir), Valdecir Feltrim (Valdecir), Paulo Porto, Buíta e Luiz Carlos. Uma célula em 1968 composta por onze jovens comunistas dispostos a mudar o Brasil e o mundo. Em torno desses onze jovens gravitaram cerca de outros cinquenta, integrados ao movimento estudantil, em sua maioria do Colégio Nilo Cairo.

Em março, com o assassinato do estudante Edson Luiz de Lima Souto pela polícia, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, explode no Brasil uma revolta de indignação. Como resultado, Apucarana fez no final de março de 1968 uma passeata com mais de dois mil estudantes, convocada sala a sala por Narciso Pires e Manuel César, nos Colégios Nilo Cairo, São José e Nossa Senhora da Glória. A passeata saiu do Colégio Nilo Cairo e terminou em frente

à Igreja Matriz. Pela primeira vez, o Quartel do Exército em Apucarana entrou em prontidão e acompanhou a manifestação pronto para intervir. Pouco tempo antes, a Presidência da União dos Estudantes de Apucarana ficou vaga pela renúncia da presidenta, assustada com os acontecimentos, e Narciso Pires assumiu a Presidência, levando a sede para o Colégio Nilo Cairo.

Ainda em 1968, esse grupo juntou-se a alguns companheiros de Curitiba, com destaque para Tereza Urban e rompeu com a dissidência do PCB. No dia 13 de dezembro foi decretado o AI-5 e, no dia 15, uma tropa do exército, sob o comando do Capitão Aimar, invadiu e fechou a UEA. No início de 1969, (começaram ali os anos de chumbo, marcados pelos assassinatos e desaparecimentos políticos), não existia mais segurança para fazer reuniões na cidade e a última delas aconteceu na zona rural de Apucarana e selou o fim do grupo. Idésio e Três Reis ligaram-se à Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Partiram em seguida para a cidade de São Paulo e, no começo de 1970, foram assassinados pela repressão política. O corpo de Idésio foi localizado, mas o de Três Reis continua desaparecido até hoje. Paulo Porto, Buíta e Luiz Carlos desligaram-se do grupo. Magela, Valdir e Valdecir ficaram em Apucarana. Chico, Manuel e Narciso Pires foram para Curitiba em 1969. Narciso prestou vestibular e passou em Jornalismo na UFPR e, em 1970, tornou-se vice-presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo (Darp). Foi para a clandestinidade nesse mesmo ano. Manuel, em seguida, transferiu-se para Londrina. Chico sofreu um acidente e morreu afogado em junho de 1970, numa chácara de familiares da Tereza Urban, em Curitiba. Ao grupo, que ficou em Apucarana, somaram-se o professor Josué de Godoy e os jovens de Floriano, cidade próxima a Maringá, primos do Valdir, Edson e Claudemir Feltrim. Entre julho e setembro de 1970, todos foram presos e sofreram torturas no quartel do Exército em Apucarana e alguns no quartel da Polícia do Exército em Curitiba, acusados de integrarem a Fração Marxista Leninista do Partido Operário Comunista. Magela tentou o suicídio, cortando o pescoço, devido às torturas. Manuel César e Narciso Pires conseguiram fugir. Narciso

na tentativa de resgatar companheiros procurados em Curitiba, ajudado pelo professor Josué de Godoy, comprou um carro e na viagem para Curitiba sofreu um acidente na Serra do Cadeado, batendo o carro. Ainda assim, retornou a Apucarana e ajudado por Buíta, e sua esposa Rosângela, conseguiu fugir para Londrina, escondendo-se na casa do jornalista Edilson Leal e sua esposa, a professora Dego (Edelzina). Ainda na casa de Edilson, emprestou o carro do casal e, juntamente com a Dego, resgataram a Regina Cimbalista em Curitiba, levando-a para Londrina de onde partiu para o exílio e somente retornou em 1979, com a Lei de Anistia. Os estudantes Luiz Cordone e Arnaldo Bertone deram fuga para Narciso Pires, levando-o de Londrina para Ourinhos-SP, onde foi escondido por Sérgio Nunes Faria, reconhecido artista de teatro na cidade. Depois de seis meses de fuga e com todos os companheiros de Apucarana já libertados, Narciso Pires foi preso e levado para Curitiba. Não foi indiciado por não haver elementos que o ligassem à organização. Ficou cerca de vinte dias preso e a razão de sua prisão foi a ligação histórica com o grupo de Apucarana. De 1971 a 1974, Narciso Pires foi professor do Estado, em Mamborê-PR, encerrando suas atividades pelo indeferimento pela Dops de Atestado de Antecedentes Políticos para fins de magistério, como consequência da prisão de 1970.

A Operação Marumbi de 1975

Em 1975, todas as organizações de esquerda no Paraná tinham sido eliminadas pela repressão. A esquerda restante passou a atuar no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em oposição à ditadura. Em 1974, o MDB impôs ao Regime Militar uma grande derrota eleitoral, ampliando a esperança da oposição de pôr fim à ditadura. O PCB, paralisado desde o golpe, tenta se reorganizar em 1975. O Comitê Central destacou o militante paulista Newton Cândido para reorganizar o partido no Paraná. Em Apucarana, contata Arnaldo Ramos Leomil, velho e conhecido militante histórico do PCB, com quem constituiu uma célula em que participaram, além de Leomil, Raul Ceslau Kaniewsk, Pedro Agostinetti Preto, José Caetano, Osiris Boscardim Pinto e

Narciso Pires. Pereira Crystino, integrante do Comitê Central do PCB, contou Narciso Pires em Apucarana para organizar a gráfica do partido. Em cumprimento da tarefa, Narciso desenvolveu uma alternativa ao sistema gráfico tradicional, criando um aparelho com o qual imprimiu duas edições da “Voz Operária”. No dia 12 de setembro de 1975 desencadeou-se uma violenta repressão contra o PCB em todo o Brasil, Pereira Crystino foi preso e sob tortura entregou, entre outras, a seção do Paraná. A repressão no Estado denominou-se “Operação Marumbi”, levando à prisão mais de cem pessoas de Cianorte, Paranavaí, Maringá, Mandaguari, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava, Paranaguá e Curitiba. Todos da célula de Apucarana foram presos e Narciso Pires foi o último, em 16 de outubro de 1975, e também o único de Apucarana a ser condenado. Dentre os mais de cem, 65 foram indiciados e 15 condenados a penas que variaram de dois a quatro anos. De diferente na Operação foram a extrema violência e a metodologia. Todos foram sequestrados, encapuzados e levados a um local clandestino de tortura do Exército. Narciso Pires ficou preso de 16 de outubro de 1975 a 16 de outubro de 1977 (dois anos) e, em 1978, impossibilitado de voltar a Apucarana, permaneceu em Curitiba, auxiliado pelos dirigentes do Darp–UFPR. Maurício Requião, Olinda Evangelista, Claudio Fajardo, Marco Melo, Carlos Oliveira, Clair Carvalho Cruz, e outros companheiros que, em solidariedade, abriram o setor de mimeografia do Centro Acadêmico para a sua sobrevivência.

O CBA–Curitiba e a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita

Em setembro de 1975, a Dra. Terezinha Zerbini, presidenta nacional do Movimento Feminino pela Anistia, orientada pelo PCB, procurou Narciso Pires em Apucarana com o objetivo de construir a campanha pela Anistia no Norte do Paraná. Como em outubro ele foi preso na Operação Marumbi, não foi possível levar a luta adiante. Em final de março de 1978, Narciso Pires, já inserido no meio estudantil após a prisão, propôs à direção do Darp a construção da luta pela Anistia. Desta forma ele, Maurício Requião e Claudio Fajardo

viajaram a São Paulo para contatar a dra. Zerbini e também o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) de São Paulo. Munidos das informações necessárias, organizaram o Comitê Curitibano pela Anistia. Narciso Pires é indicado para coordenar a nova organização. Muitos estudantes assumem a proposta, entre eles, Tohoru Watari, presidente do Das-cisa, diretório da saúde que funcionava no antigo Danc, propõe levar a sede da campanha para aquele diretório mais central e com mais estrutura. Começaram as primeiras manifestações em Curitiba pela Anistia pedindo a libertação de Flávia Shilling, brasileira presa no Uruguai. Atos públicos, caminhadas, panfletagens pela Anistia marcaram as atividades do Comitê que apontou para a realização de um Congresso de Fundação do CBA-Curitiba para o início de 1979, trazendo grandes figuras nacionais da resistência, culminando com a eleição da primeira chapa a dirigir o CBA. Na Presidência Narciso Pires, vice Claudio Fajardo, Secretaria Moacir Reis Ferraz e Tesouraria Otávio Barboza. Naqueles dois anos, a luta pela Anistia centralizou a resistência em Curitiba, funcionando como catalizador do movimento social. A partir dela foram construídos Comitês de Solidariedade aos trabalhadores (metalúrgicos de São Paulo, trabalhadores na Construção Civil em Curitiba, professores do Paraná, enfermeiros) e a solidariedade aos povos em luta contra ditaduras como Nicarágua e El Salvador. O trabalho do CBA se estendeu à periferia estimulando a organização de associações de moradores nos bairros pobres e em especial nas favelas. É importante lembrar as figuras chaves desse movimento que se destacaram como Edésio Passos, Zélia Passos, Claudio Ribeiro, Carmen Ribeiro, Wilson Teixeira, Luiz Salvador, Leo Kessel, Sônia Kessel, Walmor Marcelino, Elba Ravaglio, Lúcia Mendonça, Paulo Sá Brito, Bernadete Zanetti, Luiz Manfredini, Sérgio Faria, Daniel Faria, Hatsuo Fukuda, Mirian, Carlos Molina, Dante Fonseca, Jarbas Schunemann, Pedro Chaves, José Gomes, Adélia Lopes, Elizabeth Fortes, Mazé Mendes, Jorge Okubo, Julio Soares, Glória Romagnoli, Victor Moreschi, Regina Moreschi, Jussara Branco, Jorge Manika, Julio Manso Vieira, Leonel Manso Vieira, Ildeu Manso Vieira, Sérgio Faria, Ruthe Ribeiro

de Lima, Daniel Faria, Jorge Bostelman, Ivo Pugnaroni, Angelo Vanhoni, Mônica Giovanetti, Cescato, Buffo, Luciano Ducci, César Pelózi, Barbozão, Geraldo Serathiuk, Nice Luz, Rosi Greca, Marlise Bassfeld, João Benjamin dos Santos, Marinalva dos Santos, Mario Leal, Fábio Campana e Roberto Requião. Sem esquecer da contribuição de João Urban, Nego Miranda, Dante Mendonça, José Santoro, Pastor Elias Abrão e do cartunista Solda. Tantos, que a memória não dá conta de lembrar e de muitos a lembrança é apenas do primeiro nome. A Anistia veio em agosto de 1979, embora não fosse ampla, geral e irrestrita como desejada, foi uma das lutas mais memoráveis da história de Curitiba. O Arquivo Público do Paraná contém o acervo da Dops referente ao CBA Curitiba e é um dos maiores de todos os tempos. A luta pela Anistia continuou com Marcelo Jugend na Presidência da entidade a partir de 1980. Nesse período, é importante também destacar a professora Neide de Azevedo Lima, presidente do Comitê feminino Pela Anistia no Paraná e o advogado Wagner D'Angelis presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba. É preciso lembrar a importante contribuição dos senadores José Richa e Leite Chaves, dos deputados federais Euclides Scalco, Osvaldo Macedo, Alvaro Dias, Sebastião Rodrigues, Maurício Fruet, Heitor Alencar Furtado, Amadeu Geara, Olivir Gabardo, Nivaldo Krüger e Hélio Duque, dos deputados estaduais Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Valdir Pugliesi, Nestor Baptista, José Tavares, Nelton Friederich, Nelson Fiori, Domingos Scarpelini, Renato Bernardi, Trajano Bastos e Gernote Kirinus e também os vereadores Valdir D'Angelis e Adhail Passos, todos do velho MDB.

Diretas Já

A Lei de Anistia, apesar de não ter sido ampla, geral e irrestrita, trouxe de volta milhares de exilados como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro e Betinho. No Paraná, Carlos Marés, Alcidino Bitencourt, Vitorio Sorathiuk, Espedito de Oliveira Rocha, José Carlos Mendes, Dimas Floriani, entre tantos outros valorosos companheiros. O fim da ditadura se anunciava no horizonte.

Reestruturaram-se as organizações de esquerda como Libelu – Liberdade e Luta, MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado, MR-8 – Movimento revolucionário 8 de outubro, PCdoB – Partido Comunista do Brasil e PCB - Partido Comunista Brasileiro, todos ainda na clandestinidade. Narciso Pires, entre 1980 e 1982, integrou o MR-8, tendo sido preso mais quatro vezes, duas em 1981 e duas em 1982. Juvêncio Mazarollo, jornalista de Foz do Iguaçu, foi preso, indiciado e condenado com base na Lei de Segurança Nacional após a Lei de Anistia.

Dezenas de jovens foram presos, todos libertados em seguida. A estrondosa vitória da oposição em 1982, a massiva campanha das Diretas Já em 1984, que mobilizou milhões de pessoas nas ruas do Brasil contra a ditadura, não deixava dúvidas quanto ao fim do regime. Derrotada a emenda das Diretas, o Colégio Eleitoral em 1985 elegeu Tancredo Neves para a Presidência do Brasil (devido à sua morte assumiu em seu lugar o vice José Sarney). A reorganização partidária de 1980, que objetivou fracionar a oposição, permitiu a construção do PT – Partido dos Trabalhadores, PDT – Partido Democrático Trabalhista, PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, PSB – Partido Socialista Brasileiro, PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (herdeiro do MDB) e o PDS – Partido Democrático Social (herdeiro da ARENA) e outros. Somente em 1988, a Assembleia Nacional Constituinte consolidou, em parte, a democracia no Brasil com a promulgação da Constituição Federal, a primeira verdadeiramente democrática da história do Brasil, fruto de um amplo debate político com a sociedade civil. Contudo, pela forma negociada da retirada dos militares do poder, permaneceu e permanece ameaçada como uma espada sempre pronta a desabar sobre qualquer tentativa de aprofundar os direitos dos trabalhadores do campo, da cidade e das populações mais vulneráveis. É nesse contexto que aconteceu a primeira eleição direta do Brasil em 1989, após quase trinta anos. É importante ressaltar que nenhum militar foi responsabilizado criminalmente por seus crimes de assassinato, tortura, estupro, sequestro ou qualquer outra violação de direitos humanos. Eles permanecem impunes e a luta pela responsabilização e punição tem que continuar.

Mundo bipolar – Unipolar – Multipolar

A derrocada da URSS e toda Europa socialista marcou o fim do mundo bipolar de confronto mundial entre o socialismo e o capitalismo pela hegemonia capitalista neoliberal dos EUA a partir de 1991. O reflexo no mundo foi gigantesco e assim os poderosos partidos comunistas da França e da Itália entraram em declínio, bem como o PC português e os PCs na Europa e no mundo. Em todos os países, o retrocesso ideológico foi brutal e, na Europa Ocidental, os estados do bem-estar social perderam espaço e passaram para a nova realidade com a redução de direitos trabalhistas e a privatização das empresas públicas. Os partidos de esquerda deram uma enorme guinada à direita. A China, um dos maiores bastiões do socialismo, para sobreviver à avassaladora onda neoliberal, construiu uma alternativa com a proposta de um regime e dois sistemas. Assim, sob a batuta do regime comunista, foi reintroduzido o capitalismo em seu território, convivendo com o socialismo. A URSS fragmentou-se em 15 repúblicas, a Iugoslávia se desmantelou de forma semelhante, toda a Europa Oriental renegou o socialismo e reintroduziu o capitalismo ainda mais selvagem e corrupto. No Brasil, os grandes partidos de esquerda deslocaram-se para a direita. O PCB, Partido Comunista Brasileiro, mudou de nome para PPS – Partido Popular Socialista e apoiou as reformas neoliberais do PSDB entre 1995 e 2002. Mesmo o PT, Partido dos Trabalhadores, passou a construir uma pauta mais palatável para o sistema capitalista brasileiro e o mesmo ocorreu com os demais partidos de esquerda.

Nesse novo contexto do mundo agora unipolar, a perplexidade dominou quase toda a esquerda com o horizonte socialista substituído pelo imediatismo das pautas sociais democratas e até mesmo liberais sociais. Esses últimos 30 anos testemunharam o retrocesso dos movimentos sociais e dos sindicatos progressistas de trabalhadores, bem como a importância da compreensão da luta de classes na formatação do pensamento crítico transformador. As práticas políticas das esquerdas perderam o norte da luta de classes, foram substituídas pelas pautas identitárias isoladas, que têm contribuído significativamente para

a alienação dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Com a hegemonia imperial estadunidense, o mundo presenciou cada vez mais conflitos armados e destruidores como o da antiga Iugoslávia, ex-repúblicas soviéticas, Iraque, Líbia, Afeganistão, Síria, Iêmen, Sudão, Congo e Nigéria, com a morte de centenas de milhares de pessoas e o deslocamento forçado de milhões. Nesse contexto, a militância de Narciso Pires foi dirigida para os Direitos Humanos, organizando inúmeros projetos da área que idealizou e coordenou, tais como o *Resistir é preciso*, de 2010 a 2015, projetos de resgate da memória histórica como o *Depoimentos para a história – A Resistência à Ditadura Militar no Paraná* – com a coleta de 165 depoimentos de militantes da resistência ao regime militar e a elaboração e publicação como coautor do livro de mesmo nome em 2013/2014, o *Direitos humanos na rua e nas escolas* (de 2008 a 2016), centenas de palestras, seminários em colégios e universidades e organizações de centros de direitos humanos entre 1985 e 2016, sempre dentro da visão da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos à luz da luta de classes.

Hoje são imensos os desafios para a continuidade das lutas. O mundo vivencia o lento e arrastado fim da hegemonia imperial dos EUA e da Europa. O exponencial crescimento econômico e militar da China, a surpreendente resistência, o poderio militar e econômico da Rússia, revelados na guerra contra a Ucrânia-Otan-EUA, o crescimento econômico dos países da Ásia, deslocando a histórica hegemonia econômica do Atlântico Norte para o Índico, nos revela o surgimento de um mundo multipolar que clama por substanciais mudanças na governança global, devido ao fracasso na mediação das crises mundiais, notadamente nos recentes conflitos e guerras, com destaque para a guerra na Europa e o genocídio de Israel contra os palestinos em Gaza.

O Brasil, desde o golpe de 2016, que destituiu uma presidenta democraticamente eleita, vê o exponencial crescimento da extrema-direita com a vitória em 2018, apesar do desastroso governo, e da derrota em 2022 para uma frente bastante ampla por uma margem insignificante de votos, revela-se profun-

damente desafiador. Nossa geração, testemunha da história, nasceu e cresceu analógica e, já na meia idade e, agora na velhice, enfrenta um mundo cada vez mais digital, sem dominar essas novas ferramentas de atuação, informação e comunicação, vê-se perplexa. Uma geração perplexa, porém, questionadora, que foi e é submetida a essa realidade em transformação mais do que qualquer outra na história, precisa responder a isso se quiser ter algum protagonismo real e sério. Esse é o imenso desafio para os que se colocam na resistência, sonhando, tal qual na juventude dos anos 60, com um mundo mais justo, igualitário, solidário, pacífico e em harmonia com a natureza para o Brasil e todo o planeta.

***Narciso Pires** (Antonio Narciso Pires de Oliveira), militante de direitos humanos, participou do movimento estudantil de resistência desde os anos 60. Integrou diversas organizações comunistas, fundou inúmeros centros de direitos humanos como o CBA-Curitiba, em 1978, a Sociedade DHPAZ em 1985, o Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná em 1995, inúmeros outros centros de direitos humanos. Foi dirigente nacional do MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos. Idealizou e coordenou inúmeros projetos de direitos humanos como Depoimento para a História, Resistir é Preciso, Direitos Humanos na Rua. Ajudou a construir e integrou o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Trajetória de Mamborê-Paraná à Lausanne-Suíça

Nelson Serathiuk

Relatar minha trajetória militante socialista durante a ditadura civil-militar (1964-1989*) no Brasil, no Chile de Salvador Allende, em Portugal da Revolução de Abril, na Suíça “Cérebro do Capitalismo Mundial” (Che Guevara 1961), significa recordar datas, lugares, pessoas, leituras, teorias, práticas, encontros e desencontros. Algumas páginas não são suficientes. A militância política se adquire nas nossas práticas, com nossas leituras, encontros, com determinação, se situando nos patamares possíveis e também escolhidos.

Nasci em Mamborê, Paraná, em 1953, alguns meses antes da morte do famigerado ditador Stalin, estrategista vencedor do nazismo em 1945 e um bom ano antes do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, eleito presidente em 1954, personagem controverso e incontornável da história do Brasil. Nono filho de João Serotiuk e de Justina Hudema, gêmeo com uma menina. Meu pai e minha mãe, filhos de Rutenos-Ucranianos, emigrados da Áustria-Hungria nos fins do século XIX. Meu pai tornou-se farmacêutico servindo o Exército nos anos 1935 e se instalou em Mamborê trazendo a família de minha mãe e um tio dele, instalados numa chácara. Ele se tornou um personagem muito respeitado em toda a região pelo seu ofício: farmacêutico, pois médico, veterinário, delegado eleito, conselheiro e sustentáculo de imigrantes de todas origens, de indígenas e inclusive paraguaios. Meu pai, João Serotiuk, aderiu ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – criado em 1945, getulista e brizolista, tornando-se um militante social-democrata libertário e sempre pela Independência da Ucrânia do soviétismo. Em 1959, ele adquire uma farmácia em Campo Mourão, meus irmãos maiores Vitorio Sorotiuk e Jorge Serathiuk, sempre estudando desde crianças em Prudentópolis, onde viviam meus avós paternos, no Colégio Internato Ucraniano da Igreja Greco-Católica de rito oriental.

Nos conhecemos um pouco mais quando meu pai decidiu reunir a família em 1963, em Curitiba, quando terminou seu primeiro mandato de vereador pelo PTB de Campo Mourão, abrindo uma farmácia no bairro Mercês, guardando as de Mamborê e a de Campo Mourão. Mas, “rebelote” voltamos para Campo Mourão, pois que minha mãe grávida de seu último filho não suportava a umidade curitibana. Meus dois irmãos, Vitorio e Jorge, continuaram a viver em Curitiba, onde já se haviam acostumado com o frio.

Desde sempre, meu pai me banhou na vida política brasileira e ucraniana. Sendo gêmeo e bastante fraco, meu pai me fazia permanecer com ele na farmácia e me levava para todas as partes, inclusive para reuniões trabalhistas. Muitas vezes a farmácia era assediada noite e dia por jagunços à procura de camponeses perseguidos. Quirino Cararo, vereador PTB-Comunista, que meu pai protegeu no início de 1963, foi assassinado antes do golpe no seu esconderijo em Curitiba.

A ocupação de terras e perseguições contra camponeses pobres e indígenas era e sempre foi violentíssima na região do centro, oeste e sul do Paraná. A ditadura militar de 1964 desencabrestou os leões, os mais ferozes carnicheiros. A impunidade era tal que um jagunço era inocentado pelo Tribunal após ter assassinado um camponês com cinco balas nas costas e na via pública diante de testemunhas que tinham medo de falar em Tribunal. Camponeses reunidos também replicavam como podiam e, inclusive, matando senhores latifundiários grileiros.

O golpe de Estado fascista de 1964 contra o presidente legitimamente eleito, João Goulart, desencadeou uma campanha de perseguições jamais vista e desembestou a censura da imprensa, um anticomunismo primário e delações sem igual na história do Brasil, jamais vistas nesse interiorzão do Paraná. Comunista era, então, qualquer um que tinha uma queixa ou denunciava uma injustiça. A ditadura militar envenenou aldeias, cidades, estados, o Brasil inteiro, criando inimigos invisíveis que haviam de ser materializados em alguéns.

Criticar ou reclamar qualquer reforma mínima significava defender o Programa de Reformas de Base do presidente comunista João Goulart, deposto em 1964. O período de caça estava aberto e os leões da ditadura militar atacavam *sans merci*.

Em 1964, com o golpe de Estado, meu pai empobreceu de repente, os laboratórios não estavam mais fornecendo para suas farmácias. Os farmacêuticos da região o forneciam com toda discrição e ele passou a trabalhar com ervas medicinais, que conhecia por meio de convivência com indígenas do sul ao centro oeste do Paraná e suas leituras de livros em alemão.

Eu havia aprendido a falar um pouco o ucraniano, pois fui obrigado já que meus avós maternos não falavam português, e minha curiosidade pelos contos e pela literatura russa e ucraniana dos países eslavos brotou.

Meu pai vende então as farmácias, se separa de minha mãe e se embrenha sei lá onde, me deixando como empregado na sua última farmácia em Campo Mourão e gestor do patrimônio, mediador entre ele e minha mãe diante de advogado. Eu com 12 anos e estudando no colégio noturno. De vez em quando reaparecia e me pedia um pouco de dinheiro para o tintureiro e outras necessidades. Eu não dizia absolutamente nada à minha mãe e meus outros irmãos.

Em 1965, fui então contratado como recepcionista num escritório de advocacia e me tornei o datilógrafo mais rápido a oeste dos Urais. Lia todos os livros de Direito e a jurisprudência que classificava à medida que chegava. Num ano, já estava pronto para passar por um terceiro ano de advocacia na UFPR. Em 1967, trabalhei um ano como vidraceiro com Leon Quenheen, de origem francesa e aprendi um pouco o francês. Descobri que éramos enganados pelo patrão quanto à metragem, pois ganhávamos por metro quadrado que fixávamos nas janelas e portas. Subtraí então o caderno de anotações, contratamos um advogado e demos queixa. Com as indenizações, o Leon Quehneen pôde criar sua própria vidraçaria e comprar uma chacinha.

Em 1968, fui contratado como secretário na Agência Imobiliária de José Rossiter do Nascimento. Em 1971, Nascimento me ajudaria financeiramente para fugir do Brasil e quando de meu pedido de indenização pela Anistia nos anos 2012, providenciou todos os meus certificados de trabalho, já com seus 90 anos.

Desde 1965, quando meu pai João Serotiuk se separou de minha mãe, a Polícia apontava o nariz lá em casa e minha mãe mandava me chamar para apoiá-la. Até

os quadros com as fotos de Getúlio e João Goulart ela havia tirado da sala e deixando somente os quadros de seus santos: “Aqui não vive comunista nenhum, somos todos cristãos”.

Nunca ousaram revistar nossa casa, nunca mostraram mandado nenhum. Visitas de cortesia (sic). Em 1968, fui preso duas vezes para interrogatório em Campo Mourão. A primeira vez quando da publicação do número zero de um jornal lá lançado e que Nascimento havia cedido uma sala da imobiliária. Uma matéria dizia textualmente: “Polícia invadiu o meu lar”. Fui interrogado e o editor foi levado diretamente para a Penitenciária do Ahú em Curitiba. A segunda vez quando fizemos uma manifestação no colégio contra o ensino pago. Eu tinha apenas 15 anos.

1968, foi o ano do AI-5, um golpe brutal dentro do golpe brutal com a finalidade de calar definitivamente qualquer veleidade de oposição ao regime fascista que desabrochava de vez. Meu irmão Sorotiuk vivia sua clandestinidade, fora membro do PCB, o que desgostava enormemente meu pai, que era antissoviético, fora clandestino uns tempos, foi finalmente preso na Chácara do Alemão em 1968 e internado na Penitenciária do Ahú, com muitos outros militantes políticos estudantis.

Em fins de 1969, me mudei para Curitiba a mando de meu pai, pois tinha irmão preso político e direito de visita. Em Curitiba me encontrei com o Cidão, o Internacional, nordestino de Campo Mourão, que trabalhava como gráfico no Danc – Diretório Acadêmico Nilo Cairo. Lá eu dormi durante meses clandestinamente no chão da gráfica, em cima de maços de papéis e papelão.

Cidão me iniciou na gráfica e no mimeógrafo. Jogávamos sinuca e eu era encarregado de preparar o terreno para o Cidão e um companheiro caçaparem, ganharem as partidas e dividíamos o ganho. Passei a visitar meu irmão Vitorio no Ahú, bem como outros companheiros, buscar solidariedade e satisfazer as necessidades básicas dos presos e das famílias junto à irmã Araújo e outras pessoas. Lá conheci Romeu Bertol, Mânfió, Berto Curvo, reencontrei Garcia e outros.

Trocava capas de livros políticos para fazer entrar. Meu irmão Geraldo Sera thiuk descobriu anos depois que uma das revistadoras recepcionistas era analfabeta e reagia conforme seu humor do dia. Eu introduzia objetos em bolas de fu-

tebol, organizava grupos de acadêmicos para jogarem futebol como os presos nos domingos, levava e trazia mensagens etc. Cidão me levou para almoçar no Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), onde Vitorio havia sido presidente. No início fui mal recebido, pois meu segundo irmão havia engrupido alguns. Conheci então Dimas Floriani e também fui morar na Pensão da Carlos Cavalcanti. Estudava no Colégio Estadual, onde fui reprovado em 1970 em Educação Moral e Cívica, a matéria da ditadura militar de 1964.

O CAHS, gestão de Nelson Olivas e Rafael Chossai, me contratou para fazer as compras para o restaurante e fazer de tudo logo que iniciamos o cursinho para estudantes carentes com Dimas Floriani e outros companheiros. Fui eu quem desentupiu e pintou o local, tornando-me datilógrafo das apostilas, aprendendo a operar o mimeógrafo.

Fins de 1970, a direita conquista eleitoralmente o CAHS, e o ambiente ficou pesado. Fui despedido e quiseram interditar o restaurante, já que eu não era universitário. Continuei a ir e lá comia. Em 1971, fui estudar o segundo ano ginásial no Colégio Camões, onde Dimas Floriani e outros companheiros ensinavam. Minhas mensalidades eram pagas com meu trabalho de datilógrafo e penetrei nesse mundo universitário como datilógrafo e, desde 1971, para o Centro Acadêmico Rocha Pombo, gestão McDonald e Odilon.

Datilografava e imprimia texto de livros proibidos para distribuir para a estudentada de mais confiança. Eu continuava a manter um escritório da Imobiliária Nascimento, de Campo Mourão, na Marechal esquina com a XV. Trabalhava muito, ganhava bem minha vida, lia muito, corria riscos sendo constantemente seguido, pessoas até se desviavam de mim nas ruas de Curitiba.

Morando na República da Rua Santo Antônio, 862, estudava muito com Dimas Floriani e trocávamos muitas ideias com Eduardo Stotz, José Luis Moreira Brum, que fazia um excelente trabalho de projeções de filmes sobre o Haiti. Não me considerava um adepto da luta armada contra a ditadura militar de 1964, achando uma loucura o "pém, pém, pém" contra o "boum, boum, boum", uma luta desigual no terreno de um inimigo poderoso e com militantes sem treinamentos militares

aguerridos. Abandonar a lutas de massas a partir de 1964, mesmo com milhares de presos políticos pacíficos, somente faria estreitar o cerco militarista da ditadura, como acabou acontecendo após a Passeata dos Cem Mil. Jamais julguei, ao contrário, sempre respeitei a coragem e a determinação daqueles que escolheram essa via e sempre fui solidário.

Minha via era bem outra. Meu pai me dizia que nosso terreno de luta era bem outro e ele ainda foi eleito vereador em Mamborê pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nos anos 70. Humanista de pelejas, faleceu em 1978, um ano antes que eu pudesse voltar do exílio com a dita (auto) anistia militar de 1979.

3 de novembro de 1971, sempre seguido, já havia sido abordado pela Polícia, já havia sido interpelado com Dimas Floriani. Uma noite, quando fechávamos o cursinho no CAHS, já havia sido interrogado pela Polícia Federal (PF) no Rocha Pombo, fui preso com Lionil Lara na Rodoviária (atual Mercado Municipal). O agente da PF, Natanael Pereira, estudante de Direito da UFPR, comanda uma blitz e me prende com o companheiro que ia tomar o ônibus para São Paulo, levava quatro malas e havia passado 15 dias comigo em Curitiba. Felizmente, Eduardo Stotz assistiu à blitz, pois se encontrava na lanchonete da Rodoviária. Alertou os companheiros da Santo Antônio 862, limparam o apartamento e tiraram os livros proibidos, e alertaram os demais companheiros. Meu irmão, Vitorio Sorotiuk, que havia sido liberado há pouco mais de um mês, entrou na clandestinidade.

Passamos com Lionil por interrogatórios e torturas na PF e, quando abriram as malas, ficaram boquiabertos pois somente tecidos, peças de teatro, marionetes, roupas! Imaginaram que levávamos um “carregamento”! - Onde está o material? - Que material? Faço Teatro de Marionetes!

Advogados alertados nos liberaram na quinta-feira, 4 de novembro. Lionil seguiu viagem por outros meios. Voltei para a Santo Antônio 862 e todos os outros na retaguarda. No sábado, 6 de novembro, batem na porta lá pelas 9h, meu irmão Jorge:

- Você está aí?
- Não está me vendo? Estou!

– Não leu a Gazeta de hoje?

– Não!

Leio a matéria: “Procurados pela Polícia Federal presos na Rodoviária, blá, blá, blá, com quatro malas e a PF revelará nas próximas horas o conteúdo preciso de armas, drogas e material subversivo”. Digo a mim mesmo: “estou condenado à morte. Preso, fugiu, foi localizado e abatido resistindo com armas nas mãos”. Com Dimas Floriani tínhamos um amigo chileno e já havíamos conversado há tempos de partir para o Chile. E assim foi: Uruguai, Argentina, Santiago do Chile.

Chile, janeiro de 1972, uma brisa de liberdade, encontramos, no dia mesmo em frente a uma Igreja, cruzando a rua, Otto Brockes. A integração foi rápida, o Ministério da Educação me admitiu no último ano do ginásio num Liceu de maioria de esquerda. Comecei a trabalhar como vendedor de frutas com um aluno chileno Mapuche. Saí de Maipu, onde estive com Dimas, pois consegui um apartamento de um ancião companheiro socialista oferecido na avenida Irarrazaval em cima da livraria Espiga. La Escalera, que tive que reformar, onde veio morar comigo o companheiro Mapuche. No Chile, se respirava a liberdade, os movimentos populares estavam em plena ascensão com a eleição de Salvador Allende Gossens, socialista, democrático, pacifista, em 1970. As políticas socialistas eram aplicadas com a participação popular com a participação de camponeses, operários, estudantes, moradores. O mundo associativo participativo era a base de sustentação do governo socialista e não ao contrário com tão somente assistencialismo.

Particpei plenamente no processo democrático socialista chileno, mesmo sendo preso político bem antes do golpe de Estado sangüinário financiado pelos Estados Unidos e outros países e, inclusive a ditadura brasileira, de 11 de setembro de 1973. Preso no meu apartamento em junho de 1973, devendo bater ponto no Ministério do Interior. Carlos Frederico Marés ficou responsável pela minha segurança, se eu entrasse e não mais saísse. Após a tentativa de golpe em 29 de junho deixei de me apresentar.

Eu havia passado no vestibular, ingressado na Faculdade de Economia da Universidad de Chile. Na Faculdade eram só reuniões, então me volvei para as bases.

Porém, 1973 foi um ano de complôs e atentados da direita e da extrema-direita, foi um ano de lutas políticas e das massas organizadas e de busca de uma via que evitasse um golpe de Estado sangrento recentrando o processo socialista.

O complô nas Forças Armadas havia levado o traidor que se dizia legalista, general Pinochet, à chefia contra o general legalista Alessandro Prats, posteriormente assassinado na Argentina. Prats foi obrigado a se demitir após uma armação que a direita fez, batendo no seu carro, ele com escolta e saindo armado do carro fora metralhado pelos fotógrafos ameaçando uma pobre senhora. Foi obrigado a pedir demissão e Pinochet entra em cena.

Dia 12 de setembro, fui preso e levado para o Estádio de Chile e logo para o Estádio Nacional, torturado por agentes brasileiros da Operação Condor. Como diz meu companheiro Ricardo Azevedo no seu livro foi mesmo *Por um Triz* que saímos vivos. Fui embarcado para a Suíça graças a uma recomendação escrita do embaixador da Suécia Harald Edelstamn, que tornou-se representante da ONU em Santiago, sendo ameaçado e expulso do Chile, não antes de salvar milhares de pessoas da barbárie.

Sim, o socialismo é possível! Sim, vivi o socialismo no Chile! Sim, o processo socialista chileno foi a minha melhor escola. Foi a única experiência socialista democrática pacifista em que o presidente não abandona as funções para as quais foi eleito e conforme seu discurso transmitido pela rádio. Não, Allende não se suicidou depois daquele discurso que fez para seu povo. Já havia lido Marx, Sartre, Lenine, Rosa Luxembourg, Pannekoek, Bakunine, Kropotkine, Karl Korsch etc., e avesso ao centralismo do sistema de partidos que reúne cérebros, mas que também formatam e destroem.

Conhecia a experiência da Mackhnovistchina libertária, democrática, multicultural na Ucrânia, onde hoje dois Estados guerreiam no mesmo território, onde destruíram o socialismo há 100 anos. E conheciam a experiência da revolução espanhola, onde também esquerdas se enfrentaram.

Em 1974, da Suíça, decidi me juntar à Revolução dos Cravos em Portugal, onde trabalhei no Jornal “Página Um”, de frente de esquerda, e no movimento de di-

namização cultural das Forças Armadas. Criamos em Lisboa, com Almir Dutton Ferreira e Domingos Fernandes, o “Comitê pela Anistia Geral e Irrestrita no Brasil”. Voltei para a Suíça, retomei meus estudos universitários em Genebra, trabalhando com sindicatos, e decidi voltar para o Brasil em fins de 1980, com minha companheira Josette Crausaz. Fui novamente viver com Dimas Floriani, e fazendo vestibular ingressei em Economia na PUC.

A situação difícil em Curitiba, cidade de difícil integração para os “estrangeiros” não conformistas, “reac” como se diz, me levou a partir para Salvador da Bahia e, enfim, voltar para a Suíça.

Em Lausanne, sempre militando em sindicatos e associações, trabalhando na construção civil e fábricas, fiz um doutoramento em Ciências Sociais e Políticas. Passei a trabalhar para a Cruz Vermelha Suíça, tornando-me chefe do Acolhimento de todos os Refugiados Políticos do Canton de Vaud, pois em Caritas, no acolhimento dos refugiados de guerra da Angola, Kurdistão, ex-Yougoslavia, Iraque, Eritreia, Sri Lanka etc.

Naturalizado suíço em 1997, fui eleito pela primeira vez vereador socialista na cidade de Lausanne cumprindo três mandatos num total de 15 anos. Sou membro fundador do Comité Anti-Apartheid, de ACOR SOS *Racisme*, *Sos Asile*, *Collectif Vaudois de Soutien aux sans-papiers*, *Syndicat Sud*.

Quando do golpe parlamentar contra Dilma Rousseff eu estava no Brasil, também quando da eleição do “instrumento” em 2018 e quando da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. O que mais me chocou no Brasil neste começo de milênio é a quase inexistência de movimentos populares organizados e unidos com coordenações regionais, estaduais e nacional. A falta de reação popular massiva. O abandono das massas populares pelas militâncias políticas indica que se limita a períodos eleitorais, às intrigas palacianas, ao fisiologismo estatal, sendo o Estado um moinho que mói e faz a linguiça conforme a receita daqueles que estão no comando do dito Estado Democrático.

O nível da educação pública brasileira é deplorável, formando “cretinos funcionais” e a educação privada “cretinos iluminados”, num país onde o Regime Mer-

cantil Capitalista Colonialista impera. “O Mundo é um moinho”, e o Brasil um moinho terrível, um país da informalidade em todos os níveis, dos sem emprego ou trabalho oficialmente declarados submetidos aos declarados acima de *tudo e todos* com as instituições públicas e privadas a serviço daqueles que dão a partição.

A militância das esquerdas brasileiras deveria não só percorrer os bairros, as periferias, deveria não ter medo do vizinho, de dar seu tempo para os excluídos, sobretudo para as mães e crianças abandonadas nos bairros e periferias. Este trabalho nós fazemos no dia a dia, no “cérebro do capitalismo mundial” pois *Um outro mundo é possível*. Há que se aprender a se insurgir!

As experiências políticas no Chile, Portugal e Suíça me permitiram formações de alta qualidade práticas e teóricas, com o reconforto que são os povos organizados e coordenados que transformam as sociedades, afirmam direitos inalienáveis pelo bem-estar geral e condicionam, limitamos apetites das representações políticas eleitas e do funcionalismo público, dos estados de democracia formal tal qual conhecemos.

*A primeira eleição Presidencial Diretas se deu somente em 1989

Lausanne, 5 de março de 2024

***Nélson Serathiuk**, 71 anos, Ciências Sociais e Políticas, ex-refugiado político, sindicalista, ex-vereador do Partido Socialista Suíço, fundador na Suíça de SOS Racismo, SOS Asilo e Coletivo Vaudois de Apoio aos Sem-Papéis.

Fiapos de memória

Noemi Osna Carricone*

No caso, da minha. Que começa a se esgarçar por força dos anos vividos.

Mas puxo por ela e revejo uma sala de aulas do Colégio Estadual do Paraná. Turma do terceiro ano colegial, março de 1964, início de ano letivo. Aula de História com o professor Ruy Wachowicz, que se dizia “democrata-nacionalista” e de “centro-esquerda”. A conversa girava em torno das então recentes “Marchas com Deus e pela Família” que agitavam o país contra o governo de Jango Goulart.

A turma era composta por doze meninas, de 17 ou 18 anos. Parte delas vinda de colégios particulares em busca da qualidade do ensino propiciada pelo Colégio Estadual e que facilitaria o ingresso nas universidades públicas. Todas de tradicionais famílias paranaenses. Uma delas, Maria Elisa Ferraz, que mais tarde se tornaria cunhada do militante de esquerda Celso Paciornik, preso e torturado pela ditadura, culta e muito articulada, era defensora fervorosa das ditas Marchas.

Ruy, com o tom meio debochado que lhe era característico, dizia duvidar que houvesse a participação de pobres em tais manifestações. E ela, apoiada por outras duas ou três meninas de sua mesma posição social, garantia que “havia, sim, muita gente humilde nas passeatas”. E que, afinal, estavam todos contra o “perigo comunista” que se avizinhava.

Wachowicz, então, sem perder a oportunidade de fazer mais graça e, diante de uma turma dividida entre meninas sorridentes e meninas indignadas, pontuou que, “a exemplo da revolução soviética e por uma questão de justiça social, as grandes propriedades residenciais deveriam ser divididas na base de um cômodo por família. E que cada uma, ao voltar para sua casa, deveria calcular quantas famílias poderiam abrigar”.

A graça acabou poucos dias depois. As meninas que se divertiam com as piadas do professor de História se entristeceram. Mas as que haviam se indignado, por certo, comemoraram o golpe militar de primeiro de abril.

1967 – Estou no terceiro e último ano do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná. O Movimento Estudantil vai tomando corpo em Curitiba. Assembleias para discutir a luta contra o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (*Usaid*) que atrelaria o ensino universitário brasileiro aos interesses estratégicos dos Estados Unidos e contra a Lei Suplicy que, entre outras medidas autoritárias, extinguiu a autonomia universitária. As universidades brasileiras seriam pagas e, em vez de estimular a pesquisa, se tornariam meras repassadoras de *know-how* ou tecnologias produzidas pelos norte-americanos. Não podíamos fazer assembleias no anfiteatro da Faculdade? Fazíamos no pátio. E puxávamos passeatas de protesto contra a ditadura, contra o ministro da Educação, o paranaense Flávio Suplicy de Lacerda, contra o reitor da Federal, Joaquim Nicolau dos Santos, o “Bambu Lalau”.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) resistia na clandestinidade. Os Centros Populares de Cultura já não existiam, mas a cultura nacional fervilhava com peças de teatro, musicais e filmes. Cada vez que artistas vinham a Curitiba para um espetáculo, eu fazia contato e convidava para um papo nas dependências do Diretório Central dos Estudantes, comandado pelo Carlos Marés de Souza Filho. O mesmo com sociólogos ou economistas que vinham para encontros ou simpósios na cidade. Assim foi com os atores Othon Bastos, Paulo Autran e Paulo Pontes. Com os cantores e compositores Zé Keti e João do Vale, entre outros. Com a economista Maria Conceição Tavares e outros que trabalhavam na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) com sede em Santiago do Chile.

Os Estados Unidos bombardeavam o Vietnã que não se rendia. Eu e a Teresa Urban, colega de curso e de movimento estudantil, montamos um grande mural com fotos e artigos que denunciavam a barbárie contra os vietnamitas. Deixa-

mos o mural na cantina, indiferentes aos olhares raivosos dos estudantes direitistas que dominavam o diretório acadêmico da Faculdade. Em cinco minutos, as fotos e os artigos haviam sido rasgados. E no dia seguinte fomos intimadas a dar explicações ao diretor, Homero de Barros Braga. Explicamos a razão do mural ao tal do “Homerinho”, como era chamado. Em poucos minutos ele se derretia para as jovens de 19 anos e as convidava para visitá-lo mais frequentemente, pois sua vida na direção era “muito solitária”.

Em julho de 1967 aconteceu o Congresso da UNE em Vinhedo, interior de São Paulo. No seminário preparatório que antecedeu o evento, estudantes ligados à AP conseguiram aprovar em nome da União Paranaense dos Estudantes (UPE) – não sem opositores – a tese de uma aliança operária-estudantil-camponesa contra o imperialismo americano.

O Congresso foi realizado em uma casa de retiros emprestada por padres católicos progressistas. Comportava cerca de 60 pessoas bem acomodadas, com cama e refeições.

Os primeiros que chegaram foram recebidos com todas as mordomias do lugar. Mas quando os mais de 300 participantes foram aparecendo, os funcionários se mandaram. Cortinas foram arrancadas e colocadas no chão para virar lençóis ou mesmo camas, a comida acabou e a água também. A caixa era abastecida por um poço e ninguém sabia como a bomba de água funcionava. Dormíamos amontoados, com estômagos vazios, torneiras secas e privadas entupidas. Mas no plenário, as discussões pegavam fogo.

Vinhedo era um vilarejo com poucos habitantes. Os responsáveis pela alimentação do evento tinham que garantir pelo menos um lanche para os participantes. Iam à minúscula padaria do lugar e pediam 300 pães de uma só vez... Isso que fomos alertados para não dar “bandeira” para a repressão e ir até lá sem bagagem nenhuma.

(Uma manta de viagem que peguei emprestada, pois era inverno, e levava dobrada no braço foi requisitada, pois infringia as regras da segurança. Meses depois, fui buscá-la, pois tinha que entregar ao respectivo dono. Estava com a

vice da UNE, Catarina Meloni, que lamentou ter que devolver aquela coberta “tão quentinha”).

Depois da aprovação, não sem dificuldades, da tese da aliança anti-imperialista operário-estudantil-camponesa, eu, Celerino Carriconde e Luis Manfredini decidimos abandonar o evento, temerosos de uma possível invasão policial. Saímos à noite, meio que rastejando pelo mato. Já na estrada, conseguimos pegar um ônibus para a cidade de São Paulo. E de lá voltamos a Curitiba. O evento foi encerrado sem problemas.

Setembro de 1967 – O dia mal havia clareado e a polícia invade a sede da UPE em Curitiba. Apreende toda a edição do jornal, que seria distribuído no interior do Estado e nos centros acadêmicos da capital. Confisca também o mimeógrafo, importante na impressão de folhetos informativos e panfletos dedicados ao movimento estudantil.

Semanas antes, o então presidente da entidade, Luis Antonio Amaral, havia me pedido para assumir a edição do órgão oficial, um tabloide de oito páginas. Pedi à minha colega Teresa Urban para ajudar na empreitada.

Amaral conseguiu que a impressão fosse feita na gráfica de um jornal de Maringá.

E lá fomos, eu e a Tere, rumo ao norte do Estado. Toninho Trindade, colega do movimento estudantil, conseguiu que ficássemos na casa de sua mãe, que diziam ser uma católica radical, que rezava o terço antes de cada refeição. Nada disso. Muito simpática e discreta nos acolheu por vários dias. Além do mais, a casa ficava ao lado da sede do jornal. Na redação, conheci o jovem jornalista e advogado Laércio Souto Maior. (Ele garante que entramos na redação de punhos erguidos e desejando “longa vida ao presidente Mao Tsé Tung”.) Também tivemos o privilégio de conhecer a então noiva do Toninho Trindade, Judite, que nos mostrou a cidade fundada em 1947.

Ainda em Curitiba, Maurício (não lembro o sobrenome), que era o responsável pelo jornal da UPE, havia me passado o material a ser publicado. Descartamos boa parte dos artigos que consideramos “muito alienados”.

Queríamos um jornal posicionado contra a ditadura e que mostrasse a realidade nacional e internacional. Um desses artigos trazia a assinatura do ensaísta de esquerda Otto Maria Carpeaux. Outro, escrito por um parasitólogo, mostrava em termos quantitativos os prejuízos causados ao Brasil pela enorme infestação de *áscaris lumbricoide*, a popular lombriga. Havia também uma crônica de Nelson Padrella, ilustrada por uma charge feita por ele mesmo que mostrava um oficial do Exército assinando um documento com a digital enquanto outro dizia “Vai rápido antes que alguém veja”.

Na capa, uma foto de vietcongues desfilando ilustrava a manchete em letras enormes: “Um pequeno povo camponês desafia a maior potência militar do planeta.”

Acompanhamos a impressão e voltamos a Curitiba. Os jornais vieram pouco depois, trazidos por outro colega na caminhonete da UPE. No dia seguinte à chegada, a edição toda foi apreendida e provavelmente destruída pela polícia política do Paraná antes que qualquer exemplar pudesse chegar às mãos dos estudantes.

Nossa casa na Rua da Paz fora, desde 1965, um ponto de encontro para a turma do movimento estudantil. Além de reuniões, nossa casa hospedou diversos dirigentes da UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Entre eles, José Carlos da Mata Machado, depois assassinado pelo regime militar, e Tibério Canuto, que foi presidente da Ubes.

Enquanto minha mãe aplaudia nossa movimentação, meu pai, mais preocupado, ficava controlando o movimento de possíveis policiais na rua. E eles estavam quase sempre por lá, a meia quadra de distância, vigilantes, e no início muito discretos. Após a assinatura do AI 5, em dezembro de 1968, a repressão mostrou dentes e garras. Nesse ponto eu já estava casada, com um filho recém-nascido e militando em São Paulo. Minha irmã Marli continuava no movimento secundarista e chegou a expressar o desejo de nem fazer o vestibular para continuar na mesma militância. Desesperada, minha mãe apelou ao amigo e frequentador da casa Dileto, seminarista saletino, para que a dissuadisse da ideia.

Mas uns dias antes do famigerado Ato Institucional, que chegou de surpresa, Marli, Paulo Faria e um outro secundarista chamado Milton viajaram a Salvador, Bahia, onde aconteceria um congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Foram surpreendidos pelo decreto no meio do caminho. Após uma rápida deliberação no ônibus, prosseguiram a viagem para participar do evento. Na capital baiana, todos sabiam do Congresso e onde ele estava sendo realizado. Os estudantes entravam e saíam do local sem nenhuma preocupação. Afinal, estavam na Bahia.

Em São Paulo, alguns companheiros me informaram que minha irmã havia sido presa junto com outros participantes. Muito preocupada, vim até Curitiba dar apoio aos meus pais. No dia seguinte à minha chegada recebemos um telegrama-fonado (isso existia) em que ela pedia dinheiro para poder voltar. Enquanto a ajuda não chegava, Marli e outros jovens congressistas pediam dinheiro nas ruas e feiras de Salvador, explicando a importância de sua luta contra a ditadura. E assim sobreviveram por uns bons 15 dias.

Já o início da década de 1970 foi muito difícil para os combatentes da ditadura. E talvez mais ainda para os pais e mães desses militantes.

Na época, minha irmã namorava Geraldo Majela Vermelho, que havia sido colega de movimento secundarista. Preso, barbaramente torturado no antigo quartel general da Praça Rui Barbosa, chegou a tentar o suicídio. No desespero, Marli e minha mãe, dona Margarita, decidiram pedir ajuda ao arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto. Embora conservador, ele aceitou interceder junto aos militares pela interrupção da tortura e pela liberação do rapaz. Deu certo.

Dona Margarita já tinha um histórico nesse sentido. No início de 1969, percorreu com muita coragem delegacias e presídios de São Paulo em busca do genro Celerino, preso e desaparecido havia meses. Afinal, teve notícias, graças a Stênio Jacob, que estava no presídio Tiradentes por participar do Congresso da UNE de Ibiúna e onde também o antigo colega do movimento estudantil do Paraná, Celerino, se encontrava. O recado veio através do advogado Mário de

Passos Simas, a quem minha mãe havia pedido ajuda. Seu genro (meu marido) havia sobrevivido às torturas e logo depois seria solto.

Em 1971, Marli também chegou a ser detida por algumas horas. Acho que não era considerada “peixe” grande pela repressão. Talvez por isso não foi muito importunada.

Por essas e por tantas, dona Margarita pensou que era hora de dar sumiço em alguns livros considerados subversivos pela ditadura. Obras de Darci Ribeiro, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Celso Furtado, Walmor Marcellino, Graciliano Ramos e outras.

Aquela mulher fina, linda, inteligente, corajosa e determinada, passou horas cavando um grande buraco no quintal onde iria enterrar os livros já devidamente embalados em sacos plásticos. Por alguma razão, teve que dar uma saída.

Quando voltou para casa, encontrou meu pai, seu David, nervoso, assustado e de olhos muito arregalados: “Alguém fez um buraco enorme no quintal!! Tapei tudo!”

***Noemi Osna Carriconde** nasceu em Curitiba em 1946. É jornalista formada pela UFPR. Viveu de 1969 a 1979 no exílio no Uruguai, Chile, Panamá e Canadá. É mestra em Ciência Política pela Ottawa University. Atuou em vários jornais e assessorias de imprensa. De 1983 a 2021 foi produtora de programas musicais na Rádio Paraná Educativa. Compulsoriamente aposentada do Estado aos 75 anos.

Minha História

Palmira Amâncio da Silva*

Todos temos histórias. Meu pai, mecânico de máquinas pesadas de uma empresa multinacional. Profissão aquela que fazia com que sempre estivéssemos de mudança pelas cidades do interior paulista. Minha mãe, a “Mãe”, costurava sacos provenientes das lavouras de extensas plantações de algodão, que descarregados eram remendados e levados às novas coletas para beneficiamento e transformados em grandes fardos encaminhados para os Estados Unidos e Europa. Trabalho que, além de nos impor ausência de origens, fazia-nos sentir a exaustão de meus pais. Meu irmão Pedro e eu achávamos que alguma coisa não estaria bem...

No final do ano de 1959 fomos de mudança para a cidade de Campo Mourão, no oeste do Estado do Paraná, aí permanecendo até 1960. A percepção em gestação, nestas andanças de tantas mudanças, crescia comigo, não compreendendo as divisões políticas que envolviam empregados com donos de empresas, desemprego, analfabetismo principalmente nas classes mais pobres, inflação, governos, falas sobre comunismo, militares, golpes etc.

Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa, deixa de ser a capital do Brasil sendo substituída por Brasília. Segundo grau (Escola Normal) em Maringá, necessitava trabalhar para ajudar a família. Em 1960 passaram pela cidade pessoas ligadas ao Movimento de Cultura Popular (MCP), movimento criado em Pernambuco com a participação da Igreja Católica, Partido Comunista Brasileiro, intelectuais, professores etc., mostrando a forma de uma educação com indivíduos com suas linguagens e tradições culturais, festas, artesanatos, músicas e danças.

Participando das atividades da Igreja Católica fui me envolvendo com o lado pedagógico, ensinando analfabetos a ler e escrever e ampliando o meu mundo. Nestas visitas do MCP, tive o prazer e a honra de conhecer o grande líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que me explicou sobre a necessidade da

criação das associações dos camponeses sem terra, conhecida como Ligas Camponesas. Em Maringá, também visitada pelo Centro Popular de Cultura, ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), foi onde passei a compreender o valor da arte em uma cultura revolucionária.

Já na Faculdade de Ciências Econômicas, em 1963, com o acirramento das contradições sociais e econômicas, setores conservadores, militares, políticos e segmentos da Igreja se movimentaram internamente em suas contradições demonstrando sinais de ruptura.

1964 – meus pais consideraram e decidiram que o meu melhor seria estudar em Curitiba e assim aconteceu. Na capital paranaense prossegui com o curso de Economia e prestei vestibular em uma universidade federal sendo aprovada para o curso do meu sonho, Geografia. A Casa da Estudante Universitária (CEU), passou a ser meu segundo lar e o nosso espaço ficou conhecido como as “meninas do segundo andar”.

Éramos arrojadas, participávamos de grupos para aprendizado dos clássicos do marxismo, situação política nacional, leituras de grandes líderes internacionais – Mao Tsé-Tung, Võ Nguyên Giáp, Ho Chi Min, Che Guevara e tantos outros através das organizações políticas que nos arregimentavam por nossas inclinações.

Como toda a teoria se consolida no exercício de uma prática, em uma relação dialética, isso nos permitiu refletir sobre os caminhos à liberdade. Deliciávamos-nos participando do Teatro do Estudante Universitário (TEU). Mag, Lidia Lucas-ki, Rosinha, Alfredo/Docas, Sergio Bianchi, Clair, Jô, Mussi, Paper, Ari Pára Raio, Fábio Campana/Zapata e tantos outros que, neste momento, a memória resolveu ocultar. O TEU foi o local onde, através da arte, expúnhamos nossos ideais de cultura libertária representando peças teatrais como *Os Fuzis da Senhora Carrar*, de Bertolt Brecht; *Pluft, o Fantasminha Camarada*, da dramaturga Maria Clara Machado etc. Ou, ainda nas Noites de Arte e Poesia, com versos de Walt Whitman, o poeta da revolução americana, ou Maiakovisky, da revolução russa.

Fomos perseguidos e até impossibilitados de “falas” que viessem a levar às pessoas questionamentos sobre a política conservadora, ultrarreacionária, que se

cumpria servilmente a mando dos colonizadores. Era a polícia exercendo seu poder de censura.

Com a deposição do governo João Goulart, pelo golpe Civil Militar em 31 de março de 1964, passamos a vivenciar (tal como em outros países da América Latina, observando as características inerentes de cada país), um regime governado por militares da direita conservadora, afinal era a tal da “ditadura militar”. Os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID) e a lei da Reforma Universitária nos colocavam em total submissão cultural. Seguíamos com nossas lutas. Em 1966, ganhamos as eleições para a direção da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e através desta, juntamente com os diretórios acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e sob a direção das organizações revolucionárias a que pertencíamos, organizávamos lutas por uma educação pública, contra as desigualdades sociais e pela democracia, com passeatas pela Rua XV de Novembro, muitas vezes acompanhadas, mesmo que de longe, pelo reitor da Universidade Federal do Paraná e futuro Ministro da Educação do primeiro governo da ditadura militar; panfletagens; comícios relâmpagos; pichações com palavras de ordem e por aí.

Éramos perseguidos pela polícia civil do Departamento de Ordem Política e Social - Dops. Tínhamos a compreensão do significado sobre “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, com a participação de centenas de pessoas, pelas capitais e cidades consideradas importantes, afinal os comunistas estavam chegando; “Ouro para o bem do Brasil” contribuição patriótica do povo brasileiro para o Tesouro Nacional. O incêndio em 1º de abril de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE, no Rio de Janeiro, com estudantes perseguidos, presos, torturados numa demonstração de que o movimento estudantil era um dos alvos da repressão por parte da ditadura que se iniciara. “A passeata dos Cem Mil”, manifestação de protesto contra a ditadura militar, pela morte de um estudante secundarista em março de 1968; invasão da UnB em Brasília e os conflitos na Rua Maria Antônia, em São Paulo, acontecimentos estes trazidos por pessoas ligadas às nossas organizações.

A Tomada da Reitoria. Ato contra a cobrança de mensalidades dos aprovados no vestibular e derrubada do busto do reitor da época; confrontos dos estudantes no Centro Politécnico da UFPR, contra a privatização da universidade, foram os marcantes movimentos dos nossos sonhos. Vivíamos política e nos preparávamos para o Congresso da UNE, com as teses a serem defendidas por nós, participantes dos agrupamentos clandestinos. Nesta época, eu já pertencia a uma das dezenas de organizações armadas o “Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)” e perseguida pelos órgãos da repressão.

Em outubro de 1968 participávamos do XXX Congresso da UNE, em um sítio localizado no pequeno município de Ibiúna, próximo de São Paulo /SP. Em 12 de outubro de 1968, policiais invadiram o sítio Murundu. Fomos presos, levados para o Dops e depois de fichados transportados para as cidades de origem. Chegando em Curitiba, soubemos que o diretor do Dops/SP, atendendo solicitação do Juiz da 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, decretara a prisão preventiva de setenta e um estudantes brasileiros incursos na Lei de Segurança Nacional, sendo sete do Paraná e eu estava incluída entre eles.

Na clandestinidade a vida tornou-se tensa. Certa vez, por algum motivo fui até a Casa da Estudante e logo nos demos conta do cerco por policiais. Seguindo o instinto, confiante no Criador, coloquei-me dentro do meu próprio guarda-roupas com a porta por fechar, policiais entraram vasculharam o ambiente, nada encontrando e seguiram para outros andares. As amigas companheiras cuidaram da saída onde eu me vesti como os rapazes da época e Rosinha Castro, graciosamente, atuou como minha namorada! E assim saímos como tantos outros casais enamorados! Fui presa dias após e conduzida para São Paulo, num daqueles carros tipo Veraneio, algemada e diretamente para a Polícia Federal, sendo depois levada para o quartel do Ibirapuera.

Dias depois, após ameaças e interrogatórios, fui encaminhada ao Dops onde fiquei alojada em uma solitária por alguns dias para depoimentos regados a torturas físicas/emocionais, sob as ordens do delegado Romeu Tuma. Minha mãe, a minha procura, veio de Maringá para estar comigo, voltando frustrada por nada

conseguir. Soube depois dos atritos ocorridos entre ela e o delegado, perguntara a ele sobre o porquê daquele comportamento – não permitir que me visse. Não tinha filhos? Como havia sido gerado? Um homem de verdade jamais negaria a uma mulher, ver e abraçar suas crias.

Depois, fui para o presídio Tiradentes, onde fiquei em uma cela, ao lado de outras companheiras, aguardando julgamento, que ocorreria na Segunda Auditoria Militar. Foi a primeira vez que meu pai foi me visitar e vi as lágrimas, no silêncio emocionado, escorrerem de seus olhos.

Nos dias de audiência íamos para auditoria (Av. Brigadeiro Luís Antônio), em uma espécie de microônibus, cantando a música do Tom Zé “São, São Paulo, Meu Amor” vencedora do festival da Record em 1968... Arraigada dentro de nós, mexia com nossos sentimentos, simplesmente linda! Fui condenada a cumprir uma pena de dez meses de prisão. A conclusão do cumprimento da pena foi no Presídio do Ahú, em Curitiba.

Depois de um longo período volto a ver meus amigos e companheiros. Vivia aflita e ansiosa por notícias do meu companheiro daquela época, Cândido Gomes Gaya “Zapatinha” que preso saiu de Curitiba conduzido para o Rio de Janeiro, na Ilha Grande, onde foi barbaramente torturado. Em 4 outubro de 1969 saí da prisão. Retorno ao meu trabalho, concluo meu curso de Economia na Universidade Católica do Paraná, reencontro meu companheiro, fico grávida. Meses depois Cândido foi embora de Curitiba pois estava sendo procurado. Volto a prestar depoimento no quartel do exército da Praça Rui Barbosa, queriam saber do Cândido. No sétimo mês de gravidez, mais uma vez, a convocação do Exército para depoimentos, onde permaneci por mais de seis horas em pé.

Após o abandono da militância e para tranquilidade e felicidade de meus pais, volto à Maringá para que minha filha nascesse. No dia 4 de outubro de 1972, Marina chega ao mundo. Retorno a São Paulo, reencontro Cândido e a família dele aluga um apartamento no bairro da Lapa para que morássemos. Trago minha filha que ficou comigo no seu primeiro ano de vida. Não tinha atestado de antecedentes, trabalho como datilógrafa. Minha filha vai para Maringá e fica sob os cuidados de meus pais.

O tempo passou, consigo atestado de antecedentes, emprego novo e continuo participando de Fórum de ex-presos políticos em São Paulo, Grupo Tortura Nunca Mais-SP, aglutinando companheiros e companheiras, filha já com doze anos, morando comigo, participando de muitos dos nossos encontros. Marina foi estudar com a criançada no Colégio Equipe, pais e mães, companheiros políticos, seguindo os valores da nossa geração, se reuniam em nossa casa e nos acompanhavam nas manifestações.

Hoje tenho a casa sempre repleta e acolhedora. Marina, netos – Clara e Francisco – e meu genro Rodrigo, sempre juntos!

Em um dos trabalhos de escola, outubro de 2023, Francisco à época, com quatorze anos, numa demonstração de conhecimento de nossas vidas vividas, elaborou o texto que segue:

“O acompanhamento de uma amizade. Sons de grito me assombravam, por que eu tinha sido escolhida?! Aliás eu tinha sido escolhida? Apodreceria no presídio por escolher expressar a minha opinião? Pelo menos morreria por um bem maior, muito menos não morreria sozinha, pelo menos morreria tentando por uma causa. Não era a favor da violência, nunca fui, não via sentido em combater violência com violência. Era mais pacifista, e junto dos meus colegas, nos organizávamos para expressar nossas inconformidades por meio de protestos contra o governo militar da época, foi com essa rotina que me vi capturada e presa por militares. No presídio Tiradentes estava sempre acompanhada, eu e minhas companheiras de cela ainda com a vida monótona, nos divertíamos, líamos, jogávamos jogos de carta e conversávamos. Isso foi se desenrolando por algum tempo. Quando chegou uma nova presidiária com cerca de 38 kg e muito machucada, foi o primeiro contato que tive com Dulce, “Dulce Maia”. Rapidamente nos tornamos muito amigas. Chegou a notícia de que Dulce seria levada para outro lugar, não sabia para onde. E eles escolheriam uma de nós para acompanhá-la. Não entendi o porquê, apenas que a escolhida para a viagem era eu. Eu? Pois é, a escolhida fui eu.

Foi em uma noite que nos colocaram em carros do modelo Veraneio, fomos ajoelhadas uma do lado da outra, tendo um militar para cada uma apontando uma

metralhadora em nossas nuças. Trocávamos olhares, uma interrogando a outra, o que aconteceria era a questão. Horas passavam, cada movimento feito era um risco. Para onde nos levavam? Sensações de medo e tensão se misturavam, seria o fim que chegaria? Chegamos na 7ª Companhia de Guardas, saímos do carro com as pernas trêmulas, devido o longo período em uma posição desconfortável, sempre de mãos dadas, sem nenhuma ideia do que nos esperava. Os militares com a ponta das armas nos guiavam o caminho, naquele corredor sombrio escutávamos sons de gritos de dor, jatos de água gelada à mostra. Aquele momento foi o ápice do medo que nos consumia, nos abraçávamos fortemente como se não houvesse amanhã, urinando de pavor. No dia seguinte fomos transportadas para o nosso local de origem, da mesma forma e condições que viemos na ida, oscilando ainda mais as nossas expectativas sobre o que estava por vir. Para nós, naquele momento, a nossa separação era uma opção inexistente. Mas para eles essa foi a opção escolhida. Nos separaram. Assim, alguns dias depois, enquanto a incerteza do futuro de nossas vidas ainda nos cobria, soldados me tiraram da cela, me direcionando novamente para a viatura, me encaminhando para a auditoria militar onde fui julgada e condenada em São Paulo. Após isso fui levada novamente para o Estado do Paraná, onde cumpri o resto da minha pena. Lá, voltei com meus estudos e novamente com os meus protestos. Foi em situações como essa que encarei diversas situações de fuga. Minha luta ainda não tinha parado. O que estava acontecendo não era certo, aquilo precisava ser mudado caso contrário o futuro estaria prejudicado, e muito. E Dulce? Bom, minha grande amiga não foi mais torturada fisicamente por agentes militares. A libertação de Dulce e de mais 39 pessoas seria trocada pela liberdade do embaixador alemão da época. Assim sendo banida do Brasil e indo morar na Argélia. Voltei a vê-la em 1979 com a anistia, nos abraçamos e desde então, nunca mais nos separamos.” (Texto original)

***Palmira Amâncio da Silva.** Economista aposentada. Residente em São Paulo, SP.

O espírito de 68 ainda está em mim

Paulo Sá Brito*

Na madrugada do dia 7 de dezembro de 1971, policiais à paisana cercaram o pequeno bangalô onde residiam meus pais, com um aparato militar espantoso, no intuito de me prender, imaginando que eu ainda morava lá. Na casa, habitavam meus pais, a avó, uma tia e minhas quatro irmãs. Estas, apavoradas, tentaram fugir pelo telhado dos fundos, carregando, seguras entre os dedos, cédulas com suas economias de adolescentes. Supunham um assalto. Mas deram de cara com mais homens armados empoleirados no muro.

Ao amanhecer, dois policiais bateram à porta com os fuzis engatilhados. Atendidos por meu pai, perguntaram por mim. Minha mãe, na angústia de esclarecer aquilo, desceu correndo as escadas do sobrado e caiu, quebrando o tornozelo. Obrigaram meu pai a acompanhá-los até o banco onde eu trabalhava.

Quando meu pai chegou cercado por dois homens altos e fortes, não tive dúvidas. Pedi ao pai que providenciasse uma muda de roupa e escova de dentes. Eles alegaram que não seria necessário, pois logo eu estaria de volta. Insisti, presumindo que não duraria tão pouco, mas jamais poderia imaginar que só retornaria para casa quase seis meses depois. Minha mulher – Bernadete Simon Zanetti, a Detinha – só não foi presa porque estava no último mês de gestação de nosso primeiro filho.

A prisão era fruto de dois processos – um em Curitiba, outro em São Paulo – o primeiro, consequência da militância estudantil, o segundo, da militância junto à classe operária do ABC paulista.

Fiquei preso cerca de uma semana em uma delegacia no bairro de Santa Quitéria, quando respondia a interrogatórios na Polícia Federal, então na Rua Carlos de Carvalho. Numa noite, fui levado para São Paulo, de fusca. Dois po-

liciais nos banco da frente, eu atrás. Dormi no trajeto. Só acordei quando eles, errando o caminho, fizeram o fusquinha trepidar ao passar sobre o canteiro da Avenida Rebouças. Fui entregue no Dops, próximo à Estação da Luz.

Eu havia ingressado na Ação Popular (AP) no final de 1966. Mas a militância estudantil só iniciou em 1968, ano que foi sacudido por uma série de ações estudantis que agitaram o país, ano que ingressei na UFPR, no curso de Matemática. Praticamente não frequentei aulas. Participei de todas as mobilizações estudantis daquele ano. Certa manhã, quando atordoamos a cidade com comícios-relâmpago, fui preso e levado ao quartel de Cavalaria da PM, no Tarumã. Solto no final da tarde. Naquele mesmo dia reiniciavam as escaramuças.

Assim segui até o final do ano, quando a AP decidiu deslocar os militantes para trabalhos junto a operários ou camponeses. Eu e a Detinha fomos designados para o ABC paulista, mais especificamente para Mauá, onde a AP já iniciara um trabalho no bairro Jardim Zaíra. Eu, além da militância no bairro, trabalhei na fábrica da Thompson-Cofap, em Santo André, no distrito de Capuava, para onde seguia diariamente de bicicleta, percorrendo uns 40 minutos na magrela.

Ficamos em São Paulo por cerca de dois anos. Tivemos oportunidade de nos integrar totalmente à vida operária do bairro, participando das lutas reivindicatórias e das festas. Morávamos em um quarto e cozinha, com o banheiro compartilhado com os demais moradores do terreno. E onde tivemos a oportunidade de vivenciar a companhia de Herbet de Souza, o Betinho. Figura excepcional, que mais tarde se destacaria por liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Quando a repressão já andava nos calcanhares do pessoal do Jardim Zaíra, fugimos de lá. Primeiro nos escondemos em uma aglomeração de casinhas muito pobres, em Santo André, enquanto aguardávamos nosso novo destino. Ali passamos muito medo. E decidimos voltar para junto da família, em Curitiba. Fomos apoiados pelo Betinho que nos incentivou a continuar a militância, mesmo fora do movimento operário ou da AP.

Em Curitiba, a AP nos sugeriu que nos exilássemos no Chile, então governado por Salvador Allende. Decidimos permanecer em Curitiba, mesmo sabedores dos riscos. Poucos meses depois, eu seria preso.

Fiquei cerca de 20 dias no Dops-SP, depois 45 dias no inferno da Oban, Rua Tutóia, e depois voltei ao Dops, onde fiquei por dois meses, até ser levado a um curto período no Presídio Tiradentes.

Na minha primeira audiência na Auditoria Militar de SP, conheci meu filho, ele já com quatro meses de idade. Não pude tomá-lo ao colo ou sequer abraçá-lo, algemado que estava. Naquela audiência, por 3 votos a 2, ficou decidida minha liberdade provisória. Voltei ao Presídio Tiradentes na certeza que seria solto na manhã seguinte, quando juntei meus trapos e saí caminhando pelo pátio, ao som do hino da Internacional, cantado pelos presos a cada vez que alguém era libertado. Os portões se abriram e, ao invés de sair livre, fui colocado de volta em um camburão e, novamente, trancafiado nas masmorras do Dops-SP.

Foram mais uns 15 dias sem saber o que aconteceria comigo. Minha família – mãe e esposa – me procuraram por todos os lugares onde eu poderia estar e, em todos, negaram que eu estivesse ali. Após passarem por um dos piores desesperos de suas vidas, retornaram a Curitiba, sem notícias. Restava aguardar. O custo dos advogados de defesa era exorbitante para as posses familiares, de modo que nos dois processos fui defendido por advogado de ofício. E nenhum deles foi capaz de informar meu paradeiro.

Certo dia, fui retirado da cela sem saber para onde iria. Acabei embarcando, com dois policiais – um no banco ao meu lado, outro alguns bancos atrás – em um ônibus com destino a Curitiba. Viajei algemado e tive direito a, apenas, um copo d'água. Em Curitiba fui levado, novamente, para a Polícia Federal. Não fui para as celas, lotadas de traficantes e vigaristas, então eu dormia em uma poltrona na sala de entrada da PF.

Era um domingo quando o coronel que comandava a PF me viu por ali e perguntou-me quem eu era e o que fazia lá. Disse que eu poderia ir para casa,

se alguém se responsabilizasse por me levar de volta na segunda-feira cedo. Minha família não possuía telefone. Liguei para a casa do noivo de minha irmã, que assumiu me devolver no dia seguinte.

Caminhamos a pé da PF até o bairro das Mercês, onde encontrei minha família e aguardei a chegada de minha mulher e meu filho. Foi um dos mais alegres dias de minha vida.

No dia seguinte, na audiência na Auditoria Militar do PR, fui solto. Voltei para o banco onde trabalhava, certo de haver perdido o emprego. Por um ato de ousadia do presidente do banco – Celso Sabóia – meu emprego estava mantido. Mas, cinco ou seis dias depois, fui preso novamente dentro do banco, sob a alegação de que havia um cabograma, vindo de São Paulo, pedindo minha prisão. Só poderia ser engano.

O pai foi a São Paulo, pediu um atestado que certificasse minha condição de liberdade condicional, o entregou na PF do Paraná e, assim fui solto.

Voltei a fazer vestibular para outro curso, agora Engenharia Elétrica. Na universidade, novamente me aproximei da militância estudantil e, então, do MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. Auxiliei na criação do Grêmio Estudantil da Engenharia Elétrica, participei ativamente da campanha para a chapa de oposição ao Diretório do Setor Tecnológico, fui um dos representantes do jornal *Em Tempo* em Curitiba e, já com dois filhos, participei da criação da pré-escola Oficina.

Em março de 1978, acusados de “ensinar marxismo para crianças de dois a seis anos de idade” fui um dos 11 presos naquela operação ridícula. Solto uma semana depois, estava certo de que perderia novamente o emprego, pois no final de 1977 eu constava da lista do general Sylvio Frota que, inconformado com a abertura proposta por Geisel, publicou a nominata dos 100 comunistas na administração pública do Brasil. E eu perdi o emprego na Eletrosul.

Por questões profissionais, vim parar em Santa Catarina no início dos anos 80, onde resido até hoje. Aposentado da engenharia, aprecio caminhar, pedalar e jogar dominó com os amigos. Em especial, dedico algum tempo aos prazeres

da leitura e da escrita. Já publiquei dez livros, entre romances, biografias e trabalhos para empresas. Casado pela terceira vez, sou avô de quatro netos.

Nas turbulências deste início de século, aos 74 anos de idade, sigo fiel aos ideais da geração de 68. E firme na convicção de um mundo melhor, mais justo, mas fraterno. Como diz o jargão: a luta continua.

***Paulo Sá Brito** é escritor e engenheiro aposentado. Participou ativamente das lutas de 1968. Integrou-se na vida e na luta dos operários do ABC paulista. Nos últimos anos, sem abandonar a política, dedicou-se à literatura.

O golpe de 64: lembranças de um militante

Paulo Gustavo de Barros Carvalho*

No movimento estudantil

Eu era estudante de Medicina em Curitiba e estava no terceiro ano. Era militante da Juventude Universitária Católica (JUC), naquela época um dos movimentos mais progressistas da Igreja Católica, e também da Ação Popular (AP), organização política recém-fundada, não marxista, mas que era socialista.

Atuava desde 1962 no Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Danc), da Medicina da Federal, fazendo parte do departamento cultural.

Particpei ativamente do movimento estudantil, começando com a greve do 1/3 em 1962, que reivindicava a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades; do movimento pelas reformas de base como a reforma agrária e, em especial, a luta pela reforma universitária; do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1963, realizado em Santo André, entre outros.

Também fiz um curso de alfabetização com o Paulo Freire, em Florianópolis em 1963 e, com os companheiros da AP, estávamos preparando a sua aplicação aqui em Curitiba.

A União Paranaense dos Estudantes (UPE), naquela época era dirigida por militantes da Juventude Democrata Cristã (JDC), que diziam ser da AP na sua participação no nível nacional, mas que em Curitiba dela não faziam parte.

Na eleição da UPE de 1963, realizada no segundo semestre, este grupo foi derrotado por uma chapa da direita; a UPE passou então a ser a primeira União Estadual de Estudantes do Brasil a ser dirigida pela direita.

O Diretório Central de Estudantes (DCE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) era dirigido por militantes da esquerda, alguns ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e alguns independentes.

No dia do golpe

No final da tarde de 31 de março, eu estava no Danc quando ouvi a notícia do golpe em andamento, com o deslocamento de tropas do exército de Minas para o Rio de Janeiro. Fui logo para a sede do DCE, na Rua General Carneiro, onde estavam reunidos muitos estudantes para discutir a resistência ao golpe.

Ficamos reunidos durante toda a noite e quase o dia seguinte inteiro acompanhando as notícias sobre o andamento do golpe.

Ainda na noite de 31 de março, se postaram na calçada oposta ao prédio um grupo de estudantes de direita nos ameaçando, era do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), movimento que defendia o golpe.

Lembro que, na tarde de primeiro de abril, estive no DCE um militar, não lembro se era cabo ou sargento, para conversar sobre como poderíamos resistir. Não tínhamos nenhuma condição, pois entre nós só um estudante tinha um revólver 32, ninguém mais estava armado.

Com as notícias das decisões do Congresso Nacional, que haviam consolidado o golpe, nos dispersamos.

Logo depois do golpe, a sede da UNE foi atacada e queimada e várias uniões estaduais também foram, mas em Curitiba não houve repressão imediata ao movimento estudantil.

Nos dias seguintes ao golpe, tive que enfrentar na JUC, onde era dirigente, o padre Emir Calluf, que defendia e abençoava os militantes do CCC. Ele era o assistente espiritual da JUC em Curitiba, e tinha sido colocado, como uma espécie de interventor, pelo reacionário bispo d.Manuel da Silveira d'Elboux, na tentativa de nos controlar. Nossos embates eram permanentes até que conseguimos que ele fosse substituído pelo padre Ozir, então capelão do Hospital de Clínicas.

Depois do golpe

Se não me engano, no final do primeiro semestre foi instalado o Inquérito Policial Militar (IPM) na Universidade Federal do Paraná. Foram presos o presidente do Danc, Hedi Almeida, e o vice-presidente, Hans Japp.

No final do inquérito vários estudantes foram suspensos, além de dois professores demitidos da Universidade, o Vieira Neto, da Faculdade de Direito, e o Amílcar Gigante, da Faculdade de Medicina.

Depois de um breve recesso, o movimento estudantil voltou a se mobilizar, agora contra o acordo entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* – MEC-Usaid. Este acordo incluía uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre as duas instituições. Os convênios tinham como objetivo uma profunda reforma no ensino brasileiro e a implantação do modelo norte-americano nas universidades brasileiras.

Como a UPE já estava na mão da direita, no segundo semestre foi realizada a eleição da diretoria, na qual a esquerda, dando continuidade à luta contra o acordo, concorreu com a chapa Afirmação da Liberdade Universitária, encabeçada pelo Roberto Requião, então estudante de Direito.

Fomos derrotados por uma diferença de pouco mais de trinta votos.

Depois de um período de recesso, aos poucos, a luta contra o acordo Mec-U-said foi sendo retomada, recomeçaram as passeatas, campanha do voto nulo e, acompanhando o crescimento do movimento estudantil nacional, as mobilizações crescendo até os grandes embates na Reitoria e no Centro Politécnico em 1968.

Ainda no período de 65 a 68, quero destacar alguns personagens que, no meu modo de ver, tiveram um papel importante.

O primeiro deles é o Celerino Carriconde. Ele era estudante de Medicina da Católica, membro da AP, responsável pelo setor estudantil. Ele recrutou muitos militantes como o Isamu Ito, o Zequinha, o Zanetti e o Hamilton Faria. Foi um dos principais responsáveis pela mudança de posição da UPE, atuando junto ao Stênio, que era presidente. A UPE, que até então era dominada pela direita, foi aos poucos assumindo uma posição de esquerda.

Últimas lembranças

Foi em 1968 que saí de Curitiba, primeiro para o sul de Santa Catarina e de-

pois para São Paulo, onde militei na AP até ser preso em 1970.

Estive preso no Rio de Janeiro, na Base Aérea do Galeão, no Primeiro Distrito Naval, no Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-Codi da Barão de Mesquita e depois na Ilha das Flores; em São Paulo, no DOI-Codi da Rua Tutoia, na Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) e no Presídio Tiradentes; em Curitiba, na Polícia Federal, na Rua Carlos de Carvalho, na delegacia de Santa Quitéria e no Presídio do Ahú.

Cito estas prisões porque as condições que os presos políticos receberam no Ahú, nessa época, eram incomparavelmente melhores.

É importante resgatar a figura do dr. Ramiro Teixeira Motta, juiz auditor da Quinta Região Militar, pois o considero o responsável por isso.

Ele beneficiou um grande número de presos como a Clair, a Teresa Urban, o Isamu Ito, a mim e a muitos outros companheiros que estiveram presos junto comigo na Prisão Provisória do Ahú.

No relatório da Comissão da Verdade da Bahia, um item intitulado “Um juiz perseguido” fala sobre ele, que também foi juiz auditor na Bahia.

Fiz questão de prestar um depoimento sobre ele no Lugar de Memória/Lume de Curitiba.

***Paulo Gustavo de Barros Carvalho** é médico, servidor público aposentado, formado na UFPR, turma 62-67. Na época, militante da AP, dirigente regional no PR e SC e de 68 a 70 militante em SP. Preso político de 1970 a 1972.

1964 – Uma bota na porta

Romeu Gomes de Miranda*

Ter amigos é uma riqueza que não se pode medir o tamanho, muito menos o bem-estar que faz na alma da gente, ainda que esse amigo, no caso uma amiga, cujo nome lembra flor, florada, Clair da Flora Martins, peça coisas quase impossíveis para quem, no jantar, não lembra o que comeu no almoço.

Clair me pediu para escrever um texto contando onde eu estava em 1964, no dia do golpe militar, agora suavizado com a expressão, “cívico-militar”. Ao meu tempo de militância, a gente chamava ditadura militar mesmo. Até os documentos da organização, quando se referiam à estrondosa patuscada, escreviam DM, não sei se por economia ou por código de linguagem.

Mas, voltando à questão proposta por Clair, fui empurrado pra dentro daquele fatídico golpe pela violência de uma botina que chutou a porta da sala de aula naquela manhã de primeiro de abril. Eu fazia o Científico no Colégio Estadual do Paraná, escola que por muitos anos foi referência em educação escolar. De lá saíram Jânio Quadros, Roberto Requião, Celso Paciornik, Jaime Lerner, dentre tantos outros. O meganha ficou segurando a porta com a bota para que entrasse triunfante seu superior, olhar inquisidor, perguntando pelo professor Darci.

– Sou eu! Do fundo da sala gritou o mestre querido.

– Sou o tenente Reis. Me acompanhe, por favor.

Naquela fase da DM, ainda usava-se por favor. Ao menos ali, à luz do dia, sob os olhos atônitos de 39 alunos estupefatos. Essa cordialidade foi logo substituída pelo capuz, chave de braço, mata-leão, afogamento, telefone, cadeira do dragão e... empalamento, como fizeram com Mario Alves na madrugada de 16 de janeiro em sessão de tortura no Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-Codi – do Rio de Janeiro.

Depois sumiram com seu corpo e até hoje a família vive um luto sem corpo, um luto mais doloroso que qualquer outro luto.

Aqui, abro um parênteses para gritar que os negociadores da Anistia jamais poderiam aceitar a fórmula colocada por Golbery, o bruxo, de “Anistia também a crimes conexos”, isto é, crimes cometidos por autoridades ligadas ao exército, ao governo, ao *establishment*. Essa Anistia tem permitido que bárbaros torturadores e assassinos que seveciaram, mataram e ocultaram centenas de opositores ao regime militar, continuem livres, leves e soltos, sem pagar por tão asquerosos crimes.

Bem, desabafo feito, voltemos ao tema.

Aquele dia de abril amanheceu garoento e enferrusado. Após a prisão do professor Darci, o diretor do colégio entrou na sala dizendo que estava tudo em ordem, mas que as aulas seriam suspensas porque o exército iria fechar algumas ruas nas imediações do Colégio e para que não tivéssemos transtornos em nossa volta pra casa, seríamos liberados em meia hora. Foi o que aconteceu. Soou o sinal e alunos saíram em bandos, como pardais recém-liberados da gaiola, fazendo festa e algazarra pelos corredores e pelas ruas no entorno. Eu e dois outros colegas saímos em silêncio. Havia caminhões do exército estacionados perto do Passeio Público, da Casa do Estudante, na Praça 19 de dezembro (Praça do homem nu) e ao longo da Avenida Cândido de Abreu. Ali na praça, um de nós, Eurides, dirigiu-se a um dos soldados: - O que está acontecendo?

- Não sei, piá! Tô cumprindo ordens. Segue, segue.

Eu passei ao largo. Não tinha o quadro completo na minha cabeça, mas aquela botina na porta, não indicava boa coisa. Ademais, meu irmão marinho, residente no Rio de Janeiro, de férias, há menos de uma semana em nossa casa, dizia que a situação tornava-se cada dia mais explosiva. Falava das reformas de base e de Brizola, que tinha a empatia da marujada, mas que enfrentavam forte oposição no oficialato. Lembrei das conversas do meu irmão e fui correndo pra casa, ali nas imediações do estádio Dorival Brito, do Ferro-

viário, time da nossa predileção. De longe vi uma aglomeração incomum em frente da minha casa, humilde casa, por sinal, morávamos de aluguel. O que houve por aqui?

– Cara, uma patrulha do exército veio aqui prender teu irmão. Ele disse que não aceitava ser conduzido por soldados do exército. Sendo marinheiro, só poderia ser conduzido pela marinha. Claro que os milicos não concordaram. O pau quebrou. Eram três meganhas contra teu irmão, mas só conseguiram algemá-lo quando chamaram reforço.

– Caramba. Cresci ouvindo histórias de que meu irmão Otávio era bom de briga, mas sendo o caçula de doze irmãos não assisti a nenhuma briga dele. E fui perder logo esta.

Depois que a plateia sumiu, restou o silêncio sobre o paradeiro do meu irmão. Silêncio sobre a localização do professor Darci. As rádios e jornais rasgavam elogios aos militares que haviam dado fim à baderna, acabado com a farra das greves, desmantelado as ligas camponesas comandadas pelo comunista Julião, e barbaridades desse gênero. Estava restabelecido o sagrado direito à propriedade privada, resgatada, enfim, a família brasileira.

Daí pra frente, as doses de veneno contra João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes eram diárias. De meu irmão só tivemos notícia cinco meses depois quando ele escreveu contando que fora detido e conduzido pela Polícia Estadual até Paranaguá e lá embarcado num navio direto para o Rio de Janeiro. A rebelião dos marinheiros, sob a coordenação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, e a Anistia dada por Goulart colocara todo o baixo clero da Marinha na mira dos golpistas.

Meu irmão, no entanto, até sua morte trágica no Porto de Rio Grande, jamais saiu da mira. Sofreu todo tipo de boicote e empecilhos para subir na carreira. Morreu absolutamente desgostoso com a Marinha do Brasil. Em um retorno do exterior, em 1985, desceu para fazer um depósito no Banco do Brasil para sua esposa que estava no Rio de Janeiro, mas não retornou ao navio.

Segundo o oficial, que me recebeu no quartel da Marinha, meu irmão foi

assaltado e jogado ao mar. Seu corpo foi encontrado oito dias depois. Ao perguntar ao oficial se tinham encontrado os assassinos, este respondeu que “não” ao que contestei:

– Como? O serviço de informações da Marinha de Guerra tão eficiente contra a esquerda e opositores ao governo, não é capaz de descobrir uns simples ladrões de botequim que mataram meu irmão? Será que foram mesmo simples ladrões que tiraram a vida dele?

– Se o senhor continuar com essas insinuações eu lhe dou voz de prisão. Está encerrada nossa conversa.

Até hoje a pergunta está sem resposta. Tive com ele uma última conversa, dois anos antes de seu desaparecimento, quando me falou em tom de absoluta derrota:

– Desde primeiro de abril de 64 que a Marinha, tão sonhada, virou um pesadelo em minha vida.

***Romeu Gomes de Miranda**, 78 anos, nascido em Mafra-SC, tem graduação em Letras-Inglês (PUCPR), pós-graduação em Filosofia da Educação (PUCSP). Foi presidente da APP- Sindicato de 1996 a 2002. Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná de 2006 a 2011. Foi um dos fundadores do PT na década de 1980. Primeiro secretário de Organização do Partido dos Trabalhadores no Paraná.

Lutando contra a queda do céu: militância

Rosane de Lourdes Silva Vianna*

*Como diria Davi Kopenawa,
...é assim que a vida flui. Quem sonha, amplia horizontes;
quem partilha sonhos, produz comunidades novas, encontros alegres
e segura a queda do céu...*

Inevitável que os personagens das histórias que conto aqui componham facetas de nossas vidas. Cada nome que surge, traz consigo pedaços de uma vida. Uns sugerem companheirismo, outros, paqueras, militância, mesmo indiferença e até inimizade. Cada um compõe o caleidoscópio com formas e cores variadas. Algumas cores são mais fortes, outras quase apagadas.

O que importa é que brotam flashes e imagens claras, mas também palimpsestos, colagens de tempos idos, ainda presentes.

Chegar à universidade em 1964 era um deslumbramento de tudo o que se vislumbrava. Um universo se abria com a diversidade ali presente.

Ao mesmo tempo algo acontecia, que fechava, travava, procurava apagar as chamas acesas. Alguns movimentos, como o estudantil, iniciavam a resistência contra um Estado de forças que ‘mostrava sua cara’. Tanto que os calouros chegados à universidade já eram chamados a manifestar seu repúdio àquelas forças. Assim é que o trote dos calouros já incluía, além de pinturas nas caras e corpos, faixas de protesto contra a ditadura. Eram estas as primeiras passeatas, que depois se estenderam até 1968.

Assim, iam sendo tecidos os grupos estudantis que, aos poucos, radicalizavam seus métodos de manifestação e lutas. Amplificavam sua atuação para

além das universidades. Dirigiam-se às periferias das cidades, ao Movimento Operário e a outros setores da sociedade onde pudessem atuar.

Dos grupos estudantis que, aos poucos se distinguiam uns dos outros, surgiam os ‘comunistas tradicionais’, os ‘cristãos’ e os ‘comunistas mais radicais’.

Mas, apesar das diferenças, existia um ‘inimigo comum’ que nos unia: estávamos juntos contra a ‘Lei Suplicy’ que impunha reformas no campo da Educação, atingindo a liberdade de organização dos estudantes, desde os grêmios estudantis, até os centros acadêmicos e outras instâncias do movimento estudantil.

Nossos encontros aconteciam quando juntos, apesar das diferenças de métodos de luta, desafiávamos as leis impostas, os soldados com seus cavalos, seus cacetetes, suas bombas de gás lacrimogêneo... Como Chico Buarque, enfrentávamos os batalhões e seus canhões. Como Geraldo Vandré que, em suas primeiras composições, nos fazia preparar nossos corações para as coisas que [iria] contar, assim como nos convidava a fazer a hora, não esperar acontecer.

Os movimentos dos estudantes cruzavam o país do Sul ao Norte e ao Nordeste. As lutas se espalhavam, e as experiências de lutas também, como aconteciam na Europa, especialmente na França.

Cada um de nós, em nossos estados e cidades, fazíamos nossa parte. Através dos Centros Acadêmicos, convidávamos professores da Universidade de São Paulo que, em palestras, ampliavam nosso universo acerca da realidade estudantil e brasileira. Me vem à lembrança a ida da socióloga Marialice Forachi, professora que escrevera sobre “O estudante e a universidade brasileira”; de Octavio Ianni, também sociólogo e professor, que tinha pesquisado sobre “Raças e classes sociais no Paraná”; do educador Florestan Fernandes, que escrevera textos importantes sobre a realidade brasileira; de Quartin Barbosa de Moraes, também professor de Filosofia, que discutia os caminhos da revolução brasileira. Toda essa efervescência, trocas e ampliação dos conhecimentos aconteciam. “Apesar de você”, diria Chico Buarque.

Ao mesmo tempo em que estávamos nas lutas nas universidades, também estávamos indo às periferias, para experimentar o ‘Método Paulo Freire’ de Al-

fabetização de adultos. Cada um de nós, em seu campo profissional, atuava para ‘juntar forças’ não só de mobilização política, mas também cultural. Nesse movimento de expansão, laços se faziam, diferenças se expressavam e as escolhas apareciam.

Em paralelo às demandas estudantis, presentes e necessárias para aquela hora, um envolvimento com o campo maior de luta acontecia. Eram diversos os grupos que se apresentavam como opção para as mudanças da sociedade brasileira. Sair da ditadura sim, mas também transformar a estrutura de classes, fazer uma verdadeira revolução.

A preparação do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 67/ 68, em seus documentos, para além das propostas de uma nova universidade, também almejava as transformações da sociedade com vistas a uma nova ordem social. Essa preparação incluía distribuição pelo Brasil inteiro e discussão dos programas que cada grupo tinha produzido.

No Congresso da UNE, seriam expostos e discutidos os principais documentos dos diferentes grupos, também em disputa pela nova composição da entidade.

Foi assim que se formou um grupo no Paraná, que representava a União Paranaense de Estudantes, e viria a compor em São Paulo, um grupo maior de preparação para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Éramos, talvez, uns seis estudantes do Paraná, que fomos alojados na Residência Estudantil da USP, o Crusp. Lá estavam outros grupos de estudantes que fariam a discussão dos documentos a serem levados ao Congresso da UNE, que viria a acontecer em Ibiúna, interior de São Paulo.

Nesse movimento de expansão, laços se faziam, diferenças se expressavam e as escolhas apareciam.

Em Curitiba, os anos vividos nas lutas estudantis foram marcados por muitos relatos já feitos aqui por outros companheiros. Acompanhei esses movimentos ligada ao grupo de Ação Católica - Juventude Universitária Católica. Ali foi possível estar nas mobilizações na universidade, mas também ir às periferias. A alfa-

betização de adultos pelo método Paulo Freire, quando se juntavam estudantes ligados aos movimentos estudantis e outros da 'Juventude Universitária Católica', foi uma experiência importante. No Bairro Pilarzinho, em um Conjunto Habitacional de trabalhadores braçais, totalmente isolados, iniciamos a pesquisa de palavras-chave e partimos para a alfabetização. Nas aulas em que buscavam a alfabetização, também tratavam de seus assuntos familiares, do bairro, do trabalho... Usávamos slides para animá-los a desenhar as palavras-chave que selecionamos nas pesquisas domiciliares. Assim, conseguimos conhecer os trabalhadores que garantiam a limpeza da cidade. Ao deixar esta ação, confirmava-se meu gosto por pesquisa. Estava já com os interesses focados em São Paulo, especialmente na USP.

Fiquei até os 26 anos de idade em Curitiba mas, desde 1966 já estava prospectando outro lugar para viver e continuar estudando e militando. Assim, foi que comecei a conversar com professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para escolher tema e orientador para cursar Mestrado.

Importante dizer que Curitiba, para mim, foi a base para essa passagem do local onde se desenrolariam tanto as principais lutas estudantis, como a organização do congresso da UNE; os embates que se davam entre estudantes da sede Maria Antônia e do Mackenzie. Também, dali partiam as grandes passeatas de protestos contra a violência da ditadura desferida aos estudantes, especialmente depois dos dois estudantes mortos pela polícia: um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo.

Em São Paulo, passei a empreender a busca por algum grupo político no qual pudesse atuar. A FFLCH – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - na sede Maria Antônia da USP era, ao mesmo tempo, um local de excelência para Cursos de Pós-graduação e um campo de batalha. Também o era para o exercício da universidade livre, onde todos estavam convidados a fazer cursos, sem necessidade de matrícula. Lembro de Paul Singer, dando aulas livres de Economia política.

A sede Maria Antônia era também ‘um palco’, onde os diversos grupos atuavam e buscavam adeptos. Era nas próprias lutas, que se encontrava grupo para se integrar.

As lutas já não tinham mais caráter apenas local; eram regionais, mas também nacionais; aconteciam na universidade, mas se desenrolavam também nos bairros e periferias. Ampliavam-se para protestar contra a violência policial praticada em outros estados. Manifestações de repúdio se estendiam Brasil afora. Prisões de estudantes também. Eu percebia que na sede Maria Antônia, onde ficava a Faculdade de Filosofia, as lutas tornavam-se mais acirradas e se conectavam com o país, inclusive com o Paraná e até com outros países, especialmente a França.

Os sindicatos já estavam interditados, com muitos líderes sindicais presos.

Quando passei a me perguntar onde busquei sensibilidade para as escolhas políticas e os atores sociais que privilegiei em pesquisa, voltei a Curitiba.

Lá, desde meus 16 anos, dava aulas em escolas públicas das periferias. Nas salas de aula, estreitas e desconfortáveis, úmidas e de paredes de madeira, se juntavam crianças, filhos de trabalhadores rurais ou de pequenos produtores. Chegavam com frio e fome. Imaginava que, em tais condições, era impossível ensinar as primeiras palavras. Passei a dividir em duas partes as porções da sopa que comeriam no almoço e servia a primeira já na chegada, as 7h30 da manhã. Era assim que eu iniciava a alfabetização de 20 a 30 crianças apinhadas na sala de aula.

Seguiram-se experiências com outras crianças, em outra vez, com filhos/as de empregadas domésticas. Em geral, estes alunos viviam em cortiços e favelas no centro e/ou nas periferias da cidade. Não conheciam a própria cidade, pois ficavam na creche o dia todo. Programei visitas a parques e edifícios públicos. Conheceram o Palácio do Governo e outros edifícios importantes de governo e os locais de lazer.

Também os matriculei em piscinas públicas da cidade e os levava a brincar nos parques. Tomavam banho na escola, antes de voltarem para suas casas, por-

que em casa não havia água ou havia pouca e os banhos eram escassos. Passaram a ter aulas com as músicas da época. Chegaram a fazer um coral, cantando *Na boiada já fui boi*, de Vandrê. Essa experiência durou pouco. A diretora da escola disse: isso só pode ser coisa de comunista. Logo depois fui afastada da escola e colocada à disposição da Secretaria de Educação.

Nas universidades éramos todos estudantes de vários cursos. Jovens, em sua maioria, de classe média, mas engajados também nas lutas universitárias.

Minha nova ida para São Paulo trouxe ainda outros panoramas de lutas.

De 1968 em diante, o Ato institucional número 5, imprimiu a mais violenta repressão contra as manifestações, as reuniões e as experiências para além da universidade.

Cada grupo político ‘recolhia-se’ e muitos estudantes partiram para a clandestinidade e preparação para a luta armada. Alguns, se incorporaram às fábricas, para fazerem um trabalho político como se fossem trabalhadores.

Nesse período, me filiei a um grupo que mesclava ações possíveis em escolas, fábricas e ações em busca de fundos para as lutas que se desenvolveriam nas cidades e nos campos.

Passei a dar aulas no ensino médio, o chamado curso colegial daquela época. Procurávamos contatar professores e estudantes e outros formados, que juntávamos para discutir problemas da realidade brasileira: Economia, História, Sociologia. Os locais onde nos reuníamos também foram invadidos por militares, que se tornavam diretores e demitiam os professores incompatíveis aos preceitos ensinados nas aulas de ‘Educação Moral e Cívica’. Também em Curitiba, muitas escolas expurgavam aqueles que poderiam ameaçar a moral e o civismo ensinados nos livros produzidos para essa nova disciplina.

Tratava-se de introduzir nas escolas públicas conteúdos com ‘cunho militarista’. Também escolas tidas como progressistas eram fechadas e professores perseguidos, presos e processados.

Nas universidades houve a cassação dos direitos políticos de muitos professores. Na USP, dentre os proibidos de dar aulas e demitidos, estavam Octavio Ianni,

Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Eder Sader, Paulo Mendes da Rocha, e outros tantos das áreas de Ciências Humanas e Sociais, e também Físicas, Químicas, Matemáticas, Ciências Biológicas.

Grandes cientistas e pesquisadores buscaram abrigo em outros países. Artistas, quando aqui não foram presos e torturados, como Geraldo Vandré, se auto exilaram como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque buscaram refúgio em outros países. Educadores e produtores culturais também foram presos e/ou exilados. Cada um em seu campo aproveitou o exílio para produzir e expandir seus conhecimentos.

Nos documentos onde constam os ‘delitos políticos’ dos quais fui acusada aparece: “(..) agitação e doutrinação comunista em escolas do ensino primário, secundário e universitário. Militante do PRT e do ‘Movimento de Libertação Popular-Molipo”.

Quem mantinha contato com militantes dessas organizações também era preso ou até morto. Sofri duas prisões: uma em 1972, na Operação Bandeirantes, e outra no Deopes em 1974, em São Paulo

Alguns meses após a prisão no DOI-Codi, fui demitida da Faculdade de Filosofia da Unesp, no campus de Franca, onde trabalhava.

Em outro momento, apresentou-se a oportunidade de sair de São Paulo, onde eu era vigiada dia e noite. Um policial dava plantão em frente à minha casa e seguia meus passos em outros locais,

Embora a anistia política só tenha se efetivado em 18 de setembro de 2008, o início deu-se muito antes, em 1978; mas os arquivos com os documentos comprobatórios das acusações ainda não tinham sido disponibilizados publicamente. Minhas buscas nos arquivos do Estado do Paraná e de São Paulo resultaram em alguns documentos importantes, mas os da demissão da Unesp só encontrei abrindo a pasta de Arquivos mortos. Lá estavam documentos como “Confidenciais do Ministério do II Exército”. A difusão foi feita pelos: DOI-Codi do II Exército e Secretaria de Educação de São Paulo. Ali estavam documentadas as acusações contra mim, a demissão e a prisão.

Assim, eu já tinha passado pela segunda prisão, com um grande grupo, em 1974. Só alguns anos depois soube das acusações.

Os danos sofridos por essas prisões, embora por curtos espaços de tempo, foram de ordem física, moral e material. Física, porque fui arrancada violentamente da minha casa e presa no DOI-Codi. Lá encontrei presos que tinham sido torturados violentamente, uma grávida que em dois meses daria luz e outros tantos colocados em celas solitárias com marcas de tortura. Aliás, ameaças de tortura e morte eram frequentes. Sabemos muito bem quantos foram mortos e torturados no DOI-Codi. As imagens vistas por mim nas dependências daquele local, jamais se apagarão. O mesmo se pode dizer da segunda prisão. No DEOPS, as torturas também aconteciam, assim como as ameaças de morte.

***Rosane de Lourdes Silva Vianna.** Sou socióloga. Fui professora do Ensino Fundamental, Médio, Universitário e Pós-graduação. Atuei nos movimentos universitário, sindical e de Anistia. Estudei sobre trabalhadores boias-frias, culturas juvenis e, mais recentemente, psicanálise e também animismo indígena. Nasci em Curitiba em 1942. Sou mãe da Clarissa e avó de Joaquim.

(Texto revisado pela Prof^a. Dra. Maria Leticia Rauen Vianna)

Ditadura interrompe sonhos, mas não a vida

Sirlei Fernandes*

Para entender um pouco da minha experiência vivida na época da ditadura, permito-me contar alguns retalhos da minha história.

Com uma mala na mão e 80 cruzeiros no bolso, embarquei num ônibus de linha em Campo Mourão, centro-oeste do Paraná. O destino era Curitiba, a capital onde se poderia fazer faculdade, já que na maioria das cidades do interior o ensino ia somente até o segundo grau.

Sem conhecer nada da vida nem tampouco dos seus percalços, me aventurei sozinha na empreitada que viria a deixar marcas para sempre. Me acompanhava o vigor dos meus 19 anos e o objetivo de cursar uma faculdade.

Felicidade. Passei no vestibular em 1972. Comunicação Social na UFPR. É mole? As aulas do ciclo básico da área de humanas eram ministradas no anfiteatro do Ed. D. Pedro I. A maioria dos alunos era oriunda do interior. Moravam em repúblicas no entorno da Universidade. Gente jovem reunida que emanava rebeldia.

Precisava de um lugar seguro e barato para morar. Procurei a Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC). Sem saber o porquê nem razões aparentes, na portaria me informaram que ali havia moradoras escondidas da polícia dentro dos armários; que a qualquer momento poderia haver uma batida policial por ali. Olhei arisca ao redor e decidi nunca mais por os pés naquela casa. Afinal, pela minha cabeça passou a ideia de que poderia se tratar de moças perigosas para estarem a se esconder da polícia de tal forma. No interior, de onde vim para estudar na capital paranaense, nada se falava ou se ouvia sobre repressão.

Natal de 1972

Sem dinheiro para passar o Natal com a família, um grupo de estudantes se reuniu na Praça Santos Andrade, em Curitiba, perto da meia-noite, para comemorar juntos a data do nascimento de Jesus. O som das cordas do violão, a Noite Feliz foi interrompida abruptamente por alguns policiais fardados com o argumento de que o sossego da vizinhança e a ordem pública estavam ameaçados. Houve revista nos pertences e então os fardados encontraram panfletos mimeografados dentro das mochilas.

Nestes panfletos havia informes e denúncias de perseguição de estudantes no Rio e São Paulo.

A ideia era, durante a madrugada, colocar o material embaixo das portas no comércio da Rua XV, principal rua do comércio da cidade.

Em silêncio sepulcral, aqueles jovens acompanhados da sagrada teimosia foram levados para a Rua João Negrão, sede da Delegacia de Ordem Política e Social - Dops. Lá, os pontapés, tapas e interrogatórios contrastavam com os sinos de Belém.

A noite foi longa, tétrica.

Estávamos em seis jovens. Na Dops nos separaram em cubículos individuais. Até então eu não sabia o porquê de toda aquela situação. Não sabia o que tinha feito de errado, se realmente tinha feito algo pecaminoso que merecesse tamanha hostilidade policial. Afinal, cantar música de Natal e depois distribuir panfletos com meus amigos, na minha cabeça, nunca foi crime.

De meia em meia hora um homem horrível se aproximava do meu cubículo. Com cara de ameaça pedia para que eu contasse quem havia mandado distribuir o material apreendido, quem era nosso chefe, quem estava por trás da nossa organização, onde nos reuníamos... fazia uma infundável série de perguntas, e eu não sabia responder a nenhuma delas. E era verdade. Eu não estava mentindo.

Além da frequência às aulas, a vida universitária propiciava encontros extra-classe em “boatinhas”, locais dançantes onde a alegria e a irreverência aliviavam saudades da família.

Só mais tarde fui saber que, após a dança, grupos se reuniam dispostos a discutir ações para se contrapor ao regime opressor vigente. Tudo acontecia na maior discrição.

Não satisfeito, o homem horrível insistia nas perguntas. Quanto mais eu balançava a cabeça negativamente, mais ele se enfurecia. Até que...Muitos socos, tapas, tentativa velada de estupro compuseram aquelas cenas de horror. Como falar do que não sabia? Pensei que ia morrer naquela noite. Sentada no chão, me encolhi num canto do quadradinho e, naquele momento, acho, não sei, desmaiei.

O dia amanheceu. Era Natal. Me vi sentada no meio fio, sozinha, com fome, machucada. Passou.

Consequências

1973 – De guichê em guichê, de porta em porta, a alegação era a mesma: você não pode renovar a matrícula; consta que você reprovou por faltas; você reprovou em mais de duas disciplinas.

O sonho da mocinha, que veio do Interior para fazer faculdade, desmoronou. A vida universitária e o curso de Comunicação Social ruíram da forma mais amarga que se possa ter.

Vida nova

Vieram empregos, concurso vitorioso no Banestado, novas moradias, curso de Serviço Social na Faculdade Espírita, dois filhos amados e... aposentadoria.

Mas o jornalismo interrompido continuava a incomodar.

A virada

Era um dia de reunião informal e conversas animadas entre sindicalistas bancários.

Neste clima, um camarada – que no final deste texto direi quem é – perguntou-me se eu queria voltar a estudar. A princípio estranhei a pergunta e aí ele argumentou que a UniBrasil estaria a abrir suas portas para o curso de jornalismo.

Topei a parada. Fui da primeira turma do sonho realizado, da vida que seguiu em frente.

Obrigada Wilson Ramos Filho Xixo.

Hoje, no auge dos meus 71 anos, me rejuvenesço a cada dia quando estou em frente de jovens adolescentes acompanhada da Geração68. Nas escolas, tanto pública, como privada, cumprimos nossa missão de contar para a juventude o real significado do que foi a ditadura no Brasil. **Ditadura Nunca Mais.**

***Sirlei Fernandes**, 71 anos, bancária aposentada, jornalista formada na UniBrasil, pós-graduada em Ciência Política no IBPEX – Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão, ativa no movimento de mulheres, militante social e política.

Entrevista com Stênio Jacob, realizada por sua filha

Stênio Jacob*

Flávia Jacob

Flávia: Onde você estava quando começou 1968?

Stênio: Em 1968 eu era presidente da União Paranaense dos Estudantes.

F: Você foi eleito em 67 e assumiu em 68?

S: Minha gestão começou em 67. No início de 1968 eu já era o presidente da UPE.

F: Então você já agia como líder estudantil?

S: Sim. E em janeiro de 68, a UPE fez um movimento muito interessante em defesa da gratuidade do ensino nas universidades federais do Brasil.

F: E isso surgiu por que? Naquela época cobrava?

S: Naquele ano, o então ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda havia introduzido o ensino pago especificamente para os calouros, que era uma forma de deixar os veteranos sem comprometer a ação do governo. Aí que foi o grande engano porque nós mobilizamos não só os calouros, mas também os veteranos contra a medida que introduziu o ensino pago. Era a famosa chamada Lei Suplicy que, além de introduzir o ensino pago, extinguiu todas as entidades estudantis, a União Nacional dos Estudantes, a União Paranaense dos Estudantes, os centros acadêmicos das faculdades e criava o Diretório Estadual de Estudantes e os diretórios acadêmicos das faculdades.

F: Bom, então ainda podia ter movimento estudantil, só não da forma que existia antes.

S: Ele queria o movimento estudantil atrelado ao governo. E nos insurgimos contra isso e eu me lembro que à época eu fui candidato a presidente do Diretório Estadual dos Estudantes, que é o que viria a substituir a UPE, e a minha campanha dizia exatamente que o objetivo era extinguir o Diretório Estadual dos Estudantes. Para isso nós fizemos uma grande reunião, uma convenção com todos os diretórios acadêmicos, para que a gente pudesse agir desta maneira. E houve uma unanimidade no sentido de que esse procedimento fosse adotado.

F: Você falou que lutou para que as universidades não fossem pagas, mas agora você está falando que além disso tinha essa questão de extinguir as representações estudantis independentes e criar uma atrelada ao governo. Você acha que essa parte de serem pagas e apenas para calouros era uma maneira de mascarar o que estava por trás e que não era só a questão de ser pago.

S: Na verdade tinha um acordo chamado MEC-Usaid com uma agência americana para que esses procedimentos fossem adotados aqui no Brasil. Por isso a gente se insurgia fortemente contra o chamado acordo MEC-Usaid, que estabelecia entre outras coisas o ensino pago nas universidades federais e a extinção da representatividade estudantil existente no país.

F: Então era muito mais do que só a questão de ser pago ou não, era uma questão de forma.

S: Sim, sem dúvida. Era uma maneira de tentar controlar a representação estudantil e a luta principal que era contra a ditadura, que havia um forte posicionamento contra a ditadura militar implantada em 64, que acabou culminando em 68 com o Ato Institucional número 5, que acabou de vez com todas as garantias democráticas individuais.

F: Então essa luta que aparentemente era contra o pagamento da universidade ou até dessa forma na verdade era uma luta contra o enrijecimento da ditadura, porque eles viam nos estudantes um lugar de onde poderia vir uma resistência, é isso?

S: Exatamente. E nós fomos muito bem sucedidos porque a campanha que fizemos junto aos calouros da época, que é quem teria que pagar a universidade, nós fizemos uma ação que impediu que isso acontecesse, porque havia uma brecha no decreto, que salvo engano era o 247, que possibilitava ao estudante requerer a isenção de pagamento da anuidade. O que que nós fizemos? Preparamos requerimentos, fomos pras portas das secretarias das faculdades, a gente já entregava o requerimento e ele fazia o pedido da isenção de pagamento. Foi um movimento muito bem sucedido, pois impedimos que houvesse na prática o pagamento da anuidade.

F: Mas era só requerer que aí você não precisava pagar?

S: Não. Você requeria e aí esperava a decisão. É evidente que houve estudantes que pagavam de qualquer jeito, porque tinham um posicionamento contrário ao nosso. Mas foi muito interessante isso porque, na prática, inviabilizou a cobrança da anuidade dos calouros.

F: E por que vocês resolveram fazer isso? Sendo que não afetava vocês, só afetava os calouros.

S: O princípio era defender a gratuidade do ensino. Em todos os níveis, não importa que não atingisse os veteranos porque essa foi a estratégia do governo de impedir que os veteranos se envolvessem nesse assunto, já que o calouro se submete a qualquer coisa. O sujeito passou num funil de um vestibular muito difícil e quer ir para a faculdade. Mas conseguimos evitar que isso acontecesse. E eu me lembro também que a gente fez uma grande manifestação pública, uma passeata aqui em Curitiba, com os calouros, uma passeata muito grande que percorremos praticamente a cidade inteira para manifestar nossa posição.

F: E foi tranquila essa passeata ou teve algum tipo de problema?

S: Foi tranquila, foi tranquila. Na época, o então governador Paulo Pimentel, que sempre teve uma visão democrata, chegou a colocar batedores da polícia à frente da passeata para abrir os caminhos para que a passeata percorresse a cidade. Foi muito importante isso.

F: Pelo que eu entendi, vocês acharam então uma brecha no sistema e conseguiram impedir que ele fosse implementado na prática. Mas depois, pelo menos hoje em dia, a faculdade não é paga. Então, como foi esse desdobramento para que isso não fosse depois implementado de fato?

S: À época, nós percorremos todas as faculdades para conversar com os diretores dessas faculdades, que eram os membros do Conselho de Representantes da Universidade. Lá que essa questão foi colocada na pauta de discussão do pagamento de anuidade e nesta reunião, o conselho de representantes da universidade derrubou a medida, razão pela qual até hoje a Universidade Federal não cobra anuidade.

F: E você foi quem teve a ideia de ir atrás dessas pessoas para conversar. Como foi isso?

S: Foi isso. Minha ideia de conversar com cada diretor.

F: E você achou que eles foram resistentes ou não? Era simplesmente uma coisa que eles aprovariam porque estava vindo do governo.

S: E eles foram muito solidários porque o Conselho de Representantes aprovou sem nenhuma dificuldade.

F: E a questão de extinguir a UPE e fazer o outro diretório, como foi?

S: Eu fui candidato a presidente do Diretório Estadual dos Estudantes, que era o substituto da UPE, com o objetivo exato de extinguir o Diretório Estadual dos Estudantes, e a campanha foi no sentido de manter a União Paranaense dos Es-

tudantes como a única representante do Paraná. E a eleição acabou não acontecendo porque o Ministério da Educação, no dia da eleição, suspendeu ela porque sabia que o objetivo era esse de extinguir o Diretório Estadual dos Estudantes que eles haviam criado.

F: E além disso, como foi a atuação dos estudantes e a atuação da UPE, que você estava como presidente nesse ano, o que mais aconteceu em relação à ditadura etc?

S: As grandes bandeiras do movimento estudantil eram se manifestar contra a guerra do Vietnã e se manifestar contra a ditadura. Eram os dois principais objetivos, na época, da nossa luta, contra a guerra do Vietnã e contra o ensino pago nas universidades federais.

F: Mas não foi em 68, então, que teve aquela movimentação que você teve que ligar para o governador ou quando você foi preso?

S: Foi em 68.

F: O que aconteceu? O que vocês estavam fazendo?

S: Na prática foi o seguinte, a Reitoria decidiu fazer o vestibular de engenharia com anuidade, eu me lembro bem da data porque era o segundo domingo de maio, Dia das Mães. Então eles marcaram o vestibular para esse dia, exatamente porque era um dia dedicado à família, lá no Centro Politécnico, e nós fizemos uma mobilização para ir lá e interromper e não permitir a realização do vestibular.

F: Porque eles queriam que fosse pago.

S: Era o vestibular do ensino pago. Fomos pro Politécnico, reunimos cerca de 300 estudantes mais ou menos. Eu me lembro bem que no sábado havia um baile de calouros e nós fomos lá convocar os estudantes para irem nessa manifestação que seria às 7 horas da manhã, para impedir a realização da prova. E, de fato, nós conseguimos impedir que naquele domingo saísse a prova. Nós bloqueamos o

Centro Politécnico e impedimos. Daí a Reitoria marcou para terça-feira uma nova prova. Acontece que na segunda-feira nós percorremos todas as salas de aulas de todas as faculdades federais e organizamos os estudantes em grupos de dez. Dentre esses dez eles deveriam destacar um para uma reunião que seria realizada no Danc, Diretório Acadêmico Nilo Cairo. E assim foi feito, marcamos uma grande concentração para terça-feira de manhã na Praça Santos Andrade. Eu já havia discutido com uma outra pessoa que não me recordo quem era que iria propor ocupar a Reitoria, eu até forço a minha memória mas não consigo me recordar com quem eu falei sobre esse tema. Bom, na reunião no Danc que naquela noite de segunda-feira eu deixei claro que quem participasse da reunião não ia poder sair de lá. Só no dia seguinte, na hora da concentração, na Santos Andrade.

F: Mas quem quisesse podia sair antes de começar?

S: Antes de começar podia sair.

F: Mas por que não podia sair?

S: Porque havia infiltração. Para não vazar informação. Havia infiltração de agentes da polícia nesses movimentos. Então na reunião eu disse que o objetivo era ocupar a Reitoria e a aprovação foi unânime. Então nós passamos a organizar como seria essa ocupação. E ficou então acertado que cada representante deles estava na reunião iria transmitir ao seu grupo o que seria feito naquele dia. E assim foi. Ficamos a noite toda, ninguém saiu, saímos todos juntos, cada um ficou responsável de avisar o seu grupo o que seria feito. Na prática, a polícia estava toda lá no Centro Politécnico, estava todo cercado porque eles achavam que a gente estaria indo lá para o Politécnico. E essa estratégia foi tão bem avaliada que à época teve uma repercussão internacional porque foi uma coisa que ninguém esperava, a polícia lá na Politécnica e nós ocupamos a Reitoria.

F: E por que você teve essa ideia de ocupar a Reitoria?

S: Claro, porque ali não havia guarda, havia dois guardas lá na Reitoria. O

resto estava tudo no Politécnico. Se fosse pra lá iria virar uma guerra campal como já havia sido.

F: E a Reitoria também tinha alguma representatividade?

S: Claro, era o centro do poder da Universidade Federal e o reitor era o Flávio Suplicy de Lacerda, o famoso editor da Lei Suplicy.

F: E quando se diz ocupar a Reitoria, o que isso significa na prática?

S: Ocupar as instalações físicas da Reitoria. Na prática nós ocupamos uma quadra inteira, a Reitoria, a faculdade de Filosofia, a faculdade de Economia. Fechamos a quadra inteira.

F: E aí ninguém entrava, ninguém saía, ninguém conseguia trabalhar.

S: Isso. Foi muito interessante porque fatos não previstos aconteceram, como por exemplo, eles, os estudantes, que eu não sei de quem foi a ideia, criaram uma barricada com veículos de órgãos públicos. Paravam os veículos, faziam estacionar no meio da rua, travavam o veículo, davam a chave para o motorista e falavam “se manda daqui”. E a gente estava muito preocupado aquele dia porque havia a construção de um prédio ao lado da Faculdade de Economia, não sei de quem foi a ideia, mas eles foram lá naquela construção e pegavam barras de ferro e distribuía para os estudantes. Eu falei, isso aqui vai ser uma chacina porque.. imagina.

F: Você não era a favor. Seria só uma ocupação pacífica.

S: É. Tanto é que, depois da ocupação, com as barreiras já feitas, isolando a Reitoria, eu liguei para o governador à época, era o Paulo Pimentel, dizendo que eu queria conversar com ele. Ele imediatamente concordou. E eu já tinha marcado um estudante que tinha um carro para que esperasse fora das barricadas com carro que eu iria ao Palácio. Esse estudante era o Adalberto Daros, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Católica de Direito.

F: Então tinha gente não só da Federal?

S: Não, iam estudantes de tudo quanto é faculdade. Eu liguei para o governador e ele imediatamente concordou que houvesse essa conversa. Eu disse que ia ao Palácio e ele concordou. O governador foi muito atencioso e há que ressaltar que o Paulo Pimentel era, antes de tudo, um democrata. Um governador que havia sido eleito pelo voto popular, não era governador nomeado pela ditadura, e tive uma ótima conversa com o governador e solicitei a ele que recolhesse a polícia para que evitasse o confronto entre estudantes e policiais. Isso porque se tal fato acontecesse, ele poderia entrar para a história como um assassino de estudante, porque naquele dia, já que os estudantes estavam todos instrumentalizados por aquelas barras de ferro, seria um risco muito grande e ele concordou com isso. Eu digo “O senhor retire de lá a polícia e nós vamos desocupar pacificamente a Reitoria”. E eu me lembro bem que ele ainda falou “mas vocês já derrubaram o busto do reitor”. Eu disse “governador, essa era uma velha reivindicação dos estudantes” e assim foi feito. E aí a polícia desocupou. Eu pedi aos estudantes que colocássemos as coisas no lugar para desimpedir o tráfego na rua, e assim foi feito. E nós saímos em uma passeata e nesse momento o tal busto do Suplicy havia sido derrubado e foi arrastado pela rua, puxado pelos estudantes até a Praça Zacarias, onde fizemos ali uma manifestação final desse dia.

F: E quando você foi falar com o Governador, você teve que abrir mão da ocupação, em nome de evitar um conflito?

S: Não “abrir mão”, eu disse de que nós iríamos desocupar, mas antes ele teria que retirar a polícia.

F: Então a reunião com o Governador foi mais para evitar que houvesse feridos? Você não usou a ocupação para negociar a questão do pagamento, certo?

S: Não. Eu negocieei com o Governador que ele não daria mais cobertura policial para a realização do vestibular.

F: E, no domingo, quando vocês impediram a realização do vestibular, vocês foram presos?

S: Naquele dia foram detidos pela polícia, 69 estudantes.

F: Mas aí vocês foram soltos logo em seguida?

S: Nós fomos detidos perto de meio-dia e a polícia nos liberou às 7 da noite.

F: E depois de todo episódio, o que aconteceu?

S: O Conselho da Universidade Federal se reuniu e revogou a tal medida de pagamento do ensino.

F: Em qual situação que você chegou a ficar um ano preso? Não teve a ver com essa parte, então não foi em 68 que você foi preso?

S: Foi em 68 por ter participado do congresso da UNE na Ibiúna, a UNE era uma entidade já extinta pelo governo federal, pela ditadura.

F: Mas que ainda acontecia paralelamente.

S: Acontecia paralelamente.

F: E aí, você foi como representante do Paraná.

S: Nós tínhamos uma comitiva de cerca de 60 estudantes do Paraná para o Congresso da UNE em Ibiúna.

F: E aí, qual era o objetivo desse Congresso?

S: O Congresso tinha uma pauta externa extensa. A principal delas era contra a ditadura, contra a guerra do Vietnã e outros temas que não me recordo agora. E tinha a eleição da UNE. E não chegou a acontecer porque a polícia chegou lá antes.

F: Isso foi muito ou pouco tempo depois disso tudo o que aconteceu aqui no Paraná?

S: Não foi bem. O Congresso foi em setembro.

F: Isso aqui foi no mês de maio.

S: É.

F: E entre maio e esse congresso aconteceu mais alguma coisa aqui no Paraná que você acha importante destacar?

S: Nós tivemos um movimento grande porque eles queriam fechar os restaurantes universitários, que era com recurso do Estado, e eles queriam suspender essa transferência. A UPE atendia 2000 estudantes por dia, por exemplo. Na época havia 14 restaurantes universitários. Cada faculdade tinha o seu restaurante. E o governo tinha tomado uma medida para impedir a transferência, e eu me lembro que foi feito um mecanismo para que a UPE continuasse recebendo uma parcela do dinheiro que era distribuído para os restaurantes universitários. E isso possibilitou que a UPE continuasse atendendo os estudantes no seu restaurante.

F: Certo. Voltando a Ibiúna.

S: Então nós fizemos essa caravana no Paraná para o Congresso de Ibiúna. Na época, eu fui contra que o Congresso se realizasse em Ibiúna porque eu queria que o Congresso fosse realizado lá na Crusp, na Cidade Universitária da USP, em São Paulo. Eu achava mais adequado fazer lá do que fazer num local isolado. Mas fui voto vencido e o Congresso aconteceu em Ibiúna, aliás, nem aconteceu, porque no dia da instalação, a polícia já chegou lá e prendeu 800 estudantes.

F: Todo mundo que estava lá foi preso?

S: Porque não tinha para onde fugir. Só tinha mato.

F: E aí era isso que você temia. Era isso que você achava que talvez na cidade da USP ia evitar.

S: Claro. Mas, infelizmente, aí fomos presos 800 estudantes. Cada Estado ficou responsável por levar os seus estudantes para sua origem. Então, o Paraná mandou dois ônibus lá para trazer os estudantes do Paraná.

F: E aí vocês ficaram presos aqui?

S: Não, chegamos aqui e os ônibus nos largaram lá na UPE.

F: Eles só queriam evitar mesmo o Congresso.

S: Naquele momento, sim. Mas aí aconteceu que lá todos fomos presos e fichados no Dops em São Paulo e aí, naquela oportunidade, a Auditoria Militar de São Paulo decretou a prisão preventiva de 25 estudantes do Brasil inteiro. Do Paraná eram sete.

F: Você era uma dessas pessoas?

S. Eu era uma delas. Éramos eu, Vitório, Mânfió, Palmira, Berto Curvo, Imbiriba e outro que não estou me recordando agora.

F: E eles foram na sua casa. Como é que foi isso? E isso já foi um tempo depois de vocês voltarem de Ibiúna?

S: É. Não foi muito tempo não. Eu sei que foi em setembro, estava no final da minha gestão da UPE. Daí com a prisão preventiva eu saí de Curitiba para evitar ser preso.

F: Foi para onde?

S: Em um primeiro momento eu fui para casa dos pais do Amaral, que havia sido presidente da UPE também, me antecedeu lá em Iporã, no interior do Paraná. Depois eu fiquei lá uns 15 dias e resolvi ir para casa do meu avô, lá em Minas Gerais, em Nova Resende. Lá ninguém sabia da minha história, não tinha pro-

blema. E acabei ficando por lá até dezembro. No dia 11 de dezembro, o Superior Tribunal de Justiça derrubou, concedeu habeas corpus, acabando com a nossa decretação de prisão preventiva.

F: Então você podia voltar?

S: Aí eu resolvi voltar e resolvi voltar pro Paraná. Mas antes disso, no dia 13 de dezembro, dia do meu aniversário, aconteceu o Ato Institucional Número 5, que suspendia as garantias de habeas corpus. Aí eu fiquei na dúvida se o meu habeas corpus ia valer ou não. Ainda assim, resolvi voltar para o Paraná. Acabei voltando, mas não vim para Curitiba. Fui para a casa dos amigos em Londrina, onde fiquei o mês quase todo de dezembro na casa dos amigos. Aí no Natal, resolvi ir para a casa da minha mãe. Apesar de o AI5 estar em vigor. No dia 27 de dezembro, a Polícia Federal foi lá e me prendeu.

F: Então, de alguma forma, eles ficaram sabendo que você estava por lá?

S: Como o AI5 extinguiu as garantias de habeas corpus, eles foram lá me pegar.

F: E eles prenderam os outros também?

S: Prenderam alguns. E aí fui enfrentar a prisão.

F: E aí dessa vez você ficou um ano.

S: Originalmente, nos trouxeram aqui para Curitiba. Fiquei uns dias na carceragem da Polícia Federal. Já estavam presos o Vitório, o Mânfió, A Palmira, o Alberto, que haviam participado de uma segunda edição do Congresso da UNE, que aconteceu no dia 15 de dezembro. E a polícia pegou eles lá e o preso. Então os que tinham ido em Ibiúna foram transferidos para São Paulo, para responder o julgamento lá.

F: Então você acabou 68 preso?

S: Sim. Ficamos em São Paulo no chamado Presídio Tiradentes. Eles destina-

ram um bloco da prisão para presos políticos. Então no dia que eu cheguei lá no presídio, tinha algum deputado federal que estava preso, um estudante do Rio Grande do Sul e um estudante de São Paulo. Eu fui o quarto a chegar lá. E havia uma cela de presos incomunicáveis. Tinha uns uns 30, 40 presos incomunicáveis. Teoricamente, não estavam presos.

F: Ninguém sabia.

S: As pessoas sabiam, mas oficialmente não tinha processo. Estavam lá para verificação. Daí lá em São Paulo, nós fomos julgados e fomos condenados. Esses que eu falei, eu, o Vitório, o Mânfió, o Humberto, a Palmira.

F: E na hora você lembra o que se passava na sua cabeça? Você acha que se arrependia? Você estava com medo?

S: Eu não tinha medo, nem me arrependia, nem nada. A gente já sabia que era muito possível que acabasse preso, tanto é que eu informava à minha família, isso. Que havia uma grande possibilidade de eu ir preso por causa das minhas posições políticas.

F: Mas achava que valia a pena. Mesmo assim.

S: Achava porque eu sempre fui um adepto da democracia, era contra a ditadura. E os militares tinham tomado o poder no país e, na prática, era uma ditadura, porque não havia garantias dos direitos constitucionais de liberdade.

F: A aí vocês foram julgados, culpados e sentenciados a ficar presos?

S: É um fato interessante porque nós, pela legislação militar da época, o enquadramento da nossa denúncia era de reunião para construção de entidade extinta, a pena mínima era um ano. Mas, dentre outros que estavam lá presos, estava o estudante César Maia, que no futuro acabou sendo prefeito e governador do Rio de Janeiro. A irmã dele era professora do neto do Garrastazu Médici, que era o presidente na época. Então eles deram um jeito de fazer um julgamento

específico para o César Maia. E como ele estava preso há seis meses, eles transformaram o Congresso da UNE, que era reunir para tentar construir entidade extinta, em manifestação pública, cuja pena mínima era de seis meses. Aí ele foi solto no dia no julgamento, seguramente por influência do Garrastazu Médici que, na época, era chefe do SNI. O presidente era o Costa Silva e com isso acabou beneficiando todo mundo. E foi o que aconteceu. Nós solicitamos transferência para o Paraná e auditoria concedeu isso e nós viemos cumprir a pena aqui no presídio do Ahú. E já estavam presos uns estudantes que tinham participado do Congresso da UNE depois do AI5, a famosa Chácara do Alemão. Cumprimos a pena aí.

F: Mas aí vocês tiveram uma pena de um ano, não de seis meses?

S: Não. Na verdade, tive a pena de dez meses. A pena variava de seis meses a um ano e meio, dependendo da ficha. Houve também processos na Auditoria Militar do Paraná. Nós tivemos três processos e em todos a gente foi absolvido. Não houve condenação.

F: Senão poderia aumentar a pena?

S: Poderia aumentar. E assim que foi feito.

***Stenio Sales Jacob** nasceu em Carmo do Rio Claro, Minas Gerais, em 1943. Mudou-se ainda criança com a família para o Paraná, onde cresceu em Jaguapitã, no norte do Estado. Estudou Sociologia Política e Administração Pública. Participou ativamente do movimento estudantil dos anos 1960 e foi presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE), de 1967 a 1968, tendo sido preso por essa razão. Com a redemocratização foi presidente do ITCE, Instituto de Terras e Cartografia, Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, e secretário municipal de Obras de Blumenau, Santa Catarina.

1964, o início e o começo da caminhada

Sueli Ataíde*

Bem cedo iniciei a minha caminhada. Adolescente, ainda. Quatorze anos, vinda de família católica, apostólica, romana, nascida em Ponta Grossa, deparei-me com os pensamentos de Leonardo Boff ao ler seu livro *Jesus Cristo Libertador* e outros tantos. Leonardo Boff mexeu muito comigo. Assim como todos os artigos e livros de Frei Betto. Mas outro intelectual, ativista, mexeria ainda mais: Vicente Ataíde. Ateu, comunista e que incentivou ainda mais as minhas reflexões sobre a vida, alavancou minha ideologia e estudos.

Vicente, falecido em 2023, foi meu grande companheiro. Ao lado dele eu sabia das lutas contra a ditadura militar nos anos 60. Passando da renúncia de Jânio Quadros, da posse de Jango, eu, mesmo com meus 14, 15 anos, influenciada por Vicente, já simpatizava com governantes que primavam pelo bem social.

Nas lutas contra a ditadura que se anunciava, estive ao lado do Vicente Ataíde, mais como expectadora e testemunha, é verdade. E não poderia ser diferente, dada a minha pouca idade. De todo modo, eu sabia que ele participava dos movimentos estudantis; havia criado e comandava o jornal estudantil *Folhetim*, através do qual criticava, duramente, a sociedade vigente. Vicente atuava no Centro Acadêmico Hugo Simas, estudava no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, contemporâneo do ex-senador Roberto Requião, com professores eméritos como Lamartine Correia Lyra e Vieira Netto (em cujo escritório, estagiou por um tempo), defensores dos que se opuseram ao regime ditatorial que se estabelecia. Participou, em 1968, do Congresso de Ibiúna – 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (maior repressão estudantil no Brasil) ao lado de Vladimir Palmeira (que futuramente viria a ser

autor do livro *Abaixo a Ditadura*), do ativista Luiz Travassos e Wladimir Ribas.

Eu soube e acompanhei fatos que me moldaram. E me chocaram. Eu e Vicente vimos muitos companheiros serem presos, torturados e “desaparecidos”, como o nosso grande amigo, de codinome Romão, que foi levado para os porões da ditadura e ninguém mais soube dele. Vicente teve que viver, grande tempo, na clandestinidade para não ser preso e torturado como tantos outros.

2

Fato curioso e triste foi uma situação vivida por dona Helena, mãe do Vicente, que queimou todos os livros dele, fez uma fogueira enorme, com medo que os livros viessem a “incriminar” o filho!

Com essa base, cursei, em 1965, Direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica. Tive a sorte de ser contemporânea de João Bonifácio Cabral, líder estudantil e presidente, na época, do Diretório da Faculdade. Também fui caloura da Clair da Flora Martins, nossa líder e guerreira durante toda essa caminhada!

Nessa época, as atividades sempre foram intensas: reuniões no Diretório Clotário Portugal – da Faculdade de Direito, lá no campus do bairro Prado Velho. Dali, fomos à tomada da Reitoria para a derrubada do busto do reitor Flavio Suplicy de Lacerda em protesto a uma reforma do ensino para aplicar o projeto de ensino pago na Universidade Federal. Lembro-me de muitos rostos na caminhada da Rua XV para derrubada do busto do reitor: Stênio Jacob, Presidente da União Paranaense dos Estudantes, Vitório Sorotiuk, do Fábio Campana, super barbudo e que, mais tarde, mudaria de lado.

Das minhas memórias, a angústia ficou marcada quando o Cabral foi preso, e quando eu não conseguia mais encontrar a Clair. Ia na casa dela e a sua mãe, dona Paulina, ficava com a casa toda fechada, ali na rua Alcides Munhoz, nas Mercês. Ela só abria uma frestinha da porta e dizia que não sabia de nada. Era um período de muitos temores pela vida de todos os nossos companheiros. O Hasiel Pereira, por exemplo, militante aguerrido, também foi preso e tortura-

do. Não sabíamos se ele sairia vivo dos porões. Saiu, todavia. E mais tarde, Hasiel Pereira foi eleito vereador por Curitiba, líder dos taxistas, sempre lutando, sem medo, contra todas as formas de dominação.

No auge da ditadura, não senti a tortura na pele, minha militância era mais contida, indireta. Eu, afinal, era muito jovem. Mas participava e me envolvia à medida que os acontecimentos se estreitavam, chegavam em mim. Quando o Cabral foi preso, eu ia visitá-lo no presídio do Ahú, levava livros, maçãs e cigarros. Eu procurava manter o ânimo dos companheiros presos.

Anos depois reencontrei a Clair, já com os filhos pequenos. Eu também com os meus! A felicidade por saber que ela e o Hasiel haviam sobrevivido, foi imensa. Clair, um dos maiores nomes da resistência do Paraná, é, além de amiga-irmã, uma mentora aguerrida, um exemplo de lucidez e ânimo intenso.

Nesse meu caminho, participei da candidatura da Clair à Câmara Federal e conheci o Narciso Pires, grande lutador pelos ideais democráticos. Fiquei sabendo, então, dos anos de prisão a que ele fora submetido, fato que nunca o fez desistir, vindo a se tornar presidente do *Grupo Tortura Nunca Mais*. Estivemos presente na luta pelas Diretas Já, no grande comício na Boca Maldita com a presença de Ulisses Guimarães e brilhantes companheiros.

Sempre acreditei que a criação de grupos e associações fosse uma grande estratégia para unir pessoas com os mesmos ideais. Assim, participei da fundação do Sindicato dos Advogados do Paraná, em 1982. No mesmo ano, participei de um grupo, Advogadas do Paraná. Dirce Neide Polacchini, Christiani Helena Moraes, Ivete Annies, Aldaci Capaverde, Berenice Lessa, Clair Martins e eu fizemos encontros importantes na Universidade Católica do Paraná.

3

Nosso objetivo era lutar contra todas as formas de discriminação que existem. Grandes nomes debateram importantes temas: Questão Salarial (com participação do ex Ministro Dilson Funaro, de Luiz Gonzaga Belluzo – economista e do sindicalista do Rio Grande do Sul, Olivio Dutra), Questão do

Aborto (com a participação da deputada federal Cristina Tavares e da psicóloga Jaqueline Pitanguy) enfatizando a divulgação do conhecimento e discussão de fatos importantes à sociedade. O grupo chamou a atenção da Ordem dos Advogados do Paraná que, sob a Presidência do doutor Otto Sponholz, nos convidou para participar da Primeira Comissão de Advogadas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Paraná.

Apesar de minha veia política, minha vocação não era ocupar cargo público. Lancei mão da advocacia para defender os direitos sociais dos previdenciários, impedindo, por meio da lei, que fossem vítimas de imposições injustas. Todavia, para uma atividade cada vez mais libertária, participei da União Brasileira de Mulheres/PR. Filiei-me ao PT, em Curitiba, no ano seguinte à sua fundação no Paraná. Então, trabalhei para ajudar a eleger Clair. Saiu vitoriosa para vereadora, e, posteriormente, a primeira deputada federal pelo Paraná. Seu gabinete, do qual fui assessora, era chefiado por Narciso Pires. Eleger Clair também foi a minha luta, pois a voz dela era a minha voz. A nossa voz. A voz das mulheres democráticas.

Em 2018, tivemos participação ativa na campanha para a eleição de Fernando Haddad contra Bolsonaro. A vitória do Bolsonaro, que chegara a tecer elogios ao General Ustra – terrível chefe dos centros de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura militar – DOI-Codi, significou um retrocesso em todas as políticas públicas, com manifestações claras de misoginia, homofobia, racismo e disseminação de ódio. Tivemos que lutar cotidianamente para preparar o terreno para a volta do governo Lula. A vitória em 2023 veio coroar as esperanças que sempre tivemos por um país mais justo e solidário.

E a luta continua. Nossa sugestão é que haja ampla divulgação de nossa história e de nossos claros ideais, por vários meios – vídeos, livros, impressos, palestras – através do fortalecimento eficaz da comunicação, dos canais oficiais, das rádios comunitárias, das redes sociais.

Chegamos em 2024 incansáveis, determinados a resistir, pois a direita se dedica à volta ao poder de forma incisiva. Todas as ações e caminhos de lutas

que temos precisam ser aprimorados, pois não podemos permitir a volta dos "gabinetes do ódio". Continuamos, hoje, lutando por todos os ideais que nos acompanham nessa caminhada, sem esmorecer, em todos os campos, momentos e ações!

***Sueli Ribeiro Stoltz de Paula Ataíde** é advogada civilista, formada em 1970 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Fundadora do Sindicato dos Advogados do Paraná, em 1989. Membro da Primeira Comissão de Advogadas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Paraná, onde conseguimos eleger a Dra. Clair Martins como primeira Conselheira da Ordem dos Advogados do Paraná, fato que fortalecia as nossas vozes em todas as formas de luta. No governo de Roberto Requião, foi membro do primeiro Conselho Feminino do Estado do Paraná. Foi fundadora, também, da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – Seccional do Paraná, filiada à Federação Internacional de Mulheres de Carreira Jurídica (Federation Du Femme Du Carrière Juridique) com sede em Paris.

O despertar, as trevas e a esperança

Suely Muniz*

Quando ocorreu o golpe militar, em março de 1964, eu tinha apenas 12 anos. Morando em Jacarezinho, família conservadora por pai e mãe, estudando no Colégio Imaculada Conceição, acabei, naquele ano, sendo a Miss Brotinho da cidade. Boas lembranças da alegria juvenil. Nenhuma lembrança de menção ao golpe. Completa alienação.

No ano seguinte fomos morar em Curitiba. Colégio Santa Therezinha, Colégio Martinus e, finalmente, em 1967, Colégio Estadual do Paraná. Ali vi crescer o movimento estudantil. Residindo quase na esquina do Diretório Central dos Estudantes – (DCE) e da Faculdade de Filosofia, assistia ou participava de assembleias estudantis. Em pouco tempo a curiosidade pelo que estava ocorrendo no país, por temas como Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* – MEC-Usaid –, Universidade Livre, repressão, ditadura etc. ocupam o coração e a mente.

Logo comecei a participar do Movimento Estudantil Livre (MEL), dos secundaristas. Um movimento que buscava conscientizar os estudantes sobre a ditadura que oprimia o país e a necessidade de organização para a luta por liberdade e por uma sociedade não excludente.

A mobilização era intensa. Muitas reuniões, muitas atividades de redação e distribuição de panfletos chamando para assembleias, passeatas etc. Talvez o mais importante desse período para mim tenham sido as leituras realizadas em grupo ou com um ou outro companheiro/a. Materialismo histórico. Materialismo dialético. E realidade brasileira. Foram madrugadas sem fim lendo e discutindo. A curiosidade e a compreensão do “funcionamento do mundo” principiaram ali. Gratidão e homenagem a todos os companheiros “maiores”

de então, muitos dos quais amigos pela vida afora, que orientaram nossa formação, através de uma delas em especial: Teresa Urban. E, através de Teresa, meu tributo à família Urban, sempre presente no meu coração.

A passagem para um outro tipo de organização, não mais de estudantes, mas de combatentes clandestinos da ditadura e sua repressão, era o caminho natural. E o período de transição foi muito curto.

Em pouco tempo a vida se transformaria completamente. Em um dia de fevereiro ou março – se não me engano – de 1970, saio pra uma reunião e... não volto mais para casa. 1970 seria o ano em que eu iniciaria a faculdade. Contudo, a prisão de alguns companheiros levou à decisão de retirar de Curitiba alguns militantes. E assim viemos parar em São Paulo. Vários de nós, ficamos sabendo aos poucos. A comunicação era a mais restrita possível por razões de segurança.

Reinoldo Atem, então com 20 anos, e eu, com 18 anos, viemos e permanecemos juntos. Viemos com a roupa do corpo e sem avisar ou despedir das famílias. E junto com outros companheiros da Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO), uma das ramificações da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), passamos a dedicar nossos dias à luta contra a ditadura e por uma sociedade menos desigual, à conscientização de classe, à compreensão da sociedade brasileira, à discussão interna ao grupo e com outros grupos de militantes igualmente empenhados nessa causa, mas com visões distintas quanto à melhor estratégia ou tática de combate. O apoio de muitos integrantes da igreja católica, alguns com experiência na luta política na Europa, foi relevante para essas discussões e até mesmo para a nossa sobrevivência. A dedicação integral à militância política implicou em praticamente zerar a vida familiar, social e cultural. Por outro lado, os laços de companheirismo entre os militantes eram muito fortes. E, nesse universo tão focado, vem minha gravidez. Recebida inicialmente com muita hesitação devido aos riscos, foi mantida por uma decisão pessoal. E no turbilhão do ano de 1971 nasceu nossa primeira filha. Seguiram-se as reu-

niões, os pontos... a luta. Com a pequenina junto... Até que prisões próximas a nós nos levaram a reconhecer que não havia mais como manter nossa filha, então com cinco meses, junto a nós em São Paulo. Reinoldo e eu a levamos para ficar com os avós em Curitiba. Daí pra frente, para nós, foi o entusiasmo da boa luta e a angústia profunda da separação. Para a nossa pequena foi o sofrimento da separação, mas também o ganho de enorme carinho e cuidados de avós, tios e tias.

Assim foi por alguns meses até que na véspera do primeiro de maio de 1972 Reinoldo foi me deixar, logo depois do almoço, próximo à rua Amaral Gurgel onde eu representaria a OCML-PO em reunião com três jovens de uma OPP – Organização Para Partidária. Um dos jovens, soubemos depois, reunia-se com a OCML e também com pessoal da FBT – Fração Bolchevique Trotskista (que depois integraria a Convergência Socialista). Este grupo tivera muitas prisões em SP. Esse jovem também. E ele falou sobre a reunião na Amaral Gurgel.

Quando entrei no apartamento lá estavam o delegado Sergio Paranhos Fleury e dois ou três dos seus homens do Dops/Esquadrão da Morte. Inicialmente me confundiram com a esposa do dono do apartamento. Mas... durou pouco, não houve como escapar. Rapidamente fomos levados ao Dops. E imediatamente para algum andar superior onde teve início a tortura. A pressa e a expectativa eram grandes, pois me viam como uma porta de acesso à outra organização política. Em uma sala onde havia muitos homens, mais de cinco ou seis... nua, fui colocada no pau-de-arara e vieram os choques elétricos por todo o corpo. Inicialmente perguntas disparatadas como onde está o Bacuri?... e outros nomes que já não lembro. E queriam pontos. Ali fiquei horas sem nada dizer. Nem meu endereço. Pelas tantas me levaram à sala do delegado Fleury. Tentando aparentar calma, queria saber porque eu não dizia onde morava. Argumentei que minha filha estava lá e que não correria o risco de ela ser levada à prisão. Uma ideia pra me agarrar. Um artifício pra aguentar. Ele garantiu que isso não aconteceria não e como continuei não dizendo nada, a ordem foi “agora choque intermitente”. E de volta ao andar de cima...Para e re-

começa. Para e recomeça. É infernal. Pior que o contínuo. A uma certa altura a sensação de que eu não mais me habitava. Passei a assistir a cena lá do alto da sala, num cantinho do teto. Carrego essa imagem que não consigo explicar: eu me via pendurada no pau-de-arara, os homens em volta, a boca muito aberta. Os homens foram ficando muito irritados e já cansados: “Muitos, mais fortes que você, não resistiram, não pense que vai aguentar, não!” E somaram-se embalos no pau-de-arara com uma sacola cheia de tijolos que me empurrava pelas costas.

Tínhamos tido muitas discussões sobre as técnicas e “pegadinhas” na tortura. Não estava desavisada. E eu só pensava: são meus inimigos, estou do lado de cá da história, eles estão pra lá, não há o que falar. Quando decidiram me levar para a carceragem já era madrugada. As pernas não firmavam. Fui amparada por um homem de cada lado. Ao passar pelas celas coletivas em direção ao Fundão, quase todos dormiam, mas um companheiro me viu passar. Aquele que eu ainda não conhecia, mas que viria a ser meu querido amigo Hasiel Pereira, que me enviou, quando deu, por um carcereiro menos hostil, o primeiro papel higiênico, pasta de dente e pomada *gelol*.

Fui largada sobre um catre na última cela do fundão. Um catre, uma pia e um vaso sanitário. E uma janelinha lá no alto por onde se ouviam os barulhos da cidade, muitas sirenes... o mundo que nada de mim sabia. Difícil dormir. O corpo tremia, tinha espasmos. E muita dor das sacoladas. Sentimento da mais profunda solidão.

A noite foi curta. De manhã cedo tudo recomeçou. Ponto, ponto, ponto. Então eu inventei um ponto. Na Av. Rio Branco. E lá fomos. Nada. Os homens muito irritados, putos, berravam: “demorou muito pra falar, sua... o sujeito já deve saber da prisão, não veio não!”. E lá vamos de volta para o andar superior. Depois de um tempo, achando que já estavam se completando as 24 horas da prisão, falei o meu endereço. E lá saímos em disparada, debaixo de muitos xingamentos; agora não haverá mais ninguém, sua isso, sua aquilo...

Ainda hoje dói, só de lembrar. Não conseguia compreender que ainda

tivesse alguém em casa. Mas lá estavam Reinoldo e Nilmário Miranda, naquele momento o principal dirigente da nossa organização. Já tinham retirado algumas viagens de carro de materiais da Polop e preparavam a última retirada. Os meganhas mal podiam acreditar. Lá fomos correndo de volta, eu pra cela, Nilmário e Reinoldo para o andar de cima, tortura brava. Eles também ficaram no Fundão nos intervalos, eu os via chegar exauridos, dia após dia. Algumas vezes fui levada ora para ver Reinoldo apanhando, uma forma de pressão sobre ele que nada falava, ora para apanhar, pressão mais forte sobre ele. Desmaiou e seguiu nada dizendo. Nenhuma prisão a mais. Porém, o aprisionamento do carro usado para retirar os materiais era do nosso companheiro Celso Paciornick, que, assim, acabou comprometido no processo instaurado na Segunda Auditoria Militar.

Trouxeram equipe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar- RJ) para interrogar Nilmário. Também fomos levados para o andar desse interrogatório. Era a “inteligência” querendo completar o mapeamento das organizações de esquerda. O sujeito do esquadrão que me conduziu ficava insistindo: “Fala tudo, boba. Você sai daqui rapidinho, retoma sua vida com sua filha, vai ficar tudo bem. Se não falar, vão acabar com a sua saúde, sua coluna já deve estar ferrada e pra quê isso? Esse era o “policial bonzinho”.

Depois de algumas semanas fui retirada da cela do fundão e levada para a cela coletiva feminina. Algo como seis a oito mulheres. Valentes. Solidárias. Não esmoreciam e cuidavam umas das outras como podiam. Ali o sentimento da impotência era superado pelo sentimento da resistência. Nada mais soube de Nilmário. Um dia, Reinoldo e eu fomos retirados das celas e encapuzados, jogados na traseira de uma daquelas Veraneios. Para onde vamos? perguntamos. Eles riam, cruéis: “Vocês vão para onde dói”. E chegamos na Operação Bandeirantes, o Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna- DOI-Codi - do II Exército, na Rua Tutoia. Tanto tempo havia se passado da nossa prisão, lá só houve pressão psicológica e ameaças, não fomos torturados fisicamente. Porém, ouvíamos

os gritos e víamos o estado daqueles que estavam sendo torturados quando voltavam para as solitárias em frente às celas coletivas. Fomos interrogados por várias equipes e pelo Brilhante Ustra. Ele recebeu pessoalmente o desembargador Abraão Atem, pai de Reinoldo. Nossas famílias sabiam da nossa prisão, avisados por advogados de presos políticos, mas não conseguiam nos localizar. No Departamento de Ordem Política e Social (Dops) ainda constávamos na lista oficial da carceragem com nossos nomes falsos. Fleury negava nossa presença lá e se recusava a receber a família. “Esse juizinho de merda acha que manda alguma coisa? Aqui não!” Coronel Ustra pegou-me um dia na cela, entregou-me uma foto da nossa filhota, já com quase um ano, trazida pelo avô. Puxando conversa levou-me pra caminhar até o pátio da delegacia onde estava sendo hasteada a bandeira do Brasil, soldados perfilados cantando o hino nacional. O choro que veio foi de ódio. Como podem se apossar assim dos nossos símbolos?! No dia seguinte enviou a mulher dele, Ustra, pra conversar comigo. Filhos... etc. Jogo de sedução. Inútil. Asqueroso. Sem chance.

Enquanto estávamos na Operação Bandeirante (Oban) ocorreu audiência na segunda Auditoria Militar do processo em que havíamos sido citados nas prisões de outubro/1971. Como eu era menor de idade, o juiz determinou imediata soltura. Após o cartório – a oficialização da prisão, depoimento etc. – eu fui libertada e Reinoldo foi para o presídio Tiradentes. Meses depois ele foi transferido para o presídio do Ahú, em Curitiba.

Retorno a Curitiba. Recupero meu lugar de mãe, o carinho da família. Contudo, difícil o recomeço. Difícil não pensar naqueles que continuavam enfrentando a repressão atroz. Difícil compreender e aceitar que ali, naquele momento, estávamos sendo derrotados e era necessário recuar. Se reorganizar, repensar estratégias.

E a vida seguiu. Em 1974 começo a Faculdade Católica de Economia. Pouco tempo depois o estágio no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Que lugar fecundo! Não só para a aprendiz

de Economia, mas também para a vida. Quanto trabalho sério, quanta gente comprometida com uma sociedade mais fraterna, quanta solidariedade!

Em 1977, outro evento político revira nossas vidas. Perdedor no jogo de forças palacianas o general linha-dura Silvio Frota é demitido por Geisel e, tentando forçar apoio ao endurecimento divulga, em novembro, uma lista com os nomes de 97 “comunistas infiltrados no governo”. Como eu, eram ex-presos políticos que trabalhavam em vários órgãos, em vários estados. O governador do Paraná, Jaime Canet, decidiu pela demissão dos servidores paranaenses que estavam na tal lista. Fomos demitidos sem justa causa e sem qualquer explicação. Só muitos anos mais tarde, em 1992, matéria da revista *Veja* Paraná – parte integrante de *Veja* ano 25, nº 18 – evidenciou, através de correspondência entre o comando do exército e o governo do Estado, que as demissões tiveram essa motivação política.

Concluída a faculdade de economia no final de 1977, impossível obter o atestado de bons antecedentes e, sem ele, nada de emprego. Em 1978 e 1979 fiz três cursos de especialização na UFPR. E vivemos talvez a situação de perseguição política mais hilária, não fosse trágica. A prisão “das escolinhas”, em março de 1978. Acordados ao clarear do dia, Reinoldo e eu fomos levados para a Polícia Federal, com mais outros tantos pais. Horas de interrogatórios insanos (ex.: Por que vocês ensinam o 1º de Maio, mas não o dia das mães?). Enfim, a extrema direita alucinando, dizendo que as escolas eram apenas fachadas para grupos que queriam atacar o governo etc. etc. Felizmente, o ridículo da situação que teve grande repercussão, inclusive na imprensa internacional, provavelmente levou ao abrandamento do interrogatório e à soltura de todos num prazo relativamente curto. Para minha filhota, então com sete anos, foi sua segunda vivência diretamente relacionada com a repressão. Mais uma vez a separação. Por quê? O que terá ficado lá no mais fundinho do seu coração? Para meu segundo filho, nem dois aninhos ainda, como sentir seus pais sendo arrancados do seu cotidiano? Pra onde? Por quê? Naqueles dias da prisão eu estava no início da gravidez da minha filhota mais nova. Terá sentido o medo

e a tensão? Terá sentido o desconforto e o cansaço das horas em pé nos interrogatórios?

Em 1980, já com o fim do atestado de antecedentes e a chegada da Anistia, fiz concurso para fiscal do ICMS e me tornei funcionária pública, alocada na Assessoria Econômica da Secretaria de Finanças do Paraná. Em 1982, iniciei o mestrado em Planejamento Econômico na PUC/SP. Em 1985 me desliguei do quadro de funcionários do Paraná, e por conta de meu segundo casamento voltei para São Paulo. Começo nesse mesmo ano a trabalhar no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) da Escola de Saúde Pública (ESP), onde permaneci até 2010, quando me aposentei, com exceção de três períodos. O primeiro, na gestão Erundina, para ser diretora financeira na Secretaria de Esportes, de 1990 a 1992. (Secretários Marilena Chauí e Laurindo Leal Filho).

O segundo foi um período na França, em 1997, para pesquisa e elaboração da tese de doutorado em Engenharia da Produção na Poli/USP, defendida em 2000. Nesse mesmo período, meu marido (desde 1985), Jorge Mattoso, fazia em Paris o seu pós-doutorado. Militante do POC nos anos 70, esteve preso pela Oban em 1971 e preso novamente pelo Ustra, no Rio Grande do Sul, quando o juiz de lá o soltou. Exilado primeiramente no Chile, até o golpe, depois na Suíça e na França, só retornou ao Brasil em 1979. Fez seu doutorado na Unicamp e tornou-se professor naquela instituição, tendo passado pelo Iparde, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), secretário de Relações Internacionais na gestão Marta Suplicy e presidente da Caixa Econômica Federal na primeira gestão Lula.

O terceiro período em que me licenciei do IPT foi na gestão Marta Suplicy para ser diretora financeira (2001 a 2003) e diretora presidente (2004) da Companhia Metropolitana de Habitação – Cohab/SP (secretário de Habitação Paulo Teixeira).

Tais experiências no Executivo Municipal e Estadual foram memoráveis, mas trouxeram o duro aprendizado de como a direita consegue destruir rapidamente o que se construiu em benefício da população desfavorecida.

Ao longo da vida não fui de falar sobre a prisão e a tortura. Nem mesmo com amigos que também viveram essa experiência. Talvez pra não acordar a dor, o medo, a vergonha, a impotência, o ódio aos seres atrozés? Mas falei, claro, na psicanálise, onde, creio eu, exorcizei os fantasmas. Se falo hoje sobre esse tema é pelo necessário espírito de memória, verdade e justiça. Ninguém deve se enganar. São eles, da extrema direita, que pregam o ódio, as armas, a intolerância, perseguem seus opositores e fazem a defesa da ditadura e dos torturadores. Definitivamente, esse não é um mundo pra se viver.

Hoje, aos 72 anos de idade, vendo nossos seis netos crescerem não posso deixar de pensar: em que mundo viverão? Espero que os jovens adultos e as próximas gerações estejam bem atentos para a necessidade de defesa da democracia. Porque ela sempre está em risco. Se o governo é de esquerda será atacado porque a classe dominante, os poderosos, não suportam dividir o poder político e econômico. Com ajuda da grande mídia e, às vezes, até mesmo do Judiciário e do Parlamento, atacam o governo de esquerda, inclusive com o falso argumento de defesa da democracia e com a disseminação de desinformações. Se o governo é de extrema direita, nem há que se falar em democracia. Haverá inevitavelmente corte de direitos dos trabalhadores, porteira aberta pra “passar a boiada” e perseguição política feroz. Assim pensam os amigos da escuridão. Por isso, a luta deve ser sem trégua.

A geração que combateu a ditadura civil militar, instaurada em 1964, abraçou o sonho de uma sociedade fraterna, inclusiva, amorosa e gentil. Essa é a verdadeira democracia. É a sociedade em que vale a pena viver.

***Suely Muniz**, nascida em outubro de 1951, em Santo Antonio da Platina, PR, economista, aposentada.

Os horrores da Clínica Marumbi

Teotônio Souto Maior*

Em 20 de setembro de 1975, aproximadamente às 22 horas do último sábado da primavera, uma casa modesta de madeira, localizada na calma Rua Profª Maria de Assumpção, no coração do bairro Boqueirão, foi subitamente cercada. O tempo estava ameno, após um dos invernos mais rigorosos já registrados na região — cerca de dois meses antes, os curitibanos viram a neve cair do céu e os termômetros marcarem -5° C. Vários policiais vestidos à paisana, com revólveres em punho e metralhadoras portáteis à tiracolo, estavam espalhados pelo quintal e por toda a volta da construção. Viaturas descaracterizadas estavam estacionadas em frente à casa vizinha, onde contavam com a colaboração do proprietário. Os invasores correram para os fundos e, um a um, foram escalando a cerca de sarrafos e saltando para dentro da residência alvo da investida. Após todos os homens estarem posicionados, o comandante da ação gritou:

— Não adianta! Vamos ficar te esperando até você sair. Vamos só dar um passeio. Sai logo, vai ser melhor pra você.

A essa altura os cachorros latiam sem parar. O cerco estava fechado e não havia forma de fugir. Sem perder mais tempo, o sinal foi dado e o aparato caiu para dentro da residência por todos os lados. Os gritos tomavam todos os cômodos da casa. Os homens procuravam o alvo em todos os espaços, gritando ameaças e xingando todos que ali moravam. Sentado na sala, esperando a prisão, encontraram um homem franzino, com mais de cinquenta anos e a típica feição sertaneja, do Nordeste brasileiro, com a cabeça chata e grandes olhos claros. Tratava-se de Francisco Luiz de França, secretário-geral do PCB no Paraná, que atendia pelo codinome Fagundes. Logo o comandante retirou a jaqueta e cobriu a cabeça do homem. Dona Augusta, esposa de França, e a filha mais velha, Valdecir, grávida de sete meses, gritavam tentando evitar que o líder da família fosse levado. A neta

de França, de dois anos, chorava e era amparada pelo pai, Miguel, que também segurava o caçula de França, Cosme, de sete anos. Em certo momento, Valdecir correu até a residência do vizinho do outro lado, seu Agostinho, policial militar. Avisou que o pai estava sendo levado. Agostinho correu para lá e questionou:

— O que está acontecendo? Por que estão prendendo ele?

— Esse teu vizinho é um traficante de drogas. Vende essas porcarias para crianças — respondeu o agente.

— Não, isso não. Moro aqui há muito tempo e conheço ele muito bem. Sempre foi um bom vizinho, honesto. Pode até ser por outro motivo, mas tráfico de drogas não é. Entreviei Agostinho, em vão, se identificando como policial.

Os agentes, reagindo com violência ao clamor das mulheres, as empurravam para longe, enquanto o preso era arrastado pelos braços até ser colocado no porta-malas da viatura, que saiu em disparada.

França tinha mais dois filhos morando na casa, Vladimir e Valnei, que naquele sábado tinham ido a uma festa de aniversário próximo ao Terminal do Guadalupe, na região central da cidade. A ação provavelmente foi planejada para o momento em que os dois filhos adultos estivessem fora da casa.

Após alcançarem uma certa distância do local do sequestro, o motorista andou algumas quadras em círculo para tentar confundir o preso. Logo após, seguiu para o lugar combinado com seus superiores, na Rua Dr. Pedrosa, na região central da cidade. Era a Clínica Marumbi. Ao chegar no local, sem retirar a jaqueta do rosto, o preso foi levado até uma pequena sala. Ali foi retirado o falso capuz e, após acostumar a vista à luminosidade do local, França pôde perceber um homem sentado em uma cadeira. Ele era chamado apenas de Osmar pelos colegas e, sem perder tempo, iniciou o interrogatório. França percebeu que o interrogador já sabia de muitas informações internas e secretas sobre a estrutura do Partido. Sabia nomes de companheiros. Sabia o local e as datas de várias reuniões.

Mas França estava resolvido. Não abriria a boca. Achava a delação um crime, apesar de entender em quais condições os militares tinham conseguido

as respostas que desejavam, muitas verdadeiras, outras tantas inventadas. Já havia se preparado para aquele momento. Prisão não era novidade, afinal em anos anteriores ao golpe já tinha sido preso em Natal-RN e no Estado de São Paulo. Muitas vezes tinha prometido a si mesmo que não falaria. Que seria mais forte que os outros. Eram estas qualidades que, sem modéstia, sabia que possuía. As qualidades que levaram um simples operário a ser o principal dirigente do PCB no Paraná, mesmo dentre tantos intelectuais nas fileiras da organização. Por isso sabia que deveria segurar as informações, mesmo sofrendo a mais implacável tortura.

As perguntas seguiam. As respostas: evasivas. O interrogador não se irritou. Com calma seguiu o roteiro que sabia que deveria manter naquela noite.

— Levem pro banheiro — ordenou Osmar.

Assim foi anunciado o cenário da pior noite da vida de França. As torturas aconteciam nos banheiros para facilitar a limpeza do sangue, fezes, urina, vômito e dos líquidos usados nos afogamentos e choques elétricos. Dois policiais arrastaram França para o banheiro. O preso não se surpreendeu quando viu os pedriscos pontiagudos no chão do cubículo.

— Tirem a roupa dele, dêem um banho e ponham para dançar — disse Osmar, sorrindo.

França foi obrigado e retirar a roupa, que era lançada para o chão do banheiro, e ficou parado de cabeça baixa, calado. Um policial veio por trás e empurrou com força o comunista na direção dos pedriscos. O militante, já sem os calçados, pisou com força e sentiu as pequenas pedras cravando nas solas dos pés. Apesar da dor lancinante, tentou não gritar. Quando conseguiu ficar parado, evitando mais machucados nos pés, sentiu o primeiro jato de água gelada, que saía da potente mangueira presa à parede. Não conseguia ficar parado. A sensação era terrível e o sangue já escorria pela água que corria pelas pedras do chão. Os policiais riam e miravam os jatos no rosto. Tentando se proteger, França movimentava o pescoço, mas os jatos entravam com violência em seus ouvidos, de forma que, para evitar a dor, liberava o rosto. Desta forma ficava

alternando os locais, tentando, em vão, diminuir o sofrimento. A partir de certo momento, enquanto os jatos continuavam, outro torturador iniciou os chutes nas pernas, forçando que França andasse sobre as pedras. Socos nos rins e no rosto eram desferidos nos momentos em que a água era desligada. Os golpes não cessavam e eram acompanhados de novas agressões com um sarrafo, que emitiam um forte barulho ao acertar em cheio os glúteos do torturado. Em certo momento, começou a sentir ânsia e, ao tentar evitar vomitar, França tossiu, fazendo com que a dentadura saltasse para fora de sua boca. Os torturadores, rindo, confiscaram os dentes postiços. O interrogatório continuou, com Osmar no comando, e França em silêncio, sem falar o que sabia e o que os torturadores sabiam que ele sabia. O tempo passava e, cansado, França caiu no chão, não aguentando mais o próprio peso. Ficar de pé era um sofrimento tão grande quanto as agressões que vinha sofrendo.

No entanto, o comandante da tortura, experiente, sabia que muitos aguentavam as sessões de espancamento e não delatavam seus companheiros. Um homem na posição de França aguentaria até mais. O interrogatório deveria continuar.

França foi amarrado pelos braços e pendurado no batente de uma porta. Ali iniciaram os choques elétricos. Levou choques nos lábios, orelhas, pênis e ânus. Ficava balançando preso pelos braços, sem conseguir se manter em pé. Os torturadores tentavam colocar objetos no ânus do preso. Quando não conseguiam devido à contração do torturado, tentavam com mais força, acompanhando com chutes e socos que deformavam o rosto do nordestino. Não suportando as dores, sentindo taquicardia, França iniciou os gritos de dor e desespero. Os policiais sentiram que poderiam estar passando do ponto. Os braços foram soltos e França despencou no chão, próximo de uma parada cardíaca. Um homem que se dizia médico foi chamado e logo trouxe um copo com água e um comprimido, que mandou que o preso engolisse. Com o estetoscópio verificou os batimentos cardíacos e deu o sinal de que o preso estava bem. A sessão sádica poderia reiniciar. Já que os instrumentos daquela sala não estavam surtindo efeito no preso, França foi levado para uma sala na qual

a música "Bilú Tetéia", sucesso grudento de Mauro Celso de 1975, era tocada repetidamente em volume ensurdecedor, acompanhada de uma luz fortíssima direcionada a seus olhos. Após mais espancamentos, França foi amarrado ao chamado pau-de-arara, um bastão de madeira que passa por baixo dos joelhos, que são abraçados pelos braços amarrados, obrigando o torturado a ficar pendurado de cabeça para baixo em uma posição em que os braços sustentam todo o peso do corpo. Um capuz foi colocado em sua cabeça, que em alguns momentos era mergulhada em um balde com água suja, enquanto sofria choques elétricos nos genitais.

— Refresca a cabeça. Haha! Refresca comunista filho da puta! Não quer derrubar a revolução? Olhe, o pau-de-arara vai quebrar!

E quebrou. França caiu com força no chão. Um dos torturadores subiu em cima de sua barriga e pulou. Cansados, os torturadores deram por encerrada a sessão.

— São cinco horas da manhã. Desde as 23 horas que você está nesta teimosia. Aguentou muito, poderia ter morrido — admitiu Osmar.

França tinha hematomas por todo o corpo e sentia muitas dores. O olho esquerdo estava praticamente fechado. Não enxergava nada daquele lado. O inchaço o deixava desfigurado. Na outra vista, a situação não era muito melhor, mas pelo menos conseguia olhar para o rosto dos que tinham lhe deixado naquele estado. Preferia não ver nada também pelo olho direito, quem sabe assim não lhe enfiassem o capuz novamente. Foi, enfim, levado para a cela. Exausto. Uma espécie de camisola de plástico foi vestida no militante comunista por dois torturadores-guias.

Berek Krieger, militante do Partidão desde 1962, andava de um lado para outro em sua minúscula cela contando os longos minutos e horas do sofrimento do companheiro. Havia sido preso já há alguns dias e assistia todos os dias à chegada de mais caras conhecidas. Sabia o que esperava cada um. Ildeu Manso Vieira relatou a dança macabra daquela noite e foi testemunha que o camarada – a quem chamou de nordestino de aço – ficou em silêncio o tempo todo.

França estava exausto. Andar era um sofrimento. Foi empurrado para um novo local insalubre em que não sabia quanto tempo permaneceria. A cela era um pequeno cubículo de madeira, sem móveis, catre, pia ou latrina. Apenas dois colchões de capim no chão úmido. Na porta, apenas um buraco no qual era passada a comida. França logo viu que teria um colega de cela, um camarada conhecido. Rapidamente notou algo estranho. O companheiro estava preso a uma barra de ferro chumbada na parede, que não permitia que o preso sentasse. Ficava-se de pé até que o cansaço vencesse. Assim o preso se abaixava, permanecendo de cócoras até que os joelhos não permitissem mais a posição. Qualquer outra posição fazia com que o preso ficasse pendurado pelos braços, uma posição impossível para quem tinha permanecido por horas no pau-de-arara. Logo, França também foi preso à barra. Não ofereceu resistência.

Após a saída dos policiais, França pensou em conversar com o companheiro de cela sobre o que estava acontecendo, mas evitou, já que o carcereiro permanecia andando em frente a cela com ouvidos atentos.

França apenas olhava o rosto do parceiro. Percebia que estava em péssimo estado pela expressão preocupada que notava. Observando o homem ao seu lado, notou algo que parecia não estar condizente com o seu próprio estado – França ainda vestia a camisola de plástico. Mas o outro sujeito — por mais que estivesse algemado à barra — trajava calça, sapato, camisa e paletó. Isso o fez questionar a diferença de tratamento. Motivos de humor dos homens nas fardas? Por ser menor na hierarquia do partido? Os policiais poderiam ter vestido a camisola da mesma forma nele e só depois terem lhe devolvido suas roupas? Mas o que França realmente achava era que aquilo era uma regalia que o militante poderia ter conseguido com os policiais. E só havia uma forma de conseguir privilégio naquela situação. França sentiu mais medo e se sentiu mal por desconfiar de um companheiro. Mas não conseguia pensar diferente. Ele havia fraquejado? França começou a lembrar o que ele sabia. Ficou apavorado, pois sabia de muitas coisas internas do Partido e muitos nomes. Sentiu que todos estavam caindo.

França permaneceu vários dias algemado na parede. Era levado ao banheiro, e depois voltava. Tentava alongar esses momentos para aproveitar mais os intervalos em que não precisava ficar preso na barra.

Diariamente França era interrogado. Em quase todas as vezes era torturado. Física e psiquicamente. Em um desses interrogatórios, foi forçado a assistir à tortura de Veríssimo Teixeira, um comunista marceneiro que passou horas apanhando no pau-de-arara. França, ao lado, também era espancado. Os torturadores desferiam golpes de sarrafo nas nádegas e na sola do pé. As torturas incluíam ameaças constantes. Os policiais diziam a França que seu filho Vladimir também seria preso e que sofreria da mesma forma. Os policiais conheciam o rapaz, já que Vladimir visitava constantemente as delegacias da cidade à procura do pai. Saía de casa pela manhã, com uma mala com roupas e visitava diversas delegacias todos os dias. Em todos os lugares ouvia que a polícia não sabia do paradeiro de seu pai.

— França? Esse foi liberado. Deve ter ido para o Nordeste. Nem adianta procurar, se ele não apareceu pra vocês, deve ter fugido.

Outra ameaça constante era a de que França, caso não falasse o que os militares queriam, seria mandado para São Paulo, para o delegado Fleury.

— Já estamos esperando a equipe que vai te levar. Pode ir se preparando. Está chegando a tua hora. Vai pra São Paulo. Não sei se volta, mas que vai, ah, vai, hahaha — ria o policial.

Certo dia, o companheiro de cela foi levado embora. França ficou só na sala e passou a ser incomodado constantemente no cubículo. Todas as noites os policiais que cuidavam dos cubículos passavam os cassetetes nas grades não deixando que dormisse. As ameaças persistiam. Sempre falavam que o comunista poderia ser morto a qualquer momento. Ninguém sabia de seu paradeiro.

— Você tá brincando? Ninguém sabe que você está aqui. Podemos te botar

num avião e te jogar no pantanal. Ninguém vai saber que isso ocorreu. Vão dizer nos jornais que você foi atropelado, que foi pro Nordeste...

* * *

França foi transferido para a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), comandada pelo delegado titular Osias Algauer. O delegado não permitia que o preso sentasse. França, acostumado a permanecer de pé na cela da Clínica Marumbi, não reclamava. Era xingado o tempo todo pela autoridade, que havia publicado em jornais da cidade que o militante, quando avisava à família que passaria o fim de semana em um local secreto, incomunicável, para a reunião do partido, na verdade viajava para a praia de Guaratuba, na qual permanecia dois dias com uma mulher — em uma casa própria — com quem manteria relações extraconjugais.

Pela manhã, França comia um pão. Seco. Café era algo que não via desde que tinha sido sequestrado. Comia o almoço de pé na mesma sala em que era interrogado. Chegava a pensar se sua situação havia melhorado. Mas lembrava dos momentos que havia passado com os braços para o alto.

Diversas vezes França seria levado ao DOI-Codi, para mais sessões de espancamento e choques elétricos. França já colecionava colegas de tortura. Vários homens já haviam sido torturados junto com o líder comunista. Vladimir do Amarante e Luiz Gonzaga Ferreira foram alguns deles. França havia sido preso em setembro, mas as torturas continuaram até dezembro.

Até então estava desaparecido. França estava incomunicável. Sua família o procurava por toda a cidade. Os familiares sabiam que o chefe da casa estava vivo porque a casa seguia vigiada dia e noite. Todos os que visitavam a casa eram seguidos.

Em 17 de dezembro de 1975, após uma pequena temporada na Prisão Provisória de Curitiba, no bairro do Ahú, onde pela primeira vez desde o sequestro sua família soube do seu paradeiro, Francisco Luiz de França foi transferido

para o Quartel General da Polícia Militar do Paraná, na Rua Marechal Floriano Peixoto, e entregue aos cuidados da Segunda Sessão da PM. Tal prisão era considerada “especial” e serviria para a reclusão de presos com nível universitário. França, um simples operário, sem instrução, nunca saberia o porquê de sua transferência, qual a causa de ser colocado junto aos intelectuais. Tinha sido pego de surpresa no Ahú:

— França, junta teus trapos. Guarda todas as tuas merdas. Vamos embora logo. Você vai viajar — gritou o carcereiro que havia adentrado a ala dos presos políticos.

França arrumou seus pertences em uma pequena bolsa e foi levado até a via-tura, na qual entrou no porta-malas. Como era constantemente ameaçado, imaginou que poderia estar sendo mandado para São Paulo, para uma viagem sem volta. Poderia também ser transferido para o Nordeste, sua terra natal, onde havia ajudado a organizar as Ligas Camponesas pouco tempo antes de vir ao Paraná, porém ficaria longe da família. Ficou contente quando viu o quartel da Marechal.

No caminho havia sofrido várias falsas ameaças. Os soldados haviam rodado por vários pontos da cidade, mostrando o que França não veria mais, segundo eles. Tinha até mesmo parado na casa de um dos policiais, para que um deles buscasse uma jaqueta. O dia tinha esfriado rapidamente e o soldado estava com problemas para trabalhar no frio. No entanto, a situação não era das melhores no quartel. França foi colocado em um xadrez completamente lotado. Os presos dividiam os espaços com grande dificuldade. A situação era calamitosa. O mau cheiro, de suor, fezes e urina, estava impregnado no local. O banheiro, sem nenhuma limpeza, não tinha porta e servia para uma grande quantidade de presos. A comida era servida por baixo das grades e os presos comiam apenas com colher. Todos ficavam trancados e, em poucos e curtos intervalos, saíam para os banhos de sol na quadra de esportes, cercada por policiais do Regimento Coronel Dulcídio, que, armados com fuzis, faziam a guarda dos presos. Tais banhos só aconteciam quando o regimento visitava o quartel. Quando a guarda tinha outra atividade programada e não comparecia ao quartel, não havia banho de sol.

De noite, fortes luzes eram acesas dentro do xadrez e um policial armado vigiava os presos. Em várias oportunidades, organizando o chamado “coletivo”, os presos reivindicavam melhores condições. Não sendo atendidos, foi organizada uma greve de fome contra o que consideravam arbitrariedades das autoridades militares. A greve obteve pouco resultado, mas vários presos foram transferidos. A nova casa era o quartel do Regimento Coronel Dulcídio, no bairro do Tarumã.

A situação neste quartel não melhorou muito, mas o número de presos era menor. O caminho do xadrez ao refeitório era realizado entre duas filas de policiais fortemente armados, em posição ameaçadora. Para os banhos de sol, a mesma coisa.

Em tal local, a família de França sempre foi mal recebida. Eram tratados de forma hostil em todas as visitas. Certo dia, em uma das visitas, Vladimir e Valnei, filhos de França, foram levados a uma sala para revista. Os dois jovens foram forçados a se despir e foram ameaçados. Dois policiais colocavam armas encostadas às testas dos rapazes e os xingavam, rindo em alto volume diretamente nos ouvidos. Em outra ocasião, Valmir, o filho que morava em União da Vitória, foi buscar a identidade retida na entrada da prisão em uma sala da Segunda Sessão, e saiu após duas horas, deixando sua esposa e mãe chorando com medo de ter mais um preso na família. França tinha certeza de que o objetivo de tais atitudes era atingi-lo. Após vários fatos parecidos, França começou a ser levado para interrogatório nas horas de visitas, ficando assim impedido de ver os familiares.

* * *

28 de março de 1977. Após mais 45 dias na Prisão Provisória, França foi posto em liberdade em virtude do relaxamento da prisão preventiva. O comunista permaneceu livre até 6 de outubro do mesmo ano, quando, após 3 dias de julgamento — junto com vários outros militantes presos —, Francisco Luiz de França foi condenado a quatro anos de reclusão.

A amizade de minha família com o seu França iniciou-se no Presídio do Ahú. Ele notou que o jovem pernambucano, vindo de Maringá, preso também na Operação Marumbi, estava encolhido de frio assim que chegou na penitenciária e logo tratou de dar a blusa que vestia ao conterrâneo. O gesto de solidariedade foi marcante para meu pai, Laércio, pouco acostumado às baixas temperaturas. Ali forjou-se uma amizade que seguiria firme nas décadas seguintes.

Estudei Jornalismo na PUCPR e resolvi pautar os 40 anos do golpe militar no jornal impresso que produzíamos no curso em 2004. Meu pai sugeriu que eu falasse com o França, pois sabia de sua história impactante. Ele morava no bairro Boqueirão, assim como nós, o que facilitou minhas inúmeras visitas. Aquele senhor de físico frágil, mas de fala firme e memória ávida, acabou se tornando um grande amigo. França morava na mesma casa da invasão descrita no início deste texto. Não se furtava aos detalhes de tudo o que passou, tinha todos os documentos organizados em pastas, em sua luta particular pela memória e contra toda a violência a que foi submetido. Resolvi contar os abusos da Operação Marumbi no meu trabalho de conclusão de curso, que teve como produto final um livro reportagem. Seu França esteve em minha banca, na formatura e em vários dos aniversários e encontros de família dali em diante. Sua alegria e disposição eram invejáveis. Apesar de já ter passado dos 80 anos, sua agenda era cheia. Estava sempre envolvido em reuniões do grupo Tortura Nunca Mais, do movimento antirracista, movimento pelos direitos das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, entre outros. Não negava convites para falar nas escolas a respeito dos abusos da Ditadura Militar. Não era raro me ligar animado para papear sobre o nosso sofrido Paraná Clube e me intimar sobre quando teria um sarau, com samba ou forró, pois eu não poderia esquecer de convidá-lo. Que figura humana incrível foi esse nordestino de aço.

***Francisco Luiz de França**, nasceu em Taipú, no Rio Grande do Norte, em 23 de maio de 1922. Trabalhou nas salinas de Macau-RN, até o serviço ser suspenso com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Posteriormente atuou na Companhia de Combate à Malária, onde iniciou sua luta por melhores condições de trabalho. Lá conheceu Francisco Carneiro, que o apresentaria ao comunismo. Após presenciar uma fala incendiária de Gregório Bezerra decidiu entrar de vez no PCB. No fim da década de 1940 se integrou aos operários da fábrica da Pirelli, em Santo André-SP. Após intensa atuação política junto a esta base, foi preso e demitido. A partir daí, passaria a ser um quadro remunerado do Partido, chegando a compor nos anos 1950 o Secretariado do Nordeste do PCB, com sede em Recife. Teve passagens pela Bahia, onde inclusive atuou com Carlos Marighella. Também ajudou a organizar as Ligas Camponesas em Pernambuco. Mais tarde, no fim de 1967, participou do VI Congresso do PCB no Rio de Janeiro. Ficou na cidade aguardando novas instruções, pois estava visado no Nordeste e em São Paulo. Em 1968 seria designado para assumir como secretário-geral do PCB no Paraná, numa tentativa de reorganização após as quedas ocorridas no Estado. Em 1975 veio a Operação Marumbi, mudando definitivamente a trajetória do Partidão no Paraná e a vida do velho comunista. França seguiu firme no PCB até o fim da vida, sem nunca se bandear para os lados do liquidacionista Roberto Freire. Faleceu em novembro de 2018, aos 96 anos de idade.

***Teotônio Arruda de Souto Maior** nasceu em 1984 em Curitiba. É jornalista e editor.

Memória da luta contra a ditadura no Paraná – relato de um resistente

Valdir Izidoro Silveira*

Quando estourou o golpe militar de 64, eu era secretário de Coordenação e Difusão da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Secretaria de Coordenação e Difusão (Secodi-SC), uma estrutura criada para ação da Ubes em todo o território nacional.

Lembro que era da Secodi-Bahia, o ex-deputado federal pelo Paraná, Helio Duque, e o jornalista, já falecido, Marcos Faerman, Secodi-RS.

Fui preso no dia 30 de março de 1964, em Florianópolis, com alguns companheiros da União Catarinense de Estudantes (UCE), ao voltar do Estreito, na cabeceira de saída da Ponte Hercílio Luz, onde fomos distribuir um panfleto com os seguintes dizeres: “A Favor de Jango e contra o golpe”. Fomos cercados por dois veículos do 5º Distrito Naval, com militares marinheiros armados com mini metralhadoras e baionetas caladas. Tínhamos recebido uma notícia do Rio de Janeiro de que estava em marcha um golpe de Estado, então resolvemos fazer um panfleto, em letras garrafais, em papel jornal. Creio que fomos os primeiros presos políticos do país.

Lembro de dois nomes, o do Francisco Mastela, já falecido, e Oriosvaldo Prazeres. Fomos liberados na manhã do dia 31 de março. Ao chegar no local onde morava, eu saí para comprar pão para fazer um café e passei na casa do ex-deputado Paulo Stuart Wright, assassinado pela ditadura. Ele me falou “não devias ter vindo aqui porque estão de campana”. Ao chegar no meu quarto, logo em seguida, bateram na minha porta, ao abri-la fui imobilizado e preso por policiais da Dops. Fiquei preso 60 dias.

Estudava do Colégio Estadual Dias Velho e trabalhava no Banco INCO – Indústria e Comércio de Santa Catarina. Fui demitido sumariamente. Como continuava a ser hostilizado pelo delegado da Dops, Antonio Gomes de Miranda, montei um plano para justicá-lo. Adquiri uma Beretta para colocar em prática o meu plano. Quando saía do Colégio Dias Velho, à noite, costumava ir fazer um lanche num local na Rua Felipe Schmidt, centro de Floripa. E, seguidamente, o delegado Miranda tirava minha pasta com a desculpa de verificar se não tinha material subversivo. Então resolvi colocar a Beretta dentro da pasta e quando ia fazer meu lanche deixava a Beretta em local onde pudesse rapidamente pegá-la. Certa feita, quando o delegado Miranda puxou minha pasta, eu saquei a Beretta e apontei pra sua cabeça, fui desarmado por um policial da Polícia Federal, de sobrenome Mosimann, que me conhecia e me mandou embora dizendo que resolveria o problema.

Como não tinha mais condições de ficar em Florianópolis, esperei o término do ano letivo e saí da cidade; fui pra Porto Alegre-RS, onde morei de 1965 até 1972. Em Porto Alegre, fui residir na JUC3, na Rua Mostardeiros, no bairro Moinhos de Ventos. A Juventude Universitária Católica (JUC) era uma organização, tinha sete casas, controladas e administradas pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre e gerenciadas pelos próprios moradores.

Em Porto Alegre, conclui meu científico no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o famoso Julinho, e participei ativamente do movimento estudantil secundarista. Na mesma época fiz contato com o advogado Carlos Franklin Paixão Araujo, ex-marido de Dilma, que me convidou para participar da resistência armada à ditadura. Ingressei na VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, militando no Apoio Logístico. Passei no vestibular na Faculdade de Agronomia e, paralelamente, fazia minha militância clandestina, na VAR-Palmares. Com o recrudescimento da repressão, com prisões de diversos companheiros, tranquei minha ma-

trícula, em 1970, no ano da formatura da minha turma e fugi para o Rio de Janeiro. No Rio, passei a atuar na clandestinidade. Foram dias difíceis, de muita tensão porque a ditadura apertava o cerco. Eu estava morando nas proximidades de Santa Teresa e a recomendação de segurança dizia que não podíamos residir em local onde morasse alguém da resistência. Um belo dia quando chegava no local onde residia, deparei com um companheiro, que morava em Porto Alegre, o Jaime Rodrigues. Juntei meus trapos e vazei do local.

Fui morar num apartamento na Rua Barata Ribeiro, esquina com Paula Freitas, em Copacabana, com uma amiga que me deu posada solidária, que me reservo ao direito de não revelar seu nome. Me “guardou” até eu sair do Rio de Janeiro. Um belo dia eu tinha um encontro, num “ponto” com um companheiro da organização. Ao adentrar na área tive um calafrio, uma sensação estranha; não entrei no local e saí. Depois fiquei sabendo que esse companheiro tinha sido preso e revelou o nosso encontro. Foi quando resolvi retornar a Porto Alegre.

Meu irmão era fuzileiro naval, na Ilha do Governador. Quebrei todas as normas de segurança e fui visitá-lo; meu irmão ficou apavorado porque a minha foto estava estampada em cartazes no quartel. Eu tinha me descarterizado e estava bem diferente das fotos. Pedi que ele me acompanhasse até Porto Alegre porque no caso de me prenderem tinha testemunha. Chegando na rodoviária de Porto Alegre dispensei meu irmão porque eu estava no meu chão. Em Porto Alegre fiz um contato com um advogado, que havia sido recomendado pelo companheiro Carlos Araujo, o qual tinha contatos no Uruguai e podia nos ajudar a sair do país. Não deu certo e me prenderam. Fiquei preso de junho de 1970 até 1º de abril de 1971, na famosa Ilha Presídio, localizada no estuário do Rio Guaíba. Voltei para a Faculdade de Agronomia concluí meu curso e vim para o Paraná.

Cabe aqui uma pequena inserção. Eu tinha sido convidado por um professor para ir pro Campus Avançado da Universidade do Rio Grande do

Sul, em Rondônia. Fui vetado pelo Comando do 3º Exército por estar incluído no Processo nº 84/70 da 1ª Auditoria da 3ª CJM. Me liberaram para vir pro Paraná porque havia um convite da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), para atuar como agrônomo extensionista.

No Paraná, fui designado para Cascavel, onde fui cumprir, em Cafelândia d'Oeste, a função de Assessor Técnico do Cooperativa Agrícola Consoleta Ltda, hoje conhecida como Copacol. Fui o primeiro agrônomo da cooperativa. Por questões internas fui transferido para São José dos Pinhais e residindo em Curitiba.

Em 1973, fui demitido da Acarpa sob a acusação de estar incluído em Processo de Subversão na Auditoria Militar. Em 1974, fui trabalhar na Lapa, na Cooperativa Mista Bom Jesus Ltda, onde, em 14 de maio de 1975, fui detido pelo comando do 15º Grupo de Artilharia de Companhia – Lapa-PR, por ordem do Comandante da 5ª CJM, e encaminhado para a Prisão Provisória de Curitiba, no Ahú, tendo em vista ter sido condenado à pena de seis meses de reclusão à revelia, pela mesma auditoria.

10 de junho de 1975 fui posto em liberdade em função de haver sido julgada extinta a punibilidade da pena. Fui trabalhar nos Campos Gerais, em Castro, e depois em Tibagi, onde fui contatado pelo camarada Expedito Oliveira da Rocha e ingressei no Partidão – o PCB do Paraná –, na clandestinidade. A recomendação do Partidão, por questão de segurança, é que devíamos atuar numa organização partidária legal; optamos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – e nos incorporamos na resistência à ditadura aqui no Paraná.

Fundi em 1981 o diretório do PMDB em Tibagi, onde fizemos um trabalho de agitação e propaganda criando o Boletim “Na Boca do Povo” e instalando uma “Tribuna do PMDB”, desmontável que, todos os sábados e domingos, era instalada na Praça Edmundo Mercer para o trabalho político de conscientização da população tibagiana. Militamos no PMDB participando de todo o processo de luta pelas Diretas Já. Deixamos o PMDB

quando veio a Anistia Política em 1979 e com a legalização do PCB, quando fomos eleitos para a direção Estadual do PCB. Atualmente estou filiado ao Partido Comunista do Brasil.

***Valdir Izidoro Silveira**, nascido em Itajaí-SC, 80 anos. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; especialista em Biologia do Solo e Mestre em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal do Paraná; especialista em Planejamento e Desenvolvimento Regional. Exerce, há cinco décadas, a atividade jornalística como ativista político sem vinculação empregatícia com quaisquer órgãos midiáticos. Ativista do Movimento Negro, foi fundador, em 1968, do Centro de Estudos Afro-brasileiro de Porto Alegre (Ceabro) e, em 1996, do Instituto Afro-brasileiro do Paraná, com sede em Curitiba. Foi membro do Movimento Tortura Nunca Mais do Paraná e da Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor (Adoc) de Curitiba. É militante do PCdoB.

A louca do túnel de março¹

Vitória Líbia Barreto de Faria*

Porque Julíbia merece figurar no Panteão dos heróis e heroínas que resistiram à ditadura militar que há 60 anos foi implantada em nosso país?

Sua história, registrada em diários durante 50 anos, é longa e fascinante. Entretanto, aqui, como memória, está apenas uma pequena parte de suas “escrivências” durante os anos de chumbo da ditadura e do que seus filhos podem atestar a respeito dela. Mãe amorosa e dedicada, além de manter o estudo e o sustento da família, abrigou em sua casa muitos jovens perseguidos pela ditadura militar. Durante os anos de chumbo, teve quatro de seus filhos presos. Não fosse sua coragem e determinação, um deles poderia ter sido até assassinado, como tantos outros, pelos criminosos que assumiram o poder.

Julíbia Jupira Barreto de Faria nasceu em Laguna, Santa Catarina, em 1918, em plena gripe espanhola. Atravessou o século com grande coragem, enfrentando momentos difíceis, como todos os que viveram aquele período de guerra, de insegurança e de sobressaltos, especialmente durante o Estado Novo. Tinha frequentado apenas o curso primário quando se mudou para Curitiba, cidade onde, em 1939, casou e residiu até o final de sua vida em 2005. Até os 45 anos foi apenas dona de casa. Depois, voltou a estudar para acompanhar a vida intelectual e política de seus filhos.

Após a morte de seu marido, Julíbia, com poucos recursos, teve que assumir a responsabilidade de dar continuidade à educação de seus quatro filhos menores com idade entre nove e 15 anos. As duas filhas mais velhas, de certa forma, já estavam encaminhadas, uma casada e a outra terminando a escola Normal e, logo, totalmente comprometida em assegurar o orçamento doméstico.

Além das questões financeiras, Julíbia passou a enfrentar outra ordem de di-

1 - Título emprestado de um poema de autoria de Hamilton Faria.

ficuldades: cuidar de quatro meninos sem a autoridade paterna. Isso era muito difícil. Aos poucos, foram tornando-se rebeldes, com ideias próprias e mudando seus comportamentos. Hamilton, o mais velho dos meninos, começou a aparecer com livros diferentes. Ele e seu irmão Sérgio passaram a receber em sua casa amigos com os quais conversavam sobre assuntos que ela nem sabia do que se tratava. Paulo descobriu, na estante do pai, livros que defendiam ideias nacionalistas. Na margem dos textos de jornais arquivados por ele, encontrou palavras como tubarões e exploradores, referindo-se aos Estados Unidos e seus cúmplices locais que, também, ele chamava de entreguistas. Foi nessa época que buscaram conhecer um pouco mais da história do pai, o jornalista Romulo da Costa Faria, e perceberam que já carregavam em seu DNA as marcas da resistência contra arbitrariedades e injustiças sociais. Romulo, vinte anos mais velho que Julíbia, quando casou já era um intelectual comprometido com as lutas de seu tempo. Na década de 1930, ficou preso durante 50 dias na Ilha do Mel por ter denunciado a Light por suposta exploração de minas de ouro nas cercanias de Curitiba. No editorial do jornal que dirigia denunciava também as atrocidades do Estado Novo.

Sua cabeça de democrata, patriota, nacionalista e humanista sofria profundamente ao pensar no futuro de seus filhos quando, com o golpe de 1964, os militares tomaram o poder, depondo o presidente João Goulart. Vivia atemorizado e triste, vindo a falecer em 1965.

Quando morreu, seus quatro filhos estudavam no Colégio Militar e, nesta época, pareciam não mais gostar das fardas que vestiam. Antes, eles tinham orgulho das roupas de pequenos militares e agora pareciam envergonhados em usá-las. Tudo isso causava estranheza na inocente mãe que, envolvida nos afazeres domésticos, não conseguia acompanhar seus processos e não podia imaginar que seus meninos pudessem estar se organizando para lutar contra a ditadura. Até Daniel, recém-ingresso naquele colégio, já começava a participar das mesmas ideias dos irmãos.

Certo dia, o mais velho comunicou à mãe que era preciso ter cuidado, pois estava sendo seguido pela polícia e que a casa estava sendo vigiada. Aos prantos,

disse a ela que, se continuasse em casa, poderia ser preso a qualquer momento e que podiam até desaparecer com ele ou matá-lo. Contou-lhe que fazia parte de uma organização que estava sendo duramente perseguida. Por essa razão, tinha que partir. Assim, com o recrudescimento da repressão, Hamilton entrou para a clandestinidade. Todos os dias havia notícias de prisões, desaparecimentos, torturas e mortes de opositores do governo, muitos dos quais eram jovens que frequentavam a casa de Dona Julíbia.

Hamilton, mesmo na clandestinidade, sempre arrumava uma maneira de mandar notícias para a família. Entretanto, houve um tempo em que ninguém sabia por onde ele estava e os próprios companheiros da Ação Popular – AP – já o tinham dado como desaparecido. Nesse momento, Julíbia entrou em ação com seu instinto de mãe. Como uma leoa em busca de seu filhote percorreu todos os buracos, fuçou todas as tocas, escarafunchou todos os porões, correu atrás dos generais mais poderosos, se armou com todas as suas forças, afiou todas as suas garras e beijou todas as cruzes em busca de seu filho querido.

Começou, então, a perambular por dias pelas ruas de Curitiba indo de repartição em repartição, de quartel em quartel, delegacias, paróquias, dioceses e cúrias, conversando com gente da igreja católica, delegados, agentes, com militares do Exército, da Delegacia de Ordem e Política Social (Dops) e da Polícia Federal. Seu temor era de que ele tivesse sido assassinado como muitos de seus companheiros. Procurou Dom Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba, que lhe disse não poder fazer nada, pois setores da igreja também estavam sendo perseguidos. Aconselhou-a a procurar o arcebispo Dom Eugenio Sales, no Rio de Janeiro. Algumas autoridades passaram a alertá-la do perigo que ela também corria. Se não calasse, poderia também ser presa, torturada e morta. Achou melhor ir para o Rio de Janeiro, cidade onde Hamilton vivera nos últimos tempos.

Lá reiniciou sua busca e, como uma desvairada, dia e noite, percorreu sem roteiros e sem mapas, caminhos desconhecidos. A cada novo amanhecer, depois de noites mal dormidas, seguia seus instintos de mãe e conversava com pessoas estranhas, algumas até mal-encaradas e abria seu coração na busca de alguém

que pudesse ajudá-la. Todos a desencorajavam. Foi assim que foi procurar Dom Eugenio Sales. Nessa época, ela ainda não sabia que ele era conhecido como o Cardeal da Ditadura, por suas relações amigáveis com os poderosos. O dito não lhe bateu a porta na cara, como fez com Zuzu Angel, quando ela lhe pediu para interceder no caso de seu filho, mas falou apenas que nada poderia fazer e que ela deveria procurar a Marinha. Assim, sem referências, seguiu para o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), mas não foi recebida pelo Comandante. Os oficiais que a atenderam diziam que ali não havia presos políticos. Diziam também: “Os filhos cometem os crimes e depois as mães vêm aqui nos perturbar com historinhas de que eles são inocentes”. Alguns dias depois, já sem esperança, prestes a retornar para Curitiba recebeu um telefonema anônimo no hotel em que estava hospedada dizendo que Hamilton estava vivo, preso e incomunicável na Ilha das Flores. Nunca ficou sabendo quem ligou e nem por que lhe havia passado tal informação. Seria algum agente arrependido? Um torturador subalterno, cansado de obedecer a ordens contra as quais temia se insurgir? Ou um espião que vigiava todos os seus passos e que se humanizou ao ver seu sofrimento?

Voltou ao Cenimar dizendo que já sabia que seu filho estava preso na Ilha das Flores. E como louca, começou a chorar e a gritar: “Se não me deixarem vê-lo, vou gritar ao mundo que vocês o mataram! Vou denunciá-los para outros países, sobretudo para a Alemanha, onde tenho bons contatos na imprensa. Vou procurar a BBC de Londres e denunciar tudo o que acontece no Brasil.” Logo apareceu o Comandante e, dois dias depois, a incomunicabilidade de Hamilton foi quebrada e ela pôde abraçar seu filho. Nesse encontro, ele contou como havia sido preso no dia 20 de outubro de 1970. As torturas a que foi submetido não puderam ser contadas nesse momento, pois havia o temor de ser maltratado novamente. Depois, contou-lhe que, após ser preso, já na viatura da polícia, ouviu de um dos policiais: “Seus filhos da puta! Vocês deveriam estar comendo mulheres e não ficar com ideias de subversão, seus cubanos”. Foi levado para o Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). De lá, dificilmente alguém saía vivo. Ali isofreu tortura pesada e

pensada cientificamente para destruir os opositores. Durante uma semana foi deixado no corredor sem comer nada. Quando resolveram alimentá-lo, estava tão fraco que não conseguia nem ao menos levantar uma colher. No estado em que se encontrava davam-lhe pontapés e choques elétricos, depois foi colocado no pau-de-arara. Dali foi levado para o centro de informações da Marinha e de lá para a Ilha das Flores, onde permaneceu por mais de um ano.

Aqueles homens não imaginavam a força e a coragem daquela mãe. A partir daquele momento, acionou advogados e eles começaram a fazer os encaminhamentos necessários. Após algumas visitas teve que retornar a Curitiba onde teria novos problemas a enfrentar com as prisões de seus outros três filhos: Daniel, Paulo e Sérgio.

Daniel, com apenas 16 anos, foi sequestrado pela polícia no Colégio Tuiuti, local onde trabalhava. Foi levado algemado com um revólver na cabeça em uma viatura que corria imprudentemente pelas ruas da cidade na tentativa de esconder o local para onde se dirigiam. Uma pessoa da família, que seguiu a viatura, descobriu para onde ele havia sido levado.

No dia seguinte, Paulo também foi preso em seu local de trabalho, e Sérgio foi intimado a se apresentar na Dops. Naquela mesma tarde, 28 de agosto de 1971, Sérgio também ficou detido. Julíbia, com quatro filhos presos e ameaçada de também ser presa, quase enlouqueceu, mas não desistiu de lutar.

Daniel foi liberado após quatro dias. Não foi torturado fisicamente, mas sofreu tortura psicológica. Foi obrigado a assistir a uma bárbara sessão de tortura de um companheiro e foi também alertado por seus algozes de que todos os seus passos seriam seguidos e que ele deveria mandar sua mãe calar a boca, pois, caso contrário, ela também seria presa. Em seguida, Julíbia recebeu uma carta anônima com ameaças a ela e a seus filhos. Nessa correspondência, era tratada como louca, comunista e assassina. Acusavam-na até de ter matado seu marido. Ameaçavam-na de todas as formas e diziam que sua vez estava chegando. Amedrontada, sendo seguida e vendo sua casa vigiada, foi obrigada a sair de sua residência e ficar por mais de uma semana na casa de sua filha Vitória.

Após serem presos, foram levados para o quartel da Praça Rui Barbosa. Era ali que ocorria a maioria das torturas. Essas eram praticadas nas dependências do Grupo de Investigações Criminais (GIC) da Polícia do Exército (PE), que ficava nos porões daquele quartel. Mas as operações foram conduzidas pelo infame DOI-Codi, desde o momento das prisões e sequestros dos militantes. Anos depois, esse quartel foi transformado em um Centro Comercial Popular, talvez como forma de destruir os marcos materiais da memória. Foi lá também que um soldado da Polícia do Exército, aluno de Vitória, passou um lápis e um papel para Sérgio no qual ele comunicou o local onde estavam. Pouco tempo depois eles e outros companheiros foram encapuzados e levados para uma delegacia de bairro. Junto com Sérgio e Paulo estavam: Pedro Airton Zimmermann, Gildo Scalco, Roberto Lange, Rui Staub, Ivo Tonet e Osvaldo Kalzavara.

Enquanto isso, outras mães se movimentavam para saber para onde haviam sido levados seus filhos. Dona Maria, mãe de Pedro Airton Zimmermann, outra que merece figurar no Panteão de heróis e heroínas da resistência ao golpe militar de 1964, descobriu o local onde supostamente estariam detidos. Não teve dúvidas nem medo: na hora do banho de sol, do outro lado do alto muro da delegacia, juntamente com outras mães, passou a gritar o nome dos presos que logo responderam. Foi a partir daí que os advogados, ao saber onde estavam, começaram a agir, quebrando a incomunicabilidade de todo o grupo.

Mesmo assim, foram 54 dias de prisão nas mãos de facínoras, assassinos e torturadores e ainda teriam que responder a processo na Auditoria Militar de Curitiba. Depois que foram soltos, Sérgio e Paulo contaram o que sofreram no cárcere. Paulo foi barbaramente torturado, recebendo choques elétricos, socos na barriga e telefone (tapas e pressão violenta nos ouvidos).

Quantos jovens sofreram para que aqueles monstros conseguissem o que pretendiam. E o que pretendiam? Acabar com qualquer organização que pudesse se opor ao governo, ou seja, à ditadura militar que havia se instalado no país. Para tanto, buscavam encontrar ligação do movimento estudantil do Paraná com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), or-

ganização engajada na luta armada. Embora a AP não tivesse ligação orgânica com a luta armada, essa foi a ponta da meada para que conhecessem mais sobre a atuação do grupo da AP no movimento universitário e secundarista do Paraná.

Quem veio conduzir as investigações sobre a VAR-Palmares em Curitiba foi um agente do Cenimar. Era um sujeito violentíssimo, que disse de viva voz que havia matado Carlos Lamarca no interior da Bahia. Mostrava orgulhosamente uma bala de fuzil presa em seu chaveiro e dizia: “essa bala eu meti na cabeça do Lamarca”. Entretanto, os depoimentos eram colhidos por um sargento sádico com a participação de um capitão e de um tenente.

Finalmente, depois de muito sofrimento e graças à ação dos advogados, foram todos absolvidos. E aí surgiram novos problemas físicos, psicológicos e materiais. Perderam seus empregos e tiveram grandes dificuldades para reorganizar suas vidas. Foram libertados da prisão, mas viviam de pés e mãos atados, com os fantasmas a lhes perseguirem durante muito tempo. Os anos que seguiram também foram tempos terríveis, pois a ditadura militar ainda continuava a manchar com sangue e lágrimas o nosso país.

Nos últimos dias de vida, na cama de um hospital, Julíbia ainda lembrava daqueles dias tenebrosos e, estranhamente, junto às dores físicas voltaram todas as dores que, segundo ela, ficaram marcadas em sua alma como feridas nunca curadas que sangravam todas as vezes que revivia essas lembranças.

***Vitória Líbia Barreto de Faria** é formada em História pela UFPR e mestre em Educação pela UFMG. Foi professora da rede estadual do Paraná e da rede municipal de Curitiba. Em 1978 mudou-se para Minas Gerais e dedicou a maior parte de sua vida profissional à formação de professores. Atuou nas lutas do Magistério e, em Belo Horizonte, teve significativa atuação na organização de movimentos sociais e na construção do Partido dos Trabalhadores. Em 2023, publicou pela Editora Crivo o livro *A Cigana da Casa 13*, no qual narra a vida de sua mãe.

A ditadura militar e o movimento estudantil de 1964

Vitório Sorotiuk*

A ditadura militar logo instalada começou a perseguição política a professores de alunos, principalmente da Universidade Federal do Paraná. Foram afastados de suas cátedras professores como José Rodrigues Vieira Neto, catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito, e Amilcar Gigante, da Faculdade de Medicina. Alunos considerados subversivos foram afastados das aulas como Romão Silva. O presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) Otto Sponholz foi preso. Instalou-se a perseguição, o medo e a censura no meio universitário. Até os discursos de formatura deviam antes ser enviados aos diretores da Faculdade para a prévia aprovação do conteúdo.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) desde logo foi suspensa e a representação estudantil foi enquadrada na Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964. Pela lei, a União Paranaense dos Estudantes (UPE) deveria denominar-se Direito Estadual dos Estudantes (DEE) e os centros acadêmicos de cada faculdade deveriam denominar-se diretórios acadêmicos – DAs. Duas entidades resistiram: a UPE – União Paranaense dos Estudantes – servindo cinco mil refeições diárias no almoço e no jantar, com granja própria, organização dos congressos, emissão das carteiras de estudantes e o Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Os estudantes da Faculdade de Direito todos os anos elegiam o presidente do Diretório Acadêmico e este repassava toda a verba que recebia e mantinha-se inativo para que somente funcionasse o Centro Acadêmico Hugo Simas.

A UPE, com os seus dois ex-presidentes presos, Stênio Salles Jacob e Berto Luis Curvo, foi invadida após o AI-5 e extinta, renascendo após o fim da dita-

dura militar. Já o CAHS sobreviveu todo o período da ditadura militar e existe até hoje gloriosamente festejando 80 anos de idade.

Em 1969, o Diretório Central dos Estudantes da UFPR também foi fechado após a prisão do seu presidente Vitorio Sorotiuk, em 17 de dezembro de 1968. O prédio destinado aos estudantes foi ocupado pela Reitoria da UFPR. O cargo de presidente do DCE da Federal foi transmitido por Vitório Sorotiuk em data de 6/10/1979 após este ter passado dois anos e dez meses de prisão e oito anos de exílio.

Nos anos 1965 e 1966 os estudantes paranaenses realizaram muitas manifestações de protesto contra a repressão aos movimentos estudantis de outros estados.

Já em 1967 o Movimento Estudantil paranaense começou a tomar corpo. Para o XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte, havia enviado dois delegados. Já para o XXIX Congresso em Valinhos, São Paulo, participaram 16 delegados. No XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em São Paulo, encontravam-se 42 estudantes paranaenses, caminhão e a camionete. A UPE sustentou parte da infraestrutura do XXX Congresso de Ibiúna com alimentação e recursos financeiros coletados nas ruas de Curitiba com a venda de bônus.

Em 1967, o Movimento Estudantil paranaense começou a estudar os acordos entre Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* – (MEC-Usaid) porque a Universidade escolhida para a introdução da reforma da ditadura militar, com a introdução do ensino pago, foi a Universidade Federal do Paraná. Flavio Suplicy de Lacerda, reitor da UFPR, foi ministro da Educação no governo Castelo Branco, de 15 de abril de 1964 a 8 de março de 1965, e de 22 de abril de 1965 a 10 de janeiro de 1966. Veio de Brasília o deputado Federal Marcio Moreira Alves e, em seminário realizado no DCE da UFPR no segundo semestre de 1967, os estudantes paranaenses estudaram em profundidade a Reforma Universitária proposta e passaram a organizar os estudantes secundaristas. No início do ano de 1968, mais de 90% dos estudantes solicitaram a isenção de pagamento e o desfecho foi a ocupação

da Reitoria da UFPR em maio de 1968 e posto o fim na cobrança do ensino pago. Podemos afirmar que o ensino gratuito nas universidades brasileiras foi implodido no seu nascimento pela resistência do movimento estudantil paranaense. O busto do reitor Flavio Suplicy de Lacerda foi arrancado e arrastado pelas ruas de Curitiba. Mas a liderança estudantil pagou caro.

Já em 1967, as organizações repressivas da ditadura militar mantinham um plano denominado “Operação Pente-fino”, que tinha por objetivo prender as lideranças estudantis por eles denominados de “elementos estudantis agitadores mais ativos”. Cada órgão de repressão tinha um grupo de seis a nove estudantes a ser preso. A saber:

Delegacia de Ordem Política e Social – Dops

Raul Leal Brasil – vice-presidente do DCE da Faculdade Medicina; **Stenio Sales Jacob** – Presidente da UPE; **José Carlos Zanetti** – vice-presidente da UPE; **José Ferreira Lopes** – Faculdade de Medicina; **Eloi Alfredo Pietá** – Faculdade de Filosofia Federal; **Juarez Origenes Teixeira**– Tesoureiro da UPE – Faculdade de Farmácia, **Carlos Frederico Marés de Souza Filho**– ex-presidente do DCE da UFPR; **Pedro Paulo Lalor Imbiriba** – Restaurante da UPE e **João Manoel Fernandes** – Colégio Estadual do Paraná (com instrução ainda de apreender as viaturas da UPE e do DCE)

2.ª Seção da Polícia Militar do Estado do Paraná – PMEP

Palmira Amâncio da Silva – presidente da CEUC; **Marli Osna** – Colégio Estadual do Paraná; **Ana Beatriz Fortes**; **Tereza Daysy Urban** – Faculdade de Filosofia Federal; **Kensho Yamada** – Escola de Engenharia; **Gilberto Lutemback Batalha** – Faculdade de Filosofia Federal; **João Elisio Torres de Andrade** – Faculdade de Filosofia Federal; **Francisco Timbó de Souza** – de Maringá; **Elizabeth Fortes**– Faculdade de Filosofia Federal; (com a instrução de fechar todas as saídas de Curitiba por terra e ar)

Setor de Segurança / RVPSC

Adalberto Daros – presidente do Centro Acadêmico Dois de Julho; **Sergio Bianchi** – Faculdade de Filosofia; **Waldemiro Gremski** – Faculdade de Filosofia Federal; **Caetano Eduardo Otaviano** – Faculdade de Direito Católica; **Luiz Alberto Manfredini** – Colégio Estadual Hildebrando de Araújo; **Newton Coutinho** – Faculdade de Medicina; **Dacio de Villar** – Faculdade de Filosofia Federal; **Clair Flora Martins** – Residente da CEU.

Departamentode Política Federal

Vitorio Sorotiuk – Faculdade de Direito Federal; **Isamu Ito** – Faculdade de Engenharia; **Berto Luiz Curvo** – Faculdade de Direito Federal; **Elevir Dionisio Junior** – Faculdade de Direito Federal; **Nereu Carlos Massignan** – Faculdade de Direito Federal; **Antenor Camili Pintado** – Faculdade de Direito Federal; **Telmo Antonio Albechi Rossato** – Faculdade de Direito Federal; **Jurandir Rios Garçoni** – Presidente do DCE; **Luis Celso Nicolau dos Santos**.

EOEG (Escola de Oficiais)

Jose Carlos Costa Coelho – Faculdade de Filosofia Federal; **Paulo Mac Donald Ghisi**; **Manoel Antonio Fogaça**; **David Jugen** Escola de Engenharia; **Ivan Rigomero Ceccon** – Faculdade de Filosofia Federal; **Luiz Carlos de Polli** – Colégio Estadual do Paraná; **Luiz Antonio de Souza Amaral**– Ex-presidente da UPE; **Aloisio Brandi** – Colégio Estadual do Paraná;

5.^a Companhia da Polícia do Exército

Jose Hamilton Barreto Faria – presidente do MEL; **Paulo Machado de Campos Moretti** – Faculdade de Medicina; **Celso Paciornik**; **Sidney Schead dos Santos**; **Fernando Hamamoto** e **Renato Luis Curvo** – Ginásio Tiradentes (com a observação de mais elementos que surjam na oportunidade).

Em outubro de 1968 foram presos 42 estudantes paranaenses no XXX Congresso da UNE. O presidente da UPE, Stênio Salles Jacob, e o presidente do CAHS, Vítório Sorotiuk, ficaram presos na cela 13 – denominada Cela Edson Luis – e onde também se encontrava Jean Marc Vander Weid, do Rio de Janeiro, condenado a dois anos de prisão. Redigiram os três o manifesto de 12 cópias, que comandou a greve de fome de cinco dias no presídio Tiradentes:

“Não nos deixemos abater! Lutemos! Companheiros. Nossa prisão significa que a ditadura nos impôs a luta em seu próprio terreno. Por isto, este novo nível de luta, mais difícil, exige o máximo de abnegação e firmeza. Mas não estamos sozinhos! Nossa libertação não depende dos meandros legais, mas sim de nossa confiança ilimitada em nós mesmos, em nossos colegas de prisão e, principalmente, nos estudantes que nos elegeram para o XXX Congresso da UNE, exigindo que representássemos suas aspirações e, que agora, já se levantam junto conosco, pela nossa liberdade, como mais uma etapa da luta de nosso povo. Hoje à tarde, o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, Crusp, fará assembleia geral universitária. Já estão marcadas para segunda-feira assembleias gerais em todo o país. Devemos aqui dentro dar prosseguimento à luta que os estudantes desenvolvem lá fora. Viva o XXX Congresso da UNE. Viva a luta dos estudantes. Abaixo os inimigos do povo. Executiva da Cela “Edson Luis” – Domingo dia 13.”

Jean Marc Van der Weid foi salvo pela delegação do Paraná que lhe emprestou óculos, um nome, uma estória e conseguiu que ele não fosse reconhecido e transferido para o Estado do Paraná com outro nome.

Em data de 20 de outubro de 1968, a Justiça Militar da 2.^a Auditoria de Guerra de São Paulo decretou a prisão preventiva de 71 líderes estudantis do Brasil pela participação no XXX Congresso da UNE. Do Estado do Paraná foram decretadas as prisões preventivas de **Stenio Sales Jacob, Antonio João Manfio, Eloi Alfredo Pietá, Vítório Sorotiuk, Jurandir Rios Garçoni, Berto Luis Curvo e Palmira Amâncio da Silva.**

Em Curitiba, mesmo com a prisão preventiva decretada, Vitorio Sorotiuk e

Eloi Alfredo Pietá disputaram a Presidência do Diretório Central dos Estudantes da UFPR e Berto Luis Curvo e Jose Carlos Zanetti a Presidência da UPE.

O Encontro Regional do XXX do Congresso da UNE – realizado na Chácara do Alemão em Curitiba – foi abortado, com a prisão de 42 pessoas. Quinze foram mantidos presos e julgados – processo 477/69 – da Auditoria Militar da 5.^a Região Militar e condenados a penas de quatro anos e dois anos respectivamente. Foram condenados a quatro anos de detenção como incurso no Art. 36 e 23 da Lei de Segurança Nacional: **Antonio João Manfio, Vitorio Sorotiuk, Charles Champion Junior, Dacio Villar, Berto Luiz Curvo, Helio Urnau, Elisabeth Franco Fortes, Mario Oba, Celso Mauro Paciornick e João Bonifacio Cabral Junior** e dois anos de detenção como incurso no artigo 36 da Lei de Segurança Nacional **Mauro Daisson Otero Goulart, Marco Apollo dos Santos Silva, Iran Vieira Dias, Marco Antonio Nascimento Pereira e Judith Maria Barbosa Trindade**. Em data de 28 de julho de 1969, o Superior Tribunal Militar reduziu as penas de quatro anos para um ano e seis meses e as penas de dois anos para um ano de detenção.

Em 15 de dezembro, a União dos Estudantes de Apucarana (UEA) foi invadida pelo Exército.

Em 26 de fevereiro de 1969 é editado o decreto-lei nº 477, que definiu as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

Os estudantes **Antonio João Manfio, Vitorio Sorotiuk, Berto Luiz Curvo, Stenio Salles Jacob e Palmira Amancio da Silva** foram também julgados e condenados, em 27.6.1969, pela 2.^a Auditoria Militar da 2.^a CJM, de São Paulo Processo 67/68 pela participação no XXX Congresso da UNE. A pena maior de um ano e seis meses de prisão foi aplicada a Vitorio Sorotiuk e depois baixada para um ano no Superior Tribunal Militar. Berto Luis Curvo e Palmira Amâncio da Silva foram condenados a dez meses de prisão, Stenio Salles Jacob e Antonio João Manfio foram condenados a seis meses de prisão.

Em 27 de junho de 1969 foram denunciados 25 estudantes por também

terem participado do Encontro da UNE, na Chácara do Alemão, que haviam sido presos em 17 de dezembro de 1968 e libertados. Foram denunciados no processo 494/69 da Auditoria Militar da 5.^a Região Militar, **Ana Maria da Costa, Arlindo Daga Favero, Arthur Lourenço Mourão Mittelbach, Cassiano Tadeu Cavalheiro Garcia, Deslandi Torres, Edevaldo Valeriano de Campos Filho, Eliane Resende Barbosa, Fernando Antonio Fontoura Bini, Gilberto Bueno Coelho, Hamilton Jose Barreto de Faria, Inacio da Silva Mafra, Lidia Lucaski, Lindoedis Pereira Cardoso, Magdalena de Lima, Manoel Antonio Fogaça, Marcia Marines Logli, Maria Cecilia de Souza Coelho, Olien Lustoza de Moraes, Paulo Roberto Campanário, Perpetua Janeti Batista dos Santos, Rafael Sigriorelli, Reinoldo da Silva Atem, Reynaldo de Lima Hess, Romeu Bertol e Vilmar Eugenio Pauka.** Foram absolvidos em data de 9 de dezembro de 1970.

Em 10 de julho de 1969 foi aberto o processo 496/69 na Auditoria Militar da 5.^a Região Militar contra **Vitorio Sorotiuk, Telmo Antonio Albech Rossato, Stenio Salles Jacob, Kencho Yamada, Jose Guilherme Cantor Magnani, Juarez Origenes Teixeira e Jurandir Rios Garçoni** pela realização de passeatas no centro de Curitiba nos dias 30 de março e 3 de abril de 1968 de protesto contra a morte do estudante Edson Luis. O estudante **Vitório Sorotiuk** foi condenado a seis meses de prisão e os demais absolvidos. Posteriormente, em 8.10.1971, Vitorio Sorotiuk também foi absolvido pelo STM, quando já havia cumprido quatro meses da pena.

Em 6 de outubro de 1969 foi aberto o processo 505/69 pela edição do jornal “Afirmção” pela UPE e outros impressos contra **Luiz Antonio de Souza Amaral, Mauricio Martins, Stenio Salles Jacob, Celerino Carriconde, Edson Carlos Ferreira de São, Omar Akel, Luis Otavio Torres Pereira, Afonso Bressan Filho, Stelio Esher Feldamn, Pedro Paulo de Lalor Imbiriba, Casemiro Antonio Gomes, Juarez Origenes Teixeira, Armando Carlos Cervi, Ayrton Alves Aranha, Elevit Dionisio Junior, Ubiratan Kuhn Pereira, Otto Maria Karpfen (Carpeaux).**

Foram também condenados e cumpriram pena na Prisão Provisória de Curitiba **Antonio Carlos Vince e Gerson Zafalon Martins**.

A repressão é muito maior. Inúmeros estudantes foram presos esporadicamente ou tiveram anotações em fichas da Dops. Existia na Reitoria da UFPR um arquivo de informações que foi levado secretamente não se sabe para onde. Com a negativa de atestados de boa conduta pela Dops, milhares de pessoas foram preteridas em empregos privados e públicos. Outras ingressaram na clandestinidade e na luta armada. Foram assassinados pela ditadura militar os paranaenses Antonio Três Reis Oliveira e Jose Idézio Brianezi, estudantes da União dos Estudantes de Apucarana (UEA).

“Juventude sem rebeldia é servidão precoce” – Jose Ingenieros

***Vitorio Sorotiuk** - Ex-presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) da Faculdade de Direito da UFPR (1967-68). Ex-presidente do DCE da UFPR – 1968-69 – gestão em que fecharam o DCE. Passou o mando em 1980 apenas. Respondeu processo pelo XX Congresso da UNE, pela reunião da UNE na Chácara do Alemão em Curitiba, e por uma passeata de protesto contra a morte de Edson Luis. Esteve condenado a seis anos de prisão e cumpriu pena de dois anos e dez meses entre 17 de dezembro de 1968 e 10 de outubro de 1971.

Relato sobre as prisões em Curitiba¹

Walmor Marcellino*

No dia 18 de março último, exatamente às 6h10m da manhã, tocaram a campainha do apartamento onde moro (Rua Reinaldino Schaffemberg de Quadros, 291, apartamento 2, Bairro Itupava, Curitiba). Minha filha foi atender e ao ver alguns indivíduos que se diziam da polícia tentou fechar a porta, avisando que chamaria seu pai para atendê-los. Foi brutalmente empurrada, invadindo aqueles homens seu domicílio.

Acordado pelos gritos, antes mesmo de chegar à porta de meu quarto, eu e minha mulher fomos postos diante de uma pistola. Apontada à minha cabeça, o portador exibia o que parecia ser uma credencial da polícia, afirmando ser da Polícia Federal.

A apreensão se referia à atuação das entidades “Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais” (Cepaed), entidade mantenedora da escola Oca para crianças de 3 a 6 anos, e “Associação de Estudos Educacionais” (AED), entidade mantenedora da escola “Oficina”; o outro se referia à minha intimação para comparecer à Delegacia Regional da Polícia Federal.

Uma relação de livros sobre estudos políticos, em particular os que se referiam ao marxismo, política, Estado e povo foram arrebanhados e conduzidos comigo à sede da Polícia Federal.

No veículo particular em que me conduziram se encontravam sobre o assento máscaras (óculos vendados), que não foram utilizados comigo.

1 - Relato de Walmor Marcellino sobre as prisões ocorridas em 18 de março de 1978 na chamada Operação Pequeno Príncipe, liderada pela PF-PR na qual onze associados das pré-escola Oficina e Oca foram presos sob a acusação de doutrinar seus alunos dentro de princípios marxistas e de utilizarem as instalações das unidades escolares para conspirarem contra o governo.

Encerrado numa cela, encontrei outras pessoas que participaram ou participavam comigo ainda de atividades daquelas entidades. Começamos, então, a crer que, de alguma forma, o que nos parecia um disfarce, pelo menos constituía um dos objetivos legalizados de nossa prisão.

Soube, na própria prisão, do sequestro ocorrido na véspera com a professora Juracilda Veiga, praticada pelo Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), que costuma operar com a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), organismo estadual que ficou sem funções definidas e que, poucas horas depois de nossa prisão, centenas de pessoas de dezenas de entidades, representando milhares protestavam contra as prisões e a forma como se processaram.

Ao todo éramos em onze pessoas, sendo a maioria profissionais liberais que têm residência fixa, local de trabalho conhecido. E dez dessas pessoas – não conheço a posição partidária ou política geral de um dos presos – se caracterizam por definição e atos de oposição legal ao governo.

Dos onze, quatro jamais tiveram o que a polícia costuma classificar como antecedentes políticos. Do restante, a maioria foi absolvida em processos pelas diversas instâncias de julgamento. Mesmo, talvez, um ou dois casos de condenação e pena mínima cumprida. Parece-nos que o que a classifica como antecedente é tudo o que seja arbitrado como tal; e, mesmo que se julgado e absolvido ou condenado, não tem a polícia o direito de reabrir processos encerrados.

Do meu interrogatório, exaustivo e ofensivo, pois descia até a intimidade pessoal, familiar e profissional e se alçava a inquirir minha interpretação sobre os acontecimentos mundiais e continentais, o futuro da humanidade e as opiniões sobre os mais diversos fatos e problemas, as preocupações do responsável se dispersaram em três direções: a inquirição ideológico-política, em particular minhas relações com a oposição e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); as generalidades de minhas relações culturais, jornalísticas e pessoais, inclusive com políticos do MDB; e o projeto psicopedagógico das duas escolas.

Conferindo com outros presos, foi possível constatar a semelhança das inquirições, com variantes, “para tentar o indiciamento indireto por leituras, opiniões etc”. Durante a maior parte dos 8 dias em que estive incomunicável, respondi a questionamentos tão diversificados nos exaustivos interrogatórios. E, então, foi possível montar um quadro da situação política das relações entre os presos e a polícia.

Há algum tempo o serviço de insegurança nacional, oficializado sob o pretexto de segurança, vinha observando e investigando as razões por que ‘pessoas com antecedentes políticos’ se reuniram numa cooperativa escolar onde estudavam seus filhos. Não era compreensível que esses pais necessitassem de uma escola.

Passou a preocupá-los, igualmente, que a forma cooperativa incluía a todos – com ou sem antecedentes – com o direito de voz, voto e decisão sobre todas as questões atinentes às entidades e às escolas; e que o exercício democrático nessas entidades fosse real, discutindo-se abertamente todos os temas que envolvem a questão da educação; inclusive o fato de que o governo não tem competência nem se empenha em atender 22 milhões de crianças existentes na faixa de zero a seis anos.

Da razia numa das entidades – a Associação de Estudos Educacionais, AED, e sua escola “Oficina” – a polícia apreendeu documentos e textos diversos da entidade, do consenso dos pais e, até, das opiniões de pais e associados durante os debates. E essa mistura dos “antecedentes políticos”, do pré-julgamento das qualificações antijurídicas de cada um preso, e das “avaliações policiais” sobre cada um montou o demonstrativo do “fato antijurídico” segundo a Lei de Segurança Nacional. Pela condução do inquérito, provavelmente imbricando nos artigos 43 e 45 da referida lei.

Em particular, algumas coisas chamaram a atenção dos doutos inquiridores: Por que a escola não dava “boas maneiras”? Por que a escola não oferecia “educação religiosa”? E por que a escola não tinha “educação moral e cívica”?

Pouco adiantou explicar. Os inquiridores manifestavam vivo interesse pelas

prelações que eu e outros interessados em pedagogia fizemos. As prontas respostas e explicações, ao contrário, demonstravam um domínio muito grande das questões abordadas, o que é suspeito.

No meu caso, consideraram extemporâneo meu interesse pela pedagogia; e ficaram muito espantados que minha mãe tivesse sido professora por 40 anos; e que todos os meus cinco irmãos também tivessem sido; “explicado e não justificado”.

O mínimo de bom senso sobre a proteção à criança contra as “boas maneiras” entre aspas (o maneirismo e a afetação); sobre as ideias e as confissões diversificadas dentro das entidades e da escola, o que recomenda que o assunto permaneça no âmbito do lar; e sobre o fato de que as escolas de razoável nível educacional não impingem conceitos e treinamentos ditos cívico-morais para as crianças.

Outra preocupação incisiva da polícia foi sobre a proposta de um calendário comemorativo na escola: o dia 1º de janeiro foi sugerido, mas ocorria nas férias, por isso, não era comemorado devidamente; aliás, a autoridade do inquisidor ficou muito impressionada porque aquela data não era apenas “Ano Bom” e sim da Fraternidade Universal. Outras duas datas foram consideradas “internacionalistas”, e, portanto, perigosas, os dias “Internacional da Mulher” e “Internacional do Teatro”; e de simples referência para que os associados e os professores vissem por um lado contra a discriminação sexual entre as crianças e, por extensão, entre os adultos; e por outro a importância desse instrumento de cultura e suas enormes possibilidades pedagógicas, que passaram a ser prova “internacionalista”. Outra data que muito preocupou as zelosas autoridades de segurança foi o 1º de maio; admiravam-se muito que os pais limpassem e consertassem as instalações da escola, seus equipamentos e brinquedos e que o dia 1º de maio, entre outros domingos e feriados, se transformasse num dia de mutirão de pais na escola.

Por último, ainda sobre o calendário, a mudança das estações ser incluída como proposta de atividades e oportunidade pedagógica para os trabalhos na

escola transformou-nos em faunos, sátiros e bacantes naturalistas que iriam ali “curtir” a natureza. Escapava-lhes que é uma oportunidade pedagógica especial, quando a criança pode ver, sentir e pesquisar a mutação climática juntamente com as modificações na natureza, particularmente na vida vegetal e animal, no pequeno mundo que é uma escola.

Mais dois textos, propostas de debate, sobre o dia “comercial das mães” e sobre a atitude de cautela de professores e pais sobre as manifestações sexuais das crianças ganharam foros de destaque. Explicadas as razões, referenciadas as fontes internacionais de nossa compreensão e atitude sobre os problemas, creio que o absurdo e o ridículo foram finalmente vencidos; porém permaneceram a má-fé e o pré-julgamento.

Ainda estamos sujeitos ao indiciamento “pelos antecedentes políticos” e porque uma vez iniciada uma ação policial desse tipo ela não pode ser interrompida: há uma lógica diabólica presidindo as ações arbitrárias.

De todo o episódio restam alguns rescaldos; seremos processados pela Justiça Militar ou ela não aceitará a denúncia – o que não nos livrará da situação de termos mais um antecedente político -; o apoio da parte mais esclarecida e consciente do povo derrotou o absurdo e o arbítrio nesta questão da prisão. Fizemos muito mais amigos; tantos que não contávamos em nosso modesto trabalho e convivência profissional e social; e, enquanto isso, o arbítrio perdeu novas áreas que a ele se mostravam indiferentes ou, mesmo, lhe concediam créditos.

Por último, restaram, em nosso entendimento, as lições de que embora um episódio sob a responsabilidade direta de uma autoridade apenas, ela se apresenta como desejo de intimidação social, através de exemplos concretos, para garantir a prevalência do arbítrio sobre o consenso da sociedade brasileira.

Pedindo tolerância pelo sumariamento do relato, saúdo-o.

***Walmor Marcellino** nasceu em Araranguá (SC), em 1930, morou em Florianópolis, Porto Alegre e fixou residência em Curitiba. Escritor com forte

atuação política, publicou mais de 30 livros, entre poesia, ficção e textos de opinião. Como jornalista se destacou como ativista de esquerda, participando das lutas pela redemocratização do Brasil desde os primeiros momentos do golpe de Estado de 1964. Na década de 70, participou do Centro Popular de Cultura em Curitiba e de grupos de teatro da UFPR, sempre em oposição à ditadura militar. Preso político, nunca se furtou da criticar o governo e de manter seu posicionamento político. Marcellino trabalhou em diversos órgãos de comunicação, entre eles a Gazeta do Povo e o jornal Última Hora, e também na Assembleia Legislativa do Paraná e no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Além de jornalista, foi poeta e dramaturgo.

Geração das Utopias: O ideário da transformação social

Zeferino Perin*

Utopia é o contraponto da memória histórica. “Où” (não),” topos” (lugar) compõem o DNA etimológico do mágico termo utopia. Um lugar inexistente ainda a ser construído. A sociedade de nossos sonhos e ideais. Na outra ponta está o presente, com suas contradições. Mais distante, o passado, “dos tempos libertários”, que a memória registra e lhe serve de inspiração. Ou, do seu contrário, evocando épocas sombrias, distópicas, de dolorosa lembrança, marcadas pela degradação social e regressão do processo civilizatório. Em sua origem, a dialética entre o ser (a realidade que é) e o devir a (realidade que será) percebida desde o berço do pensamento filosófico. Na plataforma do tempo, o movimento da história em construção.

Não! Não está em curso um discurso filosófico. Esclarecidos os termos, neste breve ensaio, pretende-se apenas caracterizar uma experiência que, dentre tantas outras, seduziu a muitos, jovens em sua maioria. Esperançosos todos os que seguiram por estas veredas, a adotaram como um dos símbolos de sua identidade: “geração das utopias.”

No universo de grandes movimentos globais, inspirados por ideais utópicos de variada motivação, refiro-me a um caso concreto desenvolvido na cidade de Curitiba, na década de 1960. Trata-se de comunidade de estudantes de uma congregação religiosa, Instituto Salette, instituição catalizadora desta experiência. O processo desenvolveu-se de forma interativa e compartilhada com comunidades estudantis de outras confissões religiosas, segmentos do meio universitário e cultural/artístico da época, movimentos sociais, dentre eles a Ação Católica da emergente tendência progressista da Igreja Católica, comunidades paroquiais, educacionais, movimentos operários, organizações sociais e políticas inicialmen-

te interessadas em projetos políticos, que propunham reformas de base e, outras engajadas na resistência à ditadura e democratização do país. Por fim, e mais vibrante, registre-se a participação em movimentos estudantis estruturados em Centros acadêmicos, União Paranaense de Estudantes (UPE) e União Nacional de Estudantes (UNE).

Em imenso esforço de síntese, destaco três vetores contextuais de nível macro que influenciaram o desenvolvimento e o impacto social desta jornada.

1. Aspectos contextuais

1.1 Concílio do Vaticano II e CELAM: “Aggiornamento” e “Opção Preferencial pelos Pobres”

O primeiro vetor, considerando a vinculação e relações, da Instituição mediadora com a Igreja Católica, decorre do impacto provocado pelo Concílio do Vaticano II, convocado no dia de Natal de 1961. O evento, com objetivo expreso, dito em linguagem coloquial, pelo visionário Papa João XXIII, destinava-se a “abrir as janelas para a entrada de ar puro”, indicava os rumos de seu pontificado: mudanças internas (*ad intra*) e nas relações da Igreja com a sociedade (*ad extra*).

Retomando o escrito em outra publicação (Perin, in Pegorini, 2023) o autor considera que o Concílio do Vaticano II constituiu-se no maior e mais importante fórum de debates realizado pela Igreja Católica no século XX. Concepções teóricas, doutrinárias, pastorais, catequéticas, litúrgicas, ecumênicas e tantas outras foram repensadas. Da mesma forma a Igreja, enquanto fenômeno religioso e social, foi reposicionada no debate público.

Prevaleceram as ideias mais inovadoras da Instituição. Dentre tantos elementos a considerar figuram: o debate midiático; a participação dos leigos, atuantes nos mais variados movimentos religiosos e sociais e o impacto das novas ideias nas mentes e corações abertos à mudança. Assim, o Concílio do Vaticano II ultrapassou os propósitos do “*aggiornamento*”, a que se propunha inicialmente, caracterizando-se como uma verdadeira revolução cultural, ou seja, mudança rápida

e radical, na dimensão religiosa, social e política, nos parâmetros do estado laico.

Inobstante polêmicas e controvérsias, impulsionada pelo movimento do Concílio Ecumênico do Vaticano II, a Igreja Católica no Brasil e na América Latina operou uma guinada histórica. Rompendo uma longa tradição de aproximação com os interesses políticos hegemônicos, via de regra ligados às elites, em favor da “opção preferencial pelos pobres”. A mudança produziu, inclusive, uma vertente teológica específica para interpretar e sustentar a nova relação entre Igreja, Estado e sociedade: Teologia da Libertação (Boff, 1972).

As pastorais operárias, campesinas, estudantis, e outras, se intensificaram. Lideranças da Igreja Católica, notadamente os Cardeais Evaristo Arns, Aluísio Lorscheider e Ivo Lorscheider, dentre outros, estiveram na linha de frente na defesa dos direitos humanos, na denúncia e combate à tortura praticada pela ditadura militar.

1.2. Guerra Fria e Ditadura: “Afasta de mim este cálice”

Finda a aliança para combater o nazifascismo, a geopolítica resultante do término da segunda guerra mundial (1939-1945) configurava um mundo polarizado por duas grandes potências hegemônicas e, antagônicas, na organização econômica, social e política: capitalismo de um lado e socialismo do outro. O primeiro liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados. O segundo, capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com armas nucleares nos arsenais de ambas, bater de frente poderia resultar no apocalipse da humanidade.

As potências buscavam, então, expandir suas áreas de influência nas periferias dos respectivos sistemas com guerras chamadas de “baixa intensidade”. Assim ocorria nas franjas asiáticas em territórios da Coreia, Vietnam e adjacências. No continente africano, espalharam-se mescladas com guerras de independência nacional. No coração da Europa, a construção do muro de Berlim consolidava metricamente a linha divisória da geopolítica vigente, ao tempo em que se erguia o mais eloquente símbolo da separação entre os dois mundos.

Em 1969, os barbudos comandados por Fidel Castro, após uma tentativa frustrada, desceram das selvas da Sierra Maestra, tomaram o poder deflagrando a revolução cubana. O insucesso da tentativa contrarrevolucionária, apoiada pelos EUA, no episódio conhecido como a invasão da Baía dos Porcos, colocou Cuba nos braços da União Soviética. Seguindo a lógica e estratégias da Guerra Fria, armas nucleares estavam a caminho de Cuba, gerando reação imediata e contundente do presidente americano John Kennedy. O mundo temeu que acionados fossem os gatilhos das armas nucleares detonando o apocalipse. Graças à intensa negociação diplomática, o conflito, naquele momento, foi contornado.

No rescaldo desse incidente, a Guerra Fria desaguou em cheio no continente americano. Apoiados na teoria marxista sobre a dinâmica da acumulação do capital e incapacidade do sistema capitalista em equacionar os problemas sociais visíveis na desigualdade, fome, habitações indignas etc., movimentos revolucionários inspirados no exemplo cubano, ainda que, de variadas vertentes teórico-metodológicas, surgiram em praticamente em todos os países da América Latina. Decidido a impedir a reprodução do modelo cubano na Região, o governo americano passou a intervir e apoiar de variadas formas a instalação de ditaduras militares, em geral em conluio com forças reacionárias e de direita, nos diferentes países. Para dourar a pílula, “concederam” o pacote assistencialista da “Aliança para o Progresso”.

No Brasil, o caminho foi sendo pavimentado a partir da renúncia de Jânio Quadros. No cargo a partir de 31/1/1961, sustentado pela direita (União Democrática Nacional – UDN), sinalizou na direção oposta condecorando “Che Guevara” e despachando seu vice João Goulart (Jango) para Pequim, supostamente para estabelecer relações diplomáticas com o país comunista.

Em sua trama, confessada pelo próprio Jânio em sua última entrevista, encaminhou o pedido de renúncia imaginando em seus cálculos que o vice, associado ao comunismo, jamais seria aceito como seu sucessor pelo conservador Congresso Nacional. Para permanecer na Presidência da República cobraria maior concentração de poder, rumo a um projeto autoritário. Entretanto, como ensinava

Tancredo Neves, “quando a esperteza é muita, engole o esperto”. O pedido de renúncia foi aprovado no fatídico mês de agosto, em 25/8/1961.

A lambança de Jânio Quadros custou caro ao país. Gerou desestabilização política, crise econômica, movimento golpista contido pela “campanha da legalidade”, liderada por Brizola e sustentada militarmente pelo 3º Exército, ameaça de guerra civil, tudo aplacado temporariamente mediante mudança tempestiva do Regime Presidencialista para o Parlamentarista, derrotado em plebiscito no ano seguinte.

Em tal contexto, manobrando também uma crise cíclica do “Modelo de Desenvolvimento Nacional Autônomo”, projeto em curso desde os tempos de Getúlio Vargas, Jango tratou de implementar um “Plano de Reformas de Base”. Coordenado por Celso Furtado, o Plano previa a Reforma Administrativa, Fiscal, Agrária e Universitária, que muito discutíamos na época. Embora ameaça alguma houvesse no sentido da supressão da propriedade privada dos meios de produção, espinha dorsal do sistema capitalista, o viés social do Plano foi suficiente para que as forças conservadoras e reacionárias vissem nele obra do “comunismo”.

Articuladas em torno deste mote, as referidas forças, em conluio com as Forças Armadas, com intervenção explícita dos EUA, como foi amplamente comprovado e apoio de diversos setores da sociedade, até mesmo de segmentos da Igreja Católica, o golpe de Estado aconteceu em 1º de abril de 1964. Em estudo recente o historiador Rodrigo de Sá Motta demonstra que a causa aglutinadora dos mentores e operadores do golpe foi a bandeira do “anticomunismo” (Motta, 2022). Por tais razões a Guerra Fria e a ditadura militar constituem-se em pilares e irmãs gêmeas ou “bruxas gêmeas” do contexto político e social brasileiro da década de 1960 e seguintes.

A marcha forçada da destruição institucional da ordem democrática, rumo aos “anos de chumbo”, culminou com a edição do AI-5 de 13 de dezembro de 1968. Dentre tantas arbitrariedades, o instrumento sobrepunha-se à Constituição outorgada pelos próprios militares em 1977; concedia poder ao “presidente” para fechar o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas; legislar durante o recesso

por meio de decretos-leis; intervir nos estados e municípios, nomeando governadores e prefeitos; destituir funcionários públicos, incluindo políticos eleitos e juízes; censura prévia dos meios de comunicação e das artes.

Sequestros, prisões, tortura e mortes tornaram-se rotina nos porões da ditadura, como tem revelado a Comissão da Verdade, o próprio discurso do então presidente Bolsonaro fazendo a apologia à tortura, além da farta produção científica em história do Brasil. Da resistência tratar-se-á adiante. Registre-se, porém, desde já, um dos lamentos mais simbólicos expressos na criação musical de Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil: Cálice. Pungente, o refrão repetia: *“Pai, afasta de mim este cálice.... de vinho tinto de sangue”*.

1.3. Movimentos libertários de impacto global

O terceiro vetor contextual considera movimentos libertários de impacto global desencadeados ou em curso no período histórico da década de 1960. Trata-se de uma época caracterizada pela ocorrência de grandes transformações políticas, sociais e culturais verificadas em escala global. Em oposição ao jogo político da opressão desenvolveu-se uma “cultura libertária”, expressa em múltiplas causas e ideais.

Dentre tantas, registramos o impacto da reconfiguração do fenômeno religioso em diálogo com a contemporaneidade e, em favor da “opção preferencial pelos pobres”, anteriormente referido. Na Ásia, América Latina e África proliferavam movimentos revolucionários que vislumbravam no socialismo a solução para os graves problemas sociais. Na África estes movimentos, surgidos no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, geralmente estavam associados às lutas pela independência nacional. No Leste Europeu, irromperam movimentos de resistência ao totalitarismo do regime político da URSS, sendo mais notável a movimentação conhecida como “Primavera de Praga”.

Na América Latina, a resistência às ditaduras militares, instaladas no contexto da “guerra fria”, provocaram movimentos pela democratização em praticamente todos os países. A Europa Ocidental, impactada pela tragédia da Segunda Guerra

Mundial, mudava radicalmente a estratégia para a solução das pendências entre as nações do continente. Em lugar do conflito, a construção de consensos e cooperação, estando em curso a criação da União Europeia.

Nos Estados Unidos, em 1963, na “marcha sobre Washington”, aos pés do memorial de Lincoln, diante de uma multidão superior a 200.000 pessoas, Martin Luther King proferiu o que foi considerado um dos mais importantes discursos da América no século XX: “*I have a dream...*” (Eu tenho um sonho...). Não se tratava de mera onda de protestos, mas de luta contra a discriminação racial, pelos direitos civis, políticos e contra a pobreza. Na linha do movimento chamado de contracultura de crítica aos costumes da classe média americana e do consumismo, proliferava entre os jovens o clima de inconformismo e contestação e desejo de mudança simbolizada na máxima criada pelos hippies: *peace and love* (paz e amor).

Na França, em 1968, a rebelião dos jovens, entrincheirados no Quartier Latin, em Paris, arrastou as grandes centrais sindicais por reivindicações sociais, concentrando, entretanto, o foco contra a cultura conservadora e a favor da mudança de costumes nas relações sociais, familiares, de gênero e ecológicas.

No Brasil, conectados com os movimentos globais, mas atentos à realidade do contexto nacional, em sentido oposto à marcha dos “anos de chumbo”, surgiram, se reposicionaram e se intensificaram movimentos estudantis, de intelectuais, operários, artistas, de organizações políticas, algumas delas revolucionárias. Alguns desses movimentos atuavam inspirados ou vinculados a organizações da sociedade civil, dentre elas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na abordagem temática encontravam-se na crítica às estruturas políticas, ao modelo econômico concentrador de renda, desigual e excludente, ao analfabetismo, à universidade elitista, às políticas assistencialistas e não emancipatórias. Dom Helder Câmara, por exemplo, dizia: “Quando dou comida aos pobres chamam-me de santo, quando pergunto por que são pobres falam que sou comunista”. A partir do golpe de 1964, estes movimentos convergem na luta contra a

ditadura. Em comum, o sonho (utopia) de construir um país democrático, desenvolvido, socialmente justo e inclusivo.

2. “A práxis” da geração das Utopias

A experiência de Curitiba mencionada acima, referência concreta ao que se convencionou chamar de “geração das utopias”, não se limitava ao ideário. Envolvia a dimensão teórica e prática que, em dinâmica interativa, compõem a noção de “práxis”. Os aspectos históricos, político/pedagógicos, repercussão, impacto e legado foram tratados de forma analítica por diversos autores (Fassini, 2002), (Perin in Pegorini, org., 2023), (Manfio, in Pegorini, org., 2023). Preciosos depoimentos de participantes também foram publicados para resgatar a história (Santos e Pilonetto, Perin, Popoaski, Ortigara, Cardoso, Barandalise, Tochetto, Rovani, in Pegorini, 2023).

Os autores referem-se aos estudantes que foram protagonistas de um novo paradigma com o DNA do ideário da geração das utopias e que, após concluir os estudos, tiveram relevante atuação em áreas diversas. Lembram também, reconhecem e enaltecem alguns atores que muito contribuíram, participando ativamente com palestras, debates, organização de cursos e eventos, fazendo do Instituto Sallette um centro de estudos e debates multidisciplinar sobre temas de vanguarda, especialmente a partir do golpe, quando a censura corria solta.

Dentre tantos, mencionam as notáveis preleções dos cardeais Dom Helder Câmara, Evaristo Arns, Ivo Lorscheider, do sábio e notável teólogo D. Philippe Leddet, Prior do Monges Beneditinos e de seus colegas, instalados em área rural de São José dos Pinhais. Lembram das contribuições dos professores cientistas da UFPR e PUC e profissionais liberais no debate de temas de vanguarda, dentre eles, Newton Freire Maia, Valdemar Ladovski, Dante Romanó e Lamartine Correa de Oliveira. Recordam da motivação cívica em pensar o país pelas lideranças políticas e estudantis emergentes, Franco Montoro, Euclides Scalco, Roberto Requião, dentre tantos, que coordenavam, davam palestras e participavam dos cursos do Idec, Instituto que formava quadros para a Democracia Cristã da vertente Eu-

ropeia e latino-americana. Registram o entusiasmo dos estudantes que atuavam em movimentos da Ação Católica, Juventude Universitária Católica – JUC, JEC e JAC, e dos que atuavam em movimentos estudantis, dentre os que lideravam os grupos de estudo, Zélia Passos, Divo Gizzoni, Raquel Felau e Paulo de Tarso.

Retomando apenas alguns aspectos da referida “práxis”, em razão do escopo deste trabalho, seleciona-se a participação em movimentos estudantis, muito intensa naqueles tempos. Dentre outras formas de atuação registre-se a criação do Centro Acadêmico do Instituto Teológico de Curitiba (ITC). Eleito o acadêmico Zeferino Perin como primeiro presidente, de imediato providenciou a filiação da entidade à União Paranaense de Estudantes (UPE), por sua vez, filiada à União Nacional dos Estudantes (UNE). Esta iniciativa abria o caminho para participação em caráter institucional dos demais estudantes do ITC nos movimentos estudantis.

Processo em curso, em momento subsequente e refletindo a liderança que emergia da “práxis saletina”, Antônio João Mânfió foi eleito presidente do Centro Acadêmico de Filosofia da PUC, cujo lema da chapa era “Engajamento”. Arlindo Fávero foi eleito presidente do Centro Acadêmico do ITC e Ernesto Cassol, presidente do Centro Acadêmico de História da UFPR. Antônio e Arlindo foram indicados pelos respectivos Centros Acadêmicos para participar do XXX Congresso anual da UNE, em Ibiúna-SP, em outubro de 1968. Como sabido, todos foram presos. Em depoimento, Mânfió (Mânfió in Pegorini, 2023) relata sua história de forma detalhada e contundente, que reflete a ação inspirada na fé, nos valores cultivados no paradigma pedagógico do Instituto Salette e na virtude cívica exercida de forma heroica.

Em linha com o que acontecia em nível nacional o movimento estudantil de resistência à ditadura em Curitiba era cada vez mais intenso. Sob o comando dos Centros Acadêmicos, reuniões, assembleias sucediam-se com mais frequência. Embalados pelo canto de Geraldo Vandré adotado como hino da resistência “... quem sabe faz a hora não espera acontecer”, comícios e passeatas tomavam conta das ruas de Curitiba. Na repressão, a mais perversa e potente bomba da ditadura,

epicentro dos “anos de chumbo”, foi detonada no dia 13 de dezembro de 1968, com a edição do AI 5, acima referido.

3. Geração das utopias e profecias

Os aspectos mais impactantes desta conjuntura sobre o Instituto Salette e o que ele representava naquele período foi assim descrito por Fassini:

"O Instituto Salette, local de encontro de alguns universitários leigos e de abrigo passageiro para outros, passou a ser objeto de "censura" postal e telefônica por parte dos órgãos policiais. Em determinado momento, as Forças Armadas montaram um acampamento no terreno da Aeronáutica, em frente à entrada do instituto, e ali permaneceram por algumas semanas. O clima de controle se tornou pesado. Atividades pastorais também eram censuradas. Não se sabia exatamente em que terreno se pisava. Desconfianças se infiltravam, cuidados minuciosos eram tomados para evitar surpresas desagradáveis, sempre possíveis, como a que aconteceu com a Comunidade Salentina no Rio de Janeiro, em 1970. Assim mesmo, fatos dolorosos para a vida da Província aconteceram envolvendo a vida dos membros da Comunidade do Instituto Salette. Pe. Santo Rossetto, seu diretor, foi detido ao solicitar uma visita a um Escolástico encarcerado no Presídio do Ahú, em Curitiba. As pressões sobre ele aumentaram e o obrigaram a sair do país por mais de um ano. Pe. Atico Fassini, com ficha policial no Dops pela única razão de ser o Superior do Instituto Salette, foi endereço de ameaças de morte, via carta anônima enviada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), um órgão clandestino de extermínio. (...) Foram tempos cinzentos, de muitas tribulações, mas de carga profética porque, em meio aos conflitos, prevalecia a vontade de se ajudar a construir um país livre, com um povo sem opressões, e uma igreja testemunha da justiça do Reino. (Fassini, 2001 p. 325-327).

O sentido bíblico de profecia possui um duplo significado: denúncia da ordem injusta e opressora e seu contrário, o anúncio de tempos novos construídos com

base na justiça, liberdade, direito e paz. Assim, a “carga profética” a que se refere Fassini indica que os “tempos cinzentos” dos “anos de chumbo” serão um dia reconstruídos inaugurando “tempos novos”, como os “sonhados” pela “geração das utopias”. Entretanto, a história não é linear. O avanço civilizatório de um momento pode retroagir à barbárie em outro. Assim, a dialética da profecia é também a dialética da utopia

4. O legado

Em síntese, o modesto, porém, inovador Projeto Pedagógico do Instituto Sallette evoluiu e transformou-se em uma densa experiência da “geração das utopias”, vivida por muitos jovens e pessoas inquietas e esperançosas no ambiente sociocultural de Curitiba. Esta iniciativa, semelhante a tantas outras que somadas e articuladas foram politicamente canalizadas para o mega movimento da redemocratização do país, deixou importante legado.

O mais notável é, sem dúvida, a redemocratização do país, a reorganização do Estado Democrático e de Direito e a Constituição reconhecida como “cidadã”. A economia foi reorganizada com boa inserção no mercado global, reservas cambiais expressivas, inflação sob controle, elevando o país de condição de renda média, segundo parâmetros internacionais.

A educação e a saúde foram reconhecidas pela constituição como direito do cidadão e dever do Estado. Apesar de tantos problemas, a educação básica foi universalizada e o ensino universitário que, no início da década de 1960, contava com aproximadamente 125.000 alunos, atualmente tem mais de 6 milhões e meio de alunos matriculados. Um sistema de apoio à Ciência e Tecnologia foi desenvolvido e articulado entre os entes federativos. Da inexistência de políticas de saúde no início da década de 1960 estruturou-se um Sistema Único de Saúde (SUS), que supera muitos do dito primeiro mundo.

Um sistema de proteção social de viés emancipatório em razão da contrapartida obrigatória à escola e serviços de saúde foram implementados. Políticas de inclusão social, tanto na educação quanto no mundo trabalho graças ao sistema

de cotas, têm seus resultados comprovados. Porém, o mais importante resultado da “geração das utopias” é o reconhecimento de que vale a pena sonhar por um mundo melhor e lutar para que os sonhos se tornem realidade.

Entretanto, a marcha turbinada pela cúpula dos agentes do Estado na direção do retorno aos “anos de chumbo”, que culminaram com os atos de 8 de janeiro de 2023 mostram, também, que a história não é linear. Eis que as conquistas maiores da sociedade podem ser destruídas e, a civilização retornar à barbárie. É fundamental preservar a memória histórica, recordando especialmente os eventos que evidenciam a dialética da profecia e da utopia.

Referências

- Boff, Leonardo. Jesus Cristo Libertador. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- Fassini, Pe. Ático. Crônicas de uma Missão: 100 anos de presença saletina no Brasil. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier. 2001.
- Mânfió, João Antônio. Praxis Saletina. In Pegorini Org. Instituto Salette – um novo amanhecer. Curitiba: Editora CRV, 2023.
- Motta, Rodrigo Pato de Sá. Passados e Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- Perin, Zeferino. Instituto Salette: um Projeto da Geração das utopias. In Pegorini Org. Curitiba: Editora CRV, 2023.

***Zeferino Perin** é professor (aposentado) da Unespar, licenciado em Filosofia (UPF), Bacharel em Teologia (ITC), Doutorado em Desenvolvimento Econômico e Social (Sorbonne). Foi diretor presidente da Fapes/Cese - Erechim/RS, diretor da Fundepar, diretor-geral da Secretaria de Planejamento/PR. Coordenador do Sistema de Ensino Superior do Estado do Paraná, presidente da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento C&T do PR, presidente do Fórum/Mesomerco Sul.

Jornal "Nosso Tempo", o nanico que se fez gigante

Aluizio Palmar*

Após passar oito anos de exílio, em maio de 1979, eu entrei clandestinamente ao Brasil. Os ventos da redemocratização sopravam forte em todo o país, com manifestações públicas nas praças e avenidas. O poder militar desinflava como consequência da crise econômica e da pressão internacional. A economia estava em frangalhos. O avanço da oposição na Câmara dos Deputados e no Senado era um sinal claro de que a anistia política estava perto de ser alcançada.

Foi nesse contexto que eu voltei.

Com a ajuda de minha cunhada Arlete Almeida e de seu marido Eloy Brandt, eu, Eunice e três filhos – Florita, Andrea e Alexandre, cruzamos o Rio Iguaçu. Era a última balsa, chovia e os agentes da migração estavam cansados ao fim de uma jornada, que havia começado às 7h da manhã. Passamos de boa. Minha cunhada era funcionária da Receita e havia ajeitado as coisas com os colegas.

Eunice e as crianças ficaram na casa de minha sogra, em Foz do Iguaçu, enquanto eu segui viagem para o Rio de Janeiro, levado pelo cunhado Eloi Brandt. Em Curitiba, trocamos de carro e, no final do dia, chegamos em Cabo Frio. Era o fim de meu desterro.

Todo esse percurso, desde que cruzamos o Rio Iguaçu no dia anterior, eu viajei sem nenhum documento. Fazia oito anos que eu não tinha documentos quentes. A ditadura militar me baniou do país, em 14 de janeiro de 1971, sem nenhum documento. O regime dos generais decretou que eu seria uma pessoa sem nacionalidade e sem cidadania.

Após passar três meses na Região dos Lagos, São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro, voltei a Foz do Iguaçu. Viajei portando uma espécie de “salvo-condu-

to”, emitido pela Justiça Militar, após a Lei da Anistia ter sido promulgada e publicada no dia 28 de agosto de 1979.

Alguns meses após chegar em Foz do Iguaçu, fui trabalhar no semanário *Hoje Foz*, por indicação de Adolpho Mariano da Costa, companheiro ainda do tempo em que a gente articulava as bases do MR8 na região. Adolpho foi eleito prefeito de Medianeira em 1985, primeira eleição após o fim da lei que criou as áreas de segurança nacional.

O semanário *Hoje Foz* entrou na onda da redemocratização e eu e mais dois colegas – Adelino de Souza e Juvêncio Mazarollo –, aproveitamos o espaço para escrever matérias com críticas ao coronel interventor em Foz do Iguaçu e denunciar as constantes violações aos direitos sofridos pela população.

Porém, a janela que se abriu para a luta contra o regime dos generais, por meio do jornal, não durou muito tempo. Em maio de 1980, o semanário *Hoje Foz* foi vendido para Jucundino Furtado, político ligado à antiga Arena – Aliança Renovadora Nacional – partido de sustentação da ditadura. Jucundino era um homem poderoso, tido como operador da logística do grupo político liderado por Ney Braga. Essa fama surgiu a partir dos cargos ocupados por ele, como o de diretor-administrativo de Itaipu Binacional e presidente do Banco do Estado do Paraná.

Após a venda do *Hoje Foz* para o grupo de Ney Braga, eu, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo fomos demitidos. Nós três éramos os responsáveis pela linha de conotação popular, de esquerda e de contestação ao governo militar. Naqueles anos a Presidência da República era ocupada pelo general João Figueiredo; o Estado do Paraná, pelo coronel Ney Braga, e Foz do Iguaçu pelo coronel Clóvis Cunha Vianna.

A nossa permanência no *Hoje Foz* era incompatível com a nova orientação que o jornal passaria a ter.

Fiquei pouco tempo desempregado. Algumas semanas após eu ter saído do *Hoje Foz*, Fabio Campana me convidou pra trabalhar na revista *Atenção* e logo depois no *Correio de Notícias*. Fiz boas matérias, mas o que eu queria mesmo

era sacudir Foz do Iguaçu, a cidade a que me coube passar a vida. Seria a continuidade da militância.

Foi então que eu chamei Adelino, Juvêncio e Jessé Vidigal para uma conversa e apresentei o projeto de criação do jornal *Nosso Tempo*¹. A ideia era de um jornal, que teria sua linha editorial assentada na exposição dos problemas da cidade, na defesa da democracia e na luta por eleições diretas para todos os cargos eletivos, em especial para o cargo de prefeito das chamadas “áreas de segurança nacional”.

Foz do Iguaçu vivia então dias agitados, com um crescimento demográfico com taxas elevadíssimas e problemas pipocando por todos os cantos, na esteira da construção da Usina de Itaipu. No rastro da expansão urbana surgiam demandas, como falta de água encanada, saneamento e energia elétrica. Diariamente chegavam à cidade milhares de famílias atraídas pela construção de Itaipu. A especulação imobiliária corria solta.

Nesse contexto, setores expressivos da sociedade, representados por profissionais liberais e elite do comércio varejista e exportador, expressavam em círculos restritos seu descontentamento com a intervenção federal no município. A exaustão do modelo autoritário chegava à fronteira, anunciando o fim da supressão dos direitos civis e políticos.

A proposta de criação de um jornal com linha editorial de contestação ao prefeito nomeado assentou como uma luva para aqueles que não tinham espaço para participar da vida política da cidade.

Com a primeira edição, *Nosso Tempo* marcou posição e mostrou sua disposição à luta. O carro-chefe da estreia foi uma reportagem sobre a existência de tortura na delegacia de polícia de Foz do Iguaçu, com um desenho de um homem pendurado num pau de arara na capa. Além desse conteúdo, a edição trouxe textos com um viés nitidamente de esquerda, de combate aos entulhos autoritários, como por exemplo, a Lei de Segurança Nacional.

1- Disponível em versão online no site www.nossotempodigital.com.br

Nossa ousadia teve como consequência uma investida da repressão para cima dos anunciantes, a parte mais vulnerável do empreendimento. O presidente da Associação Comercial foi chamado ao Batalhão e o comandante determinou que os sócios da Acifi – Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – deveriam tirar seus anúncios do jornal. Ao mesmo tempo, Itaipu riscava de seus cadastros os anunciantes e pessoas que tinham alguma ligação com a gente.

Na investida contra o jornal, o coronel Labre, comandante do 34º Batalhão, chamou um dos nossos sócios, por sinal líder do PDS – partido sucessor da Arena, ao seu gabinete e disse em alto e bom tom que os militares não queriam o meu nome no expediente.

Analisando os documentos emitidos pelo Centro de Informações do Exército, Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Assessoria Especial de Segurança de Itaipu (AESI), e Polícia Federal, chego à conclusão de que o jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu, foi um dos mais controlados e perseguidos órgãos de imprensa naquele período. As ameaças de bomba e de morte eram constantes e chegavam pelo telefone da redação.

Como as ameaças e pressões não deram certo, o regime arbitrário usou seu último recurso. Foi então aberto um Inquérito Policial Militar e nos processaram por “subversão à ordem pública”, fomos enquadrados na famigerada Lei de Segurança Nacional, e o Juvêncio condenado a dois anos de prisão.

O ano de 1982 começava com uma correlação de forças extremamente favorável aos partidos de oposição, considerando que o regime instalado pelo golpe militar de 1964 estava fatalmente esgotado, com o país mergulhado em uma inflação cada dia mais alta.

Em Foz do Iguaçu, o movimento emancipacionista crescia com seguidas manifestações na frente da Prefeitura. O clamor das ruas repercutia na Câmara Municipal por meio de discursos dos vereadores e ia para as páginas do *Nosso Tempo*.

Enquanto a conjuntura política local fervia, aumentavam os conflitos entre a Itaipu Binacional e as famílias que moravam na região, onde seria formado o

lago com o represamento do Rio Paraná. Eu era membro da Comissão Justiça e Paz da Diocese de Foz do Iguaçu e participava, representando o Bispo, nas reuniões e assembleias.

O jornal entrou pra valer em defesa dos agricultores e dos indígenas que moravam na área que seria inundada.

Eram duas frentes de luta. Uma, a defesa intransigente de eleição para prefeito nos municípios considerados de segurança nacional e, a outra, era o nosso enfrentamento com a direção da Itaipu, que ameaçava despejar na marra os agricultores e indígenas.

Naqueles dias agitados, levamos a redação do jornal para dentro dos acampamentos do Movimento Justiça e Terra.

No dia 11 de fevereiro de 1984, o coronel Clóvis Cunha Vianna oficializou o seu pedido de afastamento do cargo de prefeito e três meses depois foram restabelecidas as eleições nos municípios das áreas de segurança nacional.

***Aluizio Ferreira Palmar**, 81 anos, ex-preso político, militou no PCB, foi um dos criadores do MR8 do Estado do Rio de Janeiro. Após sair da prisão, trocado pelo Embaixador da Suíça, ingressou na VPR. Atualmente, é jornalista, fundador do CDHMP de Foz do Iguaçu, membro do Comitê Memória, Verdade e Justiça do Paraná e Medalha Chico Mendes de Resistência.

Juvêncio Mazzarollo, o último preso político da ditadura militar

Lafaiete Neves*

Aluizio Palmar e Juvêncio Mazzarollo, fundadores do jornal *Nosso Tempo*, em Foz do Iguaçu, tiveram um papel fundamental na resistência à ditadura militar e denunciaram as violências cometidas contra os colonos, pequenos proprietários e indígenas expulsos da área onde foi construído o lago e a Usina Binacional de Itaipu.

A ditadura militar tinha dois grandes projetos de que se orgulhava no início da década de 1970: Itaipu e a Ponte Rio Niterói. Juvêncio Mazzarollo escreveu e publicou no jornal *Nosso Tempo* um artigo contundente denunciando o exército brasileiro e o general Costa Cavalcanti, presidente da binacional brasileira e paraguaia, pela repressão aos colonos que não aceitavam o preço vil que queriam pagar de indenização por suas terras expropriadas. E foi adiante com suas denúncias escrevendo um livro denominado “A Taipa da Injustiça”, cuja última edição foi pela Editora Loyola.

Na época, era bispo de Foz do Iguaçu Dom Olívio Fazza, membro da Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que assumiu com muita determinação a defesa dos colonos expropriados de Itaipu e de Juvêncio Mazzarollo. Chamou a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da CNBB do Paraná (CPJPP) para atuar nos conflitos com a Itaipu. A CPJPPR foi fundada no final da década de 1970 para defender os presos políticos e os moradores das favelas de Curitiba, que sofriam violência dos fiscais da Prefeitura Municipal e da Polícia Militar, que derrubavam e punham fogo nos seus barracos, na época em que era prefeito de Curitiba Jaime Lerner, nomeado pelo governador Ney Braga, interventor da ditadura militar no governo do Paraná. Atuava também na defesa dos colonos a recém-criada Comissão Pastoral da Terra (CPT), coordenada pelo Pastor luterano Werner Fucks.

Juvêncio Mazzarollo foi condenado e preso pela Justiça Militar em 27/09/1982, por suas opiniões. Ficou encarcerado na Penitenciária de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. Foi criado nessa época e teve grande participação de militantes de esquerda e de membros da CPJPPR, o Comitê Pela Libertação de Juvêncio Mazzarollo, devido a sua atuação nas péssimas condições de carceragem, Juvêncio Mazzarollo foi transferido para o Presídio do Ahú em Curitiba, em fevereiro de 1983.

Esse Comitê teve papel fundamental na defesa de Juvêncio Mazzarollo, discutia com ele na prisão as suas ações para agilizar sua libertação. Fez ações de massa levando militantes das CEBs de ônibus até a porta da Penitenciária de Piraquara que gritavam palavras de ordem pedindo a libertação de Juvêncio Mazzarollo. Pressionava os advogados para agilizarem os procedimentos para a sua libertação. Exigia também sua transferência para um presídio adequado ao seu direito de preso com formação superior.

Tal pressão teve resultado positivo e Juvêncio Mazzarollo depois de um ano preso foi transferido em 8/8/1983 para o quartel do Corpo de Bombeiros, no Bairro do Portão em Curitiba, onde ele teve maior liberdade de receber visitas e o Comitê para discutir as estratégias para agilizar seu julgamento pela Auditoria Militar em Curitiba. Juvêncio há muito tempo se mostrava insatisfeito com a defesa feita pelos advogados da Comissão de Justiça e Paz e decidiu substituí-la por outro advogado.

Com toda essa pressão, dado que o caso Juvêncio Mazzarollo, último preso político do Brasil, ganhou os fóruns internacionais, o avanço da pressão para o julgamento de Juvêncio Mazzarollo deu certo, finalmente ele foi julgado pela Auditoria Militar de Curitiba e conseguiu em 6/4/1984 sua tão difícil e aguardada liberdade.

Com a eleição de Lula em 2002, foi nomeada a nova Diretoria de Itaipu sob a presidência de Jorge Samek e como um ato de reparação às injustiças da Itaipu contra Juvêncio Mazzarollo, ele foi contratado como jornalista da empresa binacional.

Outra grande injustiça que não foi reparada nessa época foi a não restituição das terras expropriadas dos indígenas. Na atual gestão, presidida por Enio Verri, foi nomeado diretor da Itaipu o indigenista Paulo Porto, professor da Unioeste e grande defensor da causa indígena. Ele está encaminhando a compra de terras pela Itaipu para devolver as terras expropriadas aos indígenas, que foram confinados numa tira de terra ao lado da barragem, e lá permanecem em condições precárias até hoje.

Juvêncio Mazzarollo, com quem tive a sorte de conviver por vários anos e aprender com ele o que é ter coragem, determinação e não ceder a qualquer chantagem ou benefício falso, faleceu há dez anos, em 5/4/2014, aos 69 anos. Foi casado com Vilma Macedo, com quem teve a filha Rebecca Mazzarollo e está enterrado na sua terra natal, Veranópolis, no Rio Grande do Sul.

Juvêncio Mazzarollo Vive!

***Lafaiete Neves** é professor aposentado da UFPR, ex- membro da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, ex-membro do Comitê Pela Libertação de Juvêncio Mazzarollo. Conselheiro Titular do Conselho da Cidade de Curitiba (Concitiba). Conselheiro do Centro de Formação Irmã Araújo (Cefuria). Conselheiro do Instituto Democracia Popular (IDP). Membro do Fórum do Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana.

Edésio Passos e a organização sindical no Paraná

Claudio Ribeiro*

Em princípios de 1964 iniciei o curso de Direito na UFPR e passei a frequentar o restaurante do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), então na Avenida Marechal Floriano Peixoto. No dia 31 de março, durante o almoço, um estudante subiu numa cadeira e denunciou o Golpe de Estado comandado por militares. Era Edésio Franco Passos. Ao se referir aos apoiadores do golpe no Paraná, apontou o General Ítalo Conti, cunhado do Aníbal Khury. Um dos comensais reagiu e tentou agredí-lo, Pio era o seu nome. Em tom indignado, Pio disse que era calúnia e que o general jamais participaria de ação golpista. Entretanto, algum tempo depois, a História confirmou o que antes Edésio dissera.

Naquele dia aproximei-me de Edésio e iniciamos desde então um relacionamento pessoal e profissional que perdurou durante mais de cinco décadas, até o seu falecimento em agosto de 2016.

A ditadura militar instalada em 1º de abril de 1964 interveio nos sindicatos dos trabalhadores em todo o país e em Curitiba, no Sindicato dos Bancários sediado na Rua José Loureiro e desde então nos unimos no empenho para liberá-lo dos interventores, o que somente ocorreu três anos depois, em 1967.

Em 1967, eleita a direção do Sindicato dos Bancários de Curitiba, Edésio foi contratado para assessorá-la juridicamente nas negociações coletivas e a patrocinar eventuais dissídios no âmbito do Judiciário. Edésio então já assessorava outras entidades sindicais em todo o Estado.

Em outubro de 1968 os bancários paranaenses, na esteira de decisão aprovada na Convenção Nacional dos Bancários realizada em São Paulo em julho, paralisaram as atividades em greve que durou apenas três dias. Eis que no cur-

so das negociações a classe patronal firmou proposta que levou o movimento a uma composição considerada bastante vantajosa.

Dois meses depois, em 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar baixou o AI-5 e uma nova onda de prisões de dirigentes sindicais em todo o Brasil se iniciou; todavia no Paraná a direção do Sindicato dos Bancários não foi de imediato atingida e, conseqüentemente, Edésio continuou a assessorá-la como o fazia a outras tantas entidades sindicais, levando às direções sua larga experiência profissional e política.

Durante os mais de vinte anos do regime ditatorial instalado no Brasil a partir de 1964, a figura do advogado Edésio Franco Passos esteve presente na vida dos sindicatos de trabalhadores paranaenses e expandiu suas atividades para Santa Catarina, contratado que fora pela Federação dos Comerciários daquele Estado além dos sindicatos de trabalhadores em minas de carvão da região de Criciúma.

Em 1976, sob a liderança de Edésio e juntamente com Wilson Teixeira, foi criado o Escritório de Defesa dos Trabalhadores estabelecendo-o na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 50, em que me coube a coordenação para garantir-lhe a liberação para outras atividades. Dentre as quais, os movimentos de ocupação de áreas urbanas para moradia em Curitiba iniciada na Vila Formosa sob a liderança de Jairo Graminho e na região da Vila Barigui, de Manoel Izaias de Santana, ex- dirigente sindical dos trabalhadores na construção civil, além de Pedro Chaves e José Gomes, originários dos combates pela posse de terras rurais de Jaguapitã, no interior do Paraná.

Ainda em 1976, Edésio exerceu firme direção no movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e, no começo dos anos oitenta, esteve à frente da criação do Partido dos Trabalhadores e da CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Edésio também foi jornalista, repórter de vários veículos de comunicação do Estado do Paraná, tendo participado da consolidação do Sindicato dos Jornalistas do Paraná (1961/1962).

Participou ativamente da luta contra a ditadura militar. Foi filiado ao Partido Socialista (PSB) de 1961 a 1965.

Após o AI-5, ficou clandestino, tendo sido da direção da Ação Popular em Minas Gerais, onde foi preso em 1971.

Em 1973, depois da prisão, Edésio retorna à advocacia, defendendo trabalhadores, assessorando suas greves, participando ativamente da luta pela Anistia, do Movimento Diretas-Já. Fundador e dirigente do Partido dos Trabalhadores no Paraná, foi candidato a governador em 1982.

Em 1986, foi eleito deputado federal, tendo um papel destacado na Assembleia Constituinte, na Construção da Constituição de 1988.

Sua luta pela democracia continuou, colaborando com a organização de entidades sindicais e na defesa dos trabalhadores. Foi fundador da Abrat (Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas), tendo sido também fundador e presidente do Sindicato dos Advogados do Paraná, contribuindo decisivamente com a Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, ocupando, ainda um cargo de Conselheiro da Itaipu.

Edésio foi e continua sendo uma referência para toda a sociedade e para todos nós.

Viva a Democracia!

***Claudio Antonio Ribeiro**, 80 anos, ex-dirigente sindical 1967/71, cassado, advogado, fundador do PT e da CUT, especialista em Direito do Trabalho, estudioso e analista da questão sindical brasileira.

Versos nas paredes dos colégios

Luiz Manfredini*

Lau aproxima-se da parede e, com o bastão de cera, desenha caprichosamente a palavra de ordem.

Abaixo a ditadura

Recua dois ou três passos, inclina-se um pouco para trás e observa com prazer a frase negra sobre o límpido creme da parede. Está satisfeito. Lau sempre picha em letra cursiva, meticulosamente. Para ele, a pichação não é apenas gesto de propaganda política. É também impulso estético, requer elegância formal, daí o esmero com que grafa as frases, os cuidados com a proporção e a harmonia, mesmo que consuma mais tempo e aumente os riscos de segurança.

Examina uma vez mais a frase que se destaca sobre o fundo creme da parede, faz com a cabeça um breve movimento de aprovação e parte para outra.

O povo na luta derruba a ditadura

Diante de outra parede, Lau para e pensa. Por que não inovar, misturar política e poesia, afinal tão ligadas uma e outra? Não gasta mais que alguns segundos para se decidir. Avança para o creme imaculado da parede, ergue o bastão e, tão caprichosamente como sempre, registra o verso de Ferreira Gullar:

*No povo, meu poema está maduro,
como o sol na garganta do futuro*

Repete o movimento de afastar-se um ou dois passos e inclinar-se levemente para trás para observar a obra. É isto, política e poesia. Sorri, satisfeito. Prepara-se

para nova incursão, há tantas paredes no colégio que não haverá bastão suficiente. Então, ouve o ruído. E, logo depois, o assobio do Girafão. O verso fica incompleto.

Meu povo em meu poema se ref...

O guardião? A polícia? Um bêbado? Segue para onde estão os outros, pé ante pé, cuidando para não violar o silêncio. Girafão está pálido e de olhos esbugalhados.

Ouviram o barulho? Tem gente aí.

Espera.

Não, vambora, insiste o Girafão. Esse negócio vai feder!

Espera aí, Girafão! Calma!

Aguardam, juntos, por alguns instantes. A intervalos regulares, o ruído seco dá a impressão de alguém que se movimenta nas sombras. Mas era apenas o relógio do pátio, estalando de minuto a minuto, que no início não havíamos percebido.

Passado o cagaço, continuamos a pichar.

O Girafão estava apavorado. Mas concordou em ficar.

Lau me levou até a parede em que grafara os versos de Gullar.

Genial! Murmurei, socando o ar. E resolvi fazer o mesmo, pinçando da memória um verso de Geir Campos, que lera dias atrás para Carmem.

O verso era pelo menos quatro vezes mais extenso que a palavra de ordem. Eu devia escrevê-lo rapidamente para não comprometer a segurança. Pichava com garranchos apressados que não conseguiam manter-se na horizontal, não possuía o esmero e a preocupação estética de Lau. Mas, como a ocasião era especial, caprichei na caligrafia.

Mergulhei no encanto da ação, esqueci os riscos de segurança e deslizei o bastão sobre a superfície da parede como se regesse uma orquestra. E, ao cabo de alguns minutos, o verso lá estava com sua contundência de inovação, as linhas levemente oblíquas:

*Igual à fonte escassa no deserto
Minha emoção é muita, a forma, pouca
Se o verso errado sempre vem-me à boca,
Só no meu peito vive o verso certo.*

Ficamos siderados com aquele negócio. Nunca ninguém fizera uma coisa daquelas! E aí pichamos outras tantas paredes do colégio com versos. Rimos e saltitamos vagando pela noite. Pichar poemas, como ninguém ainda havia pensado nisso?

Ninguém dá bola para a poesia Dom Pedrito – era assim que Lau me chamava em situações eloquentes. Quem liga a política à poesia, e vice-versa? A nossa política, não uma política qualquer, está voltada para a transformação do mundo. Como pensar nesse negócio tão grande sem pensar na poesia?

A excitação pela proeza fez com que caminhássemos aos saltos, gesticulando, a voz alta e o riso rasgando clareiras no silêncio da noite.

***Luiz Manfredini**, nascido em Curitiba em 1950, é jornalista e escritor, autor de mais de dez livros, entre os quais quatro romances. Liderou secundaristas nas lutas de 1968 contra a ditadura militar. Aos 16 anos de idade ingressou na organização revolucionária Ação Popular (AP) e, mais tarde, no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), onde milita até hoje. O texto Versos nas paredes do colégio foi extraído do romance Memória de Neblina, lançado pelo autor em 2011.

Nota do autor: Houvesse, na época, a consciência hoje existente, as paredes do Colégio Estadual do Paraná – e de outros colégios e outras instituições – jamais seriam pichadas nem com palavras de ordem, nem com poemas. Aliás, na atualidade, as pichações saíram de moda.

João Paulo

Noemi Osna Carriconde*

Ele veio para Curitiba no início de 1967. Gaúcho de Arroio Grande, João Paulo trouxe junto sua alegria, sua simpatia e seu violão. Chegou a convite do irmão, Celerino Carriconde, estudante de Medicina da PUC e militante da Juventude Universitária Católica (JUC), da Ação Popular (AP), e do movimento estudantil. O objetivo da vinda era terminar o segundo grau e fazer vestibular.

O dinheiro era pouco. Celerino, que morava na Casa do Estudante Universitário (CEU), compartilhava com ele o dinheiro minguado de um aluguel de imóvel localizado em Recife, herança do falecido avô. De início, se ajeitou em uma pensão na Rua Benjamin Constant, onde já vivia o estudante de História Natural, Sebastião Laroca. As refeições eram feitas nas restaurantes universitários do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da União Paranaense dos Estudantes (UPE), da Casa do Estudante Universitário (CEU). Ou, então, nas casas de famílias amigas já frequentadas pelo irmão. Entre elas, a nossa, na Rua da Paz, e a da família Esmanhoto, na Rua XV. Ambas as presenças, aliás, a dele e a de Celerino, sempre muito bem-vindas.

Em pouco tempo, João Paulo estava enturmado com o pessoal do movimento secundarista: Marli, Manfra, Gogó, Paulo Sá Brito, Faria, Toni Urban, Detinha Zanetti e demais. Já ligados à AP, esses jovens se reuniam para discutir questões do movimento e também para cantar as músicas do Vandrê, do Chico Buarque, João do Vale, Carlos Lira e outros compositores engajados da época. E, também, é claro, canções de Lennon e McCartney. Sempre acompanhados pelo violão esperto de João que cantava e encantava.

Meados de 1967, conseguiu uma “permuta” na UPE. Se encarregaria da operação do mimeógrafo, bastante ativo por conta da efervescência estudan-

til da época, e ocuparia, em troca do serviço, um pequeno quarto no último andar da sede da entidade. O quarto foi todo decorado com cartazes da UNE feitos em serigrafia e muito coloridos.

E lá em seu quartinho ele se encontrava, quando foi acordado ao nascer do sol pela polícia que invadia o casarão situado na Rua Carlos Cavalcanti. Percebeu na hora do que se tratava, e começou a pular pelo aposento em desespero, arrancando, rasgando e amassando os cartazes que ocupavam as paredes de cima abaixo. Mas, por sorte, a polícia não chegou a perceber a sua presença. E se retirou logo depois, levando toda a edição do jornal da UPE que acabara de chegar da gráfica e também o mimeógrafo.

1968 chegou e João Paulo continuava ativo no movimento secundarista, E, por suposto, não deixaria de participar da famosa tomada da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, em protesto pela tentativa da ditadura de implantar o ensino pago. O registro de sua presença está em uma foto (de autoria esquecida) em que aparece arrastando o busto do famigerado reitor e ex-ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Na mesma foto, a imagem sorridente da então acadêmica de Jornalismo e Direito da UFPR, a saudosa colega Índia do Brasil Sigwalt, falecida na década de 1980.

João Paulo Carriconde terminou o Segundo Grau em Pelotas, Rio Grande do Sul, onde formou-se em Medicina, especializando-se em Anestesiologia na década de 1970. Nessa época, eu e seu irmão Celerino, com quem fui casada, estávamos exilados. Para minha enorme tristeza, ele faleceu em 2013.

***Noemi Osna Carriconde**, jornalista e radialista, participou do Movimento Estudantil em Curitiba entre 1965 e 1967. De 1968 a 1969, militou na AP em São Paulo. Ficou exilada entre 1969 a 1979. Voltou com a Anistia e trabalhou em diversos órgãos de imprensa. Entre 1993 e 2021 entrincheirou-se na Rádio Educativa em defesa da Cultura Brasileira, produzindo programas musicais. Mãe muito orgulhosa de Rudá, Aritanan e Maíra, avó de Gabriel, Helena, Uirá e Anaíra. Bisavó de Oliver.

Depois da queda do céu: devires

Rosane de Lourdes Silva Vianna*

*Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários e
do pântano enganoso e das bocas.*

*A partir deste instante, a liberdade será algo vivo e transparente,
como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre
o coração do homem.*

Thiago de Mello

Antes de prosseguir com este segundo texto nesta mesma coletânea, creio que preciso apresentar alguns dados pessoais que dizem quem sou, e como 64 deu impulso às décadas seguintes de minha vida.

Nasci em Curitiba em abril de 1942. Meu nome, Rosane de Lourdes Silva foi assim até que, depois de 30 anos, consegui o reconhecimento de paternidade do advogado e educador Milton de Oliveira Vianna, meu pai. Passei então a ser Rosane de Lourdes Silva Vianna. Assim, nasceu em mim uma outra identidade.

Foi essa a minha primeira grande luta por direitos. Outras vieram, e uma delas foi por anistia política, conseguida em 2008.

Os movimentos por libertação dos presos políticos e volta dos exilados começam a crescer. Trata-se de buscar formas de inserção e mobilizações em todos os espaços possíveis.

A Universidade Estadual de Londrina, UEL, abria concurso para professor/a de Ciência Política e Sociologia. Encarei como uma oportunidade de sair

do cerco policial e iniciar um novo projeto de pesquisa e ação cultural com o GrupUm.

A arte-educadora, jornalista, artista plástica e escritora, Joana Lopes Bizotto iniciava um projeto junto à UEL, de teatro-educação com trabalhadores rurais, os chamados boias-frias. Estes tinham sido transferidos de moradias precárias para um conjunto habitacional na periferia da cidade. Cada família vinha de um bairro. Tratava-se então de, através de pesquisa de campo, descobrir as palavras-chave mais importantes nos relatos acerca das moradias, trabalho e diversão. A partir da análise das palavras mais recorrentes, eram iniciados os trabalhos de arte-educação no conjunto habitacional, com crianças e mulheres. Os homens não participavam porque saíam nos caminhões em turmas de trabalhadores que, nas colheitas de café, recebiam pagamento pelo peso daquilo que tinham colhido.

Eu conciliava a pesquisa e as oficinas realizadas junto ao GrupUm, com as aulas que ministrava regularmente nas duas universidades que lecionava. Ao mesmo tempo, também realizava pesquisa com famílias de boias-frias, para a pós-graduação que cursava na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

O Movimento pela Anistia iniciava-se em São Paulo. Sabia-se que a existência de ampliação do movimento para outros estados era fundamental para essa conquista. Em Londrina existia uma gráfica onde seria possível imprimir um jornal no formato tabloide que cumprisse esse papel de divulgar. Iniciamos o esboço do veículo de comunicação que viria a se chamar “Brasil Mulher”. Paralelamente à distribuição dos primeiros números do jornal tabloide, iniciávamos a coleta de assinaturas pela anistia política. Em Londrina tínhamos duplas de militantes que batiam de casa em casa em busca de assinaturas que se juntariam a tantas outras do Brasil, de Norte a Sul.

Ao mesmo tempo, desencadeava-se o movimento de familiares de presos políticos, por melhores condições nas prisões, desde o ‘Presídio Carandiru’, à ‘Casa de Detenção’ e ao ‘Presídio do Barro Branco’, para onde eram transferidos os presos políticos em São Paulo. Tais presos políticos, através dos locais

onde estiveram reclusos, produziam xilogravuras, objetos de arte e manifestos nos quais denunciavam suas péssimas condições de aprisionamento. Portanto também apoiavam o Movimento pela Anistia.

Frequentei esses presídios, enquanto condição de ‘familiar de um preso político’, assim como outros companheiros faziam. De 1973 a 1976 estive acompanhando as lutas que se davam nos presídios.

A importância do Movimento pela Anistia era enorme, pois não só denunciava as mortes, desaparecimentos, casos de violência policial, mas pedia a volta dos exilados. Assim é que voltou Betinho, o irmão do Henfil, mas também Noemi, Celerino e seus filhos Rudá, Aritanan e Maíra. Também Zé Guilherme; Eliana e Vitorio Sorotiuk; Ozir Tesser, Rita e seus filhos Paula e Juliano. Outros tantos voltaram para o reinício de outros tempos, ainda de resistência, mas sem tanta repressão, e ainda lutando por uma democracia mais efetiva.

Na década de 70, os sindicatos ainda continuavam sob intervenção, com diretores que eram chamados “pelegos”, pois aceitavam submeter-se a negociações com os sindicatos patronais em que os trabalhadores tinham sempre seus salários e condições de trabalho prejudicados. Nasceu assim a “Oposição Sindical,” que passou a concorrer à diretoria do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo. Chamaram alguns assessores, que ajudavam a fazer as pautas de reivindicações durante as negociações, como na organização das greves e discussões nas fábricas sobre condições de trabalho. As reuniões eram feitas na ‘Igreja do Socorro’ e eram semiclandestinas. Participavam operários de fábricas de São Paulo, principalmente, as da zona sul da cidade.

Estive como assessora nesse tempo em que os operários passavam a tomar ‘em suas mãos’ a organização das discussões nas fábricas, as greves e a participação nas mesas de negociações com os patrões. Também se iniciavam as lutas para a retomada das diretorias dos sindicatos.

Nessas reuniões, conheci Santo Dias. Seu comprometimento com as lutas se deu até que, num piquete de greves de fábricas da zona sul de São Paulo, ele foi baleado e morto pela polícia. Acompanhei o exame do corpo de delito de

Santo Dias no IML, o velório na 'Igreja da Consolação' e seu enterro. A comoção oriunda dessa trágica trajetória foi intensa. Santo Dias deixou de estar na luta, mas ela continuou.

A partir daí, iniciam-se as lutas no ABC paulista. Nessas, surgem as lideranças que, depois, fundariam o Partido dos Trabalhadores.

Mais uma vez, os acontecimentos me fazem voltar ao Paraná. Em 1983, voltei a morar em Curitiba, onde passei outros sete anos. Nesse tempo, a resistência ainda continuava, mas noutros planos.

Participei de pesquisas que procuravam conhecer o processo de formação das agroindústrias e substituição de produtos como o café, por soja e trigo que eliminaram centenas de trabalhadores, substituídos por máquinas. A mão de obra foi, mais uma vez, expulsa do campo.

No Paraná, permaneceram, porém, pequenos produtores rurais, que abasteciam os centros urbanos.

Através da Prefeitura de Curitiba, a gestão de Roberto Requião cria na 'Secretaria do Abastecimento' programas que instituem distribuição de alimentos a baixos preços com a contribuição de pequenos produtores de alimentos.

Participar e acompanhar essas políticas de abastecimento me permitiu verificar que a população das periferias iniciava o consumo de frutas, verduras e cereais que, até então, eram proibitivos, diante da faixa de baixa renda a que pertenciam.

Outro desafio foi posto e participei da criação da Universidade Popular do Trabalho, ligada à Secretaria do Trabalho do Estado do Paraná. Junto com Laércio Souto Maior e Nilo Ramos, buscamos construir uma estrutura capaz de oferecer às organizações sindicais e aos movimentos sociais um local para cursos, seminários e outras reuniões de seus interesses. Aos poucos, a CUT e outras centrais sindicais se aproximaram para ali realizarem seus eventos.

As primeiras discussões sobre comissões de fábricas foram ali desenvolvidas. As trocas com outras comissões se fizeram no 'Instituto Cajamar' de São Paulo, para onde foram os operários de comissões de fábricas de Curitiba.

Mais um corte se dá, e minha volta para São Paulo se torna inevitável. O Partido dos Trabalhadores ganha a Prefeitura de São Paulo e trabalhar com Luiza Erundina, a prefeita eleita, torna-se incontornável. Minha experiência na organização de conselhos populares, mutirões de casas populares, coletas seletivas de lixo, grupos de trocas intersecretarias compunham novos desafios para o avanço da democracia. Entretanto, a volta de forças retrógradas impediram a continuidade dessa experiência.

A ida para a Febem de São Paulo trouxe outro encontro com jovens, detidos em locais que se assemelhavam ao “Inferno de Dante”. Comparar essas prisões às políticas de juventude de Medellín na Colômbia mostrou que, é possível, fora das grades, sem ‘vigiar e punir’ (Foucault), incorporar à sociedade uma juventude capaz de fazer arte, dançar e produzir identidades culturais. Também na Febem de São Paulo, o Hip Hop entrou e trouxe à tona essas identidades que se revelavam na música, na dança e nos grafites.

Minha dissertação de Mestrado sobre “Jovens a busca de identidades culturais na Febem de São Paulo e Medellín” foi mais um passo na trajetória de trazer à tona atores sociais excluídos da cena pública, a não ser quando se tornavam manchetes de jornal como assassinos, assaltantes, traficantes.

Aqui, encerra-se mais um ciclo e inicia-se outro quando através da Psicanálise, vem à tona minha ligação com as populações indígenas e suas práticas animistas de, estarem nas matas, tentarem manter a Mãe Terra e segurar a ‘caída do céu’. Davi Kopenawa relata em mais de 500 páginas essa aventura de “segurar o céu”.

Encerra-se aqui o relato de 82 anos de vida e de uns tantos de resistência. Mas a resistência continua de outras formas, com outros novos personagens que vêm à luta, como já dizia Eder Sader, em seu livro “Quando os novos personagens vêm à luta”.

Ser da geração 68, era sonhar, sonhar e sonhar.

*Não dormir, mas encontrar a lua cheia na janela do quarto e vibrar com ela!
Lembrar de cada grande amigo que ainda nos inspira,
cada acontecimento que marcou, trouxe dor e alegria e nos colocou a caminhar,
contra o vento, sem lenço e sem documento. Sabendo que esperar não é viver.
Que, apesar de você, estamos ainda reencontrando, comemorando, dizendo:
estamos aqui e recebendo formas, tons, cores, cheiros, com inspiração em nossos
ancestrais, nas plantas, que ampliam as visões, nos amores ainda presentes, anti-
gos e novos, produtores de mais vida.*

***Rosane de Lourdes Silva Vianna** nasceu em Curitiba em 1942. Socióloga, foi professora do Ensino Fundamental, Médio, Universitário e Pós-graduação. Atuou nos movimentos universitário, sindical e de Anistia. Estudou sobre trabalhadores boias-frias, culturas juvenis e, mais recentemente, psicanálise e também animismo indígena. Mãe da Clarissa e avó de Joaquim.

(Texto revisado pela Prof^a. Dra. Maria Leticia Rauen Vianna)

.

A ditadura militar de 1964

Vitorio Sorotiuk*

A ditadura militar surge em uma época de guerra fria entre o Ocidente, liderada pelos Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética e, no plano interno, em um período de ascensão das lutas sociais contra o domínio das multinacionais, do latifúndio e das elites nacionais. Após 1945, vivia o Brasil 19 anos de democracia, época em que o país despertou para a industrialização. As forças do campo buscam a organização pelo acesso à terra e seus direitos sociais, o combate ao analfabetismo e de luta pela reforma universitária. A organização sindical ganha força, surge o Cinema Novo e a cultura popular ganha expressão. O Brasil ensaia a política externa independente a partir de 1950. A garantia da remessa de lucros para o exterior, a manutenção do latifúndio, a manutenção do sistema de exploração dos trabalhadores da cidade e do campo, a manutenção dos privilégios das elites econômicas fez os poderosos mobilizarem-se. A conjugação desses dois fatores, internacional e nacional, levam à instalação da ditadura militar, pois as forças políticas e sociais que desabrocharam no período democrático, após 1945, revelaram não ter as forças políticas e organizacionais suficientes para barrar o golpe de Estado. Os interesses são dos Estados Unidos e dos grupos econômicos nacionais civis. O instrumento são os militares.

Em 1966, logo no início do ano, a direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) nos entregou a lista dos aprovados no vestibular. A divulgação em primeira mão e o trote foram na Rua Marechal Floriano, 524. Todos foram devidamente tosados e pintados. À frente da sede do CAHS organizamos os calouros em três filas e dissemos que iríamos marchar como um pelotão pela cidade. E demos ordem de marcha.

E os calouros começam gritando:

– Esquerda, direita! Esquerda, direita!

Paramos a marcha e dissemos que os calouros não sabiam marchar e um fez a demonstração como marchar. Em seguida o pelotão, enfim, partiu para desfilarmos pela cidade corretamente, gritando:

– Esquerda, esquerda! Esquerda, esquerda!

Os Estados Unidos, que vinham financiando políticos no Brasil, organizaram a Operação *Brother Sam*. A operação consistiu no deslocamento da frota da Marinha norte-americana estacionada na região do Caribe para o litoral brasileiro. O apoio logístico em favor dos golpistas fora solicitado pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, com quem as forças insurgentes já mantinham contatos. Houvesse resistência armada ao golpe com certeza teríamos intervenção armada dos Estados Unidos em apoio aos golpistas.

Em 30 de março de 1966 ou 1967, na Faculdade de Engenharia, em uma assembleia geral, realizada pela manhã, decidiu-se fazer uma manifestação no dia 31 de março, na Rua Marechal Deodoro, na mesma hora e local que estava marcado o desfile militar de comemoração do golpe militar. Foi uma decisão temerária. Mas o que fazer? Não poderíamos nós, do Centro Acadêmico Hugo Simas da Faculdade de Direito, que sempre estávamos na vanguarda, deixar de aderir à maluca ideia dos futuros engenheiros. Organizamos um plano e à noite adentrando a madrugada fomos nos cinco bailecos organizados nas diferentes faculdades. Nossos discursos foram no sentido de que o baile fosse até as 6h da manhã e depois todos seguissem para a concentração para o desfile pela Marechal Deodoro. E pela manhã o agito também foi nas casas de estudantes e principais pensões. O resultado foi uma passeata de quase dois mil estudantes desfilando pela Marechal Deodoro, em Curitiba, todos de braços dados, cantando:

– *Happy birthday to you! Happy birthday to you! Happy birthday to you!*

O exército não desfilou.

O golpe cívico-militar arvorou-se no direito à revolução. Assim está redigido o preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964: “A revolução vito-

riosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos comandos em chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. (...) Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.”

Em 17 de março de 1966, nas escadarias da Faculdade de Direito da UFPR, em manifestação pública rasguei os exemplares dos Atos Institucionais n.º 1 e 2. Assim ficou registrado em minha ficha do Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

“Em tempo: Na mesma passeata, o fichado chegou a rasgar um exemplar da Constituição Brasileira, dizendo: “Nós, estudantes, não admitimos os atos Institucionais números 1 e 2.”

No aspecto socioeconômico, tínhamos a contrarrevolução. O simples ato de buscar distribuir terras da União ao longo das rodovias federais para fins de Reforma Agrária era visto como o atentado à propriedade privada e o controle de remessa de lucros exorbitantes era visto como a bolchevização do país. Os golpistas diziam combater a violação da Constituição Federal – a subversão –, mas são eles que a violam. No plano formal tínhamos o rompimento com a ordem jurídica. Não era o Supremo Tribunal Federal que interpretava a Constituição. Eram os três chefes das forças armadas que decidiam sobre a Constituição Federal e funcionamento do parlamento, como vimos acima no conteúdo do primeiro ato institucional. Era a subversão da ordem jurídica. Era contrarrevolução que se instalava através de um golpe militar. Pois a revolução seria atender as aspirações de milhares de brasileiros e, como vimos, o golpe foi atendimento das aspirações das elites econômicas e das multinacionais vinculadas aos Estados Unidos da América do Norte. A política salarial foi a de arrocho aos trabalhadores. Entre 1964 e 1985, durante a época da ditadura militar, o salário mínimo perdeu mais de 50% do seu valor real, o que ajudou a aumentar a desigualdade social. Ao final de 1984, último ano completo sob a ditadura, o Brasil devia a governos e bancos estrangeiros o equivalente a 53,8% de seu Produto Interno Bruto, ou seja, de toda a renda gerada no país.

Este ano de 2024 tivemos, depois do governo de um apoiador desse regime de arrocho, o aumento real do salário mínimo.

Outro slogan dos golpistas foi o combate à corrupção. O golpe militar de 1.º de abril de 1964 foi vitorioso justamente graças à corrupção que diziam combater. O coronel do Exército Erimá Pinheiro Moreira, em depoimento ao presidente da Comissão Municipal da Verdade de São Paulo, Gilberto Natalini, detalhou sobre a propina de US\$ 1,2 milhão que o presidente da Fiesp, Raphael de Souza Noschese, entregou ao general Amaury Kruel, em 31 de março de

1964, para que o comandante do 2º Exército deixasse de apoiar o presidente da República, João Goulart, e passasse para o lado dos militares golpistas. Foi esse ato de corrupção que selou a vitória do golpe, pois sendo o II Exército forte o golpe não prosperaria sem esse apoio. E a ditadura militar, que começou com corrupção, terminou com o apoio a Paulo Maluf, corrupto comprovado, para ser a expressão civil da continuidade do regime.

Em outubro de 1967, quando me encontrava preso no quartel do exército, localizado na Praça Rui Barbosa em Curitiba, com outros presos, às vezes, pelas frestas das grades eram jogados fora desde chocolates a cigarros para a nossa cela. Um preso indaga: Quem será? Eu disse: “Pense. Nós estamos em local onde só circulam militares, desde altas patentes até soldados. Só pode ser militar que não está em acordo com a ditadura e está solidário conosco”. Cabe aqui ressaltar que, assim como no campo civil, na esfera militar foi uma facção que se impôs nas forças armadas e realizou o golpe, causando nas forças armadas a perseguição aos militares democratas. Mais de 6.000 militares foram perseguidos e torturados. Entre 1964 e 1973 foram expulsos 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores; 292 capitães e tenentes, além de centenas e centenas de suboficiais, sargentos, soldados e marinheiros. Entre os militares cassados estava o então coronel aviador Ruy Barbosa Moreira Lima, herói da Segunda Guerra Mundial.

Novembro de 1968. Após ter passado uma semana preso no Presídio Tiradentes, em São Paulo, quando fomos todos os delegados do XXX Congresso da UNE presos, em Ibiúna, fomos transferidos e postos em liberdade em Curitiba. Em seguida vieram as eleições gerais para a UPE e para o DCE da UFPR. A 2ª Auditoria Militar de São Paulo havia decretado a prisão preventiva de Stênio Sales Jacob, Antonio João Manfio, Eloi Alfredo Pietá, Vitório Sorotiuk, Juran-dir Rios Garçon, Berto Luis Curvo e Palmira Amâncio da Silva. Eu disputei as eleições com Eloi Pietá; todos os dois com mandado de prisão. Venci as eleições estando na clandestinidade e o desafio era a posse, pois, segundo os estatutos, a posse deveria realizar-se em prédio na Reitoria da Universidade Fede-

ral do Paraná. O reitor era Flavio Suplicy de Lacerda. Em matéria publicada no Jornal *Estado do Paraná*, em 15/11/1968, ele lançou um desafio ao Movimento Estudantil: “Foi uma besteira imensa terem eleito esse rapaz”, disse o reitor, frisando que não aceitaria a posse de Vitório Sorotiuk no Diretório Central dos Estudantes. O reitor acrescentou que se Vitório comparecer à Reitoria, terá de chamar a Polícia Federal para não ser considerado cúmplice. “Se vier, será preso. Mas ele não vem mesmo”. Mas ele não contava que o Movimento Estudantil paranaense havia crescido e que tínhamos uma boa e inteligente equipe. Ele até mandou a polícia cercar o prédio. Mas estava programada a apresentação da peça o Santo Inquérito, de Dias Gomes, justamente no Teatro da Reitoria da UFPR nos próximos dias. A peça estava sob a direção de Ary José – o Ari Para-Raio –, Dinorá, guarda-roupa, Tony Pereira contrarregra, Reinaldo Alves Camargo anunciador e os atores eram: Paulo Trompczinski, Vera Helena, Mario Stasiak, Emilio Pitta, Ione Prado, Rogerio Moura Dias, Diogo Bello. Emilio Pitta e Ione Prado foram futuramente grandes artistas do teatro nacional e Rogerio Dias o grande pintor paranaense. Organizaram a minha entrada no Teatro da Reitoria com a equipe de atores. No meio da peça o anunciador pede ao público que assistam à posse de Vitório Sorotiuk como novo presidente do DCE da UFPR, posse essa conforme os estatutos dentro do prédio da Reitoria da UFPR. Após a posse e breve discurso, saí pela porta dizendo ao guarda que lá dentro estava muito quente e vinha tomar um ar fresco. Três fuscas, um do Carlos Marés, esperavam na frente com motor ligado. E em seguida os três fuscas parecidos partem em velocidade e todos gritam viva o novo presidente do DCE da Federal, partiu! Se alguém seguiu os fuscas, seguiu carros vazios. Pois, enquanto isso, eu tranquilamente cruzava a rua em frente da Reitoria e seguia a pé até a Marechal Deodoro, na quadra de trás, onde eu estava hospedado na casa de outros estudantes. O movimento estudantil paranaense que, no mês de maio, havia ocupado a Reitoria da UFPR, derrubando a tentativa de introdução do ensino pago no país, mais uma vez derrotava Flavio Suplicy de Lacerda, aquele que quando ministro da Educação tinha sido o autor da

famigerada lei que levou seu nome e garroteava as organizações estudantis do país e havia assinado os acordos entre Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* – MEC-Usaid – que levavam à introdução do ensino pago nas universidades federais brasileiras. Não foi só seu busto que o movimento estudantil paranaense arrastou pelas ruas, mas também sua política e suas bravatas.

* * *

No Presídio do Ahú, onde me encontrava preso, o Pafúncio era um preso que tinha permissão para andar pelos corredores. Gaúcho, alto, andar desengonçado, balançando os braços, lá vinha ele gritando as manchetes da Tribuna:

– A bandidada está botando para quebrar.

Bastava aparecer por perto o Galdino, chefe da Segurança, que ele mudava a manchete:

– Atlético vence o clássico contra o Coritiba!

A Janete, militante do movimento estudantil e ligada à AP, foi presa e trazida para o Presídio do Ahú. Havia sido muito torturada. Ela era de pequena estatura, magrinha, parecia uma menininha. A notícia de sua tortura correu de boca em boca no presídio. Todos se sentiram atingidos. Há humanidade nos presos; não existe nos torturadores. À noite novamente veio o Departamento de Ordem e Política Social (Dops) buscar a Janetinha. O Pafúncio foi um dos líderes da quase rebelião no Presídio do Ahú. O resultado foi que a administração do Presídio para que não ocorresse uma rebelião teve que negociar com o Dops para que a Janetinha não fosse levada para novo interrogatório. Esse acontecimento aumentou a nossa amizade com o Pafúncio. Belo dia ele entra em nossa cela e diz:

– Vocês dizem que quem manda no país são os militares. Pois eu fui picador de lenha e engraxava as botas do tenente Candal da Fonseca quando piazote lá no Rio Grande do Sul.

Informamos ao Pafúncio que o Tenente Candal da Fonseca era agora o general Candal da Fonseca, comandante do exército em Pernambuco.

No outro dia cedo apareceu novamente o Pafúncio na janela de nossa cela. Não havia dormido pensando. E raciocinava:

– Mas se vocês dizem que eles mandam no país ele pode interceder pelo magrão aqui.

Ele conversava mais com o João Bonifácio Cabral Júnior. Finalmente concordou-se em ajudar o Pafúncio a escrever uma carta ao general Candal da Fonseca. A ideia era não pedir nada no processo, mas a transferência para o Rio Grande do Sul. E começou a redação da carta. O Cabral redigindo e o Manfio ajudando na terminologia gaúcha. A carta começava lembrando que ele picava lenha e engraxava os sapatos dele quando tenente e que a vida leva as pessoas a destinos diferentes. Que ele não queria que o general intercedesse na questão da condenação, mas que ele sentia saudades do Rio Grande do Sul, que faltava o sopro do minuano, que faltava a rodada de chimarrão e o prosea-do com linguajar dos pampas.

A carta foi postada no correio. Durante dois meses esperava uma resposta o Pafúncio. Andava já desacorçoado quando um dia chamaram pelo alto falante:

– Enio Francisco Mar, comparecer na Portaria.

Esse era o nome do Pafúncio. No retorno, contou o Pafúncio:

– Eram três. O do meio tinha tanta estrela no boné que parecia noite de céu estrelado. E me perguntou tudo sobre a minha situação, falou com o diretor do presídio, e me deixou uns cigarritos.

Não demorou para que um dia aparecesse o Pafúncio com a mala na mão para se despedir porque seguia para o Rio Grande do Sul transferido. Despediu-se de todos quase chorando. Pelo corredor seguia o Pafúncio o caminho para os pampas quando um dos nossos lançou a pergunta ao Pafúncio:

– Pafúncio, quem manda no País?

O Pafúncio balançou os ombros e disse:

– Ora, ora!

A ditadura militar foi a expressão do arbítrio, negação da soberania popular, sendo que o poder foi exercido com a negação das liberdades e a perseguição implacável aos opositores, com a tortura e a eliminação física. Após prisão, exílio e muito esforço, o curso de Direito que iniciei em 1965 terminou no ano de 1983. A pedido de alguns ex-presos colaborei nos requerimentos de anistia. E comecei a conhecer tantas histórias. Duas delas são bem simbólicas do absurdo do arbítrio: a prisão de Beatriz Fortes e as negativas a Honório Delgado Rubio.

Todas as leis garantiam a integridade física da pessoa. Mas a tortura foi o instrumento mais cruel da repressão. A Beatriz Fortes, com 18 anos, foi sequestrada na Rua Marechal Deodoro, levada ao quartel militar e torturada. Depois seguiram com ela a Foz do Iguaçu e a ameaçaram jogar nas cataratas e continuou a tortura por 10 dias. Ao final nada comprovaram contra ela. A trouxeram de volta a Curitiba e a entregaram aos pais dizendo:

– Desculpa. Foi engano.

Essa crueldade agora será exibida em filme nos cinemas nacionais sob o nome de “Entrelinhas”. Segundo o relatório “Brasil: Nunca Mais”, pelo menos 1.918 prisioneiros políticos atestaram ter sido torturados entre 1964 e 1979 (15 de março de 1979 era a data-limite do período a ser investigado). O documento descreve 283 diferentes formas de tortura utilizadas na época pelos órgãos de segurança.

Liberdade de ir e vir. Honorio Delgado Rubio, espanhol, natural de Puebla de Almenora – Espanha, nascido em 21/11/1925, refugiou-se no Brasil face à perseguição do regime fascista de Franco. Em maio de 1970 foi impedido de se naturalizar pelo fato de o Dops não conceder atestado, conforme consta das anotações da ficha do Dops de 1/6/1970. No final do ano de 1971, no dia 14/12, tentou sair do país para ver o pai na Espanha, que estava enfermo no

leito. Tinha o passaporte espanhol, mas face às informações do Dops não teve a licença para sair do país (conforme anotações na ficha do Dops). O seu pai faleceu no dia 15/12/1971 e o mesmo não pôde vê-lo na agonia, e tampouco pôde comparecer ao funeral. Não podia naturalizar-se e não podia sair do país.

* * *

Em 1966 eu residia à Rua Riachuelo em uma pensão, em um quarto onde só cabia uma cama e um guarda roupa. Um dia chega ao Dops no meu quarto para uma revista. E o policial que não sabia o que procurar foi logo dizendo:

– Me passa os livros subversivos que você bem sabe quais são.

Não tive dúvidas. Passei os livros que havia emprestado da Biblioteca Pública: *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, e *Os Partidos Políticos*, de Maurice Duverger, deixando todos os demais tranquilos no fundo do armário. Esses livros a Biblioteca Pública do Paraná só foi recuperar nos anos 80. Além de proibirem a publicação de livros, as letras das músicas eram censuradas. Stanislaw Ponte Preta immortalizou o fato com *O Samba do Crioulo Doido*. Deram ao sambista o tema para o samba enredo: a atual conjuntura. Como não podia nada dizer de social ou crítico, a letra foi um *nonsense* que todos conhecemos. As notícias de imprensa eram censuradas. Foi no período da ditadura militar que mais receitas de bolo de fubá foram publicadas nos jornais. Todos sabiam que naquele espaço da receita era para estar uma notícia que foi censurada. Só *O Estado de S. Paulo* foi impedido de publicar mais de 1.100 matérias durante o período ditatorial e publicou o mesmo poema português 655 vezes.

O mais sagrado dos direitos na democracia é o direito ao voto e o direito de divulgar as propostas para a cidade, o estado ou o país. Para a eleição do ditador de plantão a escolha era indireta pelo amordaçado Congresso Nacional, conforme estabeleceu o Ato Institucional nº. 2. Já o Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu as eleições indiretas para governadores e a nomeação de prefeitos das capitais dos estados. O direito ao voto foi reivin-

dicado mais fortemente em 1984, nas memoráveis e massivas manifestações pelas Diretas Já! e consagrado em definitivo na Constituição de 1988.

Hoje o desafio para combater os que querem o arbítrio de volta é evitar o uso criminoso que fazem da liberdade com as notícias falsas, as *fakenews*.

***Vitorio Sorotiuk** foi presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) da Faculdade de Direito da UFPR entre 1967 e 1968. Foi presidente do DCE da Universidade Federal do Paraná entre 1968 e 1969 (na sua gestão fecharam o DCE e passou o mando em 1980). Respondeu processo pelo XX Congresso da UNE, pela reunião da UNE na Chácara do Alemão em Curitiba, e por uma passeata de protesto contra a morte de Edson Luis. Esteve condenado a seis anos de prisão e cumpriu pena de dois anos e 10 meses, entre 17 de dezembro de 1968 e 10 de outubro de 1971.

Este livro foi composto com as tipologias Gilroy
e Minion Pro, impresso pela Mult-Graphic em
ofsete sobre papel Pólen Bold 90 g/m² para a
editora Banquinho Publicações em Curitiba-PR